

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Departamento de História**

**Programa de Pós-Graduação em História**

Taciana Almeida Garrido de Resende

**A CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL EM HAVANA: disputas e acordos na  
consolidação do terceiro-mundismo em tempos de Guerra Fria (1966)**

Belo Horizonte

2025

Taciana Almeida Garrido de Resende

**A CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL EM HAVANA: disputas e acordos na  
consolidação do terceiro-mundismo em tempos de Guerra Fria (1966)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa

Belo Horizonte

2025

907.2 Resende, Taciana Almeida Garrido de.  
R433c A Conferência Tricontinental em Havana [recurso eletrônico] : disputas e  
2025 acordos na consolidação do terceiro-mundismo em tempos de Guerra Fria (1966)  
/ Taciana Almeida Garrido de Resende. - 2025.  
1 recurso online (329 f. : il.); pdf  
Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.  
  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.  
  
1. História – Teses. 2. Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia,  
da África e da América Latina (1. : 1966: Havana, Cuba). 3. Guerra fria – Teses.  
4. Áreas subdesenvolvidas - Teses. I. Costa, Adriane Aparecida Vidal.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### "A Conferência Tricontinental em Havana: disputas e acordos na consolidação do terceiro-mundismo em tempos de Guerra Fria (1966)"

**Taciana Almeida Garrido de Resende**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Orientadora  
UFMG

Profa. Dra. Eugénia Palieraki  
Cergy Paris Université

Profa. Dra. Natália Ayo Schmiedecke  
Universidade de Hamburgo

Profa. Dra. Sílvia Cezar Miskulin  
Faculdade SESI-SP de Educação

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo  
UNIFESP

Belo Horizonte, 09 de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Soreanu Pecequilo, Usuária Externa**, em 23/04/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Cezar Miskulin, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eugenia Palieraki, Usuária Externa**, em 27/04/2025, às 05:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Natália Ayo Schmiedecke, Usuária Externa**, em 29/04/2025, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Aparecida Vidal Costa, Professora do Magistério Superior**, em 30/04/2025, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4069431** e o código CRC **CCA56C7E**.

---

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para esta tese de diferentes formas. A todas, agradeço imensamente. O caminho é tão longo e com tantos percalços que caminhar sozinha teria sido realmente uma tarefa impossível para mim.

Agradeço a minha orientadora, Adriane Vidal Costa, por ter aceitado minha proposta para nossa parceria, pela presença constante e pelo respeito. Agradeço pela paciência na longa espera pela entrega dos capítulos e por receber as tantas versões que chegavam ao seu e-mail sem aviso prévio. Agradeço pelas sugestões de bibliografia sempre e a qualquer hora e pela leitura tão cuidadosa que fez de cada linha do meu trabalho, mais de uma vez. Nunca me senti esquecida durante o processo e isso sim é um privilégio enorme. Agradeço o encorajamento para a escrita, para as viagens, para as pesquisas futuras e por ser minha orientadora. Obrigada, Adriane, por renovar minha vida acadêmica.

Agradeço a Lidia Generoso, sem a qual esta tese ou não existiria ou não seria esta. Obrigada por ter compartilhado tanto comigo, Lidia. Espero que esta pesquisa honre a importância que seus trabalhos têm para mim. Aprendi muito com seu brilhantismo, torço muito por você e serei sempre grata por ter conhecido Havana pelo seu olhar.

Um agradecimento especial e *ad aeternum* a Raissa Brescia dos Reis, minha amiga e minha parceria de trabalho e de vida. Por ser minha leitora fiel e de primeira hora. A quem eu posso mostrar a crueza de um pensamento ou de uma linha sem medo, na certeza de que encontrarei ali, sempre, uma amiga-leitora-revisora de braços abertos – e mangas arregaçadas – para lapidá-los. Mesmo sem tempo, você sempre encontra tempo para mim, e isso é muita coisa. Muito obrigada!

Agradeço também e muito especialmente a Maria Cecília Vieira, que foi minha leitora preferida das últimas versões do texto e em quem confio integralmente. Agradeço por estar ao meu lado, pela amizade tão sincera, por me ouvir com o peito aberto, pela intensidade, pela inspiração que você é. Ter você é sorte.

Ao Departamento de História da UFMG, aos professores e professoras que me formaram da graduação ao doutorado e aos funcionários do PPGH, em especial ao Maurício Mainart. Dois professores foram muito importantes para mim e se tornaram amigos. Agradeço a Vanicleia Silva Santos, porque sempre acreditou que essa tese existiria e por quem tenho carinho e admiração. Vani, obrigada pela escuta sempre amiga, pelas conversas e trocas, não somente acadêmicas. Ao Luiz Arnaut, meu professor inspiração, amigo querido. Obrigada por festejar e me acompanhar nas vitórias, pelos livros emprestados, cafés coados e boas prosas.

Ao IFMG, por ser uma instituição que investe na capacitação de seus docentes e técnicos administrativos e trabalha pela educação pública, federal e de qualidade. A concessão da licença de dois anos foi, sem dúvida, imprescindível para a finalização da pesquisa. Agradeço aos colegas servidores do *campus* Itabirito, pela acolhida e por serem atuantes na qualidade da educação de nossa instituição. Agradeço em especial os amigos que fiz, Daniel Fonseca, Lorraine Rossi e Bruno Rossi, pelos tantos brindes que já fizemos e ainda faremos! Agradeço também à professora Mônica do Nascimento Barros, uma potência sem igual na instituição, ao Bruno Gonçalves, colega que inspira pelo compromisso com a docência, e a Mahira Caixeta. À frente do projeto de extensão Cientistas Negras do IFMG, que me orgulho por poder contribuir, vocês movem montanhas. Registro minha admiração e agradecimento por atuarem ativamente por uma educação antirracista. Seguiremos firmes e insistentes!

Agradeço, ainda, aos meus alunos e alunas do IFMG dos últimos oito anos, com quem tive a oportunidade de ensinar e de aprender nessa profissão que eu escolhi para mim. E sobretudo graças a vocês venho reafirmando essa escolha ao longo do tempo. À Franciele Zagne, historiadora de quem tenho tanto orgulho, obrigada por se manter próxima!

Aos amigos do IFMG Ipatinga, minha primeira casa, Júlio Souza, Marina Morena e Suelen Andres, por serem uma certeza de que as amizades acontecem na vida adulta e são verdadeiras. Pelas conversas, ajudas, desa(bafos) e viagens maravilhosas, muito obrigada!

Agradeço às professoras Eugênia Palieraki e Cristina Pecequilo, por terem contribuído com sugestões e críticas respeitadas no exame de qualificação. É sempre gratificante viver experiências de generosidade na universidade. Sem dúvida o exame de qualificação foi uma delas.

Agradeço também aos e às participantes do Grupo de Pesquisa História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias da UFMG, com quem aprendi muito. Especialmente a Stella Gontijo e Ewerton Wirley, com quem dividi algumas agonias e alegrias na jornada. À Pauliane Braga e José Antônio Queiroz, colegas de doutorado agora, mas amigos já há tempos, um agradecimento muito especial pelo carinho e companheirismo.

Um abraço especial e com muito carinho e admiração aos e às integrantes incríveis do projeto de extensão Intelectuais Negras no Atlântico, vinculado ao Laboratório LEÁFRICA da UFRJ, que tive a honra de conhecer. Um agradecimento especial a Isadora Garcia, que realizou fichamentos importantes da revista *Bohemia* para a escrita do capítulo 4 da tese. Isa, sem você esse capítulo não teria sido o mesmo! Serei sempre grata pelo trabalho e farei sempre parte da sua torcida!

Aos professores, palestrantes e estudantes de doutorado do *Summer School in Global and Transnational History: Whose global history? Perspectives from the Global South and Beyond*, oferecido pelo European University Institut, do qual participei em 2023. O curso foi uma oportunidade ímpar de trocas de experiências de pesquisa que expandiu meus horizontes sobre História Global. Agradeço especialmente à professora Lucy Riall, que muito generosamente me colocou em contato com Christian Goeschel, que, por sua vez, apresentou-me bibliografias imprescindíveis.

Nas visitas aos arquivos estrangeiros, funcionários, arquivistas e bibliotecários foram essenciais. Nem de todos me recordo os nomes, mas deixo registrado meus agradecimentos aos que contribuíram e facilitaram meu acesso à documentação. No arquivo histórico da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), Eva Dumenigo Sánchez foi nada menos que incrível. Obrigada, Eva, por ter feito minha viagem a Cuba valer tanto a pena. No *Cuban Heritage Collection*, na Universidade de Miami, agradeço a Martin Tsang e a Amanda Moreno que não hesitaram em me auxiliar. Na *Library of Congress*, em Washington, agradeço a Tracy North e a Cheryl Adams, que procurou com afinco os livros que estavam desaparecidos e de que eu tanto precisava e me levou pelos labirintos do acervo, uma experiência para guardar na memória. No arquivo da Organização dos Estados Americanos, agradeço a Rocio Suárez, que gentilmente me deixou pesquisar os relatórios da organização sobre a Tricontinental, mesmo em condições ainda restritas pela pandemia.

Agradeço ao amigo Wilkie Buzatti, por me nutrir com as doses de poesia que eu tanto preciso na vida. Pelos áudios infinitos que me ajudaram a procrastinar tantas vezes, pelos cafés e pelas boas risadas – e algumas lágrimas, é verdade. Também, claro, por ter cedido parte do aparato técnico para a escrita da pesquisa e por fornecer o saber tecnológico para que essa tese fosse escrita com dignidade.

Às amigas que levei de Havana e não larguei nunca mais, Raíça Augusto e Raquel Nakasone. Raíça e Quel, sei do tamanho da torcida de vocês, desde quando me recebiam em suas casas, por isso me alegro ao escrever essas linhas e por ver a amizade florescendo pelos anos. Anseio sempre pelo nosso próximo encontro, pelas nossas próximas conversas. Com vocês, eu só cresço.

Ao Davi Aroeira, Davizinho, que desde a graduação segue junto, me escuta, me acolhe e me salva, com cafezinhos *online*, carnaval e viagens perigosas.

À *amie* Françoise Chausson, que torce tanto pelas minhas vitórias, com quem tenho memórias tão bonitas. Fanfan, alma leve, dançante e sorridente, que me ensina e inspira a viver muito, a viver bem e a viver livre.

A Renata Moreira, por ser a minha acadêmica guru. Obrigada, Rê. Você é importante e faz toda a diferença tê-la em minha vida.

A Natasha Leão, pela torcida e pela amizade já tão longa. É muito bom ter você comigo.

As amigas Anelise Costa e Janaína Park, a Took, que estão comigo desde um tempo que já nem me lembro e com quem espero permanecer.

Ao Gabriel Amato, professor que admiro, pelas conversas que começamos e sempre continuam a ecoar em mim. Historiador sem igual, me considero uma pessoa de muita sorte por tê-lo como amigo e interlocutor.

Ao Gabriel Nascimento, amigo querido e talentoso, dono das artes mais belas, do olhar mais sensível, da escuta mais atenta. Obrigada pelo carinho e por ter sido tão presente!

A Luan Aiuá Vanconcelos, que acompanhou tanto dessa história, sei que agora comemora comigo. Um dia vamos imaginar as histórias que poderíamos ter tido, mas também vamos nos lembrar das que vivemos, Luan!

Um agradecimento sem igual ao Leonardo Debossan, que escutou e dialogou comigo as milhares ou milhões de vezes em que eu precisei, em qualquer lugar, a qualquer momento, que sabe detalhes de cada capítulo, que acompanhou o desenvolvimento de cada ideia e que trabalhou junto comigo em muitas delas. Obrigada, muito obrigada por ser um interlocutor tão atencioso, por ter sido um companheiro tão incrível nesse processo e por ser tão especial na minha vida.

Aos meus pais, Ângela Garrido e Eustáquio Resende, pelo apoio incondicional desde sempre e em todas as minhas escolhas, por me incentivarem a seguir em frente, mesmo sem entenderem muito bem as razões de tudo isso. Agradeço também por me lembrarem de descansar e por me aliviarem o peso de muitas coisas da vida prática para que eu pudesse escrever a tese com mais leveza. E às minhas maravilhas, talismãs no mundo, Taianna Garrido e Tayara Garrido, que são uma parte tão preciosa da vida.



## RESUMO

Esta tese investiga a Conferência Tricontinental de Havana (1966), encontro que reuniu representantes estatais e não estatais de 82 países e territórios da África, da Ásia e da América Latina engajados em firmar acordos de solidariedade sobre bases anti-imperialistas, anticoloniais e antineocoloniais, analisando sua importância no contexto da Guerra Fria e para a construção do Terceiro Mundo. A pesquisa se baseia em fontes primárias de arquivos da América Latina e dos Estados Unidos em busca dos espaços de articulação de redes políticas, culturais, ideológicas e de solidariedade entre os participantes, sem perder de vista as ambivalências e os conflitos como parte do processo. Por isso, também foram investigadas as disputas e articulações políticas que antecederam a conferência em Havana, demonstrando a diversidade dos projetos e a complexidade de sua organização nos anos 1960. As delegações reunidas em Havana buscaram fortalecer os laços internacionais em busca de alternativas a um contexto de recrudescimento dos modelos de Estado e de estrutura das relações internacionais, estando em contato permanente com questões da Guerra Fria e com conflitos entre capitalismo e comunismo, além de suas cisões internas. Para fortalecer essas discussões, a pesquisa fez uso e adaptações dos conceitos de Guerra Fria Global, de análise pericêntrica e de Guerra Fria Interamericana, que ampliam o escopo do conflito para além da bipolaridade EUA-URSS, incorporando as perspectivas e ações do Terceiro Mundo a partir de uma perspectiva transnacional. Além disso, a pesquisa destacou a importância da diplomacia cultural na Tricontinental e como o espaço urbano de Havana foi utilizado para a construção de uma imagem de Cuba, sendo fundamental na tentativa da ilha de consolidar-se como ator importante na Guerra Fria e porta-voz do Terceiro Mundo. Outro aspecto analisado na tese foram os debates conceituais e as disputas por significados que se fizeram presentes durante os trabalhos da Conferência. Os participantes empenharam-se na construção e na reinauguração de conceitos-chave da época, buscando construir um entendimento comum sobre termos fundamentais para a luta. Por fim, a tese defende que a Conferência teve um papel fundamental na construção de uma identidade e de um projeto político para os países e territórios do Sul e, a partir do conceito Política dos Encontros, destacou os consensos e os dissensos de um projeto articulado nos anos 1960 de forma global, defendendo que a Conferência foi um marco na consolidação do Terceiro Mundo e um evento importante para tensionar as Relações Internacionais entre Norte e Sul.

Palavras-chave: Conferência Tricontinental; Guerra Fria Global; História Transnacional; Internacionalismo e diplomacia; Terceiro Mundo; Cuba.

## RESUMEN

Esta tesis investiga la Conferencia Tricontinental de La Habana (1966), encuentro que reunió a representantes estatales y no estatales de 82 países y territorios de África, Asia y América Latina comprometidos con el establecimiento de acuerdos de solidaridad sobre bases antiimperialistas, anticoloniales y antineocoloniales, analizando su importancia en el contexto de la Guerra Fría y para la construcción del Tercer Mundo. La investigación se basa en fuentes primarias de archivos de América Latina y de los Estados Unidos en busca de los espacios de articulación de redes políticas, culturales, ideológicas y de solidaridad entre los participantes, sin perder de vista las ambivalencias y los conflictos como parte del proceso. Por ello, también se investigaron las disputas y articulaciones políticas que precedieron a la conferencia en La Habana, demostrando la diversidad de proyectos y la complejidad de su organización en los años sesenta. Las delegaciones reunidas en La Habana buscaron fortalecer los lazos internacionales en la búsqueda de alternativas ante un contexto de endurecimiento de los modelos de Estado y de las estructuras de las relaciones internacionales, en contacto permanente con cuestiones propias de la Guerra Fría y con los conflictos entre el capitalismo y el comunismo, además de sus divisiones internas. Para fortalecer estas discusiones, la investigación hizo uso y adaptaciones de los conceptos de Guerra Fría Global, análisis pericéntrico y Guerra Fría Interamericana, que amplían el alcance del conflicto más allá de la bipolaridad EE. UU.-URSS, incorporando las perspectivas y acciones del Tercer Mundo desde un enfoque transnacional. Además, la investigación destacó la importancia de la diplomacia cultural en la Tricontinental y cómo el espacio urbano de La Habana fue utilizado para la construcción de una imagen de Cuba, siendo fundamental en el intento de la isla por consolidarse como un actor importante en la Guerra Fría y portavoz del Tercer Mundo. Otro aspecto analizado en la tesis fueron los debates conceptuales y las disputas por los significados que estuvieron presentes durante los trabajos de la Conferencia. Los participantes se empeñaron en la construcción y reinauguración de conceptos clave de la época, buscando establecer un entendimiento común sobre términos fundamentales para la lucha. Finalmente, la tesis sostiene que la Conferencia desempeñó un papel fundamental en la construcción de una identidad y de un proyecto político para los países y territorios del Sur y, a partir del concepto de Política de los Encuentros, destaca los consensos y disensos de un proyecto articulado globalmente en los años sesenta, defendiendo que la Conferencia fue un hito en la consolidación del Tercer Mundo y un acontecimiento relevante para tensionar las Relaciones Internacionales entre el Norte y el Sur.

Palabras clave: Conferencia Tricontinental; Guerra Fría Global; Historia Transnacional; Internacionalismo y diplomacia; Tercer Mundo; Cuba.

## ABSTRACT

This thesis investigates the 1966 Tricontinental Conference of Havana, a meeting that brought together state and non-state representatives from 82 countries and territories in Africa, Asia, and Latin America to establish solidarity agreements based on anti-imperialist, anti-colonial, and anti-neocolonial principles. It analyzes the conference's significance within the Cold War context and its role in shaping the Third World. The research is based on primary sources from Latin American and U.S. archives, exploring spaces of political, cultural, ideological, and solidarity networks among participants, while also considering the ambivalences and conflicts inherent in the process. For this reason, the political disputes and negotiations that preceded the conference in Havana were also examined, revealing the diversity of projects and the complexity of its organization in the 1960s. The delegations gathered in Havana aimed to strengthen international ties in search of alternatives to the resurgence of state models and the existing structure of international relations. They remained in constant engagement with Cold War issues and conflicts between capitalism and communism, while also navigating their own internal divisions. To deepen these discussions, the research applies and adapts the concepts of the Global Cold War, pericentric analysis, and the Inter-American Cold War, which expand the scope of the conflict beyond the U.S.-USSR bipolarity, incorporating the perspectives and actions of the Third World from a transnational standpoint. Additionally, the study highlights the role of cultural diplomacy in the Tricontinental Conference and examines how Havana's urban space was strategically used to construct Cuba's image, reinforcing the island's efforts to establish itself as a key actor in the Cold War and a spokesperson for the Third World. Another important aspect analyzed in the thesis is the conceptual debates and struggles over meanings\*\* that emerged during the conference's proceedings. Participants were actively engaged in constructing and redefining key political concepts of the time, aiming to develop a shared understanding of fundamental terms for their struggle. Finally, the thesis argues that the conference played a pivotal role in shaping both the identity and political agenda of Global South countries. Through the concept of the Politics of Encounters, it underscores the agreements and disagreements within this globally articulated project of the 1960s, asserting that the conference was a landmark in the consolidation of the Third World and a significant event that challenged North-South international relations.

Key-words: Tricontinental Conference; Global Cold War; Transnational History; Internationalism and diplomacy; Third World; Cuba.

## LISTA DE SIGLAS

AHOSPAAAL	Arquivo Histórico da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CDRs	Comitês de Defesa da Revolução
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIP	Comitê Internacional Preparatório
CMP	Conselho Mundial da Paz
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
COR	Comissão de Orientação Revolucionária
CTC	Central de Trabalhadores de Cuba
ELN	<i>Ejército de Libertación Nacional</i>
ERP	<i>Ejército Revolucionário del Pueblo</i>
FAR	<i>Fuerzas Armadas Rebeldes</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMC	Federação de Mulheres Cubanas
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAP	Frente de Ação Popular
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ICAP	Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos
ICR	Instituto Cubano de Rádio
ICSCAA	<i>International Committee for Solidarity with the Countries of Asia and Africa</i>
INAV	Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda
INIT	Instituto Nacional da Indústria e do Turismo
JUCEPLAN	Junta Central de Planificação
LADLA	Liga Anti-imperialista das Américas
LAI	Liga Contra o Imperialismo
LCIIN	Liga contra o Imperialismo e pela Independência Nacional
MICONS	Ministério da Construção
MINAZ	Ministério do Açúcar
MINC	Ministério do Comércio Interior

MINED	Ministério da Educação
MINREX	Ministério das Relações Exteriores
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionária</i>
MIRR	<i>Movimiento Insurreccional de Recuperación Revolucionária</i>
MLN–T	Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MNA	Movimento dos Países Não Alinhados
MPLA	Movimento Pela Libertação de Angola
NAACP	National Association for the Advancement of Colored People
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OLP	Organização para Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPAA	Organização de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos
OSPAAAL	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e de Cabo Verde
PCC	Partido Comunista de Cuba
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PGT	Partido Guatemalteco de Trabajo
PSP	Partido Socialista Cubano
RAU	República Árabe Unida
SCSCAA	<i>Soviet Committee for Solidarity with the Countries of Asia and Africa</i>
SRE	Secretaria de Relações Exteriores
Swanu	<i>South West Africa National Union</i>
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TTACC	<i>The Truth about Cuba Committee</i>
UAM	União Africana e Malgache
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ➤ Figuras

Figura 1 – “1966 - Primera Conferencia Tricontinental - La Habana, Cuba - Territorio Libre de América” .....	130
Quadro 1 – Composição de cargos gerais na Conferência Tricontinental .....	139
Quadro 2 – Comissões e Subcomissões de Trabalho da Conferência Tricontinental .....	140
Quadro 3 – Agenda da Conferência Tricontinental.....	141
Figura 2 – Organograma do Secretariado Técnico da Conferência Tricontinental.....	143
Figura 3 – Quantidade de delegações, observadores, convidados e veículos de imprensa na Conferência Tricontinental.....	145
Figura 4 – Contatos entre delegações: URSS.....	154
Figura 5 – Contatos entre delegações: China .....	155
Figura 6 – Contatos entre delegações: Japão.....	156
Figura 7 – Contatos entre delegações: RAU .....	157
Figura 8 – Exposição <i>Playa Girón</i> - Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966).....	204
Figura 9 – Fachada do Hotel Havana Livre - Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966).....	212
Figura 10 – <i>Hall</i> do Hotel Havana Livre – Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966).....	213
Figura 11 – Discurso de encerramento da Conferência Tricontinental proferido por Fidel Castro.....	227

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1 Apresentação do tema.....	16
2 Conferências internacionais como objeto de pesquisa: parâmetros e reflexões teóricas de um tema fronteiriço.....	23
3 Os anos 1960 como época e sua perspectiva global: apontamentos sobre o recorte temporal da pesquisa.....	30
4 Caleidoscópio documental: vozes e ecos tricontinentais em acervos globais .....	34
4.1 Atas e versões taquigráficas de conferências como documento histórico: reflexões teóricas e prática analítica .....	36
4.2 Arquivos: origens e lógicas .....	41
5 Estrutura da tese.....	44
<b>PARTE I - SOLIDARIEDADE TERCEIRO-MUNDISTA: DELIMITANDO OU ELIMINANDO FRONTEIRAS</b> .....	48
<b>1 NARRATIVAS SOBRE A GUERRA FRIA: COMO AS HISTÓRIAS DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E ÁSIA MOVEM A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA</b> .....	50
1.1 Historiografia da Guerra Fria e o lugar que cabe ao Terceiro Mundo: da marginalização à inclusão para ampliação da análise.....	50
1.2 Uma proposta de análise pericêntrica.....	55
1.3 Terceiro Mundo: uma discussão (ainda) necessária .....	58
1.4 A Ásia na Guerra Fria e suas demandas locais e internacionais .....	62
1.5 África na triangulação terceiro-mundista .....	68
1.6 América Latina entre o enfrentamento aos Estados Unidos e o projeto de solidariedade internacional cubano.....	77
<b>2 ROTAS TRAÇADAS: O SONHO TRICONTINENTAL COMO PERCURSO ATÉ HAVANA</b> .....	90
2.1 Relações Internacionais: marginalidades e fronteiras .....	91
2.2 “O sonho de Ben Barka”: discutindo com a obra de Roger Faligot .....	96
2.3 “Nós precisamos da conferência”: a articulação latino-americana no Conselho Mundial da Paz .....	103
2.4 Do afro-asiático ao tricontinental: a ascensão de Cuba em um cenário de solidariedade internacional em disputa.....	118
<b>PARTE II - TECENDO REDES TRANSNACIONAIS: DEBATES POLÍTICOS E ESPAÇOS CULTURAIS DURANTE A TRICONTINENTAL</b> .....	132
<b>3 ARTICULAÇÕES E DISPUTAS DE REDES TRANSNACIONAIS NA CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL</b> .....	135
3.1 A Conferência chega a Havana: organização e estrutura .....	136

3.2 Conferências e(m) redes: Nortes teóricos para Havana.....	147
3.3 Febre de trabalho: as delegações circulam – e se reúnem – em Havana.....	151
3.4 Uma união instável: a criação de uma nova organização de solidariedade.....	162
3.5 Repertório de conferências anteriores e outras organizações como bússola política: os vínculos em Havana.....	174
<b>4 “O CENÁRIO ESTÁ À ALTURA DO ACONTECIMENTO”: DIPLOMACIA CULTURAL, ESPAÇO URBANO E INVESTIMENTO .....</b>	<b>183</b>
4.1 Limites e expansão dos arquivos: a Tricontinental contada por outras fontes .....	184
4.2 Diplomacia cultural como alicerce da política externa e interna: apontamentos teóricos	190
4.3 Havana epicentro tricontinental: mobilização popular e transformação urbana à serviço da Revolução .....	193
4.4 Trabalho ou turismo? A intensa agenda cultural tricontinental.....	201
4.5 “ <i>Bienvenue, Joséphine!</i> ”: a convidada de honra na encruzilhada político-cultural em Havana .....	206
4.6 “Não havia hotéis tão grandes e bonitos como este antes!” .....	211
<b>5 “A GUERRA SÃO OS IMPERIALISTAS QUE FAZEM”: CONSTRUÇÃO E DISPUTA DE SIGNIFICADOS NA CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL .....</b>	<b>217</b>
5.1 Ideias como vestígios de uma época: algumas considerações teóricas .....	223
5.2 Coexistir como Terceiro Mundo em meio ao conflito sino-soviético .....	228
5.3 (Des)entendimentos na Tricontinental: coexistência pacífica, paz, independência e luta legítima .....	238
5.4 “O neocolonialismo é um novo vocábulo em nosso idioma, e nós, que sofremos com ele, compreendemos seu significado”: Colonialismo, Neocolonialismo e os contornos conceituais para a ação .....	252
5.4.1 Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo.....	261
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>267</b>
Sobre o fim, o feito e as possibilidades não realizadas – mas ainda possíveis.....	267
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>277</b>
<b>Anexo I – Lista de delegações, delegados, observadores e convidados da Conferência Tricontinental.....</b>	<b>302</b>
<b>Anexo II – Trecho da versão taquigráfica da Reunião da Subcomissão de Assuntos Candentes, 10 de janeiro de 1966, sessão da tarde .....</b>	<b>323</b>
<b>Anexo III – Guia do Arquivo Histórico da OSPAAAL, Havana, Cuba.....</b>	<b>325</b>



## INTRODUÇÃO

### 1 Apresentação do tema

Em 1960, Joaquim Cardozo (2010, p. 207) escreveu o poema Congresso dos Ventos, no qual imaginou um congresso onde se reuniram todos os ventos do mundo. Esse encontro, narrou o poeta pernambucano, havia sido “um vendaval sem freio, um furacão” que percorreu as instâncias de uma planície tranquila e criou um “tumultuoso debater de línguas meteóricas”, uma união de ventos que “em tantas veemências se afirmaram/ quanto em glória e rebeldia se exprimiram”. O poema e suas metáforas me levam a pensar sobre a Conferência Tricontinental. Ali, delegações vindas de tantos lugares diferentes, com suas propostas, ideias, visões e rebeldias sobre um novo mundo, tumultuaram a tranquilidade de um espaço pouco afeito a presenças dissonantes em longos debates meteóricos. A própria metáfora dos ventos e vendavais, com seus fluxos, rotas e encontros é inspiradora, tendo feito dessa poesia uma companhia constante no, às vezes, trabalho solitário com a pesquisa. Ao longo dos últimos anos, por meio de um amplo conjunto de documentos, pude conhecer melhor a Conferência ocorrida em Havana, em 1966. Ela foi fruto e agente modificador de um cenário global de Guerra Fria, evento sujeito a itinerâncias de propostas e de projetos, palco de incongruências e facilitador de redes de solidariedade. A tese aqui apresentada é o fruto desse trabalho.

A Conferência Tricontinental foi uma ideia que tomou corpo durante a primeira metade da década de 1960 em diferentes frentes do mundo socialista e com agentes do Movimento dos Não Alinhados, no escopo da Guerra Fria. Pesquisá-la significa estar diante de uma encruzilhada de referências sobre colonização e imperialismo, de projetos de futuro e experiências compartilhadas. As delegações presentes queriam discutir e encontrar soluções para seus dilemas locais, sem perder de vista a perspectiva global. Buscavam mudanças para o futuro de suas sociedades e, no limite da utopia, um lugar de igualdade e de reparação para o Terceiro Mundo. O que chama a atenção, além da diversidade dos atores envolvidos, suas origens e filiações teóricas e políticas, é como o colonialismo/anticolonialismo e imperialismo/anti-imperialismo, por exemplo, agregaram tantos significados, consolidando um repertório político que atravessou o século XX.

Quase todas as representações no encontro em Havana eram de inspirações marxistas – de várias correntes – mas, acima de uma homogeneidade ideológica precisa, estiveram as bandeiras do anti-imperialismo, anticolonialismo e antineocolonialismo. A partir dessa trina

norteadora, foram discutidas particularidades territoriais dos três continentes e emitidas declarações sobre as situações de países e territórios sujeitos a ocupações e ingerências coloniais ou imperialistas. Comissões especiais foram criadas tanto para o Vietnã quanto para outros territórios considerados em situação crítica de luta, como o Congo, Moçambique, a Guatemala e a República Dominicana. Além disso, foram condenadas, entre outras, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Questões como a do desarmamento nuclear estiveram na pauta, assim como caminhos para se alcançar a paz.

Economicamente, foram pensadas estratégias para o desenvolvimento dos três continentes e feitas propostas de ajuda financeira. Convênios internacionais para conter as pressões econômicas do Norte estiveram na mesa de discussões junto à condenação internacional do embargo à Cuba e das denúncias das campanhas de desestabilização econômica promovidas por países imperialistas e colonialistas. Falou-se sobre nacionalizações, reforma agrária e solidariedade no Terceiro Mundo, pensando essa última de forma mais alargada, de modo que trabalhadores dos países capitalistas e afro-americanos nos Estados Unidos também fossem incluídos nesse projeto global.

Politicamente, foram abordados temas espinhosos da Guerra Fria, como a coexistência pacífica<sup>1</sup>, e pensadas formas de articulações internacionais de longo prazo, por meio de organizações e conferências futuras. Regimes autoritários, ditatoriais e governos coniventes com o imperialismo foram denunciados e condenados, assim como o racismo e o sionismo. Refugiados do mundo encontraram apoio na conferência e houve pedidos de rompimento de relações diplomáticas com países imperialistas e colonialistas.

Culturalmente, a criação de escolas tricontinentais esteve em pauta, assim como a previsão de intercâmbios de estudantes e professores, além do lançamento de publicações no eixo dos três continentes, sendo a revista *Tricontinental* sua materialização mais perene. A criação de uma nova organização permanente que reunisse e deliberasse os encaminhamentos da conferência concentrou os esforços de muitos grupos, partidos e governos que viam nela uma oportunidade de engrandecer seus poderes locais e regionais no Terceiro Mundo, denunciando objetivos políticos para além da solidariedade internacional. As resoluções finais foram reunidas em uma publicação lançada ainda em 1966<sup>2</sup> pela Organização de Solidariedade

---

<sup>1</sup> Este tema aparece de forma transversal na tese por se tratar de uma preocupação permanente na documentação. Será trabalhado de forma mais detalhada no capítulo 5.

<sup>2</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), criada ao final da Conferência. As discussões para chegar até esses documentos foram registradas por tradutores e taquígrafos nas versões taquígráficas e atas<sup>3</sup> das reuniões das comissões de trabalho em Havana, e seus enredos foram registrados pelos relatórios cubanos e rastreados pela inteligência estadunidense. Esse material constitui parte considerável do *corpus* documental utilizado na pesquisa e será apresentado adiante.

Diante de tantos temas e assuntos, seus participantes se deram conta da complexidade e da globalização de seus problemas, assim como dos projetos necessários para solucioná-los. Isso exigiu um adensamento teórico sobre questões centrais, como o significado de neocolonialismo e de solidariedade internacional, para que fosse definido o que significava o Terceiro Mundo naquele momento. Esses foram alguns dos principais pontos discutidos durante os dias em Havana a partir de sua agenda<sup>4</sup> criada pelo Comitê Internacional Preparatório (CIP). Conferências futuras também foram previstas, mas a Tricontinental, como evento, não chegou a alcançar sua segunda edição, fazendo dessa uma experiência única de reunião de representantes dos três continentes e, ao mesmo tempo, parte de uma história maior.

Com representações estatais, partidos e movimentos de independência, desenharam-se nesse encontro medidas pragmáticas para a construção de um outro mundo, no qual as relações internacionais solidárias entre os três continentes estariam posicionadas em barricadas contra a força e a violência do imperialismo e da colonização dos países ocidentais. Foi um encontro responsável por fazer da prática de uma reunião política internacional uma política dos agentes do Sul cujos ecos voltam a ser reivindicados no século XXI, seja pela necessidade de solidariedade entre os povos ao lidarem com assuntos globais, sejam pelas desigualdades que permaneceram ao longo tempo. Nem sempre reconhecida por sua importância na historiografia, a Tricontinental muitas vezes é listada como um exemplo na continuidade temporal linear de conferências afro-asiáticas iniciadas nos anos 1950, à qual teria se somado, de forma *natural*, a participação latino-americana. Em outros casos, permanece sendo considerada unicamente como instrumento da propaganda internacional cubana, o que reduz a importância e a potência que teve em seu tempo, ofuscando compreensões mais abrangentes sobre o evento.

Como instrumento do internacionalismo cubano, conhecer a documentação interna da Conferência, produzida por agentes do governo, é uma chance de observar o tamanho da

---

<sup>3</sup> Esta documentação esteve guardada no arquivo histórico da OSPAAAL, em Havana, até 2019, quando a organização encerrou suas atividades. Destaco que todas as citações de documentação na tese proveniente de arquivos estrangeiros foram traduzidas por mim.

<sup>4</sup> Os pontos da Agenda da Conferência podem ser consultados no capítulo 3 da tese.

empreitada encarada pelo governo de Fidel Castro e de conhecer aspectos não divulgados pelo regime. Pelas atas das reuniões, pelas fontes produzidas por seus participantes e pela imprensa que realizou a cobertura do evento, é possível acessar o protagonismo e a militância de agentes do Terceiro Mundo na conformação das dinâmicas internacionais, sem intermediações de agências e instituições do Norte – ainda que estas também sejam fontes importantes. Quando comemoramos o centenário de nascimento de Amílcar Cabral (1924-2024), que participou da Conferência, revisitar esses espaços internacionais pela documentação que nos deixaram é sem dúvida significativo. Nesse sentido, o compromisso desta pesquisa foi de perceber a Conferência Tricontinental como um espaço *de* e *em* movimento entre demandas locais e desafios de ordem global.

Como uma pesquisa é sempre fruto de seleções diversas, minha intenção não foi escrever um manual ou diário sobre o dia a dia do encontro, mas deixar registrada *uma* história que foi possível contar a partir dos recursos intelectuais, financeiros e de tempo dos quais dispus. As informações sobre a Conferência estão fragmentadas e mesmo após consultar documentos cubanos, relatórios de agências americanas, reportagens de imprensa e relatos de diferentes partes do mundo, entendi que muito seguiu inacessível. Hoje, consigo imaginar a infinidade de fontes das quais nem tive notícia, as que nunca poderei conhecer pelas barreiras linguísticas e financeiras de acessá-las, aquelas que se perderam ou que permanecem encobertas por governos que não têm a intenção de permitir o acesso às informações. Reconheço, ao escrever a introdução da tese finalizada, e ao rememorar o percurso feito até aqui, que fazer uma história completa dessa Conferência – a depender da ênfase que se lhe confere – é uma tarefa impossível. Aventurar-me nesta longa investigação e, diante do volume documental, ter de *escolher* o que contar e o que não contar foi um lembrete constante do trabalho artesanal do meu ofício. Vê-la concluída reforça o sentimento de que outras pesquisas ainda virão e com as quais espero poder dialogar. Por isso, vou iniciar por sua apresentação básica para, assim, capítulo a capítulo, tecer arranjos mais complexos.

O tema de pesquisa deste doutorado situa-se no amplo recorte da Guerra Fria, a partir de uma escolha teórico-metodológica da História Global e transnacional para análise das investidas do Terceiro Mundo no contexto da década de 1960. Mais especificamente, a tese centra suas investigações nas suas ações, propostas, conflitos e acordos na Conferência Tricontinental, ocorrida em Cuba, em 1966. Insere-se criticamente no debate sobre as ações de agentes históricos do Sul na perspectiva global do conflito, buscando investigar aspectos de suas atuações e desconstruir premissas de narrativas eurocêntricas de que o Sul teria sido

somente o palco onde Estados Unidos e União Soviética – e por vezes a China – expressaram suas divergências ideológicas e competições bélicas.

O Sul, como conceito, será aqui aplicado a partir da visão da pesquisadora norte-americana Anne Garland Mahler, isto é, a partir de uma noção de poder imperial desterritorializada e como configuração não homogênea de ideias, culturas e povos (Mahler, 2015). Em seus trabalhos é apresentado um entendimento interessante a respeito dos legados, inclusive epistemológicos, dessa experiência dos encontros. A autora argumenta que o movimento político surgido com a Tricontinental em Havana formulou a espinha dorsal das atuais conceitualizações de subalternidade global e gestou, para ela, o conceito de Sul Global, que significa “uma consciência política resultante do reconhecimento por diversos povos de sua experiência compartilhada de efeitos negativos da globalização [...]” (p. 95-96). Essa consciência, segundo a autora, já estava presente desde as primeiras reuniões internacionais dos países e movimentos reunidos sob a alcunha de Terceiro Mundo, e foi ganhando novos significados e radicalidades a partir dos anos 1960. O conceito de Sul Global é comumente aplicado a análises mais contemporâneas e não há um consenso sobre a efetividade de seu uso para tratar das dinâmicas geopolíticas recentes, mas a autora consegue localizar com excelência como a noção de poder imperial desterritorializada já figurava nas discussões da Tricontinental.

Sem dúvida há uma fortuna crítica em torno dos usos dos conceitos. Considero, no entanto, que o debate não impede o uso de Sul e Terceiro Mundo para a análise, sobretudo neste recorte temporal. Ao contrário, enriquece e atualiza a discussão acadêmica e política, como no caso dos conceitos de “Sul Global” e “Sul Geopolítico” e a defesa pelo uso deste último conceito em trabalhos acadêmicos recentes, tal como o desenvolvido por Rubens Duarte e Hugo Costa (2023) no âmbito do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/IESP-UERJ). Estes autores buscam oferecer uma alternativa às limitações analíticas dos termos “Sul” e “Sul Global”, frequentemente criticados. Especialmente este último conceito, que tomou maior popularidade acadêmica e nos discursos políticos nas últimas décadas, é recusado pelos autores por considerarem-no vago, impreciso semanticamente e de caráter etnocêntrico. Em contraste, o conceito de “Sul Geopolítico”, propõem os autores, traz uma abordagem centrada na agência dos atores do Sul, na politização de suas posições na ordem internacional e na historicização das assimetrias globais. Concordo e entendo a agenda acadêmica proposta, mas acredito que ela já era constituinte dos debates do Sul e de Terceiro Mundo.

Ciente da discussão e dos seus méritos para o aprimoramento da análise de dinâmicas contemporâneas das relações internacionais, ao longo da tese o termo Terceiro Mundo foi utilizado prioritariamente, reconhecendo o recorte temporal do objeto em estudo e entendendo-

o como vocabulário político próprio da década de 1960, circunscrito ao cenário da Guerra Fria. Nessa discussão, justifica-se o uso do Terceiro Mundo na tese por ter sido, a partir desse conjunto discursivo e histórico, que os questionamentos, negociações, apropriações, transformações e projeções de organização global, para além do eixo Norte, foram criados. A escolha por preservá-lo na análise por fazer sentido para os atores estudados, além de ressaltar a presença das assimetrias de poder da época. A opção por seu uso justifica-se por ser uma expressão recorrente nas fontes aqui utilizadas. Portanto, mais do que um posicionamento sobre se a Guerra Fria era composta por uma ou duas potências imperialistas, condição para aceitar ou não o termo Terceiro Mundo, interessa-me como, na documentação, esse entendimento surgiu e foi constantemente reconstruído pelo próprio Terceiro Mundo. Alinha-se, assim, à ideia de “categoria nativa”, à luz da reflexão do historiador Frederick Cooper (2005), em *Colonialism in Question*, que propõe, em debate teórico na interseção com a antropologia, o uso de conceitos criados no interior das temporalidades estudadas como forma de evidenciar as especificidades de apropriações, negociações e disputas então vigentes. Como aponta Lidia Generoso (2018, p. 136): “o Terceiro Mundo foi uma das categorias que significou uma forma de estar no mundo, explicar-se por um mundo tomado em seu conjunto [...]”. Por essas perspectivas, reconhecer esse termo organiza suas potencialidades, itinerâncias e sensibilidades nos tantos encontros organizados no século XX.

Assim, a partir desse posicionamento conceitual e de documentos de origens diversas, o objetivo foi observar as disputas por protagonismo, a construção de redes internacionais, as visões de futuro de certos agentes e grupos e a difícil articulação entre projetos nacionais e propostas de solidariedade transnacional durante a Conferência Tricontinental, além das assimetrias de poder entre os participantes. Com isso, pude compreender sobre a magnitude de um projeto que enfrentou obstáculos internos e, sem dúvida, reações externas de toda ordem para conter seus propósitos revolucionários.

A Conferência Tricontinental reuniu, em Havana, 197 representantes de 27 países e territórios asiáticos, 150 representantes de 28 países e territórios africanos e 165 representantes de 27 países da América Latina, além de observadores e convidados de outros países e organizações internacionais. No total, 612 delegados, além de 88 observadores e convidados estrangeiros estiveram presentes no Hotel Havana Livre entre os dias 3 e 15 de janeiro de 1966. O objetivo era reunir e organizar internacionalmente representantes do Terceiro Mundo para lutarem contra opressões históricas vindas da colonização e do imperialismo. O Comitê organizador, com trabalhos desde o ano anterior, foi substituído pelo Secretariado geral, presidido pela delegação cubana, e foram instituídas comissões e subcomissões para tratar de

assuntos específicos e considerados urgentes para o Terceiro Mundo<sup>5</sup>. Demarcou-se como um movimento não só anticolonial e pela autodeterminação dos povos, mas também como defensor da via armada e da revolução como métodos cancelados para a transformação do mundo. A maior parte das delegações presentes não eram representações estatais, mas compostas por movimentos de independência, grupos políticos e partidos de oposição em seu local de origem<sup>6</sup> e a via revolucionária imperou em muitos discursos. Esteve registrada no comunicado final como uma via possível para a independência, não sendo, porém, um consenso ou um acordo fácil entre os participantes, como se verá adiante. O contexto mais amplo testemunhava já o início das organizações guerrilheiras contra ditaduras na América Latina e a os movimentos de independência na África e Ásia, já em curso desde os anos 1950, assuntos que serão trabalhados em maiores detalhes no capítulo 1.

A Conferência incluiu também as delegações chinesa e soviética, ao contrário da Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955), lidando com as disputas entre essas duas potências do campo socialista<sup>7</sup>. Apesar desses enfrentamentos, a reunião teve seu curso e, ao final, foram aprovadas algumas dezenas de declarações temáticas e uma declaração geral que, além de condenar o imperialismo dos EUA, previa a criação de mecanismos para a coordenação e unificação de esforços terceiro-mundistas, entre eles a OSPAAAL, organização que permaneceu ativa de 1966 até 2019. Como organização, teve um papel crucial na redefinição dos conceitos de "solidariedade" e "revolução", integrando abordagens temáticas e visuais em sua produção, materializadas sobretudo na revista *Tricontinental*. Amplamente difundidos durante a Guerra Fria, seus pôsteres fizeram uso da fotografia como ferramenta para promover causas e ideais revolucionários, buscando inspirações nas tradições fotográficas do período entreguerras e em constante diálogo com a cultura visual contemporânea das esquerdas. Ao longo de sua trajetória, a organização vinculada ao governo cubano, consolidou uma estética que se tornou símbolo das lutas anti-imperialistas, incorporando elementos culturais e políticos específicos das regiões representadas (Schmiedecke; Zerwes; Generoso, 2024). Dos esforços tricontinentais de união e de solidariedade internacionais, ao final da Conferência Tricontinental nasceu também a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em 1966, fechando a tríade institucional inaugurada com a Conferência.

---

<sup>5</sup> Uma apresentação mais detalhada sobre a estrutura do evento e seus participantes, encontra-se no capítulo 3 e nos anexos da pesquisa.

<sup>6</sup> Para a lista de organizações presentes em Havana e a composição das delegações, consultar anexos da tese

<sup>7</sup> Maiores detalhes sobre o conflito sino-soviético encontram-se no capítulo 5.

A partir desse cenário, a tese objetiva perceber a Tricontinental como espaço privilegiado de movimento de ideias e dos laços do Terceiro Mundo nem sempre coesos. Construiu-se a partir de duas hipóteses centrais: a primeira, de que a Tricontinental se inseriu em um projeto maior do Terceiro Mundo, que chamo de Política dos Encontros, inaugurado em Bandung, em 1955, e que foi expandido e radicalizado pela conferência de 1966 em Havana. Por meio dessa política, foram incorporados novos atores nas plataformas de negociação internacional e feitos novos repertórios políticos no eixo da solidariedade. Esse amplo projeto teve diferentes linhas de ação e foi articulado em rede, sendo uma dessas linhas as conferências internacionais organizadas para legitimar e subverter o próprio campo das Relações Internacionais. Em segundo lugar, parte-se do pressuposto de que conhecer os meandros da Conferência Tricontinental como diplomacia e prática política, a partir de sua própria produção documental e das produções dos que dela participaram, amplia a percepção sobre a Guerra Fria na perspectiva global e não centrada no Norte, alinhando-se, assim, à Nova Historiografia da Guerra Fria, que busca expandir olhares sobre o conflito.

## 2 Conferências internacionais como objeto de pesquisa: parâmetros e reflexões teóricas de um tema fronteiriço

Essa tese alinha-se ao entendimento teórico de autores e autoras que criticam a centralidade de narrativas historiográficas ocidentais orientadas para configurações exclusivamente nacionais em detrimento de conexões transnacionais ou globais. Como um objeto de estudo posicionado na fronteira da interdisciplinaridade, defendo que as investigações sobre conferências internacionais podem contribuir para uma compreensão mais abrangente e complexa da história, mais inclusiva sobre atores, experiências e origens; uma história, enfim, que transcenda as limitações das narrativas nacionais e que traga destaque às interconexões, aos fluxos e às interdependências. Essas experiências dos encontros internacionais protagonizados pelo Terceiro Mundo, sem dúvida, favorecem a construção de um olhar atento às diferenças e contribuem para a desconstrução de narrativas hegemônicas, além da compreensão das relações de poder em escala global.

Os programas de disciplinas acadêmicas mais recentes apresentaram uma “virada global” [*global turn*] dos últimos anos e são indícios de mudanças na prática da pesquisa e da escrita nas Ciências Humanas, de forma ampla, e na História, em especial. Para Hugo Fazio Vengoa (2009), este interesse acadêmico mais recente não é fortuito e há diversos fatores para



o fenômeno, como as transformações nas sociedades contemporâneas frente à globalização e as mudanças dentro das próprias Ciências Sociais:

A intensificação dessas tendências produziu uma debilidade na capacidade de ação do Estado-nação e, conseqüentemente, promoveu e destacou novas formas de interpenetração, variações das quais transcendem as dimensões estatais (Vengoa, 2009, p. 302).

A proposta de uma análise global, apesar da polissemia e dos eventuais desencontros semânticos sobre o termo História Global (se objeto ou metodologia), tem, como ponto comum, revisitar fenômenos negligenciados. Tais fenômenos, muitas vezes, foram interpretados à luz de perspectivas eurocêntricas apresentadas como universais (Loureiro; Gomes Jr.; Braga, 2018).

Em 2006, a *American Historical Review* (Bayly *et al.*, 2006) convidou historiadores para conversarem a respeito do tema da transnacionalidade nas Ciências Humanas e para discutirem as diferenças pouco nítidas entre as Histórias Mundial, Global, Transnacional, Comparadas, *Croisées* etc. Enquanto alguns especialistas, como Chris Bayly e Isabel Hofmeyer, pontuaram as diferenças entre os campos, houve o consenso de que todas essas abordagens buscavam o abandono da centralidade do Estado-Nação e das fronteiras imperiais como categorias absolutas ou necessárias para a análise. Como saldo, a conversa entre os especialistas mostrou a tendência da abordagem transnacional de se voltar não apenas para processos históricos analisáveis a partir de diferentes lugares, pensados de forma separada e simultânea. Ela também segue atenta aos processos históricos construídos nos movimentos e pontos de confluência entre lugares e regiões, com foco nos “espaços de fluxos” (Bayly *et al.*, 2006, p. 1444).

Segundo o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (2017), para que possamos entender como a História Global foi construída no passado e no presente, precisamos reconhecê-la como narrativa autocentrada. “O ‘auto’ da história é a família, o clã, o grupo étnico, depois a cidade, a pátria ou a região de origem e, por fim – especialmente a partir de fins do século XVIII -, o Estado Nação [...]” (p. 223). Essa “história egoísta”, como a chama o autor, precisou e precisa reconhecer o *Outro*, afinal, como pode a França, por exemplo, escrever sua história ignorando as zonas de contato das quais fez parte, inclusive violentamente? Estudos como o do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2016) estremecem as narrativas delimitadas pelas frágeis barreiras nacionais quando incluem a história do Haiti, por exemplo, como pilar fundamental para compreender a história dos franceses. Do mesmo modo, ampliando a crítica a partir de Trouillot, podemos dizer que narrativas nacionais – e por vezes

nacionalistas – sobre conferências internacionais prescindem ou ignoram o papel de outros países e atores estatais e não estatais, considerados menores ou menos importantes. Isso obscurece, por exemplo, as relações de poder, os conflitos de interesses, os diferentes sistemas de valores políticos e culturais de seus participantes, as negociações transnacionais e as interdependências globais que moldaram o processo e os resultados dos encontros. A questão de fundo que se apresenta a partir dessa perspectiva e desses questionamentos é a da necessidade e potencialidade de multiplicar as experiências a serem consideradas globais. A depender de quem produz o relato, o global ganha dimensões distintas. O problema surge quando apenas uma parte do mundo tem o monopólio sobre a possibilidade deste relato, então, quanto mais diversidade de agentes e de pontos de partida na história, mais globais se tornam, por assim dizer, as perspectivas possíveis.

Conferências internacionais podem também ser pensadas como objetos limiares, uma vez que se constituem como um espaço cujas práticas políticas transnacionais estão atravessadas por lógicas, limites e interesses nacionais. São, nessa medida, pontos de encontro privilegiados para investigações fronteiriças entre o local e o global. Carregam, em suas próprias concepções e execução, a prerrogativa da conexão, dos contatos e do espaço marcado por chegadas e partidas, mas recebem, sem dúvida, cargas políticas nacionais vindas com as delegações que delas participam.

Apoiando-me na formulação teórica geral da coletânea *Placing Internationalism: International Conferences and the Making of the Modern World* (Legg *et al.*, 2023), entendo que estes encontros são uma forma de diplomacia e de prática política com especificidades. A natureza e a singularidade de estruturação das conferências demandam análises específicas sobre o próprio evento e sua história. Foram, sem dúvida, os principais espaços para a ascensão do internacionalismo no mundo pós-guerra e seus documentos internos merecem ser investigados para além e em conjunto com suas resoluções finais. Pensar as conferências internacionais como arenas definidoras do internacionalismo reconfigura o lugar das conferências como objetos de pesquisa acadêmica. Foram não apenas produto de um internacionalismo existente, mas arena de sua formação, desempenhando um papel co-constitutivo. Embora redes de correspondência e publicações entre organizações internacionais tenham fomentado formas de internacionalismo à distância, foram as conferências periódicas que consolidaram esse fenômeno em nível institucional e operacional (Legg *et al.*, 2023, p. 4-12).

Como eventos polivalentes, conferências podem e devem ser abordadas a partir de vários ângulos, sendo possível vislumbrar caminhos interpretativos a depender das análises

realizadas e da origem das fontes consultadas. Por ter a participação de indivíduos de diferentes origens, é um evento pontual, normalmente de curta duração no tempo, registrado por distintos arquivos do mundo, governamentais ou não, e cujas decisões podem reverberar do curto ao longo prazo, a depender de seus participantes ou dos interesses dos agentes envolvidos naquele processo/projeto. Em razão disso, as conferências comumente são vistas sob diferentes prismas e conhecidas por meio de distintos tipos documentais, de arquivos oficiais à cobertura jornalística, de memórias às fontes visuais. Para a Tricontinental, um exemplo dessa pluralidade encontra-se no trabalho de Vannessa Hearman (2024) sobre a participação da delegação da Indonésia composta por dois grupos opostos. A historiadora realizou uma pesquisa combinada entre arquivo e entrevistas de história oral com membros participantes da delegação, que eram exilados indonésios no momento do encontro em Havana. Lidia Generoso (2017), com outro foco, buscou a recepção do evento no semanário uruguaio *Marcha*, e Jaime Alejandro (2022), as recepções da Tricontinental na Colômbia. Anne Garland Mahler, em pesquisas de fôlego (2018a, 2022), trabalhou com a documentação produzida nos Estados Unidos sobre o encontro. E, em sua defendida em 2023, Stella Grenat analisou os antecedentes e o desenvolvimento da Conferência Tricontinental e da OLAS, em 1967, a partir de publicações oficiais do Estado Cubano e de organizações e instituições envolvidas nos preparativos e desenvolvimento de ambas as conferências. O trabalho de Grenat (2023) é interessante por ter direções similares a esta pesquisa, fazendo uso de conjunto documental em sua grande parte diferente do aqui utilizado<sup>8</sup>.

Independentemente da origem das informações, conferências demandam um tipo de análise que faça frente a interpretações que as reduzam a encontros-resposta, isto é, que as restrinjam a eventos definidos unicamente pelas circunstâncias externas que os fizeram acontecer. Foi no século XX que conferências se tornaram abundantes<sup>9</sup> e muitas se tornaram

---

<sup>8</sup> O trabalho de doutoramento de Stella Grenat (2023) foi acessado no período final da escrita desta tese e parte de nossas pesquisas foi desenvolvida de forma simultânea, o que justifica a pouca interlocução ao longo do texto. Ainda assim, fiz a escolha por citá-lo na revisão final do texto não somente por reconhecer o trabalho de fôlego da pesquisa e sua importância dentro da historiografia sobre a Conferência Tricontinental como também para reforçar a potencialidade do diálogo futuro entre as duas investigações e da junção dos diferentes conjuntos documentais utilizados em ambas.

<sup>9</sup> Mesmo havendo conferências importantes no século XIX, como a Conferência de Berlim (1884-1885) e o Primeiro Congresso Pan-Africano (1900), até as primeiras décadas do século XX, os protocolos diplomáticos e operacionais não estavam completamente sacramentados, o que não significa que Estados, movimentos e grupos políticos já não estivessem se reunindo há muito tempo. Em 1917, o governo britânico encomendou a Ernest Satow um relatório sobre a história dos congressos internacionais de modo a orientar seu corpo diplomático para encontros futuros, sendo este um dos primeiros documentos que reúne diretivas sobre como fazer conferências internacionais. No manual (Satow; Britain, 1920), o ex-diplomata britânico incluiu, além de detalhes sobre as cidades e edifícios onde ocorreram os encontros desde a Conferência de Berlim até a de Bucareste, em 1913, a conformação dos comitês, protocolos para comunicados, os idiomas e as representações estatais que ali estiveram

conhecidas por seu intuito de selar o fim de conflitos mundiais, o desmantelamento de impérios e mesmo o início de novos agrupamentos e projetos, como é o caso das conferências do Terceiro Mundo. Apesar disso, os encontros internacionais não devem ser reduzidos a tais eventos. Nessa perspectiva reducionista, por exemplo, a Conferência de Paris (1919) seria apenas um reboque e consequência da 1ª Guerra Mundial, ao invés de compreendida como uma etapa importante para a política do pós-guerra e, no limite, do século XX. Igualmente, a Tricontinental poderia ser enquadrada somente como um *exemplo* do internacionalismo cubano, unicamente como uma *resposta* ao bloqueio econômico ou uma *sequência* dos encontros afro-asiáticos. O entendimento mais amplo que defendo junto com uma historiografia mais recente sobre conferências internacionais demanda investigar a forma, a organização e o *curso* destes eventos, para além de seu tema central de decisão ou de sua razão de existir a partir de um prisma único. Como parte da análise, é importante, ainda, a reflexão sobre como impactaram os locais onde aconteceram e foram por eles também impactados, pois devem ser vistos “não apenas como locais ou espaços materiais, mas como lugares vividos, sentidos e experimentados, cheios de vida, futuros potenciais, esperança e desespero” (Legg *et al.*, 2023, p. 2).

Como espaços onde os fluxos de ideias e pessoas convergem e se encontram, tornam-se, portanto, objetos potenciais para uma análise com lupa. Mas, ao fazer essa aproximação, podem surgir ainda alguns questionamentos: porque pensar a Conferência Tricontinental pelo recorte global se ela aconteceu em pouco mais de 10 dias do mês de janeiro de 1966? Não seria esse um objeto microscópico demais para anseios tão alargados de repensar a compreensão de um conflito da magnitude da Guerra Fria? O que significou a Tricontinental diante de duas superpotências? Afinal, qual a relação possível entre micro e macro?

No artigo “*Seeing the world like a microhistorian*”, John-Paul A. Ghobrial (2019) nos auxilia a refletir sobre como análises macro e micro sobre o passado podem se articular para solucionar questões que não poderiam ser respondidas sem esse enlace. Em diálogo com David Bell, o autor argumenta que pequenos espaços [*small spaces*] de interação, que podem parecer diminutos para ambições de análise mais amplas, não devem ser encarados como receptáculos ou reações a forças globais. Segundo o autor, muitas vezes são os contextos particulares que nos fazem entender melhor o *movimento* do fenômeno global. Esse olhar em duas escalas de forma sincrônica auxilia o trabalho historiográfico a não incorrer no risco de praticar uma história que priorize apenas “fluxos e movimentos em escala global, ignorando a diversidade

---

presentes, a fim de traçar as linhas gerais sobre esta prática que, naquele momento, já se mostrava promissora. Indício de uma época interessada nas vantagens das conferências internacionais para a governança e a diplomacia, seu próprio autor vislumbrou suas potencialidades (Legg *et al.*, 2023).

de processos e contextos que alimentam e são afetados por esses processos globais à medida que se desenvolvem em locais específicos” (p. 8).

Com questionamentos semelhantes, a historiadora italiana Francesca Trivellato (2011) se pergunta se existe espaço acadêmico para a Micro-história nos métodos da Nova História Global, o que ela entende ser uma encruzilhada ainda pouco explorada desde a década de 1980. De acordo com a autora, historiadores críticos à História Global eurocentrada podem cair em armadilhas e reproduzir tal perspectiva, sobretudo quando seus relatos estão em uma escala maior. É neste momento que uma análise sincrônica entre a história micro e macro se encontra e pode dirimir os perigos de uma armadilha generalizante. A micro-história, portanto, teria o potencial de iluminar e fomentar novas comparações que, sem essa lente de aumento, não seriam possíveis.

Assim, examinar de forma minuciosa os dias da Tricontinental, entendendo sua dinâmica e ouvindo seus atores com atenção, pode ser útil para algumas das ambições da História Global. Busca-se entender a multiplicidade e as sobreposições de conexões entre agentes individuais e coletivos a partir “da perspectiva dos atores nelas envolvidos, e não do ponto de vista das instituições que criaram as estruturas para o florescimento dessas interações” (Trivellato, 2011, p. 11). No caso da Tricontinental, o esforço tensiona mais diretamente as narrativas simplistas sobre o Terceiro Mundo, sobre o papel de Cuba e dos movimentos de independência mediadas pelo imperialismo estadunidense, pelo colonialismo europeu ou mesmo por histórias hegemônicas que conformaram a Guerra Fria “e que geraram a maior parte dos vestígios documentais que as memorizaram”.

A partir disso, o direcionamento para a tese foi alinhar a estrutura e a organização da Conferência com o trabalho e as vivências das delegações, comissões e grupos de trabalho, dentro e fora do Hotel Havana Livre, de modo a abarcar os mais diferentes âmbitos e agentes envolvidos nessa experiência e encará-la em sua complexidade. O objetivo foi ampliar o entendimento sobre a dimensão do sensível sem perder de vista o modo como a Tricontinental foi também um palco de criação e de cristalização de repertórios de práticas e de linguagem política do Terceiro Mundo nos anos 1960 globais. Entender como ela funcionou de modo prático contribui para iluminar elementos fundamentais de sua história e, de maneira mais ampla, da inserção da América Latina em uma rede de solidariedade afro-asiática já consolidada, porém marcada por clivagens<sup>10</sup>. Expectativas sobre o futuro estiveram ora em

---

<sup>10</sup> O movimento afro-asiático enfrentava vários desafios internos. Em especial as discordâncias políticas entre chineses e soviéticos a partir do início da década de 1960 foram trabalhadas com mais detalhes no capítulo 2 e 5.

alinhamento, ora em conflito, ajustando-se em um difícil concerto de ações que continuaram seguindo seu curso ao longo dos anos seguintes.

Para Vijay Prashad (2022, p. 18-19), o *projeto* do Terceiro Mundo significou “uma ampla gama de iniciativas [que] acabou reunida em uma plataforma relativamente coerente de demandas e foi promovida em diversos fóruns internacionais”. Esse seria não um lugar ou uma condição comum, “mas uma unidade de propósito dos regimes que, pelo menos nas duas décadas que sucederam os anos de 1950, chegaram ao poder com significativa legitimidade popular”. Segundo o historiador indiano, após 1961, o Terceiro Mundo, como projeto, viveria um período de “inflamada oratória, notadamente na Conferência Tricontinental de Havana (1966). Do início dos anos 1960 ao final dos anos 1970, a denúncia retórica do imperialismo atingiu seu apogeu [...]” (p. 193), com inúmeros porta-vozes desse propósito negando-se à conivência silenciosa com os antigos colonizadores nas grandes instituições internacionais. A ideia de “inflamada oratória” e “denúncia retórica” lançada por Prashad para se referir às organizações terceiro-mundistas, porém, merece ser matizada, uma vez que pode parecer conivente com uma certa leitura anacrônica da década de 1960, que reduz essas ações ao nível do discurso e não da prática política, conferindo um entendimento de que as conferências e o próprio movimento falharam em seu propósito.

Ainda em diálogo com Prashad (2022), é importante notar como essas lutas convergiram para os espaços de discussão internacionais e compuseram o repertório do que chamarei de Política dos Encontros: uma *prática* feita tradição pelo Terceiro Mundo a partir da ocupação e subversão de espaços antes reservados às vozes imperiais. A palavra subversão é central nesse conceito, mas deve ser avaliada com cuidado. Longe de atestar uma noção triunfalista sobre os feitos do Terceiro Mundo no campo das Relações Internacionais ou mesmo da prática política, algo que deve e tem sido reavaliado, a ideia da ação subversiva vem ancorada, primeiro, na ocupação de um espaço no presente e, depois, num horizonte de expectativa para o futuro – antes reservados às potências colonialistas – para, justamente, articular, em conjunto, estratégias para escapar dessa lógica.

O reconhecimento do valor e da potência das trocas internacionais, a afirmação de um não alinhamento – ou o alinhamento sob condições de interlocução – além do trânsito das teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento formaram o terreno fértil onde se sedimentou a certeza de que a Política dos Encontros valia a pena. Construiu-se como força, como prática e como repertório políticos, não como uma simples denúncia limitada a uma retórica inflamada. Era a aposta de que países e povos, cada qual com suas especificidades, poderiam conviver, articular e criar suas próprias saídas (Resende, 2020).

### 3 Os anos 1960 como época e sua perspectiva global: apontamentos sobre o recorte temporal da pesquisa

Os pouco mais de 10 dias da conferência em Havana, ocorrida entre 03 e 15 de janeiro, podem enganar sobre sua dimensão e alcance em termos geográficos e políticos. O poder de sua mobilização antes, durante e depois do evento foi expressivo. A repercussão de suas discussões não é desprezível e muitos governos e comunidades estiveram atentos ao que acontecia em Havana naqueles dias. Sobretudo, vale a aposta no seu papel na construção de um imaginário, repertório e capital político e de comunidade de discurso no Terceiro Mundo na década de 1960 em termos globais, algo analisado na documentação.

Em diálogo com a historiografia sobre o período, o ano de 1966 foi incluído dentro de uma temporalidade como época e encarado de forma global. Um conceito do princípio deste século essencial para estas novas lentes é o de *Global Sixties*. Em seu artigo “*Introduction: Latin America in the global sixties*”, Eric Zolov (2014) explica que a abertura do campo conceitual, no começo dos anos 2000, caminhou junto com abordagens transnacionais para o período. O termo, segundo o autor, é reflexo dos diálogos de duas correntes historiográficas principais. A primeira, chamada de *Cold War Studies*, surgiu com o fim da URSS e com a abertura dos arquivos comunistas na década de 1990, quando foi possível lançar um olhar expandido sobre o conflito, sobretudo espacialmente. Essa corrente associou questões tradicionais da história diplomática e das relações internacionais com aspectos sociais, econômicos, intelectuais e culturais. Foi responsável, ainda, por um olhar de interdependência entre as intervenções das superpotências e as revoluções do Terceiro Mundo, vistas por um prisma de globalidade.

A segunda corrente é chamada de *1960's Studies*. Diante desse movimento, que envolve o Norte e o Sul em uma dinâmica global, entender as características da década de 1960 se faz essencial, uma vez que o período reúne particularidades que serão mobilizadas ao longo da pesquisa. Segundo Gilman (2003), a orientação desse momento esteve voltada para as esquerdas revolucionárias sob as influências chinesa, soviética e, claro, cubana. Como uma época de características próprias e distintas da que a antecedeu ou sucedeu, teve o protagonismo do Terceiro Mundo e inaugurou um sentimento novo de urgência de renovação política em favor das esquerdas, tanto na América Latina quanto na África. Durante a década,

a revolução cubana, a descolonização africana, a guerra do Vietnã, a rebelião antirracista nos Estados Unidos e os diversos surtos de rebeldia juvenil permitem aludir ao *hall* de relações institucionais, políticas, sociais e

econômicas fora das quais é difícil pensar como poderia haver surgido a percepção de que o mundo estava prestes a mudar [...]. (Gilman, 2003, p. 37)

Como Gilman, Robert Young (2016, 2018) concorda sobre como as décadas de 1960 e 70 conferiram ao Terceiro Mundo considerável centralidade, não só entre as esquerdas, mas como um dos atores centrais dos conflitos da Guerra Fria. Em relação à história das conferências, retroceder à década de 1950, incluindo-a, é importante. Frederick Jameson (1984), por sua vez, localiza o fim dessas certezas em meados da década seguinte. Segundo o autor, nos anos 1970 o horizonte se modificou, cedendo lugar às guerras civis no continente africano, aos golpes e governos militares na América Latina e a um espaço de ação cada vez mais limitado para as esquerdas. Somado a isso, houve o aprofundamento das dívidas externas dos países na região, o que comprometeu a confiança e as expectativas de um futuro redentor aos “condenados da terra”, expressão de Frantz Fanon (1968) tão utilizada à época<sup>11</sup>.

De mãos dadas à globalização dos estudos da Guerra Fria a partir da década de 1990, houve uma ampliação do escopo das investigações, com interesses voltados para as conexões transnacionais e sobre o impacto dos atores sociais da Nova Esquerda, das forças ideológicas e do imaginário cultural. No início dos anos 2000, as produções acadêmicas já estavam em outro patamar em relação à centralidade anterior das fronteiras nacionais (Zolov, 2014). Assim, os *Global Sixties* auxiliam na empreitada de reposicionar e refinar entendimentos sobre a Guerra Fria e mover este campo de estudos para outras localidades, agindo como um conceito norteador para entender o objeto desta pesquisa. Esses trabalhos

refletem uma nova abordagem conceitual para entender a mudança local dentro de uma estrutura transnacional, constituída por múltiplas correntes cruzadas de forças geopolíticas, ideológicas, culturais e econômicas. Tais forças produziram uma “simultaneidade” de respostas “iguais” em diferentes contextos geográficos, sugerindo causas interligadas. A forma como devemos entender o uso atual do termo ‘*Global Sixties*’, no entanto, é como uma rubrica abrangente, uma designação histórica que indica uma contribuição explícita para as investigações em andamento sobre um conhecimento global e muito expandido do período (Zolov, 2014, p. 355-58).

Se a Guerra Fria foi vivida em diversos aspectos por sua faceta ideológica e não necessariamente bélica, é preciso atentar-se para suas implicações também no domínio da cultura, sobretudo na época definida por Gilman. Como os autores já citados, o pesquisador Marcelo Ridenti (2022), em sua análise sobre a Guerra Fria cultural, resgata intelectuais, sobretudo latino-americanos, que foram ativos no conflito, mesmo quando não estavam a par

---

<sup>11</sup> A expressão, que se tornou usual na época, faz referência ao livro de Fanon, *Os Condenados da Terra*, publicado originalmente em 1961. O livro é um marco do pensamento anticolonialista e analisa as estruturas de opressão e violência inerentes ao colonialismo, explorando seus impactos psicológicos e sociais nos povos colonizados.



de todas as regras do jogo. Assim, Ridenti nos convida a entender a Guerra Fria como disputa ideológica movimentada e modificada também por atores localizados fora do eixo do Norte, com projetos e intenções pessoais e coletivas, em especial os provenientes da América Latina, foco de seu trabalho. Ainda que a União Soviética tenha tido um papel importante nessa dinâmica, foi a partir dos anos 1960 que a Revolução Cubana, com suas iniciativas internacionalizantes, como a Tricontinental e a OLAS, trouxe a identidade e os ideais do Terceiro Mundo para mais perto da região<sup>12</sup>.

Não seria possível tratar de Guerra Fria e suas dimensões culturais sem compreender a internacionalização dos atores sociais e políticos no período dos anos 1960, com destaque para as conexões transnacionais e para a circulação de ideias (Ridenti, 2022, p. 5). A Tricontinental, como uma conferência de cunho político em sua essência, não perdeu de vista essa importante frente de batalha que era a cultura, chamando à discussão pensadores importantes entre as esquerdas da época, como Frantz Fanon, morto em 1961 mas uma referência teórica importante, Amílcar Cabral e Che Guevara, e investindo em comissões culturais, além, claro, da publicação da revista *Tricontinental*, que surgiu como seu legado. Além disso, a própria vivência cultural tricontinental, pensada e proporcionada por Cuba durante a conferência, merece atenção e foi objeto de investigação do capítulo 4. Segundo Anne Mahler (2018b), a aliança de três continentes contra o imperialismo inaugurada pela Tricontinental e levada à cabo por sua organização porta-voz, a OSPAAAL, tornou-se “a força motriz do radicalismo político internacional e o principal motor de sua produção cultural ao redor do globo” (local. 193).

Desse modo, ter a Conferência em Havana como centro da investigação no que ela nos apresenta como construção de rede transnacional, embates e projetos ideológico-culturais, faz desse objeto uma referência singular nos anos sessenta vistos como época e de forma global. Colocar em perspectiva as atuações do Terceiro Mundo é uma possibilidade de compreender melhor os desafios da solidariedade e as questões em disputa dentro e fora do encontro naquele momento tão particular de tensões e conflitos da Guerra Fria.

A historiografia do período é bastante diversa em pontos de vista e será trabalhada em detalhes no primeiro capítulo. Dos ortodoxos aos pós-revisionistas, passando por análises globais amparadas pela perspectiva dos *Global Sixties*, as correntes demonstram a potencialidade desse objeto de pesquisa que está longe de alcançar um consenso entre

---

<sup>12</sup> Segundo Ridenti (2022, p. 65), “a política revolucionária internacionalista [cubana] teve expressão cultural forte e instituições como o Instituto Cubano de Arte e de Indústria Cinematográfica (ICAIC) e a *Casa de las Americas*, que procuravam agregar escritores cineastas artistas e intelectuais da América Latina e de outros países do Terceiro Mundo identificados com o anti-imperialismo, o anticolonialismo e as lutas de libertação nacional”. Conferir também Miskulin (2019) e Villaça (2010).

especialistas. Configura-se, assim, como um tema em movimento, uma vez que as documentações seguem aparecendo e sendo sistematicamente desclassificadas. Como a Guerra Fria foi um conflito em que a informação, a espionagem e a desconfiança tiveram um papel preponderante entre comunistas e capitalistas, muitos dos assuntos da época ainda são considerados assuntos de Estado ou de segurança nacional, além – ou por isso mesmo – de tópicos de curiosidade, especulação e interesse geral e editorial. Por isso, é possível afirmar com alguma tranquilidade que, no futuro, documentos importantes, e ainda desconhecidos para os pesquisadores, virão reconfigurar algumas certezas cristalizadas.

Além disso, a digitalização de arquivos pessoais, estatais ou de organizações e sua disponibilização *online* proporcionam para pesquisadores da História Global uma chance ímpar de acesso a conteúdos antes muito restritos. Como nos lembra Aldo Marchesi (2017, p. 189), para fazer História Global é preciso que arquivos e bibliotecas “efetivamente tenham uma pretensão global”, tanto em sua lógica interna de arquivamento quanto de facilitadores para o acesso de investigadores. Hoje, a internet é sem dúvida uma dessas ferramentas facilitadoras, mas a História Global segue sendo uma empreitada custosa, que muitas vezes reproduz e aprofunda desigualdades acadêmicas. Devés-Valdés e Fabrício Silva (2023), em trabalho recente, apontam para um caminho interessante ao sugerirem o aumento do interesse do Sul “*por otros sures*” e mostram a atualidade do desafio.

Ainda hoje, as principais publicações e debates no campo são dominados por instituições e editoras anglo-americanas, limitando a participação e o reconhecimento de estudiosos de outras partes do mundo. Ainda que haja produções, grupos de pesquisas e investigações importantes e relevantes em outras latitudes, nem sempre há espaço aberto e convidativo para o diálogo igualitário. Além disso, a hegemonia da língua inglesa como principal idioma da produção e divulgação acadêmica dos trabalhos em História Global cria barreiras adicionais para a inclusão de perspectivas não anglo-americanas. Essa dinâmica contribui para a marginalização de trabalhos e conhecimentos produzidos fora desse eixo, reforçando desigualdades e limitando o alcance da História Global. Apesar de seu potencial emancipatório em relação aos ditames das fronteiras nacionais e sua promessa de inclusão, paradoxalmente, reforça desigualdades acadêmicas e permanece, em alguma medida, decepcionante. Embora busque descentralizar as narrativas históricas, a História Global frequentemente reproduz hierarquias existentes (Ammermann *et al.*, 2021). No entanto, o caminho sem dúvida tem sido desbravado nas últimas décadas e a produção latino-americana é uma prova disso (Devés-Valdés, 2003, 2004, 2013; Marchesi, 2017; Marchesi; Álvarez, 2016).

#### 4 Caleidoscópio documental: vozes e ecos tricontinentais em acervos globais

Na perspectiva do desafio da documentação necessária para um trabalho em História Global, os documentos utilizados na pesquisa foram de origens diversas. Realizei investigações nos Arquivo Histórico da OSPAAAL (doravante AHOSPAAAL), em Cuba; no Arquivo Geral da Nação, no México; na Biblioteca do Congresso, no Arquivo Histórico da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no *Cuban Heritage Collection* (CHC), três arquivos importantes nos Estados Unidos que reúnem documentos sobre a história da Tricontinental. Consultei ainda documentos *online* que se mostraram essenciais para responder a algumas questões surgidas no caminho. Entre eles, estão os relatórios emitidos pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) sobre a Tricontinental, e disponibilizados pela Associação Tchiweka de Documentação; documentos e imagens do Arquivo Mário Pinto de Andrade, reunidos pela Casa Comum; e publicações digitalizadas pela Biblioteca Nacional do Chile e pelo Arquivo Nacional do Brasil. O acesso à revista *Bohemia* foi possível graças ao trabalho da *The Digital Library of the Caribbean*, que disponibiliza a coleção completa do periódico cubano para consulta. Relatórios desclassificados do FBI e da CIA provenientes no arquivo *online* dessas instituições foram também de grande valia para organizar o caleidoscópio de documentos de diferentes tipos para esta pesquisa. Por razões da natureza da busca, que passaram por interesses e recortes de pesquisa diante do volume documental, algumas delegações tiveram maior presença do que outras na análises, motivo pela qual as presenças das delegações africanas e latino-americanas são mobilizadas em maior número na tese, o que não significa que outras não tenham sido igualmente significativas.

Por suas origens, vemos que essas fontes foram produzidas tanto por governos quanto por agentes vinculados a grupos, partidos e conselhos. O mais importante conjunto documental e de maior volume esteve sob os cuidados da OSPAAAL, em Havana. Fundada durante a conferência de 1966, foi um local privilegiado de “troca cultural, aprendizado e descoberta de um princípio frequentemente esquecido, mas central no internacionalismo cubano do Terceiro Mundo a partir da década de 1960” (Padilla; Palieraki, 2019, p. 417) – a solidariedade internacional<sup>13</sup>. Seu amplo acervo possui valor não somente pelo que diz da história cubana

---

<sup>13</sup> A instituição foi responsável pela edição da revista *Tricontinental* e pela criação e distribuição de materiais diversos, como boletins, livros, cartazes de propaganda, exposições de arte, produções radiofônicas e cinematográficas, como documentários e curtas, todos com um assunto em comum: as ações do Terceiro Mundo, a luta anti-imperialista e o anticolonialismo, além de produzir e divulgar o protagonismo cubano. Para mais informações sobre a trajetória da OSPAAAL, cf.: Generoso (2019), Mahler (2018a) e Young (2018).

como também da América Latina, da Ásia e da África. Os arquivos da OSPAAAL guardam fontes extraordinárias para compreender a história da ilha para além da tríade Revolução de 1959, Invasão de Praia Girón/Baía dos Porcos, em 1961, e Crise dos Mísseis, em 1962, eventos sempre lembrados em manuais de História, mas, ainda assim, muitas vezes, reduzidos ou submetidos à ótica bipolar do conflito Leste-Oeste.

A existência do arquivo histórico da OSPAAAL, com sua organização e escolhas de coleta arquivística, na busca por valorar não só a história de Cuba e os feitos governamentais, mas também o protagonismo do Terceiro Mundo, é relevante para as discussões levantadas pela pesquisa. Longe de perspectivas romantizadas sobre o internacionalismo cubano ou acrílicas a respeito da OSPAAAL<sup>14</sup>, sem dúvida a pesquisa histórica nesse arquivo nos permite e nos convida a contrabalancear o peso do Norte na organização, catalogação, recolha e preservação das fontes que devem contar a história da Guerra Fria. Mesmo com uma historiografia recente engajada em entender a complexidade da política externa cubana e o lugar da América Latina no conflito, “um acontecimento central dessa história e geralmente ignorado por aqueles que não estão verdadeiramente imersos no assunto foi a Conferência Tricontinental, bem como a posterior criação da OSPAAAL” (Palieraki; Padilla, 2019, p. 412).

A pesquisa para essa tese, portanto, foi realizada nesta instituição em 2017, quando pude consultar as 296 pastas de seu Arquivo Histórico – das quais 107 foram escaneadas para consulta e investigação –, além de livros, fotos e materiais que estavam fora da organização já feita, mas que pude acessar graças à generosidade da arquivista Eva Dumenigo Sánchez, a quem serei sempre grata. Lá estavam reunidos documentos que foram fundamentais para a escrita dos capítulos, como as atas de todas as sessões plenárias e das comissões de trabalho da Tricontinental, regras e estrutura do Secretariado Executivo da OSPAAAL, aspectos das reuniões das comissões preparatórias, telegramas cifrados, declarações públicas e secretas do Secretariado Executivo, reuniões de subcomissões, correspondências confidenciais compiladas pelo Ministério das Relações Exteriores de Cuba, discursos de chefes de delegações, relatórios secretos sobre situações conflituosas entre os participantes, além das ações posteriores à conferência, sobretudo entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970.

---

<sup>14</sup> A pesquisadora Lidia Generoso diz que é importante lembrar que a publicação teve relações próximas com o governo cubano e, em larga medida, fez eco aos seus posicionamentos em matérias de política cultural e política externa: “Desde a fundação da OSPAAAL, em 1966, até seu fechamento, em 2019, todos os secretários-gerais da organização foram indicados pelo governo cubano, o que demonstra a liderança e protagonismo assumidos pelo país nos seus quadros. A revista Tricontinental, por sua vez, se denomina um “órgão teórico” do Secretariado Executivo da OSPAAAL, turvando separações institucionais. De todo modo, ainda que reconheçamos esse protagonismo, é necessária cautela, pois ao descrever a publicação como um monolítico instrumento do governo cubano, corre-se o risco de deixarmos de lado o caráter coletivo, abrangente e transnacional.” (Generoso, 2020, p. 455).

#### 4.1 Atas e versões taquigráficas de conferências como documento histórico: reflexões teóricas e prática analítica

Diante disso, foram vários os desafios de ordem teórica e metodológica que o objeto de pesquisa apresentou às minhas pretensões investigativas. Entre a diversidade de tipos documentais armazenados no acervo da OSPAAAL, uma parte significativa é composta por atas e versões taquigráficas das reuniões das comissões e subcomissões de trabalho. Por si só, essa existência já demonstra o empenho e o desejo da organização em registrar e arquivar consigo os conteúdos discutidos durante a conferência. Trabalhar com tal documentação específica, para além do conteúdo de informação que ela oferece, demandou também uma reflexão sobre sua natureza.

A definição de um documento histórico já foi amplamente discutida e modificada por diversas escolas historiográficas, passando por sucessivos giros conceituais e metodológicos desde a criação da disciplina no século XIX. Ainda que não haja dúvidas sobre a legitimidade de atas e versões taquigráficas de reuniões como fonte histórica, elas configuram-se, em muitos casos, como um documento de cunho oficial/governamental. Em grande parte, foram essas fontes que forneceram o ponto de partida para a construção dos argumentos apresentados na tese.

Primeiramente, é preciso esclarecer que esses dois tipos não são iguais, apesar de guardarem semelhanças quanto a suas funções e pertencimentos arquivísticos. Ata e versão taquigráfica são registros oficiais de reuniões para consulta, tomadas de decisão, escrita de resumos e análises futuras. A primeira consiste em uma seleção dos pontos mais importantes feita de forma estruturada, parcialmente resumida e em linguagem oficial, com informação sobre pauta ou ordem do dia, comumente compartilhada e aprovada pelos participantes sobre o que foi discutido e decidido, sendo *possível* sua ampla divulgação. A segunda, por sua vez, é uma transcrição que se pretende completa e literal do que foi dito em um encontro. Esta pretensão de *ser literal*, porém, pode ser abalada por falas atropeladas, falhas mecânicas de microfone e dificuldades de tradução, por exemplo. Seu conjunto é de linguagem informal, com demarcações de hesitações e interrupções, sendo um documento potencial para analisarmos a dinâmica interna de uma reunião e as interações dos participantes ou das delegações. Apesar disso, que não se confunda ou se pense que as versões taquigráficas são isentas de filtros e performances ou mais transparentes do que as atas que as resumem.

A análise já canônica do historiador francês Jacques Le Goff (2013) sobre a natureza do documento histórico contribui para essa reflexão, na medida que considera que o documento não é uma fonte neutra ou objetiva, mas um “monumento” que carrega em si as marcas do poder e da intencionalidade de quem o produz. Assim como os monumentos, os documentos são, para Le Goff, vestígios do passado que foram selecionados e preservados por determinados grupos sociais, com o intuito de transmitir uma determinada imagem de si mesmos. Embora as versões taquigráficas, em sua essência, visem a uma reprodução integral das falas, o que pode dar a impressão de ausência de seletividade, a totalidade da reprodução de uma reunião por um registro escrito é uma ilusão. Há diversos fatores que influenciam na construção de um documento dessa natureza, como a capacidade de registro do taquígrafo, a qualidade da gravação, as condições do ambiente e a clareza das falas dos participantes. Além disso, o taquígrafo, ao transcrever as falas, interpreta e organiza o conteúdo, o que pode levar a nuances e até mesmo a erros na reprodução. No caso das atas e versões taquigráficas, essa intencionalidade se manifesta na escolha dos pontos a serem registrados, na linguagem utilizada e na forma como os debates são apresentados. A intencionalidade e seletividade que incidem sobre o documento são identificados também na lógica do próprio arquivo que escolheu guardá-las. A partir dessa perspectiva, podemos, então, questionar uma pretensa e ilusória “objetividade” desses documentos. A própria existência de um escrivão ou tradutor, para além das limitações humanas da escrita simultânea à escuta, por si só já configuram filtros e mediações importantes. Ademais, podemos pensar que a ciência dos participantes sobre a gravação e a transcrição das falas são elementos a serem levados em conta e que podem influenciar condutas e induzir certas estratégias de ação e de fala. Há também que se destacar as características da oralidade que não são reproduzidas com fidelidade pela escrita, o que pode ser visto como um enquadramento singular desta fonte.

De todo modo, ambos os tipos documentais em discussão, sejam eles produzidos a partir de encontros pequenos, como grupos de pesquisas, ou de eventos grandiosos, como uma conferência internacional, possuem peculiaridades que podem trabalhar a favor da investigação histórica, sobretudo por dois aspectos fundamentais de sua constituição: normalmente, as atas ou versões taquigráficas são feitas para circulação e arquivamento internos ao grupo ao qual pertencem. Sua posse é, na maior parte das vezes, do grupo ou da instituição que as criou, havendo a possibilidade de divulgação da ata entre os participantes. A ata *deve* dizer o que foi importante ou de difícil decisão ou articulação. A versão taquigráfica é seu subsídio. Não à toa, o presidente da Comissão de Organização da Tricontinental, o guineense Abdulayo Diallo, ao levar o principal problema de sua comissão para a reunião de Chefes de Delegações no dia 14

de janeiro, dirigiu-se primeiramente não aos seus companheiros delegados, mas aos jornalistas e observadores:

Pedimos a todos os jornalistas e fotógrafos que saiam e que se verifique se saíram. Companheiros jornalistas e fotógrafos, por não se tratar de uma sessão plenária, lhes pedimos que façam o favor de abandonar o local. Com muita pena digo isso, mas não resta outro caminho<sup>15</sup>.

Diallo advertiu aos convidados e observadores, que, pela “índole desta sessão”, eles não deveriam nem poderiam permanecer nela<sup>16</sup>. Na sala ficaram, então, somente os chefes de delegações, possivelmente membros da organização, tradutores e, para a sorte da História, os *gravadores*. Qual assunto tão sigiloso Diallo queria falar aos chefes de delegação, vamos descobrir no próximo capítulo. Por enquanto, podemos pensar nas possibilidades analíticas que se abrem ao acessarmos os registros desta reunião que, por seu conteúdo, somente pessoas de confiança puderam estar presentes em 1966. Se não fossem os gravadores e a lógica de registro e arquivamento, não saberíamos o que se passou ali.

Penso que é possível explorar, a partir desse episódio, a potencialidade das características das atas e versões taquigráficas e criar estratégias e negociações próprias diante das lógicas e dos poderes do arquivo. Dependente de uma organização arquivística alheia à minha vontade e necessidade de conhecimento da experiência passada, tento criar alternativas que me aproximem do que busco. Então, graças às “regras” de *reprodução*, *registro* e *arquivamento* de uma ata ou versão taquigráfica, é possível contornar suas intenções primordiais e perceber nuances que desaparecem nos comunicados finais oficiais, além de podermos mapear as figuras mais proeminentes em cada ponto das discussões e vínculos criados ou desfeitos. Esses documentos nos permitem observar os dissensos, as ambiguidades, as pressões e os convencimentos como parte do jogo de encontros que são, pretensamente, lineares e até hegemônicos diante de certa comunidade de atores, dando ênfase aos seus resultados, o que muitas vezes só é possível ocultando – ou arquivando – os processos e os conflitos que lhe são parte. Reivindicações por legitimação e desavenças presentes em uma reunião – e espera-se em sua ata – expõem, ainda que a contragosto, a multiplicidade de projetos e visões que precedem as resoluções e os comunicados finais, quase sempre marcados pela coesão e pela prerrogativa do acordo.

---

<sup>15</sup> *Versión taquigráfica de la reunión celebrada por los jefes de delegaciones en la Primera Conferencia de Solidariedad de los pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Viernes, 14 de enero de 1966 (Sesión de la mañana)”. Reunión de Jefes de Delegaciones, 14 de enero, 1966, Pasta 250, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>16</sup> Idem.

Nessas análises, é preciso partir do pressuposto de que comunicados finais foram pensados e escritos a muitas mãos e que, portanto, raramente sua construção é marcada pela concordância. As atas são vestígios preciosos que nos deixam entrever e entender esses encontros, reuniões e conferências não como resultado simples de uma determinada causa, mas como *processo*, muitas vezes longo e tortuoso. Aspecto comum às conferências, basta atentar-se, os comunicados finais oficiais de eventos não são assinados, apesar de serem discutidos por indivíduos e grupos com diferentes pontos de vista e visões de mundo.

Assim, por meio desses documentos, é possível também verificar os vínculos gestados, nascidos e desfeitos entre indivíduos, delegações e subgrupos que podem surgir no seu fazer e na sua vivência, isto é, do momento de sua preparação até a última reunião prevista. Eles nos permitem acompanhar temporalidades em pelo menos duas camadas, pois reúnem falas e participações de um encontro específico no tempo, enquanto diferentes atas podem compor uma sequência de encontros, revelando discussões mais amplas e mais complexas. Da mesma forma, é possível ampliar a análise para atas de outras reuniões ou mesmo costurá-las a fontes de outras naturezas. No caso da conferência trabalhada aqui, as atas e versões completas foram valiosas para saber o que acontecia dentro do Hotel Havana Livre, ao passo que as reportagens na imprensa se prestaram para conhecer a conferência que continuava a acontecer por toda Havana e os relatórios, por sua vez, sobre a interpretação dos atores que nela estiveram presentes. Em conjunto, essa documentação nos oferece entradas em diferentes aspectos da reunião e nos mostra um quadro ainda maior do que uma conferência internacional significa como evento histórico.

Por fim, podem ser usadas tanto pela instituição que as guardou quanto pelos historiadores que sobre elas se debruçam. Como exemplo, podemos trabalhar com a versão taquigráfica da reunião do dia 07 de janeiro de 1966 da Comissão Econômica da Conferência Tricontinental, ocorrida das 13h às 17h. Nela podemos perceber o primeiro dia desta comissão que reuniu aspectos próprios da Ordem do dia. No entanto, os encontros do grupo foram contínuos até o dia 14 de janeiro, possibilitando a observação das movimentações e discordâncias das delegações em relação a temas diversos, como desenvolvimento e ajuda econômica. O Comitê Nacional Cubano, formado para atuar na Tricontinental, fez uma longa análise sobre o trabalho dessa comissão baseado nestas versões taquigráficas, tentando identificar quais delegações estavam alinhadas às concepções chinesas sobre desenvolvimento.

Pensando para além do uso dessa fonte para nossas próprias pesquisas, é importante ressaltar que as atas e as transcrições completas também existem para compor arquivos e instruir relatórios posteriores ao evento, atuando *contra*, mas também *com* a possibilidade do



“esquecimento” ou do apagamento de detalhes relevantes para os membros da organização. Essa documentação foi matéria prima, portanto, para a seleção ativa e a produção de memória institucional após 1966 no interior da OSPAAAL, mas também no contexto mais amplo da narrativa cubana sobre sua política externa e atuação terceiro-mundista. Neste cenário, registrar era crucial, de tal maneira que as transcrições das reuniões trazem a indicação, no texto, dos momentos em que palavras ou falas não puderam ser registradas.

Para quem analisa o material, é importante atentar para a origem do registro, se provém de transcrições simultâneas ou feitas a partir de gravações, além de considerar, quando existem, as informações escritas à mão. Esses documentos possuem, em si, uma ambição não realizada e ilusória, de preservar momentos em sua completude. No entanto, o interesse dos historiadores reside em outros detalhes, como nos vestígios que revelam as dinâmicas de poder e as intenções por trás das decisões registradas – ou retiradas. Um exemplo disso é a solicitação de que algo “não conste em ata”, seguida do pedido para que “conste em ata que...”. Essa dinâmica, e as expressões conhecidas por quem já participou ou presenciou reuniões, revelam o desejo de controle do registro como forma de proteção contra interpretações futuras divergentes do que foi decidido, evidenciando um entendimento de que decisões tomadas naquele momento do presente têm poder sobre possíveis entendimentos ou interpretações do futuro, funcionando também como instrumento de *legitimação* e sobretudo de *defesa* do que aconteceu. Dentro do órgão ou da organização que gerou tais documentos, o fato de serem criados como elementos úteis tanto em um futuro imediato, no caso da versão taquigráfica que dá subsídio para a confecção de atas, quanto impreciso, de forma a possibilitar a legitimação de uma decisão futura com a referência a uma discussão anterior, é interessante.

Como um juiz do passado que vive no presente, esses tipos documentais tentam iludir quem os lê, já que se apresentam como uma versão sem cortes de um evento demarcado no espaço e no tempo. Mas o olhar bem treinado da profissão nos faz fugir de tais armadilhas, a fim de capturar do documento o que ele não pretendia divulgar para além da fortaleza do arquivo e do desejo do controle do registro. Desse modo, podemos pensar que as versões taquigráficas e as atas oferecem uma perspectiva única sobre a lógica de poder na confecção de um documento. Por serem transcrições que preservam o caos e o desordenamento dos debates, características próprias de encontros que reúnem correntes e visões de mundo diversas, nos revelam o que os discursos oficiais e os comunicados finais preferem não divulgar ao grande público. Apesar de sua natureza burocrática, esses documentos estão longe de ser uma interpretação direta e constituem-se como meios interessantes para a compreensão de dinâmicas

de poder, intenções e conflitos que moldam decisões e rumos em escaladas diversas, desde grupos acadêmicos a organizações, países e instituições.

Como proposta metodológica para o uso de atas e versões taquigráficas de reuniões, algo suscetível às preferências, características e recortes de cada pesquisa, destaco que a análise deve estar atenta a alguns elementos-chave. Primeiro, aos indícios das relações de poder e das hierarquias visíveis no registro das interações, bem como dos protagonismos e das falas de destaque. A linguagem e o discurso devem também estar no radar da leitura, com atenção à construção dos argumentos que apontam para filiações ideológicas ou visões de mundo, além dos vocábulos e dos léxicos em disputas. Isso, sobretudo nos anos 1960, foi um assunto candente e será tema do último capítulo. Comparar as versões transcritas com as atas feitas a partir delas, quando ambas estiverem disponíveis, pode também denunciar a leitura de quem atua na escrita desses documentos, evidenciando contradições e omissões. Por fim, algo evidente aos/às historiadores/as, as atas devem ser lidas à luz do seu momento, ou seja, considerando os eventos políticos, sociais e econômicos da época que as informam e que são por elas informados. Esse conjunto de condutas metodológicas pode fornecer pistas valiosas sobre as dinâmicas sociais e os processos de tomada de decisão que se fizeram presentes nestas reuniões. A título de exemplificação e consulta sobre a materialidade de uma versão taquigráfica, parte de uma transcrição poderá ser consultada nos anexos da tese. A versão diz respeito à sessão da tarde do dia 10 de janeiro de 1966 da subcomissão de assuntos candentes.

#### 4.2 Arquivos: origens e lógicas

Diferentemente da documentação produzida nos Estados Unidos e dos cartazes da OSPAAAL<sup>17</sup>, o escopo documental específico do AHOSPAAAL foi apenas parcialmente analisado pela historiografia até o momento. O trabalho de Rafael M. Hernández e Jennifer Ruth Hosek (2022) utilizou-o para análise das relações entre a Alemanha Oriental e Ocidental e o governo cubano na *Tricontinental*; e a tese de doutorado de Lidia Generoso (2023) fez uso das fontes sob o recorte temático da revista *Tricontinental* e o conjunto iconográfico produzido pela organização. Roger Faligot (2013) parece ter tido acesso a essa documentação, mas isto é apenas inferido em seu livro, que não faz referência direta a ela. Pesquisas de referência sobre a *Tricontinental*, como a de Anne Mahler e Robert Young, por exemplo, não citam esta parte

---

<sup>17</sup> Esses documentos foram tema de trabalhos importantes, entre os quais destaco, por exemplo, Generoso (2023), Molinero (2022), Schmiedecke, Zerwes e Generoso (2024) e Young (2018).

do arquivo como base documental, apesar de terem a conferência e o projeto por ela inaugurado como tema. Dentro da documentação produzida nos EUA sobre a conferência, a mais conhecida e trabalhada pela bibliografia produzida por acadêmicos de língua inglesa é a publicação *The Tricontinental Conference of African, Asian, and Latin American peoples: a staff study*, mas que, sem dúvida, merece e será cotejado com a documentação encontrada em Cuba. Essa menção tem o sentido não de descredibilizar os trabalhos de Mahler e Young, faróis importantes desta tese, já que Mahler inclusive pesquisou outras dimensões deste arquivo cubano. A intenção é que a presente tese possa ser uma somatória e uma contribuição à bibliografia existente, que, sem dúvida, já ilumina, há tempos, outros horizontes em relação à historiografia clássica<sup>18</sup>.

Análises da história cubana ou do Terceiro Mundo exclusivas ou principalmente centradas em fontes estadunidenses ou soviéticas podem encobrir o protagonismo internacional do Terceiro Mundo e o incômodo projeto Tricontinental cubano e exigem uma leitura à contrapelo de suas intenções. Em sua maioria, são abordagens que consultam perspectivas unilaterais e teimam em propagar uma “história única” sobre os agentes não ocidentais. Perpetuam, também, uma lógica imperialista que parte do pressuposto de que o arquivo é somente um repositório de documentos do passado, quando os próprios modos de sua construção ou organização reforçam o que Ariela Azoulay (2019, 2020) denomina como tecnologia da violência. Em termos concretos, um trabalho acadêmico sobre a Tricontinental de Havana que faz uso exclusivo do relatório *The Tricontinental Conference of African, Asian, and Latin American peoples: a staff study*, produzido pelo Senado Americano (EUA, 1966), por exemplo, deve confrontar-se com a natureza e origem de sua documentação. Outras camadas podem ser adicionadas à análise se, ao lado deste relatório, buscarmos alianças e desentendimentos em delegações invisíveis ao radar dos EUA – preocupado em seguir os passos chineses e soviéticos –, mas que foram igualmente fundamentais para o enlace dos projetos do Terceiro Mundo.

Essa perspectiva naturalizada da configuração de saber que o Ocidente carrega e expande vem sendo criticada há bastante tempo por meio da crítica política, social e epistemológica dos estudos anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais. Além de Aníbal Quijano (2005, 2009) e Walter D. Mignolo (2007), outros autores e autoras como Grada Kilomba (2019) trazem questões semelhantes em seus trabalhos. Para a presente discussão, o já mencionado trabalho *Potential History*, de Ariella Azoulay (2019) oferece reflexões importantes. A autora

---

<sup>18</sup> O *Guia do Arquivo Histórico da OSPAAAL* pode ser consultado nos anexos da tese.

parte do questionamento da reparação histórica, responsabilizando acadêmicos que, mesmo quando críticos ao enquadramento ocidental da escrita da História, seguem alinhados a uma lógica imperial do conhecimento, dos arquivos e do próprio léxico colonial. Na própria historiografia sobre a Guerra Fria na América Latina escrita em língua inglesa, é notável a ausência ou escassez de referências aos trabalhos produzidos por pesquisadores latino-americanos em português ou espanhol, o que denuncia o pouco espaço dado aos intelectuais de fora das redes acadêmicas do Norte. Azoulay (2019) propõe, assim, desaprender o imperialismo [*unlearning imperialism*], algo sem dúvida herdeiro da proposta de Chakrabarty de provincializar a Europa (2008) nas análises sobre o passado.

Por fim, Michel Trouillot (2016), em *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, faz uma reflexão sobre como, de várias maneiras ao longo do tempo, a história da Revolução do Haiti foi silenciada pela historiografia e como o declínio econômico e político do país a partir do século XIX foi um elemento a mais para o seu ostracismo, até tornar-se um não evento. Como os eventos no Haiti contradizem a história que o Ocidente conta de si, para si e para os outros, seu silenciamento não depende de conspiração ou consenso, mas está diretamente ligado a uma estrutura de formas de contar o passado que, ao final, tornam o Haiti só mais um capítulo em uma narrativa unívoca de dominação global. Em relação à Tricontinental, é possível sugerir alguns paralelos. Se silenciar o Haiti como partícipe da história do Ocidente silencia também o racismo, o escravismo e o colonialismo como três de seus pontos centrais, o que significa silenciar ações do Terceiro Mundo para a História da Guerra Fria? Se “quanto menos importante para a história mundial parecerem o colonialismo e o racismo, tanto menos importante também parecerá a Revolução Haitiana” (Trouillot, 2016, p.164), de que forma podemos tensionar equação semelhante na medida em que um evento do século XX traz à tona justamente as marcas coloniais e racistas da organização do espaço político internacional? Se o projeto Tricontinental pode ser lido como parte da história da Guerra Fria, que sua história não seja mais um capítulo de uma “narrativa de dominação global ocidental” (p. 179) e que, conhecer essa luta por dentro, pelos seus vestígios, possa trazer e instigar leituras diferentes, sobretudo sobre a história deste projeto e dos agentes que dele fizeram parte. Entre rupturas e continuidades no tempo, essas são algumas das reflexões que movem e orientam a escrita dessa tese.

Apresentadas as fontes, discutidos os aspectos metodológicos e alinhamentos teóricos, chamo e entendo esse conjunto como caleidoscópico justamente porque, na sua multiplicidade, é possível perceber diferentes agentes, interesses, disputas e objetivos, a depender do destaque e importância dada pelo olhar histórico-analítico. Os focos de cada grupo de acordo com seus

objetivos e posicionamentos políticos trazem uma proposta de visão caleidoscópica que muda suas cores e formas a partir de cada conjunto documental analisado e comparado, fazendo-nos perceber como um mesmo evento foi lido e propagandeado de formas tão distintas. Também nos dão a possibilidade de questionar cada uma das fontes ao perceber múltiplos agentes em contato: governo cubano, delegações menores, mais famosas, menos famosas, serviços de inteligência, contrarrevolução, contrapropaganda, Estados organizados etc. Desse modo, ao posicionar o olhar em uma angulação, vê-se uma imagem, mas há uma potência de mudança a quem ousar girar a luneta.

## 5 Estrutura da tese

A tese se organiza em duas partes, cinco capítulos e três anexos. Optei por fazer discussões teóricas e historiográficas não somente na introdução do trabalho, mas também ao longo do texto, de modo a aproximar e não segmentar teoria, discussão bibliográfica e documentação. Um relatório cubano escrito em 1966 a respeito da conferência dizia que, “para fazer um balanço geral da Conferência Tricontinental, é preciso determinar os elementos que tiveram papel determinante, tanto na etapa organizativa como no desenvolvimento e decisões das conferências”<sup>19</sup>. Por isso, na primeira parte, intitulada “Solidariedade terceiro-mundista: delimitando ou eliminando fronteiras”, busco compreender os caminhos para a consolidação do terceiro-mundismo no contexto da Guerra Fria.

No capítulo 1, “Narrativas sobre a Guerra Fria: como as histórias da África, América Latina e Ásia movem a Historiografia clássica”, o propósito foi apresentar as experiências históricas dos agentes e dos territórios do Terceiro Mundo e expor as formas pelas quais a historiografia narrou os processos dinâmicos que as constituíram. A análise se fez a partir do mapeamento da genealogia do conceito de Terceiro Mundo, que fornece a entrada teórica para situar a tese em relação às disputas historiográficas em torno de como contar o conflito mundial. Por fim, e à luz de encontros possíveis com a nova historiografia da Guerra Fria, realizo uma abordagem pericêntrica dos três continentes, apresentando os contextos entrecruzados em que se realizou a Conferência Tricontinental em Havana, em 1966, com a contextualização dessas experiências.

---

<sup>19</sup> *Análisis General de la Conferencia Tricontinental*. Confidencial. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

O capítulo 2, “Rotas traçadas: o sonho tricontinental como percurso até Havana”, complementa a discussão da primeira parte da tese ao explorar as articulações que precederam a Conferência. Foram analisadas as conexões entre movimentos e organizações na tentativa de tomar a dianteira na corrida pela Tricontinental. O Conselho Mundial da Paz (CMP) e a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA) são algumas das instituições que aparecem contextualizadas no capítulo. A partir de correspondências recolhidas no Arquivo Geral da Nação, no México, e de relatórios cubanos e estadunidenses, recolhidos em Cuba e nos Estados Unidos, foram trazidas as tensões internas que permearam as negociações em torno da organização da Conferência, como o histórico dos afro-asiáticos, o conflito sino-soviético, as articulações terceiro-mundistas e os desafios de conciliar projetos locais e transnacionais. Ao discutir com teóricas feministas a respeito de dinâmicas de poder entre margem e centro no segundo capítulo, busco trazer tal perspectiva ao estudo das práticas das forças terceiro-mundistas em relação às potências imperialistas nas Relações Internacionais. Essa abordagem teórica, defendo, amplia a compreensão das solidariedades vindas de ocupações marginais e que foram essenciais para uma política e tradição de encontros internacionais realizadas pelo Terceiro Mundo. Além disso, no capítulo, destaca-se o papel de figuras-chave do processo, como Lázaro Cárdenas, Ben Barka, Che Guevara e Fidel Castro, evidenciando a importância dessas lideranças na construção de um – ou vários – projetos tricontinentais em disputa nos anos 1960.

A segunda parte da tese, “Tecendo redes transnacionais: debates políticos e espaços culturais durante a Tricontinental”, reúne três capítulos que verticalizam a análise na Conferência em Havana. Ao mergulhar na documentação do evento em si, busquei permanecer atenta a quatro elementos essenciais para a especificidade de uma conferência internacional como objeto de pesquisa (Legg *et al.*, 2023), conferindo maior ou menor destaque a cada um deles de acordo com o que a documentação me ofereceu: (1) aos fatores materiais e não somente discursivos do encontro; (2) às questões hierárquicas e de subalternidade internas à conferência e também externas a ela, no que diz respeito, por exemplo, ao modo como a Tricontinental tratou seus temas mais caros, como o anticolonialismo e o anti-imperialismo; (3) aos aspectos culturais e de visibilidades incorporados à agenda de política dura da conferência, compondo, no caso da Tricontinental, a diplomacia cultural cubana; e (4) à “atmosfera”, isto é, aos locais por onde as delegações estiveram, para além das salas de reunião do Havana Livre, expandindo, assim, a experiência para o entendimento de sociabilidades promovidas por e para os representantes do Terceiro Mundo ali reunidos.

O capítulo 3, “Articulações e disputas de redes transnacionais na Conferência Tricontinental”, tem o foco nas interações entre os participantes do encontro e seus esforços para construir novas alianças e fortalecer laços de solidariedade. Em primeiro lugar, apresento a estrutura e organização da Conferência para orientar a leitura do conjunto dos três capítulos. Em seguida, analiso também os desafios para a criação do organismo tricontinental e os debates em torno da sua sede e estrutura. Por meio da análise de documentos e discursos, o capítulo busca defender como Conferência Tricontinental se inseriu na história dos vínculos do Terceiro Mundo e como participantes e contemporâneos a reconheceram como um espaço de articulação política em rede e palco de debates sobre aspirações nacionais e transnacionais.

O capítulo 4, “‘O cenário está à altura do acontecimento’: diplomacia cultural, espaço urbano e investimento”, explora a programação cultural e as mudanças no espaço urbano de Havana durante a Conferência, examinando como a diplomacia cultural foi utilizada como ferramenta política para promover a imagem de Cuba e para fortalecer a causa terceiro-mundista. Discute a importância da participação de artistas e intelectuais no evento, como Joséphine Baker, e a transformação da cidade em um epicentro cultural e político. Nessa perspectiva, os eventos culturais aparecem como parte integrante do evento e são considerados tão importantes para sua história quanto as resoluções finais. O capítulo também investiga os agentes, investimentos e financiamentos que tornaram esse encontro possível, revelando um aspecto pouco conhecido até então. Nesse capítulo da tese, um novo conjunto documental é inserido na investigação. A revista cubana *Bohemia* e o álbum de fotografias distribuído aos participantes na ocasião são mobilizados como fontes principais da análise. Juntamente com o relatório do FBI a respeito da presença de Joséphine Baker em Havana, são fontes que trazem uma discussão de fundo sobre limites de arquivos institucionais e expansão de olhares investigativos rumo a outros acervos.

Por fim, o capítulo 5, “A guerra são os imperialistas que fazem”: construção e disputa de significados na Conferência Tricontinental, investiga os últimos dias de trabalho das comissões em Havana. Pelas atas das reuniões que antecederam a escrita dos comunicados finais, busquei apresentar a construção e as disputas de significados durante a Conferência Tricontinental e como isso compôs um repertório de ação política próprio. Em diálogo com os trabalhos de Charles Tilly, Pierre Bourdieu e John Pocock, o foco esteve nos debates em torno de conceitos-chave dos anos 1960 na Guerra Fria de forma geral e no Terceiro Mundo, de modo específico. A partir destes autores, busquei mapear as itinerâncias dos significados e compreensões que implicavam termos e ideias caros à época, como coexistência pacífica,

independência, paz, colonialismo e neocolonialismo e de que forma os comunicados finais do encontro se posicionaram em relação a isso.

No poema que abriu essa introdução, todos os ventos que se amotinaram no congresso partiram ao final da conferência, “regressaram, um após outro, para as noites e as tormentas das suas terras natais” (Cardozo, 2010, p. 208). Essa tese é uma pesquisa sobre um brevíssimo momento no qual, de forma inédita, delegações do Terceiro Mundo estiveram reunidas em Havana para discutirem contornos de um futuro diferente, próximo e próspero aos povos na linha de frente contra o colonialismo, o neocolonialismo e o anti-imperialismo – a noite e a tormenta que estavam em seu encalço. A saída, acreditava-se, estava no curso da solidariedade. Esse encontro, apesar de tão rápido, tem uma longa história – que em algumas partes será contada a seguir.



**PARTE I**

**SOLIDARIEDADE TERCEIRO-MUNDISTA: DELIMITANDO  
OU ELIMINANDO FRONTEIRAS**

Os capítulos 1 e 2 compõem a primeira parte da tese pela relevância em estabelecer os marcos teóricos e históricos fundamentais para a análise da Conferência Tricontinental. São essenciais no argumento sobre o papel da Tricontinental na consolidação de uma nova visão sobre as Relações Internacionais em tempos de Guerra Fria, posicionando o Terceiro Mundo não como mero espectador, mas como um agente transformador das dinâmicas globais e deixando evidente o trabalho de Cuba diante de outros atores do Sul para conseguir a dianteira do processo em curso. Juntos, os capítulos trazem reflexões sobre como as fronteiras entre solidariedades locais e globais foram negociadas e desafiadas, destacando a complexidade do terceiro-mundismo como projeto político e cultural. Além disso, demonstram como a Conferência Tricontinental se inseriu em um processo histórico mais amplo de articulações entre África, Ásia e América Latina, sendo um marco na construção de uma identidade coletiva do Sul.

## **1 NARRATIVAS SOBRE A GUERRA FRIA: COMO AS HISTÓRIAS DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E ÁSIA MOVEM A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA**

Este capítulo traz uma discussão historiográfica sobre a Guerra Fria em conjunto com alinhamentos conceituais. Apresenta e dialoga com a produção acadêmica sobre o conflito e destaca a importância dos estudos latino-americanos para análises abrangentes e transnacionais. Na sequência, a proposta pericêntrica de análise histórica em Tony Smith e a compreensão acerca da genealogia do conceito Terceiro Mundo compõem o conjunto conceitual mobilizado. Por fim, é feita uma breve contextualização histórica dos três continentes nas décadas de 1950 e 1960, a fim de aplicar a perspectiva pericêntrica e orientar as leituras subsequentes.

### **1.1 Historiografia da Guerra Fria e o lugar que cabe ao Terceiro Mundo: da marginalização à inclusão para ampliação da análise**

O projeto tricontinental e a Conferência que marcou seu princípio encontram-se na interseção de campos de estudos diversos: História da América Latina e Caribe, em especial a cubana, do Terceiro Mundo e da Guerra Fria. É um tema que resiste a análises circunscritas a fronteiras nacionais, já que se constitui como um objeto de contornos inconfundivelmente transnacionais, exigente de um olhar global.

Por suas extensas conexões intelectuais, políticas, governamentais e de movimentos de independência, todas alinhadas à pauta anti-imperialista e anticolonialista, o projeto da Tricontinental vem sendo mobilizado nas últimas décadas como parte das produções sobre a Guerra Fria Global, na teia política das Relações Internacionais da segunda metade do século XX e na historiografia da História da América Latina. Menções importantes devem ser feitas para os trabalhos de Robert Young (2018), Roger Faligot (2013), Saïd Bouamama (2016), Eric Zolov (2016), Anne Mahler (2015, 2018), Lidia Generoso (2018, 2019, 2021, 2024), Lani Hanna (2020), Blanca Mar León (2021), Patrick Iber (2022), Alberto Molinero (2022) e Natália Schmiedecke (2023), e as mais recentes publicações *Tricontinental Revolution*, organizada por Joseph Parrot e Mark Lawrence (2022), a tese *La Internacional Guerrillera: Una historia de la Conferencia Tricontinental y de la Organización Latinoamericana de Solidaridad*, de Stella Grenat (2023), e os artigos reunidos no dossiê de fevereiro de 2024 do periódico *Bandung, Journal of the Global South*, dos quais destaco o de Lidia Generoso, Erika Zerwes e Natália

Schmiedecke (2024) e o de Vanessa Hearman (2024), sem deixar de mencionar o dossiê organizado por Eduardo Rey Tristán (2025), publicado após a cerimônia de defesa desta tese. Este quadro cada vez mais ampliado de pesquisas sendo desenvolvidas em universidades e centros de investigação em diferentes continentes é sugestivo sobre a importância que o tema vem recebendo.

Esses estudos recentes reúnem perspectivas de diferentes áreas do conhecimento sobre os impactos do projeto de solidariedade tricontinental antes, durante e depois de 1966, ainda que estudos verticalizados sobre a Conferência em si ainda sejam raros. De modo geral, esse interesse ganhou fôlego somente a partir da segunda década do século XXI e, para explicar melhor esta ausência prolongada que antecedeu tais estudos, é preciso compreender o percurso historiográfico a respeito da Guerra Fria e o papel dos estudos latino-americanos para esta virada narrativa.

Segundo Odd Westad (2005, p. 74), “a forma dos movimentos revolucionários e dos novos Estados do Terceiro Mundo estão intrinsecamente conectados à Guerra Fria e suas ideologias”. Esse entendimento, hoje consenso entre pesquisadores, não esteve nas agendas das pesquisas desde o princípio. Em meados da década de 1940, acadêmicos e diplomatas começaram a se perguntar por que havia uma Guerra Fria, onde estaria sua origem e, claro, quem deveria ser responsabilizado pelo seu início e por quais razões. Os questionamentos sobre a responsabilidade da guerra já davam indícios sobre a origem de seus autores, que partiam de uma escrita em língua inglesa, quase sempre embebida pelos debates da época sobre segurança nacional e política externa nos Estados Unidos. Como afirma Harper (2011, p. 83), “com raras exceções, a historiografia da Guerra Fria foi politizada desde o princípio”.

Os estudos sobre a Guerra Fria, portanto, iniciaram-se logo após o início do conflito, com diversas interpretações acerca do período. A primeira escola de pensamento, conhecida como ortodoxa, era composta por acadêmicos de orientação liberal e membros do governo americano, que buscavam culpabilizar o expansionismo soviético e a personalidade de Stálin pelas tensões, como a quebra de acordos de Ialta e Potsdam, o que teria obrigado os EUA, segundo essa versão, a defenderem a democracia<sup>20</sup>. As interpretações ortodoxas nos Estados Unidos afirmavam a Doutrina de Contenção como uma *resistência* dos EUA ao expansionismo

---

<sup>20</sup> Sidnei Munhoz (2020, local. 583) ressalta que havia desencontros entre os próprios ortodoxos: enquanto alguns buscavam respostas a partir de um olhar realista, isto é, entendendo que os soviéticos buscavam maximizar segurança e poder via expansionismo territorial; outros centravam seus argumentos na ideologia comunista como vetor da política de Stálin, um ator global em busca de “expandir a ideologia marxista-leninista e os regimes comunistas, abolir os Estados-nação, estabelecer sociedades sem classes e conquistar a preponderância global.”

da URSS e, de modo mais geral, negavam os interesses e ambições dos EUA na perpetuação do conflito (Harper, 2011).

Já a escola ortodoxa soviética entendia que a Guerra Fria era fruto da luta de classes e uma consequência da agressividade imperialista americana, sendo os EUA os responsáveis pela corrida armamentista. As sucessivas tentativas das alianças ocidentais de retirarem da URSS sua esfera de influência na Europa Oriental teriam obrigado Stálin a se defender da ofensiva imperialista (Munhoz, 2004). É possível perceber como esta matriz historiográfica torceu a lança acusatória na direção dos EUA, projetando uma espécie de pirâmide invertida analítica em relação à escola estadunidense.

Mas os ventos da década de 1960 chegaram também à historiografia escrita em língua inglesa. Com a morte de Stálin, em 1953, o arrefecimento das tensões após a crise dos mísseis de 1962 e o cenário improvável que acontecia diante dos olhos do mundo no Vietnã, outros questionamentos foram direcionados aos EUA e a sua postura imperialista foi colocada em xeque. Em resposta aos ortodoxos dos EUA, no final da década de 1960 e durante toda a década seguinte, revisionistas da chamada “*New Left*”<sup>21</sup> apontaram o imperialismo como responsável pelos contornos do conflito (Maddox, 2015). Nessa linha, quando os soviéticos se negaram a compactuar com o desejo de hegemonia dos EUA, sobretudo na Europa Oriental, foram colocados no lugar de inimigos. Daí, então, o conflito ser de responsabilidade dos Estados Unidos e contra o qual a URSS não fez mais do que reagir enquanto buscava cooperação internacional. Como John Harper (2011, p. 85) aponta, o revisionismo realizou uma correção necessária em relação à corrente ortodoxa, mas “substituiu uma visão estereotipada da URSS por outra”, além de oferecer uma explicação simplista do imperialismo expansionista estadunidense.

Pós-revisionistas, ou “neo-ortodoxos”, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, inauguraram uma nova corrente interpretativa para o conflito Leste-Oeste, entendida por muitos como uma síntese equilibrada entre os dois grupos precedentes. John Lewis Gaddis, seu principal expoente, acreditava que a desarticulação do bloco socialista traria um momento de possibilidade de análise mais neutralista em relação às interpretações anteriores. Esses pressupostos de “leitura equilibrada” ou “neutra” acabaram sendo pró-ocidentais e em muito alinhados aos preceitos ortodoxos (Munhoz, 2004, p. 366).

---

<sup>21</sup> Com discordâncias entre si, esses autores costumam ser divididos em dois grandes grupos. Os “*soft revisionists*” enfatizaram mais ações individuais do que sistemas internacionais e instituições. Para esse grupo, a Guerra Fria teria ocorrido em razão de falhas de políticos como Henry Truman, por exemplo. Os “*hard revisionists*”, por sua vez, colocaram o conflito na conta do sistema americano, baseado no contínuo expansionismo internacional do país (Maddox, 2015).

Uma interpretação corporativista foi criada como resposta aos pós-revisionistas, com ênfase na política doméstica (ideologia e questões sociais) dos EUA como vetor da política externa, ou seja, partiu do entendimento de que a postura internacional dos EUA era ditada por grupos políticos internos. Michel Hogan é um nome importante dessa linha historiográfica, segundo a qual os EUA seriam um “Estado associativo ou neocapitalista corporativo, baseado na autorregulação dos grupos econômicos, integrados por coordenações institucionais e por mecanismos de mercado” (Munhoz, 2004, p. 268) e os chefes de governo teriam tentado espelhar na política externa e na nova ordem global o modelo interno vigente.

No caminhar dessa historiografia, pode-se perceber a complexificação do objeto, mas é perceptível o foco nos aspectos diplomáticos, militares e sobretudo bipolar do conflito, independente da filiação dos historiadores das correntes mais tradicionais. A pergunta era, claramente, quem iniciou ou perpetuou a Guerra Fria e, na resposta, só havia duas alternativas. No horizonte não figurava o Terceiro Mundo como agente deste conflito.

Qualquer interpretação histórica do mundo contemporâneo sem dúvida não pode escapar a um confronto com a obra de Eric Hobsbawn, *A Era dos Extremos: o breve século XX*, publicada originalmente em 1994 e responsável por uma mudança na percepção do passado recente, então inserido num arco temporal de análise que remontava ao ano de 1914 (Traverso, 2012). No tema que nos interessa, a análise histórica de Hobsbawn (1995, p. 434-435) passou ao largo da validação do projeto de internacionalismo terceiro-mundista:

Além disso, mesmo onde a revolução era uma realidade, ou uma probabilidade, seria ainda genuinamente mundial? Os movimentos em que os revolucionários da década de 1960 punham suas esperanças eram o oposto de ecumênicos. Os vietnamitas, os palestinos, os vários movimentos de guerrilha pela libertação colonial só se interessavam por seus assuntos nacionais. Só se relacionavam com o mundo mais vasto na medida em que eram comandados por comunistas que tinham tais compromissos mais vastos, ou na medida em que a estrutura bipolar do sistema mundial da Guerra Fria automaticamente os fazia amigos dos inimigos de seu inimigo. O quanto o velho ecumenismo deixara de ser essencial foi demonstrado pela China comunista, que, apesar da retórica de revolução global, seguiu uma política implacavelmente centrada em si mesma [...] A revolução com vistas além das fronteiras nacionais sobreviveu apenas sob a forma atenuada de movimentos regionais: pan-africano, pan-árabe, e especialmente pan-latino-americano. Esses movimentos tinham uma certa realidade, pelo menos para militantes intelectuais que falavam a mesma língua (espanhol, árabe) e passavam livremente de país em país, como exilados ou planejadores de revoltas[...] fora da esquerda latino-americana, quantos esperavam de fato um triunfo pan-africano ou pan-árabe de emancipação socialista? Não se demonstrou a fragilidade, e mesmo a irreabilidade política, das revoluções supranacionais no desmonte da breve República Árabe Unida, de Egito e Síria, com um Iêmen meio frouxo no meio (1958-61), assim com os constantes atritos entre os regimes igualmente pan-árabes e socialistas do Partido Ba'hat na Síria e Iraque? Na verdade, a mais

sensacional prova do desaparecimento da revolução mundial foi a desintegração do movimento internacional a ela dedicado. Depois de 1956, a URSS e o movimento internacional sob sua liderança perderam o monopólio do apelo revolucionário, e da teoria e ideologia que o unificavam.

A longa citação faz jus à fama e à importância de seu autor. Hobsbawm cristalizou uma certa leitura sobre o século XX que se tornou canônica a partir do lançamento da tetralogia das *Eras*<sup>22</sup>. Escrita ao longo de mais de 35 anos, entre a década de 1950 e 1990, a coleção dá demonstrações da ótica eurocêntrica que a orienta desde sua periodização. Na passagem citada, é possível reconhecer o entendimento de uma dinâmica terceiro-mundista dependente e suscetível às propostas revolucionárias globais soviética ou chinesa, “derivadas, não originais” (Traverso, 2012, p. 40), limitadas e efêmeras, nas quais as ações, projetos e investidas em prol de uma solidariedade internacional independentes das grandes potências simplesmente não existiam. Ao dedicar capítulos de sua síntese de um século ao Terceiro Mundo e suas revoluções, o historiador britânico reconhecia as transformações geopolíticas, mas sua análise prescinde de um peso para as transformações políticas dos agentes do Sul na história do século XX.

Segundo John Harper (2011, p. 89), o interessante nesses estudos da historiografia é que, ainda que as matrizes historiográficas se diferenciasssem nos seus argumentos, mesmo com o caminhar das décadas e a sucessivas aberturas de arquivos após 1989, isso “não serviu para superar as antigas controvérsias”. Isso denuncia que o problema da historiografia não era tanto a falta de documentação quanto o olhar para a fonte. Ao nos inteirarmos sobre os debates das matrizes tradicionais, as ausências são bastante eloquentes. Ainda que houvesse trabalhos sobre a Guerra no Vietnã, o golpe na Guatemala ou a Guerra na Coreia, comumente esses conflitos eram manipulados pela historiografia na busca por respostas às mesmas perguntas, e os agentes do Sul seguiam reduzidos a peças moventes no xadrez político com apenas dois grandes jogadores.

A virada nesta perspectiva começou a ser desenhada nos primeiros anos do século XXI, quando as pesquisas sobre a Guerra Fria começaram a se contrapor às historiografias tradicionais centradas no Norte e a analisarem a guerra de forma crítica e ampliada. Para essa geração de pesquisadores, a história do chamado Terceiro Mundo foi considerada como parte integrante e atuante da disputa, e não apenas receptora das políticas globais da época. Em seu livro precursor desta nova geração, Odd Westad (2005), em *The Global Cold War: Third World interventions and the making of our times*, buscou explicar a Guerra Fria e como as regiões do

---

<sup>22</sup> São elas: *A era das Revoluções* (1789-1848); *A era do Capital* (1948-1975); *A era dos impérios* (1875-1914); e *A Era dos extremos: o breve século XX* (1914-1989).

então chamado Terceiro Mundo foram, segundo o autor, cruciais para a formato do conflito: “Os aspectos mais importantes da Guerra Fria não foram nem militar, estratégico ou eurocentrado, mas sim conectados ao desenvolvimento político e social no Terceiro Mundo” (p. 396). Em relação às correntes historiográficas predecessoras, a proposta de Westad abriu novas portas para o entendimento do conflito. O autor defendeu como insustentável o argumento da Guerra Fria como ditada pelo Norte e não pertencente ao Sul. Para ele, o intervencionismo das superpotências tanto provocou as mudanças nos países do então chamado Terceiro Mundo, que tiveram que atualizar suas agendas a partir dessas novas realidades, quanto foi moldado em razão das propostas e modelos alternativos de desenvolvimento e convivência internacionais aventados no Sul. Essas relações e interseções criaram mudanças e exigiram adaptações de todos os atores envolvidos no fazer da nova ordem global (Westad, 2005).

Na virada do século, Tony Smith (2000) já defendia o argumento de que os atores “menores” [*small players*] no sistema internacional muitas vezes agiram na intenção de bloquear, moderar, neutralizar ou dar fim ao conflito, mas que, por vezes, também articularam para intensificar, prolongar e expandir a Guerra Fria a partir de prerrogativas que atendessem a seus próprios interesses nacionais. Portanto, alertava o autor, qualquer estudo que foque somente na bipolaridade EUA-URSS é, antes de tudo, incompleto, pois as ferramentas essenciais para compreender esse conflito estão também no estudo dos agentes e da geopolítica do Sul, já que a guerra só foi como foi por causa desses atores.

## 1.2 Uma proposta de análise pericêntrica

Como discutido na seção anterior, por muito tempo as experiências políticas no Terceiro Mundo foram vistas e tratadas na historiografia como subproduto da rivalidade polarizada de EUA e URSS. Tal interpretação simplista denunciava uma postura interpretativa que obliterava, como defendeu Mark Bradley (2010, p. 465), visões do Sul “que imaginavam um mundo separado tanto do sistema internacional bipolar quanto da ordem imperial”. Negligenciar tais visões numa ampla análise da Guerra Fria seria, como defendeu Westad (2005), incompleto, já que algumas características centrais do conflito só são compreensíveis quando trazemos ao palco agentes fora do eixo Washington-Moscou. Os estudos de Tony Smith (2000), nesse sentido, apelam para o que o autor chamou de análise pericêntrica da Guerra Fria, cujo foco seja voltado



para governos e atores não governamentais, como os sandinistas e os movimentos de libertação nacionais, muitos dos quais estiveram presentes no encontro em Havana, em 1966.

Ao nos aproximarmos dessas experiências políticas descentralizadas, e apesar da narrativa do mundo polarizado ter encontrado terreno em muitos autores consagrados, deparamo-nos, como chama a atenção Sidnei Munhoz (2020, local. 3651), com processos históricos complexos. Segundo o autor, ainda que associados aos diferentes blocos, os países “possuíam interesses distintos e não atuavam de forma homogênea”, havendo dissidências de alianças e autonomias não desprezíveis.

Além disso, é preciso lembrar que o próprio comprometimento estadunidense e soviético variou no tempo, sendo que na década de 1950, argumenta Bradley (2010), os esforços de Stálin no fomento de revoluções fora do espaço europeu eram desiguais e irregulares e as atenções tanto de Moscou quanto de Washington não tinham como foco o Terceiro Mundo antes da década de 1950, mesmo com as demandas por apoio soviético nos territórios asiáticos e africanos em processos de independência e formação governamental. Foi somente após a vitória comunista da China e com o caminhar da guerra entre as Coreias que o Terceiro Mundo entrou de vez no radar de preocupações dos países polos. Segundo Cristina Pecequilo (2005) o envolvimento tanto dos EUA quanto da União Soviética nesses territórios foi feito de maneira “estreita”, já que demandas específicas desses atores pelo desenvolvimento econômico e pela redução das desigualdades eram tratadas de forma mais pontual do que estrutural e fez da Guerra Fria mais um elemento de barganha e conquista de benefícios do que, de fato, uma via reformista do sistema internacional.

Interessante pensar junto com Bradley (2010) e Pecequilo (2005) a partir das políticas das superpotências para o Terceiro Mundo sem deixar de lado a dimensão da *contingência* e do não premeditado da Guerra Fria. Mais ainda, o Terceiro Mundo e o surgimento de projetos comuns em seu interior acentuavam o desalinho de uma parte do globo com os EUA e a URSS, bastando lembrar da tônica do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), por exemplo.

Foram os agentes do Terceiro Mundo que mostraram sua relevância às potências e como os conflitos não seriam facilmente resolvidos ou facilmente inseridos nos moldes previstos. Não eram simplesmente de um bloco ou de outro, tinham autonomia política e, mais do que isso, interesses políticos não desprezíveis naquela difícil equação. Por isso, tornaram-se perigosos e relevantes geopoliticamente. Essa dinâmica de articulação interna do Terceiro Mundo e suas relações com as superpotências obriga os pesquisadores a descentrarem-se de interpretações nacionais ou focadas na bipolaridade, lançando luz sobre o aspecto global do conflito.

Neste ponto, é preciso dar o mérito à historiografia latino-americana, que possui produção pioneira nessa perspectiva, inclusive para além do recorte da Guerra Fria. Em entrevista recente, o historiador Rafael Marquese (2025) afirma que muito do que o universo acadêmico anglo-saxão divulga como uma grande novidade, como uma perspectiva global sobre a história, é uma repetição de “práticas há muito adotadas sob outras denominações e roupagens” (s.p.) por historiadores latino-americanos. Especialmente autores marxistas latino-americanos e caribenhos, discípulos formais ou informais dos *Annales*, e formuladores e os críticos da teoria da dependência, buscaram “articular o que se passava localmente nos espaços latino-americanos às forças mais amplas do capital e do colonialismo, de natureza necessariamente global” (Marquese, 2025, s.p.).

Bárbara Weinstein (2013) também já havia reconhecido o engajamento do campo dos estudos latino-americanos na busca por interações e intercâmbios tanto na escala continental quanto global, de forma a construir uma historiografia que não desse o protagonismo exclusivamente à relação da América Latina com os Estados Unidos, ainda que essa relação não possa ser ignorada. O pioneirismo desses estudos transnacionais deve ser aqui destacado, sobretudo diante de uma longa historiografia da Guerra Fria que, como vimos, buscava respostas orientadas para o Estado-nação e para a bipolaridade ideológica:

Do mesmo modo que os “estudos subalternos” surgiram no sul da Ásia, mas viraram uma abordagem mais abrangente, o viés transnacional surgiu dos estudiosos da América Latina, mas logo foi divulgado além das fronteiras da região. O impulso ao transnacional, no primeiro instante, nasceu dos problemas intelectuais e profissionais dos *Latin Americanists* na História e nas Ciências Sociais, mas a utilidade dessa abordagem logo atraiu o interesse de pesquisadores em muitas outras áreas. (Weinstein, 2013, p. 18)

A proposta da análise pericêntrica de Tony Smith, portanto, vem somar-se a esses esforços da mais recente historiografia da Guerra Fria que conta com a contribuição essencial dos estudos latino-americanos. Novas formas de contar experiências desse período histórico buscam pensar seus agentes fora do duelo de titãs. Sem reduzi-los a atuação de títere, pede que haja

também um relato desses atores como às vezes medrosos e defensivos, mas também como nacionalistas determinados, realistas endurecidos, idealistas de princípios, grandes tomadores de decisão, ideólogos comprometidos, manipuladores e oportunistas capazes de usar a crise mundial para seus próprios fins. Seus nomes por si só sugerem que não devemos esperar menos: Bevin e DeGasperi, Kim e Mao, Fidel e Che, Somoza e os Ortegas, Ben Gurion e Nasser, Ulbricht e Adenauer, Ayub Khan e os Bothas, Mandela e Walesa (Smith, 2000, p. 570).

Por isso, a conferência Tricontinental configura-se como um objeto de investigação potencial, uma vez que dialoga com variadas frentes contextuais e historiográficas e nos obriga a pensar fora do eixo estritamente nacional, ainda que ele não seja desprezível. Aspectos da história cubana, da história da América Latina e da Guerra Fria imbricam-se na história do evento, que foi um dos vetores da experiência plural e multidimensional do Terceiro Mundo e, segundo Martin Klimke e Mary Nolan (2018, p. 3), “o encontro internacional mais importante e influente dos anos sessenta”.

### 1.3 Terceiro Mundo: uma discussão (ainda) necessária

Vijay Prashad (2007) defende que o Terceiro mundo, mais que uma ideia polifônica, foi, sobretudo, um projeto político. Tullo Vigevani (1990), por sua vez, definiu-o como um sentimento que floresceu a partir da década de 1950 com novas éticas e estéticas para povos independentes ou colonizados. A origem, os usos e leituras sobre o Terceiro Mundo encontram-se em uma discussão que segue atual e longe de ser encerrada, uma vez que o termo esteve sujeito a interpretações diversas, por vezes apressadas, e foi objeto de múltiplas apropriações – e rejeições – ao longo do tempo e sua historiografia se cruza com a historiografia da Guerra Fria. Por vezes esteve relacionado com outros conceitos importantes para o período, como revolução, desenvolvimento/subdesenvolvimento, subversão, bipolaridade, neutralidade, não alinhamento etc. Como termo identitário foi fortemente mobilizado entre as décadas de 1950 e 1970:

Durante a Guerra Fria, o ‘Terceiro Mundo’ poderia se referir aos países e governos que se opunham às duas superpotências; uma comunidade transnacional de povos, não de governos, destinada a conduzir uma revolução anticolonial mundial; países da periferia do mercado mundial, buscando criar uma nova ordem econômica internacional; e países não europeus que sofrem passivamente de “subdesenvolvimento” crônico (Palieraki, 2023, p. 2).

No campo intelectual e do universo das revistas, a expressão encontrou acolhida e o entendimento de Terceiro Mundo e suas prerrogativas sobre solidariedade e superação do subdesenvolvimento se materializaram nos preceitos da importante revista *Cadernos do Terceiro Mundo*. Surgida no contexto do exílio provocado pelas ditaduras na América Latina, foi fundada em 1974, na Argentina, e relançada posteriormente no México (1976) e também no Brasil (1980), tendo sido publicada até o ano de 2005. Interessantemente, havia uma seção na revista chamada “panorama Tricontinental”. Na seção, eram divulgados os últimos

acontecimentos ocorridos nos três continentes e sem dúvida era também uma menção à Conferência de 1966.

A existência longa fez do periódico uma referência fundamental para a análise das lutas anticoloniais, processos de redemocratização e dinâmicas geopolíticas do Sul, com especial impacto nos estudos latino-americanos.

O ineditismo de sua proposta editorial e a abrangência de sua cobertura fez com que ela se tornasse referência obrigatória, por décadas, para estudos políticos, históricos e de relações internacionais nos meios acadêmicos do Terceiro Mundo e nos movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais humanitárias, grupos de direitos humanos, ecologistas e foros internacionais de diversa índole (Bissio, 2016, p. 21).

Ao reunir ensaios, pesquisas e debates interdisciplinares, a revista destacou-se ao promover análises que questionavam as narrativas oficiais, defendendo a democratização da comunicação como alicerce para o desenvolvimento periférico. Era um espaço para a reinterpretação dos processos de colonização, desenvolvimento e resistência e, igualmente, um objeto de estudo transnacional. Sua cobertura abrangente ofereceu perspectivas críticas sobre movimentos sociais, conflitos armados e transições políticas, constituindo-se como um acervo para pesquisas sobre resistência política e solidariedade entre nações do Terceiro Mundo. A digitalização de seu arquivo permite análises historiográficas sobre a articulação entre jornalismo engajado, redes intelectuais transnacionais e os debates teóricos que moldaram as esquerdas latino-americanas durante a Guerra Fria (Bissio, 2016).

Na década de 1980, porém, a expressão Terceiro Mundo entrou em ostracismo e tem sido recuperada mais recentemente como categoria analítica desde o advento dos estudos decoloniais na década de 1990 e com a nova historiografia do conflito, cujo intuito é “provincializar a Guerra Fria” (Palieraki, 2023, p. 1-3). Pesquisadores dessa nova geração recuperam e atualizam os estudos a respeito do Terceiro Mundo como conceito, projeto, expressão de uma época, identidade e, por vezes, exploram as interseções dessas propostas.

Superada uma análise dicotômica rasa do período pós-II Guerra que invisibilizou ações orquestradas regional ou globalmente, a historiografia sobre o Terceiro Mundo se aprofundou nos tempos recentes e complexificou o tema, trazendo discussões interessantes que, inclusive, ultrapassam marcos europeus ou ocidentais. Em “*The Origins of the ‘Third World’: Alfred Sauvy and the Birth of a Key Global Post-War Concept*”, Palieraki (2023) defende que o contexto da Guerra Fria, por si só, não explica o alcance do termo. Para entendermos melhor o que veio a ser este conceito-chave do contexto global do pós-guerra, é imprescindível que conheçamos sua origem e, sem dúvida, seu autor.

O artigo “*Trois mondes, une planète*”, publicado em 1952 na revista *L’Observateur*, do demógrafo francês Alfred Sauvy<sup>23</sup> (1986), é considerado um texto fundador da expressão. Nele, o autor enfatiza a existência de uma parte do mundo não reconhecida em sua devida importância no pós-Segunda Guerra Mundial e percebe os primeiros anos da Guerra Fria como uma disputa com dois protagonistas: o Ocidente, capitalista, democrático, representado pelos EUA, chamado de Primeiro Mundo; e o Segundo Mundo, comunista, regido pela URSS. O demógrafo faz ainda uma comparação do Terceiro Mundo com o Terceiro Estado da Revolução Francesa no final do século XVIII, na qual pontua sua convicção no potencial revolucionário e sobretudo perigoso de um poder político que deveria ser controlado: “esse Terceiro Mundo ignorado, explorado e desprezado como o Terceiro Estado, quer, ele também, ser alguma coisa” (p. 83). Essa frase é citada por muitos trabalhos e retirada do contexto argumentativo do texto em seu inteiro teor, o que contribuiu, na maior parte das vezes, para uma interpretação errada sobre as verdadeiras intenções de Sauvy.

O autor francês não estava interessado em delimitar geograficamente o conceito, mas destacar as similaridades de territórios sob esta alcunha. Para identificar estas similaridades, partia de argumentos conservadores vindos da demografia europeia, segundo os quais os problemas dos Terceiro Mundo não existiriam em razão do passado colonial imposto pela Europa no geral e pela França em particular, mas sim por causa da superpopulação, que deveria ser controlada, em uma referência clara à teoria malthusiana. A definição de Terceiro Mundo, em Sauvy, parte de uma heterodenominação vinda de concepções ora de passividade ora de ação. De certa forma, sua análise levava o leitor a uma ideia de que esse conjunto de países era o “resto” do mundo, em uma clara concepção pejorativa. No texto, a ideia é também alertar o Primeiro Mundo do potencial revolucionário do Terceiro Mundo, com um certo alarmismo. Caso o Primeiro Mundo não se voltasse para o Terceiro Mundo, poderia perder uma base crucial de apoio (Palieraki, 2023).

O sucesso global adquirido pelo conceito veio da riqueza semântica de sua gênese, que reuniu um conteúdo híbrido, ao mesmo tempo político e científico, e possibilitou que tanto ativistas como cientistas sociais o adotassem. Ao invés de entendê-lo como conceito albergue de acepções diversas, como o fizeram alguns historiadores, Palieraki (2023) chama a atenção

---

<sup>23</sup> Neste texto, Sauvy expõe o que acredita ser o principal equívoco das propostas de coexistência pacífica defendidas ao longo da Guerra Fria: o fato de que “o que importa cada um desses dois mundos [Primeiro mundo, capitalista, e Segundo mundo, socialista,] é a conquista do Terceiro ou, ao menos, que o tenha ao seu lado”. Sauvy então chama a atenção do primeiro mundo para a miséria, o crescimento demográfico, a fome, a falta de acesso à saúde, as taxas de mortalidade e a baixa expectativa de vida nos países subdesenvolvidos. Esse texto se tornará a leitura dominante ao longo das décadas de 1960 e 70 (Sauvy, 1952).

para um aparente paradoxo: como um francês colonialista criou uma expressão encampada por povos vindos de experiências coloniais que compartilhavam da crítica original do autor às grandes potências da Guerra Fria.

Além de conhecer tal genealogia, interessa-nos também perceber suas significações e o capital político adquiridos e mobilizados internacionalmente no tempo. Nesse sentido, vale a pena resgatar seus usos e significados, para os quais a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955, foi fundante. Para a escritora Margareth Walker (1988, p. 260), essa conferência foi o primeiro evento internacional no qual a expressão Terceiro Mundo tomou vulto e importância. Christopher Lee (2010, p. 15), em *Making a World After Empire...*, defendeu que Bandung deixou como legado para as décadas seguintes “o sentimento de possibilidade política apresentado a partir dessa primeira ocasião de solidariedade do ‘Terceiro Mundo’, o que foi logo referido como Espírito de Bandung”. Para John Gronbeck-Tedesco (2008, p. 653), Bandung foi o ponto de encontro de uma nova “estrutura de sentimento global” que materializou o conjunto de mudanças nas afiliações políticas e nas subjetividades, mais tarde aprofundado pelo MNA, criado em 1961, na Conferência de Belgrado, e pela OSPAA, além de sua incidência e apropriação no mundo contemporâneo e, em especial, na Conferência Tricontinental.

Durante toda a década de 1960, a ideia mobilizou discussões em outras latitudes e foi um dos temas centrais também em Havana, operando como um farol de suas proposições. Segundo Lídia Generoso (2020, p. 454), a conferência foi responsável por uma “inflexão à esquerda nos debates sobre o Terceiro Mundo”, em comparação às concepções neutralistas proferidas em Bandung a partir deste conceito. De fato, não são poucas as referências ao termo nas atas e nos discursos do encontro e é interessante notar como esses debates não foram um pano de fundo, mas a própria linha mestra de orientação das práticas e dos planos de ação. Tais debates de fundo conceitual, vale dizer, não se encerraram em Havana e alçaram projeções maiores.

O uso do termo como categoria de análise não é, no entanto, consenso entre os especialistas. Em *Postcolonialism in Question*, Robert Young (2016, p. 4-8) explicou sua recusa em utilizá-lo pelas implicações de homogeneização e pela definição negativa que carrega sobre “não ocidentais” em relação ao Ocidente, uma dicotomia construída em séculos de imperialismo. A fim de observar as transformações que foram protagonizadas pelos três continentes a partir da década de 1960, Young adotou o termo Tricontinentalismo, que capturaria as identificações políticas internacionalistas, assim como a fonte de suas epistemologias. Mas foi o trabalho de Anne Gahland Mahler (2018a) o responsável por

popularizar e dar força ao conceito, aproximando-o, em genealogia, do conceito de Sul Global<sup>24</sup>. Em *From the Tricontinental to the Global South*, a autora apresenta-o como uma ideologia e discurso político transnacional surgido durante a Guerra Fria a partir da Conferência Tricontinental e, sobretudo, a partir da produção cultural da OSPAAAL, extrapolando mesmo as intenções iniciais da instituição cubana, sendo caracterizados pela crítica à violência racial e ao imperialismo global, responsáveis por articular uma solidariedade política transracial e anticapitalista.

Em uma análise recente, Natália Schmiedecke (2024) propôs uma leitura mais situada historicamente a respeito da produção da OSPAAAL, ao explicar que o entendimento de Mahler de que o Tricontinentalismo teria circulado como um discurso autônomo ao Estado cubano e para além dos materiais produzidos pela OSPAAAL, reverberando em uma ampla gama de produções culturais durante a Guerra Fria, o que Mahler chamou de “textos tricontinentais”, ainda demanda maior amostragem empírica do que se dispõe até o momento. Além disso, o uso do termo normalmente é usado como sinônimo de Conferência Tricontinental e de OSPAAAL, sendo que esta associação automática, defende a autora, merece ser problematizada. Schmiedecke propõe, assim, uma análise mais empírica e contextualizada, a fim de evitar transformar o Tricontinentalismo em uma narrativa heroica projetada a partir de preocupações contemporâneas do mundo anglófono.

Feitas essas incursões de discussões conceituais, avançamos para as análises conjuntuais do Terceiro Mundo nos anos 1950 e 1960.

#### 1.4 A Ásia na Guerra Fria e suas demandas locais e internacionais

A Ásia foi a primeira região fora da Europa para onde a Guerra Fria se expandiu. Justamente por isso foi objeto de análise de estudiosos desde a década de 1950, quando China, Indochina e Coreia atraíram a atenção do mundo, seguidas pelo aprofundamento da guerra no Vietnã pelos EUA nas duas décadas seguintes e pelas consequências do golpe de Sukarno na Indonésia em 1965. Líderes como Nehru, na Índia, Mao Zedong, na China, e Ho-Chi-Minh, no Vietnã do Norte, agiam, segundo Kalinovsky (2014, p. 178),

---

<sup>24</sup> Aditya Nigam (2020), em sua resenha ao livro de Mahler, critica a interpretação da autora sobre o conceito de Sul Global e na aproximação, que considera forçada, entre Tricontinentalismo e este conceito contemporâneo.

às vezes tentando pavimentar um caminho para evitar a dinâmica da Guerra Fria e, em outros momentos, atraindo deliberadamente as superpotências rivais para promover seus objetivos domésticos ou regionais, e muitas vezes perseguindo esses objetivos simultaneamente.

Exemplos que referendam esta declaração foram as desavenças de fronteiras entre Paquistão e Afeganistão e entre Índia e Paquistão, resquícios de tempos coloniais repaginados pelas dinâmicas pós-1950. Importante lembrar também que a ruptura sino-soviética teve consequências internamente, já que, até 1959, a China atuava como mediadora entre nações asiáticas não alinhadas e as pressões vindas da URSS. Com a ruptura, outras divisões foram erguidas, estando a Índia ao lado da URSS e o Paquistão do lado chinês (Kalinovsky, 2014).

Assim como para as demais localidades do Terceiro Mundo neste recorte temporal da Guerra Fria, a história da Ásia central e do sudeste asiático também esteve refém de uma escrita fortemente centrada em trabalhos e fontes estadunidenses e, neste caso específico, britânicas, em razão de ocupações coloniais. Graças à Nova História da Guerra Fria e com a abertura de outros acervos e desclassificação de documentação, as experiências têm sido remodeladas partir de outras lógicas históricas (Mastny, 2010; Radchenko, 2014).

Kalinovsky (2014) defende que o conflito na região central e ao sul do continente pode ser dividido em três partes, sendo as duas primeiras de maior interesse para este capítulo. Dos primeiros anos da década de 1950 a meados da década de 1960 encontra-se o primeiro conjunto de acontecimentos, quando países como Índia, Paquistão e Afeganistão, por exemplo, “tiraram vantagem da competição da Guerra Fria para impulsionar seus próprios programas econômicos e de desenvolvimento” (p. 178). Na segunda fase, que foi de meados dos anos 1960 até o fim da década de 1970, as duas superpotências investiram mais fortemente em ajuda militar diante dos conflitos regionais e os idealismos da década anterior foram abrindo espaço para planos de desenvolvimento econômicos mais robustos. A fase final, segundo o autor, encerrou-se com a intervenção soviética no Afeganistão (1979-1989), quando a região se militarizou de fato, com consequências estendidas para além da década de 1990.

Além dos conflitos armados e golpes, é preciso lembrar que as estratégias de solidariedade regional e, depois, terceiro-mundistas foram gestadas a partir da Ásia, com o grupo Afro-Asiático, depois transformado em organização, e o MNA, sendo uma resposta conjunta às pressões políticas das superpotências sobre governos autônomos e territórios recém-saídos de experiências coloniais. A origem dessa junção de forças e de interesses no âmbito internacional é difícil de ser traçada, mas foi na Conferência Asiática para Alívio da Tensão Internacional, em 1955, Nova Déli, onde se estabeleceram as bases de uma organização permanente de colaboração entre os povos asiáticos. Semanas antes da famosa Conferência



Afro-asiática de Bandung, já estava prevista a criação de uma organização que seria provisoriamente conhecida como Comitê da Solidariedade Asiática, com o objetivo de estender suas atividades por toda o continente por meio da instalação de Comitês Nacionais de Solidariedade. Somente em 1956 os africanos foram incluídos na organização. No ano seguinte, 1957, houve, na cidade do Cairo, a Conferência que criou oficialmente o Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.

Indonésia, Índia, Paquistão, Ceilão (atual Sri Lanka) e Birmânia (atual Mianmar) compuseram o grupo conhecido como “Os Cinco de Bandung”, nações recém-independentes, que, junto com mais 24 países asiáticos e africanos, reuniram-se na Conferência Afro-Asiática, em Bandung, em 1955. Como afirma Joseph Hongoh (2016), Bandung foi responsável por consagrar a soberania nacional como pressuposto de participação política em esferas internacionais, ao se amparar na carta da ONU como instância legitimadora. Este momento, segundo John Gronbeck-Tedesco (2008. p. 653), pode ser pensado como a confluência de mudanças nas afiliações políticas e subjetividades, uma nova “estrutura de sentimento global”.

Os incômodos do Ocidente em relação a Bandung foram quase imediatos. Ainda na sua fase preparatória, Jawaharlal Nehru, então Primeiro-ministro da Índia, em correspondência trocada com o então Secretário Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, em 18 de dezembro de 1954, afirma:

Nós não desejamos criar uma má-impressão sobre nada nos EUA e no Reino Unido. Mas o mundo é bem maior que os EUA e que o Reino Unido e nós temos que levar em conta as impressões que criamos no resto do mundo. Para nós, portanto, sermos avisados de que os EUA e o Reino Unido não vão gostar da inclusão da China na Conferência Afro-Asiática não é muito útil. Na verdade, é um tanto quanto irritante. Existem muitas coisas que os EUA e o Reino Unido fizeram que nós não gostamos nem um pouco. (Nehru, 1954 apud Lee, 2010, p. 49)

A Conferência do Cairo, em 1957, reuniu, na capital do Egito, 500 delegados de países africanos e asiáticos e afirmou a premissa do neutralismo diante das potências da Guerra Fria. Inspirada pelo “espírito de Bandung”, apontou ainda outras formas e estratégias de fazer política internacional no Terceiro Mundo, na medida em que se formou não como uma reunião de chefes de Estado, mas de organizações independentes (Lentin, 1977). Criada na ocasião, a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e África (OSPAA) teve como tarefa coordenar comitês nacionais de solidariedade, realizar reuniões periódicas e promover a edição de uma revista trimestral de escritores afro-asiáticos, a *Lotus*. A OSPAA provou ter uma abrangência maior que Bandung ao incluir, além de representantes dos Estados recém-independentes, agentes políticos

e culturais das lutas anticoloniais, numa proposta expandida do significado de atores internacionais e de sua força para a solidariedade internacional (Lee, 2010).

Em 1961, em Belgrado, foi criado o MNA, ocasião em que alguns conflitos vieram à tona: a Índia foi acusada de romper com o compromisso neutralista ao apoiar, na ONU, a invasão da Hungria em 1956 pela União Soviética; e Cuba foi um dos destaques da conferência pelo seu posicionamento contrário à postura imperialista de países ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos. É possível perceber como, nestas primeiras conferências, as histórias de África e Ásia se entrelaçam nos desejos de solidariedade.

Na maior parte dos anos 1950, porém, o “asiatismo” foi a voz mais forte e persuasiva nas reuniões de solidariedade afro-asiáticas, prevalecendo a vontade e a força política dos países dessa região. A África teria sido reconhecida como o continente mais frágil, com maior necessidade de assistência internacional dentro da esfera afro-asiática. Frank Gerits (2016) afirma que as delegações asiáticas queriam obter sucesso onde as grandes potências colonialistas haviam falhado e, assim, promover o desenvolvimento econômico nas regiões subdesenvolvidas do mundo, sendo a África a imagem maior desse desejo de ação. Essa postura, no entanto, acabou por reforçar e reproduzir modelos já desgastados nos protocolos internacionais. O paternalismo em relação à África que reverberou nos discursos em Bandung, defende Gerits, revelou concepções a respeito do desenvolvimento africano que eram compartilhadas, de modo bastante problemático, por asiáticos e europeus. As relações afro-asiáticas foram seladas por solidariedades e também desigualdades de posições que se repetiram em outros encontros pós-Bandung, construindo um modelo nem sempre igualitário, e nem completamente novo, de se fazer política internacional por parte do Terceiro Mundo.

Mas a história da Ásia não esteve somente ligada à faceta da solidariedade terceiro-mundista, tampouco restrita aos impasses entre africanos e asiáticos na construção de seus caminhos. O cotidiano da Guerra Fria se fez presente de outras formas, interna e externamente. O nordeste do continente asiático, “a última aventura de Stálin no Terceiro Mundo” (Westad, 2005, p. 66), merece especial atenção nessa empreitada de reavaliar a dimensão da atuação de atores do Terceiro Mundo. A partir da abertura de arquivos da antiga URSS na década de 1990, mais de quarenta anos depois do fim da Guerra da Coreia, houve uma revisão substancial sobre os meandros do conflito coreano a partir de novas documentações, os novos vinhos do qual falou Smith (2000). Em 1993, documentos secretos desclassificados do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética foram entregues ao *Wilson Center Cold War History Project*. Neles, percebe-se a articulação do líder norte-coreano no conflito e foi possível

comprovar as pressões de Kim Il Sung para atrair Stálin para seu projeto de reunificação das duas Coreias, separadas pelo paralelo 38 desde 1948, e não o contrário, como se acreditava.

Sabe-se hoje que a postura cética e arredia de Stálin em relação aos potenciais de uma relação mais próxima com o continente asiático foi criticada pelo governo de Nikita Khrushchov (Mastny, 2010). Por isso, Kim Il Sung só teve êxito em sua empreitada com Stálin depois de mais de um ano de negociações, quando o líder soviético finalmente acedeu aos seus insistentes e reiterados pedidos. No mesmo ano de 1950, Kim Il Sung viajou à China para selar a outra parte do acordo de gigantes, desta vez com Mao Zedong. Um panorama das novas perspectivas vindas com documentos desclassificados a partir de 1993 está bem exposto nos estudos de Kathryn Weathersby, “*The Korean War Revised*” (1999) e no “*Bulletin of the Cold War International History Project*” (1995, 1996), nos quais a autora elenca dezenas de telegramas de Kim Il Sung endereçados a Stálin, que, hesitante, aprovou o apoio soviético não sem antes garantir também o suporte chinês, possivelmente para evitar o envio de tropas soviéticas para o conflito.

Mesmo distante em mais de quinze anos desde o início da Guerra da Coreia, a Tricontinental foi palco para a delegação norte-coreana trazer o tópico à tona e, mais do que isso, articular a junção da história coreana recente ao plano maior de solidariedade tricontinental. Em seu trabalho “*North Korea and the Latin American Revolution, 1959-1970*”, Moe Taylor (2020) analisou esta aproximação, ao investigar as relações estabelecidas entre a Coreia do Norte e o Terceiro-Mundismo, especialmente no contexto da Revolução Cubana e da Conferência Tricontinental. O autor demonstra como houve uma cooperação intensa do governo norte-coreano com Cuba e como, ao lado de Cuba e Vietnã do Norte, a Coreia do Norte formou, segundo o autor, um “terceiro bloco” no movimento comunista internacional, desafiando a liderança soviética e chinesa e promovendo uma militância anti-imperialista fora do eixo tradicional de China e URSS. O próprio Kim Il Sung, no cargo de primeiro-ministro norte-coreano em 1966, enviou uma mensagem à Tricontinental em 02 de janeiro, na qual denunciava a contínua ocupação dos EUA da parte Sul do país e afirmava: “o povo coreano continuará marchando adiante, *assim como no passado*, em solidariedade com os povos da América Latina, Ásia e África na luta [...]”<sup>25</sup> (grifo meu). O mesmo se repetiu em outras afirmações da delegação em diferentes ocasiões. Interessante notar como a solidariedade progressa entre os três continentes é evocada aqui, criando uma espécie de tradição ou uma imaginação política do Terceiro Mundo que permeia a Conferência. De todo modo, com a

---

<sup>25</sup> *Telegrama de felicitación de Kim Il Sung*. Pasta 77, Gaveta 1, 29p., AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Guerra da Coreia em 1950 e a Guerra Fria definitivamente instalada no nordeste asiático, qualquer possibilidade de uma aproximação sino-americana estava ali enterrada, o que arrastou os EUA para uma maior presença no Sudeste asiático a partir da Indochina (Smith, 2000).

O descaso das superpotências com partes da Ásia não ficou somente com os soviéticos, já que os EUA só demonstraram interesse por países importantes como a Índia após o desenrolar da Guerra da Coreia e a presença soviética na região. Ainda que houvesse uma planificação aos moldes socialistas, a política econômica desenvolvida pelo governo indiano foi o que realmente fez com que o país entrasse em definitivo no radar de Washington, em vistas da política dos EUA de combate ao subdesenvolvimento no mundo como barreira para o avanço do comunismo. Antes disso, o presidente Harry Truman tinha certeza de que “ninguém achava que a Índia era importante” (Kalinovsky, 2014, p. 179).

Essas demonstrações de ajuda para o crescimento econômico feitas por cada um dos polos ideológicos foram amplas e deliberadamente manejadas e barganhadas pelos países asiáticos. A dinastia Musahiban no Afeganistão, por exemplo, pendulou entre EUA e URSS para concretizar seus planos modernizadores para obras de infraestrutura, como irrigação e rodovias, além de garantir empréstimos do Bando Mundial e da Organização Mundial de Saúde. Suas desavenças fronteiriças com o Paquistão, vindas de tempos de colonização britânica, ganharam novos significados com as intervenções tanto dos Estados Unidos quanto da URSS, sendo este último o principal provedor de auxílio e de treinamento militar para o Afeganistão (Kalinovsky, 2014).

Segundo Westad (2005), as décadas que se seguiram à Guerra da Coreia foram determinadas, em grande medida, pelas políticas dos novos estados revolucionários. E conhecer os anos 1960 e 70, na Ásia, é lembrar da importância do Vietnã, da extensão de seu conflito e do nível de beligerância envolvida. O autor defende que o Vietnã foi um desafio à hegemonia dos EUA e à ordem capitalista global, além, claro, de um trauma geracional e nacional profundo que até hoje está em vias de ressignificação, tanto em território estadunidense quanto vietnamita, cambojano e laosiano. Lidia Generoso (2020, p. 465) acrescenta que, no caso da Tricontinental, e dos sentidos conferidos tanto pela conferência quanto pela revista homônima que deu sequência às discussões do encontro, o Vietnã operou “discursivamente como uma metonímia para todo o Terceiro Mundo”. A mensagem enviada por Che Guevara, publicada como panfleto em 1967, mobilizou a imagem do Vietnã como modelo para a revolução mundial e viajou os continentes:

Há uma penosa realidade: Vietnã, essa nação que representa as aspirações, as esperanças de vitória de todo um mundo preterido, está tragicamente só. Esse

povo deve suportar os embates da técnica norte-americana, quase impunemente no sul, com algumas possibilidades de defesa no norte, mas sempre só. A solidariedade do mundo progressista para com o povo do Vietnã se semelha à amarga ironia que significava para os gladiadores do circo romano o estímulo da plebe. Não se trata de desejar êxitos ao agredido, mas de vivenciar a sua mesma sorte; acompanhá-lo à morte ou à vitória. [...] É o caminho do Vietnã, é o caminho que devem seguir os povos; é o caminho que seguirá a América, com a característica especial de que os grupos em armas possam formar algo assim como Juntas de Coordenação para fazer mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa. A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a fazer-se sentir através da Tricontinental na voz da vanguarda dos seus povos, que é a Revolução cubana, terá uma tarefa de muito maior relevo: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo (Guevara, [1967], 2016, s.p.).

A resistência dos vietnamitas e dos cubanos nos anos 1960 comprometeu a própria imagem de invencibilidade dos EUA propagandeada por um programa robusto de divulgação internacional, daí as tentativas de invasão do território cubano que serão tratadas adiante.

Outro ponto de destaque para entendermos a Ásia neste período foi a Revolução chinesa e a ruptura sino-soviética, um processo de deterioração das relações entre as duas potências do campo socialista que se aprofundou ao longo da década de 1960<sup>26</sup>. Segundo Odd Westad (2005), esses dois eventos foram peças fundamentais para os desafios que Cuba e o Vietnã representaram posteriormente. O fato de Mao Zedong ser um chefe de Estado do Terceiro Mundo, falando de forma autônoma sobre marxismo-leninismo como teoria e prática, abriu caminhos e foi inspiração para outros atores terceiro-mundistas, colaborando para que gerações de políticos e grupos sociais cortassem – ou, pelo menos, questionassem – a ligação subserviente ou automática com Moscou requerida pela próprio Kremlin.

### 1.5 África na triangulação terceiro-mundista

Para entendermos a história do continente africano nos anos 1950 e 1960, devemos ter em mente a importância do histórico de movimentos intelectuais e/ou anticoloniais anteriores, como o da *Négritude* e o do Pan-africanismo, responsáveis por calçar o caminho da solidariedade no continente e na diáspora. Esses movimentos foram evocados na construção de projetos importantes na década de 1960, como no caso das agendas pan-africanistas que informaram as discussões e as disputas na formação da União Africana e Malgache (UAM), em

---

<sup>26</sup> O conflito sino-soviético e seus impactos para o Terceiro Mundo serão discutidos no capítulo 5.

1961; na criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, em Adis Abeba, Etiópia, e no Festival Mundial de Artes Negras, realizado em Dakar, em 1966. Tanto o Pan-africanismo quanto a *Négritude* foram movimentos transnacionais em princípio, nos quais intelectuais africanos e da diáspora construíram narrativas de posituação de identidades raciais e políticas negras e também africanas. Foram responsáveis pela construção de antecedentes para a organização de fóruns e de demandas comuns a nível continental e transcontinental para agentes intelectuais e políticos africanos.

O Pan-africanismo, nomeado como tal, data do início do século XX, e constitui-se como um movimento multifacetado cujas raízes se dispersaram pelo Atlântico. Esteve atravessado, em diversos sentidos, por sujeitos africanos e afro-diaspóricos preocupados em pensar a modernidade e sua inserção nela. Como afirma Paul Gilroy (2000), ambos os movimentos foram percorridos por ativistas e pensadores negros vindos, principalmente, das Américas e da África, ao longo do século XIX, mas também nas primeiras décadas do século XX, como Martin Robinson Delany (1812-1885), Alexander Crummell (1819-1898), Edward Wilmot Blyden (1832-1912), Africanus Horton (1835-1883), Henry Sylvester Williams (1867-1911) e William E. B. Dubois (1868-1963). Pela circularidade de suas ideias e práticas, defende Gilroy, o Atlântico se torna “Atlântico negro”: um espaço conjugado de produção de identidades e de repertórios políticos que, ao mesmo tempo, constroem o mundo contemporâneo e desafiam o *status quo* de uma modernidade excludente e marcada pelo nacionalismo e pelo racismo europeus. Aquilo que Gilroy chamou de uma “cultura política negra” fomentou também uma “contracultura da modernidade”. Marcadamente nas décadas de 1910 e de 1920, quando três conferências internacionais nomeadas com o título do movimento pan-africanista foram realizadas, fortemente animadas pela figura de Du Bois, a Política dos Encontros se tornou uma marca registrada de suas movimentações. Nesses eventos, pautas atlânticas diversas estiveram contempladas, assim como a denúncia às práticas racistas em seus locais de origem. Também foram pensadas alternativas e estratégias de superação das assimetrias e dos desafios nos espaços coloniais, não necessariamente negando a validade do colonialismo enquanto sistema (Navarro, 2018).

No caso do movimento da *Négritude*, a reflexão inicial girou em torno de um grupo de estudantes e intelectuais antilhanos e africanos que se encontravam na capital do Império colonial francês, Paris, nos anos de 1920 e 1930. Os encontros de figuras como Paulette Nardal (1896-1985), Jeanne Nardal (1902-1993), Andrée Nardal (1910-1935), Aimé Césaire (1913-2008), Léon Gontran Damas (1912-1978), Leopold Sédar Senghor (1906-2001), Ousmane Diop Socé (1911-1974) e Louis Thomas Achille (1909-1994) se davam no ambiente estudantil

universitário, organizado pelas irmãs Nardal, e foram palco de movimentações que geraram importantes publicações no contexto parisiense do entreguerras, como *La Revue du Monde Noir* (1931-1932) e *L'Étudiant Noir* (1935).

A ideia era promover uma identidade negra positiva a partir da negação do racismo colonial, em um desafio direto às desigualdades raciais no contexto parisiense e das elites coloniais, e romper com a instituição da “assimilação”, aparato jurídico francês que servia à ascensão à cidadania no contexto de situação colonial. Esse mecanismo se tornou visível, por exemplo, no neologismo criado por Aimé Césaire, ainda na década de 1930, *négritude*, e que, no pós-Segunda Guerra Mundial, acabaria por identificar retrospectivamente o grupo do entreguerras e suas bandeiras (Reis, 2018, 2025).

O ano de 1935, com a invasão da Etiópia pelo exército fascista italiano, seguido do discurso do então imperador etíope, Hailé Sélassié, na Liga das Nações, foi também uma data importante para outros intelectuais africanos e afro-diaspóricos, e marcou o fortalecimento de uma movimentação que colocou, no centro do Pan-africanismo, os agentes e bandeiras africanos. As linhas que uniram esses diferentes atores e movimentos em 1935, mas também em 1945, 1956 e 1963, evidenciam a maneira imbricada com que o terceiro-mundismo africano foi atravessado pela imaginação política alimentada pelos transnacionalismos raciais em suas novas roupagens, ao longo dos anos de 1950 e de 1960.

O historiador queniano Ali Mazrui (2010) descreveu, por exemplo, como o político ganense Kwame Nkrumah, então em Londres, recebeu a notícia da invasão da Etiópia sentindo-se diretamente atingido pela agressão internacional sofrida pelos etíopes. O fato fez com que o país fosse alçado a símbolo ameaçado da soberania de um continente e, mais do que isso, de uma coletividade representada racialmente. Nkrumah teria começado ali, segundo Mazrui, seu engajamento que o levou à frente da organização, em Manchester, em 1945, do V Congresso Pan-Africano. O V Congresso foi reconhecido como um dos primeiros fóruns a efetivamente tratar dos caminhos práticos para implementar o Pan-Africanismo enquanto forma de governo do continente africano, com o protagonismo de agentes africanos.

Nkrumah, enquanto dirigente de Gana, o primeiro país africano sul-saariano independente, foi uma das figuras proeminentes na Conferência de Adis Abeba, sediada em 1963 pelo imperador Sélassié, a essa altura já um estadista investido do imaginário internacional e transnacional em torno da luta antifascista, da luta anticolonialista e dos significados de uma comunidade racial imaginada. Adis Abeba, 1963, fundou a Organização da Unidade Africana (OUA), dando fim aos embates mais aguerridos sobre os formatos possíveis de uma unidade política e governamental. Nela, os moderados saíram vencedores. Eram representados, por

exemplo, pelo presidente do Senegal, Leopold Sédar Senghor, que propunha a formação de ligas de Estados soberanos, com acordos de cooperação e alianças que não previam um governo imediato, conforme propunha Nkrumah. Os caminhos do transnacionalismo racial panafricanista ou negritudiano do entreguerras se cruzaram constantemente com os percursos do internacionalismo africano e com a projeção africana de agendas terceiro-mundistas, que tomaram contornos próprios no pós- Segunda Guerra, deparando-se com os interesse/desinteresse e presença/ausência das superpotências em suas políticas e projetos locais e transnacionais.

No cenário de Guerra Fria nos anos 1950, de maneira geral, entre as elites africanas daquela geração,

nem a União Soviética nem os Estados Unidos gozavam de grande credibilidade [...]. A nova geração de políticos que se destacou no continente nas décadas de 1940 e 1950 tinha familiaridade suficiente com a história recente para saber que nenhuma das duas superpotências poderia praticar o que pregava no que diz respeito ao mundo colonial. Eles perceberam que teriam que lidar tanto com o senso pragmático de interesses próprios de Washington e Moscou quanto com seus princípios (Byrne, 2014, p. 151).

A Guerra Fria chegou ao continente pelo Magreb, quando a Revolução de 1952, liderada por Gamal Abdel Nasser e Muhammad Naguib, atraiu os olhares não só de britânicos e franceses, mas também das superpotências em razão de sua agenda anti-imperialista e de não alinhamento no plano internacional e, internamente, por medidas de sufocamento de oposições partidárias e de reforma agrária. A crise do Canal de Suez contra Israel, Grã-Bretanha e França, em 1956, foi o ponto crucial de como o governo egípcio conseguiu surpreendentemente manipular os interesses e apreensões dos Estados Unidos e União Soviética para a solução do conflito, de modo que os dois polos ideológicos atuassem em conjunto para garantir a soberania egípcia sobre o canal e expulsar a aliança tripartite. Esse desenlace em Suez e o protagonismo de Nasser nas negociações, em um momento de acirramento de outras lutas anticoloniais no continente, serviram para mostrar “as recompensas potenciais que aguardavam os líderes africanos com a coragem de explorar a dinâmica explosiva no cerne da política internacional” (Byrne, 2014, p. 151).

Nas décadas de 1950 e 1960, além de Kwame Nkrumah, em Gana, outros líderes nacionalistas, como Agostinho Neto, em Angola, Sékou Touré, da Guiné Conacri, e como Patrice Lumumba, no Congo, se mobilizaram para alcançar seus objetivos de independência local, explorando de formas variadas as rivalidades globais.

Os africanos possuíam um grau substancial de controle sobre seus próprios destinos e, pelo menos inicialmente, tiveram que superar as atitudes



desinformadas ou indiferentes de Moscou e Washington em relação ao seu continente. Além disso, mesmo após a independência, os novos líderes africanos contaram com as oportunidades oferecidas pela Guerra Fria para perseguir seus objetivos extremamente ambiciosos de construção da nação e transformação socioeconômica (Byrne, 2014, p. 152).

Um exemplo dessas oportunidades e protagonismos, por exemplo, foi a recusa dos EUA em enviar assistência econômica aos recém fundados Estados de Gana e da Guiné, o que abriu espaço para que a URSS agisse com mais proximidade. Especialmente em relação à República da Guiné, independente desde 1958, o país recusou, via referendo popular e de forma solitária na África de colonização francesa, a oferta de De Gaulle de integração econômica com a França, o que instigou os franceses a retirarem projetos desenvolvimentistas no país. Diante da posição de franceses e estadunidenses, a URSS ganhou um aliado importante, identificando um flanco de ação em prol de seus projetos para a África a partir da Guiné (Latham, 2010; Muehlenbeck, 2008; Schmidt, 2007).

Já as relações do recém independente Estado de Gana (1957) com os Estados Unidos começaram azeitadas pela promessa de auxílio estadunidense para a construção da barragem hidrelétrica do Rio Volta, mas foram abaladas pelo envolvimento da CIA no assassinato do político congolês Patrice Lumumba, amigo e aliado de Nkrumah. O uso de aeronaves soviéticas para transporte de tropas para o então Congo Belga fez com que o governo Eisenhower (1953-1961) voltasse atrás sobre a construção da barragem e esfriou a relação que parecia promissora. O governo Kennedy (1961-1963) ainda tentou reverter o imbróglio, “culpando seus predecessores por uma abordagem excessivamente maniqueísta ao mundo em desenvolvimento, [e] priorizou restaurar a reputação decadente da América no continente” (Byrne, 2014, p.152).

Interessante notar as mudanças de diretrizes de política externa, a depender dos partidos à frente da Casa Branca, e o entendimento da própria potência de que as relações deveriam ser vistas fora do roteiro maniqueísta em relação ao Terceiro Mundo. Esse entendimento de época nos remete novamente às proposições de Frederick Cooper (2005) a respeito das contingências do período e do provável entendimento dos envolvidos de que as possibilidades de negociação e barganha nunca estavam definitivamente encerradas. Mesmo na URSS, a postura em relação ao Terceiro Mundo mudou significativamente a partir da morte de Stálin, em 1953. Se EUA e URSS relutaram em cruzar o Equador nos anos 1950, no início dos anos 1960, tanto Kennedy quanto Khrushchov estavam convencidos de que o cenário das independências em marcha no hemisfério Sul eram “a nova linha de frente na batalha entre o comunismo e o capitalismo”

(Byrne, 2014, p. 152). Em 1961, o líder soviético discursou sobre os resultados da Reunião de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, ocasião em que reconheceu que

A ascensão de um número crescente de nações através da revolução fornece as condições mais favoráveis para uma extensão sem precedentes da esfera de influência das ideias marxistas-leninistas [...]. O despertar do povo africano é um dos mais marcantes eventos de nossa época. Dezenas de países do Norte e a África Central já conquistaram a independência. O sul do continente está em ebulição e não há dúvida de que as masmorras fascistas na União da África do Sul vão desmoronar ao pó, que a Rodésia, Uganda e outras partes da África tornar-se-ão livres. (Khrushchov, [1961] 1963, p. 39)

O epicentro da Guerra Fria na África, que mobilizou não somente as superpotências, mas também os países recém-independentes do continente, a África do Sul, os movimentos de independência e os intelectuais na diáspora, foi a Argélia e o Congo Belga<sup>27</sup>. O Congo mergulhou em uma forte crise política em 1960, sendo um foco de atuação das superpotências. Sobre isso, Byrne (2014, p. 153) sustenta que

os verdadeiros impulsionadores da Crise do Congo foram, por um lado, a desconfiança dos governos americano e belga no primeiro-ministro assumidamente de esquerda, Patrice Lumumba, e, por outro, a disposição de Bruxelas de incitar as províncias secessionistas a fim de garantir o acesso contínuo das empresas belgas a valiosos recursos naturais.

A crise se estendeu até 1965, quando Joseph-Désiré Mobutu, apoiado pelos Estados Unidos, tomou o poder do presidente Joseph Kasavubu. A crise foi marcada pelo assassinato de milhares de pessoas, e o assassinato do líder e primeiro-ministro Patrice Lumumba, em 1961, fez dele um símbolo da luta anticolonial. O quadro com o rosto de Lumumba esteve exposto ao lado de outros mártires nas paredes do Teatro Chaplin, em Havana, durante a Tricontinental.

Aliás, os assassinatos e golpes a lideranças africanas foi uma constante na virada dos anos 1950 e 1960. O assassinato de Um Nyòbe, em 1958, foi seguido pelo de Félix Moumié, em 1960. Ambos os camaroneses foram líderes anticolonialistas perseguidos pelo exército e pelo serviço secreto francês por suas participações no processo de independência do Camarões, alcançada em 1960. Lumumba, como vimos, foi assassinado em janeiro de 1961, e Sylvanus Olympio, primeiro-ministro do Togo, em 1963. O presidente do comitê preparatório da Tricontinental, o marroquino Mehdi Ben Barka, foi sequestrado, em Paris, em 29 de outubro de 1965, apenas dois meses antes do evento, e seu corpo nunca foi encontrado. O primeiro-ministro argelino Ahmed Ben Bella, outra figura articuladora da Tricontinental, sofreu um golpe de

---

<sup>27</sup> Antes das independências, havia dois Congos, um governado pela França e outro pela Bélgica. Ao se tornarem independentes em 1960, ambos mantiveram o nome Congo. Entre 1971 e 1997, o antigo Congo Belga tornou-se o Zaire e, depois tornou-se a República Democrática do Congo.

Estado em junho de 1965, sendo preso e deposto do cargo por Houari Boumédiène. E Kwame Nkrumah, figura símbolo do Pan-africanismo, também sofreu um golpe de Estado poucas semanas após o fechamento da Tricontinental (Bouamama, 2016). Só em janeiro de 1966, mês em que se realizou o evento em Havana, houve golpes na República Centro-africana, no Alto Volta (atual Burkina Faso) e na Nigéria.

A resistência africana às pressões internas e externas no período foi constante. Movimentos de lutas armada estiveram por todo o continente. Além da Argélia, em Angola e na África do Sul, a partir de 1961, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, a partir da formação do Partido Africanos da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1963, em Moçambique, a partir de 1964, e na Namíbia, em 1966, foram alguns exemplos da organização dos movimentos de independência pela via revolucionária. (Bouamama, 2016). Hoje, não restam dúvidas de que esses movimentos incitaram as grandes potências da Guerra Fria a entrarem de vez na geopolítica do continente.

No caso paradigmático da Argélia (1954-1962), a historiografia por muito tempo entendeu a guerra como uma relação de sucessivas concessões dos franceses para os nacionalistas argelinos de maneira unilateral, restando aos outros países e organizações um papel de observadores. Trabalhos como os de Matthew Conelli (2000, 2002) e Eugenia Palieraki (2020) são exemplos de como a renovação da Nova Historiografia da Guerra Fria oxigenaram as perspectivas. Em *Diplomatic Revolution: Algeria's fight for independence and the origins of the post-Cold War era* e *Taking Off the Cold War Lens: visions of North-South conflict during the Algerian war for independence*, Conelli (2000, 2002) insere a Guerra da Argélia nos acontecimentos globais do período e vai em busca dos protagonismos da FLN a partir da interseção entre políticas de Estado e representações culturais.

Segundo o autor, a “Argélia é um lugar ideal pra examinar como a Guerra Fria veio a ser sobreposta e prejudicada por visões Norte-Sul do conflito” (Conelli, 2000, p. 742). Era parte do Império Colonial francês e de suas estratégias militares e econômicas, mas do ponto de vista dos 9 milhões de muçulmanos, o território argelino era também parte do Oriente Médio e da África. Em seu trabalho de maior fôlego, Conelli (2002) nos apresenta o conflito na Argélia de forma multifacetada, no qual a FLN angariava, a partir de seus próprios interesses, as rivalidades entre Leste e Oeste. Seus negociadores atraíram apoiadores não somente estadunidenses, mas britânicos, chineses, soviéticos, alemães, israelenses e egípcios a partir de negociações diplomáticas, aparições na TV e participações em congressos – incluindo a Tricontinental –, fazendo uso também da linguagem dos direitos humanos e do direito internacional para ampliar sua presença e aceitação na opinião pública global. A própria ONU

foi um palanque alternativo para membros da FLN escaparem da censura francesa e divulgarem sua luta internacionalmente.

Eugenia Palieraki (2020, p. 275), por sua vez, avalia as relações entre Argélia, Chile e o Terceiro Mundo a partir da década de 1950 e, principalmente, a partir da independência argelina em 1962, já que “os laços políticos entre esses dois países no pós-guerra devem ser explicados principalmente por meio da estrutura do Terceiro Mundo – o Terceiro Mundo não como uma entidade abstrata, mas como um conceito performativo”. É interessante como a autora localiza Argel como um ponto de encontro global, na década de 1960, fora das coordenadas geográficas europeias, isto é, um espaço de encontros de políticos e intelectuais e de circularidade de ideias na interseção do mundo árabe, africano e da diáspora, reorganizando e ampliando as conexões das esquerdas que, em princípio, teriam seu encontro europeu na Paris de 1968.

O governo argelino da FLN, segundo Palieraki (2020, p. 277), tinha semelhanças com o governo da Unidad Popular (UP) de Salvador Allende, sendo uma versão que combinava o não alinhamento com o nacionalismo econômico, sem perder de vista o diálogo global. O Chile governado por Allende (1970-73), por sua vez, possuía uma comunidade árabe significativa na região, o que ajudou a conectar o país andino, entre os anos 1950 e 1960, com esta comunidade distante geográfica e culturalmente, tendo como porta de entrada a Argélia.

Vale lembrar ainda do estudo de Matilde Zimmermann (2006, p. 46), que recupera a importância da FLN argelina na construção do movimento de luta armada na Nicarágua no mesmo período. Segundo a autora, o grupo originalmente fundado como Movimento Nova Nicarágua adotou o nome Frente de Libertação Nacional, em referência ao movimento argelino, incluindo “Sandinista” somente em 1963, a fim de identificar a luta com Sandino e sua guerra contra os *marines*. Especialmente para a América Latina, portanto, a Argélia foi pioneira no mundo árabe em estabelecer “laços sólidos e duradouros com a esquerda latino-americana”, o que se vê consolidado nas falas da delegação argelina na Tricontinental:

Nenhum povo nesses três continentes tem o direito de se ver alheio a essas agressões imperialistas que ocorrem com seus vizinhos. As ameaças de agressão imperialista contra Cuba, por exemplo, preocupam em alto grau a Argélia, assim como o que acontece no Congo ou no Vietnã, não deixam nenhum povo indiferente. [...] O povo argelino, por sua vez, é e permanecerá neste campo intransigente. Não tolerará que nenhum país, nenhuma nação se imiscua em seus assuntos e se considera suficientemente grande para saber o que está conforme seus interesses e o que deve ser feito para os interesses da solidariedade do Terceiro Mundo. Está consciente de seus deveres e de suas obrigações e prosseguirá seu combate no seio da grande família dos povos da África, Ásia e América Latina, conforme sua adesão inquebrantável de seu

povo e seu partido, a Frente de Libertação Nacional, a FLN, a legitimidade revolucionária instaurada pelo princípio da nossa luta armada [...]”<sup>28</sup>.

Mas nem todas as falas das delegações africanas na Tricontinental afirmaram essa solidariedade sólida, sem fissuras, e uma investigação sobre os protagonismos terceiro-mundistas deve dar a ver também as discordâncias e assimetrias internas que fizeram parte da história desse projeto. David Kimche (1969) argumenta que o papel dos africanos sul-saarianos na OSPAA, por exemplo, foi diminuto, enquanto egípcios (em suas ações pan-arabistas), soviéticos, chineses, indianos e outros países árabes tiveram papel proeminente nas negociações e decisões. Como uma tônica frequente desses encontros organizados pela OSPAA, Kimche ressalta como os trabalhos eram, em grande parte, “dominados pelos comunistas, pelos asiáticos e pelos árabes” (p. 103).

Se o asiatismo calou demandas específicas dos africanos durante Bandung, os representantes africanos estiveram unidos em determinadas questões e se fizeram ouvir em diferentes searas desde os preparativos para a Tricontinental (Ahmad, 2009). Ainda nas reuniões do Comitê Internacional Preparatório (CIP), no Cairo, em 1965, quando da aprovação do informe político, negaram-se, em conjunto, a votar a favor de sua aprovação, sob alegação de que o documento “não atingia amplamente toda a situação africana”<sup>29</sup>. O mesmo relatório menciona, em tom de crítica, que os países africanos votaram em conjunto segundo as diretrizes da OUA. Além disso, junto aos movimentos de libertação, apresentaram emendas na qual incluíam a condenação de “potências imperialistas menores”, como Portugal e não apenas os Estados Unidos, por exemplo, fazendo valer a pauta específica das colônias portuguesas na África. Essa e outras redes e conexões na conferência em Havana serão mais bem discutidas no capítulo 3. Por hora, fica o registro de que a posição conjunta tomada pelos africanos obedeceu a laços distintos, sendo importante acentuar que o espírito de união africana não foi constante e nem homogêneo em todos os momentos da Conferência em Havana.

Sem dúvida, a história da África nos anos 1950 e 60 se encontrou com a da América Latina pelo caminho da solidariedade na encruzilhada na política externa cubana do governo Fidel Castro, pelos diálogos entre Argélia e Chile e também pelas redes intelectuais vindas sobretudo do Caribe, pelo pensamento do martinicano Frantz Fanon, a partir de suas experiências vividas em Argel, que orientaram grande parte de sua obra. Em *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, Piero Gleijeses (2003) diz que, quando

<sup>28</sup> *Sesión Plenaria de la 1ª Conferencia Tricontinental*, Miércoles, 5 de enero 1966 (sesión de la mañana). Pasta 142, gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 61-62.

<sup>29</sup> *Análisis General de la Conferencia Tricontinental*. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

os Estados Unidos pensavam em subversão comunista na África, imaginavam Moscou e Pequim, mas não Havana. Logo na primeira metade dos anos 1960, porém, Cuba já dava indícios de seu internacionalismo voltado para o Terceiro Mundo, em especial para a África. No próximo tópico, será analisado como a ilha orientou sua política externa e configurou o internacionalismo pelo viés da solidariedade terceiro-mundista.

#### 1.6 América Latina entre o enfrentamento aos Estados Unidos e o projeto de solidariedade internacional cubano

Como nas outras regiões do Terceiro Mundo tratadas na bibliografia clássica, a América Latina também esteve suscetível à certa leitura polarizada da guerra que vem sendo superada nas últimas décadas:

Os novos historiadores da Guerra Fria descobriram que ideias, ideologia e cultura importavam muito mais para o desenrolar da Guerra Fria do que se pensava anteriormente. [...] Também reconheceram que esse conflito ideologicamente conduzido não era uma via de mão única; o comunismo e o capitalismo foram propagados mais obviamente pelos EUA e pela União Soviética, mas não foram combatidos exclusivamente por eles (Harmer, 2014, p.136).

Na busca por lentes pericêntricas, dirigimos o foco às batalhas ideológicas internas, às estratégias, pressões, negociações, influências e alianças regionais e/ou terceiro-mundistas, com destaque para um conflito que, nesta localidade, raramente foi vivido dentro de fronteiras nacionais restritas. Tendo a Conferência Tricontinental como alvo analítico final, é importante ter outros pontos de partida no entendimento temporal e do contexto, com atenção voltada para os protagonismos locais e para como as ideias foram gestadas, apropriadas e colocadas em prática entre as décadas de 1950 e 1970.

De início, podemos questionar a própria cronologia da Guerra Fria na América Latina, que apresenta alguns descompassos em relação à linha do tempo pela perspectiva EUA-URSS. Um exemplo desse desalinho é o momento mais violento e de maior polarização ideológica no hemisfério Sul, ocorrido durante um arrefecimento das tensões entre as superpotências, na virada dos anos 1960 e 70, período chamado de *Détente*. Apesar dessa divisão específica, quando reconhecemos as divisões ideológicas específicas do período *na* região, “se nos concentrarmos nessa história em vez da competição EUA-Soviética ou em todas as revoluções e resistência nacionalista à hegemonia dos EUA na região, então a Guerra Fria como um termo histórico de análise torna-se significativa” (Harmer, 2014, p. 134).

A historiografia tem o consenso de estabelecer o golpe de 1954, na Guatemala, como o início do conflito mundial no hemisfério (Loaeza, 2015). Jacob Arbenz foi deposto de seu cargo presidencial com a ajuda dos EUA via Doutrina de Segurança Nacional<sup>30</sup>, sob a alegação de que havia se aproximado do Partido Guatemalteco de Trabajo (PGT), de orientação comunista. Além disso, a prioridade da independência econômica na constituição, por meio da reforma agrária e modernização, gerou forte oposição em empresas dos EUA na Guatemala (Pecequilo, 2005). Se compreendermos a motivação do golpe, isto é, como países caribenhos e inimigos políticos internos de Arbenz fizeram uso das ligações políticas do presidente com o PGT para incitar o temor da administração Eisenhower e a entrada dos EUA na frente golpista, é possível mover a interpretação para dentro da América Latina (Getchell, 2015). O golpe foi bem-sucedido para os que o arquitetaram, mas aumentou as críticas aos EUA e instigou as gerações seguintes, dentro e fora da Guatemala, a buscarem alternativas de resistência à sua ingerência, aumentando o sentimento anti-imperialista (Harmer, 2014). A esse respeito, vale lembrar da visita de Che Guevara ao Brasil, em 1960, no governo de Jânio Quadros, quando Guevara jurou que Cuba não seria outra Guatemala (apud Bandeira, 2012, p. 816).

Ainda que a América Latina possua lastro histórico próprio no que diz respeito tanto ao sentimento anti-imperialista desde os anos 1920 (Funes; Ansaldi, 1998) quanto à perseguição e repressão às esquerdas ao longo do século XX, sobretudo após a Revolução Cubana, não podemos perder de vista o peso da nova política externa estadunidense pós-1945 e as repercussões internas na América Latina. De um modo geral, a superpotência, fortalecida após a II Guerra Mundial, redirecionou sua política do isolacionismo para o internacionalismo atuante, mas com pesos diferentes para cada região do globo ao longo do tempo, como veremos. Foram dois os princípios-base dessa mudança: ordem e contenção, sendo a última o que LaFeber (1989, p. 475) chamou de o “termo mágico da política externa norte-americana”. A partir de 1947, várias leis e instituições foram criadas para prover maior unidade de planejamento e ação para a política externa dos Estados Unidos, com as Forças Armadas e a CIA como instrumentos do Estado para assuntos internacionais (Ayerbe, 2002). Cristina Pecequilo (2005) destacou esta como uma política feita para impedir as investidas do poder soviético além de suas fronteiras, sendo interessante o fato do combate ao comunismo ser, inicialmente, um aspecto e não algo central da estratégia. Isso se modificou nas presidências

---

<sup>30</sup> “Originada nas décadas de 1940 e 1950, essa Doutrina passou a dominar o pensamento militar em toda a região na década de 1960. Seus partidários acreditavam que a segurança, especialmente após a Revolução Cubana, dependia de os militares estarem prontos para tomar o controle do que viam como políticos civis ineptos e travar uma guerra total contra os “subversivos”” (Harmer, 2014 p. 142).

posteriores a Truman (1945-1953), quando o anticomunismo se tornou o outro lado da moeda da expansão ideológica e de poder dos Estados Unidos:

Enquanto podemos compartilhar a impressão de passividade da contenção no que se refere a repelir e impedir o avanço soviético e da competição para a equiparação das capacidades ela também possui uma dimensão ativa além deste rechaço, qual seja, a promoção de regimes opostos à União Soviética orientados segundo os princípios tradicionais da experiência norte-americana. (Pecequilo, 2005, p. 162)

Amparado na “missão” de proteger os “povos livres do mundo” ao impedir o avanço global da União Soviética por meio de alianças políticas e militares, mas também por investimento econômico, o país financiou ações imediatas e estruturais primeiramente na Europa, considerada o alvo primordial dos soviéticos, e, em seguida, em outras regiões. Na América Latina, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, e a Aliança para o Progresso<sup>31</sup>, de 1961, são exemplos dessa política. Essas ações e investimentos na guerra ideológica-cultural em áreas geográficas onde fosse identificada a expansão soviética encontrou respaldo em um conjunto de acontecimentos, sendo a Revolução Cubana o que atraiu os olhares e preocupações dos EUA para a América Latina e marcou o início de uma virada na política externa de Washington em todo o hemisfério. Como afirma Pecequilo (2005, p. 161):

ao imaginar que o mundo iria conformar-se a ela, a América não somente se desapontou muito durante a Guerra Fria como cometeu erros de avaliação em muitas situações, principalmente ao lidar com a periferia do sistema e os países de seu próprio continente. Afinal, os Estados Unidos se esqueciam de que nem sempre todos os desenvolvimentos no cenário pós 1947 se referiam à bipolaridade e que cada país possui especificidades internas que afetavam suas escolhas e inserção na estrutura de poder internacional.

A declaração do caráter socialista da revolução em Cuba, em 1961, intensificou ainda mais a Guerra Fria na América Latina e engatou ações e reações entre Washington e Havana. O fracasso da invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, marcou um processo de radicalização dessas relações, notadamente a partir das ações empreendidas pelos EUA para isolamento da ilha dentro do continente americano (Ayerbe, 2002). A expulsão da ilha da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1962, foi empreendida pelos Estados Unidos e demais países latino-americanos sob sua esfera de influência. Dos 21 países da OEA, 14 votaram a favor da expulsão de Cuba da instituição e 6 países se abstiveram: Brasil, Argentina,

---

<sup>31</sup> Programa de 1961 voltado para o desenvolvimento via financiamento e investimento econômico e social na América Latina. Foi lançada durante as duas Conferências Interamericanas realizadas em Punta del Este, Uruguai: a primeira, em agosto de 1961, e a segunda, em janeiro de 1962.



Chile, Equador, Bolívia e México. A decisão foi tomada em Punta del Este (Uruguai), durante a 8ª Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Américas.

Nesse contexto, é preciso destacar também o trabalho intelectual em rede de agentes que buscavam soluções para o subdesenvolvimento latino-americano. A criação, em 1948, no Chile, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foi responsável por propor políticas de cooperação para o desenvolvimento econômico e social específico da região. Criada no final da década de 1940, teve, como alguns de seus principais nomes, economistas de diferentes nacionalidades: o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado, o uruguaio Enrique Iglesias e o chileno Osvaldo Sunkel. Tratou-se de uma iniciativa que procurou desenvolver um conhecimento econômico de aplicação imediata, tendo como objeto de estudo os contextos latino-americanos. Era um conjunto heterogêneo e disperso de escritos que tinham como ponto de partida questionar a doutrina do livre-comércio e as teorias econômicas criadas pelo ocidente em países do chamado “centro”.

“Centro”, ao lado de “periferia”, eram conceitos utilizados para situar as teorias cepalinas no interior de uma realidade marginal no mundo industrializado ocidental. Muitos de seus escritos traziam como pressuposto a ideia de que países com o setor primário-exportador dominante e sem uma indústria forte e diversificada tornavam-se incapazes de absorver toda a mão de obra e de promoverem o crescimento estruturado dos salários, levando a uma pobreza interna crônica. Essas ideias ganharam uma conotação política ainda mais evidente quando se afirmava que a inserção desses países subdesenvolvidos em relações com países desenvolvidos tendia a manter a lógica ao criar laços de dependência internacional, ideias que são muitas vezes ligadas aos trabalhos do economista brasileiro Celso Furtado (Colistete, 2001). Richard Gott (2005) nos lembra que Cuba pediu o envio de economistas cepalinos para Havana, os quais foram essenciais na condução das políticas econômicas nos primeiros anos do governo. Esses especialistas tiveram postos na administração do Banco Nacional, no Ministério de Comércio Exterior, no Ministério das Indústrias, no Ministério da Economia e na Juceplan, a Junta Central de Planificações.

Ao dar destaque às conexões terceiro-mundistas, como o faz Devés-Valdés (2003), torna-se possível ver outras possibilidades além da bipolaridade ou da unilateralidade da relação EUA-América Latina, resgatando como protagonistas as redes e os fluxos de ideias, projetos políticos e práticas sociais de outras regiões do planeta na Guerra Fria. Segundo o autor, a teoria criada pela CEPAL a partir de 1948, e ao longo da década de 1950, foi o principal tema a congregar a América Latina e a África, deixando evidentes as conexões do Sul a partir desse período:

A circulação do pensamento da América Latina à África seguiu principalmente três caminhos. O mais direto foi através da relação de latino-americanos com africanos, dentro ou fora da África; o segundo, mais indireto, foi a transmissão das ideias por meio dos autores caribenhos anglófonos, que tiveram um contato privilegiado com os cientistas econômicos e sociais africanos; o terceiro foi realizado pelos estudiosos dos países desenvolvidos (especialmente Estados Unidos ou Inglaterra, mas também França, Bélgica, Canadá, Holanda e outros) que transmitem essas ideias aos africanos que acolhem em seus centros de estudo ou mesmo em visitas ou publicações feitas na África (Devés-Valdés, 2003, p. 88).

Junto ao pensamento cevalino, então, a América Latina testemunhou o crescimento dos partidos e grupos de esquerda em diversos países da região, como Brasil, Argentina e Chile, por exemplo, no período dos anos 1950. De modo geral, a linha soviética foi a diretriz predominante de atuação<sup>32</sup>. Para Izabel Pimenta Silva (2019), os acontecimentos em Cuba são a pedra de toque para avaliar a virada interpretativa das esquerdas latino-americanas em relação ao marxismo e à teoria da revolução em quatro etapas, subvertida pela experiência do grupo de Fidel Castro e o foquismo. Como um novo farol genuinamente latino-americano, o fenômeno cubano reconfigurou a rota de parte dos comunistas e foi inspiração para a ascensão de “novas esquerdas”, prontas para repetir os feitos e ensinamos do MR-26 de Julho (Gott, 2006). Ainda que a revolução não tenha inventado a luta armada na América Latina,

ao longo dos anos 1960 e 70 e praticamente em todo o continente, foram surgindo grupos que comungavam com a Revolução Cubana, com suas táticas, estratégias e teoria, e que se converteram em importantes atores no cenário político de cada país. Em nenhum país latino-americano a esquerda local deixou de ser influenciada por Cuba. A esquerda como um todo – partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais, e ex-caudilhos populistas – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o resto: ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a “burguesia nacional” (Castañeda, 1994, p. 69).

No cenário de estrangulamento econômico e político de Cuba feito pela OEA, de boicote e bloqueio econômico dos EUA à produção cubana e de golpes militares<sup>33</sup>, a política externa se

---

<sup>32</sup> A diretriz soviética após a morte de Stálin em 1953 sofreu mudanças significativas, caracterizando-se, em linhas gerais, pela defesa da coexistência pacífica com o mundo capitalista e pela defesa da participação dos comunistas nos processos institucionais representativos de seus países, com o intuito de estabelecer uma transição pacífica e democrática ao socialismo. Essas mudanças, inclusive, foram responsáveis por conflitos com os comunistas chineses, que passaram a disputar hegemonia internacional com os soviéticos (Silva, 2019).

<sup>33</sup> Foi a partir do governo Eisenhower (1953-1964) que as ingerências da nova gestão republicana, retornada depois de 24 anos longe da cadeira presidencial, tornaram-se cada vez mais um padrão de conduta de política externa e a ideia de segurança continental coadunou-se à proposta de segurança interna nos países latino-americanos. A partir de 1959, a Revolução Cubana atraiu as atenções e preocupações de forma mais sistemática para o hemisfério. Foi também quando a Aliança para o Progresso veio como resposta imediata, mas não a única, de contenção, indo desde medidas de contra insurgência, políticas de desestabilização e isolamento diplomático, a golpes militares, como os golpes na Argentina, República Dominicana e Honduras (Ayerbe, 2002).

tornou uma ferramenta importante e fundamental para Cuba. Nesse contexto é que o governo de Fidel Castro se posicionou de forma mais assertiva internacionalmente, de modo a incitar outros países do hemisfério e, depois, do Terceiro Mundo, a seguirem seus passos revolucionários (Gott, 2006).

Essa linha política consistiu em erguer Cuba como panteão internacional das esquerdas, sobretudo do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que intencionava silenciar algumas questões delicadas internamente, como as divisões raciais existentes, com um discurso de união pós-1959. A diretriz da política externa esteve pautada na divulgação da experiência cubana como modelo internacional para as esquerdas no mundo, mas não só. Essa divulgação foi feita no discurso e na prática, “treinando guerrilheiros e dando todo o respaldo à deflagração de movimentos revolucionários nos mais diversos países da América Latina, com base na Segunda Declaração de Havana” (Bandeira, 2012, p. 591).

A notícia da Segunda Declaração repercutiu tanto em Washington quanto em Moscou, na medida em que estabelecia limites muito claros à potência soviética. Mais do que isso, a antinomia entre a via armada, defendida pelos cubanos, e a via pacífica, firmada desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de 1956, foi apenas uma entre as várias divergências que deixaram fissuras nas relações da URSS com Cuba ao longo dos anos. D. Bruce Jackson (1971) avalia que a relação entre cubanos e soviéticos na primeira metade dos anos 1960 foi instável, e a harmonia foi alcançada em momentos bastante específicos. Em razão da conduta soviética na crise dos mísseis (1962) feita com os EUA, negociação de gigantes que deixou de lado as decisões e pedidos de Fidel Castro, a confiança cubana nos soviéticos se deteriorou. No ano seguinte, na tentativa de arrefecer a animosidade cubana, Khrushchov convidou Castro a uma viagem pela União Soviética, que acabou durando 40 dias. Chamada de “lua de mel inicial de Castro com a URSS” por Richard Gott, a temporada do líder cubano em território soviético “deu fim a todas as esperanças de uma aproximação com os EUA” (Gott, 2006, p. 240) e significou uma mudança nos rumos econômicos. A partir dali, seriam deixadas de lado as visões guevaristas sobre a necessidade de diversificação econômica e, com assistência soviética, foram centrados esforços na produção do açúcar (Gott, 2006).

Quanto à coexistência pacífica, um ponto importante na política internacional naquele momento, a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, ocorrida em Cuba, em 1964, representou um acordo entre Castro e Khrushchov de que os movimentos revolucionários seriam autônomos para a escolha da sua via de atuação, se pacífica ou revolucionária, um recado aos chineses e um aceno evidente aos soviéticos. Mas Castro não aceitou a via pacífica sem barganhas. Em virtude das negociações, a URSS reconheceu a necessidade do apoio à guerra

de guerrilhas em algumas regiões do mundo. Outro momento harmônico com os soviéticos foi no ano de 1965, quando Castro se posicionou contra os chineses no jornal soviético *Pravda*. Essa aproximação, afirma Jackson, durou todo o ano de 1965 e “só terminou claramente com a Conferência Tricontinental” (Jackson, 1971, p. 28), quando os discursos das lideranças cubanas defenderam claramente a via armada. Esse distanciamento começaria a ser superado novamente somente após o apoio cubano à invasão da Tchecoslováquia, considerada a “virada decisiva” para a União Soviética, em 1968 (Gott, 2006, p. 266).

Ainda que seus preceitos possam ser localizados desde a tomada de Havana em 1959, a Segunda Declaração é essencial para compreender a política externa cubana<sup>34</sup> e os desconfortos gerados com os soviéticos. Segundo o historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira (2012), a resposta de Fidel Castro ao isolamento imposto pela OEA a Cuba veio com um apelo exaltado e vigoroso à revolução armada em fevereiro de 1962. Nesse discurso, ficou claro que a existência e a continuidade de Cuba não estavam amparadas na URSS, mas na internacionalização e espraiamento da luta pela América Latina, orientada pelos cubanos. Esse posicionamento, claro, colidia com as diretrizes e intenções soviéticas para a região. Cuba se negava a consentir com as tentativas de negociação entre as duas potências durante e após a Crise dos Mísseis de 1962, como, por exemplo, atender ao compromisso de não fomentar atividades guerrilheiras. Para observadores locais citados pelo historiador, o governo se colocou definitivamente como porta-voz do marxismo-leninismo na América Latina e localizou Cuba no quadro da disputa Leste/Oeste (Bandeira, 2012).

Além de Fidel Castro, Che Guevara e Manuel Piñeiro desempenharam papel fundamental no internacionalismo cubano. Em *Utopia Desarmada*, Jorge Castañeda (1994, p. 56) reconhece Piñeiro como uma figura central no aparato de informação e segurança de Cuba, atuando à frente do departamento do Ministério do Interior e como responsável por ajudar “o movimento revolucionário latino-americano”. Graças a Piñeiro, conhecido como Barba Ruiva, as atividades de Cuba no exterior alçaram a ilha como um ator importante, admirado e incômodo na década de 1960, convertendo seus principais líderes em figuras reconhecidas mundialmente, sendo o internacionalismo cubano no Terceiro Mundo como “o capítulo mais heroico da epopeia Cubana” (Castañeda, 1994, p. 58). A política e as atividades internacionalistas de Piñeiro à frente do G-2, como era chamada a Direção Geral de Inteligência do Ministério de Interior, abarcavam três premissas teóricas básicas: armas, unidade e massa, ou seja, a linha de frente da exportação da revolução dava centralidade à luta armada, sendo

---

<sup>34</sup> No capítulo 4, será discutida como a questão racial em Cuba foi tratada na Segunda Declaração de Havana.

absolutamente necessária a atuação de Cuba nos movimentos revolucionários, daí a unidade, e, por fim, o apoio das massas, requisito para a efetividade da luta (Castañeda, 1994).

O articulador principal desse internacionalismo foi, sem dúvida, Che Guevara, “símbolo da revolução sem fronteiras” (Silva, 2019, p. 232), que atuou junto a movimentos revolucionários tanto na América Latina quanto na África em prol da revolução socialista. Vale lembrar que Guevara estava na Guatemala no momento do golpe de 1954 e foi uma figura ativa na defesa da via armada não só para Cuba, mas para a América Latina e para o Terceiro Mundo, em seus discursos e, muitas vezes, de corpo presente, como no Congo e na Bolívia. Foram vários os discursos em que é possível verificar a importância dada por ele à pauta da internacionalização, como a fala lida na Tricontinental, na qual conclamava os povos a “Criar dois, três Vietnãs...!” (Guevara, 1966). Para Michel Löwy (2012), esse discurso, no que apresenta a angústia de Guevara diante da tragédia e da solidão do povo vietnamita, traduzia o que foi o seu internacionalismo humanista, de solidariedade sentida e praticada, real e ativamente, pelos povos oprimidos do mundo no caminho da libertação. Foi a guerra do povo vietnamita, segundo o autor, o divisor de águas que contribuiu para a formação da estratégia revolucionária guevarista, sendo a *Mensagem à Tricontinental* a primeira vez, desde as Brigadas da Espanha, que se vê o apelo à formação de um exército proletário internacional (Löwy, 2012).

Em outro famoso discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1964, é possível vislumbrar algumas dessas características:

Queremos ver despertar esta Assembleia e marchar adiante, que as Comissões começaram seu trabalho e que isso não se deteve ante o primeiro obstáculo. O imperialismo quer converter esta reunião em um vago torneio oratório em vez de resolver os graves problemas do mundo; nós devemos impedir isto. [...] Também há de se esclarecer que não somente nas relações em que estão imputados Estados soberanos os conceitos sobre a coexistência pacífica devem ser bem definidos. Como marxistas, defendemos que a coexistência pacífica entre nações não engloba a coexistência entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos. É, além disso, um princípio proclamado no seio desta Organização, o direito à plena independência contra todas as formas de opressão colonial. Por isso, expressamos nossa solidariedade a todos os povos, hoje colônias, da Guiné dita portuguesa, de Angola ou Moçambique, massacrados pelo delito de demandar sua liberdade e estamos dispostos a ajudar estes povos na medida de nossas forças, de acordo com a declaração do Cairo (Guevara, [1964], 2005, s.p.).

Há, nesta fala, elementos interessantes de análise, inclusive em razão das repercussões de suas ideias. Para o momento, é interessante pensá-la como um dos discursos em que se dá a ver a proposta cubana de internacionalizar a luta e colocar-se como protagonista do Terceiro Mundo no início dos anos 1960. Além disso, ao questionar a passividade da ONU a serviço dos

Estados Unidos, Guevara confrontou a responsabilidade da organização em garantir a independência dos povos, colocando-se contra uma limitação do discurso descolado da prática.

Löwy (2012) especula ainda que tenha sido a Crise dos Mísseis (1962) o evento que colocou a revolução continental no centro das preocupações de Che Guevara. Desde 1961, Cuba treinava guerrilhas em vários países da América Latina e na África, além de fornecer apoio material e logístico para a revolução. Esse tipo de comportamento gerava constrangimentos para Moscou, escancarando a incapacidade da URSS de fazer de Cuba seu satélite na América Latina. Segundo Castañeda (1994, p. 55), por exemplo, o aparato de segurança e vigilância cubano de Manuel Piñeiro conseguiu manter a participação soviética em “patamares mínimos nessa área de segurança”.

Outro exemplo a se destacar sobre o projeto de internacionalização da experiência cubana na América do Sul, incitado por Guevara, foi a criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), em 1972, que, como ele, defendia que a revolução na América Latina seria socialista, continental e anti-imperialista. Essa organização de esquerda armada era composta por quatro organizações da América do Sul, associadas a partir da noção de latino-americanismo – o *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN – T), do Uruguai, o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), no Chile, o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), na Argentina, e o *Ejército de Libertación Nacional* (ELN), na Bolívia (Silva, 2019).

Mesmo com os intentos cubanos, o cenário das esquerdas entre 1964 e 1965 enfrentou reveses importantes. Houve o retorno do General René Barrientos ao governo da Bolívia, o golpe militar no Brasil, que depôs o presidente João Goulart, a derrota de Allende nas urnas, a derrubada da guerrilha argentina, apoiada por Guevara, em 1964, a invasão da República Dominicana pelos EUA, a deposição de Ben Bella, na Argélia e o aprofundamento da guerra do Vietnã, além da morte de importantes lideranças guerrilheiras, como Luís de la Puente Uzeda e Guillermo Lobatón, do *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria* (MIR) chileno, no Peru, Camilo Torres, na Colômbia e Fabrício Ojeda, na Venezuela.

Cuba, porém, não recuou em seus esforços internacionalistas. Todos esses golpes e assassinatos se somavam ao cenário já descrito nos dois tópicos anteriores. Além da Conferência Tricontinental, organizada no entorno das baixas políticas nos três continentes, Cuba seguiu firme no teor da Segunda Declaração de Havana. Denise Rollemberg (2001) afirma que a exportação da Revolução Cubana para a América Latina foi promovida por meio do mito do foco guerrilheiro, segundo o qual a ação de vanguarda teria sido decisiva para a vitória na ilha. Essa interpretação, ressalta a autora, foi feita sem maiores atenções à conjuntura de revolta

e descontentamento no qual se encontrava a população cubana, responsável por conceder apoio decisivo aos revolucionários rumo à tomada do poder. Essa ideia teria sido encampada por “movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, em especial na América Latina, que não contavam com a participação social na luta” (Rollemberg, 2001, p. 14-15). Fato é que Cuba, estima-se, tenha promovido o treinamento de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos entre 1962 e 1967, para o arripio dos soviéticos<sup>35</sup>, ainda que o fornecimento de armas e dinheiro fosse limitado. Richard Gott (2006) lembra que a participação física de cubanos em ações na América Latina foi, em certa medida, limitada, restringindo-se à Argentina, Bolívia e Venezuela. O autor argumenta que, por volta de 1965, os movimentos revolucionários na América Latina inspirados em Cuba, como no Peru, na Colômbia e na Guatemala, estavam enfrentando dificuldades, por isso a decisão estratégica de se voltar para a África, buscando expandir a influência e apoio em outros continentes. Essa inclusão da África no radar cubano veio acompanhada por um apelo à solidariedade atlântica negra, buscando estabelecer laços com movimentos e líderes africanos que compartilhavam da luta contra o colonialismo e contra a opressão racial.

Como se vê, para termos dimensão da empreitada cubana pelo mundo, é preciso ir além da América Latina. No continente africano, Cuba foi aliada na luta anticolonial, tanto por meio da ajuda militar quanto do discurso político (Sawyer, 2006). Em 1962, ofereceu armamentos aos rebeldes na Argélia em sua luta por independência, e trouxe para a ilha crianças argelinas refugiadas de guerra e feridos em combate para tratamento. Após a participação na 19ª Assembleia das Nações Unidas, em 1964, Che Guevara foi à África para uma expedição de três meses. Passou pela Argélia, onde tinha relações próximas com Ahmed Ben Bella, por Gana, com diálogos estreitos com Kwame Nkrumah e com Nasser, na República Árabe Unida (Egito e Síria). Encontrou-se ainda com Alphonse Massamba-Débat, no Congo Brazzaville, e com Agostinho Neto, naquele momento à frente do MPLA, em Angola.

Moniz Bandeira (2012, p. 637) defende que essa viagem de teor diplomático existiu a fim de verificar a possibilidade de união dos movimentos de libertação em uma frente comum, “de modo a intensificar o processo revolucionário no Terceiro Mundo e romper em favor da esquerda o impasse internacional configurado pela Guerra Fria”. Che Guevara, como defensor da presença de tropas cubanas na África, chegou à República Democrática do Congo em abril

---

<sup>35</sup> Essa projeção cubana acabou levando a alguns conflitos com a URSS, destacados até mesmo na Tricontinental: “Cuba centralizava em torno de si a atenção dos movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas, ao passo que reivindicava para si o lugar de uma espécie de “fiel da balança” entre eles, mediando inclusive os diálogos entre os defensores da luta insurrecional e os optantes pela linha pacífica, mantendo relações com ambos, ainda que se posicionasse discursivamente em favor dos primeiros” (Generoso, 2017, p. 64).

de 1965 para lutar junto às guerrilhas lideradas por Laurent-Désiré Kabila contra o governo de Mobutu Sese Seko, apoiado pelos EUA. Ele, porém, considerou a experiência um fracasso, o fim de uma esperança, apontando diversas incompatibilidades e desencontros com os combatentes congolezes, como as diferenças de hábitos e costumes, a falta de organização e de conhecimento militar, a dificuldade de domínio da língua swahili, a falta de reconhecimento de autoridades cubanas que não eram negras e diversos outros obstáculos listados em *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo* (2000).

Em 1965, estima-se que cerca de 400 soldados cubanos estavam na África Central, tanto para auxiliar a luta do Congo/Zaire quanto para treinar rebeldes em Angola (Glejesis, 2003). Ainda em 1965, cubanos e angolanos planejaram um ataque ao forte português na província de Cabinda, ao norte de Angola, a Operação Macaco. Um combatente da época relatou a Piero Glejesis (2003) como a Conferência Tricontinental, planejada para o ano seguinte, determinava as ações cubanas no exterior. Em outra entrevista, um oficial cubano afirmou: “queríamos desferir um golpe pesado no inimigo. Assim, quando a conferência começasse, todos saberiam que as guerrilhas estavam lutando em Cabinda” (apud Glejesis, 2003, p. 177). Instrutores militares e médicos cubanos se juntaram aos rebeldes na Guiné Bissau, em 1966, e lá permaneceram até a independência do país, em 1974, o que foi a segunda maior empreitada cubana na África depois das operações em Angola, a partir do ano seguinte.

Piero Glejesis (2003, p.8) menciona a curiosa ausência de Cuba e das turbulências africanas no radar da inteligência dos governos Johnson e Nixon nos Estados Unidos:

Em sua visão geral das atividades comunistas na África, a história administrativa do Departamento de Estado nos anos Johnson não menciona Cuba. A administração Nixon estava confiante de que a ameaça comunista na África havia sido neutralizada. Não prestou atenção ao continente. “A África na edição de 1973 das *Key Intelligence Questions* quase não foi mencionada”, escreveu o diretor da *Central Intelligence*, William Colby. Isso logo mudaria.

E mudou, realmente. Entre 1961 e 1974, Cuba enviou cerca de 2 mil soldados à África. De outubro de 1975 a abril de 1976, 30 mil. Durante a Operação Carlota, em 1975, Cuba enviou 20 mil homens para lutar ao lado do MPLA, em Angola, contra os militantes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiados pelo regime sul-africano, e contra a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Diante dos pedidos de auxílio de Cuba, a União Soviética enviou armamento e apoio logístico a favor do MPLA, momento em que os EUA se viram impelidos a entrarem nesta equação afro-latino-americana e, agora, soviética. Naquele momento, Castro afirmava que o envio de tropas de Cuba a Angola justificava-se não só pelo internacionalismo revolucionário, mas também pelo caráter “latino-americano” e



“latino-africano” do povo cubano; porque “parte importante do sangue cubano é sangue africano” (Castro, 1976, p. 15). Segundo Mark Sawyer (2006), Cuba chegou a enviar 50 mil soldados a Angola. As palavras de Fidel Castro (1976, p. 14) na ocasião deixam evidentes as intenções do internacionalismo: “Existe um campo revolucionário e existe o internacionalismo proletário. E se os imperialistas querem saber o que é o internacionalismo proletário, Angola é um magnífico exemplo.”

Para além de suporte material e ideológico para estes grupos revolucionários e movimentos de libertação do Terceiro Mundo, devemos entender como Cuba forneceu também um incremento na discussão teórica sobre revolução, modificando a própria luta ideológica da Guerra Fria na América Latina:

Uma ideia-chave era que a América Latina poderia acelerar o processo de revolução sem ter de passar primeiro por estágios de desenvolvimento capitalista e poderia criar as condições para a revolução por meio da luta armada. A esse respeito, o tipo de marxismo de Cuba fundiu o pensamento de Mariátegui, Guevara e outros em uma ideologia particularmente única que, por sua vez, influenciou uma série de latino-americanos, de senadores marxistas democratas a grupos guerrilheiros armados (Harmer, 2014, p. 141).

A luta anticolonial na África foi também um palanque para que o governo cubano atacasse os EUA pelo viés da questão racial, pauta cara ao governo de Fidel Castro que entrelaçava política interna e externa. Mark Sawyer, no livro *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba* (2006, p. 64), argumenta que o internacionalismo esteve à serviço da ideologia racial cubana e permitiu à “Cuba revolucionária externalizar problemas raciais e a luta contra o racismo”, desviando o foco das incongruências ou incapacidades de sanar as próprias questões. Em especial a atuação cubana em Angola possibilitou que Cuba trouxesse à mesa de debates internacional a questão do racismo de forma externa aos desafios herdados do governo Batista e às heranças do colonialismo em Cuba.

A postura do governo norte-americano, assentada no racismo estrutural da sociedade, em se negar a atender à demanda pelos direitos civis dos afro-americanos estadunidenses e a luta anticolonial na África a partir da década de 1960 estiveram unidas na composição do discurso internacional cubano. Nesse tópico, Alejandro de la Fuente (2001, p. 296) defende que a “campanha internacional cubana de solidariedade para com povos negros oprimidos ao redor do mundo era encenada para uma audiência doméstica”, deixando claro aos cubanos que a sociedade em que viviam era superior aos Estados Unidos da América, inclusive em termos de igualdade racial. Segundo Mark Sawyer, Castro via uma opressão comum feita pelos EUA sobre a população afro-americana estadunidense e cubana, daí o racismo ser visto não como uma questão interna, mas como uma consequência do imperialismo, além da possibilidade de

pensar o Terceiro Mundo de modo a abarcar também a luta de negros afro-americanos por direitos civis. A política externa da Revolução Cubana, nas palavras de De La Fuente (2001, p. 302), teria sido “usada para distrair a atenção dos problemas raciais domésticos”. Essa questão também esteve presente na Tricontinental e o modo como Cuba mobilizou a questão durante o evento será trabalhada no capítulo 4.

Ainda que permeada por incongruências, durante a empreitada internacionalista da década de 1960, entre todas as frentes de atuação apresentadas, o país engajou-se em receber e discutir junto com representantes oficiais de governos, movimentos de libertação nacional, além de grupos e partidos dos três continentes, um enfrentamento comum ao imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, sendo essas as três bandeiras principais de união entre os grupos. Pautas comuns do internacionalismo cubano perpassaram a inadequação do colonialismo diante do direito universal à autodeterminação dos povos, a falta de legitimidade do imperialismo no mundo e a exploração como laço de união e força para a luta.

A Conferência Tricontinental em Havana, no entendimento cubano, era essencial para impulsionar a revolução pretendida. Com esta breve análise conjuntural, é possível vislumbrar a Tricontinental como um espaço de leitura e de ação sobre a Guerra Fria Global feita pelo Terceiro Mundo, no geral, e pela América Latina, no particular. Ao longo dos próximos capítulos, a participação e o posicionamento dos agentes envolvidos no projeto da Tricontinental a respeito dos conflitos e desafios globais trabalhados até aqui serão o foco da análise, na tentativa de compreender o entendimento e a imaginação política desses indivíduos e grupos em seu tempo.

## 2 ROTAS TRAÇADAS: O SONHO TRICONTINENTAL COMO PERCURSO ATÉ HAVANA

A partir da história e da relação das organizações envolvidas no projeto Tricontinental com países, grupos e indivíduos, este capítulo analisa os caminhos que levaram a ideia da Conferência até sua concretude em Havana<sup>36</sup>. Parte-se do princípio de que articulações anteriores fizeram parte tanto da história do encontro internacional, objeto primeiro desse estudo, quanto da própria história do Terceiro Mundo e seus processos. Considerando a permeabilidade e impermeabilidade das fronteiras entre solidariedades, e com base em um entendimento teórico sobre margem/centro que apresentarei a seguir, analiso a disputa em aberto nos anos 1960 sobre o local e as características de um evento dos três continentes, bem como o empenho de políticos e diplomatas cubanos em fazer de Havana a sede da Conferência e da nova organização Tricontinental.

Para expandir a análise, será recuperado o histórico de conferências anteriores da OSPAA e da América Latina, com o merecido destaque ao México, na figura do ex-presidente Lázaro Cárdenas del Río<sup>37</sup>, como um ator importante para a presença latino-americana nessa rede de articulações. Tudo isso sem negligenciar a conexão fundamental entre Marrocos, Argélia e Cuba, sem a qual dificilmente o evento em Havana teria se concretizado. No texto, mantenho-me também atenta às investidas da República Árabe Unida (RAU) e da Guiné na busca por protagonismos durante os momentos preparatórios do encontro. As reuniões do comitê responsável por pensar a conferência, o CIP, também compõem este quadro anterior à

---

<sup>36</sup> A lista de siglas pode ser conferida no início da tese, mas, por ser um capítulo que faz uso de muitas delas, é interessante partirmos daqui: o Conselho Mundial da Paz (CMP)<sup>36</sup>, vinculado a uma diplomacia político-cultural soviética, foi criado durante o Congresso Mundial pelos Partidários da Paz, em 1949, em Paris. O Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) foi fundado em 1961, em Belgrado. A Organização de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (OSPAA) surgiu na 1ª Conferência dos Povos Afro-Asiáticos, que ocorreu no Cairo, entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958. Já o Comitê Internacional Preparatório (CIP) foi criado para organizar a Conferência Tricontinental de Havana. Nasceu oficialmente em 1965, durante a 4ª Conferência Afro-Asiática, em Winneba, Gana, mas alguns documentos apontam para uma formação já na 3ª Conferência, em Moshi, Tanganica, em 1963. Por fim, a OSPAAAL, isto é, a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, foi a organização criada na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966. Expansão da OSPAA, agora com a presença da América Latina, esteve alinhada ao governo cubano, tendo sua sede funcionado em Havana até o seu fechamento, em 2019.

<sup>37</sup> Lázaro Cárdenas (1895-1970) foi presidente do México de 1934 a 1940 e implementou reformas sociais importantes. Na década de 1960, despontou como figura importante no cenário internacional e manteve uma relação ambígua com o governo mexicano de López Mateos (1958-1964) por sua relação próxima com a Revolução Cubana e com o *Movimiento de Libertación Nacional* (MLN). Foi criticado por setores conservadores que consideravam sua postura uma afronta ao equilíbrio diplomático que o México buscava no período. Durante os anos 1960, posicionou-se como político independente do governo no México, conectando sua imagem ao ideal revolucionário, ao mesmo tempo em que flertava com prerrogativas pacifistas soviéticas (Krauze, 2014; Vargas, 2013).

abertura dos salões do Hotel Havana Livre, e sua documentação revela as desconfianças reinantes sobre uma organização dos três continentes que nasceu marcada por uma longa e já desgastada história afro-asiática. Tensionada tanto pelo conflito sino-soviético quanto por um desejo de protagonismo cubano, essa e outras histórias serão temas deste capítulo e se ajustam às pretensões da primeira parte da tese sobre fronteiras delimitadas, fluidas e *em disputa* de solidariedades no Terceiro Mundo.

## 2.1 Relações Internacionais: marginalidades e fronteiras

As fronteiras e divisões são uma constante nos estudos sobre Guerra Fria. Sejam geográficas, ideológicas, étnicas ou identitárias, elas permearam discussões e fazem-se como lembretes incontornáveis na historiografia. Algumas se tornaram famosas no período, como as linhas divisórias dos territórios do Vietnã e da Coreia, a “cortina de ferro” no Leste Europeu e o próprio muro de Berlim. Aqui, serão analisadas do ponto de vista teórico, relacionando-as com um evento cuja existência e composição eram negadas pelo *status quo* das Relações Internacionais. A estruturação de conferências pelo Terceiro Mundo reuniu a ambiguidade de tanto se apropriar de uma gramática da convivência internacional entre países em fóruns de discussão quanto de ser disruptiva a ela, acrescentando novos atores e temas. Nesse sentido, apresentam-se como eventos fronteiriços compostos por atores por vezes localizados às margens da arquitetura internacional cuja marca imperial é uma característica importante. Independente desse lugar – ou por causa dele – há um tensionamento latente na porta de entrada do campo, diante da qual os atores em estudo confrontavam-se com barreiras e fronteiras impostas. Apropriaram-se, no entanto, de maneira criativa das regras dos relacionamentos internacionais para conseguir adentrá-las e, em última instância, modificá-las.

O editorial do senegalês Alioune Diop, publicado no primeiro número da revista franco-senegalesa *Présence Africaine*, em 1947, revela como, nos anos 1940, a discussão a respeito da universalização de valores europeus na produção cultural e de conhecimento estava em xeque entre a intelectualidade africana de expressão francesa<sup>38</sup>. Nele, estão apontadas as fissuras de um modelo epistemológico injustamente universal, porque, na verdade, possui caráter eurocêntrico: “o universalismo tem a forma de um templo onde se vê uma fachada perfeita, mas que, no plano de fundo, jamais exposto ao olhar, à admiração ou à crítica, encontra-se inacabado

---

<sup>38</sup> Isso não significava que havia, neste caso e período, uma defesa no anticolonialismo.

e absurdo”<sup>39</sup>. O trecho é interessante pelo que denuncia de forma mais direta, isto é, os sentidos e valores europeus impostos de forma violenta a modos de viver e de entender o mundo fora da Europa ocidental; mas é igualmente interessante pela metáfora subjacente que o compõem. Na imagem mobilizada por Diop, o templo pode ser visto por dois ângulos, o que se mostra e o que se esconde, sendo que “a Europa não consegue mais se ver” em todos eles. Ora, então quem está do outro lado? Quem consegue ver *todos* os ângulos? Aqueles que conseguem acessar os destroços da face oculta de um belo templo, possivelmente fazem parte de um trânsito e de uma margem que lhes permitia ultrapassar a fachada intacta, em exibição permanente, e *retornar* ao lugar que lhes era reservado. A aposta da revista era delegar a tarefa de reconstrução desses destroços àqueles que tinham sido excluídos da sua construção, renovando-o sob novos termos.

Na defesa que pretendo fazer aqui dos enlacs solidários, a questão das fronteiras e margens é importante, e o texto de Diop mostra-se um documento exemplar. Com isso, lembrome de bell hooks (2019) ao discorrer sobre teoria feminista entre a margem e o centro e que me serve de inspiração para pensar teoricamente meu objeto cindido por esses espaços, entre a exclusão e a inclusão<sup>40</sup>, e os arranjos criativos e apropriativos que se fizeram no campo das relações internacionais. Vivendo em uma cidade dividida por um trilho de trem que delimitava acessos e marginalidades no Kentucky, Estado Unidos, hooks relembra como era fazer parte de uma cidade sem de fato pertencer ou ter acesso aos seus locais de privilégio. Podia frequentá-los, mas tinha sempre que retornar para o outro lado da linha férrea, empurrada por divisões físicas, políticas, econômicas e simbólicas. No breve prefácio ao livro *Teoria feminista: da margem ao centro* (2019), a autora faz uma reflexão sobre como esta condição de viver nas extremidades dava a ela e aos seus uma particularidade de percepção sobre o todo. “Olhávamos tanto de fora pra dentro quanto de dentro pra fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos” (p. 23). O centro, espacial e simbólico, era o local dos acessos, dos privilégios, das famílias brancas; enquanto as margens, o local de escassez e de precariedades, algo inacabado e, possivelmente, absurdo. Em alguma medida, a linha férrea

---

<sup>39</sup> DIOP, Alioune. Niam n’goura ou as razões de ser da Présence Africaine. *Présence Africaine*, n 1, 1947, p. 7-14, p. 6. Acervo Biblioteca Nacional da França. Uma análise verticalizada sobre este editorial pode ser encontrada na tese de doutorado de Raissa Brescia dos Reis (2018, p. 116-126). A tradução deste texto e de outros da revista *Présence Africaine* tem sido realizada pelo projeto “Poesia e Nação na Présence Africaine”, vinculado ao Instituto de História da UFRJ, sob coordenação da professora Brescia dos Reis.

<sup>40</sup> Penso que a Tricontinental está permeada de histórias de exclusão, em distintas camadas. Muitos dos seus agentes e delegações estavam excluídas dos processos decisórios em suas localidades, seja pela condição colonial, seja pelo lugar de oposição que ocupavam. Ao mesmo tempo, por ser uma conferência de povos, muitas das demandas ali aclamadas estiveram de fora de outros foros multilaterais nas relações internacionais travadas entre países. Igualmente, a Tricontinental, como estratégia do internacionalismo cubano, adveio de uma condição de exclusão política, econômica e diplomática da ilha condicionada pelos Estados Unidos e aliados, a qual o encontro em Havana significava uma possível saída a essa condição.

de hooks e seus dois lados se conecta com o templo de Diop e seus dois ângulos. Na medida em que separam, permitem também acessos com marcadores sociais e raciais. Enfim, essa condição deu à família de hooks e a sua comunidade marginalizada, diz a autora, “uma visão de mundo contestadora”, inacessível aos opressores. Este “senso de inteireza”, segundo ela, era a cola que os unia em solidariedade e percepção de si e, provavelmente, com licença a bell hooks, de seu poder. Ela então busca dar inteireza à teoria feminista a partir desta lembrança, trazendo ao seu trabalho uma amplitude analítica como uma intelectual marginal e insurgente, que parte de um local específico para enxergar o todo<sup>41</sup>.

A vivência espacial das fronteiras foi também um marcador perene na produção da intelectual e ativista chicana Gloria Anzaldúa, que teve sua história familiar marcada pela imposição da fronteira entre Estados Unidos e México, no Vale do Rio Grande, Texas. Em sua produção, permeada pelas problemáticas das questões de gênero, sexualidade, raça e etnia, observa-se a construção de uma “teoria de existências nas fronteiras”, na qual a autora se empenhou em refletir a respeito de um “nacionalismo mais poroso e aberto a outras categorias de identidade” (Anzaldúa apud Costa; Ávila, 2005, p. 691). *Borderlands/La Frontera* (1987), uma de suas obras mais famosas, explora como as fronteiras físicas e simbólicas são capazes de moldar identidades nos indivíduos que nela se encontram demarcados, criando ali espaços híbridos de resistência e de criação. A intelectual fez essa reflexão ao expor suas experiências como uma chicana lésbica, mulher de cor, vivendo nos Estados Unidos. Ao ver-se em uma posição marginalizada, uma “nova mestiça”, dá-se conta das ambiguidades inerentes a sua condição de fronteira nos Estados Unidos, uma identidade nascida pela tensão – e divisão – entre culturas, línguas e sistemas de opressão. Esse entendimento de marginalidade e de necessidade de solidariedade para a luta aparece em vários de seus outros trabalhos e ativismos, como no ensaio “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo” (Anzaldúa, 2000), originalmente publicado em 1981, no qual a autora fala dos perigos que cercam as *hermanas* do Terceiro Mundo. Em formato de carta, dirige-se às “mulheres de cor, companheiras no escrever”, e discute como essas mulheres poderiam se conectar e se apoiar mutuamente em suas jornadas como intelectuais.

Contemporânea a hooks, Anzaldúa também argumenta que as pessoas marginalizadas têm uma perspectiva única sobre o mundo, que pode ser usada para desafiar as estruturas de poder existentes. A condição de observar de fora para dentro e de dentro para fora, descrita por hooks, ecoa a ideia de Gloria Anzaldúa sobre a “fronteira como uma ferida aberta”. Enquanto

---

<sup>41</sup> Outros autores trazem contribuições semelhantes para esta percepção. Cf. Bar On (1993) e Mills (1988).

hooks enfatiza a visão crítica entre margem e centro, Anzaldúa nos convida a reconhecer sujeitos que, em determinadas condições de opressão, resistem e transformam dicotomias, articulando solidariedades através de múltiplas fronteiras — culturais, linguísticas e políticas.

Outra intelectual negra importante a pensar sobre tema semelhante foi Patrícia Hill Collins (2016). Em “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, originalmente publicado em 1986, refletiu sobre o trabalho intelectual de mulheres negras. Nele, Collins dialoga de perto com hooks e reitera o entendimento de que as *outsider within*, isto é, que estão de fora, mas também dentro, em uma tradução livre, podem se beneficiar de seu *status* e enriquecer os discursos sociológicos contemporâneos ao identificarem a potencialidade do uso criativo de sua marginalidade.

Em muitos pontos, as reflexões de Hill Collins se conectam também com as de Anzaldúa e com as de bell hooks sobre dicotomia e privilégio crítico da margem em relação ao centro, ao mesmo tempo que podem ser analisadas como intelectuais feministas insurgentes cujos pontos de vista não se encontram restritos a discussões nacionalistas sobre opressão, fronteiras e marginalidades. As três autoras, com seus marcadores sociais e políticos compartilham uma perspectiva que reconhece a margem não como um espaço de passividade, mas como um lugar de agência e visão contestadora. O feminismo transnacional, nessa perspectiva, pode contribuir para observar outros objetos de estudo cujas ações e indivíduos também se encontram em fronteiras e marcados por lutas de solidariedade. Su Li Lewis, Carolen Stolte (2019) e Elizabeth Armstrong (2016), junto com outras pesquisadoras das Relações Internacionais, já caminham nesta estrada<sup>42</sup>.

Ao retomar o texto de Alioune Diop, de 1947, que iniciou este debate, concebemos o longo desenvolvimento das tensões que as margens propõem ao centro quando se reconhecem como locais de teorização e produção de conhecimento, cultura e inovação política no pós-Segunda Guerra Mundial. Isso se liga aos caminhos tomados pelos feminismos negros e também no interior da teoria social desenvolvidos na segunda metade do século XX.

Apropriando-me deste debate sobre fronteiras, penso que a solidariedade vinda de ocupações marginais pode ser aplicada aos atores dessa outra história que quero contar. Movimentos de libertação e países recém-saídos de uma condição colonial ou sujeitos a ingerências imperialistas, assim como outros grupos sociais mais particularizados, como

---

<sup>42</sup> Trabalhos recentes sobre movimentos de mulheres nesse período articulam tanto as limitações da estrutura analítica da Guerra Fria quanto a diversidade política das ativistas e organizações envolvidas. Elisabeth Armstrong (2016) demonstra, em seu trabalho sobre a Conferência de Mulheres Asiáticas de 1949 em Pequim, uma nova geração de mulheres de toda a Ásia e Norte da África que se engajou em uma “solidariedade de comunalidade” que reconhecia os desequilíbrios entre as mulheres do mundo.

mulheres do Terceiro Mundo, por exemplo, ocupavam lugares marginais dentro das plataformas e espaços das Relações Internacionais. Muitas vezes, a barreira era estabelecida pela representação estatal e não estatal, condição a que muitos territórios ainda estavam sujeitos nos anos 1940 e 1950. Essa condição, por si só, já era um impedimento para que houvesse legitimidade e reconhecimento internacional de demandas políticas e econômicas. Marcadores de gênero também se fizeram presentes, não sendo coincidência que as representações, estatais ou não, eram compostas, em sua maioria, por homens. O cenário se modificou quando estes indivíduos começaram a fazer uso de estratégias já consolidadas entre as grandes potências e forçaram espaços internacionais para amplificar e alinhar suas urgências. Essa percepção unitária da qual fala bell hooks não foi articulada de um dia para a noite e é difícil aderir à narrativa da paternidade única, seja estatal ou individual, de um movimento cuja razão de ser foi coletiva e proveio de movimentos que se interseccionaram. Assim, veremos que havia outros caminhos para a Tricontinental, mas somente um para Havana, sendo esse evento um episódio a mais na comprovação da acertada alcunha de “Roma antilhana” dada a Cuba pelo historiador argentino Túlio Halperín Donghi (1998). Por meio dela, o autor enfatiza como a ilha tornou-se um centro de influência e fascínio entre setores ligados à esquerda e um ponto focal para as lutas políticas e ideológicas na América Latina nos anos 1960.

Para construir a argumentação a partir das fontes, nesse capítulo dialogarei mais de perto com quatro autores, o jornalista francês Roger Faligot (2013), a historiadora cubana Blanca Mear León (2021) e os pesquisadores estadunidenses Eric Zolov (2020) e Patrick Iber (2015, 2022). A partir da leitura de Roger Faligot, discuto sobre os diferentes protagonismos na construção de uma conferência tricontinental, partindo não dos preparativos para Havana, mas da própria concepção de um encontro que reunisse os três continentes do Terceiro Mundo. Como veremos, a sede da Conferência esteve em suspenso pelo menos até um ano antes do evento, demonstrando vários jogos e negociações em disputa.

Com a pesquisadora cubana Blanca Mar León, e com os historiadores Eric Zolov e Patrick Iber, compreendi que o México foi um ator importante neste cenário anterior a 1966, seja por suas relações de política externa via ministérios com Cuba ou com os Estados Unidos, seja pela rede latino-americana em torno do ex-presidente Lázaro Cárdenas, uma figura de projeção internacional em íntimo diálogo com os soviéticos via CMP e com os cubanos. Esses pesquisadores conseguiram mapear uma outra origem para o sonho tricontinental e, com eles, busco propor uma releitura a respeito dos vetores de força atuantes nessa construção, reposicionando os lugares de China e URSS a partir de um olhar descentrado sobre estes grandes atores da Guerra Fria.



Impossível de desconsiderar, o conflito sino-soviético<sup>43</sup> esteve presente nesse período como um fator desestabilizador dos arranjos para a inclusão da América Latina na OSPAA e, de maneira geral, explícita ou implicitamente, atravessa toda a documentação trabalhada aqui, sejam os relatórios cubanos, as entrevistas dos membros do CIP à imprensa, as cartas enviadas e recebidas no México ou os relatórios das agências de inteligência dos EUA. A recusa dos chineses de seguirem com os soviéticos em sua prerrogativa de coexistência pacífica com o Ocidente, por considerá-la revisionista diante da potência das experiências revolucionárias no Terceiro Mundo, mexeu não somente com a relação bilateral das duas potências do campo socialista, mas de forma global com as esquerdas e com as forças políticas da Guerra Fria. Reforço, porém, que não utilizarei esse conflito como primeiro filtro para analisar os caminhos que levaram a Tricontinental até Havana, afastando-me de entendimentos pouco produtivos sobre manipulação. Tento, por outra via, perceber o contrapeso das articulações, isto é, como, ao mesmo tempo que representavam um empecilho ao exercerem sua força como potências do campo socialista, China e URSS enfrentavam tensionamentos de vários lados na rede de solidariedade terceiro-mundista. As batalhas semânticas que este conflito gerou para o Terceiro Mundo, e como a Conferência Tricontinental se apropriou e modificou este vocabulário, será tema da segunda parte da tese, onde o conflito será analisado em maiores detalhes. Por enquanto, basta dizer que a nova política externa soviética de coexistência pacífica, a partir de 1956, fez surgir uma fenda nas relações com a China. Essa fenda logo se tornou abismo, atingindo seu ápice na primeira metade da década de 1960, justamente os anos em que vemos crescer o movimento e a organização da Tricontinental – onde quer que ela fosse acontecer. China e União Soviética, claro, não ficaram de fora desse empreendimento. Com entendimentos divergentes sobre como atuar com potencialidades revolucionárias na África, Ásia e América Latina, buscaram se articular com grupos, organizações e personalidades na busca de seus objetivos, mas encontraram agentes também com suas próprias expectativas, crenças, intentos e, claro, sonhos.

## 2.2 “O sonho de Ben Barka”: discutindo com a obra de Roger Faligot

Como dito na introdução da pesquisa, foram muitos os trabalhos sobre o legado da Tricontinental e poucos os que investigaram o interior da Conferência propriamente dita, seus

---

<sup>43</sup> Este assunto e seus impactos serão discutidos no capítulo 5.

preparativos e execuções<sup>44</sup>. Um trabalho que foi a fundo na Conferência em si foi o de Roger Faligot, *Tricontinentale: quand Che Guevara, Ben Barka, Cabral, Castro, et Hô Chi Minh préparaient la révolution mondiale*, publicado em 2013. Em monumentais 600 páginas, o jornalista francês conta em detalhes a concepção da ideia no seio da OSPAA no início dos anos 1960, os principais protagonistas do encontro, o dia a dia do evento, os investimentos e consequências para Cuba e os desencontros e desacordos internos, além de anedotas e conspirações vindas dos Estados Unidos e os obstáculos vindos do conflito sino-soviético.

Com uma narrativa de tom romaneado, o autor cumpre o que promete no jornalismo investigativo, mobilizando um número significativo de entrevistas como principal recurso de informação e é uma referência de excelência em seu próprio campo. Especialmente as entrevistas, feitas, em sua maioria, nas primeiras décadas do século XXI, trazem ao livro elementos ausentes na documentação dura da conferência, isto é, nas atas, documentos oficiais e correspondências entre delegações. Além das entrevistas, o autor ampara sua história da Tricontinental em artigos de jornais, revistas e bibliografia, além de documentos da CIA, que esteve atenta às movimentações em torno da organização da Conferência desde os seus primórdios. A agência tinha interesse em acompanhar de perto o desenrolar do conflito sino-soviético e a expansão de ideias comunistas, sobretudo no hemisfério sul. Dessa forma, essas fontes contribuíram para um entendimento e compreensão ampliados sobre o evento, o que tornou a publicação, por muito tempo, a sua principal referência em termos acadêmicos.

No livro, o autor francês reúne e elenca os fatos e faz uma história descritiva da Tricontinental, com todo o emaranhado de referências e articulações pessoais e políticas que uma reunião de tal magnitude demandou em sua época. Deixa-nos um conjunto de informações significativo e denso, mas, por outro lado, os historiadores sentem a ausência de referências precisas sobre a origem exata dos relatos e acontecimentos que entrega.

Aparte a questão teórico-metodológica da obra, outro aspecto chama a atenção. Para além de Cuba, outras presenças latino-americanas nas articulações prévias pela execução de uma conferência de três continentes recebem pouco espaço nas páginas da *Tricontinentale* de Faligot. A primeira parte do livro, intitulada “O sonho de Ben Barka<sup>45</sup>: abril 1964 – outubro de 1965” já é sugestiva do tom de sua argumentação. Inicia-a narrando os acontecimentos na

---

<sup>44</sup> Entre publicações recentes, destaco Generoso (2021), Hearman (2024), Hernández e Hosek (2022), Iber (2015, 2022), León (2021), Mahler (2022) e Zolov (2020).

<sup>45</sup> Mehdi Ben Barka (1920-1965) foi um líder político socialista e anti-imperialista marroquino, chefe da União Nacional de Forças Populares. Foi bastante atuante na OSPAA, exercendo cargos de liderança, assim como foi presidente do CIP da Conferência Tricontinental, até seu desaparecimento em Paris, em 29 de outubro de 1965. Como oposição do rei Hassan II, esteve no exílio na Argélia, de onde articulou a Conferência Tricontinental, tornando-se uma referência no Terceiro Mundo.

embaixada de Cuba em Argel, em 16 de abril de 1964. Por meio dos encontros diplomáticos, Faligot (2013) dedica-se a contar a articulação entre Cuba, Argélia e Marrocos, intermediada pela figura de Ben Barka, para inserir a América Latina no seio da OSPAA. Segundo o autor, foi o líder de oposição marroquino quem mencionou, uma das primeiras vezes, a ideia de expandir a solidariedade afro-asiática para a América Latina. Em exílio na Argélia, a conversa de Ben Barka com o embaixador cubano Enrique Rodríguez-Loeches foi logo enviada a Havana, “*coincidindo* com a ideia que Fidel Castro e Che Guevara tinham de um Terceiro Mundo insurgente” (Faligot, 2013, p. 17, grifo meu). Além disso, a solidariedade de Cuba com a Argélia no conflito da Guerra das Areias<sup>46</sup> contra o Marrocos teria selado uma “amizade indefectível” (p. 18) entre os dois países, atraindo também a oposição marroquina para a órbita do projeto tricontinental.

Nesse ponto, lembrar novamente da postura internacional cubana é importante. Já trabalhada no primeiro capítulo, vale destacar aqui que Jorge Castañeda (2006, p. 16), em sua biografia sobre Che Guevara, considera o “internacionalismo combatente e solidário” uma das principais teses teóricas e políticas colocadas em prática pelo político e guerrilheiro. Desde 1959, Guevara despontou como figura central nesse internacionalismo e lançou-se pessoalmente na empreitada pela exportação das ideias da revolução, com visitas e missões diplomáticas. Entre elas, houve a viagem por países afro-asiáticos, ainda em 1959, incluindo Japão, Iugoslávia, Índia, Egito, Ceilão, Indonésia, Paquistão, Sudão e Marrocos. Essa viagem buscava fortalecer as relações diplomáticas e econômicas de Cuba com esses países, além de aprofundar o contato de Guevara com os movimentos de independência (Cañizares, 2008).

No mesmo ano, Guevara publicou o artigo “*América desde el balcón afroasiático*” (1959) na revista *Humanismo*, no qual refletiu sobre a percepção dos países da Ásia e África a respeito da América Latina. Argumentou que Cuba, antes vista pelos afro-asiáticos como uma abstração revolucionária personificada em Fidel Castro, era, na verdade, parte de um movimento global de libertação. No texto, Guevara destacou a conexão entre as lutas dos trabalhadores latino-americanos e afro-asiáticos, explorando as conferências afro-asiáticas como um espaço para Cuba apresentar as dificuldades e aspirações da América Latina.

---

<sup>46</sup> A chamada Guerra das Areias foi um conflito territorial que ocorreu em outubro e novembro de 1963, quando Marrocos lançou uma ofensiva pela disputa da região fronteiriça com a Argélia no Saara. Apesar de parecer um conflito local limitado, provocou impactos tanto na política interna como nas relações internacionais da Argélia e serviu para selar relações de solidariedade entre representantes do Terceiro Mundo, em especial com Cuba, a quem o presidente Ben Bella já apoiava desde a Crise dos Mísseis, no ano anterior. Além disso, Cuba via na Argélia uma ponte importante para suas pretensões na África e, ao mesmo tempo, era vista como uma inspiração para as pretensões regionais e globais da Argélia, apesar de suas condutas terem sido também divergentes. Para saber mais, cf. Byrne (2016, 2022).

Defendeu, no artigo, a formação de um bloco unificado entre os povos recém-libertados do colonialismo para combater a dominação imperialista.

Guiado pelo internacionalismo guevarista, o governo cubano acreditava que a sobrevivência do regime revolucionário em Cuba diante do sistemático isolamento ao qual era submetida pelos Estados Unidos e demais governos a eles alinhados, dependia do surgimento de “outras Cubas”, ou seja, da difusão de movimentos revolucionários. Ao longo dos anos, conta Castañeda (2006), Guevara continuou a se dedicar às perspectivas da revolução na América Latina. Ele se reunia com líderes latino-americanos, buscando entender as diferentes correntes políticas e difundir os ensinamentos da Revolução Cubana.

Essa estratégia visava desafiar a hegemonia dos EUA na região, forçando-os a lidarem com múltiplos focos de resistência e, conseqüentemente, a aceitarem a existência de uma Cuba socialista. Essa visão foi reforçada por analistas de inteligência dos EUA quando Che Guevara partiu para a África em 1964, em uma missão que buscava fomentar a luta anticolonialista e fortalecer os laços de solidariedade entre os povos oprimidos, dando início a uma investida cubana no continente que passou por experiências no Congo, na Guiné Bissau e em Angola entre os anos 1960 e 70 (Glejesis, 2004). A figura de Che Guevara, argumenta Izabel Pimentel da Silva (2014), simbolizou a resistência contra o imperialismo e a opressão, inspirando gerações de jovens a lutarem por mudanças sociais e políticas. Seu legado transcendeu a luta armada, representando um ideal de internacionalismo revolucionário que influenciou diversas organizações guerrilheiras na América Latina nos anos 1960 e 1970.

A presença de Guevara na Argélia em 1964, que narra Faligot, portanto, foi parte desse quadro maior do seu entendimento sobre a importância da política externa para a consolidação da revolução. Lá, foi calorosamente recebido pelo então presidente Ben Bella (1963-1965) e por Ben Barka, para quem a Tricontinental, segundo Faligot (2013, p. 20), havia se tornado “um assunto muito pessoal”. De fato, podemos verificar na documentação<sup>47</sup> seu enorme empenho diante das dificuldades enfrentadas pelo Comitê Preparatório do qual foi presidente até o seu sequestro e desaparecimento, em Paris, em 29 de outubro de 1965. Faligot considera Ben Barka como uma “figura-chave” do projeto, ideia esta que é também compartilhada por outros autores, como Bouamama (2016), para quem o marroquino foi essencial tanto no plano teórico, como estratégico e tático da Tricontinental em Havana. Em sua visita à capital da ilha em setembro de 1965, é possível perceber como Ben Barka, no cargo de presidente do CIP, foi demandado pela imprensa a dar explicações sobre o andamento dos preparativos. Na

---

<sup>47</sup> *Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

homenagem prestada pela União Nacional dos Estudantes Marroquinos após a conferência, Ben Barka seria sempre “a alma e a ação da Tricontinental”<sup>48</sup>. A relação imbricada de Ben Barka com a Tricontinental em Havana aparece não somente nas homenagens prestadas a ele durante o evento, mas também nas expectativas de ação após seu sequestro, com a criação do Comitê de Solidariedade com Ben Barka, responsável por averiguar as condições de seu desaparecimento forçado no ano anterior e pressionar pela solução do caso – que nunca se deu. Em carta a Fidel Castro em 31 de dezembro de 1965, Abdel Kader Ben Barka, irmão de Ben Barka, demandou ações efetivas de apoio para as buscas, além de pressões sobre o rei do Marrocos, Hassan II, suspeito de ser o mandante do crime, e a criação de um comitê internacional que deveria intermediar diplomaticamente junto aos países envolvidos<sup>49</sup>. Enfim, podemos supor que o desaparecimento da liderança marroquina nas circunstâncias em que se deu, para além de sua real e indiscutível contribuição para a existência da Tricontinental em Havana, colaborou para estabelecer um regime de memória protagonista sobre esta figura articuladora, que acabou sendo reproduzida pela historiografia.

Os primeiros desenhos mais sólidos da comissão organizadora da Tricontinental começaram na 3ª reunião da OSPAA<sup>50</sup>, em Moshi, 1963, inclusive tendo unido mexicanos e cubanos na escolha da composição latino-americana do referido comitê. Na 6ª Sessão do Conselho da OSPAA, em Argel, em março de 1964, Ben Bella e Ben Barka se uniram para fazer frente aos entraves provocados por China e União Soviética e pressionaram pela aprovação da Conferência, o que ficou oficializado em 1965, na cidade de Winneba, em Gana, onde Ben Barka teria conseguido façanhas para conduzir diplomaticamente os entraves sino-soviéticos na OSPAA e garantir a realização da Conferência em Havana, direcionando a questão em seu momento mais difícil na organização (Faligot, 2013)<sup>51</sup>. Depois da viagem de Guevara em 1959, que não sem razão teve início no Cairo, a presença cubana nos foros de discussão afro-asiáticos como convidada ou observadora foi constante.

---

<sup>48</sup> *Carta Unión Nacional de los Estudiantes Marroquis – El Mehdi Ben Barka*. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 5.

<sup>49</sup> *Abdel Kader Ben Barka para Fidel Castro*. Cairo, 31 de dezembro de 1965. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 2. O Comitê de Solidariedade com Ben Barka de fato saiu como uma das resoluções adotadas ao final da Conferência Tricontinental (resolução 155-21-22-P). Cf. Osmany Cienfuegos, 24 de enero de 1966. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 1.

<sup>50</sup> A Organização Afro-asiática surgiu oficialmente na Conferência Afro-Asiática entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958. Já existiam encontros internacionais afro-asiáticos antes, como a Conferência de Bandung e a Conferência de Genebra, em 1954, por exemplo. Entre a 1ª Conferência da OSPAA e a Tricontinental em Havana, houve mais 4 conferências da organização, sendo a 2ª conferência em Conacri, Guiné, em abril 1960; a 3ª, em Moshi, na Tanganica, em fevereiro de 1963; e a 4ª Conferência em Winneba, Gana, em maio de 1965. Havia uma previsão de uma 5ª Conferência em Beijing em 1967, que acabou não acontecendo.

<sup>51</sup> A 4ª Conferência da OSPAA, em Winneba, Gana, será analisada com maiores detalhes ainda neste capítulo.

Em conversa com o *Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos*, em setembro de 1965, Ben Barka denunciou os ecos do conflito sino-soviético no CIP às vésperas da Tricontinental:

Os estatutos que regem a conferência Tricontinental devem ser novos. Os de 1960 que regem a OSPAA não se ajustam às mudanças efetuadas na situação política do mundo. A nova organização [tricontinental] deve estar distante das discrepâncias sino-soviéticas. Se fica impedida a realização da 5ª conferência afro-asiática em Beijing, tomaremos parte na discussão sino-soviética. Isso pode parecer infantil, mas pode converter-se em um problema sério [...]. O problema reside que a nova organização [tricontinental] não seja uma organização dos soviéticos contra os chineses nem vice-versa. O atual secretariado afro-asiático está paralisado em seu trabalho em razão das divergências. [...] A importância da Tricontinental é corresponder a uma realidade do mundo, mas também tirar a Afro-Asiática de uma crise.<sup>52</sup>

É inegável o papel de Ben Barka nessa empreitada e a tríade Guevara-Bella-Barka foi o encontro fundamental para os contornos finais da conferência em Havana. Mas o ponto que me chama a atenção é quando Faligot sugere que o sonho de Ben Barka estava sendo sonhado *ao mesmo tempo* em lugares diferentes. Sobre a veracidade de que Fidel e Barka realmente não haviam trocado impressões antes de 1963/1964 ou que a ideia cubana da Tricontinental já não circulasse em reuniões da OSPAA, tratando-se de uma coincidência de interesses, pode-se contra-argumentar a partir da própria documentação da OSPAA. Em divulgação de maio de 1966, a organização afirma que a ideia de se organizar a solidariedade entre os três continentes, bem como uma conferência, “foi mencionada pela primeira vez durante a 4ª Sessão do Conselho da OSPAA”, em Bandung, Indonésia, em abril de 1961, sendo que em dezembro do mesmo ano, o comitê executivo da OSPAA, reunido em Gaza, Palestina, aprovou uma resolução para dar início aos preparativos da conferência<sup>53</sup>. O que se viu iniciado nessas reuniões da OSPAA nos indica que pouco provavelmente houve uma simples “coincidência”, como afirmou Faligot, entre o pensamento de Barka – que ocupou a vice-presidência do Fundo de Solidariedade Afro-Asiática e foi membro do comitê permanente e secretário executivo da OSPAA – e Castro, já que a própria chancelaria cubana esteve presente nas reuniões da OSPAA desde o início da década.

De todo modo, a ideia de Faligot é interessante pelo que propõe e para o que pretendo apresentar a seguir, isto é, que este projeto de fato estava sendo pensado por vários indivíduos e instituições em diferentes locais do globo, nem sempre com o protagonismo de Barka e Castro, somente. Essa dinâmica nos dá a ver diferentes escalas de uma história global que foi

<sup>52</sup> *Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>53</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America*. La Habana: OSPAAAL, 1966, p. 15. Acervo: Library of Congress, EUA.

tudo, menos harmônica e linear, e que adquiriu características distintas a depender de quem a conduzia, mostrando-se uma disputa aberta. Contar a história da Tricontinental a partir dessas fontes, acrescentando atores e propostas surge, então, de um diálogo na discordância – o “sonho de Ben Barka” foi o sonho de muitos outros.

Em sua linha narrativa, Faligot deixou para Cuba um protagonismo regional condizente e condescendente com sua propaganda política: Cuba, desejosa de somar-se à política afro-asiática dos encontros internacionais, teria trazido consigo toda a América Latina para compor esse novo momento. Esse direcionamento não é infundado, uma vez que a OSPAA realmente desempenhou um papel crucial para a realização da conferência em Havana e, claro, porque Cuba de fato ganhou o que barganhou – não sem muito empenho –, já que a OSPAA, em razão de seu peso institucional, foi onde a política externa cubana atuou mais fortemente. Cuba reconheceu, desde muito cedo, a necessidade de angariar a simpatia dos afro-asiáticos para seu projeto tricontinental. Como veremos na segunda parte da tese, essa simpatia não foi completa e esbarrou em descontentamentos e desconfianças de muitos atores, grandes e pequenos. Para o momento, ressalto que podemos identificar projetos concorrentes gestados e intermediados por latino-americanos em conexão com os grandes agentes da Guerra Fria e estas propostas em trânsito são também a história de um projeto tricontinental.

A despeito de desentendimentos de formação e de método com o Roger Faligot, concordo com a pesquisadora cubana Blanca Mar León, para quem, desde o trabalho de Quentin Lentin (1977, original de 1967), foi Faligot quem melhor contou a história da Tricontinental. Para mim, assim como para Mar León, que investigou a documentação diplomática cubana sobre a Conferência, o contato com a obra de Faligot foi um convite ao mergulho em outros documentos da Tricontinental e inspiração para responder às perguntas que surgiram a partir de sua leitura.

Novos trabalhos surgiram desde então e “a Conferência tem sido objeto de renovado interesse acadêmico nos últimos anos com a virada para a análise da política na esfera transnacional e a crescente receptividade dos estudiosos ao conceito de Guerra Fria Global” (Hearman, 2024, p. 142). Nesse ponto, o conceito de Guerra Fria Interamericana, de Tanya Harmer (2011), nos ajuda a redimensionar ainda mais a frágil ideia de embate bipolar externo e projetado sobre a América Latina. Discordâncias e propostas internas à região vinculadas ao comunismo e ao capitalismo em diversas formas moldaram a relações no hemisfério, sobretudo após 1959. Harmer também enfatiza que diferentes atores latino-americanos — como revolucionários, governos progressistas e movimentos de direita — não eram meros peões no tabuleiro das superpotências, mas tinham suas agendas e estratégias dentro desse contexto de

Guerra Fria e se relacionavam com as potências a partir de seus objetivos. Assim, a Guerra Fria Interamericana não foi apenas uma imposição externa, mas um processo moldado pelas próprias dinâmicas políticas e sociais da região e é sob esse ponto de vista que busco analisar a documentação.

Nas próximas seções, que se debruçam sobre os momentos anteriores a janeiro de 1966, trago documentos e questiono-os a partir de três eixos principais: (1) os projetos tricontinentais em marcha e em disputa no início dos anos 1960; (2) o papel da América Latina/de latino-americanos fora do eixo cubano e, por fim, (3) o interior das reuniões do Comitê Internacional Preparatório (CIP) da Tricontinental. A partir dos desafios de escalas locais e globais, a intenção é ampliarmos a visão sobre essa articulação prévia e refazer narrativas lineares do caminho até Havana.

### 2.3 “Nós precisamos da conferência”: a articulação latino-americana no Conselho Mundial da Paz

Tamanho foi o investimento cubano nessa empreitada afro-asiática que, quando ela de fato se materializou em Havana, suas divulgações oficiais traziam uma narrativa harmônica deste percurso. Mas, e se questionássemos esta origem e afirmássemos, por exemplo, que o sonho Tricontinental foi uma ideia *em circulação*, vinda tanto de atores latino-americanos quanto afro-asiáticos, e passando também por planos sino-soviéticos, sendo, assim não exclusivamente cubana? Aliás, como veremos, a aparente linearidade do processo de criação da Tricontinental desaparece quando recorremos às fontes do momento anterior ao encontro, deixando ver entraves e litígios que transitavam entre escalas regionais e globais na Guerra Fria Interamericana, em constante conexão com as grandes potências.

A partir da pesquisa de León (2021), cujo trabalho lança luz sobre as dificuldades dos preparativos com as delegações latino-americanas, penso ser importante acrescentar outras iniciativas ao cenário de articulação de forças para a execução de um encontro de três continentes. Defendo que esse acréscimo nos mostra como o projeto da Tricontinental não foi monolítico nem em seus atores nem em suas propostas, vindas tanto dos próprios cubanos quanto do México, pela figura de Lázaro Cárdenas e grupos envolvidos com o CMP, com significativa participação latino-americana. Além de Cárdenas, entre os representantes da América Latina na rede político-internacional do Conselho, destaco sobretudo o papel de Alberto T. Casella, professor e engenheiro argentino, Domingo Vellasco, jornalista brasileiro,



Valério Konder, médico sanitário brasileiro, além de Olga Poblete, professora, feminista, presidente no Movimento pela Paz chileno e secretária latino-americana do CMP. Todos, além da militância no movimento pela paz, tinham relações com os movimentos socialistas de seus respectivos países, sendo intelectuais incluídos no jogo político mas também agentes modificadores em/da disputa (Ridenti, 2022).

As correspondências trocadas por esses agentes atuando em favor do movimento mundial da paz e como articuladores em rede por uma conferência em solo latino-americano nos mostram que a rota ainda não estava totalmente traçada para Havana no início dos anos 1960, tampouco foi completamente seguida pelo que veio a acontecer de fato em janeiro de 1966. Acredito que esta análise conjugada das fontes contribui para que o trabalho histórico se afaste e conteste a narrativa oficial vinda do internacionalismo cubano que, na verdade, é mais um dos elementos em uma encruzilhada de caminhos possíveis no início dos anos 1960 e que fazem parte de um projeto mais amplo e de diferentes origens que se encontraram, não sem antes terem negociado.

Trazendo a análise, portanto, para a América Latina, é possível perceber que tanto Cuba quanto o México estavam empenhados em suas projeções internacionais e viam as conferências como palcos importantes de atuação. Além do flerte político de Cuba com os afro-asiáticos via OSPAA, internamente ao hemisfério sua atuação se deu também no fim do primeiro ano do novo governo. Em dezembro de 1959, Raul Roa, então Ministro das Relações Exteriores de Cuba, sondou o México sobre a possibilidade de arquitetarem, em conjunto, um encontro de duas semanas que reuniria as nações subdesenvolvidas do globo, estando incluídas, claro, as africanas e asiáticas, em 1960 (Zolov, 2020). Ainda que não tenha vingado, já que o governo mexicano declinou do convite sem maiores explicações, o fato demonstrava o interesse de Cuba em promover esse alinhamento tricontinental junto ao México. A recusa, no entanto, não significou a retirada mexicana da cena internacional solidária, mas ao contrário.

O governo de Adolfo López Mateos (1958-1964) engajou-se oficial e internacionalmente no “espírito de Bandung” para impulsionar tanto sua política externa quanto interna (Zolov, 2020, p. 109-112). Durante sua gestão, Mateos assumiu bandeiras já conhecidas da solidariedade terceiro-mundista, como o neutralismo, o questionamento da divisão da economia global e o desenvolvimentismo. Quanto a Cuba, o México reconheceu o novo governo em 1959<sup>54</sup> e, de forma geral, praticou o entendimento não intervencionista em suas

---

<sup>54</sup> O ex-presidente Lázaro Cárdenas, figura-chave na articulação internacional latino-americana, foi a Cuba ainda em 1959, lembrando que ele não ocupava cargo político do governo Mateos. O episódio da visita foi narrado por Enrique Krauze (2014) no capítulo “*Nuestro general en la Habana*”.

relações bilaterais, sobretudo em relação à expulsão da ilha da OEA por pressão de Washington, abstendo-se na votação junto com Brasil, Chile, Argentina, Equador e Bolívia<sup>55</sup>. Mas sua postura oficial também oscilou de acordo com os acontecimentos em escala local, regional e global, a depender da evolução do próprio processo cubano, das movimentações dos Estados Unidos no sistema Interamericano da Guerra Fria e, claro, de grupos políticos à esquerda e à direita dentro do próprio México (Covarrubias, 2011)<sup>56</sup>.

Paralelamente à política externa mexicana oficial no início dos anos 1960, e como parte de uma ampla rede transnacional, o ex-presidente Lázaro Cárdenas, que pouco aparecia na cena pública desde o fim do seu mandato (1934-1940), despontou como uma figura importante – e talvez central – para entendermos a rede latino-americana em torno do projeto de conferência no início da década. Era próximo a Fidel Castro e um entusiasta do processo revolucionário cubano, que se tornou um símbolo para as suas aspirações em seu próprio país (Iber, 2015)<sup>57</sup>.

Apesar das aproximações tanto do governo mexicano como de Cárdenas e seus grupos aliados com Cuba, os bastidores nos mostram outros parâmetros. Em sua consulta à documentação do Ministério das Relações Exteriores mexicano, Eric Zolov encontrou um México vigilante quanto às pretensões cubanas de liderança na região:

O entusiasmo inicial do México, contudo, sugeria uma disponibilidade para situar os princípios de Bandung num quadro latino-americano. Ao mesmo tempo, houve uma hesitação fundamental em dar apoio mexicano a uma iniciativa cubana sem a garantia de um maior apoio regional. Quando esse apoio não se concretizou, proporcionou ao México uma saída diplomática conveniente. Como concluiu um relatório interno do SRE, a conferência [de 1960] ‘estava destinada ao fracasso total’ (Zolov, 2020, p. 114).

---

<sup>55</sup> Para um entendimento mais amplo sobre a posição político-ideológica e argumentação jurídica mexicanas em relação à abstenção de seu voto na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas da OEA ocorrida em Punta del Este, que culminou na expulsão de Cuba da organização, cf. Covarrubias (2011, p. 139-140).

<sup>56</sup> O governo de López Mateos tinha o entendimento de que um rompimento ou conflito com Cuba seria para o México um problema de segurança nacional para o México e fez uso desse argumento com os Estados Unidos, justificando-se por não entrar em conflito direto com a ilha. Alguns estudos mostram que o México colaborou com operações de inteligência dos Estados Unidos para monitorar o governo de Castro (Iber, 2015).

<sup>57</sup> O exemplo cubano foi inspirador para muitos da esquerda mexicana, e a sua defesa foi em grande parte colocada na linguagem da reforma democrática como modelo para o processo no México. Nesse sentido, o *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN), fundado em agosto de 1961, também merece ser citado, já que Castro não contou com simpatia imediata ou unânime entre a esquerda mexicana e o MLN foi um aliado importante. Com uma vida breve (1961 a 1964), o MLN procurou unir grupos à esquerda de interesses “democráticos, progressistas e populares” sem alinhar-se a um partido específico, incluindo ex-membros do Partido Revolucionário Institucional (PRI), do Partido Popular Socialista (PPS) e do Partido Comunista Mexicano (PCM) que se identificavam com Lázaro Cárdenas, sendo ele próprio um nome de peso e unificador entre as esquerdas mexicanas nesse período (Iber, 2015).

Enfim, é nesse cenário maior que se encontra a imbricada relação e corrida por protagonismo regional e internacional entre Cuba e México, tanto pela via de política externa governamental quanto pela figura de Cárdenas<sup>58</sup>.

Assim, além da OSPAA e de negociações bilaterais dos dois países, a possibilidade de realizar um encontro dos três continentes se fez também nas discussões de Cárdenas com outra organização de peso que foi o CMP, criado em 1949 como parte da diplomacia cultural soviética da Guerra Fria<sup>59</sup>. Um relatório da CIA produzido em 1971<sup>60</sup> nos ajuda a entender o funcionamento da organização. Em seu organograma, o CMP tinha três órgãos dirigentes, o Conselho, o Comitê Presidencial e o Secretariado. O Conselho era o órgão máximo, composto por representantes de comitês nacionais de paz e por organizações locais, regionais, internacionais e por movimentos alinhados aos princípios do CMP. O Comitê presidencial exercia liderança em reuniões do CMP e o Secretariado era o órgão executivo deste Comitê, sendo eleito por ele. Era “responsável pela execução e implementação de suas decisões e por iniciar outras atividades de acordo com as diretrizes e decisões gerais do Comitê Presidencial”<sup>61</sup>.

Foi nessa outra via rumo à Tricontinental que Cárdenas cresceu como a figura de referência entre as esquerdas de seu país e, em fins dos anos 1950, do movimento pela paz mundial. Apareceu como grande articulador, junto com outros latino-americanos empenhados em um projeto tricontinental diferente do sonho cubano, uma vez que estava amparado na pauta do desarmamento nuclear e da paz em um contexto da retórica soviética da coexistência pacífica. Após a morte de Stálin em 1953, a bandeira da paz mundial apareceu como um dos elementos da desestalinização na área da cultura e da política externa e foi quando o discurso do CMP mudou do anti-imperialismo para a política de coexistência pacífica entre as superpotências no que dizia respeito à campanha antinuclear (Friedman, 2015; Iber, 2022). Quando Cárdenas recebeu o Prêmio Stálin da Paz, em 1955, o ato marcou seu retorno à cena

---

<sup>58</sup> No recorte temporal e em termos de liderança regional no eixo sul-americano, podemos mencionar ainda o Brasil e sua política externa independente iniciada no governo Jânio Quadros e levada a cabo por João Goulart (Franchini Neto, 2005).

<sup>59</sup> Muitas das delegações do Comitê Asiático de Solidariedade formado em 1954 e da OSPAA após 1957/1958, vale dizer, eram também membros deste Conselho. Segundo relatório da OEA, este era o modo que a URSS usou para se incorporar ao movimento asiático e, em seguida, afro-asiático. (*Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966, p. 4. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA.).

<sup>60</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records.* Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024.

<sup>61</sup> Idem.

pública como porta-voz internacional da causa. Ele aceitou compor o CMP em 1958 e isso deu ao México maior projeção como um porta-voz da paz e da solidariedade globais, paralelamente explorando, portanto, o *ethos* bandunguiano, assim como visionava López Mateos em sua política externa<sup>62</sup>. Como veremos, ainda que tenha aceitado fazer parte do CMP, não houve alinhamento automático da parte de Cárdenas à cúpula do Conselho, o que provocou abalos nos roteiros soviéticos para a Tricontinental.

Importante dizer que o México já estava no mapa de sedes de conferências internacionais do Terceiro Mundo, com o Congresso Continental pela Paz, em 1949, e a 1ª Conferência Latino-Americana pela Soberania Nacional, Emancipação Econômica e pela Paz, em 1961, de onde partiram conexões com afro-asiáticos paralelas às movimentações cubanas. Tanto em seu caráter organizacional quanto ideológico, nas premissas da coexistência pacífica, por exemplo, a conferência mexicana de 1961 esteve ligada ao CMP, o que trouxe desconfianças sobre o recorte comunista do encontro (Zolov, 2020). Essa conferência foi bastante mobilizada nas cartas trocadas entre Cárdenas com representantes do CMP, como J. D. Bernal, cientista irlandês e presidente do Comitê Presidencial do CMP e o professor Victor Tchikvadze, membro do CMP e do Comitê Soviético de Defesa da Paz, além dos já citados Olga Poblete, Valério Konder, Domingo Vellasco e Alberto T. Casella. Por meio das correspondências entre essas pessoas, podemos ver uma rede latino-americana mobilizando esforços para uma futura conferência dos três continentes que estivesse vinculada ao movimento. Nelas, a ausência de Cuba é bastante eloquente, apesar de Cárdenas também ter trocado diversas cartas com Fidel Castro no período.

Nas missivas de Cárdenas e de membros latino-americanos da cúpula do CMP, é possível ver a tentativa do político mexicano em desenhar uma continuidade entre as conferências do México de 1961 e a futura Tricontinental, assim como o desejo soviético de posicionar-se na linha de frente do evento, que teve inúmeras projeções de data e local. Desde 1961, são abundantes as referências a essa articulação.

---

<sup>62</sup> Em seu mais recente livro, Eric Zolov (2020, p. 110-120) argumenta que o governo de López Mateos pendulou entre o desejo de alinhamento com o projeto do Terceiro Mundo e o teste da tolerância dos Estados Unidos, daí o título da pesquisa, *The Last Good Neighbour*. Historiograficamente, o autor estabelece um diálogo frontal com Patrick Iber (2015), discordando da afirmação de que Cárdenas fosse um antagonista de Mateos: “[há] múltiplas maneiras pelas quais Cárdenas aparece menos como um antagonista anti-regime do que como um agente coeso e um interlocutor político, cujos laços diretos com o partido no poder acabou por posicioná-lo como uma força estabilizadora num contexto de crescente polarização doméstica” (Zolov, 2020, p. 120). A pesquisadora mexicana, Ana Covarrubias (2011), de forma diferente, pensa que a recepção do presidente cubano Osvaldo Dorticós por López Mateos no México, por exemplo, serviu para firmar uma posição mais à esquerda do governo e enfrentar grupos favoráveis a Cuba, como o grupo de Cárdenas.

Em carta de 20 de maio de 1961, Olga Poblete, menciona a Cárdenas que “a ideia de promover um tipo de encontro afro-asiático-latino-americano” foi aventada no evento do CMP em Nova Déli (1961)<sup>63</sup>, mas que seguramente Cárdenas já estava informado, uma vez que a mesma ideia já havia surgido “no curso da Conferência Latino-Americana [de 1961, no México]”<sup>64</sup>. Victor Chjickvadse também menciona algo semelhante, quando diz a Cárdenas que o CMP “apoiou sem contestações a proposta da Conferência Latino-Americana [de 1961, no México] de convocar uma Conferência dos representantes das *forças pacifistas* dos três continentes”<sup>65</sup> (Grifo meu). O intelectual soviético diz ainda que propostas para convocar uma conferência dos três continentes vinham “sendo feitas constantemente por diferentes organizações e personalidades”<sup>66</sup> e que “certas medidas práticas foram tomadas no Cairo com o objetivo de criar uma Associação de Solidariedade Afro-asiática-Latino-Americana”<sup>67</sup>, sugerindo, talvez, que a proposta surgida no México não devesse esperar tanto para tornar-se palpável, correndo o risco de ser ultrapassada por outros fora daquele círculo articulador que compunham.

Essa carta de Chjickvadse fornece indícios interessantes para percebermos os diferentes vetores envolvidos na fabulação tricontinental. Por ela, temos a confirmação de que uma reunião Tricontinental foi um projeto discutido de formas distintas em diferentes locais e por diferentes personalidades, estando o CMP interessado em reunir representantes das “forças pacifistas” dos três continentes. Essa ideia, claro, contrastava com a proposta cubana, que teve a luta insurgente do povo do Vietnã como seu principal *slogan*. Mostra-nos, portanto, uma corrida das diferentes vertentes envolvidas no movimento, não somente os mexicanos e o CMP, mas também o Egito, como veremos mais adiante, querendo a dianteira do movimento afro-asiático, enquanto o México e Cuba surgiam pelo flanco latino-americano. Isso confirma ainda mais a tese de que a união ou projeto tricontinental não possuía uma organização e projetos coesos que prosperaram de forma linear até janeiro de 1966, mas sim um processo bastante concorrido e de origens em disputa.

Outro exemplo interessante é o memorando de Lázaro Cárdenas encaminhado a Olga Poblete em 14/09/1962, que deixa claro seu entendimento sobre o ideário da conferência e a

---

<sup>63</sup> *Correspondência de Olga Poblete a Cárdenas*, 20/05/1961. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> *Correspondência de Victor Chjickvadse a Cárdenas*, 26/05/1961. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> *Idem*.

respeito da necessidade de abraçar diferentes ideologias. Além disso, chama a atenção a genealogia descrita e reivindicada:

Com os antecedentes que deram origem e maturidade à ideia de realizar uma Conferência dos povos da Ásia, da África e da América Latina e à qual está vinculada a Conferência Latino-Americana para a Soberania Nacional, a Emancipação Económica e a Paz [no México, 1961], as Conferências e Encontros [do CMP] em Nova Deli, Gaza e Estocolmo, realizadas em 1961; no conhecimento, de fontes autorizadas, dos pontos de vista do Conselho Mundial da Paz e do Comitê Popular Chinês para a Defesa da Paz Mundial sobre as propostas, a forma de convocação e a organização preliminar da Conferência Tricontinental; com a recolha de informação relacionada com a situação que prevalece nos países e na mente dos povos da Ásia e de África; e, finalmente, com a experiência acumulada desde a Conferência Latino-Americana para a Soberania Nacional, a Ampliação Económica e a Paz em termos da contribuição que os nossos países podem dar para o feliz sucesso de uma conferência solidária da transcendência que se projeta, Estamos autorizados a apresentar-lhe opiniões sobre o conteúdo que a referida Conferência deverá abranger e a forma de convocá-la e dar os primeiros passos para a sua organização, avaliando a sua opinião. O nosso critério a este respeito baseia-se na necessidade de o Conselho Mundial da Paz não comprometer a amplitude que alcançou no seu trabalho, entre setores e camadas importantes fora da luta anti-imperialista, estando disposto, no entanto, a colaborar na luta pela paz mundial. Por outro lado, devem ser evitados motivos ou pretextos para deturpações sobre a origem do apelo, orientação, organização e financiamento da Conferência Tricontinental; tarefas cuja responsabilidade deve corresponder às organizações e pessoas representativas dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos.<sup>68</sup>

Neste trecho, além de um histórico bastante distinto do oficialmente estabelecido pela OSPAA para traçar o percurso da conferência Tricontinental de Havana, podemos perceber algumas questões delicadas. Nele, aparece a dimensão do envolvimento, ideológico e financeiro, que deveria, na visão de Cárdenas, ter o CMP em tal conferência e o equilíbrio necessário – mas frágil – entre a luta anti-imperialista e pela paz mundial.

Desde o ano anterior, vale dizer, Poblete deu a ver as intenções do CMP para a liderança do México a partir da figura de Cárdenas (e não de Cuba) no Terceiro Mundo:

Acredito que é somente você quem pode reunir ao seu redor as mais eminentes personalidades progressistas dos três continentes e das diferentes organizações internacionais, liderando todos os trabalhos destinados a preparar e organizar uma grande Conferência dos três continentes, a fim de construir uma organização de solidariedade de grande prestígio nos três continentes<sup>69</sup>.

<sup>68</sup> *Memorandum de Cárdenas a Olga Poblete, 14/09/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>69</sup> *Correspondência de Konder a Cárdenas, 20/05/1961*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México, p. 2.

Em resposta ao pedido de Chjickvadse de que o convite fosse feito pessoalmente por Cárdenas, o líder mexicano discordou:

considero essencial para um encontro deste tipo que o convite seja feito pela organização do comitê Latino-americano que foi acordado como resultado da Conferência Latino-americana pela Soberania Nacional, a Emancipação Econômica e a Paz [...] <sup>70</sup>.

Aqui, Cárdenas firma uma posição que teria que defender muitas outras vezes, tantos foram os pedidos vindo do CMP para que ele assumisse a dianteira deste processo. Ele, no entanto, sempre retornava os pedidos, preconizando pela atuação do Comitê Latino-americano que deveria ter sido criado após a conferência no México de 1961. Esse movimento, me parece, aponta para o interesse de Cárdenas de ancorar uma conferência à outra, inclusive pressionando pela criação deste comitê regional, que estaria à frente dos trabalhos preparatórios e dos convites para a Tricontinental.

A rede latino-americana trabalhando em favor de uma conferência dos três continentes esteve bastante ativa e se provou bem mais ampla do que o comitê da diplomacia cubana. Em maio de 1961, Valério Konder informou a Cárdenas sobre os trabalhos do grupo no congresso de CMP em Nova Déli, em março daquele mesmo ano. Segundo Konder, a ideia principal que orientou a equipe “foi de possibilitar uma reunião de delegados do mais alto prestígio dos países da Ásia, África e América Latina”<sup>71</sup>. Acrescentou que o secretariado estaria de acordo com o evento e que conversaram em separado com delegados asiáticos e africanos, tendo angariado unanimidade para sua realização<sup>72</sup>. Segundo o brasileiro, houve reuniões exclusivas para tratar do tema, nas quais “México, Brasil, Chile, Peru e Venezuela<sup>73</sup> cooperaram estreitamente com os trabalhos de consultas”, chegando a resoluções e pontos de partida para pensarem o evento: (1) que a reunião dos três continentes deveria acontecer; (2) que não deveria ser uma reunião de governos, “como Bandung, mas de delegados altamente representativos de cada país”; (3) que os objetivos dessa futura conferência fossem os mesmos da conferência latino-americana do México, isto é, emancipação nacional, independência econômica e paz; (4) que a conferência deveria ser realizada no primeiro semestre de 1962; (5) que o local de realização seria decidido na próxima reunião da Presidência do CMP, mas houve sugestões de realização em Bandung, em Beirute, em Conacri, em Cuba e no México, sendo que as sugestões de que fossem realizadas

---

<sup>70</sup> *Correspondência de Cárdenas a Victor Chjickvadse, 14/6/1961.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>71</sup> *Correspondência de Konder a Cárdenas, 20/05/1961.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>72</sup> *Idem.*

<sup>73</sup> Chama a atenção, claro, a ausência de Cuba entre os países que atuaram em conjunto nesse momento.

em países socialistas não tinham sido aceitas; e (6) “*que na medida do possível*” (Grifo meu), fossem realizados contatos com organizações do Comitê de Solidariedade afro-asiático e com a Comissão dos Povos do Pacífico. Por fim, Konder sugeriu que partisse da América Latina o trabalho prévio de consulta a personalidades e organizações que em cada país “*desejamos* que sejam convidados”, [...], baseados no fato de que na reunião do México [de 1961], havia sido decidido “dar todo o apoio a uma reunião dos três continentes”. Em nenhum momento desta carta Konder indica iniciativa cubana para o processo, mas parece indicar a existência de uma corrida interna pela oficialização e dianteira desse futuro encontro, daí a necessidade de firmar o *desejo* – ou o sonho, para não esquecermos de Faligot – latino-americano.

Essas resoluções, então, são apresentadas de forma concreta e nos mostram algumas linhas de conduta dessa vertente: ancorar a futura Tricontinental à conferência do México em seus objetivos e estruturá-la como uma reunião de povos e não estatal, distanciando-se do legado bandunguiano<sup>74</sup>. Além disso, chama a atenção que a organização afro-asiática não tenha sido abordada nessa campanha de forma direta, mas os contatos feitos bilateralmente com delegados asiáticos e africanos, indicando que a OSPAA não figurava na dianteira deste projeto latino-americano em 1961, sendo sugerido, mas não obrigatório, o estabelecimento de contatos. Por fim, o país anfitrião seria decidido na reunião de cúpula do CMP, um indício de que essa rede latino-americana estava muito mais próxima do CMP do que da OSPAA neste momento. O Memorando da delegação mexicana no encontro do CMP de 1962 sugeria que os países participantes da África e da Ásia que fossem participar da Conferência Tricontinental deveriam ser escolhidos “de uma forma similar à prevista para a América Latina”<sup>75</sup>, isto é, com o estabelecimento de comitês nacionais das frentes ou movimentos de libertação”, não mencionando os comitês já existentes da OSPAA.

Essa relação entre CMP e OSPAA é intrigante. Eric Zolov (2020, p. 120) afirma que foi através do CMP que a URSS conseguiu intermediação para aproximar-se da OSPAA e ter “acesso ao movimento emergente do Terceiro Mundo”. A documentação, porém, aponta para outra direção. Esse “acesso” foi datado, difícil e enfrentou desconfianças, sobretudo em virtude do conflito sino-soviético e do peso chinês entre os afro-asiáticos, em especial com as

---

<sup>74</sup> A questão das representações estatais ou não estatais como representações legítimas será recorrente em toda a documentação. A legitimidade dos povos explorados aparece com um valor, de modo que se traz maior ênfase para os movimentos de libertação, com uma crítica ao formato de Bandung. Isso também esteve presente nos trabalhos do CIP no Cairo e em Cuba em 1965, assim como durante toda a Tricontinental de Havana, como veremos mais adiante, ainda que Bandung fosse com frequência recuperado em discursos como um ponto importante na genealogia do Terceiro Mundo, inclusive daqueles que adotaram a luta armada.

<sup>75</sup> *Memorando de la delegación mexicana*, Anexo 5. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.



delegações africanas. O relatório da CIA de 1971 sobre o CMP diz que o conflito sino-soviético foi um “problema grave” para o Conselho no início dos anos 1960 e que contribuiu para acentuar “as fraquezas inerentes à organização”. Durante o início da década de 1960, as reuniões do CMP, segundo o relatório, eram “muitas vezes levadas ao caos” em razão das contendas entre delegados pró-chineses e pró-soviéticos”, o que só teria diminuído após a saída da China da organização<sup>76</sup>.

Para a CIA, o dilema dos soviéticos na CMP era equilibrar demandas vindas do Norte e do Sul: “A ‘luta pela paz’ deveria concentrar-se principalmente na exploração do medo da guerra e do sentimento pacifista geral; ou deveria ser mais ‘positivo’ [...]?”<sup>77</sup>, isto é, apoiando aqueles dispostos a derrubar seus governos na luta pela liberdade? A morosidade do Conselho em assumir uma postura mais clara em relação a isso para o Terceiro Mundo, apegada à retórica soviética da coexistência pacífica, provocou incômodos entre muitos, sobretudo provenientes do Sul, onde a questão era urgente em muitos lugares<sup>78</sup>. As missivas de Cárdenas referendam esta perspectiva e nos mostram o tom de insatisfação e crítica do mexicano a essa postura. Em 1962, escreveu a Casella:

Quanto à hierarquia que corresponde aos problemas do desarmamento e da libertação nacional - em que estão igualmente envolvidos os povos coloniais e aqueles que em maior ou menor grau sofrem a influência opressiva do imperialismo -, parece-nos que ambas as lutas se complementam e que uma parte da população mundial é susceptível de se mobilizar com maior fervor pelo desarmamento, e a outra sente-se mais próxima da exploração imperialista na sua vida quotidiana e vê-se mais diretamente afetada por ela. Ambas as realidades nos obrigam a enfatizar a importância do desarmamento no Congresso Mundial para o Desarmamento Geral e Paz, e de libertação nacional na conferência Tricontinental, sem excluir estes dois objetivos, indissociáveis e interdependentes, em nenhum dos dois encontros internacionais.<sup>79</sup>

Na carta, Cárdenas denuncia a ambivalência da política da coexistência pacífica em relação ao Terceiro Mundo e faz uma costura argumentativa entre paz e liberdade, chamando o CMP para sua responsabilidade global. No ano seguinte, em carta para J. D. Bernal, o mexicano seguiu em linha semelhante:

---

<sup>76</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records.* Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971, p. 37. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>78</sup> Como veremos mais detidamente na segunda parte da tese, essa disputa por novas epistemologias entre as esquerdas nos anos 1960, novos significados para velhas e desgastadas palavras e expressões apareceram também nas discussões em Havana.

<sup>79</sup> *Correspondência de Cárdenas a Casella, 14/03/1962.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

[...] desenvolvendo a questão da paz, gostaria de reiterar a minha opinião de que o povo da América, e considero também que grande parte dos africanos e asiáticos, se confronta com a necessidade primordial e urgente de superar as condições dilacerantes da miséria e desamparo, doenças e analfabetismo que sofrem devido à exploração imperialista, também conscientes de que na luta pela sua independência nacional encontram a forma mais eficaz de lutar pela paz mundial [...] parece que, juntamente com a justa exigência do desarmamento geral, é necessário universalizar com grande ênfase a necessidade de o povo obter a sua total independência, pois na luta semelhante para nós dois encontraremos o mais direto caminho para uma paz sólida e segura. [...] Aprofundar-se na relação íntima que os problemas do desarmamento geral e da libertação nacional dos povos têm, *sem fuga hierárquica* ou possível ridículo, é uma responsabilidade de quem tem a alta tarefa de interpretar e orientar o seu povo, encontrando as fórmulas universais capazes de abrir novos canais para a luta comum pela paz com apego às realidades próprias e específicas de cada nação e região do mundo. Neste tema, seria desejável ter em conta que na América Latina, e acredito que certamente na Ásia e na África, o desarmamento universal e a paz tornam-se um termo abstrato se a luta para os alcançar não se une à luta diária e concreta para a libertação nacional e a defesa da independência<sup>80</sup> (Grifo meu).

Parece que essa foi uma pauta exaustiva de Cárdenas, que no ano seguinte seguiu dizendo o mesmo a Bernal, mas engrossando o discurso. As correspondências enviadas e recebidas por Lázaro Cárdenas nos dão a ver alguns pontos de dissenso do político mexicano com o CMP, e vice-versa, que tocam em questões globais da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, nos mostram as redes locais empenhadas na criação de uma conferência dos três continentes alinhada aos preceitos da paz mundial, mas sem perder de vista a legitimidade das lutas do Sul. Um exemplo disso foi uma carta de outubro de 1964 de Cárdenas a J.D. Bernal, na qual o mexicano criticou a busca pela paz que fosse desinteressada das questões das lutas anticoloniais. Em sua opinião, a luta anti-imperialista estava intimamente ligada à luta pela paz, sendo impossível buscá-la sem “apontar contínua e sistematicamente os efeitos produzidos pela existência do imperialismo”<sup>81</sup>. Ao final da carta, o político chama o Conselho novamente à responsabilidade de forma curiosa: “espera-se que o Conselho Mundial da Paz sublinhe e coloque especial ênfase, ao lidar com estas questões, na necessidade de estimular e apoiar todos os esforços dos povos do mundo para a sua independência e autodeterminação, *quaisquer que sejam os meios que utilizem para alcançá-las*” (Grifo meu)<sup>82</sup>.

Em um primeiro plano, fica clara sua visão: era preciso calibrar as intenções de paz mundial e priorizar as ações para o Terceiro Mundo, atualizando e expandindo o próprio

<sup>80</sup> *Correspondência de Cárdenas a Bernal, 04/06/1963*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>81</sup> *Idem*.

<sup>82</sup> *Correspondência de Cárdenas a J. D. Bernal, 25/10/1964*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

entendimento de paz e, no limite, os objetivos de uma coexistência pacífica preconizada pelos soviéticos, dando preferência às lutas por independência. Alinha, sem hierarquias, a luta pela paz com a luta contra o imperialismo e a colonização. Ao final, surpreende ao defender sutilmente, porque não nomeia, aquela que seria a máxima em Havana – a legitimidade e o direito da luta armada –, ao defender a independência e autodeterminação “*quaisquer que sejam os meios que utilizem para alcançá-las*”. Nesse sentido, pode-se pensar que aí está um indicativo de que Cárdenas, em 1964, já abandonava seu desejo de receber a Tricontinental no México sob os auspícios do CMP para assentir – e ceder? – espaço ao projeto de Havana para o encontro. Além disso, o mesmo relatório da CIA de 1971 já citado aponta para o enfraquecimento do discurso pacifista do Conselho na América Latina com o crescimento “do domínio cubano sobre encontros regionais”<sup>83</sup>, numa referência possível não somente à Tricontinental de 1966, mas também ao Encontro de Solidariedade com Cuba, que teve lugar no Rio de Janeiro em 1963.

Pela documentação, vemos um Cárdenas frustrado com os caminhos tomados pela organização em que tinha concordado em participar, vendo-se concretizar seu temor sobre a “*fuga hierárquica*”. Essa desilusão contribuiu para que se afastasse cada vez mais do CMP, possivelmente abrindo caminhos sem concorrências para o projeto cubano. Outra interpretação possível e não excludente à que proponho aqui é trazida pelo trabalho da cubana Blanca Mar León (2021, p. 83), que reconhece que a “variante mexicana da Tricontinental” não aconteceu por alguns fatores, entre eles o caráter pacifista de Cárdenas, o que porém não explica completamente *como* Cuba conseguiu (con)vencer seu principal aliado latino-americano a ceder a dianteira da organização do evento. Segundo a autora, mesmo encontrando pontos em comum com o entendimento cubano, como a soberania nacional, a independência econômica e contra o colonialismo, imperialismo e racismo, o pomo da discórdia quando ambos os projetos – o cubano e o mexicano – tentaram se unir foi justamente a composição da delegação latino-americana, daí a ausência dos mexicanos nas reuniões do Comitê Internacional Preparatório.

Enfim, para tentar evitar o dilema entre paz e luta armada e sobre como apoiar a ambas é que teriam partido as investidas do Conselho com a OSPAA, que era quem poderia “carregar o peso” da campanha agressiva de mobilização dos movimentos de libertação nacional<sup>84</sup>, mas o próprio relatório da CIA avalia que o esforço produziu “resultados modestos”, não só pela

---

<sup>83</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records.* Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024, p. 23.

<sup>84</sup> Idem, p. 10.

resistência dos chineses, que acabaram deixando o CMP ainda nos anos 1960, quanto pela “incapacidade” dos soviéticos de controlarem elementos-chave dentro da OSPAA, nomeadamente Indonésia, Argélia e a RAU<sup>85</sup>. O vínculo do CMP com a OSPAA só teria se consolidado após a saída chinesa da OSPAA em 1967<sup>86</sup>. Quando comparadas com as atas e missivas trocadas pelos membros dirigentes do órgão, o serviço de inteligência americano parece ter capturado corretamente as debilidades do CMP em seu relacionamento com os afro-asiáticos.

Para a Tricontinental, o CMP chegou a instituir uma comissão interna para organizá-la. O grupo contava com membros do comitê presidencial do CMP e se reuniu em Estocolmo em outubro de 1962. Na ata desse encontro, revelam-se os desejos e os obstáculos para a plena execução dos planos do CMP. É sugerido pelo indiano Keshav Dev Malviya que o CMP “deveria tomar a iniciativa de organizar a conferência dos Três Continentes e conectar a OSPAA com o movimento antibombas A e H”<sup>87</sup>, isto é, inserir a pauta do CMP de desarmamento nuclear na agenda anticolonial da OSPAA. Em concordância com Malviya, o italiano Velio Spano, relembra que, assim como o CMP estava discutindo a Conferência Tricontinental há algum tempo, os afro-asiáticos fizeram o mesmo em sua II Conferência, em Conacri, 1963. Spano disse que, na organização, havia um grupo de pessoas que queria “excluir o CMP” e que pensava que o “Movimento afro-asiático é quem deveria organizar a conferência”<sup>88</sup>. Aqui, não sabemos a quem Spano fez referência e fica a dúvida se Cuba, como interlocutora dos afro-asiáticos e interessada em moldar a Tricontinental à sua maneira, estaria entre esses detratores. O italiano continuou esclarecendo sobre a distância entre CMP e OSPAA. O CMP estaria de acordo “em contatar o Conselho Afro-asiático de Solidariedade para enfatizar a importância da influência do CMP na América Latina”. Reforçou ainda que estavam “prontos para organizar junto com eles”, sugerindo que deveria haver representantes da América Latina na OSPAA e que a conferência deveria ser realizada no Brasil<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Idem, p. 10.

<sup>86</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records.* Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024, p. 24, 51.

<sup>87</sup> *Comission of the Three Continents Conference.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme), Conferencia Latinoamericana y Tricontinental - 2. Archivo General de la Nación, México. O Movimento Antibombas A e H fez parte de uma mobilização global contra o uso e a proliferação das bombas atômicas (A) e de hidrogênio (H). O movimento ganhou força após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, e se intensificou nos anos 1950 e 1960, quando os testes nucleares se tornaram frequentes.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records.* Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024, p. 38.

O guineense Camara Douda, também presente, ressaltou que o CMP teve “pouco suporte em muitos países da África e que a representação africana [na conferência] seria fraca caso o CMP fizesse parte da organização”, ao passo que o libanês A. Tebet afirmou que o CMP ajudou “no nascimento do movimento afro-asiático”<sup>90</sup>.

A CIA recupera também essa dificuldade do CMP de atender as demandas afro-asiáticas:

Os ativistas do CMP estimularam o interesse e o suporte na Ásia e África [...]. À medida que os representantes das áreas subdesenvolvidas se tornaram mais ativos no CMP, eles também encontraram lugar para insatisfação com a organização. Frequentemente se sentiam inadequadamente representados nos comitês e comissões; [...], deveria haver [...] mais consciência dos muitos milhões que só recentemente começaram a falar por si próprios<sup>91</sup>.

Apesar de Cárdenas não estar presente nesta reunião da Comissão de 1962, a discussão da forma como o CMP participaria da conferência de três continentes já estava na mesa há algum tempo. Em 06/03/1962, em correspondência à chilena Olga Poblete, Cárdenas disse:

Sobre a conferência dos três continentes a que se refere na sua última carta, na qual participará o Conselho Mundial da Paz, expressei à Comissão o que já me permiti expressar-lhe: conhecendo o nosso ambiente político, a minha opinião é que [a conferência] deveria ser convocada pelas organizações de libertação nacional que se estabeleceram na América Latina para essas datas. Além das razões de legitimidade permanente para estabelecê-los, há também a urgência de promover o trabalho de organização para criar comitês nacionais em cada um dos nossos países. Defendemos a ideia de que é na estruturação definitiva destes movimentos que está a representação real e verdadeira dos povos e que a força que a América Latina tem para contribuir para a conferência dos três continentes deve ser a das comunidades que se unem sob um mesmo objetivo anti-imperialista<sup>92</sup>.

Outro demonstrativo sobre diferentes pesos do CMP para a América Latina, Ásia e África, inclusive, aparece na questão da sede da conferência. Valério Konder faz um movimento de anos junto ao Brasil. Em 1962, ele afirmou ter sido encorajado por Cárdenas a sondar com o governo brasileiro a possibilidade de o país receber a Tricontinental.

O Presidente Goulart deu resposta favorável e mostrou-se pronto para ajudar na convocação da conferência. O Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas, disse-me que queria a realização de tal conferência e considerou-a

<sup>90</sup> *Comission of the Three Continents Conference*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme), Conferencia Latinoamericana y Tricontinental - 2. Archivo General de la Nación, México.

<sup>91</sup> *The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front. Collection: General CIA Records*. Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024. p. 38.

<sup>92</sup> *Correspondência de Cárdenas a Poblete, 06/03/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

muito necessária. Na semana passada, ele me disse que esta conferência pode ser realizada no Recife, onde as condições são favoráveis. [...] <sup>93</sup>.

Consta no documento que esta era a ata da reunião da “Comissão sobre a Conferência dos Três Continentes” composta por membros do CMP. Ou seja, muito antes da formação oficial do comitê preparatório da conferência que de fato ocorreu em Havana, esse grupo se adiantou em se organizar para pensar um encontro a sua maneira. J. D. Bernal, em carta a Cárdenas, mencionou também o trabalho de Konder em favor da realização da conferência no Brasil:

Estou satisfeito com o bom trabalho que nosso amigo Konder tem feito no Brasil com sua autorização e o Comitê Presidencial lhe pediu para continuar. Acredito que não haveria país melhor que o Brasil para realizar a conferência dos três continentes, se possível<sup>94</sup>.

A delegação mexicana, em suas propostas no início de 1962 ao CMP, defende:

A Conferência poderá realizar-se preferencialmente entre dezembro de 1962 e fevereiro de 1963, pois antes dela deverá ser realizada uma série de laboriosas tarefas de organização. Se possível, a Conferência deverá ser realizada na América Latina (houve indicações do Chile, Brasil e Uruguai como possíveis sedes, o que talvez fosse o melhor)<sup>95</sup>.

Como se vê, este era um momento prenhe de possibilidades em que muitas peças estavam na mesa de negociações e nada estava completamente desenhado. De 1961 até 1964, inclusive, a questão da sede continuava sendo um terreno espinhoso. Na mesma reunião de 1962 do comitê, Konder afirmou que queriam receber a reunião na América Latina, mas nada impedia que fosse na Ásia ou África. “Fidel Castro propôs que a Conferência seja realizada em Cuba, *mas o General Cárdenas prefere que seja realizada no Brasil*” [grifo meu]<sup>96</sup>. Independentemente de onde fosse, porém, “a coisa mais importante é fazer alguma coisa, porque nós *precisamos* da conferência” [Grifo meu]<sup>97</sup>. O prestígio do CMP na América Latina, defende o brasileiro, era indispensável: “o único movimento capaz de coordenar e organizar os esforços”<sup>98</sup>, apontando então para dificuldades de articulação internas ao subcontinente

---

<sup>93</sup> *Comission of the Three Continents Conference*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme), Conferencia Latinoamericana y Tricontinental - 2. Archivo General de la Nación, México.

<sup>94</sup> *Correspondência de J. D. Bernal a Cárdenas, 14/12/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>95</sup> *Memorando de la delegación mexicana*, Anexo 5. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

<sup>96</sup> *Comission of the Three Continents Conference*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme), Conferencia Latinoamericana y Tricontinental - 2. Archivo General de la Nación, México.

<sup>97</sup> *Idem*.

<sup>98</sup> *Idem*.

americano e para uma urgência em fazer acontecer. Em contraste, a CIA, que esteve no encalço de toda a movimentação, avaliou que a capilaridade do CMP na América Latina tinha sido limitada, mas provavelmente também porque, como agência, estava com suas atenções mais voltadas aos projetos cubanos naquele momento. Trabalhos recentes da historiografia, como o de Marcelo Ridenti (2022), contestam esta tese.

Como veremos adiante, em sua retrospectiva oficial publicada em 1966, a OSPAAAL enfatizou o histórico de Cuba com a OSPAA. Alegou, em uma única e rápida menção na publicação após a Conferência de Havana, que a Conferência realizada no México em 1961 foi uma “contribuição inquestionável para impulsionar as condições [de realização] da conferência Tricontinental, declarando-se a favor dela”.<sup>99</sup> De posse das fontes mexicanas, podemos já questionar esta narrativa que incluiu o encontro do México como um fato a mais na escala ascendente rumo à Havana pela rota afro-asiática. Sim, o México foi favorável à Conferência de três continentes, mas, como vimos, propondo outras representações e outra agenda política, a partir de outras conexões. Não sendo excludentes no que tange ao propósito de reunir representantes do Terceiro Mundo em solidariedade, tampouco foram a mesma coisa. O documento em questão deu ênfase cronológica à presença cubana nas reuniões afro-asiáticas, o que lança luz a este vetor da rota tricontinental que cruzou muitas vezes o Atlântico, em viagens rotineiras de ida e volta entre Cuba e os países afro-asiáticos, passando, claro, por Moscou, Cairo e Argel.

#### 2.4 Do afro-asiático ao tricontinental: a ascensão de Cuba em um cenário de solidariedade internacional em disputa

Foram várias as negociações e *lobbies* feitos por Cuba nas reuniões afro-asiáticas cujos relatos serão aqui analisados tanto em documentos cubanos quanto estadunidenses, mas que, provavelmente, encontram-se presentes também em relatórios soviéticos e chineses, argelinos e egípcios, uma vez que esses agentes nutriam seus próprios interesses e receios em relação à forma da expansão do movimento afro-asiático para a América Latina<sup>100</sup>. Fazer um trabalho

---

<sup>99</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA. p. 15.

<sup>100</sup> Desde o início da década, os EUA estavam atentos às movimentações pela Tricontinental com sede na América Latina, tendo a OEA criado uma comissão especial interna para acompanhar e avaliar a movimentação tricontinental.

comparativo entre documentos de diferentes origens sobre um mesmo contexto nos ajuda a cobrir lacunas de informação e a observar o jogo discursivo que cada um dos governos e, neste caso, da organização oficial surgida após a conferência de Havana, a OSPAAAL, fez sobre a origem e os países e movimentos envolvidos.

Da parte dos Estados Unidos, via CIA e via OEA, a preocupação era majoritariamente em relação ao conflito sino-soviético e ao perigo comunista, sobretudo no Sistema Interamericano da Guerra Fria. Já os relatórios cubanos, além da tônica crítica à ingerência e ao isolamento promovidos pelos Estados Unidos, reforçam o protagonismo da ilha na história da Tricontinental e o apagamento de outras iniciativas existentes nos círculos da solidariedade internacional.

No empenho por traçar uma origem para si, o informe da OSPAAAL publicado em maio de 1966 afirmou que “a necessidade de organizar a solidariedade dos povos dos três continentes foi levantada pela primeira vez durante a Quarta Sessão do Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, realizada em Bandung, em abril de 1961”, por um observador cubano<sup>101</sup>, mas não esclarece as razões da proposta não ter sido levada a cabo naquele momento. O mesmo fato é encontrado no relatório da OEA de 1966 sobre a Conferência Tricontinental, com a explicação de que a proposta de um encontro conjunto posto na mesa dos afro-asiáticos por um observador cubano esbarrou na insistência soviética de encabeçar tal reunião via patrocínio do Conselho Mundial da Paz, sendo esse o impedimento principal para que as conversas fossem levadas adiante naquele momento<sup>102</sup>.

Apesar do acréscimo pontual da importante atuação do CMP, que foi omitida na linearidade do relato retrospectivo da OSPAAAL, o relatório da OEA demonstrava pouca percepção ou interesse nas agências latino-americanas envolvidas no debate a partir do Conselho. A ação do CMP foi simplesmente apresentada como resultado direto dos interesses soviéticos. A partir desse primeiro olhar, já são visíveis as diferenças de abordagem das duas fontes, suas seleções distintas feitas sobre o que contar dos preparativos da conferência dos três continentes, bem como seu olhar parcial, mas com interesses voltados para sujeitos e propostas diferentes e até conflitantes. Enquanto registros de posicionamentos em um debate mais amplo,

---

<sup>101</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 15.

<sup>102</sup> *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA. p. 14.



as fontes trabalhadas neste tópico revelam a complexidade dos engajamentos e dos projetos em torno do movimento dos três continentes no período, e é este jogo das fontes que privilegia ao escolher analisá-las em conjunto.

As narrativas cubanas e da OEA sobre o histórico de Cuba com a OSPAA deram ênfase a diferentes elementos, havendo inclusive contradições. O informe cubano destacou a atuação da diplomacia cubana na III Conferência da OSPAA, em Moshi, na Tanganica (1963), dizendo que os afro-asiáticos teriam recebido o convite da realização do encontro em Havana “com entusiasmo”<sup>103</sup>. Ali, foi proposta oficialmente a realização de uma reunião tricontinental para 26 de julho de 1964<sup>104</sup> em Havana, que não aconteceu, segundo outro relatório também cubano, por “dificuldades com a participação dos países latino-americanos”<sup>105</sup>. Essa dificuldade, claro, se dava pelo fato dos governos latino-americanos estarem alinhados com os EUA em relação ao isolamento internacional da ilha, somando-se a isso o bloqueio econômico empreendido por Washington. Na conferência de Moshi, 1963, teria havido

uma demonstração de total apoio à celebração de uma Conferência Tricontinental por todos os movimentos e organizações que lutam contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pela completa independência nacional, pela independência e pela paz e pelo progresso dos povos de África, da Ásia e da América Latina.<sup>106</sup>

Já a OEA, atenta às consequências do conflito sino-soviético para o Terceiro Mundo, disse que esse problema seguiu sem solução na conferência de Moshi, onde “os soviéticos seguiam favorecendo o copatrocínio do CMP e a liderança de Lázaro Cárdenas sobre os participantes latino-americanos, enquanto os chineses apoiavam Castro, que estava muito mais próximo de sua posição militante extremista”.<sup>107</sup> Ainda que sob o tom acusatório já esperado nesse tipo de documentação de cunho anticomunista, conseguimos finalmente encontrar o momento onde os dois planos da Tricontinental se encontram e se chocam. A solução? Uma

---

<sup>103</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 16.

<sup>104</sup> O governo cubano fazia uso ostensivo de datas comemorativas da Revolução Cubana para a promoção de eventos internacionais.

<sup>105</sup> *Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>106</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 16.

<sup>107</sup> *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA. p. 12-14.

reunião secreta teria sido promovida no Cairo, em 1964, sem a presença da URSS e da China, na tentativa de manter distante da mesa de decisões o conflito sino-soviético, que minava a proposta. Nela, estiveram o marroquino Ben Barka, o embaixador cubano na Argélia, Youssef El-Sebai, secretário geral da OSPAA e representante da RAU, entre outros. A fonte da OEA diz ainda que, nesta reunião, deu-se o acordo de que o encontro dos três continentes aconteceria ainda em 1964 e ficou desenhada a composição do comitê preparatório, deixando a decisão sobre os latino-americanos, novamente, para uma ocasião futura<sup>108</sup>. Mohamed Yazid, que representava Ben Bella, teria levado a decisão para a reunião da OSPAA em Argel, já de frente com os chineses e os soviéticos. Novamente, porém, os preparativos ficaram em suspenso, desta vez a pedido de Castro, segundo o relatório, “pela pressão dos chineses comunistas por um lado e dos soviéticos, por outro”, demonstrando o impacto do impasse sino-soviético na organização<sup>109</sup>. Os cubanos, por sua vez, não fizeram nenhuma menção a tal reunião secreta em seu relatório interno e nem no informe da OSPAAAL de maio de 1966, de ampla circulação.

De qualquer maneira, a campanha cubana no interior da OSPAA gerou resultados oficiais em Gana. Em seu discurso de abertura da IV Conferência da OSPAA em Winneba, Gana, 1965, o anfitrião Kwame Nkrumah afirmou:

Delegados, reunimo-nos como uma Conferência de Solidariedade Afro-Asiática. Que ninguém confunda isso com uma aliança racial. Não somos nem racistas nem racialistas, embora sejamos não-brancos [*non White*] nesses dois continentes, e embora o imperialismo hoje opere a partir de países onde os povos são predominantemente brancos. Não estamos aqui porque viemos da África e da Ásia, mas porque pertencemos àquela parte da raça humana cujas terras foram colonizadas e cuja liberdade foi roubada pelos imperialistas. Não nos esqueçamos que os povos da América Latina, que sofrem o mesmo destino que nós nos continentes de África e Ásia, são de origem europeia, bem como de origem indígena e africana. Esses povos da América Latina e do Caribe não foram deliberadamente excluídos da nossa solidariedade. Nossa Organização de Solidariedade Afro-Asiática desenvolveu-se em circunstâncias que tornaram a inclusão dos povos latino-americanos e caribenhos difícil. Mas estas dificuldades devem ser superadas e a nossa solidariedade para com eles deve ser cimentada o mais rapidamente possível. Nenhum outro povo sofreu tanto com o neocolonialismo como os povos da América Latina e os caribenhos. A solidariedade para com os povos da África e Ásia é tão necessária para eles quanto para nós, se quisermos a vitória final sobre o imperialismo. [...] A nossa solidariedade tornou-se, portanto, mais importante do que nunca. Deve ser ampliada e fortalecida através do estabelecimento de laços estreitos com os povos da América Latina e do Caribe. Deve reunir novas e maiores forças estabelecendo laços estreitos entre nós na nossa luta

<sup>108</sup> *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA. p. 14-15.

<sup>109</sup> *Idem*. p. 15.

contra o imperialismo aberto [*open imperialism*] e o neocolonialismo. Uma África unida e solidária com os povos da Ásia e da América Latina constituirá uma força invencível que o imperialismo não poderá subverter nem conquistar.<sup>110</sup>

Neste discurso, o presidente de Gana abraçou publicamente a campanha cubana pela inclusão da América Latina no movimento afro-asiático, advogando esta como uma presença necessária na soma das lutas contra o imperialismo e o neocolonialismo. Além disso, levantou uma discussão que se tornou cara nos anos seguintes – a questão racial como liga da solidariedade internacional da OSPAAAL. A maneira como o estadista colocou a questão, negando uma escolha “racista ou racialista” por parte dos defensores de um projeto de encontro dos três continentes não invalidava o fato de que o poder imperialista se fazia por povos brancos sobre populações “não brancas”. Antes, demonstra talvez um debate interno aos grupos que pensavam a proposta tricontinental naquele contexto. Como e até que medida seria possível se apropriar do debate antirracista que acompanhava o anticolonialismo e o pan-africanismo, fortes no contexto africano naqueles anos, mas surgia de maneiras bem distintas nas esquerdas latino-americanas, com suas próprias lógicas racializadas e de elites brancas, e mesmo nos movimentos nacionalistas de diferentes regiões da Ásia. Nkrumah foi misterioso em seu discurso também a respeito das razões para a “demora” na inclusão dos latino-americanos no grupo de solidariedade dos afro-asiáticos. Se a experiência comum de exploração entre os continentes era tão próxima – e óbvia –, porque a demora? O desembaraço dessa história, encontramos novamente em diferentes versões: a publicação da OSPAAAL de 1966 acusa os Estados Unidos de fazerem “manobras para impedir qualquer possibilidade de união [...]”. Em relação à solidariedade afro-asiática e ao isolamento latino-americano, o contraste era evidente:

Se por um lado, em Bandung, os povos de África e da Ásia lideravam uma luta anti-imperialista e anticolonialista por uma unidade e solidariedade mais estreitas, por outro lado, a maioria dos governos da América Latina traíam as aspirações e os interesses dos seus povos e vinculavam-se ao imperialismo na sua política comum de exploração e dominação. Ao mesmo tempo, enquanto a luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo se fundia numa única frente na Ásia e em África, o neocolonialismo norte-americano na América Latina fortaleceu e aperfeiçoou o seu sistema de sujeição política e de lucro económico com a conivência das oligarquias locais, criando assim situações complexas e difíceis para a luta dos povos pela libertação nacional.<sup>111</sup>

<sup>110</sup> *The Winneba Conference*, Ghana, May, 1965 IV Afro-Asian People`s Solidarity Conference. Winneba, Ghana, May, 9, 1965. Published by Afro Asian Publications (OSPAA), n. 14. Cairo, UAR, p. 21-29.

<sup>111</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 10-11.

Mas não devemos esquecer que foi na resolução final de Moshi, em 1963, que a Tricontinental de Havana se fez oficial, finalmente saindo das conversas de bastidores e de possíveis reuniões secretas para ganhar concretude. A reunião aconteceria e seria em Havana. Superada essa fase de pressões e reveses, vencidos os projetos paralelos encabeçados por outros grupos e indivíduos, os desafios doravante seriam de outra ordem. Em Winneba, criou-se o Comitê Internacional Preparatório, paralelo ao secretariado permanente da OSPAA<sup>112</sup>. A partir daí, inaugura-se uma nova etapa na construção do encontro, com um tempo exíguo para o que um evento de tal magnitude exigia. Além disso, o comitê teve que lidar com disputas por protagonismo entre membros da OSPAA e Cuba, com a escolha das delegações novatas vindas da América Latina e, claro, com o conflito sino-soviético, impossível de se ignorar naquele momento da Guerra Fria.

O grupo responsável por organizar o encontro em Havana reuniu-se por duas vezes em 1965, sendo a primeira nos dias 1 e 2 de setembro, no Cairo, e a segunda vez entre os dias 28 e 31 de dezembro, já em Havana. Eram 18 delegações, seis de cada continente<sup>113</sup>, além de um secretário-geral, cargo ocupado pelo egípcio Youssef El-Sebai e um presidente, representado por Ben Barka<sup>114</sup>, na primeira reunião, e pelo cubano Osmany Cienfuegos<sup>115</sup>, na segunda. Importante notar esta composição afro-asiática da cúpula do CIP e também o local de sua primeira reunião, o mesmo da sede da OSPAA. A partir disso, podemos prestar mais atenção nessa expansão da organização afro-asiática para a rota atlântica iniciada em Gana. Rumo à América Latina, a composição indica que a forma como se daria esta ampliação interessava, claro, aos afro-asiáticos, daí a ocupação de lugares decisórios, mas também sugere uma entrada cautelosa de Cuba em um grupo pré-existente.

O Cairo foi a sede tanto da Primeira Conferência Afro-asiática em 1957/1958, quanto da OSPAA, criada na ocasião. É importante aqui lembrar que o pan-arabismo e o pan-africanismo, como movimentos políticos de unidade e solidariedade, são anteriores e contribuíram para que a ideia de junção de propósitos afro-asiáticos fosse gestada. Gamal Abdel

---

<sup>112</sup> *Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>113</sup> Composição por continente no Comitê Preparatório: Ásia: URSS, China, Japão, Índia, Indonésia e Vietnã do Sul; África: RAU, Argélia, Gana, Guiné, Tanzânia e África do Sul [SurAfrica]; América Latina: Fidel de Uruguai, FRAP do Chile, FLn da Venezuela, Fal da Guatemala e PURSC cubano e MLN do México. *Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental, Gaveta 1, pasta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>114</sup> Após seu desaparecimento em 29 de outubro de 1965, o cargo ocupado por Ben Barka no CIP foi ocupado por Osmany Cienfuegos.

<sup>115</sup> Ministro da Construção em 1960, Cienfuegos tornou-se presidente do Comitê de Relações Exteriores do Comitê Central do PCC após 1965. Segundo Gleijesis (2002) teve papel crucial na política externa cubana para a África nos anos 1960.

Nasser, político egípcio, teve papel importante na articulação entre africanos e asiáticos: a partir de sua teoria do pertencimento do Egito a três círculos concêntricos – o mundo árabe, o africano e o muçulmano. Ao longo do tempo, o líder ganhou cada vez mais notoriedade e liderança por suas ações no Oriente Médio, sobretudo na nacionalização do Canal de Suez, em 1956, e na África Sul-saariana. Visto por muitos como herói, promoveu alinhamentos dentro do Terceiro Mundo, inclusive na lógica da Política dos Encontros<sup>116</sup>, sendo um agregador importante na Conferência de Bandung, em 1955. Sahd (2016, p. 143) defende que a solidez dos laços do Terceiro Mundo se deveu, “em boa medida, à ascensão de Nasser”. Portanto, é possível imaginar que ceder espaço para novos protagonismos dentro da rede terceiro-mundista não deve ter-lhe custado muito. Esse tensionamento aparece na documentação de informes e relatórios gerais, tanto de Cuba quanto dos Estados Unidos, como, por exemplo, no relatório da OEA de 1966, que afirmou que Nasser, assim como os chineses e soviéticos, “estava ansioso para estender sua influência para a África”<sup>117</sup>, deixando claro que o movimento lidava com anseios que iam além das disputas sino-soviéticas. Mas é na carta de Nasser enviada do Cairo a Havana para saudar os trabalhos das delegações da Tricontinental que podemos verificar alguns pontos interessantes:

*Sonhávamos* que se unissem os povos de Ásia e África com os da América Latina em uma ação comum, já que têm um mesmo objetivo e seguem um mesmo caminho. Quando os povos da Ásia e da África se reuniram na Conferência de Bandung, seu encontro constituiu um acontecimento histórico, uma virada do desenvolvimento dos acontecimentos e uma materialidade da solidariedade dos povos afro-asiáticos que tomaram uma atitude firme frente ao imperialismo, à exploração e agressão [...] os resultados desta solidariedade [firmada em Bandung] se manifestaram repetidas vezes, desde Bandung até hoje, e particularmente na batalha de Suez que foi a linha divisória entre a história moderna e a história antiga, a linha divisória entre as épocas obscuras nas quais os estados fortes se permitiam impor sua vontade pela força, violência, a destruição e a ocupação e não se deixavam deter pelos princípios e o respeito aos valores internacionais e entre a época dos povos livres unidos por uma mesma vontade e enfrentando-se com todas as suas energias e com a força crescente da solidariedade às manobras e métodos dos imperialismo [...] (Grifo meu)<sup>118</sup>

Logo no começo da carta, Nasser fez uso do verbo sonhar para falar da união tricontinental. *Sonhávamos*, na terceira pessoa, possivelmente faz alusão aos afro-asiáticos e

<sup>116</sup> O conceito foi melhor desenvolvido na introdução da tese.

<sup>117</sup> *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA. p. 4.

<sup>118</sup> *Mensaje de saludo de Gamal Abdel Nasser a La Primera Conferencia Tricontinental*. Pasta 4, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

não somente ao Egito, mas aponta acima de tudo para um projeto que fazia parte dos planos – e sonhos – do movimento terceiro-mundista e não somente de Cuba. Ao mesmo tempo, elencou dois fatos nesta linha do tempo: Bandung (1955) e Suez (1956), este último visto como uma grande ruptura em relação ao passado de exploração e um novo começo na história da solidariedade, atraindo a órbita do movimento tricontinentalista no sentido contrário ao da rota atlântica. É uma carta singular, pois seu formato – uma carta de saudação à Tricontinental – entrega outros recados e demonstra um desejo de quem a escreveu de recuperar e reivindicar uma certa linhagem e ascendência para o movimento que não estaria em Cuba, mas sim no Egito, em primeiro lugar, e em seguida nos afro-asiáticos a partir de Bandung.

Nasser aproveita o espaço para, ao finalizar, deixar a RAU na fila de continuidade da Tricontinental:

Permita-me aproveitar a ocasião de vossa reunião em Cuba [...] para transmitir-lhes o desejo do povo da RAU de ver celebrar-se a próxima Conferência Tricontinental no Cairo, em princípios de janeiro de 1968, pelo motivo do 10º aniversário da Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos dos Continentes no Cairo [1958], quando se manifestou a vontade dos povos afro-asiáticos e se fortaleceu sua solidariedade até culminar na conferência atual que reúne todas as forças anticolonialistas nos povos dos três continentes.<sup>119</sup>

O final desse documento é bastante interessante. É uma mensagem diplomática de saudação à conferência e, espera-se, a Cuba. No entanto, Nasser recupera o protagonismo não apenas de Bandung na genealogia da solidariedade terceiro-mundista e, portanto, da RAU, como também parece relembrar que a América Latina foi incorporada a uma solidariedade pré-existente e afro-asiática. O final já demarca a vontade de que a conferência seguinte a Havana acontecesse no Cairo em 1968, em celebração não tanto à solidariedade tricontinental, mas à afro-asiática, já que o local se justificaria pela década completa desde a 1ª Conferência afro-asiática que criou a OSPAA e teria *culminado* na Tricontinental.

Essa atmosfera de demarcações de territórios já se fazia presente durante a primeira reunião, no Cairo, do Comitê Preparatório da Tricontinental, em setembro de 1965. A partir dela, vemos o tom das disputas que vigoraria no ano seguinte, ao longo da conferência. Segundo informe cubano<sup>120</sup>, os pontos a discutir no primeiro momento seriam três: a agenda da conferência Tricontinental; as organizações participantes pela América Latina, uma vez que as

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> *Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

representações dos afro-asiáticos já estavam decididas; e questões organizativas da reunião em Havana.

A divisão numericamente igualitária entre continentes e, teoricamente, mais democrática de representações no Comitê Preparatório foi submetida a outra matemática aos olhos dos cubanos e possivelmente de outros que ali estavam: Entre as 18 delegações, nove eram delegações compostas por movimentos de libertação (Venezuela, México, Guatemala, Chile, Uruguai, Vietnã do Sul, Japão, África do Sul e Marrocos) e nove eram estatais (URSS, China, RAU, Índia, Guiné, Argélia, Tanzânia, Indonésia e Cuba). Cuba seria a representação decisiva a favor dos primeiros para oferecer uma nova organização sem os antigos vícios, “era quem podia romper esse equilíbrio a favor do grupo de delegações estatais ou a favor dos movimentos de libertação nacional em luta”<sup>121</sup>. Interessante é pensar como essa ambivalência de *status* possivelmente dava a Cuba a vantagem de transitar entre esses dois grupos. Resta saber como Cuba, sendo representada pelo partido comunista, isto é, com uma delegação de representação estatal, conseguiu administrar essa questão. Na visão cubana, tanto a disputa sobre o formato da nova organização quanto a sede derivavam de uma (di)visão entre representações estatais e não estatais entre os afro-asiáticos e das disputas e desavenças sino-soviéticas.

De forma geral, este capítulo buscou analisar os projetos existentes para a execução de uma Conferência Tricontinental e de que forma aspectos da Guerra Fria Global, mais especificamente o conflito sino-soviético e as solidariedades em rede terceiro-mundistas, foram mobilizados e serviram ao tensionamento destas concepções desde o início dos anos 1960 até poucos dias antes da abertura dos salões do Hotel Havana Livre. Do caminho afro-asiático ao Tricontinental, vimos diferentes roteiros do caminho afro-asiático ao tricontinental em disputa e as fontes analisadas nos mostram projetos distintos que passaram tanto pelo CMP e o desejo soviético de patrocinar e encampar uma reunião de três continentes anti-imperialista e anticolonialista junto à bandeira do desarmamento nuclear e coexistência pacífica quanto pela OSPAA e seus jogos de força internos e externos protagonizados por lideranças em ascensão, como Cuba, China e RAU. Em um primeiro momento, o movimento em torno da solidariedade dos três continentes foi confrontado internamente ao CMP por seus próprios integrantes vindos da América Latina, tendo como figura mais paradigmática o ex-presidente mexicano Lázaro Cárdenas del Río. Em um segundo momento, as principais tensões perpassaram a decisão em torno de como abarcar, institucionalmente, a América Latina na já existente OSPAA, em

---

<sup>121</sup> *Balance General de la Conferência Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

disputas pela verdadeira liderança e legítima ascendência sobre o novo movimento e por quais deveriam ser seus principais agentes, entre Estados e movimentos de libertação.

Ao analisar as redes em ação pela Tricontinental ativas em outras latitudes, sem partir da junção final de Cuba com a OSPAA, podemos driblar a armadilha anacrônica e da linearidade de uma narrativa oficial que tentou encampar uma história maior para si. Defendo que este arranjo interpretativo compõe mais adequadamente este movimento tricontinentalista. Ao conhecer as várias dificuldades e apostas em um encontro sonhado não somente por Ben Barka, como defendeu Faligot, mas por muitos outros, percebemos as atuações latino-americanas autonomamente, mas também em rede, com intenções de união tanto com a OSPAA, que se concretizou institucionalmente, quanto com ações terceiro-mundistas junto aos soviéticos pela paz mundial. Esta junção, como veremos no próximo capítulo, alinhou escalas locais e globais e trouxe ainda uma discussão fundamental dos anos 1960, quando as disputas semânticas se apresentaram nas arenas políticas.

Ambientar-se nesse contexto do início dos anos 1960 não significa, porém, que a América Latina não tenha abarcado, em sua multiplicidade, experiências regionais anteriores e feito outras conexões em busca da solidariedade transnacional (Iber, 2015, 2022; Mahler, 2018, 2022; Zolov, 2020) dependendo somente do internacionalismo cubano ou de ações individuais para sua inclusão na cena terceiro-mundista. Essa perspectiva de que a entrada da região em um movimento global de solidariedade anti-imperialista e anticolonialista se deve aos afro-asiáticos e à incandescência – inclusive historiográfica – de Bandung, em 1955, não nos ajuda a reorientar genealogias da Tricontinental (Lewis; Stolte, 2019; Mahler, 2022)<sup>122</sup>.

Como se viu, a Tricontinental foi sem dúvida um produto do internacionalismo cubano, mas também uma aposta de outros movimentos e iniciativas que possuem uma história de contatos, circulações, fluxos, trocas e ações bastante anterior a 1966 e à própria década de 1960, se levarmos em conta o histórico de movimentos como o pan-arabismo, pan-africanismo, o internacionalismo negro. Segundo Burden-Stelly, em *From Pan-Africanism to Black Internationalism* (2020), o internacionalismo negro, embora não apareça nomeado nos documentos, é um conceito crucial para entender as lutas e aspirações de ativistas e intelectuais negros ao longo da história. Ele representa uma estrutura conceitual que se manifesta como uma forma de ativismo pan-africano, organização, estratégia e produção intelectual, muitas vezes entrelaçada com as formações marxistas-leninistas internacionais. Na prática, defende o autor,

---

<sup>122</sup> Atualmente, estudos buscam repensar o lugar da Conferência Afro-asiática de Bandung, jogando luz sobre encontros anteriores e posteriores que contribuíram na construção da agenda de solidariedade do Sul (Lewis; Stolte, 2019; Molden, 2024; Shimazu, 2014).



o internacionalismo negro é uma política radical articulada com a intenção de dar fim ao sistema de opressão e criar um novo mundo, mais justo e igualitário. Ele se manifesta como uma prática ética, uma epistemologia alternativa e uma política radical, com seis elementos constitutivos: antirracismo, anticolonialismo, anti-imperialismo, anticapitalismo, antissexismo e antiguerras. Vemos, nesta lista, alguns elementos comuns construídos nos anos 1960. Como afirmou Lidia Generoso (2021, p. 141), não é por acaso que tanto a Conferência de Bandung quanto a OSPAA ganharam destaque nas narrativas sobre os antecedentes institucionais da reunião, sendo que “outras experiências são frequentemente elididas da narrativa ou tratadas de maneira superficial, como o Pan-africanismo e o internacionalismo diaspórico”. Como afirma Saïd Bouamama (2016, p. 15), muitos queriam que “o único *souvenir* da Tricontinental fosse de uma reunião de idealistas simpáticos, mas irrealistas”, mas não foi.

Diante disso, importante partir do entendimento que a experiência da Tricontinental foi resultado de uma encruzilhada de referências e ações de solidariedades, sendo necessário acrescentar ao panorama já citado por Generoso (2021) e por Mahler (2024), as ações latino-americanas de solidariedade efetivadas na OSPAA, é claro, mas também na Liga contra o Imperialismo e pela Independência Nacional (LCIIN) no entreguerras e no seio do Conselho Mundial pela Paz, por exemplo, e sempre pelo caminho não linear do olhar que busca a disputa e contrapõe relatos produzidos por diferentes sujeitos e engajamentos em um mesmo tempo. Por isso é imprescindível questionarmos reivindicações que partem somente da experiência de Havana para afirmar que ali sagrou-se um internacionalismo cubano-marxista e nada mais. Não por acaso, esta é uma perspectiva que acaba endossada e ironicamente alinhada à documentação estadunidense, cuja abordagem reduzia esta experiência global a um complô comunista, mas que o fazia alegando a primazia cubana sobre seu arranjo final. Sem negar a importância do internacionalismo-marxista, é preciso ampliar a análise, respaldando em fontes o peso da participação soviética ou cubana na reunião, mas, também, transcendendo-as.

A compreensão de uma linearidade ou desencontro total entre México e Cuba, URSS, China, RAU e Guiné e tantas outras delegações ou interesses estatais e não estatais na história do projeto da Conferência Tricontinental e a corrida para ser o país anfitrião é muitas vezes turva e o desenho de sua origem, como vimos, está diretamente ligado à própria origem dos documentos que lhe fizeram menção. Além disso, assim como a ausência cubana é notória nas discussões de Cárdenas com membros do CMP e seus representantes, a narrativa cubana muitas vezes reserva um lugar pequeno aos mexicanos, o que é contradito pelo próprio volume documental arquivado no México. Aos que leem a documentação, chama a atenção como os projetos tinham pontos de contato, mas também de discordância. Fato é que essas informações

estão pulverizadas em diferentes documentos e arquivos e talvez procurar uma resposta definitiva para seu início não seja o melhor caminho, mas sim compreender esta como uma rede de protagonismos que fizeram negociações e concessões de mão dupla com soviéticos e chineses, provando como as duas potências atrapalhavam os projetos afro-asiáticos e latino-americanos, mas também financiavam, concediam e dialogavam, não restando dúvida sobre o poder das margens em diferentes dimensões em relação ao centro da Guerra Fria. Ambos os lados eram forçados a negociar e a fazerem concessões diante de laços prováveis e improváveis entre delegações estatais e não estatais, conectadas por acordos prévios ou que se forjaram no próprio dia a dia deste projeto sonhado e realizado que foi a Tricontinental em Havana.

Na próxima parte da tese, vamos em busca das conexões transnacionais que aconteceram e puderam ser identificadas na Conferência, dentro e fora do Hotel Havana Livre, muitas vezes invisíveis em certos documentos, mas eloquentes nas atas das reuniões que os tradutores se esforçavam para captar em tempo real. Entre diplomacia política e cultural, conhecer as redes formadas ali é uma oportunidade luminosa para ampliarmos a história do Terceiro Mundo, uma vez que, depois de janeiro de 1966, as delegações da Tricontinental nunca mais se encontraram de forma tão completa<sup>123</sup>.

Retomando a ideia de Bouamama (2016), encerro este capítulo justamente com um *souvenir* trazido de Havana pelo angolano Mário Pinto de Andrade (Fig. 1). A imagem nele contida foi impressa em diversos formatos, como *outdoors*, como cartaz e, neste exemplo, como cartão de recordação<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> Depois dela, foi a produção cultural da OSPAAAL o espaço primordial desses encontros inaugurados em 1966 (Mahler, 2022).

<sup>124</sup> Generoso (2023, p. 99-110) traz excelente e cuidadosa análise sobre elementos raciais e fenotípicos desta e de outras imagens em sua tese de doutorado, inserindo-a na cultura visual mais ampla das esquerdas e identificando elementos visuais da “gráfica de solidariedade tricontinental”.

Figura 1 – “1966 - Primera Conferencia Tricontinental - La Habana, Cuba - Territorio Libre de América”



Fonte: Fundação Mário Soares. Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83402](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83402) (2024-4-19). Acesso em: 17 abr. 2024.

Juntos, os três homens representados evocam um certo tipo de união tricontinental e dialogam de perto com o entendimento guevarista a respeito da revolução mundial, consolidando a derrota do projeto pacifista de Cárdenas junto com o CMP para a reunião. Nessa imagem (Fig. 1), vemos a linha de chegada de uma longa batalha de ideias que correu a primeira metade da década de 1960 e, em 1966, consolidou-se como a de três continentes unidos pelas armas. Enquanto Pablo Picasso alcançou eternizar a imagem da pomba branca como símbolo da paz a partir de sua obra *La Colombe* ou *Dove of Peace*, de 1949, feita especialmente para o Congresso Mundial da Paz, em Paris; parte do Terceiro Mundo se organizava de forma oposta a esta ideia. Entre os delegados em Havana, foram interceptadas conversas em que o Congresso de Paris era lembrado de forma pejorativa, sendo um anti-exemplo a ser seguido. A fala do delegado panamenho Floyd Britton captada pelos informantes cubanos é um exemplo disso: “há que se ter em conta que [a Tricontinental] não é um Congresso Mundial da Paz”<sup>125</sup>. De

<sup>125</sup> *Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

modo semelhante, Willian Cooke<sup>126</sup>, delegado argentino na Conferência em Havana, afirmou: “Logicamente haverá problemas, mas será necessário chegar a um acordo mínimo, sem entender por isso que a Conferência é um Congresso pela Paz”<sup>127</sup>. Na queda de braço final, a diretriz pacifista foi derrotada e o CMP teve de contentar-se como observador em Havana, “sem voz nem voto”<sup>128</sup>, uma prova a mais de que o peso de Cuba nas relações da Guerra Fria com os soviéticos não era pequeno. Além disso, para parte do Terceiro Mundo que estava em luta por independência, a via pacífica apresentada pelos soviéticos não era interessante, aproximando-os da linha de Che Guevara e de muitos líderes e intelectuais africanos, como Amílcar Cabral, presente na Conferência, e Frantz Fanon, falecido em 1961, por exemplo. Isso, contudo, não significou que a ideia de paz mundial seria deixada de lado na Tricontinental, como veremos adiante.

Visto como foram seus preparativos, convido, então, para adentrarmos o universo político-cultural do encontro na capital de Cuba, na segunda parte da tese.

---

<sup>126</sup> Willian Coke (1919-1968) foi um advogado e político argentino da ala revolucionária do movimento peronista. Teve relação próxima com Che Guevara e participou do combate à invasão de Playa Girón, em Cuba, em 1961.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Idem.

## **PARTE II**

# **TECENDO REDES TRANSNACIONAIS: DEBATES POLÍTICOS E ESPAÇOS CULTURAIS DURANTE A TRICONTINENTAL**

Na primeira parte da tese, composta pelos dois primeiros capítulos, foram apresentados os desafios de ordem política, social e econômica enfrentados pelo Terceiro Mundo na virada das décadas de 1950 e 1960 e analisados os esforços dos laços históricos e de solidariedade entre os três continentes. Nos momentos preparatórios da conferência, tratados no segundo capítulo, pudemos ver os indícios do que estava por vir: uma rede de relações entre indivíduos, governos e organizações atravessada por coalizões e disputas. Ainda assim, foi possível perceber um entendimento comum sobre a necessidade de novas configurações internacionais para vencer uma etapa da história mundial e o desafiador momento global da Guerra Fria:

Se as montanhas do Himalaia, o Oceano Pacífico e o grande Saara não foram barreiras suficientes para impedir a solidariedade dos povos dos dois continentes, o Oceano Atlântico não poderá constituir um dique tão resistente para conter a corrente arrasadora da solidariedade mundial.<sup>129</sup>

Essa fala da delegação da RAU na Sessão Plenária da Conferência Tricontinental no dia 05 de janeiro demonstra um pouco do espírito que inaugurou este novo momento no qual o encontro em Cuba significava uma grande aposta. Vencida a corrida para levar a Conferência até Havana, porém, o jogo mostrou-se ainda mais complexo. Nesta segunda parte, avançaremos na análise da documentação produzida durante o evento, fazendo uso das atas e versões taquigráficas das reuniões, das análises e dos relatórios cubanos. O país anfitrião provavelmente não havia previsto tantos percalços, mas era precavido, vigilante e organizado e nos deixou documentos que revelam aspectos interessantes das reuniões.

Nesse conjunto documental, percebemos uma característica importante do evento em Havana. Excetuando as manifestações individualizadas em plenárias, as delegações se apresentavam e eram assim registradas como agentes coletivos de suas respectivas localidades. Foram nomeadas na documentação por meio do nome do país ou território que representavam, e as atas e versões taquigráficas não revelam os nomes dos integrantes que se posicionavam na mesa de discussões. Essa *seletividade* da fonte nos deixa uma lacuna a respeito de *quem* falava *o que* nas reuniões de comissões e subcomissões, o que poderia sugerir um outro tipo de conduta investigativa. Salvo Amílcar Cabral, a quem o arquivo cubano fez uma pasta separada com suas falas reunidas, e outras lideranças que discursaram nas sessões plenárias dos chefes de delegações, no dia 03 de janeiro, foi preciso rastrear a composição de cada uma das comissões e a lista de credenciamento da conferência, que podem ser consultadas nos anexos da tese. Esse anexo foi escolhido a compor o trabalho de modo a orientar a leitura a respeito de quem

---

<sup>129</sup> *Versión taquigráfica de la Sesión Plenaria de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre. La Habana, El Miércoles 5 de enero de 1966 (Sesión de la tarde)". Pasta 144, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 21.

compunha cada delegação, assim como sua filiação política, mas não alcança responder a dúvida sobre a autoria das falas nas atas, por exemplo. Outros trabalhos fizeram percursos diferentes em virtude da natureza das fontes que utilizaram, como o importante *Tricontinentale*, de Roger Faligot (2013), mencionado no capítulo anterior. No livro, o jornalista francês fez uma série de entrevistas com testemunhas de época, o que permitiu que sua pesquisa apresentasse um olhar mais *personalizado* sobre o evento. Enfim, a forma como a fonte nomeou as intervenções nos mostra, por exemplo, a forte natureza das manifestações coletivas e não individualizadas da Tricontinental. É preciso ainda lembrar que essas delegações foram, em sua maioria, representadas por movimentos de libertação, partidos comunistas ou grupos de oposição em suas localidades de origem. Quase nunca representavam o posicionamento oficial do Estado que as identificava<sup>130</sup>, sendo, antes, uma postura contrária aos seus governos naquele momento<sup>131</sup>. Ao seguir os passos desses agentes coletivos reconhecidos como delegações, portanto, reproduzo os termos documentais, não se tratando de um estatismo intrínseco da análise.

---

<sup>130</sup> Como abordado no capítulo 2, houve delegações estatais importantes, como a da URSS, a da China, da RAU e da Guiné Conacri, por exemplo. O relatório cubano revela como essas representações estatais enfrentaram a pressão internacional por sua participação na conferência, pressões provavelmente nascidas no seio dos organismos multilaterais como a ONU e a OEA e que resvalaram em abordagens bilaterais. No documento cubano consta que a URSS “negou implicitamente que seu governo [estivesse] comprometido com os acordos da Conferência, ao responder às reclamações do governo uruguaio, sinalizando que a delegação soviética não era estatal, mas representante de uma organização de massas”. Também a RAU se viu confrontada por governos latino-americanos: “A RAU foi ameaçada pelos governos da Colômbia e Venezuela de rompimento democrático por sua participação na conferência”. (Análisis General de la Conferencia Tricontinental, Gaveta 1, pasta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>131</sup> Conferir anexos onde estão elencadas as organizações e integrantes de cada delegação.

### 3 ARTICULAÇÕES E DISPUTAS DE REDES TRANSNACIONAIS NA CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL

“Os povos dos três continentes sentem profundamente a necessidade da solidariedade”<sup>132</sup>.

As palavras escolhidas e utilizadas nas fontes nunca são aleatórias e é preciso prestar atenção à sua presença. A epígrafe citada é parte da circular convocatória da conferência Tricontinental emitida em setembro de 1965, logo após a primeira reunião do CIP no Cairo. Analisada de perto, a frase nos convida a perceber tanto a dimensão do sensível identitário quanto a dimensão concreta e material da formação tricontinental. Nela, a solidariedade apresenta-se como uma premissa necessária daqueles que “enfrentaram os mesmos problemas [...], foram ameaçados pelos mesmos perigos da opressão, da exploração, da agressão e pela intervenção armada”<sup>133</sup>. Temos aí uma tônica que se tornou frequente: a ideia de que havia, há muito tempo, um “vínculo estreito entre os povos dos três continentes”. A premissa de que a solidariedade seria um caminho pacífico e natural permeou os pronunciamentos oficiais antes, durante e depois da Conferência, como demonstra a fala de encerramento de Fidel Castro:

Nosso povo —como disse no 2 de janeiro – recebeu a todos com os braços abertos, e se despede com os braços cerrados, como símbolo de um laço que não se romperá mais e como símbolo de seus sentimentos fraternos e solidários para os demais povos que lutam, pelos quais está disposto a dar também seu sangue<sup>134</sup>.

As metáforas sobre a união dos povos são abundantes nas falas oficiais, mas contradições e ameaças a este abraço eterno aparecem nas atas das reuniões e em relatórios do serviço de inteligência cubano. A documentação de ampla divulgação, quando comparada com os documentos de arquivamento internos, revelam escalas diferentes – e em disputa – dessa solidariedade.

O objetivo deste capítulo é conhecer algumas das redes transnacionais pré-existentes a 1966 que se fizeram presentes em Havana e perceber suas dinâmicas ao longo da Conferência,

<sup>132</sup> “Llamamiento para la 1ª Conferencia de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina. OSPAAAL, 1ra Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> *Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz*, primer secretario del Comité central del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del gobierno revolucionario, en el acto clausura de la primera conferencia de Solidaridad de dos Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental), en el Teatro Chaplin, La Habana, el 15 de enero de 1966. Departamento de versiones taquigráficas del Gobierno Revolucionario. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/fl50166e.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.



se competiam ou somavam com o desejo de laço tricontinental. Além disso, mapeio o esforço das delegações pela formação de novos vínculos *durante* o encontro e como isso foi percebido pelo serviço de inteligência cubano. A partir da análise das fontes, busco defender o argumento de que a Tricontinental se inseriu na história mais ampla dos vínculos do Terceiro Mundo por ter sido reconhecida por seus participantes e contemporâneos como um palco no qual o jogo de luzes iluminava tanto aspirações nacionais quanto transnacionais, ampliando o alcance e o impacto das ideias e cristalizando uma política tricontinental. Ao mesmo tempo que o encontro em Havana tornava possível a articulação de novos vínculos políticos, seja nas reuniões das comissões de trabalho, seja no *hall* dos hotéis, indicava também a disputa pelo reconhecimento de grupos e partidos como representantes legítimos do movimento anti-imperialista global.

### 3.1 A Conferência chega a Havana: organização e estrutura

O objetivo dessa seção é apresentar a estrutura e a organização da Conferência Tricontinental em Havana como um ponto de partida para elaborar os argumentos centrais dos capítulos da segunda parte da tese

A organização de qualquer conferência internacional demanda sem dúvida articulações precisas, uma dose considerável de empenho político e, claro, um bom alinhamento entre propostas e concessões dos atores envolvidos. A *expertise* tal qual conhecemos hoje – encontros de delegações, tribunas, ordens do dia, traduções simultâneas etc. –, se deu em um longo processo de erros e acertos, de exclusões e inclusões de atores e padrões de conduta que seguem em curso. O escopo de atuações e representações, também.

Entender a organização interna de uma conferência muitas vezes demanda um trabalho minucioso. Ainda em 1966, a OSPAAAL publicou todas as resoluções finais das comissões e subcomissões de trabalho da Tricontinental, os principais discursos e os nomes dos presidentes, dos vice-presidentes e dos secretários de cada uma delas. Mesmo assim, ainda restaram dúvidas sobre estas composições, sobre as escolhas de cada uma das delegações e sobre quem não foi escolhido, a respeito das regras de divisão, de votação<sup>135</sup> e de decisão, além de parecer imperioso entender os números, as finanças e os patrocínios. As respostas a muitas dessas perguntas foram encontradas não na publicação oficial e de divulgação em formato livro da

---

<sup>135</sup> A China fez pressão para que os acordos fossem feitos por unanimidade, mas perderam para as delegações africanas e da América Latina. Ficou decidido que na Tricontinental seriam aprovados os acordos que tivessem 2/3 dos votos favoráveis – proposta da delegação da Guiné. (Análisis General de la Conferencia Tricontinental, Gaveta 1, Pasta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

OSPAAAL, mas em pastas de seu arquivo histórico que intencionalmente foram criadas para não ter ampla circulação. Conhecer esta organização interna possibilitou o caminho de minha análise e orientou as perguntas-guia desta segunda parte da tese, daí a importância de destrinchar seus aspectos mais pragmáticos que nos deixam entrever elementos-chave tanto das intenções cubanas quanto das formações, dos laços e dos léxicos internos.

Como toda conferência, esta também teve seu comitê preparatório, que já conhecemos do capítulo anterior. O CIP foi composto por representantes dos três continentes e responsável por elaborar a lógica e as regras gerais do funcionamento do encontro. Como vimos, houve duas reuniões preparatórias antes da abertura oficial do evento. A primeira, entre os dias 1 e 2 de setembro de 1965, no Cairo; a segunda, já em Havana, em dezembro do mesmo ano. De 26 a 30 de setembro de 1965, Ben Barka esteve em Cuba como presidente do CIP e reuniu-se com membros responsáveis pela organização local da conferência, com Fidel Castro e com jornalistas, aos quais concedeu uma coletiva de imprensa<sup>136</sup>.

Nesta coletiva, Ben Barka explicou as decisões do comitê até aquele momento e deixou evidente como havia uma corrida contra o tempo, já que muitas decisões ainda estavam por vir. Aos jornalistas, o líder marroquino explanou o formato geral do futuro encontro de janeiro: a Tricotinental teria a participação de uma delegação por país ou território, cada uma delas composta por 5 pessoas<sup>137</sup>. Foram estabelecidas três possibilidades de representação para as delegações: por partido, quando este fosse “a força fundamental do país”; por frentes previamente organizadas localmente e, para o caso de onde existiam várias organizações anti-imperialistas, como na América Latina, deveria ser constituído um Comitê Nacional<sup>138</sup>. Especialmente nesta última alternativa, podemos imaginar os impasses surgidos, mas Ben Barka parecia confiante ao dizer aos jornalistas que:

É o momento de vencer e de colocarmos de lado as divergências secundárias e estabelecer uma frente unida contra os imperialistas, e esse é o espírito que vai reinar na conferência. Esse espírito reina já no CIP [...] [onde] ultrapassamos nossas divergências secundárias [...]<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> Com Ben Barka, também estavam juntamente com Héctor Marcano, da Frente Nacional de Libertação (FNL) da Venezuela, Joaquín Más e Giraldo Mazola, representantes de Cuba no CIP e Eugenio Balari e Rafael Fernandez Moya, da *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC) (*Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>137</sup> *Asumir la estrategia global frente a los imperialistas, labor de la Tricontinental*. Por Rodolfo Casals. Recortes de jornais. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4, p. 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>138</sup> *Conferencia de prensa celebrada em la Habana, Cuba, con el Mehdi Ben Barka*. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>139</sup> *Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Como vimos no capítulo anterior, o espírito reinante nas reuniões preparatórias estava distante deste cenário harmonioso e coeso desenhado pelo marroquino à imprensa sobre a formação dos comitês, sobretudo os inéditos comitês latino-americanos, ao passo que os comitês de solidariedade da OSPAA já estavam formados há mais tempo<sup>140</sup>. As delegações latino-americanas não seriam facilmente constituídas de forma ecumênica e as possíveis divergências seriam colocadas em segundo plano.

Na escolha das delegações convidadas para participarem da Tricontinental, houve uma “divisão do trabalho”<sup>141</sup>, isto é, a OSPAA ficou responsável por escolher as representações que a ela já pertenciam, enquanto os latino-americanos do CIP (PURS<sup>142</sup> de Cuba, FLN da Venezuela, FRAP do Chile, Fidel do Uruguai, FLN do México e FRAR da Guatemala<sup>143</sup>) estabeleceriam a lista para a América Latina. Foram dados três critérios para a escolha das organizações: “ter uma boa base popular, ser anti-imperialista e aceitar trabalhar pela unidade contra o imperialismo na conferência”<sup>144</sup>. Evidentemente, as delegações latino-americanas foram uma questão delicada cujos meandros constam nas investigações da historiadora Blanca Mar León (2021). Aqui, basta dizer que este aspecto esteve presente em boa parte da documentação da OSPAAAL como, por exemplo, na carta ao CIP de 1 de setembro de 1965, na qual os representantes latino-americanos do comitê, sugerindo uma lista de convidados,

<sup>140</sup> *The organization. Members of the Afro-Asian People's Solidarity.* The permanent Secretariat, August 1965. *Members of the Afro-Asian People's Solidarity.* The permanent Secretariat, August 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>141</sup> *Conferencia de prensa celebrada em la Habana, Cuba, con el Mehdi Ben Barka.* Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 3.

<sup>142</sup> Vale lembrar que, desde 1961, houve um empenho de unificação das organizações envolvidas no processo revolucionário em Cuba. Em julho de 1961, foram criadas as *Organizaciones Revolucionarias Integradas* (ORI's), organizações de base que deveriam integrar o partido e, em agosto de 1961, o Partido Socialista Popular (PSP) foi dissolvido para ser incorporado ao Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURS). Em reuniões entre os dias 30 de setembro a 1º de outubro de 1965 decidiu-se, na cúpula do governo, por uma mudança de nome: de PURS para Partido Comunista Cubano (PCC), sendo este mais um esforço de unificação de grupos políticos (Calegari, 2024).

<sup>143</sup> A delegação da Guatemala foi substituída de última hora pelo CIP, por pressões cubanas. Inicialmente tinham sido convidados para compô-la os membros do *Movimiento Revolucionario 13 de Noviembre* (MR-13), tendo a sua frente Yon Sosa, mas toda a composição da delegação guatemalteca na Tricontinental foi substituída por membros das *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR). (*Carta dos membros latino-americanos ao Comitê Internacional Preparatório.* Cairo, 31 de agosto de 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba). Entendemos melhor este imbróglio a partir do discurso de encerramento da conferência de Fidel Castro. Nele, o líder cubano falou longamente sobre sua crítica aos caminhos tomados pelo MR-13, considerado como “contrarrevolucionário” e seus membros alinhados com o imperialismo “ianque”. Castro acusou o movimento de ser trotskista, conivente com a agenda da Quarta Internacional e de tentar sabotar a Revolução Cubana. (*Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité central del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del gobierno revolucionario, en el acto clausura de la primera conferencia de Solidaridad de dos Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental), en el Teatro Chaplin, La Habana, el 15 de enero de 1966.* Departamento de versiones taquigráficas del Gobierno Revolucionario. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/fl150166e.html>. Acesso em: 13 ago. 2024).

<sup>144</sup> *Conferencia de prensa celebrada em la Habana, Cuba, con el Mehdi Ben Barka.* Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 3.

admitiram a dificuldade de escolha diante do cenário complexo das organizações, classificando parte das escolhas como “particularmente difícil”<sup>145</sup>.

Seguindo o princípio da democracia numérica e geográfica, cada comissão teve um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo cada um desses postos ocupados por uma pessoa de um continente<sup>146</sup>. Além disso, todas as delegações se fizeram representadas nas comissões e subcomissões<sup>147</sup>. O CIP foi automaticamente extinto com o início dos trabalhos da conferência, e os cargos principais e as comissões, eleitas na tarde do dia 03 de janeiro de 1966, antes da abertura oficial. Nesta longuíssima e conturbada reunião dos chefes de delegações, ocorrida no dia 03 de janeiro, foram discutidas e aprovadas modificações significativas na estrutura prevista. Também foram os chefes das delegações que designaram o presidente e o secretário geral da conferência, que já haviam sido indicados desde a reunião do CIP, assim como os três vice-presidentes e os nomes de comando para as comissões<sup>148</sup>, em uma estrutura organizativa que assim se apresentou (Quadro 1):

Quadro 1 – Composição de cargos gerais na Conferência Tricontinental

Cargo	Nome	País
Presidente da Conferência	Raúl Roa <sup>a</sup>	Cuba
Secretário Geral	Youssef El Sebai	RAU
Vice-Presidente	Nguyen Van Tien	Vietnam do Sul
Vice-Presidente	Pedro Medina Silva	Venezuela
Vice-Presidente	John Tettegah	Gana

<sup>a)</sup> Raúl Roa, Ministro das Relações Exteriores de Cuba, foi indicado pela delegação cubana para ser presidente da Conferência Tricontinental. Osmany Cienfuegos foi o chefe da delegação e, posteriormente, o Secretário geral da OSPAAAL (Fonte: *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* ("Conferencia Tricontinental de La Habana"). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA, p. 254).

Fonte: *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

<sup>145</sup> *Carta das representações latino-americanas no CIP da Tricontinental ao CIP*. Cairo, 1º de setembro de 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba. A historiadora cubana Blanca Mar León (2021) investigou mais a fundo as desavenças internas ao grupo dos latino-americanos no CIP.

<sup>146</sup> *Confidencial. Informe de las reuniones con Ben Barka efectuadas durante su visita a Cuba*, del 26 al 30 de septiembre de 1965, p. 6. Ministerio de Relaciones Exteriores. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos, Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>147</sup> *Conferencia de prensa celebrada em la Habana, Cuba, con el Mehdi Ben Barka*. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 3.

<sup>148</sup> O CIP já tinha encaminhado as delegações responsáveis pelos altos cargos de cada comissão, porém alguns nomes foram rechaçados pelos chefes de delegações. Depois de longa discussão, ficou decidido que a presidência e os vices da conferência fariam contatos bilaterais para entrar em acordo sobre a composição de cada uma das comissões. (*Versión taquigráfica, resumen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

No relatório do MINREX<sup>149</sup> sobre a passagem de Ben Barka pela ilha, consta também a escolha prévia do CIP das comissões da Conferência<sup>150</sup> que, após alguns rearranjos feitos pelos chefes de delegações e demandas internas às comissões pela criação de subcomissões, tiveram como resultado a seguinte conformação (Quadro 2):

Quadro 2 – Comissões e Subcomissões de Trabalho da Conferência Tricontinental<sup>151</sup>

	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>País</b>
Comissão Econômica	Adda Benguettat	Presidente	Argélia
	Aluizio Palhano Pedreira	Vice-Presidente	Brasil
	Moudaf Haffar	Secretário	Síria
Comissão Política	Khaled Mohieldin	Presidente	R.A.U. (Egito)
	Tuyen Tran Danh	Vice-Presidente	Vietnã do Norte
	Rodney Arismendi	Secretário	Uruguai
Subcomissão de Assuntos Candentes	Euclides Gutierrez Felix	Presidente	Rep. Dominicana
	Shizuma Kai	Vice-Presidente	Japão
	Edward Ndlovu	Secretário	Zimbábue
Subcomissão para O Vietnam	Turcios Lima	Presidente	Guatemala
	Edward Marcel Sumbu	Vice-Presidente	Congo Leopoldville
	Tran Van Tu	Secretário	Vietnã do Sul
Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo	Julian Boukambou	Presidente	Congo Brazzaville
	Roberto Garcia Urrutia	Vice-Presidente	Peru
	Ibrahim Abu Sitta	Secretário	Palestina
Comissão Social e Cultural	Huat Sambath	Presidente	Camboja
	Luiz Andrade de Azevedo	Vice-Presidente	Angola
	Ines Pinto Escobar	Secretária	Colômbia
Comissão de Organização	Abdoulaye Diallo	Presidente	Guiné Conacriu
	Wal Lyong Kim	Vice-Presidente	Coreia
	Jose A. Naranjo	Secretário	Cuba

Fonte: First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

Os chefes de delegação também ratificaram a agenda, isto é, os grandes temas que seriam responsabilidade das comissões discutir e propor ações a seu respeito. Essa proposta pelo CIP<sup>152</sup> ficou assim organizada (Quadro 3):

<sup>149</sup> *Confidencial. Informe de las reuniones con Ben Barka efectuadas durante su visita a Cuba*, del 26 al 30 de septiembre de 1965, p. 6. Ministerio de Relaciones Exteriores. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos, Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>150</sup> Na opinião do líder marroquino, esta comissão “não deveria enfatizar particularidades”, mas ater-se aos fundamentos da nova organização. O próprio relatório do MINREX reconhece a criação deste novo organismo como “um dos problemas mais conflitivos neste momento” e suas contendas serão abordadas no capítulo 3. (Idem, p. 6).

<sup>151</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA. p. 43.

<sup>152</sup> Resúmen, p. 2. (*Versión taquigráfica, resúmen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

### Quadro 3 – Agenda da Conferência Tricontinental

<b>AGENDA</b>
<p><b>I- A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO, O COLONIALISMO E O NEO-COLONIALISMO</b></p> <p>1- Luta pela completa libertação nacional, o direito do povo à autodeterminação, consolidação da independência e da soberania nacional nos três continentes, contra a agressão imperialista, complôs subversivos e intervenção estrangeira nos assuntos de estados independentes, e contra a política imperialista de isolamento dos povos em luta pela independência nacional.</p> <p>2- Intensificação de todas as formas de luta, incluindo a luta armada, dos povos dos três continentes contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo encabeçado pelo imperialismo dos Estados Unidos.</p> <p>3- Apoio à justa luta do povo de Cuba contra o imperialismo estadunidense e em defesa da soberania nacional, apoio para a patriótica luta dos povos da América Latina contra o imperialismo estadunidense e seus instrumentos, tais como a O.E.A.</p> <p>4- Liquidação das bases militares estrangeiras nos três continentes e ação contra a política de pactos militares.</p> <p>5- Luta pela proscrição do uso, produção, experimentos e armazenamento de armas nucleares, pela completa destruição de todas as armas nucleares atuais, pela liquidação de todos os meios para sua produção, e em favor do desarmamento e da paz mundial.</p> <p>6- Ação contra o "apartheid" e a segregação racial, apoio à luta do povo afro-americano em defesa de seus direitos à igualdade e à liberdade, luta contra a discriminação e o racismo em todas as suas formas.</p> <p>7- Vias e meios de ajudar os movimentos de libertação na África, Ásia e América Latina em geral e à luta armada independentista em particular.</p> <p><b>II. TEMAS CANDENTES DA LUTA ANTIMPERIALISTA EM PAÍSES DOS TRÊS CONTINENTES</b> Particularmente em: Vietnã, República Dominicana, Congo, Colônias Portuguesas, Rodésia do Sul, Arábia Saudita e Palestina</p> <p><b>III- SOLIDARIEDADE ANTIMPERIALISTA ENTRE OS POVOS AFRO-ASIÁTICOS E LATINO-AMERICANOS NOS ASPECTOS ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL</b></p> <p>1- Pela emancipação econômica e libertação social e cultural dos povos dos três continentes.</p> <p>a) Princípios de luta comum pela obtenção e consolidação da emancipação econômica para os países dos três continentes, e luta contra a exploração econômica e a agressão econômica do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo.</p> <p>b) Medidas destinadas à liquidação das consequências da dominação colonialista nos aspectos econômico, social e cultural.</p> <p>c) Ação contra a política de bloqueio e boicote econômico impostos pelo imperialismo em países em luta por sua libertação ou países que tenham alcançado sua independência.</p> <p>d) Planejamento econômico e mobilização dos recursos naturais e potencial humano para o desenvolvimento econômico e para alcançar a genuína independência econômica, baseada principalmente em seus próprios recursos.</p> <p>e) Reforma agrária nos três continentes.</p> <p>f) Problemas de formação de quadros nacionais.</p> <p>2- Pelo desenvolvimento de relações econômicas, sociais e culturais.</p> <p>a) Assistência e cooperação entre os povos da África, Ásia e América Latina nos aspectos econômico, social e cultural.</p> <p>b) Princípios fundamentais de cooperação econômica e técnica entre os países dos três continentes, baseados nos princípios de igualdade e interesse mútuo.</p> <p>c) Fundação de uma nova política econômica entre os países dos três continentes e o resto do mundo. O estabelecimento de relações econômicas, comerciais e financeiras com os países desenvolvidos, em bases que possibilitem nosso próprio desenvolvimento.</p> <p>d) Elaboração de uma definição comum para os países da África, Ásia e América Latina, do conceito de coexistência pacífica.</p> <p>3- Pela coordenação da ação de operários, estudantes, mulheres e organizações culturais nos três continentes.</p> <p><b>IV. UNIFICAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DOS ESFORÇOS DOS POVOS DA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA EM SUA LUTA COMUM PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL, A RECONSTRUÇÃO, A PROSPERIDADE E A PAZ.</b></p>

Fonte: OSPAAAL, 1ra Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ra Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

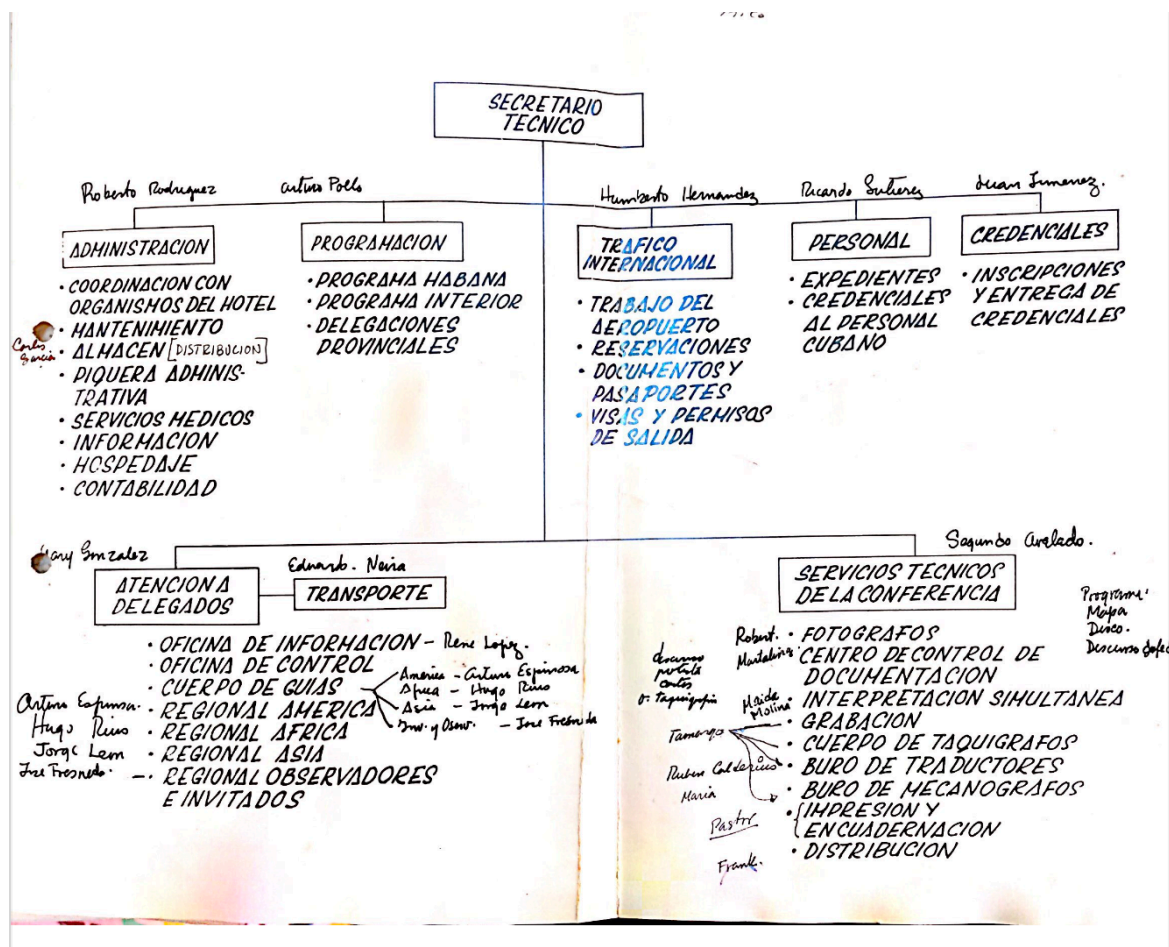
Foi então, a partir desta agenda, que se desenvolveram todas as discussões das comissões de trabalho. São as atas e as versões taquigráficas que nos revelam *como* isso se deu nos detalhes. À comissão política foram submetidas três subcomissões: a Subcomissão do Vietnã, a Subcomissão de Assuntos Candentes e a Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo. As duas últimas foram alvos de disputas intensas que serão discutidas em maiores detalhes nos próximos capítulos. A subcomissão sobre colonialismo e neocolonialismo foi uma criação de última hora, vinda justamente da pressão dos chefes de delegações africanos, especialmente da Guiné, de Ruanda, do Senegal e do Congo Leopoldville<sup>153</sup> por dar maior destaque e *significado* a estes termos.

Seguindo as linhas necessárias para esta costura tricontinental, tanto investimento humano de criação não seria possível sem uma equipe técnica, cujas ramificações e funções nos mostram também a forma como Cuba organizou seu evento.

---

<sup>153</sup> “*Resúmen y acuerdos de la Asamblea de Jefes de Delegaciones*”, 3 de enero de 1966. Pasta 210, Gaveta 3, p. 10 (AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 10). Inicialmente, a demanda da delegação de Ruanda havia sido pela criação de uma comissão sobre imperialismo e neocolonialismo. Foi a delegação do Níger que mencionou a subcomissão de Neocolonialismo e colonialismo, que afinal ficou a cargo da Comissão Política de criá-la. (*Versión taquigráfica, resúmen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

Figura 2 – Organograma do Secretariado Técnico da Conferência Tricontinental



Fonte. OSPAAAL, 1ra Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ra Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

Encontrado nos arquivos da OSPAAAL, pelo organograma (Fig. 2) é possível observar que uma série de serviços estava sob o comando do secretariado técnico, uma divisão não divulgada como parte da conferência. Ali, atuaram indivíduos cujas presenças não estiveram sob os holofotes e nem chamavam a atenção da imprensa internacional presente, mas que foram fundamentais para fazê-la acontecer. O documento nos aponta para algumas dimensões que serão trabalhadas adiante, como o serviço de informação e a existência de uma regional designada para cada continente para dar atenção – ou estar atenta? – às delegações. Além disso, pode-se imaginar, a partir deste organograma, o que foi pensado como programação para a cidade de Havana e para o interior da ilha. Isto aponta para um entendimento mais alargado do evento, sendo a cidade um elemento-chave tanto para as pretensões cubanas de diplomacia cultural como para articulações políticas, aspecto a ser discutido no capítulo 4. Aí vemos desenhada a organização cubana em suas minúcias para fazer da Tricontinental um evento possível.



Observamos também que havia pessoal designado a fazer as credenciais do evento e, graças a isso, podemos hoje saber em detalhes os números, os nomes das organizações presentes, seus delegados, os jornais convidados a enviarem jornalistas e os observadores<sup>154</sup>, sendo este também um convite para pesquisadores que queiram estudar a Conferência a partir das diferentes origens de seus participantes. A consulta da lista completa de organizações e indivíduos presentes encontra-se nos anexos da tese, mas vale a pena registrar aqui os números gerais divulgados pela OSPAAAL em maio de 1966 (Figura 3):

---

<sup>154</sup> Conferir anexos.

Figura 3 – Quantidade de delegações, observadores, convidados e veículos de imprensa na Conferência Tricontinental

<b>FIRST SOLIDARITY CONFERENCE OF THE PEOPLES OF AFRICA, ASIA AND LATIN AMERICA, JANUARY 1966</b>			
<b>Delegates</b>	<b>Countries</b>	<b>Organisations</b>	<b>Accredited</b>
Africa	28	29	150
Asia	27	27	197
Latin America	27	27	165
<b>Total:</b>	<b>82</b>	<b>83</b>	<b>512</b>
<b>Observers</b>			
International Organisations		5	24
Afro-Asian Organisations		3	7
African Organisations		3	8
Asian Organisations		3	5
Socialist Countries		7	20
<b>Total:</b>		<b>21</b>	<b>64</b>
<b>Guests</b>			
Foreign	23		50
Cuban	1		27
<b>Total:</b>	<b>24</b>		<b>77</b>
<b>Foreign Press</b>	<b>38</b>	<b>95</b>	<b>129</b>
<b>Total of Accredited Participants:</b>			<b>782</b>

Fonte: First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

Em um cálculo rápido, vê-se que algumas delegações levaram bem mais do que o previsto no convite cubano de 5 pessoas por delegação. Na África, os destaques ficaram com Gana, representada pelo Convenção do Partido do Povo, com 15 pessoas; com o Congo Brazzaville, que levou 11 pessoas pelo Conselho Nacional de Liberação do Congo; com o

Comitê de Solidariedade Afro-Asiático da RAU, constituído por 24 pessoas; com a União do Povo Africano do Zimbábue, com 9 pessoas e com o Congresso Nacional Africano da África do Sul, também com 9. Na Ásia, a China, com o Comitê Chinês para a Solidariedade Afro-asiática, e a URSS, com o Comitê Soviético de Solidariedade Afro-asiático, enviaram super delegações, com 34 e 40 integrantes, respectivamente. A Associação da Índia de Solidariedade Afro-Asiática enviou 14 pessoas, o Comitê Japonês de Solidariedade Afro-Asiática e o comitê homônimo do Vietnã do Norte, 10. A Associação de Solidariedade Afro-Asiática da Indonésia enviou 9 pessoas. Na América Latina, chama a atenção que apenas 3 representações tenham formado grandes delegações. O Partido Comunista de Cuba, claro, com 41 pessoas, a FRAP chilena, com 9, e a FLN da Venezuela, com 15<sup>155</sup>.

Mas, o que esses números sugerem? No caso da URSS e da China, as potências do campo socialista pareciam empenhadas em continuar suas esferas de influência iniciadas entre os afro-asiáticos ou pelo menos em não perder ou demarcar espaço perante Cuba e a futura organização dos três continentes. A discrepância quantitativa entre as delegações pode ser entendida como um indício do peso do investimento estatal, nos casos de Cuba, RAU, China e URSS, mas também daquelas delegações determinadas em participarem ativamente das discussões-chave nas comissões e serem vistas durante a conferência. Pode-se sugerir, ainda, que delegações menores ou não entraram em acordo sobre quem enviar, não puderem arcar com os recursos necessários ou ainda eram pequenas demais.

Pela Figura 3 é possível perceber também o interesse em divulgar os trabalhos em Havana para um público mais amplo do que as próprias delegações, criando conexões dentro e fora do Terceiro Mundo. Ao todo, foram 21 organizações convidadas entre organizações internacionais, com destaque para o CMP. Se o CMP havia buscado o protagonismo na organização da conferência junto ao México, como vimos no capítulo anterior, acabou tendo que se contentar com o espaço de observador, enviando 9 representantes. Estavam também os comitês de solidariedade de países socialistas do Leste Europeu, organizações afro-asiáticas de juristas, escritores, jornalistas e organizações africanas e asiáticas, totalizando 64 pessoas. Como convidados, foram 77 indivíduos provenientes de 23 países, incluindo países europeus, como França, Grã-Bretanha e Itália, e os Estados Unidos. A comissão política e o MINREX fizeram uma análise detalhada dos nomes a integrarem a conferência como convidados,

---

<sup>155</sup> A lista completa de organizações que representaram cada um dos países pode ser encontrada nos anexos, assim como os observadores e os convidados.

selecionando artistas, pintores, escritores, cineastas e políticos<sup>156</sup>, sendo esta listagem bastante sugestiva a respeito da formação de uma rede intelectual global que Cuba intencionava mobilizar pela causa tricontinental.

A tribuna da imprensa estrangeira também esteve ocupada por 6 jornalistas do continente africano de 6 jornais diferentes; 36 jornalistas de 18 periódicos asiáticos; 14 jornalistas de 11 jornais/revistas latino-americanos e 39 profissionais da imprensa vindos da Europa Ocidental em nome de 11 jornais. Um total de 25 jornalistas vieram de países socialistas do Leste Europeu em nome de 21 veículos, com mais 2 jornalistas canadenses e 7 estadunidenses em nome de 5 jornais.

Estas cifras, que contabilizam tanto as delegações e suas origens como a imprensa credenciada, a lista de convidados e os observadores, apontam para pelo menos três direções: a primeira, o empenho da organização de fazer uma conferência realmente conhecida globalmente; a segunda confirma a possibilidade de pesquisas sobre recepções do encontro Tricontinental em diferentes partes do mundo e a terceira sugere a presença de redes políticas transnacionais em articulação. Este último aspecto é tema das próximas seções do capítulo.

### 3.2 Conferências e(m) redes: Nortes teóricos para Havana

O conceito de rede é trabalhado em diferentes áreas do conhecimento e utilizado na Antropologia, na Sociologia, na Filosofia e na História para amparar estudos sobre interações de indivíduos em sociedade<sup>157</sup>. No campo das Relações Internacionais, também é um conceito importante. Segundo Miles Kahler, em *Networked Politics: agency, power, governance* (2009), embora as organizações internacionais e a hierarquia intrínseca das relações entre Estados-nação sigam sendo parte significativa das dinâmicas internacionais, as redes desafiam seu papel central na política internacional contemporânea e apontam para novas formas de governança,

---

<sup>156</sup> A lista fez parte de um relatório extenso feito pelo MINREX que apresentava uma breve biografia sobre o engajamento político de personalidades latino-americanas, estadunidenses e europeias, entre as quais, o escritor brasileiro Jorge Amado; o advogado uruguaio e editor da revista *Marcha*, Carlos Quijano; o escritor peruano Vargas Llosa; o ator estadunidense e ativista pelos direitos civis Paul Robeson; o intelectual francês Jean Paul Sartre; e o cineasta italiano Michelangelo Antonioni. Esses são apenas alguns exemplos do relatório que possui 130 páginas. Em razão da qualidade de leitura comprometida no processo de digitalização e pela extensão do relatório, ele não foi reproduzido no anexo da tese. (*Informe sobre las Personalidades a invitar a la Conferencia Tricontinental (Sugerencias)*). Pasta 40, Gaveta 1, 130 p. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>157</sup> Faço destaque às contribuições canônicas de Manuel Castells e Bruno Latour, por exemplo. Em *Sociedade em Rede*, Castells (1999) descreve um mundo conectado além dos paradigmas das fronteiras nacionais, atravessado pela tecnologia e informação. Bruno Latour (2012), por sua vez, inova com a Teoria Ator-Rede, expandindo a compreensão das relações sociais e da realidade ao incluir atores não humanos – objetos, tecnologias, instituições – em uma teia complexa de influências mútuas.

distantes dos modelos canônicos de colaboração intergovernamentais. Sob esse prisma, conferências internacionais podem ser avaliadas como pontos nodais de redes de interações políticas por onde circulam pessoas e ideias. Identificar e reconhecer estas redes e pensar sobre como operam na elaboração de ações políticas mostra-se uma ferramenta importante para entender melhor as práticas e os projetos do objeto em estudo.

Na conceituação mais reconhecida no campo das RI, uma rede internacional pode ser entendida como um conjunto de atores que buscam relações de troca de forma repetida e duradoura entre si, sem uma autoridade única como árbitra das disputas que possam surgir durante esses contatos (Podolny; Page, 1998). Esse modelo, no entanto, encontra seus limites nas diferentes experiências históricas em que as redes desempenharam um papel ativo. É importante dizer que as redes não estão imunes aos interesses nacionais, sendo muitas vezes formadas ou atravessadas por eles. Além disso, as dimensões de poder e do uso das redes devem ser observadas com atenção, já que governos podem delegar, negociar ou usar as redes (Kahler, 2009). No caso da Tricontinental, esse aspecto foi bastante sintomático, por exemplo, quando se trata de delegações nacionais poderosas, como as de Cuba, China, URSS, RAU etc, sendo a dimensão do poder dentro das redes algo a ser contemplado em uma análise cuidadosa.

A historiografia latino-americana no campo da História Intelectual, por sua vez, vem avançando nas últimas décadas a respeito da conceituação e da criação de caminhos teórico-metodológicos para a análise de redes intelectuais em espaços transnacionais e nos oferece concepções para dimensionar a Tricontinental como objeto de análise. Em seu trabalho mais recente, Devés-Valdés e Fabrício Silva (2023) se perguntam sobre o papel das redes intelectuais nas relações internacionais, em especial nas periferias do mundo, expandindo a conceituação para o aspecto transnacional dos contatos. Os pesquisadores permanecem atentos às iniciativas de articulação e de cooperação destes agentes em recortes geográficos específicos e consideram suas interações como parte “inevitável de uma alegada autonomização do trabalho intelectual no Sul Global”, ainda que partam de um pressuposto pessimista em relação aos êxitos e permanências dessas redes. Uma diferença importante do trabalho citado para essa pesquisa é que o investigador selecionou eventos “expressamente” intelectuais, e não constituídos por diplomatas, movimentos sociais ou organizações, por exemplo, mas vale dizer que a Tricontinental *também* reuniu intelectuais, além de militantes e de políticos. Sem dúvida os assuntos ali discutidos constituíram pautas intelectuais durante os anos 1960, daí a possibilidade de aproximar o objeto em estudo da conceituação desse campo. Em outro trabalho, Devés-Valdés (2004) conceitua redes intelectuais como a “existência de contatos profissionais ao longo de anos entre um grupo de pessoas que se reconhecem como pares e que utilizam

conscientemente esses contatos para promover algum tipo de atividade” (p. 1), como, por exemplo, a “circulação de informação, a divulgação do seu trabalho, a organização de equipes, a criação de revistas ou de instituições e até a defesa de interesses empresariais” (p.1), o que nos leva à possibilidade de ampliar o recorte da conferência em tela para suas criações materiais, como foi o caso da revista *Tricontinental*. Sem dúvida a conceituação de Devés-Valdés sobre redes e circulações guarda diferenças em relação ao que a Conferência Tricontinental ofereceu em termos temporais e de composição, uma vez que, provavelmente, muitos que estiveram em Havana nunca mais se viram presencialmente ou estiveram em contato. As ideias ali surgidas e debatidas, porém, reforçam, como veremos, laços identitários pré-existentes e, em alguma medida, duradouros. Além disso, algumas aproximações e apropriações dessa conceituação são possíveis para pensar a Conferência como um espaço de prática política em uma rede maior, que, vinda de diferentes linhagens, encontrou um nó importante naquele momento e local, inclusive para guiar contatos futuros, levados a cabo, por exemplo, pela revista *Tricontinental*, em termos intelectuais, e nas articulações de ordem político-diplomática empreendidas pela OSPAAAL ao longo dos anos. Sobretudo no que diz respeito ao entendimento sobre circulação de ideias, que para o autor significa o “processo de emissão e de recepção de ideias de umas regiões para outras, assumindo que neste processo ocorrem mutações ou hibridizações e que nesta circulação existem diferentes “paradas” [...] (Devés-Valdés, 2004, p. 2), a Conferência Tricontinental se mostrou um ponto de encontro importante para os movimentos da década de 1960.

A partir destes norteadores teóricos, esses dois campos auxiliam sobre como entender a Conferência Tricontinental como ponto de encontro global de redes pré-existentes e também como espaço potencial de articulação de novas redes, sendo possível aproximá-los da historiografia a respeito de conferências internacionais. Se pensarmos no momento pós-colonial de conferências, no qual a pauta anticolonialista, antirracista e anti-imperialista toma maior projeção, devemos também nos lembrar que há um novo conjunto de atores na cena internacional, comumente demarcado temporalmente pela Conferência de Bandung de 1955. Legg (2023a, p. 25) reconhece que “desde o início, os ativistas anticoloniais usaram conferências para coordenar redes internacionais e legitimar reivindicações políticas”, que, por sua vez, “conectava redes anti-imperialistas mais amplas”. Idealmente, Bandung deve ser visto não como um evento isolado, mas como um projeto mais amplo, formado por redes e atores diversos:

As décadas de 1950 e 1960 não foram apenas uma era de diplomacia pós-colonial, mas um período de intensa interação social e cultural em todo o

mundo em descolonização. [...] Artistas, poetas e *performers* viajaram e experimentaram novas ideias e técnicas para a expressão intelectual e cultural voltada para criar novas visões para a nação e para o mundo. Eles se envolveram criticamente com ideias comunistas, socialistas e democráticas em circulação, constantemente reavaliaram suas lealdades políticas e construíram redes de sociabilidade intelectual e radical (Afro-Asian Networks Research Collective, 2018, p. 176).

Marc Matera (2022, p. 217), em seu estudo sobre conferências pan-africanas no pós-Segunda Guerra, afirma que da Conferência Pan-Africana em Londres, em 1900, passando pela Conferência de Manchester de 1945, Bandung, 1955 e a Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos de 1958, permaneceu “um pilar da rede política transregional entre intelectuais anticoloniais, movimentos de libertação e, após a descolonização, representantes de estados pós-coloniais”, sendo uma estratégia para desafiar e desestabilizar impérios e o racismo<sup>158</sup>.

Segundo Legg *et al.* (2023, p. 6), foram inúmeras “as redes políticas que operavam tangencialmente, fora ou em oposição direta ao ‘internacionalismo estabelecido’ de instituições permanentes”, como a Liga das Nações ou a própria ONU. Não à toa, a conferência em Havana condenou a ONU como títere dos interesses imperialistas, demarcando sua posição contrária ao *establishment* internacional. Como afirma Vanessa Heaman (2024), houve uma virada recente nas análises das esferas políticas transnacionais e as conferências têm sido objeto de um renovado interesse acadêmico a partir do conceito de Guerra Fria Global. Este interesse lança luz também sobre histórias dentro do grande número de encontros em cidades do Terceiro Mundo, em busca de outras dimensões transnacionais e globais da Guerra Fria, no qual as redes apresentam-se como uma possibilidade. Aspectos práticos dessas reuniões, como o deslocamento aéreo, por exemplo, “permitiram que as conferências se tornassem tão centrais para o funcionamento das redes políticas e moldaram a maneira como elas se fizeram” (p. 142-143). No século XX, as “redes políticas internacionais radicais” operaram primordialmente por meio de conferências e a Tricontinental fez parte deste movimento. O trabalho que se segue, portanto, parte do entendimento de que conferências internacionais são tanto como eventos criadores de redes políticas quanto como pontos nodais de redes nas quais pessoas e ideias circulam em distintas camadas e hierarquias. São locais onde se encontram atores e

---

<sup>158</sup> O Pan-africanismo, por ter um histórico longo de conferências, é comumente trazido para exemplificar essa amplificação de bandeiras por meio dos encontros. Hakim Adi (2018) também defendeu que os encontros periódicos se tornaram uma característica fundamental da política anticolonial desde o início do século XX, ao estabelecer o fio entre a Conferência Pan-Africana de 1900, o Congresso Universal das Raças de 1911 e os Congressos Pan-Africanos de 1919–27; sem esquecer da importância do Primeiro Congresso fundacional da Comintern em 1919, a ‘Plataforma’ do congresso elaborada por Nikolai Bukharin declarou seu apoio aos “povos coloniais explorados em suas lutas contra o imperialismo”.

organizações para discutirem questões globais, regionais e locais, para articularem demandas internacionais e, no caso em estudo, como parte de uma discussão sobre solidariedade transnacional.

### 3.3 Febre de trabalho: as delegações circulam – e se reúnem – em Havana

Uma “febre de trabalho”. Esta foi a expressão usada pela guia informante da delegação do Japão para se referir aos contatos desta delegação com as delegações da Índia, da URSS e do continente africano<sup>159</sup>, mas bem poderia ser aplicada ao ambiente descrito em quase 200 páginas no relatório secreto do Centro de Informações enviado ao presidente da delegação cubana, Osmany Cienfuegos. Nele, fica evidente como a circulação de pessoas ia além de uma espera ociosa pelo início de cada reunião oficial. Os trabalhos de contato e de articulação política e, portanto, de vigilância, começaram bem antes do dia 03 de janeiro. Uma passagem do relatório ilustrativa deste deslocamento de pessoas e da existência de ação diplomática é este breve informe secreto:

#### 4) Sobre as tendências existentes na Conferência.

No avião de Praga, deu-se um diálogo entre um delegado uruguaio e Luis Figueroa que, segundo a fonte, fica assim resumido:

- a) Entre os africanos existem duas tendências (chinesa e soviética), mas isso já é um fato consumado
- b) Temos que trabalhar com os latino-americanos, fazer reuniões prévias para evitar qualquer surpresa<sup>160</sup>.

Esta passagem sinaliza alguns pontos que serão discutidos em mais detalhes neste capítulo. Por ela, vemos o enorme esforço para trazer as delegações até Havana e como Cuba, aparentemente, tinha ouvidos em todos os espaços, inclusive aéreos. Em razão do bloqueio à ilha, as esquerdas latino-americanas tiveram dificuldades para chegar até a capital, sendo obrigadas, muitas vezes, a se deslocarem até o Cairo, Praga ou Moscou para, depois, seguir até o destino final. O advento da aviação civil transformou fronteiras, e a ampliação de seu acesso nos anos 1950 teve impacto significativo no projeto do Terceiro Mundo, criando, como se vê, novas tecnologias de vigilância. Em “*Skies that bind*”, Sue Lewis (2022, p. 248) destaca a importância da aviação para os encontros internacionais: “se Bandung, e outras conferências

<sup>159</sup> *Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>160</sup> “*Informe Especial. Secreto. Hoja 1*” (Idem).



esquecidas agiram como nós dentro das novas redes do internacionalismo pós-colonial, então devemos levar a sério a maneira como novos tipos de mobilidade moldaram essas redes”. Para tornar este um projeto possível e alcançar o prestígio esperado, toda uma rede de parcerias de aviação e custeio de passagens foi ativada para garantir a presença física de grupos que também enfrentavam questões de deslocamento em seu próprio país ou mesmo de financiamento (Generoso, 2017). Para garantir a chegada de seus convidados em Havana, vemos o movimento do governo cubano na documentação:

Nos interessa apresentar aos soviéticos a cooperação nos seguintes aspectos:

a) Transporte aéreo de delegados desde o Cairo a Praga-Moscú e Moscú-Havana como aporte adicional à contribuição tradicional.

b) Aporte financeiro: contribuição tradicional soviética a estes eventos<sup>161</sup>.

Stephen Legg (2023a) , por sua vez, chama a atenção para como as jornadas de ida e volta para as conferências também fazem parte do ambiente mais amplo do próprio evento, sendo parte integrante das dimensões informais e prévias da conferência da era Bandung. Essas experiências de deslocamento devem ser analisadas também pelo impacto sobre as percepções e experiências dos delegados não apenas sobre a conferência, mas também sobre o mundo pós-imperial que eles buscavam criar.

Essas longas viagens, portanto, eram também oportunidades para articulações políticas e planejamentos para a Conferência Tricontinental. A prática do contato se perpetuou em ainda maior intensidade depois que as delegações chegaram a Havana, deixando o serviço de vigilância cubano sob grande reponsabilidade. Além disso, o excerto mostra a incômoda presença do conflito sino-soviético como fato consumado, algo que Cuba teve que encarar de frente desde o primeiro dia da história da Tricontinental, muito antes de 1966. Veremos, porém, que o governo cubano não se deu por vencido ou convencido em relação a isso e foi responsável por estimular uma polarização na conferência na tentativa de desarticular vínculos pré-estabelecidos. Por fim, podemos perceber uma certa organização de visão e divisão territorial/regional que provocaram entraves aos desejos transnacionais da Tricontinental.

Por este extenso relatório, podemos imaginar o vai e vem de pessoas das mais diversas origens pela cidade de Havana, pelos jantares, eventos artísticos e também pelos corredores do Hotel Havana Livre, principal local de hospedagem dos convidados. Os que ali não estavam, ali queriam estar, como a delegação do Ceilão, que solicitou sua transferência do Hotel Riviera

---

<sup>161</sup> OSPAAAL, 1<sup>ra</sup> Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

para o Havana Livre para que pudesse “contatar mais delegações”<sup>162</sup>. Ninguém queria ficar isolado em uma oportunidade como aquela, na qual movimentos anti-imperialistas dos três continentes estavam presentes, de forma inédita. A febre de trabalho possivelmente foi ainda maior para os guias e intérpretes, que, além de acompanharem cada uma das delegações durante a conferência, sua função oficial, recolhiam e informavam as falas, encontros e movimentações ao Centro de Informações. E a tudo estavam atentos: ao entusiasmo do panamenho Floyd Britton durante a apresentação de dança chinesa e a menção de Mao Zedong<sup>163</sup>; às festas do embaixador de Gana<sup>164</sup>; às aparições da intérprete chinesa no salão do hotel<sup>165</sup>; ao trânsito da delegação chinesa e indonésia nos diferentes andares do prédio<sup>166</sup>. Nada parecia passar despercebido pelos guias, nem os nomes dos possíveis informantes<sup>167</sup>, as desavenças internas de cada delegação<sup>168</sup>, os possíveis protestos e a incômoda presença dos iugoslavos nas redondezas<sup>169</sup>.

A extensão do relatório foi resumida de forma gráfica pelos agentes cubanos em imagens que nos dão a ver como Cuba organizou sua atenção – e preocupação – a respeito dos contatos em Havana. Algumas dessas imagens (Fig. 4, 5, 6 e 7) aqui selecionadas nos mostram as delegações afro-asiáticas centrais, enquanto outras destacam aquelas chamadas pelos próprios cubanos de potências afro-asiáticas menores.

<sup>162</sup> “*Secreto. Ejemplar 1, Hoja 9*” (*Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>163</sup> *Idem*.

<sup>164</sup> “*Secreto. Manifestaciones delegados*” (*Idem*).

<sup>165</sup> “*Secreto. Manifestaciones delegados*” (*Idem*).

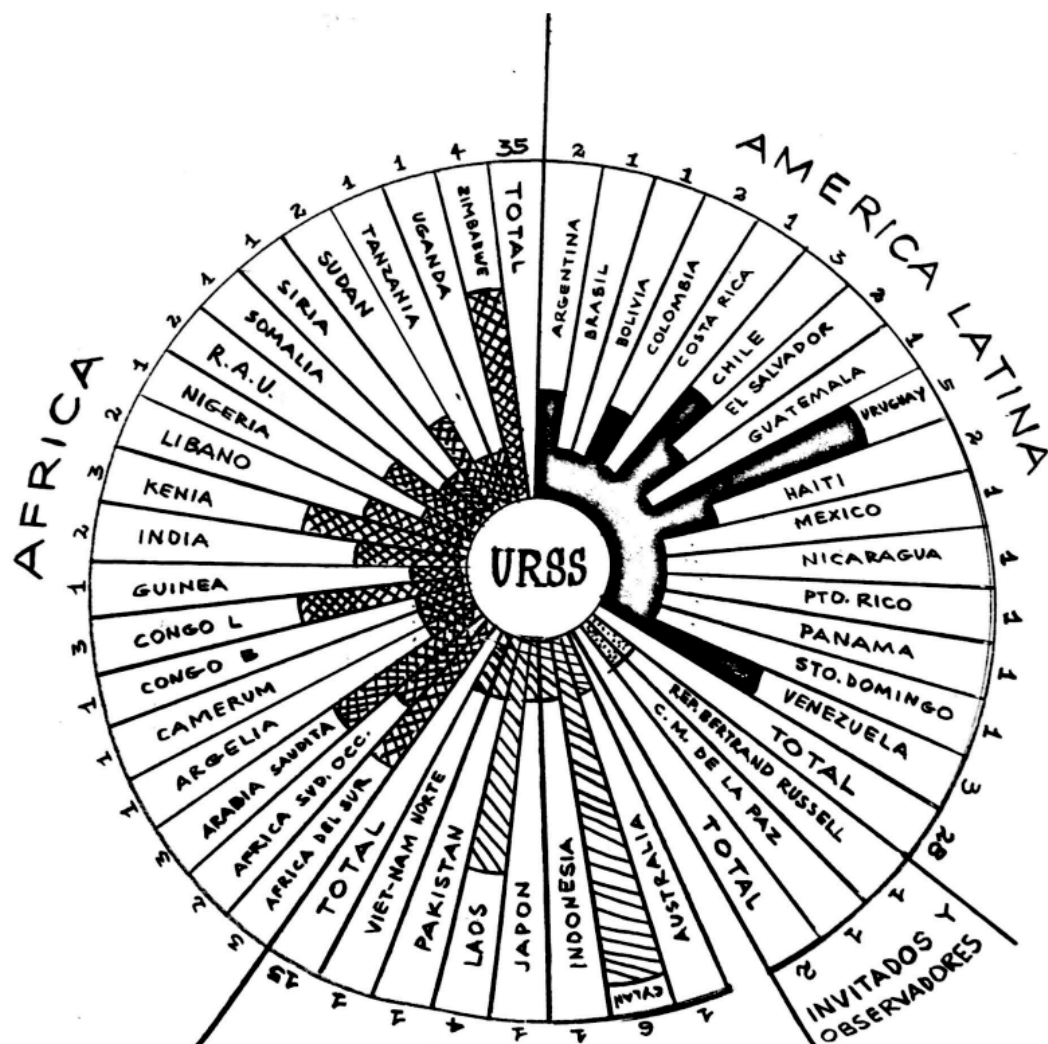
<sup>166</sup> “*Secreto. Contactos entre delegaciones*” (*Idem*).

<sup>167</sup> “A Osmany Cienfuegos, de Centro de Informaciones. Actividades de inteligencia.”. O relatório enviado ao chefe da delegação cubana destaca, por exemplo, a possível vinculação do embaixador de Gana com a inteligência britânica, inclusive porque ele tinha proximidade com Cessi Fode, delegado da Guiné. Segundo relatório, a atitude teria origem na unidade constitucional Guiné-ganense que funcionava desde 1958 (*Idem*).

<sup>168</sup> O caso da Indonésia na Tricontinental foi abordado no mais recente trabalho de Vanessa Haerman (2024). A delegação, em princípio, esteve formada por dois movimentos politicamente opostos e passou pelo radar dos agentes cubanos. Houve também casos da América Latina e na África em que os diferentes movimentos que compunham uma mesma delegação entravam em conflito, como o *Movimiento Unión Revolucionário Panameño* (MURP) e o *Partido del Pueblo Panameño* (PPP), que se recusaram a se hospedar juntos, e conflitos nas delegações da África Sul-ocidental, entre a União Popular da África Sul Ocidental (SWANU) e a Organização Popular da África Sul-Occidental (SWAPO); e também da delegação da Rodésia do Sul, já que a *Zimbabwe African People Union* (ZAPU) fazia parte da delegação e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) foi convidada como observadora, sem direito a voto. “*Situación de la delegación indonesa*” e “*Discrepancias internas en las delegaciones*” (*Idem*).

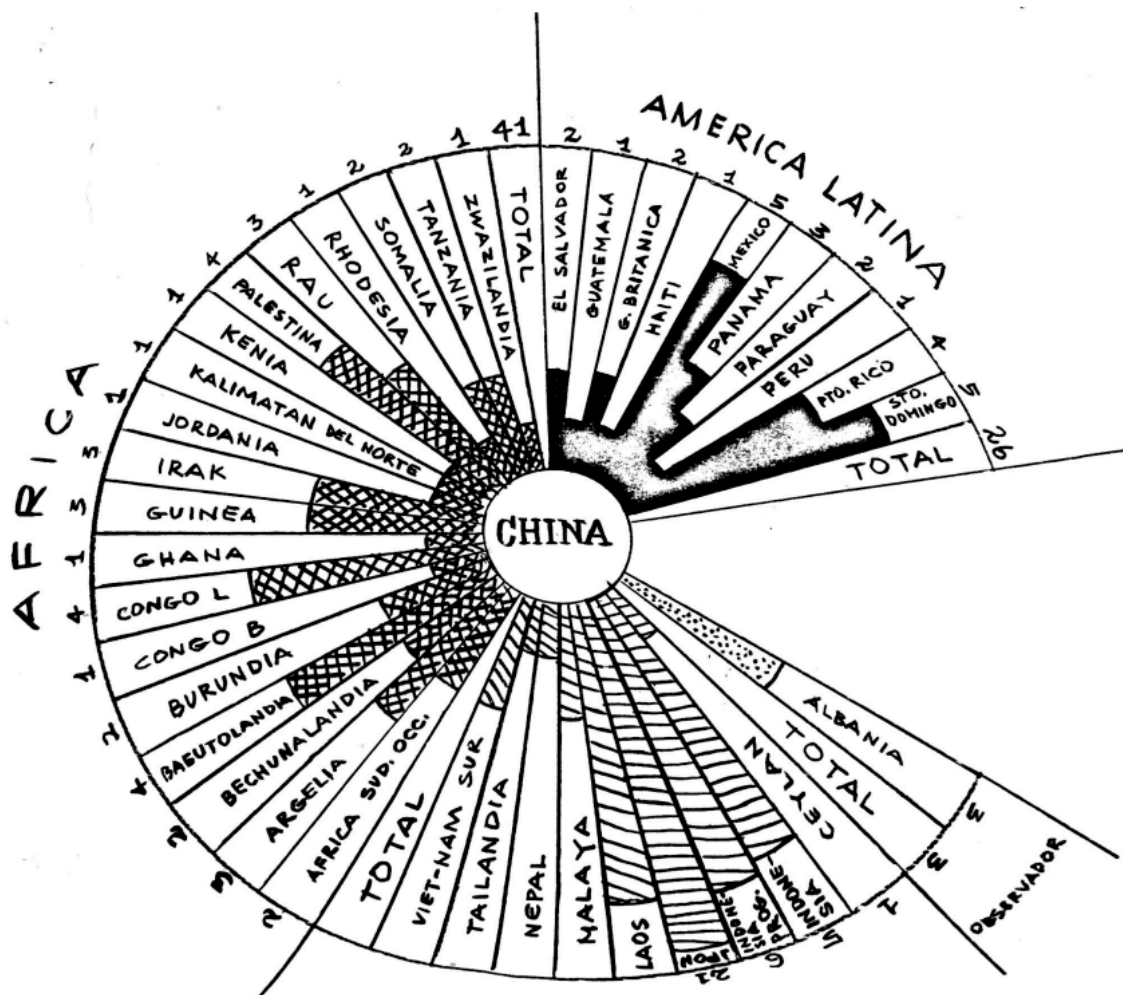
<sup>169</sup> A Iugoslávia não teve representação na Tricontinental, o que causou grande desconforto dentro do movimento como um todo. Em razão de sua postura em relação à Guerra do Vietnã de manter-se militarmente distante no conflito, mas também pelos atritos entre Josep Broz Tito e Fidel Castro a respeito do não alinhamento, foi votado no CIP que não haveria delegação deste país. De todo modo, houve uma trama política para reverter o veredito, sendo possível rastreá-la nos relatórios de inteligência, o que não obteve êxito. De todo modo, o serviço cubano estava atento às delegações pró participação iugoslava, como URSS, RAU, Chile e Uruguai, por exemplo, bem como à presença de funcionários da embaixada da Iugoslávia, como quando o terceiro secretário ficou “rodeando o salão na chegada do *Aeroflat* de Moscou que trazia as delegações de Laos, Mongólia, Índia e África Ocidental” (*Idem*).

Figura 4 – Contatos entre delegações: URSS



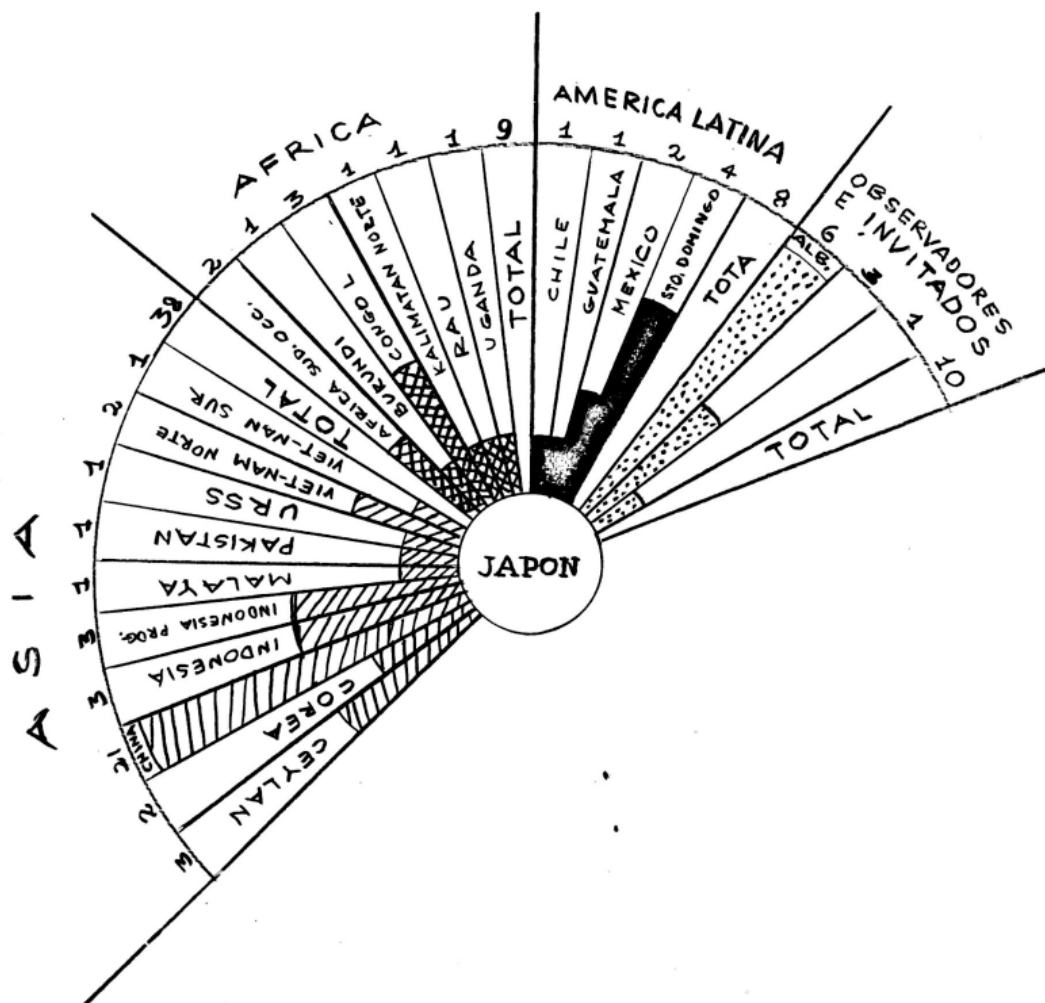
Fonte: "Contactos entre delegaciones". Informes secretos de delegados, pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Figura 5 – Contatos entre delegações: China



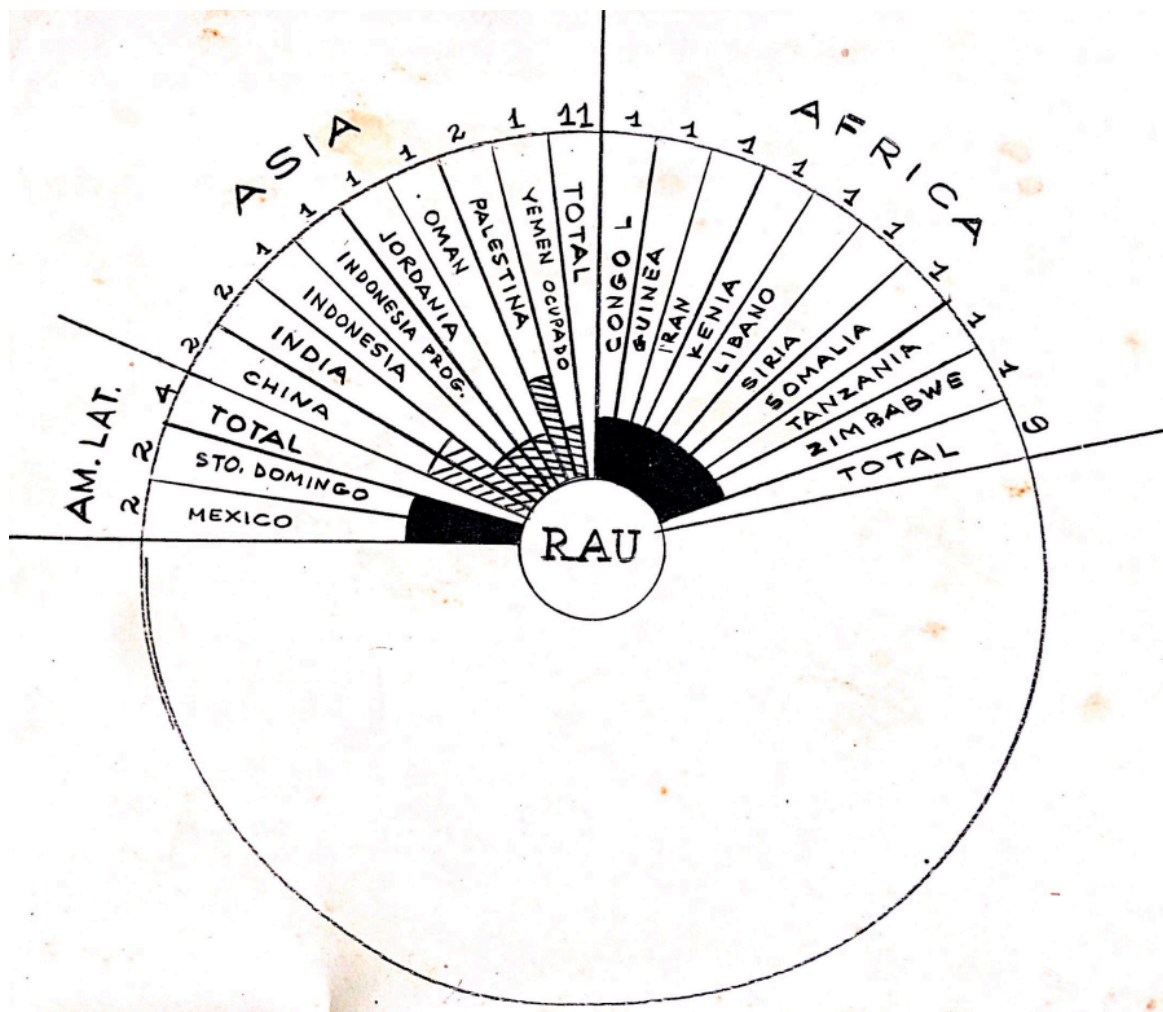
Fonte: "Contactos entre delegaciones". Informes secretos de delegados, pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Figura 6 – Contatos entre delegações: Japão



Fonte: "Contactos entre delegaciones". Informes secretos de delegados, pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Figura 7 – Contatos entre delegações: RAU



Fonte: “Contactos entre delegaciones”. Informes secretos de delegados, pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Ainda que a imagem não contenha legenda para esclarecer todas as informações gráficas, é possível dar alguns passos para sua interpretação. Com o título *Contactos entre delegaciones*, as imagens estão ao final do relatório e reúnem, na posição central, as delegações entendidas como protagonistas ou principais na formação de redes de contatos. É evidente que muitas delegações já chegaram em Havana com orientação pró-chineses ou pró-soviéticos, mas esta imagem parece nos mostrar com quem os chineses e os soviéticos estavam interessados em se encontrar. Por outro lado, a RAU, o Japão e a Indonésia eram chamados pelos cubanos de “potências afro-asiáticas menores”, mas ainda assim, vistas como potências. Sobretudo a RAU, por ter uma posição proeminente na OSPAA, aspirando ter o Cairo como a sede do novo organismo tricontinental, demandava atenção redobrada. O círculo no meio parece indicar, portanto, a delegação que promovia os contatos – ou à qual Cuba estava mais atenta – e vemos no entorno os contatos feitos com as delegações de outros países. Esses contatos estão divididos

em Ásia, África, América Latina e observadores. As hachuras são uma tradução gráfica dos números que estão do lado de fora do gráfico e mostram qual a proporção de contatos entre as delegações ali estabelecidas. São diferentes para cada subdivisão, uma para América, uma para África e outra para a Ásia, novamente indicando como a própria anfitriã pensava as divisões internas pelo viés continental, possivelmente atenta a tais vinculações também. Curioso notar ainda a ausência de uma delegação latino-americana no centro, possivelmente porque não constituíam uma ameaça a Cuba ou porque Cuba era o centro de seus contatos, ainda que alguns delegados latino-americanos tenham sido vigiados mais de perto<sup>170</sup>. Outra delegação que causou desconforto – e também interesse – aos cubanos foi a Argélia<sup>171</sup>, já que ambicionava também ser sede da nova organização tricontinental, mas não esteve retratada nesta sequência gráfico-documental.

As divergências entre União Soviética e China e suas esferas de influência no Terceiro Mundo durante os anos 1960 foram motivo de grande atenção por parte dos agentes envolvidos nas dinâmicas da Guerra Fria, especialmente dos Estados Unidos. O anticomunismo ajustou o foco das lentes do serviço de inteligência estadunidense, reduzindo, muitas vezes, a amplitude dos contatos existentes no internacionalismo do Terceiro Mundo. A historiografia, por sua vez, quando analisa unicamente tais arquivos, vê-se diante de um olhar induzido que invisibiliza relações que iam além da esfera das potências do campo socialista. Ainda que também estivesse vigilante aos passos chineses e soviéticos, Cuba esteve atenta a outros vínculos, demonstrando seu entendimento sobre a complexidade das redes que chegavam a Havana ou que lá poderiam se formar. Seu rastreio minucioso do dia a dia das delegações na capital nos deixou um panorama mais amplo sobre essas experiências/conexões.

Outros aspectos dos vínculos regionais chamam a atenção nesta documentação, como as iniciativas de integrantes da delegação palestina junto às delegações de Oman, Arábia Saudita, Iêmen do Sul e Síria no intuito de “celebrar uma reunião entre todas as delegações dos países árabes para levar pontos de vista comuns à conferência”<sup>172</sup>. Esse grupo de fato reuniu-se no dia 1º de janeiro em Havana, quando acordou aspectos de ação conjunta<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Como foram os casos dos chilenos Waldo Atias e Clodomiro Almeyda, do dominicano Cayetano Rodríguez e dos membros da delegação do Uruguai. Sobre isso, vale lembrar que foi reportada a conversa entre os delegados uruguaios Reyes e Bonavita a respeito da reunião do Comitê Preparatório Latino-americano. Segundo os delegados, no momento de tal reunião, “a seleção das organizações da América Latina já era um fato consumado por parte do comitê cubano.” (*De Centro de Información a Osmani Cienfuegos*. 28 de diciembre de 1965. Secreto. Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>171</sup> Informes sobre delegaciones. Pasta 199, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> Exceto em relação à sede da nova organização, em razão de discordâncias entre delegações africanas, segundo a documentação (Anexo n. 1. *Contactos entre delegaciones*. Secreto. Anexo 3. Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

Atuaram em grupo e foram persistentes para a aprovação de alguns pontos, como a menção direta aos palestinos na resolução da Comissão Econômica sobre ajuda a refugiados. Esta foi uma longa discussão interna que podemos conhecer pelas atas e versões taquigráficas. Enquanto delegações como da Tanzânia e de Uganda defendiam que a questão da ajuda à Palestina deveria ser diluída em um parágrafo geral sobre ajuda a refugiados, Argélia e RAU, por exemplo, somaram forças ao grupo de delegações árabes do Oriente Médio na defesa da menção direta<sup>174</sup>. O texto final dessa comissão, em parágrafo único, condenou a redução do fundo de assistência da ONU para refugiados árabes da Palestina e apoiou a luta pelo aumento da ajuda deste povo para que “pudessem viver sob condições menos desumanas”<sup>175</sup>.

Em sua análise sobre os trabalhos desta comissão, os cubanos justificaram a ação da Argélia “por sua condição de país árabe”, sendo esta a razão da questão palestina lhe “afetar diretamente”<sup>176</sup>. Nesta relação entre africanos do norte e Oriente Médio podemos perceber as “afinidades estruturais e ideológicas” das quais fala Fábio Sahd (2016, p. 143). Segundo o autor, tais vínculos vinham tanto da condição periférica dos países africanos e árabes no sistema capitalista quanto da experiência racista-colonialista. No pós-guerra, o anticolonialismo africano operou como ponte importante com questões do Oriente Médio, “primeiramente ideológicas e depois políticas, econômicas e diplomáticas, haja vista a reiteração desse mesmo referencial na luta dos árabes contra Israel e a pertença do norte da África a esses dois mundos” (p.143). Esta ação conjunta de duas delegações africanas ao lado da causa Palestina nos mostra que o grupo árabe também contemplava o norte da África, ficando evidente uniões regionais e identitárias nesta questão específica. Podemos notar este vínculo também em outras reuniões, como na Comissão Política. Nela, foram também aprovadas duas resoluções sobre a Palestina, na qual houve a condenação do sionismo como movimento imperialista “de método racista e fascista”<sup>177</sup>, o apoio à Organização para Libertação da Palestina (OLP) e o pedido de rompimento de relações e bloqueio econômico a Israel.

Tal comportamento de união das delegações árabes em uma frente comum não foi único. Outra forma de atuação conjunta em Havana foi a dos movimentos de libertação nacional das

<sup>174</sup> *Analisis de la comision economica general – Africa*. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>175</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 50.

<sup>176</sup> *Analisis de la comision economica general – Africa*. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>177</sup> “*Resolution on Palestine, Subcomission of Burning Issues, Political Comission Resolution*. In: *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966, p. 116. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA. Vale lembrar que a ONU só considerou o sionismo como uma forma de racismo na resolução 3379 da Assembleia Geral da ONU de 1975.



colônias africanas, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP)<sup>178</sup>. Fundada em 18 de abril de 1961, a CONCP foi um organismo de coordenação internacional de movimentos nacionalistas de libertação colonial. Faziam parte do organismo o Partido Africano para a Independência de Guiné e de Cabo Verde (PAIGC); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), mais tarde substituída pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Na reunião da subcomissão de Colonialismo e Neocolonialismo do dia 08 de janeiro de 1966, foi anunciado pelo presidente que as delegações das Colônias Portuguesas decidiram designar um só representante para cada comissão com direito aos quatro votos<sup>179</sup>. Esta decisão de atuação em uma única linha de frente foi tomada, segundo consta em relatório da CONCP, na reunião de seu Conselho de Direção, sendo Amílcar Cabral, do PAIGC, escolhido como porta voz do grupo na Tricontinental e o angolano Mário Pinto de Andrade, do MPLA, como intermediador de contatos entre as distintas delegações<sup>180</sup>.

Cuba, claro, esteve atenta a esta movimentação, sobretudo porque, como veremos, o vínculo com os movimentos de libertação foi bastante explorado durante a conferência. Nos antecedentes destacados no controle geral da comissão política a respeito da Guiné Portuguesa, Cuba se mostrou ciente dessa reunião organizada previamente a Havana entre os movimentos vindos das colônias portuguesas<sup>181</sup>. No mesmo documento, encontramos também uma denúncia sobre vínculos prévios que ditavam comportamentos em Havana. Segundo consta, a CONCP considerava que os países africanos [independentes] “atados pelos compromissos com a OUA e a Liga Árabe, fariam inoperante uma verdadeira solidariedade com os movimentos de libertação nacional, particularmente africanos”<sup>182</sup>, sinalizando para um outro tipo de divisão,

---

<sup>178</sup> Em uma circular do MPLA de 17 de dezembro de 1965, seu presidente Agostinho Neto fez recomendações sobre a atuação do grupo, chamando a atenção sobre a importância de se respeitar as hierarquias e evitar constrangimentos à organização, “em especial em conferências internacionais”, fazendo referências a episódios anteriores. Pediu para que fossem evitados atos de indisciplina nos grupos de trabalho e respeitado o chefe de delegação, rogando por “disciplina e iniciativa para um completo êxito na Conferência Tricontinental”. (*Carta-circular de Agostinho Neto sobre delegação à Conferência Tricontinental*, 17 de dezembro de 1965. Brazzaville, Congo. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0079000018> Acesso em: 13 ago. 2024).

<sup>179</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>180</sup> *Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013> Acesso em: 13 ago. 2024.

<sup>181</sup> *Control General. Comisión Política. Comisión Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde)*. Pasta 8, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>182</sup> *Control General. Comisión Política. Comisión Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde)*. Pasta 8, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

entre movimentos de libertação e Estados. Em sua análise sobre a atuação das colônias portuguesas na Subcomissão de Assuntos Candentes, Cuba observou a defesa radical da luta armada empreendida pela CONCP – o que não foi consenso em nenhum espaço da conferência – e reconheceu o “crescimento progressivo da unidade” na defesa dos interesses comuns das delegações “que representam movimentos de libertação nacional em luta no continente africano”<sup>183</sup>.

No relatório feito pela própria CONCP no qual avaliou sua participação após o evento, podemos acessar algumas outras informações complementares. A avaliação positiva se deu pela atuação de Amílcar Cabral e pelos trabalhos nas comissões, mas sobretudo porque a CONCP teria sido constantemente solicitada a emitir opiniões sobre os mais variados assuntos e pontos de divergência em altos níveis decisórios, em especial sobre o assunto da sede e da nova organização. Avaliou que “ocupou lugares-chave e de destaque, pondo em xeque as pretensões de prestígio dos países independentes. Esses, por sua vez, viram-se diminuídos em sua importância”<sup>184</sup>. Também foi bastante solicitada pela imprensa, rádio e organizações diversas, tendo estabelecido um trabalho “brilhante de contato com quase todas as organizações”. Além dos materiais trazidos e distribuídos no evento, o MPLA também teve um espaço reservado para exposição fotográfica<sup>185</sup>.

Essas documentações sobre delegações, quando reunidas, nos revelam elementos que ajudam a entender as divisões – que eram também forjadas a partir de vínculos – presentes na Tricontinental. Tal comportamento nos mostra como a solidariedade que se queria tricontinental esteve muitas vezes condicionada a solidariedades regionais e identitárias, sujeitas a fronteiras ou origens continentais, políticas, linguísticas e religiosas. Internamente a essas fronteiras, vemos outras, como a natureza dos participantes, isto é, se provenientes de representações estatais ou de movimentos de libertação. A discussão sobre a nova organização e sua sede foi onde isso tomou maiores proporções, como discutido a seguir

---

<sup>183</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes: Conclusiones*. Analisis subcomision Asuntos Candentes. Africa. Pasta 261, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 1-2.

<sup>184</sup> *Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013> Acesso em: 13 ago. 2024. p. 7.

<sup>185</sup> *Idem*, p. 7.

### 3.4 Uma união instável: a criação de uma nova organização de solidariedade

Como se viu, a agenda da Tricontinental foi enxuta, mas densa. Com apenas quatro pontos para discussão, alguns deles geraram debates acalorados. Especialmente o ponto IV, “Unificação política e organizativa dos esforços dos povos da Ásia, África e América Latina em sua luta comum pela libertação nacional, a reconstrução, a prosperidade e a paz”<sup>186</sup>, que, em suma, versava sobre a criação de uma nova organização que reunisse os três continentes, foi considerado o mais polêmico da agenda pelos cubanos<sup>187</sup>. O mesmo relatório do MPLA citado na seção anterior trouxe posição semelhante: “Esta Comissão [de escolha da sede] foi o ponto nº 1 da discordância de muitas delegações, URSS, China, RAU, Cuba [...]. A mesma situação surge na questão da Sede [...]”<sup>188</sup>. Essa seção busca entender quais foram as discordâncias e como foram solucionadas ou apaziguadas.

Da leitura das atas e das transcrições da Comissão de Organização, é possível perceber como esta pauta condensou rivalidades vindas da OSPAA, do conflito sino-soviético<sup>189</sup>, dos desejos por protagonismos de potências regionais afro-asiáticas e, claro, de Cuba. Também abriu espaço para que a delegação cubana investisse ainda mais no discurso de aproximação com os movimentos de libertação quando isso significava disputar favoritismos com os chineses. As tarefas dessa comissão responsável por decidir sobre a criação de uma nova organização Tricontinental demandaram, portanto, um enorme esforço de construção narrativa e argumentativa dos diversos grupos envolvidos na discussão. O volume da documentação reunida no arquivo da OSPAAAL sobre este tema leva a acreditar que garantir a criação e a sede em Havana era de interesse máximo do governo cubano para sua projeção internacional, e, por isso, não foram poupados esforços para driblar movimentos contrários.

É importante dizer que a projeção de diferentes cenários já estava na mesa de negociações antes mesmo do início da conferência em Havana, sendo que os impasses do cisma sino-soviético, sobre como seriam desenvolvidas e apoiadas as lutas por independência e contra o imperialismo, vinham sendo denunciados em diversas reuniões e conferências do grupo afro-

<sup>186</sup> *Agenda*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>187</sup> *Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>188</sup> *Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013> Acesso em: 13 ago. 2024. p. 7.

<sup>189</sup> Este tema é analisado em maiores detalhes no capítulo 5.

asiático desde o início da década. Na reunião do CIP no Cairo, em 1965, a visão de que esta organização era inoperante e por isso se fazia imperiosa a criação do organismo tricontinental teria sido compartilhada, de acordo com os relatórios cubanos. O problema de fundo estaria assentado em duas frentes: a pouca representação dos movimentos de libertação na organização afro-asiática e o conflito sino-soviético. Segundo a fonte cubana, preocupou os membros do CIP que “o Secretariado permanente da OSPAA estivesse formado por 9 representações estatais e somente 6 representações de movimentos de libertação nacional da Ásia e África”<sup>190</sup>. O relatório segue na defesa de que, justamente por essa desigualdade, a OSPAA era uma organização marcada pela primazia dos interesses estatais.

Além disso, dentro do Secretariado permanente da OSPAA, estavam também as duas maiores potências do campo socialista que teriam convertido a organização “em arena de ventilação da polêmica”<sup>191</sup> sino-soviética, sendo representações que “procuravam ter o controle majoritário desta organização a fim de a utilizar em concordância com seus interesses estatais”<sup>192</sup>. Assim, o documento denuncia como a OSPAA era utilizada pela China e pela URSS, tornando-a uma organização “burocrática, inapta e ineficaz”<sup>193</sup> para a ajuda efetiva à libertação nacional. A crítica cubana continuou nos mesmos termos:

O mau exemplo [de URSS e China] repercutiu negativamente nas outras delegações estatais [da OSPAA] de países independentes menores que, seguindo o exemplo dos países maiores, também tratavam de colocar a organização ao serviço de sua política exterior, como era o caso concreto da RAU<sup>194</sup>.

Ao lermos “polêmica” e “mau exemplo” podemos inferir, é claro, uma menção ao conflito sino-soviético, visto como uma tensão que teria levado à estagnação da OSPAA. Essa estagnação teria paralisado uma movimentação política internacional afro-asiática efetiva na luta anti-imperialista:

o equilíbrio mais ou menos relativo que a maior parte das vezes se dava, paralisava qualquer ação positiva que a organização pudesse fazer em favor de um movimento de libertação nacional e isso, por sua vez, trazia como consequência que a ajuda a movimentos de libertação nacional vindos dos países membros da OSPAA se canalizasse por vias bilaterais, ou seja, que a ajuda que se oferecia aos movimentos de libertação nacional era utilizada pelas duas maiores potências socialistas como elementos de pressão para que esses respaldassem ou seguissem suas posições ou interesses de Estado. Pelo exposto anteriormente, o movimento de solidariedade afro-asiático se converteu em uma organização *burocrática, inapta e ineficaz* para dar uma

<sup>190</sup> *Balance General de la Conferência Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>191</sup> *Idem*.

<sup>192</sup> *Idem*.

<sup>193</sup> *Idem*.

<sup>194</sup> *Idem*.

ajuda efetiva à liberação nacional, de acordo com os interesses dos povos em luta contra o imperialismo. Mais de um movimento de libertação nacional foi dividido pela polêmica ideológica e foi presa fácil da repressão imperialista, estancando a luta de seu povo e retardando sua vitória contra o imperialismo<sup>195</sup>.

Essa passagem não descredibiliza somente a OSPAA, mas também duvida da possibilidade da URSS e da China de representarem verdadeiramente os interesses dos povos afro-asiáticos. Ao mesmo tempo, sugere que somente a criação de uma nova instituição, sem os vícios da primeira, seria capaz de romper com o ciclo dos contatos bilaterais com os movimentos de libertação, no qual potências estatais reuniam-se separadamente com grupos e movimentos para pressionar ou convencer de acordo com seus interesses. Nesse cenário ideal previsto por Cuba, seria cumprida à risca a função de uma organização Tricontinental, isto é, um organismo cujos membros se articulassem em conjunto sob uma bandeira única, onde relações e convencimentos isolados não teriam espaço. Nesta defesa, este documento desbanca visões de que a ilha se submetia a uma ou a outra potência do campo socialista, demarcando sua posição dentro do bloco. Na busca pela dianteira e na disputa pelo poder com as potências soviética e chinesa, Cuba se empenhou em construir sua liderança de forma autônoma.

A análise cubana estava atenta a possíveis tentativas de transposição das disputas que já existiam na OSPAA para o interior da nova instituição tricontinental a ser criada, o que poderia ameaçar seus planos para a futura organização. Desde 1965, os cubanos denunciavam como uma tática conjunta da URSS, da RAU e da Guiné a tentativa de fazer a sede da nova organização dos três continentes em alguma cidade do grupo. De acordo com a documentação cubana, para isso, o trio afro-asiático havia pedido que a reunião do Comitê Executivo Afro-asiático se reunisse em Havana para deliberar e defendia que ali fosse dissolvida a OSPAA. Segundo os cubanos, a URSS teria o máximo interesse no fim da OSPAA e na criação da OSPAAAL, para "impedir a realização da 5ª Conferência Afro-asiática, prevista para Pequim [sic]", marcada para 1967<sup>196</sup>. Os soviéticos acreditavam que os chineses tinham influência já demarcada na OSPAA, daí as razões para dissolvê-la. Por outro lado, defende o relatório, a RAU queria a dissolução da organização afro-asiática e a criação de uma organização dos três continentes desde que isso significasse manter a sede no Cairo. O conflito sino-soviético resvalava em negociações que colocavam em jogo a liderança no interior dos acordos

---

<sup>195</sup> *Balance General de la Conferência Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>196</sup> *Reuniones CREP. Análisis sobre la crisis de la OSPAA y su relación con la OSPAAAL*. Pasta 71, Gaveta 1, p. 4. AHOSPAAAL, La Havana, Cuba.

tricontinentais e se materializava na luta pela sede do novo organismo de solidariedade internacional.

Na mesma narrativa do documento, a tarefa de garantir a sede para si fez com que Cuba tratasse desse tema com três diferentes grupos: os movimentos de libertação nacional que estavam em luta, as delegações estatais "e um caso à parte, por sua importância e os interesses particulares que a moviam, a RAU"<sup>197</sup>, daí a razão de sua delegação ter estado no radar cubano durante toda a conferência.

Como se vê, de alguma forma os trabalhos destinados à Comissão de Organização da Conferência Tricontinental, cujos encontros oficialmente começaram somente no dia 07 de janeiro, já tinham sido adiantados. A questão da criação de uma nova organização e da decisão sobre sua sede nos mostram algumas das redes transnacionais envolvidas e certa confluência de grupos ali reunidos, com destaque para a diferenciação entre delegações estatais *versus* movimentos de libertação, dicotomia explorada por Cuba. As propostas foram disputadas desde o encontro preparatório no Cairo, em 1965, até o último dia da conferência, quando a Comissão Organizadora levou à reunião dos Chefes de Delegações as decisões e os impasses surgidos durante seus trabalhos, uma reunião a portas fechadas, sem jornalistas ou observadores como testemunhas. Era uma questão sensível e que colocava em evidência dificuldades que os participantes de uma conferência de solidariedade não queriam admitir ou divulgar ao mundo. A discussão foi tão longa e com tantos embaraços, que a delegação de Gana advertiu os participantes sobre a necessidade de se tomar uma decisão clara e definitiva sobre a nova organização ou seriam todos “motivo de risada dos imperialistas”<sup>198</sup>, mais um motivo para entendermos o pedido do guineense Abdulayo Diallo, citado na introdução, para que a imprensa deixasse o local.

Essa polêmica teve diversas variantes e propostas ao longo do tempo, mas, de modo geral, se traduziu em três tendências maiores: (1) a dissolução da OSPAA e a constituição de um organismo tricontinental de solidariedade; (2) a reformulação e a ampliação da OSPAA, acrescentando a representação latino-americana ou (3) a criação de uma organização tricontinental sem a extinção da organização dos afro-asiáticos<sup>199</sup>. Pelas discussões registradas

<sup>197</sup> *Balance General de la Conferencia Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>198</sup> “Reunión de la Comisión de Organización. Sesión de la tarde del 8 de enero de 1966.” Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ra Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>199</sup> “*Confidencial. Informe sobre la Conferencia Tricontinental de Solidariedade con Cuba*” (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba; e *Sobre la agenda, punto IV*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ra Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

nas versões taquigráficas e nas atas da reunião do Cairo e da conferência em Havana, é possível perceber como a questão da criação, da estrutura e da sede da nova organização tricontinental fomentou construções argumentativas. Voltadas para o significado da solidariedade e das conexões que chegaram a Havana, esses argumentos foram ali criados a partir de articulações políticas.

No dia 07 de janeiro de 1966, primeiro dia de trabalho da Comissão de Organização<sup>200</sup>, Cuba adiantou-se com a proposta da Ordem do Dia da comissão para que fosse discutida a criação ou não da Organização de Solidariedade Tricontinental<sup>201</sup>. Ainda que a questão da modificação ou da extinção da OSPAA não tenha sido literalmente apresentada, no dia 08 de janeiro, a delegação chinesa estava ciente de discussões anteriores e paralelas à pauta oficial em torno dos projetos em jogo. Apresentou um argumento sobre a solidariedade que colocava dois grupos em lados opostos:

Há algumas delegações que pediram a ampliação da OSPAA para formar um organismo Tricontinental, alguns deles partem de um desejo de unidade e boa vontade, mas há outras pessoas [que] com o pretexto de ampliar a OSPAA, tramam a intriga de liquidá-la: esta última intenção pode trazer o perigo de dividir a solidariedade afro-asiática e, portanto, é uma ameaça ao movimento de solidariedade tricontinental<sup>202</sup>.

Percebe-se, aqui, o início de uma disputa sobre quem defende e quem mina o projeto de solidariedade tricontinental *ancorado* às posições a favor ou contra a dissolução da OSPAA para criação de uma nova organização. Para a delegação chinesa, as pessoas que buscavam dissolver a OSPAA eram parte das que estavam à frente do organismo Tricontinental, com o objetivo de “dar sequência à sua linha reacionária de cooperação com o imperialismo ianque e de solapar o movimento de libertação nacional nos três continentes”<sup>203</sup>. Percebe-se que a defesa da manutenção da OSPAA pela China tinha como alvo os soviéticos, mas, a partir dessa fala, também todos aqueles que fossem partidários da extinção da OSPAA seriam acusados de “dividir” e de “ameaçar” o movimento de solidariedade do Terceiro Mundo:

---

<sup>200</sup> Essa comissão tinha como presidente a delegação da Guiné, como vice, a Coreia, e como secretário, a delegação cubana, seguindo a regra de que cada um dos três cargos das comissões da conferência estariam representados por um continente (*Reunión celebrada por la Comisión de Organización*. Sesión de la tarde del viernes 7 de enero de 1966. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba).

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> *Reunión de la Comisión de Organización*, sábado 8 de enero de 1966. Sesión de la mañana. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>203</sup> Idem.

Eles estão sabotando a solidariedade afro-asiática. Eles se valem de um protesto solene que é a unidade, [mas] na realidade estão sabotando a unidade na Ásia, na África e na América Latina, estão sabotando a unidade nesta conferência Tricontinental [...]. Somente sob a base de fortalecer a solidariedade afro-asiática poderíamos estar em condições de fortalecer a solidariedade tricontinental<sup>204</sup>.

Na superfície, vemos que uma discussão objetiva sobre a dissolução ou não da OSPAA tornou-se uma discussão de fundo sobre a defesa ou a ameaça à solidariedade internacional do Terceiro Mundo e sobre quem colaborava com os Estados Unidos ou quem resistia ao seu imperialismo. Na narrativa chinesa, para garantir a união dos três continentes era preciso assegurar a organização pioneira que lhe havia dado origem.

Esse cenário de divisões de solidariedades fica evidente também na fala da delegação da Indonésia, que defendeu que “a criação de um organismo tricontinental afetava a solidariedade afro-asiática”<sup>205</sup>. Essa delegação afirmou, contudo, que apoiava os latino-americanos “em suas aspirações de criar um organismo tricontinental de solidariedade” (Grifo meu), sendo esta fala já sintomática de uma cisão interna<sup>206</sup>. Como se vê, o jogo não estava ganho para as aspirações cubanas e tricontinentais.

Cuba tentou desfazer o nó ao dizer que se ajustava “estritamente ao primeiro e único ponto da comissão”, isto é, à “criação de um organismo tricontinental de caráter permanente, seus objetivos e sua estrutura”<sup>207</sup>, sem entrar na seara sobre a modificação ou a extinção do grupo afro-asiático, ao que foi seguida por de votos de apoio das delegações latino-americanas e caribenhas, como a da Martinica, que fez um apelo aos delegados para que não fossem perpetuadas, naquele espaço, as mesmas “políticas de balcanização”<sup>208</sup> que o imperialismo lhes impunha. Para esta delegação, em uma fala próxima à de Ben Barka, não era possível enfrentar uma estratégia global com uma estratégia fragmentada, justificando, portanto, seu posicionamento pela criação da Tricontinental ao mesmo tempo que via a existência de duas organizações como divisão do movimento, discordando das posições chinesa e indonésia. A delegação de Guadalupe, por sua vez, declarou que a permanência da afro-asiática não deveria

---

<sup>204</sup> *Reunión de la Comisión de Organización*, sábado 8 de enero de 1966. Sesión de la mañana. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> Com condições, a Indonésia apoiou a criação do organismo Tricontinental na Comissão.

<sup>207</sup> Idem

<sup>208</sup> Idem.



ser vista como um problema diante da criação da nova organização, uma vez que estava “a ponto de desaparecer”<sup>209</sup>, desafiando, portanto, a importância dada à OSPAA pelos chineses.

Na reunião do dia 08 de janeiro, de modo geral, as delegações da comissão estiveram de acordo de que não era sua competência decidir sobre o destino da OSPAA e foram favoráveis à criação do organismo Tricontinental. Especialmente as delegações latino-americanas trabalharam em conjunto para consolidarem o entendimento de que o futuro da OSPAA não estava em negociação, ressaltando o compromisso de união dos presentes, como vemos nas declarações de El Salvador: “Devemos ter em conta nesta conferência tudo aquilo que nos une e deixar de lado o que nos separa. Estamos contra a sementeira sutil e não sutil de argúcias divisionistas”<sup>210</sup>, num ataque velado às desavenças sino-soviéticas que se mostravam presentes na reunião. Reforçou que nas discussões mostrou-se impossível colocar em jogo o destino da organização dos afro-asiáticos, estando todos ali, igualmente, pela destruição do imperialismo e não pela destruição de um organismo anti-imperialista.

Nas atas das reuniões da manhã e da tarde do dia 11 de janeiro, podemos ver que a comissão e a subcomissão, criada para pensar a forma da nova organização nascente, tinham conseguido avançar em alguns consensos, como a criação de um Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (inclusive decidiram por este nome), seus objetivos, parte de sua estrutura, suas tarefas, sua constituição, sobre a preparação de uma próxima conferência Tricontinental prevista para 1968 (que não chegou a se concretizar) e também sobre a criação de uma Comissão de Ajuda Solidária aos Movimentos de Libertação e aos movimentos em luta contra o neo-colonialismo. Chama a atenção que o organismo nascia com um Secretariado de caráter provisório e a ele caberia organizar a II Conferência Tricontinental e garantir a efetividade dos acordos firmados no primeiro encontro<sup>211</sup>.

Outras pendências, porém, não haviam sido resolvidas até aquele último dia dos trabalhos da comissão de organização, como onde seria a sede desta nova organização e da próxima conferência e qual seria sua estrutura (número de membros, composição etc.). Sobretudo a discussão pela sede nos mostra vínculos e desejos por protagonismos dentro do movimento de solidariedade. Segundo o presidente da comissão, haviam sido feitas algumas consultas e “todos os países latino-americanos” propunham que a sede fosse Havana, sendo

---

<sup>209</sup> *Reunión de la Comisión de Organización*. Sesión de la tarde del 8 de enero de 1966. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>210</sup> *Idem*.

<sup>211</sup> *Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

seguidos por um número determinado de países asiáticos, o que nos leva de volta ao diálogo captado no avião vindo de Praga que abriu este capítulo. Cuba de fato havia trabalhado nos contatos com os latino-americanos de modo a “evitar surpresas”, mas parece ter notado que a chave da disputa e da vitória estava provavelmente entre as delegações africanas que, embora às vezes pendentes para o Cairo<sup>212</sup>, mostravam aberturas à negociação e tendências de aproximação com a liderança cubana. Na incapacidade de consenso, o presidente da comissão decidiu levar a questão para a Presidência da Conferência<sup>213</sup>.

De modo geral, na documentação produzida pela inteligência cubana, podemos ver os movimentos de libertação nacional africanos mais próximos a Cuba, mas temerosos de enfrentar a RAU abertamente em momentos em que os objetivos desses dois protagonistas entravam em conflito, como foi o caso da escolha da sede, daí o pendor africano pela sede no Cairo, ainda que os movimentos de libertação tivessem maior afinidade ideológica com o lado cubano. Isso denuncia o peso político dessa liderança árabe-africana de representação estatal entre os movimentos de independência sul-saarianos. Além disso, os argumentos dos latino-americanos utilizados para o convencimento seriam de que a atitude de Cuba garantiria que o organismo em Havana pudesse funcionar e cumprir suas tarefas desde Cuba sem que isto significasse nenhum condicionamento ou pressão sobre os participantes a favor de interesses políticos específicos ou particulares de qualquer país<sup>214</sup>, possivelmente uma crítica velada ao que acontecia na sede da OSPAA, no Cairo.

Segundo outro documento cubano, entre as delegações africanas, a maioria era favorável à criação do órgão tricontinental, mas não havia consenso sobre sua sede<sup>215</sup>. Cuba nos mostra como arquitetou sua aproximação dos movimentos de libertação para fazer frente aos chineses, claro, mas também aos anseios da RAU pela sede no Cairo:

convencendo-os com os argumentos esgrimidos pelos latino-americanos [...], eliminando seus temores de enfrentarem abertamente a RAU [...]. Em geral, na África foram os movimentos de libertação que influenciaram mais

---

<sup>212</sup> O documento não elenca quais delegações, mas há fortes indícios que os membros da CONCP apoiaram Havana.

<sup>213</sup> *Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>214</sup> *Balance General de la Conferência Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>215</sup> Esta questão aparece também em: *Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013> Acesso em: 13 ago. 2024.

decisivamente sobre a RAU para que ela abandonasse sua pretensão [da sede no Cairo, neste caso específico]<sup>216</sup>.

Penso que é possível afirmar que Cuba estava orientada por uma política de conciliação desde os preparativos da conferência. Não queria um enfrentamento direto com a RAU, reconhecendo a força da representação árabe no interior dos afro-asiáticos, de modo geral, e entre os africanos, de forma específica. Como dito no capítulo 1, desde o início dos anos 1960, Cuba demonstrou forte apoio aos movimentos de libertação na África, tanto do norte quanto sul-saariana (Gleijeses, 2002). A partir disso, é possível entender melhor o uso do capital político articulado pela delegação cubana com os movimentos de libertação africanos na Tricontinental. Por conversas bilaterais com esses movimentos, a RAU viu sua força ser posta em xeque a partir de uma divisão interna, na conferência, entre representação estatal e não estatal estimulada por provocações cubanas, como podemos ver exposto nesta fala da delegação anfitriã:

Surgiram bloqueios, tendências, agrupamentos em continentes, que não são, de modo algum, os mais benéficos ao desenvolvimento desta conferência. Sobre esta base estão se desenvolvendo os acontecimentos, base completamente inaceitável para Cuba e, sobretudo, para todos aqueles povos que estão lutando contra as agressões criminosas do imperialismo. Exatamente esses países confiaram em Cuba para sede desta organização. [A ideia] surgiu justamente desses países. Cuba não tem nenhum interesse, nem nenhum tipo de aspiração bastarda sobre a sede desta organização Tricontinental. [...] Portanto, queremos expressar, no seio desta comissão, que os interesses de Cuba são os interesses desses povos. São os interesses dos Movimentos de Libertação Nacional. A decisão deles, o caminho justo para eles, o caminho que decidirem [...] esse é o caminho de Cuba e essa é a aspiração de Cuba [...]. Essa condição revolucionária e solidária de Cuba não esteve nem estará jamais condicionada a nenhum tipo de Organização Tricontinental<sup>217</sup>.

De todo modo, muitos estavam pela sede no Cairo, inclusive por questões de proximidade geográfica e financeiras, como defendeu a delegação da Índia. Cuba procurou se manter ao lado dos movimentos de libertação nacional nesta divisão, mesmo sendo uma delegação estatal, ao se articular como guardião do modelo de libertação nacional pela via armada. A partir da fala de delegações latino-americanas, com destaque para a do México, foi dada continuidade à ideia da forma de luta mais legítima, argumento usado como justificativa e credencial para a sede ser em Havana. Os mexicanos defenderam que os apoiadores desta

<sup>216</sup> “*Balance General de la Conferência Tricontinental*” (s/t. s/d). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>217</sup> *Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

ideia estariam ao lado da verdadeira oposição ao imperialismo, ao mesmo tempo que se opuseram à delegação indiana:

México: Declara que a proposição de Havana como sede surge dos países que mantêm a luta mais brutal contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo e que se encontram agredidos por esses elementos à frente do imperialismo ianque. [...] Este argumento político não pode ser deixado de lado na discussão e contra ele apresentar argumentos de ordem financeira, administrativa, econômica ou técnica de qualquer tipo<sup>218</sup>.

De forma semelhante, Porto Rico atestou que somente a sede em Havana seria uma manifestação de solidariedade real e efetiva.

Ainda que a criação da nova organização tivesse sido acordada na comissão, a delegação argelina colocou entraves ao mencionar que os afro-asiáticos ainda não tinham decidido entre eles se seria criada uma organização ou haveria duas em paralelo, sugerindo, como saída para o entrave da sede, que o secretariado executivo poderia trabalhar nos dois lugares ao mesmo tempo, no Cairo e em Havana. Ficaria a cargo da II Conferência Tricontinental a conclusão sobre como os latino-americanos integrariam o movimento de solidariedade dos três continentes<sup>219</sup>. Necessário lembrar, ainda, que a liderança argelina no cenário pan-africano era bastante significativa nesse momento e seu peso e prestígio não devem ser ignorados, sobretudo no continente africano. Em um relatório feito pelo MINREX por ocasião de um almoço oferecido à delegação argelina em 18 de fevereiro de 1966, Mohamed Chebila e Kheiredine Abdelmoumen, Diretor e Subdiretor respectivamente do Departamento de Relações Exteriores da Frente de Libertação Nacional (FLN) lamentaram que Argel tivesse perdido a corrida pela sede, demonstrando ainda disputas internas ao continente africano entre a RAU e Argélia.

Mohamed Chebila: [...] Se tem alegado que o Egito, por sua posição e suas facilidades de deslocamentos, é o centro natural do Terceiro Mundo, mas se é disso que se trata, Argel tem condições muito superiores e, se o problema fosse, além disso, a atitude inquestionável do país-sede em relação ao imperialismo e para com os povos em luta, a Argélia também seria um candidato mais forte, na sede<sup>220</sup>.

Segundo o relatório, Kheiredine Abdelmoumen, “em tom grave”, havia criticado as mudanças da política de Cuba em relação à Tricontinental e à Argélia. Segundo o subdiretor, Cuba havia afirmado que não pleitearia ser sede do organismo tricontinental durante a

<sup>218</sup> *Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>219</sup> *Idem*.

<sup>220</sup> *Conversa durante el almuerzo ofrecido a la delegación argelina a la Conferencia Tricontinental, viernes 18 de febrero 1966*. Ministério de Relaciones Exteriores. Documentos importantes anteriores y posteriores a la Conferencia Tricontinental. Pasta 266, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Conferência de Países Não Alinhados, no Cairo “e em várias outras ocasiões”, havendo proposto à Argélia que aceitasse o posto até um ano antes da conferência em Havana. Ressentia-se pela ilha ter mudado de postura e, além disso, ter dado apoio em alguns momentos ao Cairo.

A postura da delegação argelina antes e depois da conferência aponta para dois caminhos. O primeiro, que a proclamada amizade entre Cuba e Argélia não se mostrava tão sólida quando dizia respeito ao movimento de solidariedade internacional e, em segundo lugar, que essa questão se mostrava tão espinhosa que a delegação argelina achou que o melhor cenário para o momento seria adiar as decisões para o futuro, possivelmente preocupada com o diálogo difícil no interior comissão.

Por fim, a sugestão da CONCP foi aceita. Cuba, RAU, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Santo Domingo se reuniram em separado para tentar solucionar “o problema da sede”. Aliás, a delegação da Indonésia fez uma leitura precisa do momento: “ainda que nas palavras digamos que estamos pela expansão da solidariedade para a América Latina, nos atos isso não se comprova [...] Parece que só falamos de solidariedade, mas que nos freamos diante da ação solidária. Nós não compreendemos as aspirações dos povos latino-americanos”<sup>221</sup>. A fala é precisa porque demonstra a força e, em especial, a resistência do movimento afro-asiático diante da entrada latino-americana, capitaneada por Cuba, de assumir a dianteira do movimento global de solidariedade.

Fato é que a Comissão de Organização levou os imbróglios para esferas superiores, apresentando os impasses da última reunião aos Chefes de Delegações do dia 14 de janeiro. Nela, expôs o histórico dos trabalhos e anunciou a retirada da candidatura do Cairo como sede da OSPAAAL. Segundo o presidente da comissão, a RAU também não ocuparia o posto de Secretariado Geral<sup>222</sup>. Na ocasião, o presidente da Comissão de Organização explicou que as delegações africanas presentes tinham “sérias reservas” sobre a sede do novo organismo ser em Havana, o que mostra que os impasses eram sentidos também nas instâncias superiores de decisão. Não acreditavam que o organismo provisório na capital cubana podia “trabalhar de uma forma satisfatória”. Mesmo com as reservas, porém, na versão taquigráfica foi desenhado um acordo a partir de concessões. Em bloco, as delegações africanas decidiram aceitar Havana como sede provisória somente até a II Conferência, prevista para 1968, e propuseram emenda

---

<sup>221</sup> *Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>222</sup> *Versión taquigráfica de la reunión celebrada por los jefes de delegaciones en la Primera Conferencia de Solidariedad de los pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Viernes, 14 de enero de 1966 (Sesión de la mañana). Pasta 250, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

quanto ao número de membros da Comissão de Ajuda e Assistência por continente (de 3 para 4 membros) dada a importância dessa comissão para tais delegações. Pediram ainda que Cuba insistisse com as outras delegações da América Latina e da Ásia e com a presidência para que o pedido fosse aceito<sup>223</sup>.

A criação e composição desta Comissão de Ajuda e Assistência aos Movimentos de Libertação e a composição do Secretariado Executivo foi ponto de discórdia também para os asiáticos, que na tarde do dia 14 de janeiro, se reuniram a portas fechadas com os Chefes de Delegações do continente para expor suas insatisfações à presidência da Conferência, colocando em xeque todas as decisões anteriormente firmadas pela Comissão de Organização. Apresentando-se em nome do continente asiático, mas também sujeitos às rugas entre China e URSS, denunciaram a falta de transparência para a escolha dos membros em mais de sete horas de reunião. Muitas delegações asiáticas declararam não terem sido consultadas ou informadas sobre as nomeações e pediram a anulação das decisões tomadas até o dia anterior. A dificuldade de se chegar a um acordo era tamanha que, já de madrugada, um delegado japonês lembrou sobre a importância de, acima de tudo, defender “a honra da conferência”<sup>224</sup> e que nada havia sido decidido, faltando apenas 5 horas para seu avião decolar de volta para o Japão. Inclusive, vale dizer, o ato de encerramento da Conferência Tricontinental, previsto para a noite do dia 14, foi adiado para a noite do dia 15, para a surpresa de muitas delegações que também já estavam de malas prontas para voltar para casa. A reunião que começou na tarde do dia 14 foi madrugada adentro. Quando terminou, à 1h30 da manhã do dia 15 de janeiro, deu lugar a uma nova deliberação dos Chefes de Delegações, reiniciada às 2h25, numa corrida contra o relógio para finalizar o encontro a tempo da fala de Fidel Castro<sup>225</sup>. Muito possivelmente este adiamento se deu em razão da dificuldade de selar um acordo satisfatório sobre a composição da nova organização, o que, por sua vez, era uma pauta atravessada por disputas ideológicas mais profundas. Cuba não renunciaria a isso em sua conferência internacional e possivelmente se negou a finalizá-la sem colocar um ponto final na questão. Podemos mesmo compreender a Conferência Tricontinental como uma “encruzilhada” (Zolov, 2016, p. 3), onde vemos o

---

<sup>223</sup> *Versión taquigráfica de la reunión celebrada por los jefes de delegaciones en la Primera Conferencia de Solidariedad de los pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Viernes, 14 de enero de 1966 (Sesión de la mañana). Pasta 250, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>224</sup> *Reunión de los delegados del continente asiático de la Primera Conferencia de Solidariedad de los Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*. Celebrada en el Hotel Habana Libre, en La Habana em dia 14 de enero de 1966. (Tarde. Primera Reunión). Reunión de Jefes de Delegaciones de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 251, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>225</sup> *Reunión de los delegados del continente asiático de la Primera Conferencia de Solidariedad de los Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*. Celebrada en el Hotel Habana Libre, en La Habana em dia 14 de enero de 1966. (Tarde. Primera Reunión). Reunión de Jefes de Delegaciones de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 251, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

declínio de uma proposta ligada à União Soviética de via pacífica para o socialismo e a ascensão das proposições de Cuba e da China, vinculadas à promessa revolucionária das lutas armadas anticoloniais.

Por fim, nota-se essa conformação da disputa interna ao encontro por meio da reivindicação e das articulações das delegações em *blocos continentais* em uma conferência que buscava o entendimento tricontinental, ou seja, apesar da proposta de união entre três continentes, o que vemos é um reforço das unidades em cada continente. E isso se deu inclusive pelo próprio modelo de organização do evento. Se a composição das delegações latino-americanas foram uma questão complicada de se resolver para o Comitê Preparatório, no momento da realização da conferência mostraram-se alinhadas às pretensões cubanas quanto à formação e sede do novo organismo tricontinental. Por outro lado, as delegações africanas apresentaram suas demandas sobre este quesito também a partir do recorte geográfico, forçando concessões por parte de Cuba e demonstrando que, por mais que houvesse delegações mais fortes e influentes ali presentes, havia uniões importantes que conseguiam fazer valer suas vontades. Os asiáticos, por sua vez, foram o entrave justamente para a menina dos olhos de Cuba, a tão esperada sede de uma organização de solidariedade dos três continentes, que se mostrou possível, ainda que não como Cuba desejava. Ao final da Tricontinental, a OSPAA seguiu em funcionamento de forma paralela à OSPAAAL. Fica evidente que, mesmo com a existência das divisões de grupos entre movimentos de libertação e representações estatais, existiam movimentos também em blocos continentais, demonstrando que laços regionais e geográficos constituíam laços identitários também. Vemos, portanto, um ambiente em que redes se interseccionavam ou não, a depender do tema em questão.

### 3.5 Repertório de conferências anteriores e outras organizações como bússola política: os vínculos em Havana

Os movimentos de Libertação africanos das colônias sob dominação portuguesa, agrupados em um organismo unitário denominado CONCP, mantêm a posição adotada na *Segunda Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, realizada em DAR-ES-SALAM de 3 a 8 de outubro de 1965, de apoiar a criação de um novo organismo coordenador da luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, conscientes de que, até agora a Organização de

Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (OSPAA) não teve resultados práticos (Grifo meu)<sup>226</sup>.

Esta posição da CONCP, registrada pelo serviço de informação cubano, traz interseções de vínculos importantes já discutidos até aqui e acrescenta um elemento a mais. É a atuação conjunta de um grupo previamente estabelecido por laços regionais, pelas redes intelectuais e de natureza da organização de luta. Essa bandeira identitária e solidária dos movimentos de libertação como justificativa para defender a criação de uma nova organização nos leva, agora, para uma outra dimensão igualmente importante na teia de articulações – a importância do histórico de conferências como ligação entre passado e presente.

Estar em Cuba em 1966 para muitos foi uma novidade, a inauguração de contatos promissores, de flertes políticos e de negociações inéditas. Para outros, não. Em Havana, a fala do delegado saudita Al Fassi (pseudônimo de Ahmad Jamaluddin Abdulla)<sup>227</sup>, da Frente Árabe Socialista, de que “conhecia a maioria dos delegados de outros eventos”<sup>228</sup>, é sugestiva de uma Política dos Encontros em curso que também tecia redes de vínculos e contatos.

A Conferência de Bandung, ocorrida na capital da Indonésia em 1955, é considerada por muitos como um momento fundante do período pós-colonial (Lee, 2019) e por isso bastante mobilizada para se contar a história do Terceiro Mundo. Parte da historiografia estabelece uma linha narrativa entre Bandung e a Tricontinental, com destaque para o trabalho pioneiro de Letin (1977), seguido por Prashad (2022) e Alejandro (2022). Lewis (2019) destaca, no entanto, que precisamos ter cuidado com esse “farol” de Bandung, que acabou por ofuscar outras iniciativas. É preciso lembrar que a trajetória ideológica de Bandung até Havana não foi retilínea ou simples (Zolov, 2016). Esse vetor afro-asiático no qual a Tricontinental teve origem não foi o único a compor o amplo arco de solidariedades organizado no e pelo Sul<sup>229</sup>, como analisado no capítulo 2.

A narrativa do histórico afro-asiático como marco inaugural feita pela historiografia tem amparo documental, mas merece ser matizada. De fato, a conferência de Bandung foi constantemente citada e lembrada por seus contemporâneos, inclusive nas plenárias da Tricontinental. Na carta de saudação do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser enviada a

<sup>226</sup> “*Análisis de informaciones. Informe #3. Secreto.*” (*Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>227</sup> A adoção de pseudônimos durante a conferência não foi incomum.

<sup>228</sup> “*Secreto. Hoja 4.*” (*Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

<sup>229</sup> Mahler (2022), por exemplo, destacou a atuação latino-americana na Liga Anti-imperialista e no Congresso de Bruxelas de 1927 para compor sua crítica aos trabalhos que reduzem o internacionalismo anti-imperialista da América Latina à história afro-asiática. Como vimos no capítulo 2, a América Latina esteve bastante ativa em movimentos de solidariedade diversos.



Havana, ele próprio destacou como aquela solidariedade ali manifesta esteve presente “repetidas vezes, desde Bandung”<sup>230</sup>. A delegação da RAU, em sessão plenária no dia 05 de janeiro de 1966, seguiu o discurso de seu líder, ao declarar que a Conferência Afro-Asiática de 1958, que criou a OSPAA, no Cairo, havia sido “uma consequência natural da histórica Conferência de Bandung”, quando o “espírito” e as resoluções assinadas na Indonésia “adquiriram um conteúdo revolucionário e popular estendido[...]”<sup>231</sup>. De modo semelhante, o chefe da delegação do Iraque afirmou na plenária da Tricontinental que Bandung não foi só mais uma conferência entre tantas, mas sim uma

manifestação da transformação da história e da mudança radical no desequilíbrio de forças mundial [...]. Se a primeira conferência de Bandung foi o começo do fim da dominação da Ásia e África, esta conferência [Tricontinental] não deve ser somente o anúncio da soberania, liberdade e paz para todos os povos dos três continentes, como também a realização de uma solidariedade efetiva entre eles<sup>232</sup>.

Esses são apenas alguns dos inúmeros exemplos de discursos solenes em Havana que mobilizaram o brilho bandunguiano na história da solidariedade afro-asiática. Nos excertos citados, é possível perceber como o encontro foi exemplo de ruptura e marco de uma nova história, uma linha do tempo da qual a Tricontinental seria laudatória. Além disso, é possível notar uma conduta que se tornaria recorrente na fala de delegações afro-asiáticas em Havana e que já encontramos em exemplos anteriores: a história afro-asiática utilizada na queda de braço da história tricontinental.

Em um relatório cubano sobre a crise entre afro-asiáticos e a nova organização tricontinental, é possível perceber que o histórico da solidariedade feito pelos afro-asiáticos incomodava, era visto como excludente:

Uma vez estabelecidos os fatores reais da crise [entre OSPAA e a OSPAAAL], é importante destacar a incapacidade da OSPAA nestes dez anos em produzir resultados práticos e efetivos para impulsionar a luta revolucionária nesses dois continentes. Há uma tendência muito interessada, manifestada entre alguns membros do Secretariado Executivo da OSPAAAL (Iraque, Paquistão, Colônias Portuguesas e Guiné), que consiste em destacar esses dez anos de afro-asiatismo como um processo de “tremenda importância”, “superior aos escassos anos de experiência do movimento de solidariedade latino-americano” e que “o movimento de solidariedade tricontinental é obra direta do afro-asiatismo, sendo fundamentalmente uma extensão deste”. A *luta contra essa tendência* não deve nos levar a uma

<sup>230</sup> *Versión taquigráfica. Sesión plenária de la Primera Conferencia Tricontinental, Miércoles, 5 de enero. Sesión de la tarde. Pasta 143, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.*

<sup>231</sup> *Idem.*

<sup>232</sup> *Informes de casos de organismos con situaciones conflictivas. Pasta 154, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.*

subestimação da importância histórica do movimento de solidariedade afro-asiática, mas sim a uma *avaliação justa* do mesmo (Grifo meu)<sup>233</sup>.

Percebemos que, em 1967, a memória de atuação política anterior reivindicada por certos membros do Secretariado Executivo afro-asiático no seio da organização tricontinental era uma presença incômoda. Para o secretariado em Havana, era preciso *lutar* internamente contra a narrativa de superioridade da história dos afro-asiáticos sobre a experiência latino-americana, de modo a fazer justiça. Podemos ver, lado a lado, entendimentos distintos sobre a história e perceber como conflitos e cisões internas foram constituintes dessa solidariedade terceiro-mundista. Entre a projeção e a prática da união, houve nuances, retrocessos e contradições.

Uma ligação retilínea entre a primeira conferência afro-asiática e a Tricontinental pode também soar surpreendente e pouco elucidativa quando lembramos, por exemplo, da composição dessas duas conferências ou das suas principais defesas e ideologias. Enquanto na Indonésia as representações estavam vinculadas a Estados independentes sob bandeiras do não alinhamento e vias pacíficas, em Cuba convidou-se, em sua maioria, movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas não estatais em busca de emancipação econômica e/ou política, inclusive pela via revolucionária<sup>234</sup>, desenhando-se como uma conferência *dos povos*. Por outro lado, os vínculos entre ambas são também visíveis, pois nos anos 1960 já estavam consolidados os princípios da autodeterminação dos povos, a independência como direito internacional e da luta contra o imperialismo gestados antes e durante o encontro de 1955.

Muitas vezes, os ecos de Bandung, expressão que se tornou célebre no tempo, também significou descrença em relação à irreverência cubana de celebrar uma reunião naqueles moldes, como rastreou um relatório secreto do Centro de Informações cubano:

Mohamed Harieche [da delegação argelina] expressou a uma fonte nossa que eles não concediam grande importância à Conferência Tricontinental, pois estimavam que a mesma não manteria nenhum efeito prático por ser uma reunião dos movimentos de libertação e das organizações e não dos governos e se fossem de chefes de Estado, sim, teria importância, porque esses têm poder.<sup>235</sup>

Esses “ecos”, podemos pensar, muitas vezes também ditaram as regras do internacionalismo terceiro-mundista, gerando desconfiança sobre propostas e conformações

<sup>233</sup> *Reuniones CREP. Análisis sobre la crisis de la OSPAA y su relación con la OSPAAAL. Pasta 71, Gaveta 1, p. 4. AHOSPAAAL, La Havana, Cuba.*

<sup>234</sup> Como veremos no capítulo 5, diferentemente do que se imagina, a luta armada não era uma bandeira unitária na conferência.

<sup>235</sup> “*Centro de Informação a Osmany Cienfuegos, Pte de la Delegación Cubana. Contacto com otras delegaciones. Secreto*”. (*Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. 199p. AHOSPAAAL. Havana, Cuba*).

desviantes da norma bandunguiana e dos padrões consagrados pelas conferências internacionais (Lewis; Stolte, 2019).

Mesmo assim, é consenso que Bandung capturou tanto o “espírito” de uma época quanto funcionou como catalizador de forças independentistas, anti-imperialistas e anticolonialistas do período da Guerra Fria, razão pela qual os anos seguintes ficaram conhecidos como Era de Bandung<sup>236</sup>. É preciso, porém, tomar cuidado com esta expressão, de modo a não homogeneizar condutas ou ofuscar propostas dissonantes. Como “era”, podemos pensar o período de intensa interação social, cultural e política no mundo pós-colonial.

Assim, a trajetória dos afro-asiáticos e seu histórico de conferências impunham certa autoridade sobre discussões e decisões na Tricontinental, algo que pode ser visto como constituinte de uma política em formação, na qual distintos vínculos anteriores se encontraram, não necessariamente de forma pacífica, mas como componentes de um repertório do Terceiro Mundo no campo das Relações Internacionais. Não foram isoladas as menções aos documentos aprovados pelos afro-asiáticos como norteadores dos trabalhos das comissões em Havana, reivindicados como ponto de partida para discussões, mas possivelmente também como barreira às pretensões cubanas.

Na comissão política, por exemplo, a presidência esteve a cargo da RAU. Quando da escrita da resolução final, logo as conferências anteriores foram invocadas pelo presidente, prevendo possíveis impasses que deveriam ser resolvidos pelo costume firmado anteriormente entre os afro-asiáticos:

Como é tradicional nas Conferências Afro-Asiáticas, qualquer resolução que inclua qualquer ataque a outro membro da Organização ou afete/alguma das outras delegações, antes de aprovar esta resolução, costumamos chamar o outro membro envolvido no assunto e ouvir seus pontos de vista<sup>237</sup>.

No imbróglgio sobre a sede no novo organismo tricontinental, a China veio em defesa da manutenção da organização existente, amparando-se novamente no peso da história:

A Primeira Conferência Tricontinental não tem faculdade de discutir a existência do organismo afro-asiático e muito menos tem o direito de liquidar

---

<sup>236</sup> É preciso dizer, no entanto, que Bandung existiu sobre bases e tradições mais antigas da luta anti-imperialista a partir de uma miríade de atores estatais e não estatais atuantes em outros palcos e conferências: “Discursos importantes de solidariedade afro-asiática, internacionalismo e paz antecederam a conferência e permaneceram em circulação entre ativistas e intelectuais que continuariam a levar adiante o espírito de Bandung muito além das luzes brilhantes da conferência” (Lewis; Stolte, 2019, p. 2). A historiografia hoje, ciente de sua responsabilidade por Bandung ter ofuscado outras experiências internacionais e de solidariedade, busca relativizar e ampliar este repertório.

<sup>237</sup> *Versión taquigráfica de la reunion celebrada por la comision politica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesion de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

o mesmo. A presente conferência foi precisamente assistida e convocada pela dita organização<sup>238</sup>.

E acrescentou: “só a Organização Afro-Asiática poderá decidir sobre seu destino”<sup>239</sup>. Interessante notar ainda que a própria história do movimento afro-asiático foi usada diversas vezes nessa e em outras comissões por delegações para respaldar o que deveria ser feito, nem sempre de forma alinhada. Enquanto a delegação do Senegal declarou que “na cabeça de todos os delegados na Conferência de Winneba estava presente a criação de um organismo Tricontinental”<sup>240</sup> e, portanto, não entendia as razões para se colocar em juízo esta organização, Gana afirmou que “devido à resolução tomada pelo grupo afro-asiático em Winneba, estavam comprometidos “a estender a organização de solidariedade afro-asiática à América Latina”<sup>241</sup>. Tanto a delegação de Gana quanto a do Senegal lembraram dos termos acordados na Conferência Afro-asiática de Winneba, na qual estava prevista a criação do novo organismo. Como vimos na seção anterior, a ideia de que somente uma organização Tricontinental nova seria capaz de advogar verdadeiramente pelos movimentos de libertação engatou divisões imprevistas no seio da conferência.

O mesmo conteúdo apareceu na primeira reunião da Comissão Econômica da Tricontinental, no dia 07 de janeiro de 1966. A condução dos trabalhos ficou à cargo da delegação da Argélia na presidência; do Brasil, como vice; e da delegação síria como secretariado. O objetivo desta comissão era estudar e propor ações a partir do ponto III da Agenda da conferência: “Solidariedade anti-imperialista entre os povos asiáticos, africanos e latino-americanos, sob os planos econômicos, sociais e culturais”<sup>242</sup>. Logo no início do encontro, antes mesmo do início das falas, a delegação cubana entregou um anteprojeto de resolução. A delegação da Argélia prontamente se manifestou dizendo que muitos dos pontos apresentados já haviam sido discutidos na conferência de Winneba e no Seminário Econômico Afro-Asiático em Argel anteriormente e que poderia “ser acrescentado ao trabalho cubano”<sup>243</sup>,

---

<sup>238</sup> *Reunión de la Comisión de Organización*, sábado 8 de enero de 1966. Sesión de la mañana. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>239</sup> *Reunión de la Comisión de Organización*. Sesión de la tarde del 8 de enero de 1966. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>240</sup> *Idem*.

<sup>241</sup> *Idem*.

<sup>242</sup> OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>243</sup> *Versión taquigrafica de la reunion celebrada por la comision economica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina (Tricontinental)*. En el Hotel Habana Libre, La

demarcando posição e importância do histórico afro-asiático, ao mesmo tempo que tensionava a postura cubana de se adiantar à razão de existir do grupo. A proposta argelina foi seguida pela delegação da Guiné, que relembrou a importância do Seminário Econômico de Argel e pediu que seus acordos servissem de base para os trabalhos daquela comissão, sendo acionado o secretariado da OSPAA, que estava presente em Havana, para emissão e tradução desses documentos de última hora.

A apresentação de um anteprojeto pela delegação cubana na Comissão Econômica antes mesmo do início dos trabalhos fez com que delegações membros da OSPAA recorressem aos documentos dos encontros afro-asiáticos, vinculando-os à nova história tricontinental que se iniciava naquele encontro. A demanda fez com que fosse criada uma subcomissão para junção dos textos de Winneba, do Seminário de Argel e a proposta cubana<sup>244</sup>. Além da Guiné, as colônias portuguesas<sup>245</sup> queriam algo maior: propuseram que a comissão econômica adotasse “uma atitude de execução sobre toda uma série de princípios e de regras elaborados em outras conferências e seminários anteriores para lograr a emancipação econômica”<sup>246</sup>.

Os cubanos fizeram extensas análises sobre a atuação das delegações em cada uma das comissões de trabalho da conferência. Especificamente nesta, a proposta da delegação estatal da Guiné Conacri para que fossem utilizados os documentos afro-asiáticos foi lida como uma “manifestação de regionalismo continental”<sup>247</sup> e a validade do documento questionada, já que tinha sido feito por delegações africanas que tiveram um “grande papel em sua conferência”, sendo, ademais, “uma conferência em território africano”<sup>248</sup>. A postura da Argélia também incomodou os cubanos, que classificaram esta e outras atitudes da delegação em Havana como contrárias “ao bom funcionamento da Conferência”, o que aumentava ainda mais o “estranhamento das relações argelino-cubanas”<sup>249</sup>.

Cuba procurou lidar com esses enfrentamentos em diferentes comissões. Nas atas da reunião do dia 09 de janeiro da Comissão Política, presidida pela RAU, a subcomissão de

---

Havana, El Viernes 7 de enero de 1966 (sesion de la tarde). Comisión Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde). Pasta 8, Gaveta 1. AHOSPAAAL. La Habana, Cuba.

<sup>244</sup> *Análisis de la comisión económica general – Africa*. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>245</sup> *Idem*.

<sup>246</sup> *Comisión Económica. Colonias Portuguesas*. Análisis de la comisión económica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>247</sup> *Comisión Económica. Guiné*. Análisis de la comisión económica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>248</sup> *Comisión Económica. Guiné*. Análisis de la comisión económica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>249</sup> *Análisis sobre los contactos entre delegaciones. II – Sobre la delegación argelina. Secreto, Hoja 14*. Informes sobre delegaciones. Pasta 199, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

assuntos candentes foi bastante disputada. A força das conferências afro-asiáticas e de suas potências foi acionada. A resolução da IV Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos em Winneba, do ano anterior, e da III Conferência, em Moshi, Tanganica, em 1963, e da IV Sessão do Conselho de Solidariedade Afro-Asiático na Argélia, em 1964, assim como a Conferência Internacional para Liquidação de Bases Militares, celebrado em Jakarta em 1965 foram lembradas pelos que queriam ver suas situações catalogadas como urgentes. “Estas resoluções são importantes e também nos indicam bem que a Organização afro-asiática entendeu o assunto do nosso país”<sup>250</sup>.

Essas hierarquias convocadas pelos afro-asiáticos em Havana incomodaram a delegação cubana e deixaram evidente uma rede de saberes e de prerrogativas sobre os caminhos da solidariedade. Acumulados e em vigência, reconhecidos e aceitos, ainda que em disputa, compunham um laço transnacional. Concordando ou não, uma vez partícipe, os acordos deveriam ser respeitados e convocados, inclusive para conter excessos ou movimentos contrários e para demonstrar certa boa vontade cubana em entender sua entrada não como inauguração, mas como continuidade de um movimento já existente.

A fala de algumas delegações mostra um entendimento compartilhado de que a história internacional do Terceiro Mundo possuía uma linha de conduta e pensamento registrada em acordos prévios que deveria ser respeitada. Esse desejo de entrelaçamento e continuidade entre conferências e ações futuras indicava, novamente, um compromisso com uma política de fazer encontros internacionais, que, longe de ser hegemônica, reuniu aspectos que misturavam questões locais e internacionais em escalas variadas a depender do assunto em pauta. Podemos inclusive pensar que, diante de uma história de apagamento e de marginalidade de tais agentes e representações no cenário internacional, firmar essa rede entre os encontros era também uma tentativa de consolidar uma história e uma tradição para o Terceiro Mundo.

“¡Viva la Solidaridad y la Unidad de los pueblos Afro-Asiáticos-Latino-americanos!”<sup>251</sup>. É desta forma que o convite da Conferência Tricontinental enviado pelo CIP termina seu texto, exclamando a solidariedade e a unidade dos povos dos três continentes e ampliando a identidade e projeto do Terceiro Mundo. A própria construção do termo, *Afro-Asiáticos-Latino-Americanos*, com o uso do hífen, sugere a indissociabilidade identitária, mas,

<sup>250</sup> *Katimatã do Norte. Comisión política de la 1ª Conferencia Tricontinental de OSPAAAL*. Pasta 9, Gaveta 1. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

<sup>251</sup> *Llamamiento para la 1ª Conferencia de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

como foi trabalhado nesse capítulo, o vínculo não foi automático, tampouco fácil. O projeto de uma identidade tricontinental era mais amplo e era preciso afirmar *criar e encontrar* suas origens. Para fazê-la acontecer, foi necessário pensar uma conferência que oferecesse mais do que resoluções finais, que ampliasse o espaço da experiência tricontinental. Novamente foram as versões taquigráficas que indicaram o caminho para o capítulo a seguir. Ada Benguetat, presidente argelino da comissão econômica, antes de começar os trabalhos no dia 07 de janeiro, deu um recado importante aos delegados:

Antes de prosseguirmos com nosso trabalho, tenho um comunicado importante a fazer. Cuba convida todos os Delegados e Observadores a participarem esta noite de um espetáculo magnífico, grandioso, que se chama "O Espetáculo da Solidariedade", no qual participarão 7 mil artistas, constituídos por bolsistas, camponeses e atletas do Governo Revolucionário. A saída terá lugar às 8 horas e 10 minutos no saguão do hotel<sup>252</sup>.

No próximo capítulo, vamos percorrer estes outros espaços onde a cultura mostrou-se uma ferramenta política e diplomática da anfitriã para consolidar uma identidade tricontinental constantemente ameaçada por vinculações regionais, religiosas e políticas anteriores. Mostrou-se, também, mais uma oportunidade para eternizar o empreendimento cubano na memória de seus convidados.

---

<sup>252</sup> *Versión taquigrafica de la reunion celebrada por la comisión economica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina (Tricontinental)*. En el Hotel Habana Libre, La Habana, El Viernes 7 de enero de 1966 (sesion de la tarde). Comisión Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde). Pasta 8, Gaveta 1. AHOSPAAAL. La Habana, Cuba.

#### 4 “O CENÁRIO ESTÁ À ALTURA DO ACONTECIMENTO”<sup>253</sup>: DIPLOMACIA CULTURAL, ESPAÇO URBANO E INVESTIMENTO

Uma conferência é um evento e uma oportunidade – de reforçar vínculos políticos internos e externos, construir imagens, promover ideias e, sobretudo, de criar influências. No capítulo anterior, foram analisados a construção e o estabelecimento de redes políticas como uma oportunidade para muitas delegações presentes na Tricontinental. Especialmente para Cuba, o evento significou uma chance de internacionalização sem precedentes, por isso se investiu tanto em fazê-lo uma experiência única em diferentes níveis, tanto para seus convidados quanto para sua população. Este capítulo se propõe a conhecer melhor a programação cultural da Tricontinental e as mudanças no cenário urbano que aconteceram na cidade de Havana em razão do evento e sua relação com a política interna na ilha e com o internacionalismo cubano. Nas duas primeiras seções, serão feitas discussões teóricas a respeito dos limites dos arquivos institucionais e sobre a potencialidade da diplomacia cultural. Na sequência, serão discutidas as fontes que mostram o dinamismo cultural em Havana.

De pronto, é preciso dizer que, diferentemente do que dizia em seu convite, não foi uma “coincidência”<sup>254</sup> a conferência ter início no dia 03 de janeiro. A data foi *escolhida* como oportunidade para convidar as delegações, observadores e convidados estrangeiros a conhecerem a magnitude do apoio das massas ao processo revolucionário na efeméride do 7º aniversário da revolução<sup>255</sup>. Argumento que essa agenda dupla e fusionada de comemorações, com eventos políticos e culturais antes, durante e após a conferência, se deu em um espaço urbano replanejado que fazia parte de um projeto estatal de diplomacia cultural cubana e, de forma expandida e apropriada, tricontinental. Nesse sentido, defendo que a diplomacia cultural foi um pilar importante na construção do projeto tricontinental, sendo uma chave de leitura essencial dessa experiência. Festivais de dança, música, exposições, jantares e excursões: mais do que uma programação paralela para preencher o tempo livre das delegações de forma

<sup>253</sup> “*En la pátria de Fidel*” (Bohemia, Havana, ano 57, n. 52, p. 31, 24 dez. 1965).

<sup>254</sup> “*Proyecto de carta de invitación*” (Havana, 27 de septiembre de 1965. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba).

<sup>255</sup> Na revista *Bohemia* do dia 07 de janeiro de 1966, consta que as comemorações do 7º aniversário da Revolução tiveram início por volta das 11h da manhã do dia 02/01 (p.54), com o discurso de Fidel Castro. A data oficial das comemorações em Cuba é dia 1º de janeiro, marco da deposição do governo de Fulgêncio Batista pelo grupo de Fidel Castro a Havana, mas acredita-se que, em 1966, as comemorações tenham sido postergadas para o dia 02 de janeiro, em razão da Tricontinental, que deu início ao “Ano da Solidariedade” em Cuba.



somente recreativa, parto do entendimento de que os eventos culturais foram parte integrante da Conferência Tricontinental e devem ser entendidos como tão essenciais para sua história quanto suas resoluções finais. Além disso, o capítulo busca mapear os agentes envolvidos na organização, nos investimentos e nos financiamentos que fizeram possível um evento de tal proporção, uma tentativa de iluminar um aspecto pouco conhecido pela historiografia.

#### 4.1 Limites e expansão dos arquivos: a Tricontinental contada por outras fontes

Ter tido acesso a um arquivo como o da OSPAAAL em Havana para conhecer melhor essa mobilização de forças e intentos no projeto tricontinental foi de suma importância. Sem isso, não seria possível acessar as atas e as versões taquigráficas das reuniões ocorridas no Hotel Havana Livre e tampouco conhecer seus caminhos e percalços. Com o que esse arquivo guardou, porém, temos apenas breves indícios e lampejos do que acontecia depois que os trabalhos oficiais e discursos em plenária terminavam, como na reunião de 9 de janeiro de 1966, da Subcomissão de Colonialismo e Neocolonialismo, quando, em uma discussão acalorada sobre a Cachemira, a reunião foi encerrada abruptamente em razão do inadiável “baile popular de solidariedade”<sup>256</sup>. Pelos relatórios da inteligência cubana, também reunidos no acervo da OSPAAAL, sabemos que reuniões extraoficiais eram uma constante: membros da delegação do Uruguai solicitavam sentarem-se junto aos soviéticos durante o jantar, festas eram promovidas pela embaixada de Gana<sup>257</sup> e apresentações de dança chinesa reuniam delegações interessadas em fazer contatos<sup>258</sup>.

Muita coisa aconteceu na conferência para além das reuniões e das plenárias e nem sempre temos a dimensão dos custos de um evento da magnitude da Tricontinental em Havana ou da estrutura que se faz necessária para fazê-lo acontecer. Afinal, não bastavam as passagens, a estadia e os tradutores para que a conferência ficasse de pé – pelo menos não era *assim* que Cuba queria. As fotografias do evento publicadas na imprensa ou nos materiais de divulgação trazem em si um indício sobre o investimento e os custos de tal empreendimento.

<sup>256</sup> *Subcomissão de colonialismo e neocolonialismo*. Rollo 1, Sesión Tarde, 9 de janeiro de 1966. Pasta 212, Gaveta 3, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>257</sup> Houve muitos encontros, festas e reuniões em embaixadas situadas em Havana durante a Tricontinental. Pelas mobilizações feitas pelas embaixadas para recepcionar os participantes da Conferência, como a de Gana e a da Indonésia, que constam nos relatórios de inteligência, percebe-se que os governos fizeram uso desses espaços institucionais e diplomáticos como instrumento político para contatos e aproximações com delegações-chave.

<sup>258</sup> “*Recuento y Analisis de informaciones – Contactos entre delegaciones*”; “*Manifestaciones de delegados*” “*Actividades de las delegaciones: Fiesta en la Embajada de Ghana*” (Informes Secretos de Delegados. Pasta 199, Gaveta 3, AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

Para preencher as lacunas que o acervo da OSPAAAL não pode ou nunca pretendeu solucionar, a investigação de outros arquivos e de registros não oficiais se mostrou uma alternativa. No trabalho historiográfico, alguns documentos nos guiam em direções impensadas. Uma correspondência enviada por Miguel Brugueras, do *Departamento de Información y Propaganda de Cuba*, no dia 10 de janeiro de 1967, a Osmany Cienfuegos, trazia uma doação de \$52,86 pesos referente à sua colaboração na reportagem “*Qué es la Tricontinental?*”, publicada na revista cubana *Bohemia* no dia 07 de janeiro daquele ano. Segundo Brugueras, o dinheiro era para que a OSPAAAL gastasse no que fosse considerado “mais conveniente na ajuda aos movimentos de libertação nacional dos três continentes”<sup>259</sup>. O envio de uma quantia simbólica à causa tricontinental pode ter sido um fato simples e possivelmente corriqueiro entre os membros dos quadros burocráticos do governo naquele período. Durante a pesquisa, porém, o pequeno gesto de Brugueras foi um gatilho para interpelações sobre um outro aspecto importante deste capítulo: o financiamento da conferência. Diante da atitude talvez ordinária, vem a lembrança de que a Tricontinental não se pagou sozinha, o que ganha ainda outro significado à medida em que a leitura das atas foi continuamente demarcada por pausas para os eventos culturais.

A pasta 127 do Arquivo Histórico da OSPAAAL, sobre recolha dos custos financeiros, também aponta para o volume de investimentos destinados ao entretenimento e ao embelezamento da cidade, duas rotas intimamente relacionadas na empreitada cubana de organização da Tricontinental. Nela, um memorando enviado pelo Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP), no dia 18 de abril de 1966, listou os custos do evento e quem arcou com essas despesas. Entre os envolvidos no pagamento de gastos com feiras, exposições, museus e murais, vemos o Ministério das Construções (MICONS), Ministério do Açúcar (MINAZ), o Instituto Cubano de Rádio (ICR), a Junta Central de Planificação (JUCEPLAN), o Ministério das Relações Exteriores (MINREX), o Instituto Nacional da Indústria e do Turismo (INIT) e mesmo a Ambar Motors Corporation, nacionalizada desde 1959<sup>260</sup>. No conjunto, observamos como empresas e órgãos cubanos empenharam recursos no evento, mesmo aqueles que, à primeira vista, não estariam diretamente ligados a ele, como o Ministério do Açúcar, por exemplo. Entre minúcias dos valores de materiais de almoxarifado e crachás de identificação

---

<sup>259</sup> Miguel Brugueras a Osmany Cienfuegos. 10 de Enero de 1967. Información y Propaganda (Correspondencia). Pasta 39, Gaveta 1, AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

<sup>260</sup> Memorandum ICAP. 18 de abril de 1966. Informe de Ingresos de actividades. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

até custos com tradutores, guias e motoristas, é interessante conhecer o arranjo técnico e o aporte financeiro para fazer existir uma conferência internacional tão grandiosa.

Entre os agentes cubanos, por exemplo, o documento diz que o Instituto Nacional da Indústria Turística (INIT) esteve à cargo dos custos envolvidos no plantio de árvores em Havana, da Dança da Solidariedade, do jantar na *Plaza de la Catedral* e do jantar na *Plaza de la Revolución*<sup>261</sup>, enquanto o Ministério da Construção (MICONS) bancou a Feira de Exposição Tricontinental, as exposições na Academia de Ciência e na sede do Partido Comunista de Cuba, além do Museu Hemingway, dos murais e de gastos não detalhados com o Hotel Havana Livre<sup>262</sup>. Pelo ICAP, vemos que a presença de conjuntos artísticos estrangeiros durante a Tricontinental foi uma responsabilidade assumida pela própria anfitriã<sup>263</sup>. Cuba arcou não somente com as passagens dos conjuntos artísticos do México, da Guiné e do Vietnã, mas com todos os custos de hospedagem, alimentação, mobilidade interna e “*gastos en efectivo*”<sup>264</sup> desses convidados.

Para o que interessa aqui, vemos ali indicativos da importância da agenda cultural e artística e do remanejamento do espaço urbano. Com o ICAP à frente da organização e custeio principal, outros institutos e ministérios cubanos também financiaram o evento, junto com divisas significativas vindas do Fundo de Solidariedade da OSPAA enviadas pelos comitês chineses e soviéticos de solidariedade afro-asiática e por organizações do leste europeu<sup>265</sup>.

*Follow the Money*: essa foi uma expressão que correu o mundo durante o episódio do *Watergate* nos Estados Unidos na década de 1970 e traz uma orientação fundamental a qualquer investigação que se depare com uma planilha de gastos. A rede financeira na qual as presenças massivas dos aportes chineses e soviéticos não chegam a surpreender, nos informa as instituições cubanas diretamente conectadas ao evento. A historiadora cubana Blanca Már León (2021) afirma que a origem desses fundos eram o “ponto cego” das investigações, havendo apenas indícios sugestivos a seu respeito, mas esse documento do ICAP, guardado pelo AHOSPAAAL, vem para cobrir algumas lacunas sobre a rota do dinheiro. Mais do que isso,

---

<sup>261</sup> *Memorandum ICAP*. 18 de abril de 1966. Informe de Ingresos de actividades. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>262</sup> *MICONS – Gastos en la Conferencia Tricontinental*, Enero 3 al 10. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>263</sup> No convite para a conferência, Cuba se comprometeu com o pagamento dos custos das hospedagens das delegações até 5 pessoas, ficando à cargo de cada representação o pagamento das passagens de avião (OSPAAAL, 1<sup>ra</sup> Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba).

<sup>264</sup> *Conferencia Tricontinental. Analisis de gastos*. [Hasta] Febrero 16 de 1966. ICAP. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>265</sup> *Idem*.

ele é um indício que se soma a outros a respeito da importância da agenda de eventos culturais da Tricontinental. O volume de investimentos no setor cultural que aparecem na pasta 127 do arquivo histórico é sintomático do tipo de diplomacia empreendido por Cuba, que fez um grande investimento para que os dias na ilha fossem um verdadeira experiência e propaganda do governo revolucionário para seus convidados, não medindo esforços para impressionar a todos.

De relance, esses diferentes registros financeiros e listagens de investimentos nos mostram como os espaços da cidade foram utilizados, vigiados e mapeados durante e em razão da Tricontinental, mas pouco se aprofundam sobre isso, inclusive porque não era esta a intenção destes documentos. Como todo conjunto documental, a natureza do arquivo da OSPAAAL tem seus limites e, por seu caráter oficial de organização, suas fontes apontam para alguns eventos externos às reuniões oficiais, como os bailes, danças e exposições, sem revelar o necessário para compor este capítulo.

Assim a imprensa surgiu como parte do escopo documental da tese, auxiliando a entender mais e melhor a respeito dos eventos ocorridos em Havana em paralelo às plenárias e às comissões de trabalho. Nos jornais e nas revistas a serviço da Revolução, algumas coisas mudaram em razão da Tricontinental. A revista *Bohemia* e o jornal *Granma*<sup>266</sup>, por exemplo, lançaram novas seções informativas voltadas para o público cubano e estrangeiro. Como havia a intenção de manter os delegados informados sobre as notícias mundiais durante a estada em Cuba, o *Granma* foi impresso em três idiomas diferentes, espanhol, inglês e francês. Segundo relatório do FBI, até os programas de rádio, normalmente ouvidos apenas em ondas curtas, estavam sendo sintonizados em estações locais em inglês, francês, português, árabe e espanhol<sup>267</sup>.

Desde 1965, a revista *Bohemia*, abriu uma seção semanal permanente para a conferência. Nela, havia novidades a respeito dos trabalhos do comitê preparatório e um “box dos três continentes”, com informações sobre o quadro histórico e político dos países e dos territórios representados no encontro. As edições de janeiro de 1966 tiveram ainda uma seção chamada “Diário de uma conferência”, que trazia o dia a dia das delegações e dos convidados.

---

<sup>266</sup> O jornal *Granma* foi fundado em 3 de outubro de 1965 e recebeu esse nome em homenagem ao iate *Granma*, usado por Fidel Castro, Che Guevara e outros revolucionários para desembarcar em Cuba e iniciar a luta contra Fulgencio Batista em 1956. O jornal é vinculado ao PC cubano, sendo uma das principais fontes de informação oficial do país. Atualmente distribuído em formato impresso e digital, com edições em espanhol, inglês, francês, português, alemão e italiano.

<sup>267</sup> *Joséphine Baker Report* – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

Nesse capítulo, a *Bohemia* foi um recurso documental importante. Criada em 1908 e em circulação até os dias atuais, fez parte de um quadro mais amplo do campo cultural cubano que experimentou mudanças significativas após 1959. Segundo Larissa Limeira Grutes da Silva (2007), a revista vendia em torno de duzentos mil exemplares a cada tiragem e na primeira edição de janeiro de 1959, logo após a queda de Batista, fez um lançamento histórico de um milhão de reproduções. Entre os anos 1940 e 1950, já publicava alguns textos de Fidel Castro, posicionando-se como publicação de oposição ao governo Batista e, após 1959, alinhou-se ao governo. Fundada por Miguel Angel Quevedo, sua zona de difusão ultrapassou a ilha, tendo chegado também aos Estados Unidos na década de 1950, onde era possível assinar um plano semanal.

Em um contexto mais amplo, Segundo Silvia Miskulin (2019, p. 537), a Revolução Cubana trouxe consigo uma “intensa movimentação cultural, marcada pelo surgimento de novas publicações, instituições, editoras, teatros e inúmeras manifestações artísticas e musicais”. Na primeira década do novo governo, segundo a autora, houve importantes marcos, como a criação do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (Icaic), a *Casa de las Américas* e o periódico *Lunes de Revolución*<sup>268</sup>. Nos primeiros anos da década de 1960, apesar dos jornais e revistas terem experimentado um aumento quantitativo, o debate cultural em Cuba se retraiu em virtude das nacionalizações de gráficas e publicações, como foi o caso da *Bohemia*, nacionalizada em 1960<sup>269</sup> (Calegari, 2024; Miskulin, 2019). Para a Tricontinental, a *Bohemia* fez ampla cobertura do evento, divulgando dia a dia os principais feitos dentro e fora do ambiente oficial. Publicou artigos, entrevistas com líderes políticos, artistas e delegados, bem como análises, comentários sobre os debates e fotojornalismo.

Justifico a escolha da *Bohemia* como fonte de imprensa principal em razão do acesso ao seu arquivo digitalizado e pela interessante presença das equipes de jornalistas e de editorial nos eventos sociais da Tricontinental veiculados em suas reportagens. Foram recorrentes os encontros e visitas de delegações à redação, como no caso dos membros da delegação da

---

<sup>268</sup> O crítico literário Ambrosio Fornet, segundo Miskulin (2019, p. 544), reconheceu o ano de 1971 como marco do início do período chamado de “quinquênio gris”, marcado pelo autoritarismo diante de publicações desviantes da linha e de discursos revolucionários oficiais, o que ficou conhecido como “parametrização da cultura cubana”, isto é, o estabelecimento de diretrizes e “parâmetros ideológicos e morais que deveriam direcionar a conduta dos intelectuais”.

<sup>269</sup> A autora, no entanto, defende que alguns casos da década de 1960 já apontam para um recrudescimento do campo cultural anterior ao marco do ano de 1971 e demonstram a “limitação da liberdade de expressão implementada pelas políticas culturais oficiais”. Exemplos que referendam esta afirmação foram o fechamento de *Lunes de Revolución*, em novembro de 1961, a censura ao documentário P.M., em junho de 1961, assim como o fechamento da editora El Puente em 1965, além da existência das Unidades Militares de Ajuda à Produção (Umaps) e a repressão aos intelectuais homossexuais e o afastamento dos escritores que dirigiam *El Caimán Barbudo*, em 1968 (Miskulin, 2019).

Tanzânia<sup>270</sup>, da delegação peruana<sup>271</sup>, de observadores e de representantes das colônias portuguesas e das Antilhas<sup>272</sup>. Recepcionados pelo diretor Enrique de la Osa e pelo redator Gregório Hernandez e outros membros do grupo, como Mário Garcia del Cueto e Julián Iglesias, a equipe jornalística do semanário por vezes quebrou o protocolo – ou obedeceu a ele? – e foi fotografada para as matérias, sendo ela própria objeto de notícia.

A pesquisa para esse capítulo sugere a *Bohemia* e sua equipe como mais uma plataforma de divulgação da rede continental e terceiro-mundista estruturada pela Tricontinental, sendo ela própria partícipe de uma rede em formação. Ainda que seja possível estudá-la como objeto de pesquisa<sup>273</sup> e explorar esta conduta da linha editorial e sua relação com o governo cubano, neste capítulo seu material será utilizado como documento para conhecer a atmosfera havaneira durante janeiro de 1966. Algumas reportagens pontuais do jornal *Granma* presentes no relatório do FBI sobre Joséphine Baker também compõem a documentação de imprensa consultada, em uma proposta de expansão das fontes possíveis e potenciais para a análise histórica desde evento.

Assim, junto com outros documentos externos ao arquivo histórico da OSPAAAL, como o *Álbum de Recordações da Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina*, presente no Arquivo Mário Pinto de Andrade<sup>274</sup>, boletins publicados pelo CIP em 1965<sup>275</sup> e recolhidos no *Cuban Heritage Collection*, em Miami, os relatórios do Senado dos Estados Unidos<sup>276</sup> e do FBI sobre Joséphine Baker<sup>277</sup> e os relatos recolhidos em entrevistas por Roger Faligot (2013) em sua pesquisa, a imprensa encerra o conjunto

---

<sup>270</sup> “*La Tricontinental: diario de una conferencia*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 2, 1966, p. 60, 14 de janeiro de 1966).

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> O campo historiográfico que pensa revistas como objetos de pesquisa está em ascensão. Trabalhos importantes da área buscam iluminar a ideia das revistas como um espaço comum de intervenção intelectual, no “espaço aglutinante” (Beigel, 2003) das revistas, dos jornais, das reuniões organizadas, das conferências, das rádios etc. Como afirma María del Carmen Grillo e Pita González (2015), o estudo das revistas permite incrementar o conhecimento sobre o campo intelectual, as redes locais, nacionais e internacionais.

<sup>274</sup> Este álbum foi distribuído aos participantes ao final da conferência e temos acesso ao exemplar de Mário Pinto de Andrade por meio do seu acervo pessoal, reunido pela Casa Comum. (*Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)*). Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_8522](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_8522). Acesso em: 30 out. 2024).

<sup>275</sup> *Towards the First Tricontinental Conference I*. The Chairmanship of the International Preparatory Committee of the First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America and the Cuban National Committee, (October 15, 1965). Vertical Files. CHC 02230. Cuban Heritage Collection, Miami, EUA.

<sup>276</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

<sup>277</sup> *Joséphine Baker Report* – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

documental utilizado. Na trilha da programação cultural da Tricontinental e das mudanças no espaço urbano feitas para recepcionar tal encontro, não se deve perder de vista a discussão conceitual sobre diplomacia cultural.

#### 4.2 Diplomacia cultural como alicerce da política externa e interna: apontamentos teóricos

Segundo a definição de José Eduardo Roncati (1989), diplomacia tem por definição clássica ser a ciência das relações exteriores, sendo uma negociação das relações internacionais entre Estados com o intuito concretizar uma política internacional específica. A diplomacia, portanto, implica em negociação e orientação dos interesses dos respectivos governos envolvidos. Seu propósito principal seria unir populações e aproximar governantes e suas políticas, atenuando dificuldades ou oferecendo defensivas. Segundo o autor, a diplomacia, como elemento das relações exteriores, também envolve elementos de política interna, estando ligada aos objetivos de um governo que busca apoio internacional para uma política específica, através da ação de especialistas, os diplomatas. Em resumo, diz Roncati, a diplomacia é a ferramenta fundamental para as relações políticas entre países, buscando a cooperação através da negociação e do diálogo. Hoje, a definição clássica já é bastante mais abrangente, incluindo atores não estatais entre os agentes envolvidos em diplomacia.

Para as pretensões desse capítulo, é preciso dar ênfase às fronteiras fluidas entre cultura e política no campo da diplomacia, uma vez que, normalmente, o aspecto cultural recebeu e ainda recebe pouca atenção ou fica a reboque da dimensão política nos estudos sobre Guerra Fria na América Latina (Tristán, 2012). Em termos teórico-conceituais, na esteira dos estudos de Roncati (1989, p. 52), parte-se do pressuposto de que a cultura é uma parte importante da atividade diplomática de um país e sua difusão acontece por diversas vias e atores, podendo ser uma ponte de compreensão e conexão diante de barreiras político-ideológicas. São muitos os países que investiram e investem na cultura com objetivos políticos, sendo possível “conquistar valiosos vínculos para o país”.

Diplomacia cultural, por sua vez, foi originalmente utilizada para denominar processos em que diplomatas, representando seus governos, recorriam a intercâmbios e fluxos culturais em nome de interesses nacionais. Especialmente a partir do século XIX, as trocas culturais no âmbito internacional tornaram-se cada vez mais um exercício de estratégia política. O entendimento semântico da diplomacia cultural se expandiu ao longo do tempo, adquirindo o sentido também de troca de ideias, informações, arte e outros aspetos da cultura entre as nações

e seus povos, a fim de promover a compreensão mútua e compartilhar identidades na arena global. Foi justamente durante a Guerra Fria que o termo se consolidou academicamente nos moldes como o conhecemos hoje, ainda que haja uma variedade de usos e entendimentos semânticos em disputa a depender do país ou do contexto. De todo modo, a compreensão de que a diplomacia cultural é uma ferramenta política na condução das relações internacionais tornou-se bastante comum (Grincheva, 2024). Não deve ser despolitizada ou apartada das práticas políticas *stricto sensu*, já que, no caso em estudo, ela teve um papel fundamental na consolidação de uma rede internacional de partidos, organizações e movimentos anti-imperialistas e anticoloniais.

Sobre os protagonistas dessa diplomacia, é importante frisar que são os indivíduos e não “nações” ou “povos” que tomam a dianteira do processo em nome dessas comunidades (Ang; Isar; Mar, 2015). Ainda que governos sejam os mais relevantes na arena política internacional, nas décadas mais recentes, a bibliografia centra o entendimento da diplomacia cultural menos nos atores diplomáticos e mais nos “resultados desejados das atividades diplomáticas” (Grincheva, 2024, p. 182). Eis a perspectiva na qual podemos incluir também os atores não estatais como agentes de diplomacia cultural, como foram os movimentos de libertação em Havana e demais delegações compostas por agentes não estatais, por exemplo.

Trazendo a reflexão teórica para o objeto de estudo, é possível afirmar que houve ações contra hegemônicas de diplomacia cultural na conferência em Havana. Isso porque, em teoria, a diplomacia cultural é uma diplomacia pública feita *por* Estados, mas, como vimos, outros agentes não estatais fizeram uso dessa política. Como as delegações não estatais eram de orientação anti-imperialista e anticolonialista, compostas por dissidências, partidos de oposição ou movimentos de independência que lutavam contra os seus governos locais, fizeram uso do encontro para promover entendimentos contrários aos Estados-nação. Desse modo, tinham como alvo os Estados Unidos ou potências coloniais. Portanto, não foi apenas Cuba ou representações estatais a tirarem vantagens do evento para promover seus objetivos políticos/nacionais pela via cultural. Essa afirmação retoma o argumento do capítulo anterior de posicionar a conferência no vértice de uma rede transnacional. Nela, a construção de relacionamentos internos e externos e a incorporação da diversidade importavam (Ociepka; Arendarska, 2021).

Então, ainda podemos ir além. Se a diplomacia cultural comumente atua para difundir o nacional no exterior e o estrangeiro em seu território, uma conferência internacional é uma oportunidade singular de subverter e complexificar ainda mais essa conceituação padrão, embaralhando sua ordem. Por meio de eventos culturais, Cuba selecionou aspectos da cultura



cubana e tricontinental a serem difundidos em seu próprio território para um público estrangeiro em trânsito, desse modo também criando e recriando estas culturas. Ao mesmo tempo, também abriu espaço para outras manifestações culturais estrangeiras em Havana. Além disso, mobilizou sua população a abraçar a causa tricontinental. Para honrar seu posto na vanguarda do Terceiro Mundo e justificar suas intenções junto ao grupo afro-asiático, a agenda cultural desta conferência foi bastante ampla, contando com ações de delegações e representações com quem Cuba estava alinhada ou em conflito.

Diante da particularidade de uma conferência de solidariedade tricontinental e sua relação com a diplomacia cultural, podemos questionar se a diplomacia cultural pode ir além dos interesses nacionais estritamente (Ang; Isar; Mar, 2015). Sendo um eixo da diplomacia pública, e, no caso da Tricontinental, um encontro do Terceiro Mundo, de agentes estatais e não estatais, a diplomacia cultural cubana teve que ser criativa e buscou recursos alternativos à imposição direta de uma narrativa unicamente nacional – ainda que este horizonte tenha sido também explorado. Como ponto de encontro global, o espaço político e cultural das conferências torna-se uma pedra angular importante, um único território agregador de políticas e diplomacias vindas de diferentes lugares que se encontram no mesmo lugar ao mesmo tempo.

A hipótese é que Cuba teve que abrir espaço para outras agências e representações nacionais estatais e não estatais, pois a criação da diplomacia cultural cubana implicava também em uma vitrine do mundo tricontinental. Isso era, portanto, um ideal colocado em prática pela diplomacia cultural, sendo o nacional capturado no ideal tricontinental que não poderia ser monopólio da anfitriã. Esse ideal precisava, de certa maneira, abrigar a diversidade de agentes e até os conflitos existentes na conferência. Nesse sentido, podemos pensar a diversidade da diplomacia cultural na conferência não somente como objetivo e estratégia, mas também como propósito transnacional, uma junção de interesses nacionais e intenções solidárias, não sendo estes objetivos contraditórios ou excludentes entre si. Prova disso, por exemplo, foram os compromissos de “cooperação cultural tricontinental” firmados ao final da conferência pela Comissão Sociocultural, que ficaram a cargo da OSPAAAL. Entre eles, temos a proposta de criação de uma editora e biblioteca Tricontinental, intercâmbio de exposições, intercâmbios teatrais, a intensificação do intercâmbio de professores e estudantes e mesmo a criação de escolas tricontinentais, de modo que a criação de uma Comissão de Assuntos Culturais foi considerada essencial para “se manter a solidariedade tricontinental e a luta comum contra o imperialismo”<sup>278</sup>. Podemos supor que, talvez, estes compromissos de cooperação possam ter

---

<sup>278</sup> *Informe Dpto Socio-cultural*. Pasta 47, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

sido resultado também de uma diplomacia cultural tricontinental vivida durante os dias em Havana e, quem sabe, vindos de uma prática já recorrente em conferências anteriores do Terceiro Mundo.

A seguir, veremos como os eventos culturais que fizeram parte do calendário de Cuba na virada do ano de 1965 e 1966 aparecem como parte constituinte da programação da conferência. Essa agenda de compromissos pode, inclusive, ser vista como anterior ao dia 03 de janeiro, data da abertura oficial da Tricontinental, e envolveu investimentos e participações bastante capilarizadas em Cuba.

#### 4.3 Havana epicentro tricontinental: mobilização popular e transformação urbana a serviço da Revolução

No dia 07 de janeiro de 1966, a revista *Bohemia* publicou uma reportagem cujo título trazia o marco inaugural do novo ano na ilha – *Con la Tricontinental comienza el Año de la Solidaridad*. Em seus primeiros parágrafos, a publicação narrou o caminho de milhares de cidadãos pelas ruas e avenidas de Havana, a pé ou de ônibus, ainda de madrugada, rumo à *Plaza de la Revolución* – um conjunto “multicolorido e alegre em um desfile ininterrupto”. O cenário, “remodelado e limpo”, envolvia o Palácio da Revolução florescido em “um gramado novo”, o asfalto havia sido recapeado e a tribuna tinha novas vias de acesso. No panorama de Havana, “de oeste a leste, olhando para o norte, recortam-se sobre o fundo azul do céu as silhuetas dos grandes edifícios: o Havana Livre, a Igreja do Carmo, o Capitólio, a Telefônica”<sup>279</sup>.

Segundo a reportagem, a decoração de prédios e fachadas dava ao cenário a altura do acontecimento: no Teatro Nacional, um mural de punhos, bandeiras e fuzis fazia referência, segundo o periódico, ao “direito dos povos à luta revolucionária e tricontinental”. Do outro lado da avenida, a entrada da Biblioteca Nacional projetava o grito guerrilheiro de três continentes, enquanto o *Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda* (INAV) trazia a afirmação histórica da Segunda Declaração de Havana: “*Esta gran humanidad ha dicho basta! Y ha echado a andar*”. Fechando o arco, no edifício Sierra Maestra, estava “o perfil de Fidel Castro”<sup>280</sup>.

<sup>279</sup> Segundo Calegari (2024, p. 290), “essas ações estatais indicam que o governo conseguiu criar uma estrutura de comando envolvendo não só a autoridade institucional, mas a aceitação e participação da população nos atos convocados por ele”.

<sup>280</sup> “*En Cuba: Com la Tricontinental comienza el año de la Solidaridad*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, p. 53, 7 de janeiro de 1966).

Essa narrativa jornalística é interessante porque nos coloca em Havana, em janeiro de 1966, por uma outra perspectiva, sendo possível conhecer a ornamentação da cidade e a presença de um público que também viveu a conferência Tricontinental, ainda que não tenha estado presente no Teatro Chaplin ou nas reuniões a portas fechadas nos salões de embaixadores do Hotel Havana Livre. A reportagem é interessante também pela maneira que confunde em seus primeiros parágrafos o leitor de outros tempos. Publicada no dia 07 de janeiro, traz em seu título o marco que deu início ao “Ano da Solidariedade”: A Conferência Tricontinental. Apesar do título e dos letreiros no cenário descrito em alusão à luta dos três continentes, e surpreendentemente para quem a lê, a narrativa diz respeito às comemorações do 7º Aniversário da Revolução, ocorridas no dia 02 de janeiro, um dia antes da abertura da Conferência<sup>281</sup>. Não seria um contrassenso uma reportagem com um título sobre a Tricontinental e seu conteúdo sobre o aniversário da Revolução? Naquele momento, não.

Nomear a linha mestra de cada ano fez parte da cultura política revolucionária em Cuba, na qual representações, simbologias, lugares de memória e efemérides compunham o repertório de legitimação do novo regime, reforçando pertencimentos entre a população e o governo (Calegari, 2024, p. 285). A documentação da imprensa mostra que foram vários os eventos entre outubro de 1965 e janeiro de 1966 que unificavam as datas e os sentidos simbólicos do aniversário da revolução e da conferência Tricontinental. Na edição de 05 de novembro de 1965 da *Bohemia*, por exemplo, foi noticiada a reunião no Comitê Central do Partido Comunista ocorrida em fins de outubro que teve o objetivo de unificar os dois eventos<sup>282</sup>. A reunião foi presidida pelo membro do Comitê Central e Responsável Nacional da Comissão de Orientação Revolucionária (COR), Raúl García Peiáez, que afirmou:

Se Martí, Mella e todos os que caíram na luta vivessem [...] este acontecimento os encheria de euforia. É preciso, por isso, colocar todo nosso fervor e nossa tenacidade para que, em todos os níveis, as massas tomem consciência da magnitude desta Conferência<sup>283</sup>.

A fala traz algumas referências importantes, como a de José Martí e Julio Antonio Mella<sup>284</sup>, heróis nacionais que aparecem como comparativos de legitimidade e luta do passado

---

<sup>281</sup> Como visto do capítulo anterior, desde dezembro de 1965 as delegações, convidados e observadores já haviam chegado em Havana, tanto por interesses de estabelecer contatos internacionais *in loco*, como atendendo ao chamado no convite enviado pelo CIP.

<sup>282</sup> “*Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina*” (*Bohemia*, Havana ano 57, n. 45, p. 50. 5 novembro 1965).

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> José Martí (1853-1895) foi um poeta, ensaísta, jornalista, revolucionário, filósofo, tradutor e professor cubano. Nascido em Havana, é considerado um herói nacional e importante figura na literatura latino-americana. Lutou pela independência de Cuba contra a Espanha, e é considerado um dos precursores do modernismo literário

com o presente, em uma reivindicação da continuidade histórica da unidade nacional dada pela luta anti-imperialista. Além disso, Peiáez explicou o contexto de uma forma pouco convencional até aqui, mas também bastante óbvia – a importância da Tricontinental não apenas como plataforma de projeção internacional de Cuba para o Terceiro Mundo, mas também como meio de propaganda interna do governo junto às massas, daí a proposta de unir as duas comemorações e possibilitar dois alcances, nacional e internacional.

É a partir disso que podemos entender melhor a fusão narrativa ocorrida na reportagem do dia 07 de janeiro – as comemorações do aniversário e da conferência alcançavam um público nunca visto, local e estrangeiro. O relatório da subcomissão do Senado estadunidense relatou um jantar oferecido a mais de 50.000 pessoas sob a estátua de Martí na *Plaza de la Revolución* para as festas de ano novo<sup>285</sup>. A cifra se repete também no relatório feito pelo FBI sobre Joséphine Baker<sup>286</sup> e a própria revista *Bohemia* publicou uma foto da multidão no mesmo jantar.<sup>287</sup> A cifra pode parecer inflada, mas é interessante registrar como diferentes documentos a noticiaram, mostrando, por um lado, a grandiosidade do evento e, por outro, sua ameaça para um sistema de vigilância dentro do Sistema Interamericano da Guerra Fria.

Naquele promissor início de 1966, junto com a exposição "História de Cuba"<sup>288</sup> e o “entretenimento de estrelas de boate” – possivelmente em referência à presença de Joséphine Baker –, esses eventos teriam representado para os agentes de segurança dos Estados Unidos, “um enorme impulso para o prestígio do regime de Castro”<sup>289</sup>. Ali, além do apoio – e presença – das massas, centenas de pessoas vindas de três continentes puderam testemunhar o alcance e a popularidade da revolução. A revista *Bohemia* noticiou aquele acontecimento “sem precedentes na história” como um “sintoma do grau de superação e desenvolvimento do povo

---

hispano-americano. Julio Antonio Mella (1903-1929) foi um revolucionário comunista cubano, um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba. Nascido em Havana, Mella destacou-se como líder estudantil e lutou contra a ditadura de Gerardo Machado, sendo exilado no México, onde foi assassinado a mando do ditador.

<sup>285</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

<sup>286</sup> *Joséphine Baker Report* – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>287</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, 07 de janeiro de 1966.

<sup>288</sup> *Granma*, 30 de dezembro de 1965 (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>289</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

em sua ascensão revolucionária”<sup>290</sup>. Os dois acontecimentos se entrelaçavam em um instante único.

Nesse jantar, assim como na fala de Peiáez, a figura de Martí foi novamente mobilizada. Ainda que tenha sido uma prática recorrente na história cubana o fato de diferentes grupos e governos se apropriarem de figuras da história da independência, Ana Paula Calegari (2024, p. 287) explica que o governo revolucionário se vinculou a alguns acontecimentos e personagens da história nacional, como os mártires da independência, de modo que a Revolução representasse a continuidade de um processo de lutas na longa duração. Portanto, o fato de o jantar estar *localizado* na praça e sob a estátua de Martí, na presença de membros do governo, da população e das delegações estrangeiras, não foi aleatório e reforça uma política de divulgação e de valorização do governo revolucionário baseada na ocupação e na performance em espaços de memória para o público interno e externo.

Essa política de divulgação contemplou também a própria cidade de Havana, no sentido de ser ela um objeto de investimento e de exploração, espaço de trabalhos e prazeres, política e cultura, mobilização de massas e deslumbre de convidados, de fruição e articulação, por fim, um local de manobras políticas. A capital foi cuidadosamente preparada para receber as delegações dos três continentes: a população foi mobilizada e os órgãos e ministérios acionados para direcionar orçamentos e coordenadas de ação.

Trabalhadores, estudantes e organizações foram convocados para desenvolverem atividades e organizarem ações em razão da Tricontinental. A revista *Bohemia* noticiou, por exemplo, que “todos os níveis de ensino deveriam conhecer as lutas, costumes, tradições e circunstâncias geográficas, econômicas e políticas dos continentes participantes”, e o Ministério da Educação (MINED) “apresentou um plano de estudos e de atividades estudantis voltado para a Tricontinental que ocorreria entre 1965-1966”<sup>291</sup>. O objetivo desse plano era “despertar o interesse dos alunos pela Conferência” e “estreitar os laços de solidariedade internacional entre os alunos, operários e camponeses, bem como estimular sua participação na divulgação do evento”<sup>292</sup>. A Federação de Mulheres Cubanas (FMC)<sup>293</sup> também se envolveu ativamente, buscando federadas que contribuíssem com horas de trabalho voluntário,

<sup>290</sup> “*Fidel cenó com su Pueblo*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, p. 80, 07 de janeiro de 1966).

<sup>291</sup> “Educación; Jose Matar habla para Bohemia: los CDR y la Tricontinental” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, p. 52-63, 5 novembro 1965).

<sup>292</sup> “*Unidad pedagógica: Asia, Africa y América Latina - En las aulas de educación obrera y campesina*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 48, p. 42. 26 novembro 1965).

<sup>293</sup> Organização criada em 23 de agosto de 1960, sob a liderança de Vilma Espín. Teve um papel fundamental na alfabetização, inserção das mulheres na vida política e social do país, no mercado de trabalho e acesso à saúde, sendo um pilar da política social do governo cubano.

“estudando durante uma semana o material elaborado sobre a Tricontinental” e o divulgando “para além dos espaços da FMC”<sup>294</sup>.

Os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs)<sup>295</sup>, por sua vez, ficaram responsáveis, por exemplo, pela ornamentação e pela limpeza da cidade<sup>296</sup>, organizaram exposições murais e decoraram as ruas de Havana com imagens dos participantes da Conferência Tricontinental. Também fizeram círculos de estudo, conferências, seminários e palestras em todo o país sobre a Ásia, a África e a América Latina<sup>297</sup>. Em entrevista à *Bohemia*, o Coordenador Nacional dos CDRs, José Matar declarou:

Para nós, a Tricontinental não é um evento formalista; tem a dinâmica multitudinária de nossa vida em revolução. Dito em outras palavras, tem a participação do povo. E como as centenas de delegados estrangeiros que nos visitarão querem conhecer até a medula o nosso povo, é lógico que nosso povo conheça também mais profundamente todos os países com os quais estamos irmanados na luta contra o inimigo comum<sup>298</sup>.

Questionado pelo repórter, explicou que, “assim como em outras ocasiões”, os CDRs contribuiriam para a limpeza e a manutenção da cidade. Como, segundo ele, a Tricontinental exigia um “trabalho especial”, os CDRs participaram da “Comissão de Embelezamento” do Comitê Nacional Preparatório da Conferência, “juntamente com outros organismos de massa e do Estado”<sup>299</sup>. Entre as funções dos CDRs para esta comissão estavam “a mobilização das massas para o plantio de árvores, coleta de entulhos, limpeza de terrenos baldios e coleta de propaganda atrasada [...]”<sup>300</sup>. Matar nos mostra, então, que, além do Comitê Internacional

<sup>294</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA; “*Primeira Conferencia de Solidaridad de los pueblos de Asia, Africa y America Latina*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, p. 50, 5 novembro 1965).

<sup>295</sup> Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) foram criados em setembro de 1960, como um aparato de vigilância contra atividades contrarrevolucionárias gerido pela população. Como afirma Ana Paula Calegari (2024, p. 281-282), com o tempo, os CDRs adquiriram outras funções para além da vigilância em cada bairro, como a realização de censos, a participação na campanha de alfabetização (1960) e, como se vê, o auxílio na organização de eventos, a limpeza e o embelezamento da cidade.

<sup>296</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA; “*Primeira Conferencia de Solidaridad de los pueblos de Asia, Africa y America Latina*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, p. 50, 5 novembro 1965).

<sup>297</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

<sup>298</sup> “*Jose Matar habla para Bohemia: los CDR y la Tricontinental*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, p. 53, 5 novembro 1965).

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

Preparatório (CIP), composto por membros da OSPAA e latino-americanos da conferência, Cuba teve seu próprio comitê nacional, que atuou em questões práticas do funcionamento do encontro e contou com a participação da população cubana centralizada pelos CDRs.

A *Bohemia* também divulgou a reunião da Subcomissão de Embelezamento do Comitê Nacional Preparatório para discutir os planos de orçamento público de embelezamento da cidade para a Tricontinental, o aniversário da revolução e as festas de Natal<sup>301</sup>. O Ministério do Comércio Interior (MINCIN) e o Instituto Nacional de la Industria Turística (INIT) as expuseram alguns de seus planos, ficando a cargo do INIT reformas das principais cafeterias e centros noturnos, além da construção de “um novo centro de alimentação no Parque Maceo”<sup>302</sup>. A empresa de exportações Valco ficou a cargo “da instalação dos letreiros luminosos em edifícios e ruas centrais, pela colocação de sinais internacionais de trânsito em várias vias indicadas e pela instalação de um 'jornal aéreo', um painel luminoso que, através de sinais elétricos, transmitirá diversas informações”<sup>303</sup>.

No boletim de divulgação publicado por esse Comitê para a Tricontinental em 1965, sabemos que o ICAP organizou uma série de palestras sobre a luta revolucionária dos países da África, Ásia e América Latina como uma saudação à Conferência Tricontinental<sup>304</sup>. Na mesma publicação, encontramos um convite diferente do que foi enviado aos estrangeiros:

Trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais, membros de nossas heroicas Forças Armadas Revolucionárias, homens e mulheres, vamos transformar o trabalho preparatório da Conferência Tricontinental em uma grande mobilização de todos os setores do país para realizar todas as grandes tarefas que nos foram indicadas por nosso glorioso Partido Comunista e pelo camarada Fidel. Assumamos firmemente o seguinte compromisso: que quando o primeiro delegado chegar, teremos empregado nossos melhores esforços para cumprir a tarefa que nos foi atribuída pela Revolução Socialista<sup>305</sup>.

Tanto esforço não passou despercebido. Em sua passagem pela ilha em 1965, Youssef El Sebai, representante da RAU e secretário geral da OSPAA, elogiou o empenho do povo cubano para a organização do evento<sup>306</sup>, uma impressão que reverberou em muitos outros participantes da conferência e também na vigilância internacional.

<sup>301</sup> “*La nación: para embellecer La Habana*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, p. 53, 5 novembro 1965).

<sup>302</sup> *Idem*.

<sup>303</sup> *Idem*.

<sup>304</sup> *Towards the First Tricontinental Conference I*. The Chairmanship of the International Preparatory Committee of the First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America and the Cuban National Committee, (October 15, 1965). Vertical Files. CHC 02230. Cuban Heritage Collection, Miami, EUA.

<sup>305</sup> “*In the country of the Conference*” (*Idem*, p. 10).

<sup>306</sup> “*Primeira Conferencia de Solidaridad de los pueblos de Asia, Africa y America Latina*”, suplemento 3 (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 49, 03 de dezembro de 1965).

No relatório da subcomissão do Senado dos EUA, já citado anteriormente, as mudanças no espaço urbano de Havana e o volume do aporte financeiro para sua realização tiveram destaque: “O regime de Castro se superou nos preparativos para a ocasião [...]. Nenhuma despesa foi poupada. Nem nenhum esclarecimento [*accounting*] das fontes financeiras foi declarado publicamente”<sup>307</sup>. A “vigorosa campanha” de embelezamento da cidade e a “comissão composta por representantes de várias organizações” responsável por “transformar os terrenos baldios da cidade em "Jardins da Amizade”<sup>308</sup>, também tiveram destaque.

A grandiosidade do evento e a presença em peso da população cubana em sua organização e nos atos públicos chamaram a atenção dos amigos estrangeiros da Revolução, como prova a fala impressionada de Amílcar Cabral: “Se algum ou alguns de nós, ao chegar a Cuba, trazia em seu espírito alguma dúvida sobre o enraizamento, a força, a maturidade e a vitalidade da Revolução Cubana, essa dúvida foi destruída pelo que já tivemos ocasião de ver”<sup>309</sup>. E Fidel Castro nunca escondeu a importância dada pelo governo cubano ao encontro: “Devemos nos preparar bem para este evento internacional e recebê-lo com nossos melhores esforços em todos os campos”<sup>310</sup>, sendo seguido de perto por Armando Hart, ministro da cultura e presidente do Comitê Nacional Cubano da Conferência Tricontinental:

O senhor pode ter certeza, senhor Ben Barka, que nosso povo, partido e organizações de massa se sentem honrados com a distinção de celebrar a conferência em Cuba. Pode transmitir aos organizadores a segurança que nosso povo dará aos delegados a acolhida que merecem como representantes da África, da Ásia e da América Latina e faremos o possível para que se sintam bem entre nós<sup>311</sup>.

---

<sup>307</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> *Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas*. Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>310</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

<sup>311</sup> “*Crean Comité Cubano de la Tricontinental*”, por Gabriel Molina. *Hoy*, 30/09/65 [Recorte de jornal]. *Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.



O relatório feito pelo FBI ofereceu um complemento interessante: “O entretenimento não foi ignorado. Além dos teatros, espetáculos e cabarés locais, houve um influxo de talentos do exterior”<sup>312</sup>.

Ao cotejar essas falas e documentos, percebemos alguns vetores que acompanharam o projeto da Tricontinental. Por eles, é possível identificar a intenção de projetar ao mundo uma imagem grandiosa de Cuba em contraposição ao paulatino isolamento imposto pelos Estados Unidos e pela OEA no Sistema Interamericano. Nisso, a reconfiguração do espaço urbano e sua utilização planejada foi essencial. Vemos também o compromisso do governo cubano com a solidariedade internacional do Terceiro Mundo e com o engajamento do povo, de modo a “popularizar o evento, tanto internamente quanto no exterior”<sup>313</sup>, como bem notaram os Estados Unidos.

Em seus trabalhos mais recentes, Stephen Legg (2023b) defende que, em conferências internacionais, “as paisagens urbanas forneceram os palcos sobre os quais as relações internacionais foram encenadas para audiências globais” e está claro que estes “espetáculos domésticos” iam muito além da apresentação do conjunto de artistas cubanos, sendo oportunidades no limiar entre o oficial e o extraoficial para conversas, arranjos e convencimentos. Legg propõe o entendimento da cidade como um agente modificador do encontro internacional assim como a conferência também é agente transformador da cidade, sendo as mudanças em Havana uma prova disso. Menos frequentes nos registros oficiais desses eventos, os locais e os eventos de entretenimento são importantes para entender melhor a geografia das conferências como vital, “não apenas em termos de localização geopolítica, mas também através do senso de lugar que os organizadores aproveitam e criam” (Legg, 2023a, p. 10).

---

<sup>312</sup> “*Comment of preparation*”, Cuba 30 dec 1965. *Joséphine Baker Report* – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>313</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

#### 4.4 Trabalho ou turismo? A intensa agenda cultural tricontinental

“Nenhum de vocês veio a Cuba em uma viagem turística”<sup>314</sup>. Com esta fala, o Presidente da Conferência Tricontinental e ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa<sup>315</sup>, parecia lembrar aos chefes de delegações o motivo que os unia na infundável reunião do dia 14 de janeiro de 1966. No caminho final da conferência, já de madrugada, tentava-se ali um acordo a respeito da nova organização, já que a comissão responsável não havia conseguido chegar a um consenso satisfatório. Depois de mais de 10 dias de intensos debates, a conferência seria oficialmente encerrada no dia 15 com uma cerimônia com Fidel Castro. Aqueles que não partiram imediatamente de volta para casa foram convidados para uma excursão pelo interior do país junto com o Primeiro Ministro, onde foram recebidos pela população da província e por espetáculos artísticos organizados pelo Conselho Nacional de Cultura<sup>316</sup>. Em Cienfuegos, por exemplo, houve “desfile de carnaval e bailes nas ruas da cidade” para os delegados, além de conjuntos musicais e a apresentação da orquestra de Juanito Márquez.<sup>317</sup>

Muito do que envolveu a programação da Tricontinental se assemelha, de fato, a uma viagem turística, daí a fala aparentemente impaciente do ministro ao lembrar seus convidados da importância de centrar esforços nas soluções políticas. Desde sua preparação, a conferência foi rodeada de apresentações, comemorações e de efemérides temáticas e de homenagens, como concursos literários promovidos pela *Casa de las Américas*<sup>318</sup> e eventos esportivos<sup>319</sup>. A *Casa de las Américas* já promovia eventos e concursos literários antes e seguiu sendo a promotora dessas atividades após 1966, sendo que, neste ano em específico, deu ênfase ao tema tricontinental. Em novembro e dezembro de 1965, houve apresentações de destaque que demonstram as parcerias estratégicas de Cuba no campo da cultura e a importância conferida tanto pela anfitriã quanto por seus convidados às manifestações artísticas de fundo político.

<sup>314</sup> *Reunión de Jefes de Delegaciones de la 1ª Conferencia Tricontinental*, 14 de enero de 1966 (mañana). Pasta 251, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>315</sup> Roa foi ministro das Relações Exteriores de Cuba entre 1959 e 1976. Antes de 1959, foi oposição das ditaduras de Gerardo Machado e Fulgencio Batista e, após a chegada de Fidel Castro ao poder, tornou-se o principal porta-voz de Cuba na ONU e em outros fóruns internacionais, defendendo a soberania cubana e denunciando o embargo econômico dos Estados Unidos e o imperialismo. Atuou ativamente na aliança com a União Soviética, na defesa durante a Crise dos Mísseis de 1962 e no fortalecimento da política externa de Cuba. Além de diplomata, foi um importante ensaísta e historiador.

<sup>316</sup> “*Fidel y los delegados a la Tricontinental*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 4, p. 42-47, 28 de janeiro de 1966).

<sup>317</sup> “*En Girón y en Santiago*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, p. 50, 21 de janeiro de 1966).

<sup>318</sup> *Granma*, 30 de dezembro de 1965 (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>319</sup> “*1965: un gran año en deportes*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 50, p. 48-51, 10 de dezembro de 1965).

Mais do que isso, essas atividades mostram como a ilha mobilizou suas instituições e espaços de cultura para aumentar o impacto do evento na população local e entre os convidados da Conferência e, de igual maneira, na opinião pública internacional. Na edição de 31 de dezembro de 1965 da *Bohemia*, noticiou-se a coletiva de imprensa, no *Salón Copa* do Hotel Riviera, de “artistas intérpretes e representantes das melhores tradições culturais da África Ocidental”<sup>320</sup> em razão da Tricontinental. O Balé Nacional Folclórico da Guiné foi apresentado à imprensa cubana por membros do governo guineense, como o diretor do Serviço de Arte e Cultura, Condé Mamadoud, e o diretor do Balé Nacional, Bangoura Naby. No encontro, Mamadoud explicou o significado da presença das manifestações artísticas vindas da África em Havana:

Uma das consequências da colonização foi a despersonalização do homem africano. Por isso nosso partido de vanguarda decidiu, como tarefa essencial, reabilitar nossa arte e nossa cultura, ou seja, empreender nossa própria revalorização<sup>321</sup>.

Parafraseando seu presidente Sékou Touré, e em nome de sua nação, o diretor disse ainda que a arte e a cultura interessavam a todos, em especial aos povos subdesenvolvidos e colonizados. A presença desse grupo de pessoas vindas em nome do governo da Guiné nos mostra o investimento dos dois Estados no espaço cultural aberto pela Tricontinental para além da – ou em conjunto com a – importância da delegação política oficial. A presença desses artistas era vista não como complementar, mas como fundamental em uma conferência como a de Havana, sendo esta uma oportunidade em potencial, inclusive para ressignificar sentidos da experiência colonial e reforçar pertencimentos. A própria *Bohemia* resumiu bem esta visão sobre os laços culturais entre América e África vindos da colonização que teriam sido remodelados pela Tricontinental:

Quase havia se passado mais de um século desde a última vez que chegaram em massa às costas cubanas, escravizados, homens e mulheres nascidos no continente africano. Hoje é diferente. Chegavam como homens livres a uma terra que também o é<sup>322</sup>.

Na edição seguinte da revista, uma sequência de fotografias da estreia, no Teatro Chaplin, do conjunto guineense em Havana em comemoração ao 7º aniversário da Revolução e à Tricontinental complementava o breve texto sobre a “nação amiga”: “Para o público que lotava a ampla plateia, aquela música negra, tão ligada em seu espírito e em suas modalidades às raízes de nossa própria música vernacular, soava familiar.” O corpo de bailarinos da Guiné

---

<sup>320</sup> *Bohemia*, Havana, ano 57, n. 53, p. 65-66, 31 de dezembro de 1965.

<sup>321</sup> “*Ballet*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 53, p. 66-67, 31 de dezembro de 1965).

<sup>322</sup> “*En Cuba: Visperas del VII Aniversario – Ballet*” (Idem).

foi considerado “uma embaixada da arte folclórica” cuja expressão artística e “consciência revolucionária” expressavam a solidariedade daquela nação “com todos os povos do mundo que [lutavam] contra o imperialismo e o colonialismo”<sup>323</sup>. Portanto, a presença desses agentes de política e de cultura tinham um significado imediato não só de superação da colonização, mas de amplificação da mensagem da solidariedade internacional no campo da cultura. Além disso, era parte constituinte de um trabalho diplomático estatal guineense, uma “embaixada da arte” que estava coadunado com as intenções cubanas, havendo uma convergência nas práticas diplomáticas dos dois países, uma possibilidade de alinhar a cultura e a diplomacia que cresciam como prática política do Terceiro Mundo. O evento em Havana era a vitrine para que o Terceiro Mundo soubesse e participasse deste entendimento.

Como se vê, os espaços de cultura da cidade foram bastante utilizados. O Teatro Amadeo Roldán, por exemplo, recebeu o conjunto artístico da República Democrática do Vietnã “a fim de dar esplendor”<sup>324</sup> não somente à Tricontinental, mas também ao 7º Aniversário da Revolução, reforçando o amálgama entre política interna e solidariedade tricontinental trabalhado na seção anterior. Aliás, a subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo citada no início deste capítulo foi interrompida em razão do baile da solidariedade que aconteceu no Estádio Pedro Marrero. Segundo a *Bohemia*, houve ali um “espetáculo massivo” de 8 mil jovens cubanos, com números dedicados a apresentar artisticamente a luta contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, especialmente a luta vietnamita, e em homenagem às guerrilhas venezuelanas<sup>325</sup>. Percebemos aqui que a investida cubana de fazer valer sua mensagem sobre a via armada ultrapassava as salas de reuniões políticas e as artes dialogavam de perto com as mensagens que Cuba almejava alcançar ao final da conferência.

As exposições estiveram por toda Havana. Exibir artefatos relacionados com a Revolução e com a luta contra o imperialismo foi mais uma estratégia para divulgar a palavra da via armada e pressionar para que isto ficasse registrado na declaração final – como o foi. O relatório dos EUA<sup>326</sup> menciona que, ainda no dia 31 de dezembro, quando a grande maioria das delegações já havia chegado à capital, foram anunciadas várias exposições cuja curadoria e acervo eram orientados a depreciar e a difamar a força militar dos Estados Unidos. Bandeiras, equipamentos militares e armas “supostamente apreendidas durante a invasão da Baía dos

<sup>323</sup> “*De la Guinea amiga*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, p. 30-31, 07 de janeiro de 1966”).

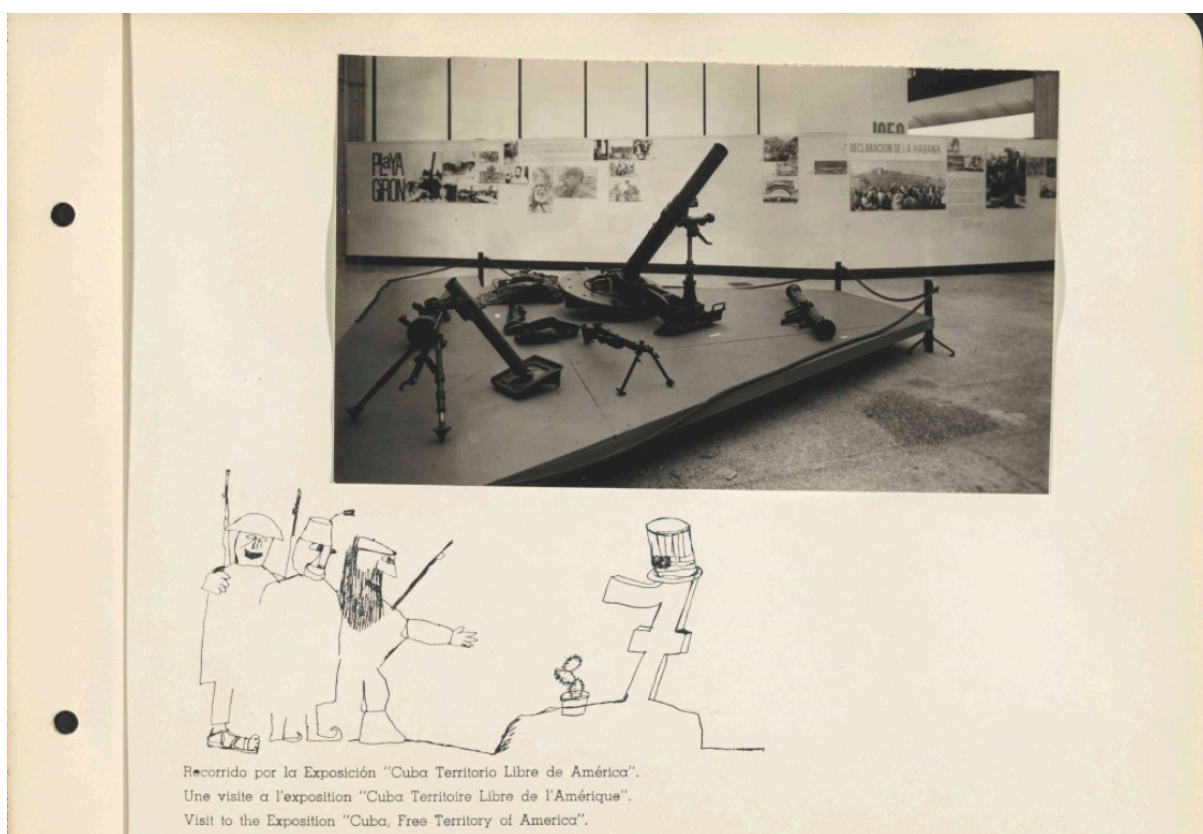
<sup>324</sup> “*Miscelanea*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 53, p. 69, 31 de dezembro de 1965).

<sup>325</sup> *Bohemia*. La Tricontinental. Diário de una conferencia, ano 58, n 1, p. 73, 07 de janeiro de 1966.

<sup>326</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

Porcos”; equipamentos de rádio dos EUA, receptores e transmissores automáticos e operados manualmente; equipamentos de demolição dos EUA, explosivos e latas de explosivos lacradas, armas pequenas, armas automáticas, metralhadoras e partes de aeronaves e pequenos barcos, “supostamente usados para fins de invasão” pelos Estados Unidos, viraram objetos de museu e de fruição para os convidados. Ainda que este documento não nomeie a exposição, o fato de tê-la registrado no relatório é indicativo do incômodo e do impacto de saber dos usos e abusos feito por Cuba desse material. É possível ainda inferir que a exposição à qual o relatório faz referência é a mesma presente no Álbum de Recordações da Tricontinental.

Figura 8 – Exposição *Playa Girón* - Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)



Fonte: Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_85221](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85221) (2024-9-5). Acesso em: 30 out. 2024

Lidia Generoso (2023) analisou em detalhes e extensão esta fonte, buscando, sobretudo, o modo como os recursos gráficos, humorísticos e fotográficos foram empregados na construção da narrativa memorialística cubana para a conferência. A sua tese de doutorado iluminou dimensões interessantes deste documento e contribuiu para instigar outras interrogações investigativas. Analisado por diferentes prismas históricos, aqui a fonte interessa pelo que entrega em relação à diplomacia cultural, aos investimentos nos espaços da cidade

remodelados e explorados em prol do projeto cubano nacional e internacional, sem esquecer que sua natureza documental zela por inscrever certa narrativa memorialística.

Nesta página do álbum (Fig. 8), tomamos conhecimento do nome da exposição: *Cuba Território Livre de América*, traduzido em três idiomas. Ao fundo, explicações sobre o evento de invasão à *Playa Girón*, seguidas de informações sobre o conteúdo da Declaração de Havana<sup>327</sup>. Uma exposição evidentemente organizada para informar e impressionar visitantes estrangeiros com um acervo material de armamentos apreendidos da maior potência imperialista da Guerra Fria em sua tentativa frustrada de derrubar um “território livre” e revolucionário. A fotografia da exposição dialoga ainda com a ilustração no canto da página, que reúne representantes armados dos três continentes que deboçam do e no enterro do imperialismo no 7º aniversário da Revolução<sup>328</sup>. Como identificou Lidia Generoso (2023), a temática militar e da via armada foi uma constante nesta documentação específica do álbum de recordações, o que sugere o intuito de reforçar vínculos e o uso da violência como forma legítima de alcançar a autonomia.

Diante dessa ofensiva em matéria de diplomacia cultural, mesmo aquelas delegações cujas experiências locais e crenças ideológicas não passavam pela luta armada dificilmente terminariam a estada em Havana indiferentes a tamanho investimento numa imersão na experiência revolucionária. Nessa chave, podemos pensar ainda nos espaços abertos na ocasião, por Cuba, a outras representações, como foi o caso da exposição do MPLA, cujas fotografias foram reveladas pelo próprio governo cubano. O apoio oferecido por Cuba aos movimentos de libertação africanos, já discutido no capítulo anterior, também encontrou sua versão na diplomacia cultural. Como representação não estatal incluída na agenda cultural, o MPLA, em seu relatório interno, expressou o contentamento pelo sucesso “sem precedentes” da exposição fotográfica “Angola Combatente - MPLA Vitória ou Morte”<sup>329</sup>. A concessão de espaços de visibilidade funcionava também a partir de alianças e de afinidades políticas, como era o caso da defesa cubana dos movimentos de libertação, um exemplo de como os alinhamentos e as negociações diplomáticas, inclusive por meio da cultura, nem sempre ocorriam com agentes estatais.

---

<sup>327</sup> Aspectos da 2ª Declaração de Havana e sua relação com o internacionalismo cubano foram discutidos no capítulo 1 desta tese.

<sup>328</sup> Lidia Generoso (2023, p. 110-111) analisa em detalhe esta e outras ilustrações do álbum em sua tese.

<sup>329</sup> *Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013> Acesso em: 13 ago. 2024.

Outra exposição importante durante a conferência foi a do pintor Wifredo Lam, o mais parisiense dos pintores cubistas de Cuba, nas palavras de Faligot (2013, p. 326). Radicado na Europa, o pintor afro-cubano expôs a enorme pintura a óleo *Tercer Mundo*, de 251 cm × 300 cm, no Museu Nacional de Belas Artes de Cuba, onde está até hoje. Amigo de Édouard Glissant, Aimé Césaire, Joséphine Baker, André Breton, Picasso, Lydia Cabrera e Alejo Carpentier, Lam inspirava-se na cultura afro-cubana, no surrealismo e no cubismo na composição de suas obras. Sua presença como artista negro em Havana durante o evento aponta para uma difícil questão cubana: a revolução e as questões raciais, que, defendendo, também não ficaram de fora da diplomacia cultural na Tricontinental.

#### 4.5 “*Bienvenue, Joséphine!*”: a convidada de honra na encruzilhada político-cultural em Havana

A figura de Joséphine Baker na Tricontinental foi um acontecimento à parte e raramente esse episódio é abordado em suas biografias, já que seus amigos à época a desaconselharam a ir a Cuba naquele momento, sob o risco de manchar sua carreira internacional (Faligot, 2020). Artista negra nascida nos Estados Unidos em 1907 e radicada na França desde os anos 1920, renunciou a sua cidadania de origem e rodou o mundo com seu passaporte francês. Ganhou fama durante o período do entreguerras, quando houve um interesse crescente por parte da França e da Europa colonial, no geral, pelas artes negras e “exóticas”. Para além das performances artísticas estereotipadas nos anos 1920 e 30, Baker atuou politicamente em várias frentes ao longo de sua vida. Sem dúvida, aquela que nos oferece um feixe de análise importante em relação a sua estada em Havana, em 1966, foi sua militância na luta pelos direitos civis e contra a segregação racial nas Américas, em especial nos Estados Unidos<sup>330</sup>.

Nos anos 1950 e 60, Baker foi agraciada com homenagens pela Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (no original, *National Association for the Advancement of Colored People* - NAACP), palestrou em eventos pelo mundo sobre a causa da igualdade racial e participou da tentativa de criação da Liga Mundial contra a Discriminação Racial na América Latina (Faligot, 2013). Diferentemente da artista dos anos 1930 que se apresentava nos salões de Paris com a saia de bananas que a tornou conhecida mundialmente, a Baker que desceu no aeroporto de Havana em dezembro de 1965 era uma mulher de quase 60 anos, de carreira sólida e com uma já longa relação com a ilha. Antes da Tricontinental, havia estado na capital algumas

---

<sup>330</sup> Baker também teve um papel importante na França durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhando junto ao serviço secreto da França Livre.

vezes em turnê e esbarrou em questões raciais profundas, às quais não permaneceu indiferente. Em 1952, foi impedida de se hospedar no Hotel Nacional em razão de sua cor e, em 1953, foi presa pelo governo Batista por tecer críticas ao racismo<sup>331</sup>. Do México, levantou fundos em suas apresentações para dar apoio a Castro (Seidman, 2013).

O público cubano era “profundamente apaixonado” (Faligot, 2020) pela artista e centenas de pessoas a receberam no aeroporto quando finalmente voltou a Cuba em dezembro de 1965 como convidada de honra da Tricontinental. O jornal *Granma* narrou o retorno de Baker como um grande evento: “As longas filas que se formaram desde o anúncio de sua estreia são prova incontestável do entusiasmo que sua presença despertou em nosso povo”<sup>332</sup>. Com apresentações quase diárias em diferentes locais da cidade com lotação máxima, como no Teatro Garcia Lorca e na Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), por exemplo, vemos que suas performances não foram exclusivas para as delegações estrangeiras. Joséphine Baker era uma convidada da Tricontinental e um presente do governo ao seu povo, novamente um entrecruzamento de esferas da política nacional com projetos internacionais. E, aparentemente, a recíproca era verdadeira. Nas reportagens que compõem o relatório de Baker feito pelo FBI, consta o seguinte excerto do *Prensa Latina*<sup>333</sup>:

Joséphine Baker expressou sua admiração pelo povo cubano, ‘por seu entusiasmo em fazer o que quer e por muitas outras razões que *mencionarei durante minha estadia em Cuba*’. Ela acrescentou: ‘Pretendo ficar em Cuba o máximo de tempo possível’ [...]. Tenho centenas de músicas na ponta da língua e cantarei qualquer coisa que me pedirem, *especialmente os cubanos*. O mais importante é que estou em Cuba’. Concluindo, Joséphine Baker enviou saudações e ‘um forte abraço aos delegados da Conferência Tricontinental e meus melhores votos para o sucesso de seu trabalho’ (Grifo meu)<sup>334</sup>.

Nessa entrevista, Baker provoca curiosidade sobre as razões de sua admiração ao povo cubano, mas é possível especular sobre o que gerava seu entusiasmo. *Persona non grata* pelo governo dos Estados Unidos, os relatórios feitos pelo FBI a seu respeito são hoje uma fonte importante para conhecer tanto sobre suas relações com Cuba quanto compreender a figura de

<sup>331</sup> *Report of Investigation*, Sept 1954. Joséphine Baker Report. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>332</sup> Joséphine Baker Report. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>333</sup> Agência de notícias internacional com linha editorial afinada com o governo cubano, foi fundada em 16 de junho de 1959, com sede em Havana. Criada com o apoio de Fidel Castro e sob a direção inicial do jornalista argentino Jorge Ricardo Masetti, seu objetivo era oferecer uma visão alternativa à grande imprensa ocidental, que, segundo o governo cubano, distorcia os acontecimentos da América Latina. Tinha correspondentes em vários países e foi uma das principais vozes da mídia estatal cubana no cenário internacional.

<sup>334</sup> *Prensa Latina*, autor Paqueta Cao, 39/12/1965 (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.



Baker no contexto da Guerra Fria Cultural a partir da relevância e efeito de sua crítica internacional aos Estados Unidos.

Em “*Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*”, Benedetta Calandra e Marina Franco (2012, p. 11) conceituam a Guerra Fria Cultural como uma “rede de atores, práticas e estratégias comunicativas” que, na esfera da diplomacia cultural e no marco cronológico da Guerra Fria, contribuíram para a exportação do *American Way of Life* na América Latina, incluindo as múltiplas formas de recepção e reelaboração em nível local. Nesse sentido, a presença de Baker como mulher negra estadunidense que renunciou a sua nacionalidade de origem e advogava internacionalmente por causas que deixavam a nu fragilidades democráticas dos Estados Unidos, era um desafio a esta lógica específica. Ousando ir além na análise, podemos pensar que a formação de uma diplomacia cultural tricontinental, aposta da conferência, é uma chave potencial para observar outros arranjos que fogem a determinismos da Guerra Fria, inclusive no campo da cultura. Em sua declaração geral, proclamou os povos dos três continentes ao intercâmbio de suas culturas “genuínas” e falou sobre a necessidade de uma luta ativa para “expulsar da vida cultural de seus países as manifestações do espírito imperialista”<sup>335</sup>.

De volta à aparição de Baker em Havana, é preciso analisar o contexto mais amplo do período, no qual o racismo praticado nos Estados Unidos com o aval do Estado virou uma arma que os comunistas, no geral, e especialmente Cuba, apontaram para os Estados Unidos (Dudziak, 1994). Pelas informações recolhidas pelo serviço de inteligência ao longo de mais de uma década sobre Baker, podemos perceber como ela foi vista como uma ameaça central a “um ponto cultural e ideológico fraco na diplomacia americana da Guerra Fria: a intersecção entre raça e relações estrangeiras” (Dudziak, 1994, p. 543-555).

Por isso, para a política interna e externa cubana, a presença da artista era providencial e recebê-la significava muito. Ao *Granma*, a diretora do Instituto Cubano de Rádio, Tania Castellanos, declarou: “O tratamento discriminatório que Joséphine Baker sofreu antes em Cuba será compensado na Cuba Socialista [...] Vamos dar a Joséphine Baker uma demonstração da Cuba de hoje!”<sup>336</sup>. Ao que parece, a promessa foi cumprida. Ao mesmo jornal, a artista declarou: “Quando cheguei a Havana, tive alguns problemas para encontrar um lugar para ficar [em referência à negativa do Hotel Nacional de hospedá-la em 1952]. Era um absurdo que em

<sup>335</sup> Publicado por: Estrada, U.; Suárez, L. (org.). *Rebelión Tricontinental: Las voces de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina*. La Habana; New York: Ocean Sur Press, 2006, p. 401.

<sup>336</sup> *Granma*, 11/01/1966. “Welcome, Joséphine”. Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

Cuba as pessoas pudessem ter dificuldades devido à cor da sua pele. Havana certamente mudou em todos os sentidos”<sup>337</sup>.

A renúncia à cidadania estadunidense por uma mulher afro-americana mundialmente conhecida, sua admiração pelo povo e pelo governo cubano, sua presença e acolhida durante a Tricontinental: é aqui onde o entretenimento, a política e a diplomacia cultural mais uma vez se misturam e apontam para os Estados Unidos como alvo. As declarações feitas por Tania Castellanos e Baker à imprensa trazem à tona uma questão sensível: a questão racial em Cuba e 1959 como ponto de inflexão do racismo na ilha (Generoso; Resende, 2019). O cientista político norte-americano Mark Sawyer (2006, p. 64) argumenta em seu livro *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba* que o internacionalismo cubano esteve à serviço da ideologia racial e permitiu à “Cuba revolucionária externalizar problemas raciais e a luta contra o racismo”, desviando o foco das incongruências ou incapacidades de sanar a questão internamente. Houve não somente um silenciamento, mas uma negação da existência de racismo, quando Fidel Castro declarou o racismo em Cuba oficialmente resolvido na 2ª Segunda Declaração de Havana em 1962 e, em 1966, reafirmou que a discriminação havia desaparecido quando os privilégios de classe desapareceram (De La Fuente, 2001). Rodrigo Espina Prieto e Pablo Rodríguez Ruiz (2001) afirmam que o racismo em Cuba foi minado pela conformação de um discurso político oficial pós-1959 que proclamava a igualdade e estigmatizava todas as formas de exclusão. Para selar a legitimidade do novo governo em termos da retórica nacional anticolonial, anti-imperialista e, sobretudo, antirracista, a ideia da existência de segregação racial não era cabível, daí o deslocamento da discussão do plano interno para o externo e eis também a importância da figura política representada por Baker.

Por essas razões é difícil concordar com Sarah Jane Seidman (2013) quando ela diz que, apesar da sua carreira e cidadania transnacionais, a presença de Baker em Havana para a Conferência a tornava uma aliada em potencial do tricontinentalismo, mas que “seu papel na Conferência não se centrou no engajamento político” (p. 90). Discordo desta afirmação e me baseio em um entendimento mais ampliado sobre engajamento político a partir do entrecruzamento da trajetória histórica de Baker como ativista pelos direitos civis, de sua história política com Cuba, de sua presença em Havana em 1966 e, claro, das intenções cubanas. Afinal, o que significava a presença de Baker como convidada de honra de uma Conferência

---

<sup>337</sup> “Joséphine Baker wants to act on Cuban stages” (*Granma*, Recortes de jornal. Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024. A bibliografia a respeito da continuidade do racismo em Cuba após a revolução e da negligência do governo em atuar sobre a questão é extensa, mas seguramente o governo garantiu que Baker não visse ou experienciasse isso.

Tricontinental, uma mulher negra que três anos antes havia marchado ao lado de Martin Luther King em Washington, que havia sido presa em Havana por falas antirracistas em 1953? Qual o peso simbólico de sua apresentação para centenas de delegações estrangeiras e de cidadãos cubanos reunidos sob a bandeira antiimperialista, antirracista e anticolonial? Por que, entre tantos artistas possíveis, entre tantos amigos de Cuba, foi escolhida justamente Joséphine Baker, uma mulher que fazia uso de sua figura pública para angariar adeptos e divulgar as pautas que lhe eram caras?

O governo de Fidel Castro e o comitê organizador cubano da Conferência souberam tirar vantagens do poder da figura de Joséphine Baker em Cuba, sendo que a artista consentiu em emprestar sua voz, não somente de forma literal, mas no sentido mais amplo e figurado do termo, à causa Tricontinental, que incluía a pauta antirracista. Nesse sentido, as crenças pessoais de Baker iam ao encontro do que pretendia o governo cubano. O racismo, e especificamente o racismo dos EUA, foi um tema de grande importância para Cuba<sup>338</sup>, que atuou ativamente para que a pauta estivesse presente tanto nas discussões quanto nas resoluções da Conferência Tricontinental, como de fato esteve.

Diante de sua trajetória política e de ativista internacional, em nenhum momento Baker pode ser entendida como uma mulher ingênua quanto aos interesses do governo cubano em fazer uso de sua imagem internacional. Em entrevista à *Prensa Latina*, declarou, já em território cubano: “esse evento simboliza tudo o que eu sempre desejei para a humanidade”<sup>339</sup>. Por isso tendo a concordar com Mary Dudziak (1994, p. 354) que considera Joséphine Baker uma espécie de “embaixadora incomum” [*odd ambassador*] das justiças raciais. Incomum porque ela atuava politicamente em diversos países e junto a vários governos de forma pouco convencional, mesmo diante das inúmeras restrições e limitações existentes para mulheres na política internacional, especialmente para mulheres negras. Seu papel como artista de fronteira, em trânsito entre Norte e Sul foi, então, uma rota possível para fazer circular suas crenças por justiça e sua influência.

Segundo Dudziak (1994, p. 555-556), se para muitos Baker é vista como uma artista política que não fazia suas apresentações de forma engajada, sem dúvida “suas apresentações cruzavam as fronteiras raciais”, seja quando exigia plateias racialmente integradas, como diz a autora, seja apresentando-se em Cuba durante a Tricontinental, como defendo aqui. Além disso,

---

<sup>338</sup> Apesar disso, a presença de afro-americanos em Havana para a conferência foi escassa. Apenas Robert F. Williams e Joséphine Baker estiveram presentes como convidados (Seidman, 2013).

<sup>339</sup> Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

as ações de uma artista dentro e fora dos palcos não devem ser vistas como desconectadas. Portanto, ainda que Baker não tenha falado em cima do palco do CTC sobre anti-imperialismo ou antirracismo, em sua bagagem para Havana vieram também todas as suas histórias e seu peso político internacional.

A exibição de sua apresentação aos trabalhadores cubanos no CTC no dia 13 de janeiro em TVs espalhadas pelos corredores e salões do Hotel Havana Livre<sup>340</sup>, onde também fez apresentações exclusivas para as delegações, aliás, nos leva para outras interseções nesse emaranhado de possibilidades que foi a conferência.

#### 4.6 “Não havia hotéis tão grandes e bonitos como este antes!”<sup>341</sup>

Inaugurado em 1958 no bairro do Vedado, o hotel que nasceu como *Hilton Habana* foi um elemento a mais na composição da geografia da conferência Tricontinental. Ocupado pelos revolucionários e rebatizado como *Habana Libre* ainda em 1959, foi morada de Fidel Castro por alguns meses após a tomada da cidade em 1959, sendo nacionalizado em 1961. Como epicentro das discussões políticas, recepcionou representantes de movimentos insurgentes, oposições em exílio e comunistas, e teve sua fachada iluminada por um globo sustentado por um braço empunhando um fuzil (Fig. 9)<sup>342</sup>. Essa instalação, vista de muitos pontos na cidade de Havana, era uma afronta aos críticos da Revolução bem como uma mensagem aos seus convidados, avolumando a importância histórica, patrimonial e simbólica do edifício<sup>343</sup>.

<sup>340</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 2, p. 80-81, 14 de janeiro de 1966; *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, p. 47, 21 de janeiro de 1966

<sup>341</sup> *Granma* (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>342</sup> A imagem foi criada pelos artistas gráficos Tony Évora e Renilde Suárez e aprovada por Ben Barka. Tornou-se o logotipo da Conferência e, em seguida, da OSPAAAL.

<sup>343</sup> Atualmente, há fotografias expostas de forma permanente no *hall* de entrada sobre a tomada do prédio e também registros da Conferência Tricontinental.

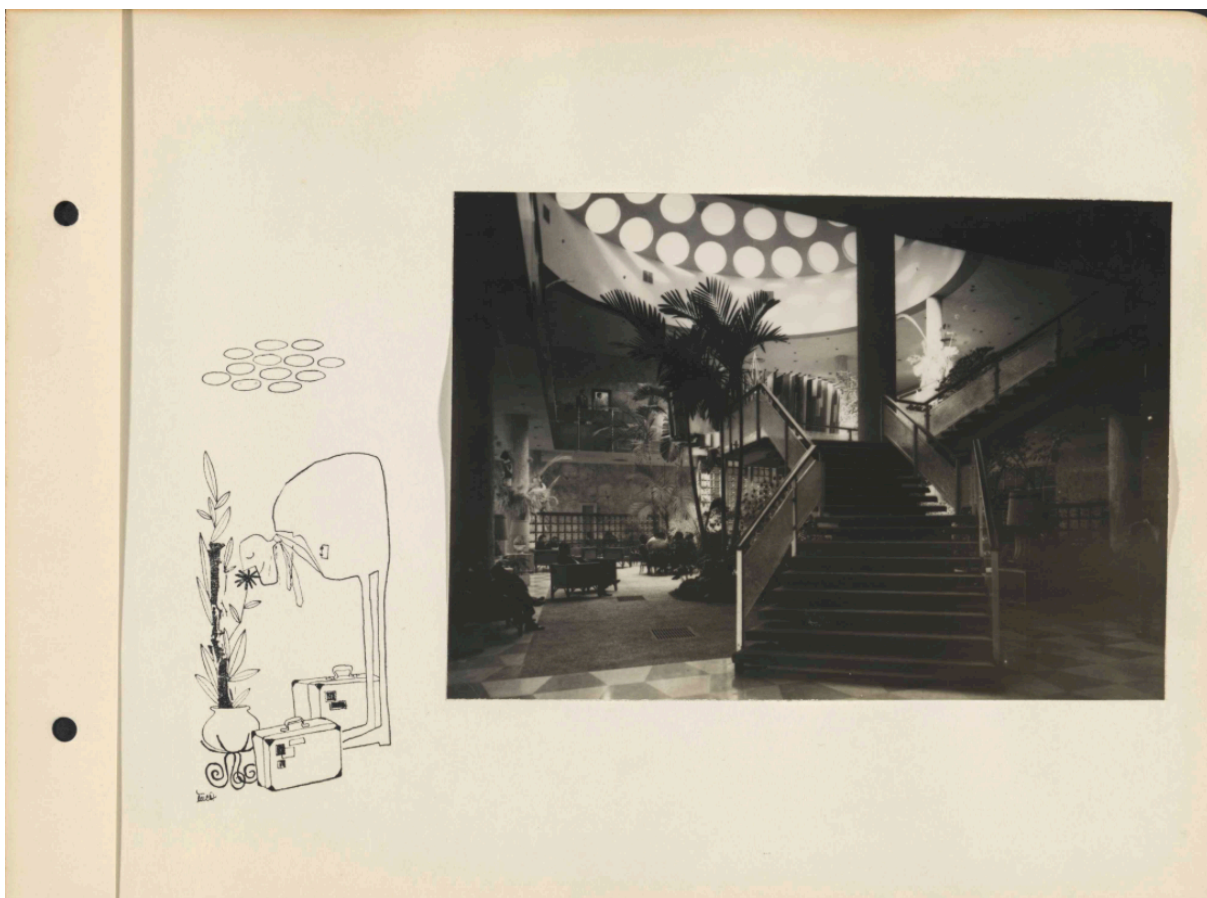
Figura 9 – Fachada do Hotel Havana Livre - Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)



Fonte: Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_85221](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85221) (2024-9-5). Acesso em: 30 out. 2024 [recorte da página original].

Essa fotografia (Fig. 9) é a primeira da série do *Álbum de Recordações Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina*. É interessante pensar na escolha de posicionar o hotel como inauguração da sequência narrativa visual de recordações. Fotografias da cidade, das apresentações artísticas, reuniões, jantares e desfiles militares do 2 de janeiro não obedeceram à ordem cronológica no álbum, mas as duas primeiras fotos são do Havana Livre. A primeira, de sua fachada; a segunda, de seu *hall* de entrada (Fig. 10).

Figura 10 – *Hall* do Hotel Havana Livre – Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)



Fonte: Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_85221](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85221) (2024-9-5). Acesso em: 30 out. 2024. Autor da ilustração: Antonio Marino Souto (Ñico).

Se descartarmos a aleatoriedade e pensarmos na *seleção*, fica evidente certa narrativa que dá ao hotel a simbologia do início, da recepção, da entrada no universo tricontinental havaneiro.

No álbum, podemos observar o esforço de demarcar o maior e mais luxuoso hotel da cidade como objeto de memória de uma experiência única. Junto a outras fotografias, era um símbolo a mais da recepção e da hospitalidade cubanas. Em janeiro de 1966, a fachada iluminada podia ser vista à distância, para ninguém se esquecer do que estava sendo decidido ali e da importância disso para o Terceiro Mundo. Eternizá-lo em um álbum foi também uma tentativa de barrar este esquecimento na longa duração. A fotografia do *lobby* do hotel (Fig. 10) mostra algumas pessoas sentadas confortavelmente, em um clima aparentemente calmo, rodeadas de plantas tropicais, uma imagem bastante diferente, por exemplo, do ambiente descrito por Roger Faligot (2013, p. 343):

Nada menos que oitocentos funcionários trabalhavam no Habana Libre e até se alojavam ali, enquanto a capacidade do hotel, cerca de 1.000 clientes em tempos normais, explodia com 1.800 pessoas para cuidar: delegados estrangeiros e seus acompanhantes, delegados cubanos do interior do país, intérpretes e participantes na organização geral da conferência, sem esquecer os muchachos da Segurança. Cento e sessenta camareiras estavam presentes até horas estranhas, apoiadas por um número ainda maior de lavadeiras, porteiros, mensageiros, ascensoristas etc. Tinham que lidar com seiscentos e trinta quartos, incluindo quarenta e duas suítes, tendo até sete quartos para os mais suntuosos como a famosa suíte 2324 de Fidel.

A foto também não se encaixa, por exemplo, com os diários da conferência feitos pela equipe de jornalistas da *Bohemia*:

Para o jornalista da Conferência Tricontinental, não era fácil registrar o desenvolvimento de suas múltiplas atividades. Em meados da semana anterior, havia-se perdido praticamente a noção do tempo: tal era o acúmulo de trabalho. As comissões e subcomissões seccionavam sem reparar no relógio. Dentro do Hotel, fosse no saguão, no mezanino, no Salão dos Embaixadores ou em qualquer outro lugar de reuniões, quase ninguém podia perceber quando terminava um dia e começava outro. O certo era que ali estavam os delegados imersos nas discussões, nos debates, delineando uma resolução, esclarecendo outra, precisando o conteúdo de um documento que seria levado à plenária<sup>344</sup>.

Na ilustração<sup>345</sup> de Ñico que compõe a página do álbum (Fig. 10), vemos um hóspede recém-chegado, sereno, sorrindo ao sentir o cheiro de uma flor. A imagem parece reforçar o êxito cubano em garantir aquilo que Armand Hart havia prometido a Ben Barka: “nosso povo dará aos delegados a acolhida que merecem como representantes da África, da Ásia e da América Latina e faremos o possível para que se sintam bem entre nós”<sup>346</sup>. Desse modo, o álbum, como documento, cumpre sua função de “reforçar os vínculos estabelecidos na reunião, engajando-se não só em um discurso político, mas também em uma narrativa afetiva” (Generoso, 2023, p. 105).

Pelas TVs espalhadas pelos corredores com os *shows* de Joséphine Baker, já é possível supor que este espaço era utilizado de forma dinâmica e nem só de reuniões foi a rotina no Hotel Havana Livre. Além da “febre de trabalho”<sup>347</sup> das delegações em estabelecerem contatos

<sup>344</sup> “*Diario de una conferencia*” (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, p. 45, 21 de janeiro de 1966).

<sup>345</sup> Segundo Generoso (2023, p. 113), o “Álbum de Recordações da Conferência teve por principal humorista gráfico René de la Nuez (Nuez), tendo contribuído com o maior número de peças. Seu trabalho figura em 13 das 33 páginas do documento. Outros artistas envolvidos na produção foram Aristides Pumariega (Aristide), com oito peças; Antonio Mariño (Ñico), também com oito peças; e José Luis Posada (Posada), com duas”.

<sup>346</sup> *Crean Comité Cubano de la Tricontinental*, por Gabriel Molina. *Hoy*, 30/09/65 [Recorte de jornal]. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Havana, Cuba.

<sup>347</sup> Como explicado no capítulo 3, “febre de trabalho” foi a expressão usada pela guia informante ao reportar o trabalho de contatos políticos feito pelas delegações em Havana. (*Informes secretos de delegados*. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).

entre si, como vimos no capítulo anterior, e das reuniões madrugadas adentro<sup>348</sup>, a programação artística em seu interior foi igualmente intensa. A República Democrática do Vietnã, além de ter enviado sua delegação política para a conferência, enviou também uma delegação cultural-artística. Os artistas vietnamitas tiveram apresentações tanto na cidade de Havana quanto no Teatro Chaplin do Hotel Havana Livre<sup>349</sup>, totalizando 5 apresentações no total. Na noite do dia 4, também no Teatro Chaplin, houve a apresentação do “Grande balé tricontinental”, com coreografia do corpo de bailarinos da Guiné, do México e do Vietnã (Faligot, 2013, p. 386). Essa grande “dança da solidariedade” também ficou registrada no álbum de recordações<sup>350</sup>.

Sessões de cinema também era uma opção de entretenimento e informação política aos hóspedes do Havana Livre. No dia 11 de janeiro foram exibidos dois documentários sobre a luta da guerrilha da Guiné e em Cabo Verde, com fala introdutória explicativa feita por Amílcar Cabral<sup>351</sup>. Na revista *Bohemia* de 12 de novembro de 1965, noticiou-se que “Lalaquema”, produzido pelo Departamento de Informação do PAIGC, foi programado para ser exibido durante a Tricontinental<sup>352</sup>.

Diante desse panorama maior da geografia da Conferência Tricontinental do qual o Havana Livre fez parte, sustento que as redes políticas que ali se formaram ou se consolidaram não estiveram restritas às reuniões a portas fechadas. A partir de um entendimento mais alargado do encontro tricontinental em Havana, incorporando espaços formais e informais de convivência, vemos como Cuba mobilizou seus espaços de cultura e como outros agentes tiveram uma intenção de autopromoção no Terceiro Mundo também a partir da linguagem cultural. Este aspecto da diplomacia pode ser visto tanto como parte de uma estratégia política cubana quanto como elemento em uma rede de ações de indivíduos de diferentes origens que, assim como Cuba, viram e usaram a ocasião como uma oportunidade de promoção de seus valores e posicionamentos políticos.

Atualmente, como argumenta Rosenau (2003), a multiplicidade de atores na cena internacional põe em xeque a prevalência do Estado Nação como ator único, inclusive no que diz respeito à diplomacia cultural. Mas podemos pensar que a Conferência Tricontinental, como parte de uma política de conferências mais ampla empreendida pelo Terceiro Mundo nos anos 1950 e 1960, já se confrontava com essa questão. Foi precursora em ambientar no mesmo

---

<sup>348</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 2, p. 72, 14 de janeiro de 1966.

<sup>349</sup> “*Miscelanea*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 53, p. 69, 31 de dezembro de 1965).

<sup>350</sup> *Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)*. Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_85221](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85221) (2024-9-5). Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>351</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, p. 45, 21 de janeiro de 1966.

<sup>352</sup> *Bohemia*, Havana, ano 57, n. 46, p. 37, 12 de novembro de 1965.



espaço agentes estatais e não estatais e em conciliar uma diplomacia cultural de interesse nacional sem deixar de fora uma proposta tricontinental. Por meio da prática desta diplomacia, promoveu, assim, um elo para a solidariedade internacional que presenciou, no campo da cultura, também sua expressão.

No próximo capítulo, entraremos pela última vez nas salas de reuniões do Havana Livre, com este relato oferecido pela *Bohemia* como guia: no dia 12 de janeiro, poucos dias antes do encerramento da conferência, foi oferecido um jantar aos delegados da Tricontinental na *Plaza de la Catedral*. Ao som da performance do Conjunto Folclórico Nacional de Cuba, Fidel Castro compartilhou a mesa com os presidentes das delegações do Vietnã do Sul e da República Democrática do Vietnã, Nguyen Van Tien e Tran Danh Tuyen, os comandantes Jesús Montané, José Ramón Machado Ventura, René Vallejo e a Presidente do Comitê Cubano de Solidariedade com o Vietnã, Melba Hernández<sup>353</sup>. O que conversavam ali?

Além da fruição que o momento proporcionava, importante pensar que esses eventos culturais também eram momentos de articulações e de construção de vínculos políticos, momentos para observar agrupamentos e para ser visto, não apenas pelas lentes dos fotógrafos da imprensa local e estrangeira. Menos frequentemente registrados na história de conferências internacionais, esses espaços foram possivelmente ensejos de conversas sobre problemas difíceis dentro das reuniões. É o que vamos conhecer a seguir, sobre o difícil consenso para os comunicados finais.

---

<sup>353</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, p. 46, 21 de janeiro de 1966.

## 5 “A GUERRA SÃO OS IMPERIALISTAS QUE FAZEM”<sup>354</sup>: CONSTRUÇÃO E DISPUTA DE SIGNIFICADOS NA CONFERÊNCIA TRICONTINENTAL

“Queridos camaradas e irmãos: nossa delegação é da opinião que Havana deverá permanecer em nossa memória como o lugar onde os princípios revolucionários receberam um novo sopro de vida, renascendo mais fortes e mais eficazes; o lugar onde todas as ideias errôneas sobre a luta contra o imperialismo norte-americano foram sepultadas [...]”.<sup>355</sup>

“Todo mundo conhece a forma do neocolonialismo neste mundo, assim como do colonialismo; não é preciso repetir longas perorações aqui. Portanto, vamos colocar em ação o que temos na mesa e vamos evitar qualquer debate longo”.<sup>356</sup>

Assim como os outros capítulos que compõem o conjunto desta tese, a ideia do capítulo final nasceu por uma recorrência não prevista: a construção e a disputa por significados que, à primeira vista, aparentavam ser pontos pacíficos para as discussões. Ainda em 1965, o comitê preparatório dirigiu um chamado aos povos dos três continentes, dizendo que a conferência seria “uma nova etapa na luta comum contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pela liberação dos povos, pelo progresso social e pela Paz Mundial”<sup>357</sup>. Ao final do encontro, sua declaração geral enfatizou como uma ampla representação de delegações havia estreitado “os vínculos de solidariedade revolucionária e anti-imperialista” e adotado “*acordos* fundamentais na batalha contra o sistema de exploração imperialista, colonialista e neocolonialista”<sup>358</sup>.

A versão final nas resoluções da Conferência, resultado do trabalho colaborativo das comissões de trabalho em Havana, sacramentou compromissos para o futuro e fundamentou denúncias. Condenou a ONU e a OEA como instrumentos do imperialismo e acusou o governo de Israel de racista e segregacionista. Proclamou solidariedade com a população negra dos

<sup>354</sup> Fala da delegação da CONCP. Subcomisión de Asuntos Candescentes. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 17. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

<sup>355</sup> *Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>356</sup> Fala da delegação de Gana (*Colonialismo y neocolonialismo*). Enero 8. Sesión noche. Pasta 219. Gaveta 3, AHOSPAAAL, Habana, Cuba).

<sup>357</sup> *Llamamiento para la 1ª Conferencia de los pueblos de Asia, África y América Latina*. (La Habana 3-10 enero, 1966). Comité Preparatório Internacional, Cairo 1-2 Septiembre, 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>358</sup> *Declaración General de la Primera Conferencia Tricontinental*, La Habana, 15 de enero de 1966. (Estrada; Suárez, 2006, p. 391).

Estados Unidos, com a classe trabalhadora dos países europeus e censurou os golpes na América Latina. Reafirmou o compromisso com os princípios de Bandung, colocando-se contrária à toda forma de colonização, fazendo do apoio ao povo do Vietnã a insígnia primeira de uma solidariedade fortalecida e em expansão. Esses foram apenas alguns dos vários pontos presentes no texto<sup>359</sup>.

A delegação da África do Sudoeste, cujo discurso já foi mencionado aqui, possivelmente refletia o anseio das demais delegações sobre a importância da redação final das resoluções:

Será inútil sair daqui com uma dessas declarações gerais, vagas e, por assim dizer, "unânicas" que dão lugar depois a numerosas e diversas interpretações. O que nos faz falta aqui é uma declaração clara, concisa e categórica que responda às aspirações e aos desejos das forças revolucionárias dos três continentes aqui representados. [...] Devemos estabelecer nossos princípios em termos claros e bem definidos, inacessíveis às manobras que levem a desvios<sup>360</sup>.

Por essa fala é possível entender melhor o cuidado aos detalhes, aos esclarecimentos. Além de um documento oficial que operava como farol para governos e movimentos engajados no projeto Tricontinental nos anos 1960, ele compõe também o conjunto da história oficial de uma conferência, da empreitada internacionalista cubana e da história do Terceiro Mundo.

Desde o momento de sua concepção até seu encerramento, a Tricontinental de Havana hasteou alto suas bandeiras. Seria uma conferência de povos, pelas independências e pela autodeterminação, defensora da necessidade urgente da luta emancipatória e da construção de laços de solidariedade internacionais. Acima de todas, estava a bandeira do anti-imperialismo, anticolonialismo e antineocolonialismo.

Como um importante ponto de convergência entre as esquerdas latino-americanas na década de 1960, o anti-imperialismo gerou diversas propostas alternativas e endógenas, como o desenvolvimentismo, por exemplo. A postura contestatória ao imperialismo, sobretudo o imperialismo dos Estados Unidos, explica Aldo Marchesi (2017), teve forte influência na América Latina nas décadas de 1950 e 1960, impactando não apenas as políticas econômicas, mas também as dimensões políticas e culturais da região. Não foi, porém, algo inaugurado no período. Como já demonstrado por Waldo Ansaldi e Patricia Funes (1998, p. 25) em um esforço comparativo entre os temas mais discutidos nas décadas de 1920 e 1960, alguns deles foram

<sup>359</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

<sup>360</sup> *Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

“frequentados obsessivamente” nas duas épocas. Com proximidades e afastamentos semânticos, o anti-imperialismo, latino-americanismo, reformismo e revolução foram amplamente discutidos por intelectuais em seus contextos locais e diante de uma perspectiva continental. Os pesquisadores localizaram aspectos de alianças continental e de solidariedade anti-imperialista transnacionais inculcadas no entendimento político nos dois momentos, sendo destacada a radicalidade da via revolucionária nos anos 1960 como fator distintivo entre essas épocas, sustentada justamente pela experiência cubana de 1959:

da perspectiva latino-americana, ambas as décadas mostram, entre outros denominadores comuns, uma forte aposta, precisamente, na América Latina e seu futuro promissor, associado a modificações estruturais, à revolução” [...] as duas décadas compartilham a combinação da singularidade do momento latino-americano com a projeção da universalidade e a aposta em um futuro de rupturas conquistadas pela ação (Ansaldi, Funes, 1998, p.25-26).

Alguns trabalhos recentes buscam recuperar empiricamente essa trajetória e filiação entre os anos 1960 e 1920 em relação às origens regionais do anti-imperialismo, como o de Anne Mahler (2024). Nele, a autora investiga o encontro de ativistas da Liga Anti-Imperialista das Américas (LADLA) com intelectuais anticoloniais africanos, afro-americanos e asiáticos através da Liga Contra o Imperialismo (LCI), fundada no Congresso de Bruxelas de 1927.

Como vimos, esse conjunto não trazia, em si, termos novos. Foi uma reformulação, reatualização e reconfiguração de significados de um repertório político discursivo *em construção*. A novidade, na década de 1960, foi o Terceiro Mundo como *agente* de uma perspectiva transnacional, transatlântica e tricontinental sobre as formas de luta. Para isso, a tentativa de estabelecer um entendimento comum de termos caros à época. Em diálogo com os estudos mais tardios de Charles Tilly (2005, 2006) sobre repertório<sup>361</sup>, nos quais o autor desenvolveu a ideia como conjunto de performances e conferiu destaque à relação entre ideias e ação, é possível caminhar no entendimento de que, avançar sobre tal repertório, nos anos 1960, significava uma projeção de ação coletiva para a luta. O interesse de Tilly por uma escala ampliada nas análises sobre mobilização e contra mobilização em suas últimas publicações (Alonso, 2012) nos oferece, ainda, a possibilidade de incluir a própria Conferência como elemento no repertório de conferências do Terceiro Mundo, entendidas como uma forma de política de confronto por meio dos encontros internacionais.

Embora anti-imperialismo, anticolonialismo e antineocolonialismo pareçam ser elementos unitários – e unificadores – na Conferência Tricontinental e mesmo nos anos 1960,

---

<sup>361</sup> A historiadora brasileira Angela Alonso (2012) apresenta-nos um panorama detalhado do percurso da teoria de Charles Tilly desde a década de 1970 aos anos 2000.

curiosamente, estas e outras palavras-chave, como libertação, independência e paz, por exemplo, e entendimentos sobre solidariedade tiveram que ser cuidadosamente articulados em seu conjunto *durante* a Conferência, sobretudo em seus significados. Em um relatório feito pelo Ministério das Relações Exteriores (MINREX), o delegado venezuelano Perez Marcano declarou seu incômodo ao reclamar que delegações “se fixavam muito nos detalhes e nas palavras”<sup>362</sup>. A fala da delegação ganense sobre as “extensas perorações” que abriu este capítulo, denunciava algo semelhante. Para muitos, parecia um contrassenso falar a respeito de determinados termos que, a princípio, pareciam ser familiares aos indivíduos ali presentes.

Para além da crítica e impaciência contidas na superficialidade dessas duas falas, podemos alcançar uma pista do quão importante eram *certas* palavras. E, se partirmos do pressuposto de que o poder das palavras não está nas palavras, isto é, de que sua função e poder não estão unicamente na capacidade informativa, mas na complexa interação entre a linguagem, o porta-voz e o contexto social (Bourdieu, 1998), temos aí uma possibilidade de investigação mais profunda. A forma como as palavras são ditas, o contexto em que são usadas e, crucialmente, quem as pronuncia, são fatores interdependentes que determinam o seu impacto. Daí a importância de um investimento tão grande de uma Conferência na formulação de um conjunto de termos-chave de uma época para uma população específica.

Assim, compartilhar as declarações ao fim do encontro internacional constituía não somente um documento histórico, mas também uma cartilha política de orientação para o futuro, fazendo daquele um momento decisivo do encontro. Na sua composição, as semânticas estiveram ora em construção, ora em disputa e isto só fica evidente quando adentramos novamente as salas fechadas nos dias finais do encontro em Havana, onde trabalharam os grupos encarregados da redação dos textos. Além dessas reuniões, alguns discursos em plenária foram paradigmáticos e serão objeto de análise neste capítulo.

A partir deste material, é interessante pensar como a Tricontinental também foi uma plataforma de teorização sobre o marxismo por figuras de fora do eixo europeu, um espaço de articulação da intelectualidade política do Sul sobre suas linhas de ação e de resistência. A teoria e a prática marxistas foram discutidas pelos movimentos anticoloniais africanos e asiáticos, pela Revolução Cubana e por novas sensibilidades estéticas do período no campo cultural, o que Zolov (2020, p. 12) chamou de “reorganização epistemológica”. Para além do universo das esquerdas, o fim dos impérios coloniais impôs a tarefa de redefinição do mundo, uma abertura singular para a reconfiguração de práticas globais.

---

<sup>362</sup> *Manifestación de delegados. Hoja 5 (Contactos entre delegaciones. Secreto. Anexo 3. Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba).*

Contra uma periodização simplista do século XX reduzida a uma linearidade interpretativa do anticolonialismo dando lugar à crítica pós-colonial, que por sua vez dá lugar à globalização, Dipesh Chakrabarty (2010, p. 46-49) diz que, quando olhamos com atenção para as discussões sobre descolonização que marcaram as décadas de 1950 e 1960, é possível perceber duas vertentes dominantes: uma pedagógica e outra dialógica. A primeira versa sobre o desenvolvimento, isto é, quando uma parcela dos “pensadores anticoloniais passaram a aceitar diferentes versões da teoria da modernização que, por sua vez, transformaram o Ocidente em um modelo a ser seguido por todos”; e a segunda, que interessa em especial a este capítulo, que o autor chamou de “diálogo” ou o “lado dialógico da descolonização”. Nele, não havia modelos, “pensadores diferentes assumiram posições diferentes”. É na riqueza de suas contradições, defende Chakrabarty, que encontramos uma conexão com as preocupações centrais da crítica pós-colonial e da teoria da globalização. Esse não deve ser vista como um processo sinônimo à homogeneização cultural, mas sim como uma oportunidade para o diálogo e a diversidade.

Em sua pesquisa sobre a conferência de Bandung, o autor afirma que o encontro, mesmo reunindo líderes contrários ao imperialismo, não tinha uma “definição operativa do termo” (Chakrabarty, 2010, p. 50), o que se devia, principalmente, às diferenças ideológicas e políticas entre os países participantes. Um exemplo foi o questionamento feito por John Kotelawala, o Primeiro-Ministro do Ceilão (atual Sri Lanka) sobre a Europa Oriental: “Estas não são colônias tanto quanto qualquer um dos territórios coloniais na África ou Ásia? Não deveria ser nosso dever declarar abertamente oposição ao colonialismo soviético tanto quanto ao imperialismo ocidental”? Essa intervenção, nos conta Chakrabarty, gerou grande tensão entre os participantes, evidenciando a falta de consenso sobre o que constituía imperialismo, se seria somente direcionado às potências coloniais ou não. As divergências acompanharam a história do Terceiro Mundo e refletiam as complexas relações internacionais da época e a diversidade de perspectivas sobre o colonialismo e seus desdobramentos. A intenção deste capítulo é somar-se a este mapeamento dos foros de discussões internacionais que nos trazem entendimentos ampliados sobre este grande empreendimento de reconstrução do mundo sobre novas bases.

Observar tal reorganização também nas arenas das conferências joga luz sobre um movimento de mão dupla entre teoria-prática, da qual o Terceiro Mundo participou ativamente na tentativa de subverter uma ordem internacional que parecia seguir modelos coloniais na era das independências, o “modelo pedagógico do desenvolvimento”, nas palavras de Chakrabarty (2010, p. 46). Em outro trabalho, Zolov (2016) fala sobre a experimentação epistemológica pela qual passou a nova esquerda dos anos 1960 no campo cultural e político. Identificar essas disputas a partir de discursos e resoluções ajuda a colocar a Conferência Tricontinental em uma

encruzilhada de projetos. Parte-se do princípio de que este movimento de acordos e desacordos sobre significados partiu de duas origens: uma histórica, uma vez que a historiografia já mapeou outras conferências com disputas semelhantes; e outra, conjuntural. A década de 1960, entendida como época e vista por uma perspectiva global, reuniu elementos próprios e inéditos que careciam de novos sentidos.

Na verdade, os anos 1950 e 1960 foram uma época intensa pela profusão de iniciativas contestadoras do *status quo* e da ordem global (Gilman, 2003; Marchesi, 2017). As conferências internacionais do Terceiro Mundo foram uma entre as várias iniciativas pela mudança que se ergueram a partir das independências políticas. Cada uma delas criou e compôs também uma tradição que venho chamando de Política dos Encontros e cuja conceituação foi mais bem discutida na introdução desta tese. Para os objetivos deste capítulo, é preciso lembrar que o espectro político-ideológico das divisões clássicas da Guerra Fria sem dúvida esteve presente nesses encontros. O horizonte capitalista ou socialista – e o do não alinhamento – compunham *parte* do contexto no qual as discussões se desenvolviam. Mesmo assim, catalogar estes encontros de forma única por meio deste prisma seria reduzi-los às lentes da Guerra Fria, sob o risco de perder de vista debates políticos e intelectuais que, nas conferências, tiveram a oportunidade de acontecerem sem a intermediação dos agentes do Norte. Por eles, podemos acessar não somente a crítica do Sul mais direta aos grandes atores da Guerra Fria, mas conhecer os desentendimentos internos, os contornos conceituais de um projeto em formação. Isso enriquece a compreensão do pensamento político pós-colonial ao mesmo tempo que descentra o Ocidente, tanto como presença hegemônica, quanto como objeto de crítica.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo do capítulo aqui apresentado é analisar como a Tricontinental foi um espaço de discussões e reconfigurações de termos e conceitos caros ao Terceiro Mundo e às esquerdas nos anos 1960. O argumento é de que a construção de categorias próprias e coesas em significado não estava finalizada, mas em disputa, sendo premissas para a prática e, portanto, para a luta, no presente, e para o futuro do projeto. Entender este vocabulário político e os meandros de sua construção em uma arena internacional é uma forma de acessar a complexidade do terreno no qual germinou a noção de Terceiro Mundo e os seus desafios internos<sup>363</sup>.

---

<sup>363</sup> Diferentemente do que busca o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), que, por meio da história dos conceitos, rastreia a transformação histórica dos significados de conceitos ao longo do tempo para revelar mudanças sociais e políticas, este estudo se concentra em um período específico e em um conjunto limitado de termos.

### 5.1 Ideias como vestígios de uma época: algumas considerações teóricas

A década de 1960 foi um período de novas rotas no campo das esquerdas e de maior fluidez entre práticas políticas, ideológicas e culturais em todo o mundo. Com um ideário profundamente impactado por dissidências, por revoluções, resistências de toda ordem e pelas mudanças de comportamento e no campo da cultura, a historiografia vem ampliando a concepção sobre o que chamou de Nova Esquerda, inicialmente vista, de forma reduzida, como sinônimo de ação revolucionária e foquismo<sup>364</sup>. Um entendimento dirigido para a diversidade social e para a complexidade de projetos ideológicos no campo das esquerdas para a América Latina, defende Zolov (2014, p. 4), contribui para aprofundar o diálogo historiográfico e ajuda a reconhecer as “dimensões transnacionais e as interconexões entre as histórias da Nova Esquerda”.

O trabalho da historiadora argentina María Cristina Tortti (2021) caminha em direção semelhante ao trazer uma definição ampliada e não dogmática para o conceito de Nova Esquerda. Para a autora, antes de tudo a Nova Esquerda significa atores diversos e distancia-se de uma identificação exclusiva, e por isso reducionista, com a luta armada. Para Tortti, trata-se de um campo político contestatório, cuja emergência deve ser compreendida no contexto da crise pós-peronista na Argentina e sob a influência da Revolução Cubana. A autora valoriza ainda os processos de subjetivação política, atentando para as trajetórias militantes e a articulação entre práticas sociais e engajamento político. Ao destacar a centralidade da cultura política nacional-popular na Argentina, ela evidencia a heterogeneidade do movimento, que incluiu setores da esquerda tradicional, do peronismo e do catolicismo progressista. Tortti defende o uso da categoria como instrumento heurístico para analisar um “movimento de movimentos” e propõe o uso de categorias intermediárias como método para captar a complexidade histórica, discursiva e prática das experiências militantes do período.

Este “movimento de movimentos” (Gosse, 2006) possui crenças e inspirações comuns e a Tricontinental teria sido o local de sua “encruzilhada”. Ali, se encontraram grupos e governos ligados a uma “velha esquerda”, ligada à URSS, junto com grupos diversos ligados a Cuba e à China e engajados nas lutas anticoloniais (Zolov, 2016, p. 2). Os ventos dos anos 1960

---

<sup>364</sup> O foquismo, formulado por Che Guevara, propunha que pequenos focos guerrilheiros, atuando em áreas rurais, iniciassem movimentos revolucionários e mobilizassem as massas. A teoria, baseada na experiência da revolução cubana, defendia que a via armada catalisaria movimentos sociais contra regimes opressores. Não foi uma unanimidade entre as esquerdas, enfrentando críticas por ignorar condições sociais e estruturas locais. Para entender melhor sobre a questão, consultar Löwy (2004).



enfraqueceram as sólidas bases de coalisões reunidas em torno da URSS, liderança de uma esquerda cada vez mais “eclipsada por porta-vozes mais heterogêneos, culturalmente cosmopolitas e catalisados pelo imperativo da Revolução Cubana” (Zolov, 2012, p. 6). Vindo também de uma ruptura geracional, o terreno dos anos 1960 mudou rapidamente, configurando-se em uma forma de crítica política mais irreverente “e simultaneamente mais violenta” (p. 6).

Estar ciente desse contexto e enredá-lo nos objetivos deste capítulo nos leva ao diálogo com a abordagem teórica do Contextualismo Linguístico. Essa perspectiva enfatiza a importância do contexto na interpretação de discursos de uma determinada época e no entendimento dos significados atribuídos por indivíduos de seu tempo a vocábulos, termos e expressões entendidas como essenciais. Focada em analisar obras do pensamento político em certo recorte temporal, essa perspectiva sugere que o significado de palavras e frases não podem ser completamente compreendido sem considerar o contexto em que são mobilizadas. Isso inclui fatores como a situação comunicativa, as intenções dos falantes, o conhecimento prévio dos interlocutores e as normas sociais. Os estudos da Escola de Cambridge<sup>365</sup>, no qual está incluso o Contextualismo Linguístico e seus nomes de destaque como Quentin Skinner e John Pocock, contribuem para iluminar as relações intrínsecas e nem sempre óbvias entre discurso e prática política.

Mais especificamente, os trabalhos de John Pocock (2003) sobre o pensamento político de língua inglesa entre 1660 e 1790 enfatizaram a importância do contexto na interpretação do significado das expressões linguísticas e como discursos tiveram efeito prático na vida política no contexto britânico. Como esteira teórica para este capítulo, os trabalhos do historiador inglês orientam o entendimento de que, ao estudarmos discursos políticos, estamos também estudando fatos históricos, ações concretas, e estas não devem ser lidas de forma descolada de seu conjunto contextual mais amplo. O entendimento dos discursos como prática envolvem convenções e questões prioritárias de uma “comunidade de falantes” de uma certa linguagem política e conhecer esses discursos e seus termos essenciais permite-nos desvendar, senão completamente, parte da linguagem política de uma época.

Fazendo uso dessas premissas para o objeto de estudo desta tese, a década de 1960 analisada como época, conforme defende Claudia Gilman (2003), possuiu características muito específicas e distintas de seus momentos anteriores e posteriores. Inaugurou um sentimento

---

<sup>365</sup> O contextualismo linguístico está intimamente ligado à Escola de Cambridge, uma corrente historiográfica que emergiu no final do século XX e se caracteriza por sua abordagem interdisciplinar, integrando filosofia, história e teoria política para oferecer uma análise mais rica dos textos e discursos. Um bom balanço sobre o tema encontra-se na tese de Morais (2022).

novo de urgência de renovação política em favor das esquerdas, tanto na América Latina quanto na África. Essa renovação partiu de uma convicção na transformação e na ruptura, e as ideias discutidas neste novo momento e sobre este momento foram parte constituinte e fundamental. Por isso, o *sentido* e o *uso* de termos e vocabulários compõem uma “gramática” de uma época. Entender discursos como “atos de fala” ajuda a compreender melhor como os atores percebiam, reagiam e modificavam seu tempo histórico. Daí a importância de conhecer as ideias dos autores a partir do seu contexto social e linguístico (Pocock, 2003).

Embora com foco e áreas disciplinares diferentes, é possível encontrar interseções proveitosas entre as ideias de John Pocock e Pierre Bourdieu que auxiliam na jornada deste capítulo. Ambos abordam a linguagem, o significado e o contexto social pelo prisma da fluidez entre ambos e concordam a respeito de suas interrelações. Se pensarmos que cada época possui um “lote de temas comuns” ou uma “constelação particular” (Bourdieu, 2007, p. 209), é interessante mapear em quais arenas foram nomeados e reconfigurados estes temas. Defendo que, se as conferências do Terceiro Mundo foram locais privilegiados de teorização para a luta e para a construção dos novos vocabulários do e para o Sul, como será discutido adiante, a Tricontinental se dispôs a atualizar léxicos considerados insuficientes e firmou-se como um “ritual coletivo” de nomeação, fazendo uso de uma “autoridade simbólica” (Bourdieu, 1998, p. 82) vinda do histórico de conferências afro-asiáticas<sup>366</sup> em consonâncias com outras formações locais de solidariedade.

Os estudos de Bourdieu<sup>367</sup> (1998, 2007) nos orientam por esta trilha teórica quando atestam que, “embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões” (Bourdieu, 2007, p. 207). Para o autor, é por meio “das problemáticas obrigatórias nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época” (p. 207) e que desacordos entre indivíduos que comungam dos valores de uma época não implicam em falta de integração lógica. Ao contrário, isso supõe cumplicidade, um “acordo nos terrenos do desacordo” (p. 207). Por isso o compromisso deste capítulo de tomar como objeto as operações sociais de nomeação, partindo do entendimento de que, ao discutirem vocabulários, os indivíduos reunidos em

---

<sup>366</sup> Para recordar o histórico, ver capítulo 2 desta tese e o trabalho *Other Bandungs: Afro-Asian Internationalisms in the Early Cold War* (Lewis; Stolte, 2019).

<sup>367</sup> Em *A Economia das trocas simbólicas*, Bourdieu trabalha especificamente sobre o sistema educacional e sistemas de pensamento. Apesar da especificidade da análise de Bourdieu não se aplicar diretamente ao tema em tela, acredito que aproximações teórico-conceituais são possíveis se considerarmos um grande campo ou universo conceitual a partir do marxismo, por um lado, e de experiências coloniais e neocoloniais que informaram um debate específico de indivíduos que, apesar de formações diferentes, reuniam um universo de referências que se entrecruzavam.

Havana estavam discutindo ideias e trabalhando pela formação ou consolidação de uma linguagem política e pela formulação de uma identidade política transnacional.

As questões obrigatórias que apareceram na agenda da Conferência Tricontinental desde sua concepção e que tomaram contornos mais bem definidos ao longo dos dias em Havana são poderosos instrumentos para conhecer e reconhecer a visão de mundo e os objetivos para o futuro dos que dela participaram. Com esse poder socialmente reconhecido pelo Terceiro Mundo sobre Havana como mais uma etapa de um já longo encontro da solidariedade internacional<sup>368</sup>, houve a tentativa de edificar novos princípios de visão e de *divisão* do mundo social (Bourdieu, 1998) a partir de seus comunicados finais, cartilhas a serem seguidas por aqueles para quem as bandeiras do anti-imperialismo, anticolonialismo e antineocolonialismo eram urgentes. Se havia uma discordância sobre os significados – ou um espaço aberto para criá-los –, não havia uma discordância sobre a importância daqueles temas e da necessidade de produzir um entendimento sobre eles. Trabalhar sobre os significados não foi algo pequeno ou abstrato, posto que resultaria em uma prática política de enfrentamento do mundo. O mundo social e o mundo político, nos lembra Bourdieu, não são feitos só de práticas concretas, mas também dos entendimentos dos sujeitos sobre o mundo.

A partir do jogo de equilíbrios entre local e global, defendo que identidades de solidariedade internacional terceiro mundistas foram apresentadas na Tricontinental sem significar um abandono de um horizonte nacional. Nela, bandeiras nacionais foram mobilizadas física e simbolicamente, em espaços e em discursos, como veremos adiante. O hotel Havana Livre exibiu em seu *hall* de entrada um círculo de bandeiras de todos os países participantes<sup>369</sup>, um lembrete dos propósitos nacionais que caminhavam lado a lado das intenções internacionais e de solidariedade na capital de Cuba. As simbologias das bandeiras e dos heróis tricontinentais e nacionais às costas da tribuna no discurso de encerramento da Conferência foi um outro lembrete disso (Fig. 11).

---

<sup>368</sup> Conferir capítulo 2.

<sup>369</sup> *Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, 07 de janeiro de 1966, p. 54.

Figura 11 – Discurso de encerramento da Conferência Tricontinental proferido por Fidel Castro



Fonte: Fotos avulsas, s/a. AHOSPAAAL.

Apesar de não ter sido legendada pelo arquivo da OSPAAAL (Fig. 11), pode-se afirmar, pela comparação com as fotografias de Mariano Ferré para a revista *Bohemia* na edição de 21 de janeiro<sup>370</sup>, que se trata do discurso de encerramento da Conferência feito por Fidel Castro no dia 15 de janeiro no Teatro Chaplin do Havana Livre. Não sendo possível identificar todas as bandeiras hasteadas às costas de Castro, sendo a cubana a única facilmente reconhecível à direita, fica a hipótese de que as bandeiras que antes ornamentavam o teto do Havana Livre durante o evento tenham sido transferidas para o teatro no dia do seu encerramento. Em outra fotografia de Mariano Ferré, por diferente ângulo, é possível contar mais de duas dezenas de bandeiras<sup>371</sup> atrás de Castro. À frente, no púlpito, há a logomarca da Tricontinental, o globo sustentado pelo braço com o fuzil. Outros símbolos de destaque aparecem na fotografia. Ao fundo, da esquerda para a direita, se veem os cartazes com os rostos de Ho Chi Minh, Patrice Lumumba e Augusto César Sandino, representantes mártires da luta em cada um dos três continentes, seguidos pelos heróis nacionais cubanos José Martí, Antonio Maceo e Camilo Cienfuegos. Esses retratos na parede do teatro, segundo Mahler (2018a, p. 72), capturam tanto

<sup>370</sup> As fotos na *Bohemia* estão em baixa qualidade, por isso foi escolhida a reprodução da foto proveniente do arquivo da OSPAAAL (*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, 21 de janeiro de 1966, p. 67).

<sup>371</sup> Idem.

a intenção cubana de “exibir sua crescente rede política em um palco internacional” quanto apresentam um “paralelo claro entre a revolução cubana e outras lutas nacionalistas nos três continentes”. Apesar de Fidel Castro discursar sozinho na imagem, dezenas de delegados o escutam atentamente depois de encerrados os trabalhos das comissões. A imagem aparece como um prenúncio do que busco analisar: elementos nacionais ao lado de uma conformação transnacional, indivíduos de diferentes origens, fala e escuta, e, por fim, o encerramento de um longo e intenso trabalho de todos os envolvidos. Além disso, as bandeiras parecem estar ali para lembrar que, diante do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, as independências não são garantia de uma autonomia de fato, e somente juntas poderiam vencer e subverter a ordem imposta ao Terceiro Mundo.

A partir dessa perspectiva, é possível pensar em como a experiência da Conferência, como momento de uma discussão *in loco* de códigos e registros semânticos, pôde demarcar posições naquela temporalidade e, talvez, sedimentar caminhos para gerações posteriores. Pensando não somente 1968 numa perspectiva global, mas no próprio Sul a partir das décadas seguintes, os encontros internacionais dos anos 1960 foram palco onde ideias eram declaradas, discutidas, modificadas e tecidas entre fronteiras. Esses termos faziam parte de uma gramática da Guerra Fria, como a coexistência pacífica; eram parte de vivências muito concretas, compartilhadas e ainda assim únicas, diferentes em cada uma de suas apresentações, como colonialismo e luta armada. Reuniam, ainda, projetos de futuro, como independência, solidariedade e paz mundial. Cada uma delas viajou desde muito longe, vindas de experiências particulares, para chegar até Havana com intenções flutuantes. Sobretudo, houve uma alquimia de significados de termos-chave da época, que formaram – e informaram – princípios de visão e de divisão de mundo e formaram o repertório de ação de um grupo significativo em uma época. No contexto em tela, a coexistência pacífica encarrilhou diversas outras discussões a ela atreladas e por isso é um fio importante a ser seguido aqui.

## 5.2 Coexistir como Terceiro Mundo em meio ao conflito sino-soviético

O termo coexistência pacífica foi cunhado originalmente na Guerra Fria pelos soviéticos para definir suas relações com o Ocidente, mais especificamente com os EUA, e gerou um racha no mundo socialista. Apesar de o conflito sino-soviético ser bastante conhecido em suas linhas gerais, vale esclarecer brevemente aqui sobre seus contornos. Além dos impactos na prática política soviética com os Estados Unidos e na Europa, incidiu sobre a história do Terceiro

Mundo, gerando reações diversas e foi tema de debates no seio do movimento, inclusive na Tricontinental.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, mais conhecido pelo discurso secreto de Nikita Khrushchov sobre os crimes cometidos por Stálin, foi responsável por também anunciar mudanças na política externa soviética. Daquele momento em diante, as prerrogativas leninistas da inevitabilidade da guerra entre capitalismo e socialismo foram abandonadas em favor de uma conduta de coexistência pacífica com os Estados Unidos e demais países capitalistas, priorizando o status da URSS na Europa. A potencialidade destruidora de uma guerra termonuclear foi um argumento utilizado para a aposta na competição pacífica entre os blocos (Friedman, 2015).

Esse novo modelo de política externa com retórica pacifista e pelo desarmamento mundial<sup>372</sup> estava mais aberto à interação entre partidos comunistas no âmbito internacional e tinha o intuito de afastar desconfianças e estreitar laços internacionais para além do bloco socialista. Era a tentativa da URSS de adequar-se aos novos tempos e estar condizente com o lugar que ocupava na década de 1950: uma potência mundial com poder decisório em instâncias multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com a aceleração do processo de independências na África – historicamente negligenciada pela política externa stalinista – houve a necessidade de atuar nesta seara de forma mais direta, adaptando o discurso da paz ao novo cenário mundial. Especialmente o enfoque da questão da coexistência para o Terceiro Mundo e a do desarmamento nuclear, defendida pelos soviéticos, contribuiu para desmoronar de vez as relações com a China. A proposta era simples, mas não emplacou: com o desarmamento, garantia-se a paz mundial e a rota dos investimentos seria modificada para o desenvolvimento econômico dos povos do Terceiro Mundo (Friedman, 2015b).

Tardiamente, argumentam alguns autores, houve o entendimento da necessidade de mudança de rumos por parte do Comintern<sup>373</sup> com a Ásia e a África. A intenção era estreitar os laços com os países recém-independentes e, ao mesmo tempo, exercer influência sobre esses governos pós-coloniais, sobretudo com apoio logístico e financeiro. Isso estaria em concordância “com a política soviética mais ampla de promoção da paz para ganhar a simpatia na Europa e diminuir a percepção de Moscou como uma ameaça em todo o mundo” (Friedman, 2015b, p. 27). Ao mesmo tempo, é evidente, essa era também “uma estratégia de propagandear

---

<sup>372</sup> Sobre a atuação internacional do Conselho Mundial da Paz no projeto da Tricontinental, consultar capítulo 2. Para um histórico mais aprofundado da organização, ver Ridenti (2022) e Zolov (2020).

<sup>373</sup> O Comintern, também chamado de Internacional Comunista ou III Internacional, foi uma organização internacional de partidos comunistas fundada por Lenin em Moscou que funcionou de 1919 a 1943 sob a liderança da União Soviética (Mcdermott; Agnew, 1996).

a superioridade prática do sistema socialista” (p.27). O argumento central foi de que “a União Soviética era a única grande potência genuinamente interessada na paz, e que descolonizar a Ásia e a África se juntaria a uma grande ‘zona de paz’ que aproximaria o Terceiro Mundo da URSS ao longo do tempo” (Iber, 2022, p. 48-49).

O entendimento sobre paz mundial, entretanto, não era uma exclusividade dos soviéticos e foram múltiplas e discordantes as defesas dos caminhos para alcançá-la. Para os chineses, a radicalização dos processos de independência na Ásia e na África eram incompatíveis com a demanda por coexistência pacífica no mundo e uma ameaça a sua própria política externa. Essa proposta revolucionária não significava, entretanto, o abandono da retórica pacifista, muito pelo contrário – lutas de libertação *significavam* a busca por independência, no plano local, e pela paz, na escala mundial. Em seu telegrama enviado a Havana às vésperas da Conferência, Zhou Enlai, primeiro-ministro do Conselho de Estado da República Popular Chinesa, fez votos para que a Conferência fosse

uma contribuição positiva à causa de reforçar a solidariedade revolucionária dos povos [...], de promover a luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo acaudilhados pelos EUA e de *defender a paz mundial*<sup>374</sup>.

Neste cenário, podemos entender melhor as expectativas – e apreensões – chinesas quanto à Tricontinental, onde essa questão seria sem dúvida discutida à exaustão.

No relatório do Senado dos EUA, o entendimento foi de que a conferência em Havana foi utilizada como “fórum internacional” da campanha chinesa de difamar a hegemonia do partido comunista soviético, no interior do movimento comunista internacional<sup>375</sup>, em razão da decisão pela coexistência pacífica. Segundo o documento, os chineses fizeram uso da Conferência para dar continuidade à linha de acusações que vinham sendo feitas nas conferências afro-asiáticas anteriores – postura que já estava no radar dos cubanos, como discutido no capítulo 3. No dia 05 de janeiro, por exemplo, o chefe da delegação chinesa na Tricontinental, Wu Hsueh-chien, questionou os soviéticos e sua política “antirrevolucionária”:

Com quem eles querem agir conjuntamente e contra quem sua ação conjunta é dirigida? Por que eles consideram o imperialismo ianque, o inimigo jurado dos povos dos três continentes, como seu principal aliado para ação conjunta, proclamando aos quatro ventos sua política imutável orientada para o

---

<sup>374</sup> Chou en-lai. Pekin<sup>(sic)</sup>, 1º jan 1966 (*RDV – Mensaje de saludo a la Conferencia de Cho En Lai (premier RP China y telegrama Kim Il Sung)*). Pasta 77, Gaveta 1, 29p., AHOSPAAAL, Habana, Cuba).

<sup>375</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

estabelecimento de cooperação em todos os campos com os Estados Unidos<sup>376</sup>?

Para o Partido Comunista da China (PCC), a emancipação política e econômica do Sul requeria estratégias de confronto e luta contra o mundo ocidental, colonial e imperialista. O entendimento foi de que a URSS era revisionista, acusação pejorativa que descredibilizava a avaliação soviética sobre sua responsabilidade como potência socialista frente às mudanças em curso. Moscou foi acusada pelos chineses de priorizar algumas relações em detrimento das revoluções potenciais no Terceiro Mundo.

A coexistência pacífica implicava prioridades geográficas que a [China] e muitos outros no mundo em desenvolvimento não compartilharam. Em 1960, Beijing sentiu que não tinha outra escolha senão começar a atacar a linha de Moscou na esperança de forçá-la a adotar uma posição anti-imperialista mais consistente e enérgica (Friedman, 2015, p. 28).

Como se vê, a coexistência pacífica foi um conceito e uma diretriz complexa desde sua origem e exigiu da URSS estratégias específicas para lidar com o Terceiro Mundo, que recepcionou a política de forma variada. A China explorava as contradições para se apresentar como uma alternativa revolucionária mais atraente, enquanto a União Soviética se esforçava para demonstrar seu compromisso com a luta anti-imperialista, mesmo enquanto buscava a paz com o Ocidente. De modo geral, porém, imperou entre a Nova Esquerda e os grupos mais diretamente envolvidos em guerras coloniais a percepção de que a URSS preteria o apoio às lutas de libertação de regiões coloniais (Friedman, 2015).

Havia também o entendimento de que a coexistência pacífica com o mundo capitalista e as relações econômicas estabelecidas eram uma ferramenta de perpetuação da exploração econômica colonial e imperialista do mundo capitalista com o Terceiro Mundo (Friedman, 2015). A crítica adquiria ainda mais força pelo apoio considerado insuficiente dos soviéticos para a luta armada na África, flanco que rapidamente foi ocupado pelos chineses e pelos cubanos (Gleijeses, 2002). No caso da Argélia, por exemplo, enquanto Beijing e Havana reconheceram imediatamente o novo governo provisório do Frente de Libertação Nacional (FLN) e fornecerem armas e treinamentos, Moscou se negou a fazer o mesmo, por medo de comprometer suas relações com a França colonial (Friedman, 2015; Gleijeses, 2002). Foi nessa frente que a China e, após 1959, Cuba, atuaram de modo a serem alternativas à liderança soviética no campo socialista. Este aspecto atravessou as conferências internacionais afro-asiáticas e a Tricontinental e orientou alianças internas, como trabalhado no capítulo 3.

---

<sup>376</sup> Idem.



No interior do movimento afro-asiático, as desavenças não foram sempre lineares. Em um relatório da CIA a respeito da Reunião do Comitê Executivo da OSPAA de 1960, em Beirute, por exemplo, consta que a URSS pressionava para que o tema do encontro fosse a “coexistência pacífica e o fim da Guerra Fria”, enquanto os chineses preferiam a “liquidação do imperialismo”. Apesar das diferenças, o relatório diz que não houve “uma contradição inerente entre as duas visões” e ambas fizeram parte da resolução final. Enquanto a resolução 7 da Reunião do Comitê Executivo enfatizava a “crença de que a luta dos povos contra o colonialismo e seus remanescentes é um dos principais elementos para estabelecer o princípio da independência e da paz permanente”<sup>377</sup>, alinhando-se à perspectiva chinesa; a resolução 8 apelou

a todos os países independentes do mundo para que cooperem entre si no espírito dos cinco princípios da coexistência pacífica, o que significa que diferentes sistemas políticos, sociais e econômicos podem coexistir pacificamente. Significa, ao mesmo tempo, que eles direcionarão seus esforços para acabar com a Guerra Fria<sup>378</sup>.

Na concepção da CIA, o encontro em Beirute terminou com um tom de unanimidade.

Em 1961, a URSS realizou um esforço para alinhar-se com a China na condenação da guerra no Congo junto à ONU e produziu resoluções junto a Beijing na reunião do Conselho Executivo da OSPAA naquele mesmo ano, em Bandung, Indonésia. Ao mesmo tempo que enfatizava ajuda à luta congoleza, porém, era discreta em posturas públicas militantes. Segundo Friedman (2015, p. 64), isso refletia o desejo de tanto conter a insatisfação chinesa e reassumir o papel de liderança enfraquecido na África, quanto de manter um verniz pacifista para o Ocidente sem críticas diretas a países coloniais na Organização das Nações Unidas (ONU).

A ONU também foi alvo do movimento anticolonial e anti-imperialista e um local de decisões e de projeção para a União Soviética. Era considerada por muitos uma organização utilizada como instrumento pelo imperialismo e teve um espaço na resolução final da conferência de Havana. Por outro lado, Moscou adaptou-se a ela. Na XV Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1960, ao tratar da resolução anticolonial, colocou ênfase nas negociações pacíficas para a independência (Friedman, 2015).

---

<sup>377</sup> *The Afro-Asian Peoples Solidarity Organization from April 1960 to April 1961*. CIA Report. 15 jun. 1961. Secret/Declassified. p. 6-10. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001300050009-3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>378</sup> *The Afro-Asian Peoples Solidarity Organization from April 1960 to April 1961*. CIA Report. 15 jun. 1961. Secret/Declassified. p. 6-10. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001300050009-3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Nesse mesmo ano, aconteceu a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários, em Moscou. O encontro teve como objetivo principal discutir a unidade do movimento comunista internacional em meio às crescentes tensões entre os partidos alinhados à URSS e aqueles que seguiam a linha maoísta da China. Essa conferência foi marcada por debates sobre a estratégia revolucionária, especialmente em relação à luta armada e ao papel dos partidos comunistas nos países do Terceiro Mundo, adiantando tensões que se perpetuariam por toda a década. Em seu comunicado final, houve a tentativa de unificar duas pautas aparentemente inconciliáveis. Defendeu que a coexistência pacífica não significava a renúncia à luta de classes ou uma conciliação ideológica com a burguesia, mas reafirmou a adesão dos partidos comunistas à causa da paz e à possibilidade da chegada ao comunismo sem a necessidade da guerra, o que provocou rupturas nos partidos. Reconheceu, ainda, a vitória da Revolução Cubana sobre o imperialismo estadunidense na América (Rupar, 2018).

Com a entrada de Cuba no jogo de forças do campo socialista em 1961, quando foi declarado o caráter marxista-leninista da Revolução, essa questão ganhou ainda mais volume. De imediato, houve a aproximação ideológica com a União Soviética, com a assinatura de tratados e acordos mútuos, ainda que isso não tenha significado um alinhamento automático de Cuba à linha de Moscou (Calegari, 2024; Ferrer, 2021; Gott, 2006). Segundo Ana Calegari (2024), o pacifismo como elemento da cultura política comunista encontrava ecos dentro de Cuba através do Partido Socialista Popular (PSP)<sup>379</sup> e essa era a principal crítica aos socialistas populares na ilha, uma vez que o governo revolucionário havia vinculado a noção de Revolução ao movimento armado<sup>380</sup>. Como disse Ada Ferrer (2021), se inicialmente as autoridades em Washington presumiram que Cuba seria uma réplica da postura internacional soviética, logo essa crença se mostrou apressada. A política externa cubana estava, na verdade, “frequentemente em desacordo com os desejos soviéticos” (Ferrer, 2021, p. 336).

Portanto, uma vez posicionada dentro do campo socialista na Guerra Fria, Cuba não passou incólume ou ficou isenta no conflito sino-soviético, e em relação às aspirações de China e URSS para o Terceiro Mundo. Com os chineses, o início dos anos 1960 foi marcado por aproximações amigáveis e apoio mútuo em questões de segurança e cooperação econômica.

---

<sup>379</sup> Consultar nota 17 da introdução à segunda parte. Para uma análise mais profunda sobre a cultura política comunista em Cuba, consultar Calegari (2024).

<sup>380</sup> “Para os partidos comunistas, havia a necessidade de primeiro criar as condições subjetivas (conscientização dos trabalhadores, guiados por um partido de vanguarda, empenhados em fortalecer o movimento grevista) para depois iniciar a tomada do poder. Os PC’s se incomodavam com o método de ação, “que afastava a luta política convencional em favor da “guerra revolucionária” e, sobretudo, a proposta explícita de criar organizações marxista-leninistas em concorrência aberta com os partidos comunistas que não aceitavam a luta armada” (Calegari, 2024, p. 366).

Cuba foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, em 1960, e ambas as revoluções se viam como parte de um movimento global de libertação anti-imperialista. A China condenou a invasão na região de *Playa Girón* (1961) e a Crise dos Mísseis (1962), mobilizando apoio popular a Cuba. Economicamente, tornou-se o segundo maior parceiro comercial de Cuba, fornecendo arroz, soja, petróleo e outros produtos em troca de açúcar, níquel e cobre, além de conceder empréstimos sem incidência de juros e prestar ajuda humanitária em 1963, após a passagem de um furacão pela ilha. O período entre 1960 e 1963 é chamado de “lua-de-mel sino-cubana” (Kruarattikan, 2021, p. 153) .

A partir de 1964, porém, as relações começaram a se deteriorar devido a divergências ideológicas e à cada vez maior rivalidade entre China e URSS. A queda de Nikita Khrushchov do poder em 15 de outubro de 1964 marcou um ponto de virada nas relações sino-cubanas. Fidel Castro viu a mudança de liderança no Kremlin como uma oportunidade para intermediar a favor do fim das polêmicas da China contra a União Soviética. Entretanto, as relações permaneceram tensas e, a partir de então, Castro começou a criticar a postura inflexível dos chineses mais abertamente (Kruarattikan, 2021). Em seu discurso de 13 de março de 1965 na Universidade de Havana, deixou claro seu entendimento sobre a questão, ao dizer que

Grandes são os perigos que nos espreitam, mas não se combatem com as discórdias bizantinas, charlatanice acadêmica, não! Se combatem com a firmeza revolucionária, a inteireza revolucionária, a disposição para combater. Não se combate de maneira efetiva o inimigo imperialista em qualquer parte do mundo com os revolucionários divididos, com os revolucionários insultando-se, com os revolucionários atacando-se, mas com a unidade, com a coesão nas fileiras revolucionárias. E aos que não creem que essa seja a tática correta para o movimento comunista internacional, lhes dizemos que para nós aqui, em nossa pequena ilha, em nosso território, na primeira trincheira, a 90 milhas dos imperialistas, sim é a tática correta! E a essa maneira de pensar ajustaremos nossa linha e ajustaremos nossa conduta<sup>381</sup>.

Neste cenário, a China se viu confrontada não somente com os laços cubano-soviéticos, mas com um entendimento próprio de Cuba sobre o imbróglio entre as duas potências. Além disso, as aproximações chinesas dos movimentos revolucionários latino-americanos incomodaram Cuba (Cheng, 2007). O ponto mais baixo das relações sino-cubanas aconteceu justamente na virada do ano de 1965 para 1966, às vésperas da Tricontinental. Fidel Castrou fez um pronunciamento público sobre o relatório do Ministério do Comércio Exterior a respeito das intenções chinesas de reduzir drasticamente as importações de açúcar cubano a partir de

---

<sup>381</sup> Discurso de Fidel Castro na Universidade de Havana, 13 de março de 1965. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-honrando-los-martires-del-13-de-marzo>. Acesso em: 23 nov. 2024.

1966, e de diminuir a venda de arroz<sup>382</sup> para a ilha. A medida foi vista pelos chineses como uma estratégia soviética e cubana de descredibilizar os chineses perante as delegações da conferência, já que a questão ainda estava em negociação a nível ministerial (Kruarattikan, 2021). Para Roger Faligot (2013), a questão do arroz foi uma tentativa chinesa de demonstrar a sua importância e pressionar contra a influência soviética na Tricontinental. Conhecida como "guerra do arroz" (Kruarattikan, 2021), o fato agravou a já difícil situação econômica cubana e foi visto como uma traição por ambos os lados. A consequência foi a ruptura das relações diplomáticas ainda em 1966.

Já na sua relação com a URSS, o governo cubano teve ações ambíguas. Após o desfecho do episódio da crise dos mísseis em 1962 – no qual EUA e URSS fizeram acordos bilaterais pela retirada dos mísseis balísticos à revelia dos pedidos cubanos pelo fim do bloqueio e das atividades contrarrevolucionárias – as relações entre Cuba e os soviéticos ficaram estremecidas (Calegari, 2024; Gott, 2006). Na sequência, o projeto da ilha de financiar, treinar e impulsionar guerrilhas na América Latina ganhou ainda mais força, bem como o internacionalismo revolucionário pela figura de Che Guevara<sup>383</sup>, principal crítico da postura internacional soviética e que propagava a mensagem revolucionária dos Vietnãs pelo mundo (Parazzino, 2022; Rojas, 2013). Com as críticas públicas às políticas comerciais de Moscou com o Ocidente feitas por Che Guevara, e com o rompimento aberto com os soviéticos sobre o tratado de proibição de testes nucleares, Cuba provou que as palavras de Fidel Castro não eram levianas quando afirmou que a revolução seguiria seu próprio curso. Provou ainda que “a disputa mais significativa de Cuba com os soviéticos era ampla e ideológica: a questão de promover ou não a revolução no exterior” (Ferrer, 2021, p. 336).

Em 1963, quando Fidel viajou a Moscou em razão das comemorações do Primeiro de Maio, foi um aceno para uma reaproximação diplomática. Lá, assinou o Comunicado Cubano-Soviético, no qual constava o compromisso de ambos os países de prestarem ajuda às independências dos povos, o papel dos partidos comunistas de atuarem contra o imperialismo

---

<sup>382</sup> Segundo Kruarattikan (2021, p. 157): “O arroz tem sido vital para o sustento do povo cubano desde a era colonial e, no final da década de 1940, 90% dele era importado dos Estados Unidos. Logo após a revolução de Castro em 1959, os Estados Unidos impuseram um embargo a Cuba [...]. Enquanto isso, como o preço mundial do arroz havia aumentado no início da década de 1960, o arroz em Cuba se tornou uma mercadoria racionada com o limite de 5 libras por pessoa por mês. Como a União Soviética só podia fornecer trigo a Cuba, a China se tornou o principal fornecedor de arroz de Cuba em troca da exportação de açúcar deste último. No entanto, no início de 1966, surgiu uma disputa comercial entre a China e Cuba chamada “guerra do arroz” que agravou muito as relações tensas entre os dois países”.

<sup>383</sup> Segundo a pesquisadora Adriane Vidal Costa (2013, p. 260), Fidel Castro concordava com Guevara em relação a algumas críticas feitas à URSS e à defesa da via armada como tática fundamental para desenvolver os movimentos revolucionários, porém Castro não queria conflitos com a URSS naquele momento e repreendeu Ernesto Guevara em certas ocasiões devido a pronunciamentos públicos.

e pelo socialismo, a defesa da via pacífica ou não pacífica para o socialismo e a autonomia de escolha do caminho para a revolução. Pelos termos, ficam evidentes as concessões de Moscou à linha cubana e as incongruências entre o acordo e o apoio cubano a movimentos revolucionários na África e na América Latina. Neste cenário, a luta armada figurou, em princípio, como uma via diametralmente oposta à política pacifista de Moscou e estava sendo impulsionada no Terceiro Mundo pelos chineses e a partir de então, também por Cuba<sup>384</sup>.

Por causa disso, após a reaproximação de 1963, Moscou atuou ativamente junto a Cuba. Segundo Moniz Bandeira (2009, local. 412-413), a URSS, seguindo a diretriz da coexistência e preocupada com os custos que Cuba já representava aos seus cofres públicos<sup>385</sup>, pressionou a ilha a organizar uma reunião com os partidos comunistas da América Latina. Com isso, segundo o autor, o Kremlin tinha dois objetivos principais: ao impulsionar Cuba na vanguarda da América Latina, isolar a China na sua intenção de influência na região; e encontrar um meio termo entre o apoio à luta armada e ao socialismo por vias pacíficas, em uma clara concessão e reconhecimento não só de Cuba como também do peso dos movimentos na África e na Ásia.

A Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos aconteceu, então, em 1964, em Havana, e resultou em um acordo estratégico. Os partidos comunistas da América Latina presentes na conferência demonstraram certo apoio à luta armada, e Fidel Castro aproveitou a oportunidade para lhes entregar a coordenação de movimentos de inspiração revolucionária, com a intenção de criar uma ampla frente política e continental (Bandeira, 2009; Calegari, 2024, p. 367). Um fato curioso é que Che Guevara, que já havia criticado abertamente a postura pacificadora da URSS no II Seminário de Solidariedade Afro-Asiática, em fevereiro de 1964, não participou da reunião em Havana (Rojas, 2013). Apesar de alinhada com a URSS em certos âmbitos, Cuba afirmava um caminho próprio para o socialismo, defendendo a luta armada em determinados contextos e buscando manter relações com ambos os países comunistas.

Essa dicotomia política e geopolítica entre via pacífica ou armada para o socialismo atingiu seu ápice entre 1966 e 1968<sup>386</sup>, enquanto o internacionalismo cubano ganhava vulto desde a Tricontinental em 1966, a Conferência da OLAS, em 1967, e o Congresso Cultural de

---

<sup>384</sup> Com o apoio, por exemplo, dos movimentos africanos da Argélia, Angola, Congo, Zaire, PAIGC e Moçambique (Gott, 2006).

<sup>385</sup> “Cuba, porém, já lhe custava compromissos de crédito no valor de US\$ 300 milhões, mais cerca de US\$ 750 milhões de déficit no seu balanço de pagamentos” (Bandeira, 2009).

<sup>386</sup> Igualmente importante é lembrar da criação e centralização do PC cubano em 1965. Depois de 1968, a reaproximação cubano-soviética só se deu quando Fidel Castrou apoiou a invasão da Tchecoslováquia em agosto de 1968 (Rojas, 2013, p. 154).

Havana, em 1968, em conjunto com outros acontecimentos do ano de 1968 pelo mundo<sup>387</sup>. Esse escalonamento foi visto como uma quebra dos acordos de não intervenção firmados pelos cubanos e soviéticos nos anos anteriores. Rafael Rojas (2013, p. 145) lembra que a URSS e as “democracias populares” europeias foram questionadas por Fidel Castro em foros internacionais, como a OLAS, por exemplo, e foi somente após a morte de Guevara na Bolívia, em 1967, que o apoio às guerrilhas entrou em uma fase “mais negociada” com Moscou.

Como vimos no capítulo 2, a URSS almejava coordenar via Conselho Mundial da Paz (CMP) uma Tricontinental dentro do espectro pacifista. Descartada esta possibilidade, apoiou a Tricontinental de Havana, possivelmente resignada, mas vigilante e atuante a respeito do “tom” que adquiriria o encontro sobre a questão da luta armada, do desarmamento e da paz mundial, e quais significados para o Terceiro Mundo seriam ali construídos para alicerçar prerrogativas globais tão importantes. Além disso, as discordâncias sino-soviéticas eram uma constante no seio do movimento afro-asiático. Os soviéticos estiveram presentes com uma enorme delegação, como vimos no capítulo 3, e foram ativos nas comissões, sobretudo a respeito dos contornos da nova organização tricontinental. Como potência, seguramente a URSS não estava disposta a deixar soltas as rédeas de discussões de tal natureza. Por outro lado, os chineses, se alinhados à perspectiva cubana da via revolucionária, representavam um impasse para os objetivos da nova sede e uma radicalização da posição cubana negociada com Moscou a respeito da via pacífica.

Diante deste cenário, como a Tricontinental defenderia a luta armada *em conjunto* com a demanda pela coexistência pacífica? A coexistência seria negada? A luta armada seria diluída na abrangência de outras formas de luta? A discussão foi longa e perpassou comissões e plenárias, sendo interessante acompanhar seu percurso.

---

<sup>387</sup> A partir da pergunta “Existe um 1968 global?”, o historiador Odd Westad (2018) argumenta que o conceito de “1968 global” é problemático porque traz uma falsa uniformidade porque ignora as diversas causas e formas de protesto que ocorreram em diferentes partes do mundo durante a década de 1960. Ele observa que, embora 1968 tenha sido um ano de protestos em muitos lugares, em muitos outros os protestos ocorreram mais cedo ou começaram mais tarde ou se estenderam pela década. Além disso, os protestos de 1968 foram motivados por uma variedade de fatores, incluindo oposição à Guerra do Vietnã, oposição ao racismo e ao sexismo e apelos por reformas democráticas.

### 5.3 (Des)entendimentos na Tricontinental: coexistência pacífica, paz, independência e luta legítima

Com este panorama político que antecedeu a abertura dos trabalhos da Tricontinental, pode-se imaginar que todas as delegações, observadores e convidados estavam cientes e envolvidos com a questão da coexistência pacífica e das desavenças sino-soviéticas. Difícil conceber que alguém tenha chegado a Havana desavisado sobre isso. Inclusive porque, desde a formulação da agenda<sup>388</sup> da Conferência em 1965, esteve prevista a elaboração de uma “definição comum para os países da África, Ásia e América Latina, do conceito de coexistência pacífica”<sup>389</sup>. Isto é significativo de que o assunto era não só conhecido, mas urgente e irresoluto pelas conferências afro-asiáticas e latino-americanas anteriores, sendo que muitas delas foram palco das desavenças sino-soviéticas<sup>390</sup>.

Fato é que a obrigação trazida pela pauta da Tricontinental para que as delegações formulassem uma definição comum para a coexistência pacífica é interessante por pelo menos três motivos. Primeiro, porque demonstra o entendimento do Comitê Preparatório da necessidade e da decisão de se descolar de um alinhamento automático ao *script* soviético nas relações internacionais. Os integrantes representativos de governos e movimentos de libertação reunidos na Tricontinental poderiam definir seus próprios critérios de coexistência pacífica. Segundo, porque a URSS, como parte do Comitê Internacional Preparatório, pareceu reconhecer e abrir espaço para tal formulação – sem abrir mão de seu espaço de influência – e, por fim, este ponto da agenda dá a ver possibilidades de interações dentro do recorte do Terceiro Mundo sem intermediações dos grandes blocos.

Podemos pensar que a Tricontinental foi, nesse sentido, lugar de autoridade e espaço de discussão nos anos 1960 para que o movimento pudesse se posicionar como porta-voz de sua própria experiência, exigindo seu lugar de autoridade para falar de si. O fato de inaugurar um novo momento da solidariedade, com a entrada da América Latina no grupo a partir de Cuba, trazia consigo também a ideia de rompimento e novo início. Assim como na Declaração Geral, o relatório realizado pelo comitê cubano destacou o ineditismo da reunião

é preciso levar em consideração que esta era a primeira Conferência dos três continentes em que se reuniam as forças mais progressistas que desenvolvem

<sup>388</sup> Para ver a agenda completa da conferência, conferir capítulo 3.

<sup>389</sup> Agenda. OSPAAAL, 1<sup>ra</sup> Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>390</sup> Consultar capítulo 2.

de uma forma ou outra uma luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo e que, em sua generalidade, tomaram posição sobre os problemas da paz, o desarmamento geral e a coexistência pacífica; primando por cima de tudo isto, de acordo com as realidades políticas e sociais destas áreas, a luta pela libertação nacional como elemento fundamental para lograr as aspirações dos povos dos três continentes.<sup>391</sup>

Ainda que as pressões internas continuassem, havia a deliberada intenção de romper com o ciclo de impasses imposto por chineses e soviéticos às conferências afro-asiáticas anteriores e isso abriu uma brecha importante, “um sopro de vida” para Havana, como disse a delegação da África do Sudoeste, representada pela Swanu.<sup>392</sup> Por isso, talvez, a coexistência pacífica constar como pauta de discussão desde o início era também uma negativa de que decisões chegassem a Havana pré-estabelecidas ou aprovadas de antemão a partir de vínculos prévios com China ou URSS – ainda que eles existissem na prática. Nas entrelinhas, a pauta *informa* que uma diretriz comum para o Terceiro Mundo estava ainda por se fazer, em conjunto.

Desde a chegada dos primeiros convidados, o Comitê Internacional Cubano para a Tricontinental iniciou um trabalho de sondagem interna entre as delegações que resultou em relatórios sobre os pontos da agenda que poderiam gerar discordâncias. Em um desses relatórios<sup>393</sup>, aparecem algumas tendências principais a respeito da coexistência pacífica e seus assuntos correlatos. O documento aponta, por exemplo, que o Conselho Mundial da Paz (CMP) esperava que a luta pela libertação nacional não estivesse em conflito com o “movimento pela paz”. O relatório rastreou que a delegação da Palestina considerava “utópico falar em coexistência pacífica enquanto persistisse a agressão imperialista”<sup>394</sup>, indicando uma posição crítica à proposta soviética. Por outro lado, a delegação venezuelana garantiu que faria o possível para que não fossem feitas “declarações condenando a coexistência pacífica”<sup>395</sup> durante a conferência. Vemos aí indícios de alguns dos bastidores das reuniões das comissões que ficariam responsáveis por formular uma resolução a respeito do tema, ainda sem consenso, e os desafios de sua formulação.

---

<sup>391</sup> *Balance General de la Conferencia Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba; Comité Preparatório Internacional, Cairo 1-2 Septiembre, 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>392</sup> *Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>393</sup> *Posiciones y planteamientos*. Punto I y III. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem.



Apesar do desejo da delegação venezuelana, segundo relatório cubano, “o tema que foi objeto do mais longo debate durante os trabalhos da Comissão Política Geral, foi a coexistência pacífica”<sup>396</sup>. Nem sempre dito em seus próprios termos, a conferência pareceu dialogar a todo momento com esse preceito, seja quando discutia sobre luta armada, caminhos para a independência ou para a paz.

Na reunião da comissão política, no dia 09 de janeiro, por exemplo, a posição da delegação de Santo Domingo divergia das intenções do CMP e da preocupação com o conteúdo do informe político que seria formulado:

é necessário e é evidente que a Conferência Tricontinental, em seu informe político, deve refletir e reunir a vontade combatente anti-imperialista de nossos povos. E nesse informe deve constar claramente que à violência imperialista é necessário opor a violência revolucionária<sup>397</sup>

Na fala da delegação, a palavra violência adquire significações diferentes a depender de quem a pratica, sendo uma ação justificada e a outra, não. É sugestivo que, já nos dias finais da reunião, as delegações estivessem discutindo elementos que deveriam ser pontos pacificados das discussões. À primeira vista, pode parecer que esses seriam entendimentos comuns de onde partiriam as discussões, e não objetos das próprias. Afinal, em uma conferência de povos dessa natureza, não seria evidente que as violências imperialistas e por independências não eram equivalentes? Por que a necessidade de dizer o óbvio? Talvez uma tentativa de demarcar internacionalmente uma posição por meio de documentos oficiais, talvez um indicativo de que a ideia estava em construção, inclusive ameaçada pela própria noção da coexistência pacífica criada pelos soviéticos.

Nos discursos gerais das plenárias feitos pelos chefes de cada delegação entre os dias 4, 5 e 6 de janeiro de 1966, e sobretudo nos trabalhos das comissões a partir do dia 7, foram raras as vezes em que a questão da coexistência pacífica não apareceu implícita ou explicitamente atrelada aos desafios do Terceiro Mundo. Ao defender a luta armada, ao preconizar a paz, estabelecia-se um diálogo com seus princípios. Por isso a importância de firmar posições a respeito da legitimidade da luta, a relação entre guerra e revolução e o próprio entendimento sobre independência e paz. A partir das falas recolhidas, é possível perceber quais significados estavam em jogo e como eram mobilizados para, em seguida, analisar aspectos das resoluções aprovadas e divulgadas.

---

<sup>396</sup> *Análisis de la comisión política general – África*. Pasta 262, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>397</sup> *Versión taquigráfica de la reunión celebrada por la comisión política de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesión de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

Amílcar Cabral, considerado a “estrela do Havana Livre” (Faligot, 2013, p. 413), fez alguns discursos importantes durante a conferência, sendo o *A arma da teoria*, proferido no dia 06 de janeiro, o mais conhecido e aclamado deles. Figura de centralidade no horizonte do pensamento africano, dialogou com outros contextos coloniais em um compromisso de articular teoria e prática revolucionária. Acreditava que somente uma compreensão teórica sólida poderia guiar as ações dos movimentos de libertação, evitando erros comuns vindos de ações impulsivas. O discurso de Cabral em Havana trouxe diversos elementos a respeito da luta de classes e dos caminhos para o socialismo, destacou a necessidade de desenvolver uma teoria que considerasse as especificidades locais em oposição às teorias importadas que não se aplicavam às realidades vividas dos povos em luta no Sul.

Muitos pesquisadores já se debruçaram sobre esse e outros discursos de Cabral a fim de divulgar suas contribuições como pensador e teórico africano. Reconhecendo o brilhantismo e a importância do pensamento cabralino, para as intenções desta análise, merece destaque sua contribuição em um *diálogo* extenso no *percurso* da conferência em consonância ou em desacordo com outras delegações a respeito da relação entre independência e formas de luta. No dia 06 de janeiro, Cabral declarou:

O que importa é determinar quais são as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder não só à violência do imperialismo, como também para garantir, através da luta, a vitória final de sua causa, isto é, a *verdadeira independência nacional*<sup>398</sup>.

No que diz respeito à relação entre luta armada e liberdade, o cabo-verdiano foi direto sobre sua esperança na responsabilidade da ação tricontinental:

Diz um ditado africano muito corrente nas nossas terras – onde o fogo é ainda um instrumento importante e um amigo traiçoeiro – o que prova o estado de subdesenvolvimento em que nos vai deixar o colonialismo – que ‘quando a tua palhota arde, de nada serve tocar o tam-tam’. Na dimensão tricontinental, isso quer dizer que não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo. Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. [...] Senhor Presidente, os fatos nos dispensam de empregar palavras para provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência<sup>399</sup>.

<sup>398</sup> *Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas.* Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 14.

<sup>399</sup> *Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas.* Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 14.

Ovacionado pela plateia na ocasião, Cabral defendeu um entendimento já difundido no seio do movimento e que viria a ser reproduzido nas comissões e plenárias em Havana, de que o sentido da luta armada não era a guerra, mas a libertação, a construção de um futuro justo (Villen, 2013).

A ideia de uma verdadeira independência aparece também na Subcomissão de Assuntos Candentes, na fala da delegação das Colônias Portuguesas<sup>400</sup>. No momento da discussão da redação da resolução sobre Angola, um delegado<sup>401</sup> pediu para que, no texto final, para as independências consideradas “maquinação imperialista britânica, americana”<sup>402</sup>, como era o caso da Rodésia do Sul, a palavra independência estivesse entre aspas, de modo a deixar registrado no texto o entendimento sobre a usurpação do poder popular pela minoria branca e, portanto, o não reconhecimento desta independência como legítima. De igual modo, outras delegações demonstraram tal entendimento na diferenciação entre independências legítimas e ilegítimas. Em seu discurso em plenária, a delegação da África do Sudoeste também defendeu a ideia de uma “*verdadeira* independência” dos povos por meio do que considerava uma “defesa legítima” – a defesa armada<sup>403</sup>. A delegação coreana, de igual maneira, se colocou “contra as maquinações da independência ilegal e unilateral da Rodésia do Sul”<sup>404</sup>.

Interessante perceber esse ajuste fino para o texto final, palavras cuidadosamente pensadas e redigidas de modo a demarcar contornos conceituais. Para a resolução a respeito da Venezuela feita pela mesma comissão de assuntos candentes, novamente foi a delegação das Colônias Portuguesas que, ao defender o reconhecimento da FLN venezuelana, pediu que, na redação, ela não fosse descrita como “o organismo que dirige a guerra”, isto porque “a guerra são os imperialistas que fazem”<sup>405</sup>. A sugestão foi substituir por “FLN, organismo que dirige a luta armada”, alocando, dessa forma, esses dois termos em lados opostos. O cuidado com a redação vai além de formalidades estéticas, evidentemente, e aponta para um alto valor

---

<sup>400</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes: Conclusiones*. Analisis subcomision Asuntos Candentes. Africa. Pasta 261, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

<sup>401</sup> O nome não consta na versão taquigráfica, mas pelo relatório da CONCP sobre a distribuição das representações em Havana, Luiz Andrade de Azevedo ficou responsável pela Subcomissão de Assuntos Candentes. (*Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas*, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana. Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013>. Acesso em: 13 ago. 2024).

<sup>402</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 2. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

<sup>403</sup> *OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental*. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>404</sup> *Informes de casos de organismos con situaciones conflictivas*. Pasta 154, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 18.

<sup>405</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 16. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

atribuído à resolução final como porta-voz de um pensamento sobre o mundo, uma construção teórico-prática de uma proposta de transformação objetiva.

Para a delegação de Uganda, a ideia de emancipação passava também pela questão das armas nucleares e seu acesso, sem dúvida um sustentáculo da política de coexistência pacífica soviética. No entendimento dessa representação, a proposta de destruição total dos armamentos e suas formas de produção deveria ser aplicada somente aos países imperialistas, que eram os responsáveis tanto pelas armas quanto pelas guerras. Seguiu em seu argumento final, ao dizer que sua delegação, por isso, não aceitava a política de coexistência pacífica<sup>406</sup>. Considerava o ponto 6 da agenda que versava sobre o tema “terrivelmente reacionária”<sup>407</sup> e sugeriu uma mudança em seu texto original: de “luta pela proibição do uso, produção e armazenamento de armas nucleares” para “luta dos povos contra a política imperialista de armas nucleares”<sup>408</sup>. Na comissão política, a mesma delegação defendeu:

Minha delegação propõe que sobre a luta do uso das armas nucleares e a destruição total das armas nucleares que existem neste momento, para a liquidação de todas as formas de sua produção e a reserva dessas armas, deve ser aplicada somente aos países imperialistas, já que as armas estão em mãos da classe exploradora e quando estão em mãos de países socialistas estão sendo utilizadas para a luta por libertação<sup>409</sup>.

Ainda sobre o mesmo tema, a delegação da África do Sudoeste, representada pela SWANU, defendeu em plenária que, para alcançar o que se entendia como independência e para vencer as deficiências técnicas vindas da exploração, não se poderia ficar “de braços cruzados em coexistência pacífica com os inimigos”. Daí a necessidade de fazer frente ao discurso pacifista e à “chantagem nuclear”, novamente em clara referência à campanha pelo desarmamento global<sup>410</sup>.

---

<sup>406</sup> *Versión taquigráfica de la reunion celebrada por la comision politica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesion de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 38.

<sup>407</sup> *Versión taquigráfica, resumen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>408</sup> *Idem*.

<sup>409</sup> *Versión taquigráfica de la reunion celebrada por la comision politica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesion de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 38.

<sup>410</sup> *OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental*. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

Implícita e explícita à questão das independências, da guerra e do armamento nuclear, estava a própria noção de paz. Novamente, a delegação da África do Sudoeste articulou um giro interessante. Ao trazer o exemplo cubano, questionou:

Por que não estamos reunidos em qualquer outro país da América Latina que "coexiste pacificamente" com os Estados Unidos? Isso não quer dizer que o povo cubano não ame a paz. Em efeito, é esse desejo mesmo da paz que inspira sua resistência, violenta a toda incursão agressiva ou a toda tentativa de violação de seu território, que permite aos que desejam a liberdade encontrá-la aqui nestas terras<sup>411</sup>.

Admitiu ainda que os europeus necessitavam de paz, mas que não a alcançam porque, junto com os Estados Unidos, sempre haviam sido “a causa da guerra no mundo”, eis a razão de sua delegação ser determinante: “não há lugar para falar de ‘coexistência pacífica’”, já que nunca se havia produzido qualquer acontecimento importante “em condições de acordo pacífico”. Para esta delegação, na África, a verdadeira independência se faria completa pela luta armada. A paz seria alcançada somente quando “os imperialistas fossem expulsos pela força”<sup>412</sup>, em uma perspectiva claramente fanoniana do uso da violência justificava.

A costura interessante que se encontrava no cerne da discussão global naquele momento a respeito da coexistência é justamente o objetivo da paz e sua acomodação dentro do projeto de apoio aos povos colonizados em busca da independência. Segundo Patrick Iber (2022, p. 53), desde o início da campanha do Movimento pela Paz, encabeçado pela União Soviética, existiu “de forma embrionária” o argumento que distinguia “guerra” e “revolução”. Esse argumento foi abraçado por lideranças do Terceiro Mundo alinhadas à perspectiva do CMP, como Lázaro Cárdenas, como trabalhado no capítulo 2. Foi aprofundado e defendido também por aqueles que, nas trincheiras das lutas de independência, entendiam que buscavam a paz em seus territórios, já que somente a revolução seria capaz de alcançar mudanças políticas e econômicas em prol da população, ao contrário da guerra provocada pelo imperialismo. Por isso era possível afirmar que o governo e o povo de Cuba pós-1959 eram pacifistas, ao mesmo tempo em que defendiam a revolução armada.

Na Tricontinental a discussão seguiu seu curso. Afinal, como articular a proposta? Na comissão de organização, a delegação da Colômbia investiu no alinhamento entre paz e guerra.

As lutas de liberação são um caminho para a Paz e a coexistência pacífica não pode conceber-se senão sobre a base do respeito à livre determinação dos

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> *Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental*. OSPAAAL, 1<sup>ra</sup> Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba, p. 3.

povos a escolher o regime político e social que a bem tenham. A mais grave ameaça para a Paz mundial radica na escalonada e gradual agressão militar dos EUA contra o Vietnã, cujos sofrimentos são grande estímulo a nossos deveres de solidariedade e cuja vitória constitui incalculável contribuição à Paz do mundo, à independência e segurança de todas as nações; em tanto será golpe definitivo à existência do imperialismo<sup>413</sup>.

Na declaração geral, preservou-se uma ideia semelhante, de que a intensificação da luta contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo era o caminho para a paz:

A conferência proclama o direito dos povos de se oporem à violência imperialista com a violência revolucionária para proteger, em tais circunstâncias, a soberania e a Independência nacional. A luta que os povos da África, Ásia e América Latina sustentam neste sentido é um aporte decisivo ao combate anti-imperialista nos 3 continentes e uma contribuição efetiva para a liberação dos seus povos e o asseguramento da paz mundial.<sup>414</sup>

Na versão taquigráfica da reunião do dia 11 de janeiro da subcomissão de Assuntos Candentes, vinculada à Comissão Política, delegações como a da Venezuela e das Colônias Portuguesas defenderam que a luta armada fosse descrita como forma superior de luta na resolução final, um “princípio global para se opor à estratégia global do imperialismo na América Latina”<sup>415</sup>. O relatório cubano sobre a atuação dos movimentos pela independência africanos nessa comissão destacou “uma progressiva unidade [desses movimentos] na defesa de seus interesses comuns”<sup>416</sup>.

Se o apoio às independências era um consenso em Havana, o modo de alcançá-las se distinguia. Outras delegações, como a RAU, mostraram-se alinhadas à perspectiva soviética. Na plenária, esta delegação afirmou que apoiaria a URSS “por respaldar as causas de libertação”, por seu “esforço pela destruição das armas nucleares e o estabelecimento da coexistência pacífica”<sup>417</sup> e esperava que a conferência também o fizesse. Em linha semelhante, a delegação argelina defendeu a coexistência, afirmando que praticá-la não significava uma relação entre explorador e explorado, mas “coexistência entre países igualmente livres e

<sup>413</sup> “Discurso del presidente de delegación de Colombia” (Archivos. Planes del Secretariado. Pasta 170, Gaveta 3, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 3).

<sup>414</sup> *Declaración General de la Primera Conferencia Tricontinental*, La Habana, 15 de enero de 1966 (Estrada; Suárez, 2006, p. 399).

<sup>415</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba, p. 14.

<sup>416</sup> *Subcomisión de Asuntos Candentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba, p. 2.

<sup>417</sup> *Discurso pronunciado por el presidente del Buro Político del Frente Socialista Árabe*, p. 2. Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

independentes por inteiro”<sup>418</sup>. Falando em nome de todo o continente, a delegação afirmou que “a coexistência pacífica [era] um meio para conseguir a justiça, de assegurar os direitos dos povos e de liquidar todas as formas de influência imperialista”, sendo isto “estritamente vinculado à causa da paz”<sup>419</sup>.

Nesta seara, ficou demarcada novamente uma cisão entre movimentos de libertação e delegações africanas compostas por representações estatais. Segundo consta no mesmo relatório, “longe de considerarem a radicalização da luta armada como fenômeno político fundamental”, as delegações estatais “apenas a menciona[va]m em suas intervenções, nas quais, na maior parte das vezes, se limita[va]m a condenar o fenômeno colonial”<sup>420</sup>, um cuidado excessivo para, possivelmente, não se indispor com os soviéticos ali presentes. Além disso, possivelmente haveria desconfortos diplomáticos em outras esferas regionais caso houvesse apoio a grupos considerados como uma ameaça em suas localidades de origem. O relatório revela ainda a posição da “linha cubana”, ao dizer que as colônias portuguesas estavam de acordo com Cuba sobre “considerar a luta armada como forma principal de luta dos movimentos de libertação nacional”<sup>421</sup> na resolução final.

Como se vê, nem todos estavam em unidade nessa questão. No relatório cubano de rastreio de posicionamentos das delegações aparece a preocupação de verificar quem são as delegações a favor da luta armada como principal meio de luta<sup>422</sup>. E não eram todas. A delegação da África do Sul se mostrou reticente nessa questão. Entendia que era preciso atentar-se às necessidades de um povo ou país para amparar sua forma de luta antes de impor a via armada como principal saída para a independência. Em sua fala, a delegação mostrou reservas à perspectiva de apoiá-la de forma indistinta:

[...] há diversas formas de fazer uma luta pela independência; e nenhuma luta em nenhuma parte do mundo alcançará o êxito sem ter o apoio das massas e a confiança do povo. Portanto, não podemos limitar a luta das massas a isto. [...] [Esta Conferência] não tem o direito de definir o método que um determinado país deve adotar [...].<sup>423</sup>

<sup>418</sup> *Discurso delegación argelina*. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ra Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>419</sup> *Idem*.

<sup>420</sup> *Comisión Económica. Colonias Portuguesas*. Analisis de la comision economica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 1.

<sup>421</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>422</sup> *Posiciones y planteamientos*. Punto I y III. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>423</sup> *Subcomisión Asuntos Candentes*, Enero 11, 1966. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL, Havana. Cuba, p. 13.

Vale lembrar que a Conferência Tricontinental reuniu movimentos anti-imperialistas de inspiração socialista, mas que nem todos estavam de acordo com formas violentas de luta anticolonial. A delegação indiana, por exemplo, liderada pela influente Aruna Asaf Ali<sup>424</sup> “era composta tanto por membros do Partido do Congresso – partido da independência indiana com boas relações com a URSS – quanto por pacifistas, seguidores da filosofia não violenta de Gandhi” (Faligot, 2013, p. 378), demonstrando a diversidade ideológica reunida em Havana

No lado latino-americano da comissão política, vale lembrar que a própria noção de independência era outra se comparada com a defendida pelos territórios coloniais na África. A delegação da Guatemala seguiu linha semelhante à RAU, dizendo que, mesmo tendo recorrido às armas em seu território,

Não vemos por que há de contrapor-se a necessidade da coexistência pacífica com a luta de libertação nacional. [...] Na Guatemala lutamos pela plena independência do país, impulsionando a revolução guatemalteca e adotamos a luta armada. Ao mesmo tempo, contudo, *comprendemos a necessidade da coexistência pacífica*. É preciso que se compreenda perfeitamente que a coexistência pacífica é o esforço para evitar a guerra mundial; uma coexistência que implica que Estados de distintos regimes sociais coexistam e resolvam os problemas de conflito sem recorrer à guerra. Uma guerra que agora, seria uma guerra termonuclear<sup>425</sup>.

O discurso do delegado do Congo Léopoldville foi categórico e pareceu responder a posturas estatais como a da delegação argelina e da RAU e não estatais, como a da Guatemala, representada pelas *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR), ao negar a possibilidade de coexistência: “para nós, quem não existe não pode coexistir com outros que possuem existência”<sup>426</sup>. Ou seja, nessa perspectiva, a ideia de independência como direito mostrava-se como um princípio inconciliável com a possibilidade de coexistir pacificamente com forças imperialistas e coloniais. Segundo relatório cubano, a delegação da CONCP igualmente defendia este conceito como aplicável somente a Estados já constituídos, e não a movimentos de libertação. Embora não se opusessem à definição do termo, acreditavam que ele não deveria constar no documento principal da Conferência, pois “afetava o alto tom anti-imperialista” do texto oficial<sup>427</sup>, algo defendido também pela delegação cubana. A delegação do Congo, irmanada à concepção da

---

<sup>424</sup> *Versión taquigráfica de la reunion celebrada por la comision politica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesion de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 38.

<sup>425</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>426</sup> “*Discurso del consejo supremo de la revolució del Congo Leopoldville*”, p. 16. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>427</sup> *Analisis de la comision politica general – Africa*. Pasta 262, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Habana, Cuba, p. 4.



CONCP de existir para coexistir, negou a coexistência pacífica como princípio e como tática por se opor a todo tipo de “compromisso com o imperialismo”<sup>428</sup>. O relatório destaca ainda que, para essa delegação, a coexistência pacífica era uma questão apenas tática, e não de princípio, o que a aproximava da posição cubana.

O relatório cubano diz que, a despeito da negação destas delegações, ambas aceitaram, ao final, a “concepção de coexistência defendida pela delegação cubana” no projeto de resolução. Quanto às delegações pró-China, consta no documento, queriam a exclusão dos parágrafos que faziam menção à coexistência na Resolução Política e pediram até a exclusão deste ponto da agenda geral da conferência, ou seja, a retirada da possibilidade de adequação da coexistência pacífica para o Terceiro Mundo. Ao final, Cuba se mostrou satisfeita com o desfecho da discussão, sugerindo que o texto final encampou o entendimento cubano<sup>429</sup>.

Na declaração geral, apresentada no dia 15 de janeiro de 1966, percebemos uma acomodação entre as duas linhas, o que possivelmente foi entendido como um recuo por parte de alguns movimentos de libertação pendentes para a radicalização da luta como via única. A conferência *proclamou*: “o direito inalienável dos povos à total independência política e a recorrerem a *todas as formas de luta que sejam necessárias, incluindo a luta armada*, para conquistar este direito”<sup>430</sup>. Acredito que tenha sido a concessão necessária para a união não somente entre delegações, mas com a própria União Soviética, que vinha pressionando Cuba, inclusive com a conferência dos partidos comunistas em Havana, em 1964, por uma negociação com outras formas de luta e com a coexistência pacífica. Possivelmente a China tenha visto suas pretensões de radicalização arrefecidas na letra do texto, mas sem dúvida exerceu uma influência vigorosa no encontro, sobretudo entre os movimentos de libertação, em uma disputa por liderança com os cubanos. Ao final, fica a impressão de que os discursos de lideranças cubanas davam uma ênfase maior no aspecto da luta armada do que sua delegação e os registros de resoluções propriamente ditos.

Apesar dos entendimentos distintos que se repetiram na fala de outras delegações, pela análise cubana descobrimos que a intenção de Cuba era afirmar a coexistência pacífica como tática e não como princípio propriamente dito, como defendiam os soviéticos. Por tática,

---

<sup>428</sup> Idem.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> “*Declaración General de la Primera Conferencia Tricontinental*”, La Habana, 15 de enero de 1966 (Estrada; Suárez, 2006, p. 395). Na sua resolução final, a partir do exemplo do Vietnã, a comissão política fez a defesa das “guerras de libertação” onde as condições já estivessem “maduras”. Political Commission Resolution. (*First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 63).

podemos inferir que seria uma estratégia para apaziguar desentendimentos com os soviéticos na letra do texto final e reafirmar o compromisso contra a divisão no movimento comunista internacional, ao lado dos soviéticos, honrando, em teoria, os compromissos firmados em 1964. Além disso, objetivavam formular o entendimento tricontinental sobre a questão em separado na resolução final e não pelo comunicado da comissão política, o que de fato aconteceu<sup>431</sup>. Sobre isso, Roger Faligot (2013) diz que a conferência aprovou uma resolução que buscava conciliar diferentes posições, reconhecendo a coexistência pacífica, mas demarcando sua inaplicabilidade à luta dos povos pela libertação nacional.

O princípio acabou compondo o conjunto de resoluções finais da comissão política, porém ficou de fora do texto principal, uma proposta cubana abraçada pelas colônias portuguesas. O texto foi sucinto, mas demarcou alguns limites:

A coexistência pacífica refere-se exclusivamente às relações entre Estados de diferentes regimes sociais e políticos. Não se pode referir à coexistência entre as classes sociais exploradas e seus exploradores dentro de um país; tampouco se pode referir à luta dos povos vitimados pelo imperialismo contra seus opressores. Consequentemente, os argumentos da coexistência pacífica não podem ser usados da maneira como o imperialismo e seus seguidores pretenderam, para limitar os direitos dos povos de fazerem sua revolução social. A coexistência pacífica pressupõe o respeito irrestrito ao princípio da autodeterminação das nações e soberania de todos os Estados, grandes e pequenos. A defesa do princípio da coexistência pacífica acarreta a repulsa à agressão imperialista, ao uso criminoso da força contra o povo e a repulsa decisiva da intervenção estrangeira nos assuntos internos de outros Estados, tudo isso representando a violação do princípio da coexistência pacífica. Isso dá direito aos Estados progressistas e democráticos do mundo de repelir o agressor e ajudar as vítimas com todos os seus meios. Quando todos os Estados democráticos e progressistas oferecem sua ajuda mais decisiva aos povos vitimados, eles estão mantendo vivo o princípio da coexistência pacífica<sup>432</sup>.

A defesa explícita do princípio da coexistência pacífica foi condicionada à relação igualitária entre nações e de respeito à autodeterminação, colocando a responsabilidade aos “Estados democráticos”, sem distinção do regime político, de ajudarem na luta contra a agressão imperialista. O fato desse tema não ter sido retirado nem da pauta e nem da resolução final, indica uma anuência da Tricontinental de referendá-lo como prática possível entre Estados independentes do Terceiro Mundo que sigam regimes políticos distintos, ficando restrita às relações internacionais e não às relações internas. Houve o entendimento de que a coexistência pacífica não se aplicaria aos povos em situação colonial, fazendo jus à ideia da

<sup>431</sup> *Análisis de la comisión política general – Africa*. Pasta 262, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

<sup>432</sup> Political Commission Resolution. *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966, p. 63. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

delegação congoleza de que só seria possível coexistir se existir. Mais uma vez, as delegações africanas e sobretudo as delegações representadas por movimentos coloniais, mostraram sua força articuladora para fazer valer seu entendimento mesmo diante das forças de gigantes.

É possível que o pronunciamento oficial desagradou algumas delegações internamente, que acabaram cedendo ao informe. Vale lembrar que as decisões da Tricontinental eram um pronunciamento aguardado no mundo, e várias instituições, partidos e grupos políticos estavam atentos às diretrizes emanadas por Havana. O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* chileno (MIR), por exemplo, fez uma moção durante seu II Congresso<sup>433</sup>, em abril de 1966, com sua avaliação sobre o evento, considerando-o excludente<sup>434</sup>. Fundado em 1965, o grupo de esquerda chileno teve uma base heterogênea crítica tanto à URSS quanto à China. No movimento comunista internacional, consideravam Cuba a revolução autêntica e inspiradora, sendo este um dos elos mais perceptíveis dentro do grupo (Palieraki, 2014). O MIR, no entanto, não foi convidado para representar o Chile na conferência Tricontinental, sendo esse posto ocupado pela Frente de Ação Popular (FRAP)<sup>435</sup>, composta por “dirigentes do socialismo amarelo e do revisionismo comunista chileno”<sup>436</sup>, segundo o manifesto. Eugénia Palieraki (2014) considera fatores teóricos e razões concretas que explicam o não convite. Além da ampla maioria de trotskistas, alvo de críticas cubanas, a historiadora reconhece que, de fato, não havia vínculos profundos entre o MIR e o governo cubano e desde sua fundação, apesar das lisonjas à revolução, o MIR sempre demarcou seu desejo de independência em relação a Cuba. A indiferença cubana, pondera Palieraki, causava mal-estar, sobretudo quando comparado à “complacência que Havana manifestava com o PC e o PS chilenos, que, ao contrário, participaram da conferência” (p. 132).

---

<sup>433</sup> *Cuba, La Tricontinental y la Revolución Latinoamericana*. Resolución de la III Sesión Plenaria de C.C. del MIR chileno verificada el 17 de abril de 1966. Estrategia. 4. Santiago-Chile. Junio 1966.

<sup>434</sup> Palieraki (2014) observa os paradoxos do momento tanto da conferência Tricontinental de Havana quanto da OLAS, no ano seguinte. Para a autora, Cuba, a partir da segunda metade da década de 1960, passou a priorizar o treinamento de guerrilheiros em seu território, em vez de financiar diretamente movimentos armados na América Latina. Essa mudança de postura se deveu a diversos fatores, como a crise financeira cubana, o fracasso de guerrilhas como a de Che Guevara na Bolívia e a necessidade de se alinhar com a URSS, que passou a financiar diretamente os partidos comunistas latino-americanos. Apesar da Conferência da OLAS, em 1967, ter defendido a luta armada como principal caminho para a revolução, Cuba já se afastava dessa estratégia. A crise econômica e a necessidade de apoio soviético levaram o país a priorizar seus interesses internos e se aproximar da URSS, inclusive apoiando a intervenção em Praga, em 1968. Esse ano marcou o fim do apoio cubano aos movimentos guerrilheiros e o início de um período de "ensimesmamento", evidenciando a complexa relação entre Cuba, a URSS e os movimentos de esquerda na América Latina durante a Guerra Fria.

<sup>435</sup> A FRAP (Frente de Ação Popular) foi uma coalizão política de esquerda chilena que existiu entre 1956 e 1969. Ela foi formada por diversos partidos, incluindo o Partido Comunista do Chile e o Partido Socialista do Chile, com o objetivo de unir as forças de esquerda e disputar as eleições presidenciais.

<sup>436</sup> *Cuba, La Tricontinental y la Revolución Latinoamericana*. Resolución de la III Sesión Plenaria de C.C. del MIR chileno verificada el 17 de abril de 1966. Estrategia. 4. Santiago-Chile. Junio 1966, p. 5.

A avaliação dos resultados do encontro feita pelo MIR foi bastante negativa, ainda que o grupo reconhecesse a importância de Cuba e apoiasse o governo de Fidel Castro, tentando separar o dirigente de sua conferência. “Para entender as resoluções”, disse o MIR, era preciso estar ciente que a conferência foi de frente única, e não marxista-leninista, e por isso com “finalidades limitadas”. Seu resultado tinha sido de “conclusões verbalistas”. Especificamente sobre a coexistência pacífica, o MIR avaliou que a URSS não conseguiu forçá-la como linha central na conferência, embora tenha logrado êxito em “deslizá-la, sub-repticiamente em outra resolução especial”. O MIR, assim como possivelmente muitos outros presentes e ausentes em Havana, compartilhava do sentimento de que a conferência, apesar de tudo, deveria servir para a ação: “Reivindicar os princípios é uma parte somente”. Era preciso “converter os princípios em luta efetiva, incorporar as ideias em ação”<sup>437</sup>.

Pontos de discórdia sobre a coexistência pacífica, como armamentos nucleares, as formas de luta e a legitimidade da violência revolucionária para o alcance da paz compuseram diálogos interessantes que nos guiam pelo fio da Tricontinental e por como esse encontro ecoou pelo mundo. A questão do desarmamento nuclear exclusivo para países imperialistas e da justificativa da violência legítima, uma perspectiva evidentemente fanoniana e guevarista, contrastava com o princípio soviético. A política de coexistência pacífica iniciada na década de 1950, além do evidente impacto global, impulsionou o Terceiro Mundo, mais do que reagir, a *elaborar* e a dar significado à sua prática, negando, aceitando ou se adequando a essa prerrogativa da Guerra Fria.

Os anos 1950 e 1960 se viram confrontados com cenários imprevisos nos quais as independências não alcançaram os sonhos de emancipação de determinados grupos. Amílcar Cabral sinalizou esta ideia em seu discurso já citado anteriormente.

Se aceitamos o princípio de que a luta de libertação nacional é uma revolução e que ela não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há nem pode haver libertação nacional sem o uso da violência libertadora por parte das forças nacionalistas para responder à violência criminal dos agentes do imperialismo<sup>438</sup>

O uso da imagem das bandeiras como metáfora é novamente significativo. Se para Cabral uma bandeira nacional não era garantia de autonomia e poderia indicar continuidade da dependência, Ben Barka fez uso do mesmo símbolo para dizer que o neocolonialismo era o

---

<sup>437</sup> Idem, p. 10-11.

<sup>438</sup> *Intervención del ingeniero Amílcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas*. Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

colonialismo sem bandeira<sup>439</sup>, isto é, mesmo sem o vínculo jurídico a um Estado colonial, seu poder explorador poderia seguir ativo e destrutivo nos territórios recém-independentes. Era preciso estar vigilante e, mais do que isso, atuante. Apesar de diferentes, ambas as falas chamavam a atenção para o fato de que as independências políticas não eram garantia de independências *de fato*. A autonomia verdadeira da qual tantos falaram seguia sendo um objetivo no horizonte, mesmo após a existência de uma bandeira nacional. O gosto amargo da familiaridade com a exploração no período pós-colonial foi o motor para novas conceituações. Esse tema foi assunto na comissão sobre colonialismo e neocolonialismo, a ser abordado no próximo e último tópico do capítulo.

#### 5.4 "O neocolonialismo é um novo vocábulo em nosso idioma, e nós, que sofremos com ele, compreendemos seu significado": Colonialismo, Neocolonialismo e os contornos conceituais para a ação

Segundo o historiador indiano Sandeep Bhardwaj (2024), o sentimento anticolonial uniu o movimento do Terceiro Mundo desde os anos 1950 e, a partir dessa união, nasceu também uma batalha para estabelecer um entendimento comum sobre o significado de colonialismo, um termo central na construção do movimento<sup>440</sup>. Como ele havia sido primeiramente conjurado pelos sentimentos anticolonialistas, redefinir o termo colonialismo poderia modificar seus parâmetros.

Em sua análise sobre as diferentes conceituações dadas ao termo pelos líderes asiáticos Jawaharlal Nehru, da Índia, Sukarno, da Indonésia, e John Kotelawala, do Ceilão, atual Sri-Lanka, em conferências internacionais dos anos 1950, Bhardwaj observou diferenças significativas vindas de cada uma das memórias coloniais dessas três lideranças. Para Kotelawala, sua concepção sobre colonização passava por certa apreciação romantizada da

---

<sup>439</sup> *Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos*. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>440</sup> "No entanto, o significado de colonialismo estava em debate desde o início. De fato, sob quase todos os principais marcos da história do Movimento, havia uma corrente oculta de contestação e desacordo sobre essa questão, começando com a Conferência da Liga Contra o Imperialismo (LAI) de 1927. [...] o "anti-imperialismo" foi adotado como o principal objetivo da LAI em vez do "anticolonialismo", que havia sido o objetivo declarado de sua predecessora, a Liga Contra a Opressão Colonial (LACO). [...] Münzenberg e o Comintern argumentavam que, enquanto o anticolonialismo se concentrava na "periferia" (os países coloniais e semicoloniais), o anti-imperialismo visaria o "centro" (as metrópoles europeias). Apesar de ser uma mudança sutil na terminologia, a mudança deslocou o foco da prática do colonialismo para as "raízes reais" do colonialismo na compreensão marxista, ou seja, o capitalismo. Por outro lado, os nacionalistas viam o objetivo de desmantelar o domínio colonial no Sul Global como o desafio mais urgente" (Bhardwaj, 2024, p. 120-121).

experiência colonial. O imperialismo ocidental seria apenas uma forma de colonialismo, significando a dominação política de um país sobre o outro. Sukarno, por sua vez, entendia que o Ocidente tinha a intenção de manter o domínio econômico, cultural e intelectual sobre suas antigas colônias, dando uma noção de continuidade na exploração. Já Nehru buscava limitar a definição a contornos mais estreitos, restringindo-os ao entendimento convencional de que o colonialismo estaria findo uma vez proclamadas as independências.

Os desacordos sobre seu significado, segundo Bhardwaj, foram a primeira fissura fundacional do movimento, o que nos leva à hipótese de que a Tricontinental continuou em sua busca por definições conceituais sólidas para as experiências e sobretudo para alinhar proposições para o futuro. Querelas dessa natureza atravessaram a história desses encontros, locais propícios para debates sem a intervenção direta das potências coloniais/imperialistas, e apontam para uma insatisfação com significados estreitos e para a necessidade de se expandir e ser o porta voz autorizado das definições de palavras, conceitos e/ou categorias que, reunidas, funcionavam como bússola para uma prática de emancipação daqueles envolvidos neste projeto. Apesar de serem premissas gerais, não foram um ponto de partida simples ou pacífico para as discussões.

Como já adiantado no decorrer dessa discussão, Amílcar Cabral fez questão de dialogar com essas premissas quando afirmou em Havana que hino e bandeira nacionais não significavam libertação nacional ou a “verdadeira independência”. Alinha-se, nesse sentido, a uma perspectiva a respeito da continuidade da exploração colonial presente no pensamento de Sukarno e de outros pensadores africanos como Kwame Nkrumah e Frantz Fanon. Sem dúvida o fio dessas discussões circulava transnacionalmente entre as lideranças do Terceiro Mundo, e eram as conferências internacionais o local para sua construção. Colocar esses atores em diálogo no tempo é uma chance de jogar luz sobre como líderes africanos e asiáticos, como afirma Bhardwaj (2024, p. 119), “possuem uma importante contribuição na construção do movimento” e como conferências foram campos de projeção e de construção desses entendimentos.

Para Sukarno, o colonialismo não desapareceu com a independência das nações, mas se transformou em neocolonialismo, uma forma de controle exercida por meio de dominação econômica e intelectual. Manter a ideia do colonialismo viva era crucial para a construção nacional e a unidade política. Sukarno via o neocolonialismo como uma ameaça e defendia que o Terceiro Mundo deveria se tornar uma força revolucionária para combatê-lo. Essa continuidade semântica exigiu um exercício intelectual de expansão da definição de colonialismo de um controle político para um entendimento “mais amplo e multidimensional”

(Bhardwaj, 2024, p. 122). No fim dos anos 1950, Sukarno criou o termo “*Nekolim*” para nomear esse fenômeno no qual as antigas potências colonizadoras buscavam manter o controle sobre suas antigas colônias no Sul, sendo considerado um precursor do discurso sobre neocolonialismo que ganhou força nos anos seguintes entre lideranças africanas, como Kwame Nkrumah.

Considerado uma referência para o pan-africanismo, Nkrumah foi um dos líderes e intelectuais mais importantes de sua geração, e sua produção cruzou fronteiras no processo de construção de um ideário pautado na autodeterminação, libertação, nação, antirracismo, racialismo e solidariedade. Vinculou-se à perspectiva marxista-leninista e sua obra foi marcada por tensões conceituais entre o materialismo histórico e o nacionalismo negro baseado em critérios raciais (Marcussi, 2016). Foi o líder da independência de Gana em 1957 e o primeiro à frente da nação independente, sempre atento à condição colonial a que muitos na África ainda se encontravam. Nas ambiguidades de sua obra, segundo Marcussi (2016, p. 281), podemos encontrar “caminhos para a possibilidade teórica e prática de uma solidariedade africana que não seja concebida em termos raciais”, mas em termos históricos e universalistas. Em Nkrumah, a ideia de união africana encontrava justificativa também no histórico de dominação colonial, no sentimento anticolonial e no desejo de liberdade e independência. Para ele, a solidariedade e a própria ideia de “nação africana” eram atravessadas por histórias compartilhadas de dominação, o que abria o caminho para estender essa solidariedade para além das fronteiras continentais, expandindo-a a outros povos que conheciam a opressão e diferentes territórios. A obra de Nkrumah esteve comprometida com a formulação e a consolidação de um conceito de solidariedade anti-imperialista mais amplo, fazendo dele uma figura importante não somente do pan-africanismo, como no próprio internacionalismo negro e anticolonial do Terceiro Mundo.

Em seu livro *Neocolonialismo: o último estágio do imperialismo*, Nkrumah (1965, p. 186) tratou das consequências das táticas coloniais para além do mundo africano, nas experiências coloniais nos séculos XIX e XX e reconheceu os EUA “entre os principais neocolonialistas, exercendo seu poder na América Latina há muito tempo”. Argumentou que o neocolonialismo se manifestava através de diversas formas de dependência econômica, política e cultural, perpetuando a exploração dos países mesmo após a independência formal. Para combatê-lo, era preciso “estudar, entender, expor e combater ativamente o neocolonialismo” (p.186). Entendia que as potências neocoloniais utilizavam mecanismos de poder e coerção. Investimentos estrangeiros, controle do comércio internacional, manipulação ideológica e interferência política eram algumas das estratégias que impediam o desenvolvimento autônomo

e perpetuavam a exploração dos recursos e da mão de obra em benefício das antigas metrópoles. Em conjunto, mantinham as nações em uma posição de subordinação e dependência que

Diante dos povos militantes dos ex-territórios coloniais na Ásia, África, Caribe e América Latina, o imperialismo simplesmente muda de tática. Sem hesitar, dispensa suas bandeiras e até mesmo alguns de seus funcionários expatriados mais odiados. Isso significa, segundo ele, que está ‘dando’ independência aos seus antigos súditos, para ser seguida por ‘ajuda’ para seu desenvolvimento. Sob a capa de tais frases, no entanto, ele elabora inúmeras maneiras de atingir objetivos anteriormente alcançados pelo colonialismo puro e simples. É essa soma total dessas tentativas modernas de perpetuar o colonialismo enquanto ao mesmo tempo fala sobre "liberdade", que passou a ser conhecida como neocolonialismo (Nkrumah, 1965, p.186).

No final do livro, denunciou que os sucessivos golpes e “possíveis golpes” que rondavam a África, Ásia e América Latina, junto com assassinatos de importantes líderes políticos, estavam alinhados a uma estratégia neocolonial de conter os avanços das nações emergentes. Um ano depois de publicada essa obra e um mês depois da Tricontinental, Nkrumah seria deposto de seu cargo após um golpe de Estado levado a cabo por Emmanuel Kwasi Kotoka e apoiado pela CIA (Malacco, 2018).

Nkrumah foi também o anfitrião da última conferência afro-asiática antes da Tricontinental e estava profundamente comprometido com o movimento. Ocorrida em Winneba também em 1965, contou com um discurso do estadista que enfatizou a necessidade da solidariedade econômica entre os países em desenvolvimento para “a luta econômica contra o imperialismo”<sup>441</sup>, sendo o neocolonialismo o último estágio desse modelo de dominação e exploração<sup>442</sup>. No evento, Nkrumah alertou para os “métodos complicados e tortuosos” de uma intenção simples: o imperialismo em sua faceta neocolonial tinha o objetivo de “inibir ou desacelerar o desenvolvimento econômico das ex-colônias, para que elas permaneçam colônias

---

<sup>441</sup> *Inaugural Address given by Dr. Kwame Nkrumah, Presidente of the Republic of Ghana*. The Winneba Conference. Gana, May 1965. IV<sup>th</sup> Afro-Asian People’s Solidarity Conference. Winneba, Gana, May 9-16, 1965. Afro-Asian Publications, n. 14. Published by the Permanent Secretariat of the Organization of Afro-Asian People’s Solidarity. Cairo, RAU, p. 24.

<sup>442</sup> O título do livro de Nkrumah *Neocolonialismo: a última fase do imperialismo* era um claro diálogo com o livro de Lenin *Imperialismo: etapa superior do do capitalismo*. Neste livro, Lenin (2011) define o imperialismo da seguinte forma: “Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Mas as definições excessivamente breves, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (p. 217-218)”. Para mais, conferir o artigo de Malacco (2018).



em tudo, *menos no nome*<sup>443</sup>. Então é interessante que haja esse imperativo no interior do movimento de desmascarar práticas ao nomeá-las, identificando suas violências.

Como anfitrião, estadista e intelectual respeitado, em seu discurso chama atenção para o alinhamento necessário entre política interna e a solidariedade na cruzada antineocolonial. As lutas individualizadas de cada território, para ele, eram ineficazes, por isso a principal postulação teórica de Nkrumah, que seria a necessidade de uma unidade continental (Malacco, 2018). A defesa pan-africana de Nkrumah não era excludente com seu empenho pela união tricontinental, algo evidente em seu discurso em Winneba e no movimento terceiro-mundista. Para ele, a solidariedade era a única saída para livrar os três continentes do neocolonialismo, mas era preciso “colocar nossa própria casa em ordem” antes de tornar-se aliados:

Se um estado em África ou na Ásia estiver nas garras do neocolonialismo; se permitir que os imperialistas mantenham as suas bases militares e instituições financeiras; se mantiver os agentes do imperialismo na sua administração e nas suas forças armadas; se encorajar os seus cidadãos a estabelecer parcerias com empresas e corporações imperialistas, como pode esse Estado travar uma luta contra o neocolonialismo, a nova fase do imperialismo<sup>444</sup>?

Nesta fala na conferência de Winneba em 1965, o estadista ganense parece anunciar um entendimento que permanece no imaginário político da Tricontinental e confere mais sentido à fotografia das bandeiras unidas e próximas ao símbolo da conferência.

Nessa breve apresentação do pensamento de Nkrumah, no que diz respeito à denúncia do neocolonialismo e sua ideia expandida de solidariedade, vemos como o intelectual e líder político se inseria em uma cadeia de pensamento do internacionalismo do Terceiro Mundo mais ampla nos anos 1960, não sendo poucos os intelectuais africanos e latino-americanos a discutir sobre a questão.

A historiadora Raissa Brescia dos Reis (2018), em seus estudos sobre a revista *Présence Africaine*, afirma que as discussões sobre o futuro do continente africano ganharam novos contornos entre a intelectualidade africana a partir dos anos 1960, sobretudo a partir do entendimento do significado de neocolonialismo. Segundo Reis (2018, p. 352), “[...] a linguagem, o vocabulário e as práticas que a revista utilizava, defendia publicamente e manejava nos bastidores tinham como referência e área de intervenção as discussões que polarizavam os intelectuais e políticos africanos a ela contemporâneos”. A revista do oeste

---

<sup>443</sup> *Inaugural Address given by Dr. Kwame Nkrumah, Presidente of the Republic of Ghana. The Winneba Conference. Gana, May 1965. IV<sup>th</sup> Afro-Asian People's Solidarity Conference. Winneba, Gana, May 9-16, 1965. Afro-Asian Publications, n. 14. Published by the Permanent Secretariat of the Organization of Afro-Asian People's Solidarity. Cairo, RAU, p. 24.*

<sup>444</sup> *Idem*, p. 25.

africano de expressão francesa foi um porta-voz importante sobre esta questão e reconhecia a importância da unidade africana como forma de fortalecer a unidade do continente contra as forças neocolonialistas. Ao mesmo tempo, entendia a necessidade de construir Estados nacionais fortes e coesos, estando ciente dos perigos da fragmentação e da divisão que poderiam facilitar a ação de potências estrangeiras.

Tal como Nkrumah, a revista reconhecia que a independência política era apenas o primeiro passo na luta contra a dominação externa e que novas formas de colonialismo, mais sutis e complexas, poderiam continuar a ameaçar a autonomia dos novos Estados africanos. O periódico, segundo Reis, apontava para a importância de integrar as políticas de desenvolvimento econômico com a construção nacional e o fortalecimento dos Estados africanos, sendo o desenvolvimento econômico um instrumento para combater o neocolonialismo e garantir a soberania nacional. A *Présence* inseriu-se em uma ampla rede de ideias e ações que conformou o Terceiro Mundo nos anos 1960, sendo sua proposta sobre o desenvolvimento econômico um ponto de encontro com ideias latino-americanas a partir da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por exemplo (Devés Valdés, 2003, p. 89). Para Reis (2018, p. 360),

a valorização da participação na política mundial, a afirmação da política de não alinhamento e a adesão ao discurso do desenvolvimentismo se ligam à direta alusão à participação no Terceiro Mundo, demonstrando como a *Présence Africaine* e a intelectualidade que a produzia lidavam e se apropriavam de formas de representação compartilhadas em um cenário mais amplo. A especificidade africana a ser valorizada não impedia a constituição de redes de ideias que permeavam diferentes regiões do mundo que entendiam dividir questões e soluções.

Isto é apenas um dos vários exemplos que provam que as conferências internacionais não estavam sozinhas nesta investida sobre dar novos sentidos ao mundo e que o campo intelectual no Sul se embrenhava também neste projeto, provando uma circularidade e interseção significativas entre as esferas político-intelectuais. Durante a Tricontinental, caso digno de nota, o uruguaio Carlos Núñez fez uma *Encuesta* com intelectuais europeus e latino-americanos que estavam em Havana em razão da Conferência<sup>445</sup>.

Sendo possível perceber algumas das linhas que conectavam redes intelectuais e políticas neste momento, podemos entender melhor as aproximações das ideias de Nkrumah dos princípios da conferência Tricontinental, onde as ideias de Fanon costumam ser as mais

---

<sup>445</sup> Alberto Moravia (Itália), François Maspero e Régis Debray (França), Manuel Rojas e Gonzalo Rojas (Chile), Alejandro Varela (Argentina), Jorge Zalamea (Colômbia), Mario Vargas Llosa (Peru), Roberto Fernández Retamar (Cuba), Lisandro Otero (Cuba) e Manuel Galich (Guatemala).

lembradas pela defesa da violência. No capítulo 2, vimos como desde o início da década de 1960, Nkrumah já trocava cartas com Lázaro Cárdenas na projeção de uma conferência dos três continentes, demonstrando uma rede atlântica ativa entre América Latina e África por meio de líderes carismáticos e engajados na projeção internacional do projeto tricontinental. Nkrumah não esteve em Havana, mas enviou uma delegação importante e sua saudação pessoal. Apesar das distâncias analíticas com Frantz Fanon no que diz respeito ao uso da violência, é possível encontrar alguns pontos de encontro que nos interessam na sequência de entendimentos sobre neocolonialismo.

Em “Da violência no contexto internacional”, presente no livro *Condenados da Terra*, Fanon (1968, p. 77), adverte: “a apoteose da independência transforma-se em maldição da independência”, isso porque a potência colonial, uma vez sem os instrumentos coloniais, praticaria sobre as nações “meios colossais de coerção”.

Quando um país colonialista, coagido pelas reivindicações de independência de uma colônia, proclama diante dos dirigentes nacionalistas: ‘Se querem a independência, ei-la, voltem à Idade Média’, o povo recém-emancipado tende a aquiescer e aceitar o repto. E vê-se, efetivamente, o colonialismo retirar seus capitais e técnicos e estabelecer em torno do jovem Estado um dispositivo de pressão econômica.

Fanon contemplou o impacto nocivo do capitalismo não somente nas colônias africanas e asiáticas, mas, como Nkrumah, também na América Latina, expandindo os laços comuns entres os continentes. Citou no livro o bloqueio econômico sobre Cuba, considerado por ele um novo capítulo na história da luta pela libertação na América Latina, que deveria servir de lição para os países africanos recém independentes (p. 77).

Em muitos sentidos esse entendimento de continuidade da opressão colonial no pós-independência na África e o conjunto de atuações imperialistas e colonialistas nos três continentes, conformando um traço indivisível de uma história comum, conversa intimamente com o entendimento de Nkrumah sobre o neocolonialismo e, igualmente, com Amílcar Cabral. Na ocasião de seu discurso em Havana, Cabral teve a oportunidade de colocar em termos didáticos seu entendimento sobre a diferença entre colonialismo e neocolonialismo, contribuindo para consolidar o conceito como instrumento analítico da crítica anti-imperialista. Na ocasião, explicou o imperialismo como “a expressão mundial da busca de lucros e a obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro, acumulado

em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e depois na América do Norte”<sup>446</sup>. Essa dominação imperialista, segundo ele, se dava em pelo menos duas formas:

a) Dominação direta - por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) - à qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.

b) Dominação indireta - por meio de um poder político integrado em sua maioria ou na totalidade por agentes nativos - à qual se convencionou chamar neocolonialismo<sup>447</sup>.

Para os casos do neocolonialismo, a ação imperialista se dava pela criação de uma pseudo-burguesia local submetida à classe dirigente do país dominante, que não mais possuía mando político colonial sobre o território, mas seguia na posição de comando. No entendimento de Cabral, ainda que diferentes em sua forma, colonialismo e neocolonialismo tinham como característica principal a “negação do processo histórico do povo dominado”, feita pela usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas locais. Essa constatação, para o líder do PAIGC, era de “importância primordial para o pensamento e para a ação dos movimentos de libertação, tanto em curso quanto depois da conquista”<sup>448</sup>. Em outras palavras, Amílcar Cabral parece dizer que o entendimento da teoria pavimentava o terreno da prática futura. Entender o que é o neocolonialismo e organizar os processos de libertação nacional era um aspecto fundamental. A luta, em última instância, era, nas palavras de Cabral, “negar a negação<sup>(sic)</sup> do seu processo histórico”. Seu fundamento, “sejam quais forem as formulações adotadas no plano do direito Internacional reside do direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história”. Por isso, quem não estivesse lutando por esse fundamento e por esse objetivo, poderia até lutar contra o imperialismo, mas não pela libertação nacional<sup>449</sup>. É interessante notar ainda a escolha pela dupla negação na frase e não pela afirmação. “Negas a negação”, de certa maneira, se trata novamente de não destacar a luta como guerra ou conflito em si, mas como uma ação válida somente se condicionada a esse processo de negação do colonialismo, de verdadeira ruptura com o colonial.

---

<sup>446</sup> *Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas.* Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 14.

<sup>447</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>448</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>449</sup> *Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas.* Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 14.

A convergência entre as ideias de Sukarno, Nkrumah, Fanon e Cabral, ainda que se afastem quanto ao método de combate ao imperialismo, fortalece a compreensão do neocolonialismo como uma continuidade ilegal de poder e uma ameaça constante à autonomia e ao desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo, reforçando a necessidade de uma postura combativa e revolucionária para alcançar a verdadeira libertação. Cabral e Nkrumah compartilhavam a crença na importância das especificidades locais, colocando-se de forma não doutrinária diante do marxismo como ferramenta para a análise política. Ambos falavam e atuavam contra o imperialismo e o neocolonialismo, pelas independências, acreditavam na necessidade de um partido revolucionário de vanguarda liderado por uma elite política consciente para transformar a sociedade africana e a favor da unidade (Biney, 2011). Sobretudo em Fanon e Cabral, vemos uma urgência pela ação da violência que foi incorporada nas discussões da subcomissão sobre colonialismo e neocolonialismo na conferência.

Com os estados independentes cada vez mais atuantes nas esferas internacionais, utilizando-as como plataforma de denúncia aos impérios coloniais, e com essa formação contínua em foros próprios a respeito do neocolonialismo, a atenção mudou das batalhas com controle político e militar direto para as pressões e as influências econômicas na Ásia, na África e na América Latina. Desde a década de 1950, o termo vinha sendo consolidado no Terceiro Mundo. A prova de que os significados estavam em disputa e em constante vigilância foi a relutância soviética de que a palavra fosse empregada em resoluções da OSPAA e em reuniões subsequentes de seu comitê executivo em 1961<sup>450</sup>. Para os chineses, a recusa soviética se explicava pela coexistência pacífica, isto é, por Moscou não querer se indispor com Washington e países colonizadores europeus. Mas Friedman (2015) acredita que os chineses tenham interpretado mal tais motivações e aposta em um receio de que o termo fosse utilizado como arma contra as ações da própria União Soviética. O pesquisador cita uma fala do africanista soviético I. Potekhin, membro do *Soviet Committee for Solidarity with the Countries of Asia and Africa* (SCSCAA): “Não existe neocolonialismo, existe apenas o velho colonialismo regular, que apenas mudou os métodos e formas de realizar sua antiga política colonial” (Potekhin apud p.66).

Friedman diz que essa discordância “não era mera questão de semântica”. Se a União Soviética apostava que os dias de lutas contra o colonialismo estavam terminando, já que independências políticas dariam lugar a um momento de foco nas questões econômicas internas

---

<sup>450</sup> Acusações contra o imperialismo soviético e uma possível diferenciação em relação às novas práticas coloniais no pós-independência foram mapeadas e discutidas por Raissa Brescia dos Reis (2018) em sua tese sobre a revista *Présence Africaine*.

de cada país, fica evidente que o movimento do Terceiro Mundo tensionava e *informava* que a luta iria continuar.

#### 5.4.1 Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo

Foi na Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo da Conferência Tricontinental onde as discussões estiveram mais centradas na definição e no impacto prático desses termos tão importantes. Para entender seu contexto de criação é preciso retornar brevemente ao início da conferência, ainda no dia 03 de janeiro, quando foi discutido sobre quais territórios estariam contemplados pela subcomissão de Assuntos Candentes. Houve contendas e questionamentos sobre porque alguns casos foram incluídos e outros excluídos do escopo dos trabalhos desta comissão em específico. Se todos os presentes na conferência lutavam contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo, todos deveriam ser considerados assuntos candentes, afinal? A delegação da Guiné, temendo que uma lista extensa de casos a serem tratados pela comissão pudesse “desnaturalizar o *sentido* dos assuntos candentes”<sup>451</sup>, interpretou e propôs a seguinte solução: “se falamos de Pontos Candentes, devemos ter em conta a imagem [de que] Ponto Candente significa ali onde há guerra”<sup>452</sup>, afirmando que havia pontos “mais candentes que outros”<sup>453</sup>. Possivelmente pela limitação da subcomissão de assuntos candentes de abarcar o que algumas delegações achavam necessário, além do desconforto que gerou o fato de o Vietnã ser o único território que teve uma subcomissão exclusiva<sup>454</sup>, houve a pressão, por parte das delegações africanas, de expansão do espaço para discussões, com a criação da Subcomissão sobre Colonialismo e Neocolonialismo. Como afirmou a delegação do Paquistão já no decorrer dos trabalhos,

O neocolonialismo é um novo vocábulo em nosso idioma, e nós, que sofremos com ele, compreendemos seu significado. O colonialismo e o imperialismo tinham uma forma que era ir ao país, conquistá-lo e tomá-lo. O neocolonialismo é uma forma mais complicada, é uma nova forma do colonialismo. Ele nos ataca, e ataca nossas vidas por uma porta oculta. Uma

---

<sup>451</sup> *Versión taquigráfica, resúmen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 76.

<sup>452</sup> *Idem*.

<sup>453</sup> *Idem*.

<sup>454</sup> *Versión taquigráfica, resúmen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba, p. 19-20

das formas mais conhecidas do neocolonialismo é que quando um poder colonial abandona um país, o imperialismo deixa medidas que o adoecem<sup>455</sup>.

Nas versões taquigráficas das reuniões dos dias 8, 9, 10 e 11 de janeiro dessa subcomissão, vemos um conjunto de alinhamentos e a preocupação com as ações concretas. Incumbida, entre outras questões, de discutir o ponto 8 da agenda, ou seja, de propor “vias e meios de ajuda para os movimentos de libertação na África, Ásia e América Latina em geral, e a luta armada para a independência em particular”<sup>456</sup>, esse grupo de delegações se viu de frente com a necessidade de construir entendimentos comuns para avançar nas proposições.

A proposta de criação de um fundo tricontinental para ajuda aos movimentos de libertação, feita pela delegação de Porto Rico<sup>457</sup>, veio de uma denúncia da experiência malsucedida do fundo de ajuda afro-asiático<sup>458</sup> e foi acompanhada de uma discussão sobre a quem deveria ser destinada tal ajuda. O direcionamento financeiro dependia do entendimento comum a respeito das lutas legítimas e da diferença entre solidariedade e caridade. Afinal, se todos lutam contra o neocolonialismo, o fundo deveria ser destinado a todos que dele precisassem? No limite, o que se discutiu foi: quem estava à frente de uma luta legítima e merecia este financiamento? Eis a importância de discutir significados mais profundos, de “*dar sentido* à palavra solidariedade”<sup>459</sup> estruturando as formas de apoio, como disse a delegação cubana na ocasião.

Em relação à proposta da delegação de Porto Rico, de que fosse criado um Fundo Internacional de Ajuda aos movimentos de libertação sem distinção das formas de luta, um delegado angolano teve reservas. Para fundamentar seu argumento, a delegação da CONCP, que ele representava, diferenciou luta anti-imperialista de libertação nacional<sup>460</sup>, afirmando que o financiamento deveria ser destinado exclusivamente aos movimentos de libertação que lutavam pela via armada, porque acreditava ser a única via para se alcançar “verdadeiramente a independência nacional”<sup>461</sup>, coadunando-se ao discurso de Cabral já trabalhado neste capítulo. Solidariedade, para esta delegação, era sinônimo de prover as condições para “que cada povo tome as armas e lute”<sup>462</sup>.

---

<sup>455</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. 10 de enero 1966 (tarde). Pasta 220, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 22.

<sup>456</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 9.

<sup>457</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>458</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>459</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>460</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 14.

<sup>461</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>462</sup> *Idem*, p. 11.

A delegação uruguaia, por sua vez, questionou a letra do texto: “não é preciso ajudar também os povos e/as organizações que, sem estarem ainda em luta armada, são vítimas da agressão?”<sup>463</sup>, sendo seguida de perto pela delegação da Martinica e da Guiana, para quem “a solidariedade não deveria ser seletiva”<sup>464</sup> entre os que lutavam em armas e os que não. O delegado na Martinica parecia criticar ainda a seleção autoritária do destino de recursos:

[cabe] às organizações nacionais determinar a tática dos meios a empregar [...]. A Tricontinental não poderia determinar nem coordenar a ação conjunta da luta válida para todo o mundo, em todo tempo e em todo lugar, e distribuir sua ajuda em função desta consigna e meios de ação<sup>465</sup>.

Está claro novamente que havia uma concordância sobre a legitimidade da luta contra o imperialismo e suas forças coloniais e neocoloniais, mas também fica evidente a discordância entre as delegações sobre a forma dessa luta. Na tentativa de achar uma solução, inclusive porque a solidariedade passava pela distribuição de recursos que não fossem apenas morais, mas materiais<sup>466</sup>, vemos o empenho da delegação do Congo:

Uma vez que o Congo tenha sido constituído, nós somos do critério para que a ajuda seja proporcionada ou dada aos movimentos revolucionários, assim como para os movimentos que lutam nas [demais] frentes políticas. [...] Nós não desejamos excluir nenhum movimento de participar na solidariedade<sup>467</sup>.

Na mesma linha, a delegação de Porto Rico sugeriu um projeto de resolução que contemplasse a ajuda “por meio das Organizações ou dos Comitês Nacionais que lutam ativamente contra o colonialismo ou o neocolonialismo, em especial aos que empreenderam a via armada, *mas sem excluir os movimentos que utilizam outras táticas na luta*”<sup>468</sup>. Interessante observar nesta comissão certo embate entre as delegações africanas representadas pelos movimentos de libertação e as latino-americanas. Enquanto as primeiras clamavam pela luta armada como critério exclusivo para a ajuda financeira do fundo de reserva, as últimas queriam ampliar o recorte, demarcando os diferentes contextos e relações com o colonialismo em cada continente envolvido. Chama também a atenção a pouca participação da delegação cubana e das delegações asiáticas nos diálogos. O embate parece fazer jus ao sentimento que pairava entre muitos participantes da conferência de que Cuba atuava de forma estreita com as delegações latino-americanas para fazer aprovar suas pretensões como delegação estatal e não

---

<sup>463</sup> Idem, p. 13.

<sup>464</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>465</sup> Idem, p. 16-17.

<sup>466</sup> Idem, p. 20.

<sup>467</sup> Idem, p. 20.

<sup>468</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 19.



se contrapor frontalmente com aqueles que conclamava ajudar, isto é, com os movimentos de libertação africanos. Junto a isso, se lembrarmos da pressão soviética e dos compromissos firmados por Cuba com Moscou sobre ampliar as formas de luta legítimas desde 1964, esse embate se torna mais compreensível.

Um outro ponto interessante em debate foi a abrangência do neocolonialismo/imperialismo para países além dos EUA e potências coloniais. A delegação do Sudão, referendando o entendimento da delegação da Palestina sobre Israel, afirmou que “as manifestações do neocolonialismo não são necessariamente da parte dos Estados Unidos da América somente”, havendo pontes do imperialismo e neocolonialismo localmente<sup>469</sup>. Nesse sentido, a delegação do Senegal, ao denunciar o apoio do governo senegalês à “diplomacia ocidental”, apoiando regimes pró-ocidentais no continente africano e reprimindo movimentos de libertação, em sua moção para o texto final considerou “o regime neocolonialista de Sénghor”<sup>470</sup> como mais um alvo da luta, nomenclatura que permaneceu na resolução final, assim como o pedido da delegação brasileira de que o termo neocolonial fosse aplicado também aos países da América Latina foi ouvido<sup>471</sup>.

A partir do entendimento de que o neocolonialismo se caracterizava como uma ação imperialista, ele então não estaria limitado a abarcar apenas estados recentemente independentes da Ásia e da África, sendo mais uma possibilidade de alinhar os três continentes. A delegação brasileira, por exemplo, pleiteou que as “condições de exploração neocolonialistas na América Latina” fossem também consideradas no projeto de resolução. O texto final desta comissão divulgou o entendimento da conferência sobre colonialismo e neocolonialismo alinhado à compreensão cabralina, por sua vez laudatória de uma longa discussão do seio do movimento terceiro-mundista inaugurada nos anos 1950, segundo a qual:

O imperialismo, no colapso do seu sistema colonial, recorre a novos métodos para manter, sob seu controle, países próximos à independência e reduzir a uma mera independência política formal aquelas nações que já obtiveram independência rompendo suas correntes coloniais. Assim, o neocolonialismo foi adicionado à velha política colonialista, já em agonia. [...] No caso dos países que conquistaram sua independência política, o imperialismo faz o possível para mantê-los em dependência econômica semelhante por meio da posse de suas principais fontes de riqueza e pelo controle monopolista de seu comércio exterior e de seus recursos financeiros que, juntamente com os

<sup>469</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión noche. Pasta 219. Gaveta 3, AHOSPAAAL, Habana, Cuba, p. 11.

<sup>470</sup> *Colonialismo y neocolonialismo*. Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba, p. 1.

<sup>471</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 89, 101.

investimentos de capitais por parte dos monopólios imperialistas, formam o principal suporte do neocolonialismo [...] Para garantir seu domínio, o imperialismo tenta destruir os valores nacionais, culturais e espirituais de cada país, e forma um aparato de dominação que inclui forças armadas nacionais dóceis à sua política, o estabelecimento de bases militares, a criação de órgãos de repressão, com assessores técnicos de países imperialistas, a assinatura de pactos militares secretos, a formação de alianças regionais e internacionais belicistas; incentiva e realiza "golpes de estado" e assassinatos políticos para garantir governos fantoches; ao mesmo tempo que recorre, no campo econômico, a fórmulas enganosas, como a chamada Aliança para o Progresso, Alimentos para a Paz e outras semelhantes, enquanto usa instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento para reforçar sua dominação econômica<sup>472</sup>.

A comissão também chegou a um arranjo para o impasse entre luta armada e outras formas de luta. Proclamou que “confrontados com a violência armada que o imperialismo, liderado pelo imperialismo norte-americano, usa para sufocar a crescente luta de libertação, é um direito e um dever dos povos que são atacados, empregar a violência revolucionária”<sup>473</sup>. Entre os objetivos do Comitê de Assistência e Ajuda aos movimentos de libertação na luta contra o neocolonialismo<sup>474</sup> estava o de “fornecer toda a ajuda moral, política e material necessária aos movimentos de libertação nacional, particularmente àqueles que travam luta armada contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo”<sup>475</sup>. Ou seja, preferencialmente, mas não exclusivamente, o comitê destinaria suas atenções aos povos em luta armada. Na queda de braço, adequou-se às propostas com concessões de todos os lados.

Ainda na citação, vemos uma contraposição aos preceitos da própria arquitetura institucional excludente da ordem internacional. Essa tônica permeou toda a conferência e pode ser vista também naquele trecho. A geopolítica das instituições internacionais, como a OEA, ONU e tantas outras, não somente foi negada como denunciada como instrumento do imperialismo, assim como as dinâmicas geoeconômicas, em uma proposta de reconfiguração da ordem econômica internacional. Aqui vemos uma contraposição ao sistema internacional que projetava para si uma linha de continuidade mesmo com um cenário de independências, erigindo instituições excludentes e replicando padrões coloniais na cena internacional. Pode

---

<sup>472</sup> “*General Resolution of the Political Commission on Colonialism and Neocolonialism*” (*First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 80-105).

<sup>473</sup> *Idem*, p. 85.

<sup>474</sup> Ficou composto por Gana, Congo Brazzaville, Argélia, Tanzânia, U.R.S.S., China, Japão, Camboja, Cuba, Guatemala, Guiana Britânica e Brasil. Destaque para China e URSS. (*Idem*, p. 57).

<sup>475</sup> *First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America*. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA, p. 56.

parecer contraditório, mas é preciso se atentar ao fato de que o momento em que as independências se tornaram cada vez mais numerosas no século XX foi também o período em que o projeto imperial/colonial se tornou mais globalizado no sistema Internacional, quando se formou uma estrutura de instituições e exigências de modelo de Estados-nação condizentes com os Estados já existentes, bem como suas instituições de governança e formas de relacionamento internacional (Chakrabarty, 2010). Por suas resoluções, a Tricontinental não somente identificava esta trama, como se colocava em contraposição a tais princípios e projeto de continuidade, dobrando a aposta: ao invés de permanecer com a independência política com o fim do colonialismo, ao nomear as táticas neocoloniais e organizar as formas de resistência, seria possível subverter suas principais estruturas a partir de um outro modelo completamente novo, tanto em seus atores quanto em sua forma de solidariedade.

Neste entendimento maior, encontramos ecos do pensamento de figuras centrais para o internacionalismo do Terceiro Mundo, já destacadas anteriormente, a respeito do significado do colonialismo e neocolonialismo, fazendo jus a uma linha consolidada de pensamento presente e movente no Terceiro Mundo. Como disse Bhardwaj (2003, p.133), debater contornos conceituais não era um jogo de salão para lideranças asiáticas e africanas. “Essa prática teve impacto direto na memória nacional, na autoimagem, nas concepções de justiça, de liberdade e na ordem internacional”.

A dimensão sobre o fluxo e a circulação de ideias aqui parecem fazer especial sentido se localizados os seus lugares no tempo e no espaço. Considerar isso na construção epistêmica dos anos 1960 como mais um elemento de uma Política dos Encontros favorece também o entendimento dessa formação e experimentação, já que, não sendo algo exclusivo de um único encontro ou conferência, mostra-se como formação processual, que caminhava, expandia-se, contradizia-se, estando atrelada a um entendimento comum de uma época de que ter esses espaços de discussão contínua e continuada era importante. Como uma bandeira que atravessou a conferência desde seus preparativos até o apagar de suas luzes, funcionou ainda como um farol para o trabalho desenvolvido pela OSPAAAL ao longo de mais de 50 anos e permanece o sentimento de que, mesmo com o fim da organização, sua luz segue iluminando vários locais do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- *Você disse que escrever é um prazer.  
Também disse que é um sofrimento.  
Como é que nós ficamos?  
- As duas coisas estão certas.*

(Entrevista de Plinio Apuleyo Mendoza com Gabriel García Márquez, 1983, p. 27)

Sobre o fim, o feito e as possibilidades não realizadas – mas ainda possíveis

Uma tese de História tem vários tempos e exige tempo. Quando estive em Cuba em missão de pesquisa na OSPAAAL, inicialmente buscava responder a algumas perguntas que abandonei no caminho. Outras surgiram, e nem todas puderam ser respondidas. Entendi que as fontes não se curvam ao tamanho da nossa curiosidade ou respondem todas as nossas perguntas, mas podem ser suficientemente abertas se tivermos tempo e olhos atentos. A tese que finalizo teve possibilidades talvez infinitas de ser outra. Mas tornou-se essa. Ao narrar seu processo de escrita, Elena Ferrante (2013) reflete sobre a expectativa de quem escreve de que a peculiaridade do nosso tempo esteja “emaranhada” na engrenagem do texto. Gosto dessa palavra, *emaranhada*, que chama atenção para o que há de caótico e às vezes desorganizado na engrenagem à primeira vista cartesiana de um trabalho acadêmico. E, nas partes escritas e não escritas dessa tese, o meu tempo está ali, emaranhado também.

No trajeto da pesquisa, aprendi e pratiquei sobre o ofício que escolhi. Entendi de forma prática e contundente o que Marc Bloch (2002) ensinou sobre o trabalho artesanal do historiador. A construção que apresento obedece em parte ao que foi previsto, mas também aos atravessamentos imprevistos que toda pesquisa possui. Se, na introdução da tese, apresentei os capítulos em seus fundos teóricos e documentais, aqui, revisito e comento juntamente a estrutura que os sustentou.

Depois de algumas experimentações, a tese ficou dividida em duas partes: a primeira, *Solidariedade terceiro-mundista: delimitando ou eliminando fronteiras*, com dois capítulos, reúne acontecimentos anteriores à abertura da conferência essenciais para compreender suas origens, seus percalços, sua composição e seu formato. O primeiro capítulo, “Narrativas sobre a Guerra Fria: como as histórias da África, América Latina e Ásia movem a historiografia clássica”, nasceu de uma necessidade própria: a de condensar leituras diversas e esparsas a respeito dos contextos locais nas décadas de 1950 e 1960 nesses três continentes. Busquei situar

melhor a genealogia do conceito de Terceiro Mundo e apresentar perspectivas historiográficas sobre experiências para além do eixo condutor da bipolaridade. A ideia foi construir um atalho em uma trilha bem iluminada, de modo a não ser obrigada a consultar inúmeras vezes tantos livros para entender do que tratavam as fontes ou, pior, não conseguir enxergar pontos importantes. Sem dúvida não pude ver ou contemplar tudo, mas situar-me no tempo e no espaço foi importante para mergulhar no tema. Com isso, a intenção não foi encaixar as fontes em um contexto previamente apresentado, separando-os de forma irresponsável, mas guiar, a mim e a quem estivesse lendo, pelos meandros da documentação.

A ideia do segundo capítulo, “Rotas traçadas: o sonho Tricontinental como percurso até Havana”, nasceu com a oportunidade de acessar as correspondências de Lázaro Cárdenas no Arquivo Geral da Nação, no México, das quais tomei conhecimento a partir do trabalho inspirador de Eric Zolov (2020). Pelas missivas, conheci uma Tricontinental que não aconteceu, mas que deixou vestígios de uma disputa aberta que se contrapunha às genealogias vistas nos relatórios que encontrei nos Estados Unidos. Esse projeto derrotado – cedido ou abandonado – é sem dúvida essencial tanto para conhecer a história transnacional da conferência quanto para acessar redes políticas latino-americanas ofuscadas pela narrativa oficial do internacionalismo cubano. Por ele, vemos os modos de pensar, agir e projetar futuros fora do eixo canônico da Guerra Fria e das mediações dos agentes do Norte, ainda que a URSS tenha estado presente por meio do Conselho Mundial da Paz. Essa história compôs o segundo capítulo e encerrou a primeira parte.

A segunda parte da tese, sob o título *Tecendo redes transnacionais: debates políticos e espaços culturais durante a Tricontinental*, teve a intenção de, no conjunto dos capítulos, trabalhar com os trânsitos e mapear as redes políticas internacionais presentes na Tricontinental em Havana, argumentando que a própria conferência foi um ponto nodal importante na rede global em construção no/e do Terceiro Mundo. Fiz uso maciço da documentação disponibilizada pela OSPAAAL, começando pela apresentação da estrutura organizativa do evento.

No trabalho com os relatórios cubanos e com as atas e versões taquigráficas das reuniões, tive a dimensão do tamanho do evento e da organização necessária para fazê-lo. Ideias, pessoas, projetos e palavras circularam intensamente entre as delegações, dentro e fora das salas de reuniões, formando grupos e entendimentos – nem sempre coesos – antes e durante o encontro. No terceiro capítulo, “Articulações e disputas de redes transnacionais na Conferência Tricontinental”, rastreei as relações e as tentativas de construir laços que chegaram fortes ou frágeis a Havana e como de lá saíram, sendo surpreendente o tamanho do empenho

das delegações estatais e não estatais de validarem aquele como um espaço de projeção internacional. Nesse capítulo, começou a despontar algo que se concretizou como um dos resultados da tese – como as delegações africanas, compostas por movimentos pelas independências, fizeram-se protagonistas em assuntos importantes, além de intermediadoras de decisões.

O quarto capítulo, ““O cenário está à altura do acontecimento”<sup>476</sup>: diplomacia cultural, espaço urbano e investimento”, nasceu de um fio solto, um lampejo da fonte oficial que me levou a enfrentar outro conjunto documental para entender os locais de encontro na cidade de Havana que compunham a agenda expandida da conferência. Pela imprensa, entendi que mesmo um arquivo que eu achava completo como o da OSPAAAL, tinha suas lacunas. Nos jornais e na revista cubana *Bohemia*, encontrei um dia a dia agitado de conversas, jantares e apresentações como parte de uma diplomacia cultural cubana e tricontinental. Na arquitetura da tese, esse capítulo se encontra deliberadamente *no meio* da segunda parte, justamente para lembrar que a Tricontinental acontecia dentro e fora do hotel, e os eventos culturais *em meio* aos trabalhos das comissões eram também uma parte fundamental para compreender os propósitos do encontro.

O último capítulo da tese, “A guerra são os imperialistas que fazem”<sup>477</sup>: construção e disputa de significados na Conferência Tricontinental, é uma contribuição para a investigação historiográfica acerca da importância das conferências como espaços de teorização internacional e construção de repertórios de ação política. Busquei analisar como esses eventos se constituíam em momentos privilegiados de intercâmbio de experiências e construção de entendimentos. A partir dessas trocas, formava-se e informava-se repertórios de luta que orientavam a construção de novas formas de organização e gestão no Terceiro Mundo. Essas novas formas visavam o projeto de um novo sistema internacional, impulsionado pela solidariedade e pelo anti-imperialismo.

Essa segunda parte foi um mergulho profundo na Conferência propriamente dita. O relato sugestivo de uma reportagem da *Bohemia* do dia 07 de janeiro de 1966, “A conferência por dentro”, do repórter J.R. começa da seguinte forma: “Como todo grande evento, a conferência Tricontinental também tem suas intimidades”. Esses bastidores, mencionados *en passant* pelo jornalista, não ficaram registrados nas resoluções finais e somente uma parte foi divulgada pela imprensa alinhada ao governo cubano, como era o caso da *Bohemia* e do jornal

---

<sup>476</sup> “*En la patria de Fidel*” (*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 52, p. 31, 24 de dezembro de 1965).

<sup>477</sup> “Fala da delegação da CONCP” (*Subcomisión de Asuntos Candentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 17. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba).

*Granma*. Por isso, o trabalho buscou elementos que mostrassem outros ângulos da dinâmica interna da Conferência Tricontinental, revelando as nuances, os debates, as discordâncias e os jogos de poder que permaneceram velados pela unidade e consenso projetados pela narrativa oficial sobre o evento.

Diante de um objeto do passado, impossível não entrever ligações com o presente e se questionar sobre a estrutura de cooperação Sul-Sul que avançou no tempo até o século XXI. Nesse ponto, é preciso reconhecer que os legados da Conferência Tricontinental de Havana, embora incontestáveis do ponto de vista das propostas temáticas e práticas, da imaginação política, articulação simbólica e de seu legado para um caminho compassado pela solidariedade entre os países do Sul, também revelam fissuras estruturais que ecoam nas dificuldades contemporâneas de se construir uma cooperação internacional efetiva. A despeito do entusiasmo sobre o futuro marcado pelo aspecto revolucionário no evento de 1966, a Tricontinental evidenciou limites na articulação de uma agenda internacional comum: os diferentes projetos nacionais em jogo, com interesses, prioridades e temporalidades próprios, dificultaram a consolidação de uma plataforma coesa e eficaz de ação conjunta de longo prazo que revelam ecos audíveis na contemporaneidade.

Essa tensão entre o internacionalismo proclamado e a soberania nacional não apenas marcou as deliberações e impasses da Conferência, como também pode ser lida como prenúncio de dificuldades que hoje se cristalizaram em obstáculos tradicionais à cooperação entre países do Sul, guardadas as proporções dos novos temas surgidos dos últimos 60 anos. A retórica de solidariedade, frequentemente mobilizada em fóruns e iniciativas multilaterais, esbarra recorrentemente em disputas internas, lógicas competitivas e em estruturas políticas e econômicas desiguais que sobrevivem desde meados do século XX, desde as primeiras tentativas de articulação internacional do Terceiro Mundo. A Tricontinental e o estudo comparativo entre suas discussões internas e declarações conjuntas, nesse sentido, lançam luz sobre a persistência do descompasso entre discurso e prática, entre projeto e consolidação de longo prazo e entre ideal internacionalista e realidade geopolítica.

Ao trazer à tona tanto as potencialidades quanto as contradições da articulação tricontinental, este trabalho convidou também a uma reflexão e a uma leitura crítica sobre os caminhos e impasses de cooperação internacional dos agentes do Sul que segue em curso, com novos e antigos temas. Apesar de ambicioso e politicamente potente, já carregava em sua gênese as sementes de muitos dos limites que hoje ainda desafiam iniciativas de solidariedade global vindas do Sul.

Ainda, o objeto da tese pode parecer minúsculo à primeira vista. Um evento único ocorrido em pouco mais de dez dias, no entanto, revelou-se complexo e documentado à exaustão tanto pela anfitriã como pela imprensa local e internacional. Para além, percebi que foi um evento registrado de norte a sul, e isso abre possibilidades infinitas de pesquisas.

De posse dos relatórios cubanos e do governo do Estados Unidos, do manifesto do MIR chileno e dos vários panfletos emitidos pelos exilados cubanos em Miami, é impossível não se perguntar: o que disseram os relatórios russos e chineses sobre essa conferência? Qual o balanço feito pelo governo egípcio, guineense, ganense? Como outros movimentos e partidos latino-americanos, presentes e ausentes, avaliaram essa experiência?

Outro aprendizado do ofício que levo dessa experiência de pesquisa é que é preciso a humildade do desapego e o entendimento de comunidade. Percebi como uma tese, na impossibilidade de ser escrita para sempre, uma ânsia contraditória com a vontade de livrar-se dela, precisa ser finalizada. O ponto final e o desprendimento do texto me obrigaram também a abandonar – ou a libertar – algumas ideias e documentos que pareciam querer caber aqui e que, de outra forma, ficariam presos e esquecidos em uma pasta de rascunhos. Deixo-os registrados, então, com uma sensação de lançá-los ao vento como um convite.

A historiadora e feminista Rebecca Solnit (2017, p. 28) nos alerta sobre a proporção desigual entre voz e silêncio: “Se as bibliotecas contêm todas as histórias que foram contadas, existem bibliotecas fantasmas de todas as que não foram”. A participação feminina na Tricontinental e em várias outras conferências internacionais é uma pesquisa ainda por ser feita, já que “a história do silêncio é central na história das mulheres”. Para o começo dessa trilha, eu apostaria na imprensa cubana e, talvez, na FMC ou em arquivos específicos de delegações que levaram mulheres em sua comitiva. O material publicado pelo MIR chileno trabalhado parcialmente na tese e outras ausências de representação na conferência como a iugoslava e a israelense são também indícios de que há outros debates a serem aprofundados e que ficaram ao largo dos arquivos oficiais, compondo os silêncios desse ruidoso evento. Além disso, por sua grandeza, a revista *Tricontinental* poderá sempre ser revisitada a partir de outros questionamentos, à luz das inquietações dos seus pesquisadores.

Em todos os capítulos da tese, de modo transversal, argumento que a Tricontinental em Havana foi e deve ser analisada para além de um entendimento restrito, isto é, para além do recorte dos dias 3 a 15 de janeiro, nos salões do Hotel Havana Livre. É um objeto de várias escalas, por assim dizer. Por isso a recolha das conferências afro-asiáticas, as ações latino-americanas em foros internacionais, o pouso no México para entender os planos de Cárdenas e do Conselho Mundial da Paz, as formas de diplomacia cultural em Cuba durante o encontro e



os laços que antecederam ou foram criados por essa ocasião. Seus contornos começaram a ser desenhados muito antes de 1966 e este evento continuou figurando tanto como farol de atuação para muitos dos que dele participaram – ou não participaram – quanto como *alvo* político muito depois dessa data, provocando reações em diferentes partes do mundo.

Muitos dizem que a Conferência Tricontinental não teve impacto político após o fim de seus trabalhos, e que suas ideias estiveram reduzidas a uma simples publicação regular. Algumas pesquisas já provaram o contrário em relação à produção da OSPAAAL (Generoso, 2023; Hanna, 2020; Mahler, 2018; Molinero, 2022; Schmiedecke, 2023; Schmiedecke; Zerwes; Generoso, 2024). Ao longo da minha pesquisa, documentos também apontaram para direções semelhantes. O governo da França, por exemplo, proibiu a circulação da revista *Tricontinental* em 1969, e a OSPAAAL conseguiu rastrear, no mesmo ano, materiais e pôsteres falsificados que circulavam com o emblema da Tricontinental a fim de gerar informações falsas<sup>478</sup>

*O Boletim Tricontinental*, publicado pelo secretariado executivo da OSPAAAL<sup>479</sup>, teve 3 números e um suplemento especial publicados em 1966 e é um documento interessante. Nele, vemos os primeiros movimentos da nova organização tricontinental para garantir o cumprimento dos acordos da conferência. Chamam a atenção a pronta organização de Semanas de Solidariedade, eventos que davam destaque a territórios sob ocupação militar ou sob ameaça imperialista, como a Semana Mundial de Solidariedade com o Povo Vietnamita, ainda em 1966. Organizada por um comitê formado durante a conferência, a jornada espalhou-se pelo mundo, havendo manifestações em países da África, da Ásia e das Américas, incluindo os Estados Unidos, além da Europa<sup>480</sup>. A organização de jornadas solidárias foi uma prática corrente que compõe e abrange uma rede política dos encontros que ganhou novos formatos mais fragmentados – mas não por isso mais fracos – após a Tricontinental. Os caminhos para a execução transnacional dessas semanas de solidariedade também permanecem como um objeto a ser investigado.

Além disso, as reações governamentais à conferência dos povos foram rápidas. Segundo o *Boletim*, diversos delegados, políticos e líderes sindicalistas sofreram perseguição e prisão ao retornarem aos seus países após participarem da Conferência. A reportagem publicada no primeiro número do boletim elenca os advogados japoneses Akira Nishina e Susumu Osaki,

<sup>478</sup> *Afiches Falsificados*. Pasta 209, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

<sup>479</sup> O secretariado executivo da OSPAAAL foi nomeado em maio de 1966 e teve quatro representações por continente, assim divididas: Secretaria Geral: Cuba; África: República Árabe Unida (RAU); Movimento de Libertação das Colônias Portuguesas de África, Congo (Leopoldville), República da Guiné; Ásia: Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul, República Popular Democrática da Coreia, Síria, Paquistão; América Latina: Venezuela, República Dominicana, Porto Rico e Chile. (*Boletim Tricontinental*, Suplemento especial. 1966, p. 3).

<sup>480</sup> “*Apoyo ao Pueblo vietnamita*” (*Boletim Tricontinental*, n.1, abr. 1966, p.10-14).

detidos em Lima pela polícia peruana sob acusação de levarem consigo literatura relacionada à Conferência e discos de música cubana. Após serem libertados por intervenção diplomática japonesa, foram presos novamente no Rio de Janeiro sob a ditadura de Castello Branco, em razão de portarem “documentos subversivos”. Héctor García Godoy, presidente dominicano apoiado pelas tropas de ocupação dos EUA, proibiu a entrada em seu país dos oito delegados que representaram a República Dominicana na Conferência Tricontinental, alegando questões de “segurança nacional”<sup>481</sup>. Vale lembrar ainda da cena narrada na autobiografia de Angela Davis (2019) na qual ela e um grupo de porto-riquenhos foram barrados no aeroporto de Guadalupe por portarem material subversivo em 1969, entre eles a revista *Tricontinental*.

Atentar-se à reação de governos e de organizações internacionais dá fortes indícios de que a Conferência não ficou restrita a si mesma e movimentou parte do tabuleiro político da Guerra Fria. A OEA produziu relatórios sistemáticos sobre o encontro em Havana<sup>482</sup> e governos latino-americanos (com exceção do México) denunciaram os acordos para o Conselho de Segurança da ONU. A resposta de Fidel Castro, publicada no *Boletín Tricontinental*, argumentava que a Conferência não deveria ser vista como intervencionista, mas sim como um movimento de solidariedade e de apoio aos povos que lutam contra a opressão e o imperialismo e, portanto, pela paz<sup>483</sup>. Os grupos de cubanos exilados em Miami são outra seara de investigação potencial, já que muitos deles produziram panfletos e relatórios de contrapropaganda sobre a Conferência<sup>484</sup>.

Para além dessas reações imediatas no tempo, algumas fontes das décadas seguintes chamam a atenção e convidam a uma investigação mais detalhada a respeito de certa herança e imaginário político deixados pela Tricontinental e pelas ações do Terceiro Mundo na América Latina. Em 1973, o embaixador do Chile no Brasil, Raul Rettig, encaminhou carta ao seu ministro de relações exteriores reproduzindo um discurso do ministro brasileiro Gibson Barbosa no Quênia<sup>485</sup>. Na fala, Barbosa afirmou a amizade com o país africano e o desejo de trabalharem em conjunto por um “novo ordenamento nas relações internacionais”, mais justo e igualitário entre as nações. O Brasil advogava pela criação de um “sistema de segurança econômica

<sup>481</sup> “*Cárcel y persecución a delegados a la Tricontinental*” (*Boletín Tricontinental*, n.1, abr. 1966, p. 17).

<sup>482</sup> *Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones* (“Conferencia Tricontinental de La Habana”). Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA.

<sup>483</sup> “*Carta de Fidel a U Than*” (*Boletín Tricontinental*, n.1, abr. 1966, p. 28-31).

<sup>484</sup> *Fundo The Truth About Cuba Committee*, Inc. Records (CHC0193), Cuban Heritage Collection, Miami, EUA.

<sup>485</sup> “Brasília, 7 Febrero, 1973, n. 133/50” (*Fondo Países*, Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile, v. 93 e 94, 1973). Agradeço a professora Adriane Vidal por compartilhar esta documentação.

coletiva”, eis a razão para a busca por uma colaboração e entendimento entre os países em desenvolvimento e uma solidariedade entre países ricos e pobres.

Barbosa colocou-se contrário ao “papel que se pretendia dar ao Terceiro Mundo” no cenário internacional, afirmando que o Brasil se recusava “a aderir a *conceitos* que separavam o mundo”. Recusava-se a arrolar-se como uma “humanidade separada”.

A todas as teses que propõem imobilismo, neutralidade conformista, oposição e conflito, tem o Brasil, coerente com sua predestinação pacífica e pacificadora, preferindo a alternativa aberta da convivência, da cooperação e da conciliação. E é através da persuasão e do diálogo, da rejeição da intransigência e da violência, pela crença nos valores da negociação incansável e constante que perseguimos o objetivo do crescimento acelerado para o nosso país e para todas as demais nações, a fim de que se logre, finalmente, a meta do progresso compartilhado<sup>486</sup>.

Esse discurso é interessante pelo que nega, mas também pelo que transforma e pelo que comprova. Em certa medida, nos anos 1970, Barbosa encampou parte do discurso terceiro-mundista sobre solidariedade da década anterior, flertando inclusive com ideais de solidariedade econômica contra o subdesenvolvimento, embora sem mencionar conceitos como neocolonialismo e imperialismo. Reforçou a necessidade de vínculo entre países subdesenvolvidos e de uma reconfiguração da ordem internacional. Mais uma vez, aproximou-se do que preconizava os países do Terceiro Mundo. Por outro lado, disse acreditar no compromisso entre países ricos e pobres e na tradição do Brasil como potência pacifista, ponto no qual se afastou do discurso aguerrido visto na Tricontinental sobre paz e luta armada, por exemplo. Apesar do tom aparentemente distante, porém, é interessante reconhecer como a fala do ministro brasileiro na gestão Médici (1969-1974), ao mesmo tempo que distanciava a política externa brasileira de um alinhamento com o Terceiro mundo, faz uso de suas premissas ao trabalhar pelo fortalecimento das relações Sul-Sul, em um período de aproximação com países africanos e árabes, e reconhece o Terceiro Mundo como conceito e teoria. Sua fala é ambígua na medida em que sugere certa permanência de pensamento teórico terceiro-mundista, enquanto o descredibiliza como potência – e permanência – política. Acima de tudo, a fala permanece como confirmação do longo alcance do debate.

Outro documento de origem brasileira que aponta para tal permanência das conferências no imaginário político nacional e internacional foi o relatório feito pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) do Brasil, em 1986. Entre outros assuntos, o relatório fez um levantamento histórico das “conferências teóricas”, afirmando que “passados vinte anos,

---

<sup>486</sup> Idem.

alguns trechos da longa declaração geral” da I Conferência de Solidariedade dos três continentes deveriam ser recordados<sup>487</sup>. De maneira geral, esses documentos indicam permanências e rupturas que merecem aprofundamentos acadêmicos.

Em seu estudo mais recente, o historiador Vincent Brown (2024) investigou um conjunto de revoltas na Jamaica colonial conhecidas como Revolta de Tacky. É interessante perceber as ligações entre as histórias e os tempos. Ao ler o trabalho de Brown sobre as ligações atlânticas, o historiador também me fez pensar sobre aquelas que apareceram na Tricontinental de Havana, para além da já conhecida linhagem afro-asiática. O historiador Muryatan Barbosa (2023) fala de um núcleo duro do pan-africanismo de ideias primordiais e interrelacionadas: libertação, personalidade, solidariedade e integração. A ideia de solidariedade como um consenso teórico pan-africano abre portas para buscarmos rearranjos

“[...] enquanto solidariedade racial, tal pressuposto esteve presente desde o 1º Congresso Pan-africano, de 1900. Também pode-se vê-la muito presente em Garvey e W. E Du Bois. Mas, na década de 1950, esse pressuposto se tornou cada vez mais cosmopolita, englobando não apenas os africanos e seus descendentes, mas também os demais povos explorados e oprimidos do mundo. Em particular, os povos do Terceiro Mundo, que estavam em luta contra o colonialismo [...]. É fato que o termo pode ser entendido de um ponto de vista meramente abstrato. Mas não há dúvida de que ele ultrapassou tal limite em momentos históricos importantes [...] (Barbosa, 2023, p. 199)

Essas ligações iluminam uma origem mais difusa do pensamento terceiro-mundista, originário no Sul e não somente via marxismo, como pode parecer ao primeiro contato com essas conferências, sobretudo a Tricontinental. Sobretudo em relação à incorporação dos oprimidos do mundo à ideia de solidariedade pan-africana a partir de 1950, esse diálogo se faz imperativo. Pensar em protagonismos compartilhados na gestação do Terceiro Mundo para além do discurso cubano se faz necessário, uma vez que só foi possível o discurso capitaneado por Fidel Castro e Che Guevara adentrar no mundo africano porque ali já havia um terreno por onde essas ideias circulavam.

Na declaração final da Conferência Tricontinental, a redação parece brincar com as palavras. Com as certezas de que um novo horizonte estava logo à frente, onde a independência e a libertação nacional e social dos povos eram uma força irreversível, invertia-se a posição de desvantagem da ilha em seu texto final: “os imperialistas se ilham”<sup>488</sup>. Na afirmação, é plausível supor que a escolha das palavras não foi aleatória, mas sim uma resposta audaciosa ao

<sup>487</sup> *Relatório Especial de Informações*, Arquivo Nacional, n. 4/CISA/1986.

<sup>488</sup> *Declaración General de la Primera Conferencia Tricontinental*, La Habana, 15 de enero de 1966. ESTRADA, U.; SUÁREZ, L. (org.). *Rebelión Tricontinental: Las voces de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina*. La Habana; New York: Ocean Sur Press, 2006, p. 394.

isolamento internacional imposto pelos Estados Unidos via embargo econômico e expulsão do país da OEA, além dos vários rompimentos de relações diplomáticas no hemisfério. A ilha que se recusou a ilhar-se no mundo e conseguiu um feito impossível de se ignorar no ano de 1966 parecia crer que a rota da história estava traçada dali em diante, e seu inimigo, entrincheirado. Como vimos, as repercussões foram várias, como vimos, e duraram muito tempo.

No poema “Escuta, Fidel”, publicado na década de 1980, o cineasta moçambicano Ruy Guerra (1981) escreveu: “Os gringos rosnam/ Eles não se esqueçam que todo o Terceiro Mundo/ Tem duas pátrias/ A sua/ e Cuba”. Em entrevista a Eric Nepomuceno (2011), Guerra rememorou o impacto da experiência cubana sobre sua geração: “Foi um deslumbramento. [...] Cuba deixou um sabor de futuro na gente que é um preço que não tem como pagar”. Esse “sabor de futuro” se deu, em partes, por um internacionalismo bem-sucedido e de impacto entre as esquerdas. Defendo que essa repercussão impulsionou uma reação em cadeia que sufocou as ambições do tricontinentalismo, sem, contudo, destruí-las por completo. As conferências que testemunhamos no século XXI seguem reafirmando o peso das desigualdades internacionais sobre os povos em temas antigos, como as pressões econômicas dos fundos internacionais sobre países do Sul, por exemplo, ou novos, como a (in)segurança climática e suas consequências coincidentes com as geografias e as geopolíticas da pobreza no globo.

Essa tese sobre uma conferência dos anos 1960 me fez, como deve ser, pensar sobre meu próprio tempo. A partir de documentos, busquei pelos protagonismos não ditos em narrativas nacionais ou das potências da Guerra Fria, em um compromisso com os estudos feitos no Sul e sobre o Sul. “O poder jamais é total”, nos diz Brown (2024, p. 15). “Mesmo os povos mais subjugados ousaram planejar e lutar por objetivos que lhes eram proibidos” em vários momentos da história mundial. A visão sobre império e sobre insurreição desses povos no passado, propõe o historiador, deveria “impregnar a nossa própria. Suas lutas iluminam as rachaduras no edifício do capitalismo racial, lembrando-nos de que outro mundo não é apenas possível — outro mundo é inevitável”.

Com esta citação de Brown escolho encaminhar a tese para seu fechamento. O fim da Guerra Fria ficou marcado simbolicamente pela queda de um muro cujos fragmentos mal reparados permanecem espalhados no século XXI. Mesmo com o fim da bipolaridade e, portanto, de uma terceira via que lhe fizesse frente, as margens e as fronteiras dos centros decisórios de poder e de força militar seguem sendo alvo, mas também resistência. Por isso, revisitar encontros como a Conferência Tricontinental em Havana nos lembra como imaginar futuros alternativos é não apenas possível, como bem disse Brown, mas necessário.

## REFERÊNCIAS

- ADI, H. *Pan-Africanism: a history*. [s. l.]: Bloomsbury Academic, 2018.
- AFRO-ASIAN NETWORKS RESEARCH COLLECTIVE. Manifesto: Networks of Decolonization in Asia and Africa. *Radical History Review*, n. 131, p. 176–182, maio 2018.
- AHMAD, Dohra. *Landscapes of hope: anti-colonial utopianism in America*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ALEJANDRO, J. *La Tricontinental: la rebelión de los oprimidos – influencia y consecuencias en Colombia*. 2022. Trabajo de Grado – Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, 2022.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.
- AMMERMANN, F. *et al.* For a fair(er) global history. *Cromohs – Cyber Review of Modern Historiography*, 3 fev. 2021.
- ANG, I.; ISAR, Y. R.; MAR, P. Cultural diplomacy: beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 4, p. 365-381, 8 ago. 2015.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229, 1 jan. 2000.
- ARMSTRONG, E. Before Bandung: the anti-imperialist women’s movement in Asia and the women’s international democratic federation. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 41, n. 2, p. 305–331, jan. 2016.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- AZOULAY, Ariella. *Potential history: unlearning imperialism*. Londres/Nova York: Verso, 2019.
- AZOULAY, Ariella. Free Renty! Reparations, Photography, and the Imperial Premise of Scholarship. *Hyperallergic*, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://hyperallergic.com/545667/free-renty/>. Acesso em: 14 fev 2023.
- BANDEIRA, L. A. M. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. *E-book*.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BAR ON, B.-A. Marginality and epistemic privilege. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (ed.). *Feminist epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.

BARBOSA, M. S. Pan-Africanismo e relações internacionais: uma herança a ser retomada. In: ASSUNÇÃO, M. F. M. DE (ed.). *Ao sul do atlântico negro Interpelações decoloniais/afrodiaspóricas ao campo das relações internacionais*. Cachoeirinha: Fi, 2023.

BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia. AHR conversation: on transnational history. *American Historical Review*, v. 111, n. 5, p. 1440-1464, 2006.

BEIGEL, F. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 8, n. 20, jan. 2003.

BHARDWAJ, S. Three meanings of colonialism: Nehru, Sukarno, and Kotelawala debate the future of the Third World Movement (1954-61). *Journal of Global History*, v. 19, n. 1, p. 118-134, 2024.

BINEY, AMA. *The political and social thought of Kwame Nkrumah*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2011.

BISSIO, B. Bandung, não alinhados e mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 4, n. 8, p. 21-42, mar. 2016.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOUAMAMA, Said. *La Tricontinentale: les peuples du Tiers-Monde à l’assault du ciel*. Genebra; Paris: Éditions du CETIM e Syllepse, 2016.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectivas, 2007.

BRADLEY, Mark P. Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd Arne (org.). *The Cambridge history of the Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 464-485. v. 1.

BROWN, V. *Uma guerra afro-atlântica: a Revolta de Tacky e a resistência negra no Caribe*. São Paulo: Zahar, 2024.

BURDEN-STELLY, C.; HORNE, G. From Pan-Africanism to Black Internationalism. In: RABAKA, R. (Ed.). *Routledge Handbook of Pan-Africanism*. 1. ed. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2020. p. 69–86.

BYRNE, J. J. The Cold War in Africa. In: KALINOVSKY, Artemy M; DAIGLE, Craig. *The Routledge Handbook of the Cold War*. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

BYRNE, J. J. *Mecca of Revolution: Algeria, Decolonization, and the Third World Order*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

- BYRNE, J. J. The Romance of Revolutionary Transatlanticism Cuban-Algerian Relations and the Diverging Trends within Third World Internationalism. In: PARROTT, R. J.; LAWRENCE, M. A. (ed.). *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. v. 1, p. 163-192.
- CALANDRA, B.; FRANCO, M. *La guerra fría cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- CALEGARI, A. P. C. *Trajetória partidária e cultura política dos comunistas em Cuba*. Vitória: Edifes, 2024.
- CANIZARES, O. F. *Un viaje histórico con el Che*. 2. ed. La Habana: Ciencias Sociales, 2008.
- CARDOZO, Joaquim. *Signo estrelado*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CASTRO, Fidel. *Castro Speech Database: Latin American Network Information Center*. Disponível em <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1966/19660216.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- CHAKRABARTY, D. The Legacies of Bandung: decolonization and the Politics of Culture. In: LEE, C. (Ed.). *Making a World after Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Athens: Ohio University Press, 2010.
- CHENG, Y. Sino-Cuban relations during the Early Years of the Castro Regime. *Jornal of Cold War Studies*, v. 9, n. 3, p. 78-114, 2007.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.
- CONNELLY, Matthew. Taking off the Cold War lens: visions of North-South Conflict during the Algerian War for Independence. *The American Historical Review*, v. 105, n. 3, p. 739-769, jun. 2000.
- CONNELLY, Matthew. *Diplomatic Revolution: Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era*. New York: Oxford University Press, 2002.
- COOPER, F. *Colonialism in question: Theory, knowledge, history*. [s. l.]: Univ. of California Press., 2005.



COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, p. 691-703, 2005.

COVARRUBIAS, A. La Revolución cubana y México: el inicio del modus vivendi: 1959-1964. In: VEGA, M. de; ROJAS, R.; COVARRUBIAS, A. (ed.). *Historia de las relaciones internacionales de México: 1821-2010*. Ciudad de México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Dirección General del Acervo Histórico Diplomático, 2011. v. 3 (Caribe). p. 131-150.

DAVIS, A. *Angela Davis: uma autobiografia*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DE LA FUENTE, Alejandro. *A nation for all: race, inequality, and politics in twentieth-century Cuba*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2001.

DEVÉS-VALDÉS, E. La Circulación de Ideas en el Mundo Periférico: algunas presencias, influencias y reelaboraciones del pensamiento latinoamericano en África. *Anos 90*, v. 10, n. 18, p. 88-98, dez. 2003.

DEVÉS-VALDÉS, E. La circulación de las ideas y la inserción de los científicos económico-sociales chilenos en las redes conosureñas durante los largos 1960. *Historia*, Santiago, v. 37, n. 2, p. 337-366, 2004.

DEVÉS-VALDÉS, E. D. A constituição de um pensamento latino-americano sobre assuntos internacionais. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 1, n. 2, p. 400-420, 18 jul. 2013.

DEVÉS-VALDÉS, E.; SILVA, F. P. DA. Redes intelectuales Sur-Sur: trayectorias y propuestas hacia el futuro. *Revista Izquierdas: una mirada histórica desde América Latina*, v. 1, n. 52, p. 1-17, jun. 2023.

DONGHI, T. H. *Historia contemporánea de América Latina*. [s. l.]: Alianza, 1998.

DUARTE, Rubens de Siqueira; COSTA, Hugo Bras Martins da. Sul Global versus Sul Geopolítico: um debate quanto à pertinência analítica dos conceitos. *Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 12, n. 24, p. 13-35, jul/dez, 2023.

DUDZIAK, M. L. Joséphine Baker, Racial Protest, and the Cold War. *Journal of American History*, v. 81, n. 2, p. 543-570, set. 1994.

ESTRADA, U.; SUÁREZ, L. (ed.). *Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina*. La Habana; New York: Ocean Sur Press, 2006.

FALIGOT, R. *Tricontinentale: quand Che Guevara, Ben Barka, Cabral, Castro et Hô Chi Minh préparaient la révolution mondiale (1964-1968)*. Paris: La Découverte, 2013.

FALIGOT, R. *Joséphine Baker: notre agent à La Havane*. [s. l.]: Association Cuba Coopération France, 2020.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERRANTE, E. *Frantumaglia: os caminhos de uma escritora*. São Paulo: Intrínseca, 2013.

FERRER, A. *Cuba: an American History*. New York: Scribner Book Company, 2021.

FRANCHINI NETO, H. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.

FRIEDMAN, J. New frontiers: development and struggle, 1961-1963. In: FRIEDMAN, J. *Shadow Cold War: the Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015. v. 1.

FRIEDMAN, J. *Shadow Cold War: the Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

FUNES, P.; ANSALDI, W. Viviendo una hora latinoamericana: acerca de rupturas y continuidades en el pensamiento en los años veinte y sesenta. *Sociohistórica*, v. 3, n. 4, 30 nov. 1998.

GENEROSO, L. M. de A. Cara y cruz: a Conferência Tricontinental sob os olhares do semanário Marcha. *Temporalidades*, v. 9, n. 2, maio 2017.

GENEROSO, L. M. de A. A revista Tricontinental e a construção do Terceiro Mundo: conceito, itinerâncias e sensibilidades. *Esboços*, v. 27, p. 452-471, 2020.

GENEROSO, L. M. DE A. Havana, 1966: perspectivas sobre a Conferência Tricontinental. In: CALEGARI, A. P. C.; GENEROSO, L. M. DE A. (ed.). *Revolução Cubana: perspectivas históricas e desafios atuais*. Belo Horizonte: Initia Via, 2021. v. 1.

GENEROSO, L. M. A. *Solidariedades tricontinentais em movimento: política, imagens e temporalidades na produção cultural da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina 2023*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

GENEROSO, L. M. de A.; RESENDE, T. A. G. de. Cuba, a Tricontinental e o Movimento Negro estadunidense: algumas reflexões sobre os caminhos da solidariedade (1966-1974). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 27, p. 222-256, 27 dez. 2019.

GERITS, Frank. Bandung as the call for a better development project: US, British, French and Gold Coast perceptions of the Afro-Asian Conference (1955). *Cold War History*, v. 16, n. 3, ago. 2016.

GETCHELL, Michelle Denise. Revisiting the 1954 Coup in Guatemala: the Soviet Union, the United Nations, and ‘Hemispheric Solidarity. *Journal of Cold War Studies*, v. 17, n. 2, p. 73-102, 2015.

GHOBRAL, John-Paul A. Introduction: seeing the World like a Microhistorian. *Past & Present*, v. 242, Issue Supplement 14, p. 1-22, nov. 2019.

GILMAN, C. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en America Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

GILROY, Paul. O Atlântico negro como contracultura da modernidade. In: GILROY, Paul. *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34; UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GLEIJESES, P. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2002.

GLEIJESES, P. Las motivaciones de la política exterior cubana. In: SPENSER, D. (ed.). *Espejos de la guerra fría: México, América Central y el Caribe*. Ciudad de Mexico: Porrúa, 2004. p. 151-171.

GOSSE, V. A Movement of movements: the definition and periodization of the New Left. In: *A Companion to Post-1945 America*. [s. l.]: Wiley, 2006. p. 277-302.

GOTT, R. *Cuba: uma nova história*. São Paulo: Zahar, 2006.

GRENAT, Stella Maris. *La Internacional Guerrillera: Una historia de la Conferencia Tricontinental y de la Organización Latinoamericana de Solidaridad*. Tese (Doutorado). Universidad Pablo de Olavide de Sevilla – Sevilla, 2023.

GRINCHEVA, N. The past and future of cultural diplomacy. *International Journal of Cultural Policy*, v. 30, n. 2, p. 172-191, 23 fev. 2024.

GRONBECK-TEDESCO, John. The Left in transition: the Cuban Revolution in US Third World Politics. *Journal of Latin American Studies*, n. 40, p. 651-673, 2008.

GUEVARA, E. América desde el balcón afroasiático. *Revista Humanismo*, 1959.

GUEVARA, E. ‘Che’. Crear dos, tres Viet Nam... Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental [1967]. *Marxists Internet Archive*, 1999. Disponível em: [https://www.marxists.org/espanol/guevara/04\\_67.htm](https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

GUEVARA, C. *Passagens da guerra revolucionária: Congo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUEVARA, C. *19th General Assembly of the United Nations in New York*. December 11, 1964. The Che Reader, Ocean Press, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/guevara/1964/12/11.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HANNA, L. Tricontinental’s International Solidarity: emotion in OSPAAAL as Tactic to Catalyze Support of Revolution. *Radical History Review*, v. 2020, n. 136, p. 169-184, jan. 2020.

HARMER, T. *Allende’s Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

HARMER, T. The Cold War in Latin America. In: KALINOVSKY, Artemy M; DAIGLE, Craig. *The Routledge Handbook of the Cold War*. Londres; Nova York: Routledge Taylor; Francis Group, 2014.

HARPER, John Lamberton. *The Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HEARMAN, V. An appeal for international solidarity in a time of the Cold War: retracing Indonesia’s participation in the 1966 Tricontinental Conference. *Bandung: Journal of the Global South*, v. 11, n. 1, p. 141-168, 2024.

HERNÁNDEZ, R. M.; HOSEK, J. R. Tricontinentalism: the construction of Global Political Alliances. In: PARROTT, J. R.; LAWRENCE, M. A. (ed.). *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 69-02.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONGO, J. The Asian-African Conference (Bandung) and Pan-Africanism: the challenge of reconciling continental solidarity with national sovereignty. *Australian Journal of International Affairs*, v. 70, n. 4, p. 374-390, jul. 2016.

HOOBS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBER, P. From Peace to National Liberation: Mexico and the Tricontinental. In: PRAKASH, G.; ADELMAN, J. (ed.). *Inventing the Third World: In search of freedom for the Postwar Global South*. London: Bloomsbury Academic, 2022. p. 45-63.

IBER, P. *Neither peace nor freedom: the cultural Cold War in Latin America*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2015.

JACKSON, D. B. *Castro, o Kremlin e o comunismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

JAMESON, Frederic. Periodizing the 60s. *Social Text*, Durham, v. 9/10, p. 178-209, 1984.

KAHLER, M. *Networked politics: agency, power and governance*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.

KALINOVSKY, Artemy M. The Cold War in Central and South Asia. In: KALINOVSKY, Artemy M; DAIGLE, Craig. *The Routledge Handbook of the Cold War*. Londres; Nova York: Routledge Taylor; Francis Group, 2014.

KHRUSHCHOV, Nikita S. *For new victories for the World Communist Movement*. Speech of January 6, 1961. Praga: Peace and Socialism, 1963.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIMCHE, David. A África negra e o movimento de solidariedade dos povos afro-asiáticos. *Afro-Ásia*. n. 8-9, 1969.

KLIMKE, M; NOLA, M. Globalization of the sixties. In: JIAN, C.; KLIMKE, M.; KIRASIROVA, M.; NOLAN, M.; YOUNG, M.; WALEY-COHEN, J. (org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between protest and nation-building*. Routledge, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

KRAUZE, E. *La presidencia imperial: de Manuel Ávila Camacho a Carlos Salinas de Gortari*. Barcelona: Tusquets Editores, 2014.

- KRUARATTIKAN, S. Sino-Cuban relations from 1964 to 1995: conflict and reconciliation. In: SOCHA, M.; ZARĘBA, M. (ed.). *Asia in World Politics: past, present, and future*. [s. l.]: Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego, 2021. p. 151-172.
- LAFEBER, Walter. *The American age: United States foreign policy at home and abroad since 1750*. [s. l.]: WW Norton and Company, 1989.
- LATHAM, Michael E. The Cold War in the Third World: 1963-1975. In: LEFFLER, Melvyn P., WESTAD, Odd Arne. *The Cambridge History of the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador; Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. (ed.). *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 346-358.
- LEE, Christopher. *Making a World after Empire: the Bandung Moment and its political afterlives*. Ohio: Ohio University Press, 2010.
- LEGG, S. *Round Table Conference Geographies: constituting colonial India in Interwar London*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023a.
- LEGG, S. Cocktails, curry and afternoon tea: inside the 1930s London conference that brought Gandhi to Buckingham Palace. *The Conversation*, 28 fev. 2023b. Disponível em: <https://theconversation.com/cocktails-curry-and-afternoon-tea-inside-the-1930s-london-conference-that-brought-gandhi-to-buckingham-palace-199650>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- LEGG, S. *et al. Placing Internationalism: International conferences and the making of the Modern World*. London, New York, Oxford, New Dheli, Sydney: Bloombury Academic, 2023.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- LENTIN, Albert Paul. De Bandung à Havana (1967). In: SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LEÓN, B. M. Revolutionary Diplomacy and the Third World: Historicizing the Tricontinental Conference from the Cuban Ministry of Foreign Affairs. In: HARMER, T.; ÁLVAREZ, A. M. (ed.). *Toward a Global History of Latin America's Revolutionary Left*. Gainesville: University of Florida Press, 2021. v. 1, p. 67-102.
- LEWIS, S. L. Skies that bind: air travel in the Bandung era. In: LEGG, S. *et al.* (ed.). *Placing Internationalism: International Conferences and the Making of the Modern World*. London, New York, Dublin: Bloomsbury Academic, 2022.
- LEWIS, S. L.; STOLTE, C. Other Bandungs: Afro-Asian Internationalisms in the Early Cold War. *Journal of World History*, v. 30, n. 2, p. 1-19, 2019.

LOAEZA, Soledad. The Mexican political fracture and the 1954 coup in Guatemala (The beginnings of the cold war in Latin America). *Culture & History Digital Journal*, v. 4, n. 1, jun. 2015.

LOUREIRO, Felipe; GOMES JR., Hamilton; BRAGA, Rebeca. A Pericentric Punta del Este: Cuba's Failed Attempt to Join the Latin American Free Trade Area (LAFTA) and the Limits of Brazil's Independent Foreign Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, p. 1-17, 2018.

LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

LÖWY, Michael. Por um novo internacionalismo. *Lutas Sociais*, n. 5, p. 97-106, 1998.

MADDOX, Robert James. *The New Left and the Origins of the Cold War*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

MAHLER, A. G. The Global South in the belly of the beast: Viewing african american Civil Rights through a Tricontinental lens. *Latin American Research Review*, v. 50, n. 1, 2015.

MAHLER, A. G. *From the Tricontinental to the Global South: Race, radicalism, and the transnational solidarity*. Durham; London: Duke University Press, 2018a.

MAHLER, A. G. *From the Tricontinental to the Global South: race, radicalism, and transnational solidarity*. Durham: Duke University Press, 2018b. *E-book*.

MAHLER, A. G. Global Solidarity before the Tricontinental Conference: Latin America and the League against Imperialism. In: PARROT, R. J.; LAWRENCE, M. A. (ed.). *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. v. 1, p. 43-68.

MAHLER, A. G. Against Latin American Regionalisms: the 1927 Brussels Congress and the Anti-Imperialist League of the Americas. *Latin American Research Review*, v. 59, p. 341-60, 2024.

MALACCO, F. S. de O. Unidade nacional e unidade continental: uma discussão acerca dos projetos políticos de Amílcar Cabral e Kwame Nkrumah. *Revista Ars Historica*, v. 17, p. 78-100, 2018.

MARCHESI, A. Escribiendo la Guerra Fría latinoamericana: Entre el Sur "local" y el Norte "Global". *Revista Estudios Históricos*, v. 30, n. 60, p. 187-202, 17 abr. 2017.

MARCHESI, A.; ÁLVAREZ, R. Del internacionalismo al latinoamericanismo. La izquierda en la segunda mitad del siglo XX: aproximaciones intelectuales, políticas y culturales. *Contemporánea - História e problemas del siglo XX*, v. 7, n. 7, p. 11-14, 2016.

MARCUSSI, A. A. Personalidade, raça e nação na África pós-colonial: alguns apontamentos a partir das ideias de Kwame Nkrumah. In: RESENDE, T. A. G.; REIS, R. B.; MOTA, T. H. (ed.). *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 259-286.

MARQUESE, R.; LEAL, B. Todo o programa da atual História Global já estava contido na obra de Braudel. *Café História*, 3 fev. 2025. Disponível em: [https://www.cafehistoria.com.br/lab-mundi-historia-global-rafael-marquese/?fbclid=IwY2xjawIOv7JleHRuA2FlbQIxMQABHY2Dxt8tb6JnjkWtMs\\_9Q164ap9-a8ZyYOIldvFnxc0W73OjHgualLZYA\\_aem\\_ie51OgDgdnkUVsbFiq5xtg&sfnsn=wiwspwa](https://www.cafehistoria.com.br/lab-mundi-historia-global-rafael-marquese/?fbclid=IwY2xjawIOv7JleHRuA2FlbQIxMQABHY2Dxt8tb6JnjkWtMs_9Q164ap9-a8ZyYOIldvFnxc0W73OjHgualLZYA_aem_ie51OgDgdnkUVsbFiq5xtg&sfnsn=wiwspwa). Acesso em: 4 fev. 2025.

MÁRQUEZ, G. G. *Cheiro de goiaba: conversas com Plinio Apuleyo Mendoza*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MASTNY, Vojtech, The Soviet Union's Partnership with India. *Journal of Cold War Studies*, v. 12, n. 3, p. 50-90, 2010.

MATERA, M. Partnership in/against empire: Pan-African and imperial conferencing after the Second World War. In: LEGG, S. et al. (ed.). *Placing Internationalism: International Conferences and the Making of the Modern World*. London; New York; Oxford; New Delhi, Sydney: Bloomsbury Academic, 2022.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (ed.). *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010. v. VIII.

MCDERMOTT, K.; AGNEW, J. *The Comintern: a history of International Communism from Lenin to Stalin*. Hampshire; London: Macmillan Press, 1996.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MILLS, C. W. Alternative epistemologies. *Social Theory and Practice*, v. 14, n. 3, p. 237–263, 1988.

MISKULIN, S. A política cultural na revolução cubana: as disputas intelectuais nos anos 1960 e 1970. *Caderno CrH*, Salvador, v. 32, n. 87, p. 537-548, 2019.

MOLDEN, B. Combative genealogies of Tricontinentalism: re-presenting the southern struggle for historical justice in Latin America and Beyond. *Bandung: Journal of the Global South*, v. 11, n. 1, p. 13-40, 2024.

MOLINERO, A. G. *La imagen Tricontinental: la feminidad, el Che Guevara y el Imperialismo a través del arte gráfico de la OSPAAAL*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022. v. 1.

MORAIS, B. V. L. de. *O swing da cor: a linguagem política do Orgulho Negro na Black Music brasileira (1960-88)*. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MUEHLENBECK, Philip E. Kennedy and Touré: a success in personal diplomacy. *Diplomacy & Statecraft*, v. 19, n. 1, p. 69-95, 2008.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos. *O século sombrio: ensaios sobre as guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MUNHOZ, Sidnei José. *Guerra Fria: história e historiografia*. Porto Alegre: Editora Appris, 2020. *E-book*.

NAVARRO, Guilherme. *África deve se unir? A formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negrístas e pan-africanos (séculos XVIII-XX)*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

NIGAN, Aditya. From the Tricontinental to the Global South: Race, Radicalism, and Transnational Solidarity (Book Review). *Journal of Iberian and Latin America Research*, jun, 2020.

NKRUMAH, K. *Neo-colonialism: the last stage of imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons, 1965.

OCIEPKA, B.; ARENDARSKA, J. Cultural diplomacy as a network and networking in international relations: the case of cultural diplomacy in Russia. *SAGE Open*, v. 11, n. 4, p. 1-12, 22 out. 2021.

PADILLA, Fernando Camacho; PALIERAKI Eugenia. Hasta Siempre, OSPAAAL! *NACLA Report on the Americas*, v. 51, n. 4, p. 410-421, 2019.

PALIERAKI, E. *¡La revolución ya viene! El MIR chileno en los años sesenta*. Santiago: Lom Ediciones, 2014.

PALIERAKI, Eugenia. Chile, Algeria, and the Third World in the 1960s and 1970s: Revolutions Entangled. In: FIELD, T. C.; STELLA, K.; PETTINÀ, V. (org.) *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

PALIERAKI, E. The Origins of the “Third World”: Alfred Sauvy and the Birth of a Key Global Post-War Concept. *Global Intellectual History*, v. 10, n. 1, p. 23-52, 2023.

PARANZINO, M. D. “Two, Three, Many Vietnams” Che Guevara’s Tricontinental Revolutionary Vision. In: JOSEPH, P.; LAWRENCE, M. A. (ed.). *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. v. 1, p. 276-302.

PARROTT, R. J.; LAWRENCE, M. A. *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PETTINÀ, V.; SÁNCHEZ ROMÁN, J. A. Beyond US hegemony: the Shaping of the Cold War in Latin America. *Culture & History Digital Journal*, v. 4, n. 1, jun. 2015.

PITA GONZÁLEZ, A.; GRILLO, M. DEL C. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, v. 5, n. 1, p. 3-30, 2015.

POCOCK, J. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.



PODOLNY, J.; PAGE, K. Network Forms of Organization. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 24, p. 57-76, ago. 1998.

PRASHAD, V. A concept conjured. In: PRASHAD, V. *The Darker Nations: a people's history of the Third World*. Nova Iorque/Londres: The New Press, 2007.

PRASHAD, V. *Uma história popular do terceiro mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

RADCHENKO, Sergey. *Unwanted visionaries: the Soviet failure in Asia at the end of the Cold War*. New York: Oxford University Press, 2014.

REIS, R. B. dos. *África imaginada: história intelectual, panafricanismo, nação e unidade africana na Présence Africaine (1947-1966)*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

REIS, R. B. dos. Pan-africanismo: mobilização transnacional e imaginação política negra na primeira metade do século XX (1900-1945). In: BITTENCOURT, M. (ed.). *História contemporânea*. Rio de Janeiro: Record, 2025. No prelo.

RESENDE, Taciana A. Garrido. A Conferência Tricontinental como espaço de atuação política para a África. In: HERNANDEZ, L.L; MARCUSSI, Alexandre A. (org.). *Ideias e práticas em trânsito: poderes e resistências em África (séculos XIX-XX)*. São Paulo: Intermeios, 2020. v. 1, p. 262-285.

RIDENTI, M. *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

ROJAS, R. *Historia mínima de la Revolución Cubana*. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de México, 2013.

ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2001.

RONCATI, E. J. *La Función diplomática*. Santiago: PNUD – CEPAL Proyecto de Cooperación con los Servicios Exteriores de América Latina, 1989.

RUPAR, B. El debate chino-soviético y la emergencia del maoísmo como corriente política diferenciada en el Movimiento Comunista Internacional. *Historia Contemporánea*, n. 57, p. 559-586, 2018.

SAHD, F. B. O pan-africanismo e o pan-arabismo. A organização para a unidade africana e a questão palestina (1967-1975). *História Revista*, v. 20, n. 3, p. 138-156, 2016.

SATOW, E. M.; BRITAIN, G. *International congresses*. London: H. M. Stationery off., 1920.

SAUVY, Alfred. Trois Mondes, une planète. *L'Observateur*, n. 118, 14 août 1952.

SAWYER, M. *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SCHMIDT, Elizabeth. *Cold War and Decolonization in Guinea: 1946-1958*. Athens, OH: Ohio University Press, 2007.

SCHMIEDECKE, N. Oprimido, resistente e revolucionário: o Terceiro Mundo representado na gráfica da OSPAAAL. *Antíteses*, v. 16, n. 31, p. 251-291, set. 2023.

SCHMIEDECKE, N. A.; ZERWES, E.; GENEROSO, L. Reframing revolution and solidarity: photography and visual culture in OSPAAAL Poster Art (1967–1990). *Bandung*, v. 11, n. 1, p. 102-140, fev. 2024.

SCHMIEDECKE, N. A. Known Posters, Unknown Impact. OSPAAAL Graphic Art and Its Worldwide Reception. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas | Anuario de Historia de América Latina*, n. 61, p. 392-423, 2024.

SEIDMAN, S. J. *Venceremos Means We Shall Overcome: the African American Freedom Struggle and the Cuban Revolution, 1959-1979*. 2013. Tese (Doutorado) – Brown University, Providence, 2013.

SHIMAZU, N. Diplomacy as theatre: staging the Bandung conference of 1955. *Modern Asian Studies*, v. 48, n. 1, p. 225-252, jan. 2014.

SILVA, I. P. P. da. En el camino del Che?: ditaduras militares, luta armada e internacionalismo revolucionário na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 15, jul. 2014.

SILVA, Izabel Pimentel. Nuestra América: a Revolução Cubana e o internacionalismo das esquerdas revolucionárias na América do Sul. In: SALES, Jean; ARAÚJO, Rafael; MENDES, Ricardo; SILVA, Tiago. *Revolução cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: Editora IFS, 2019.

SILVA, L. L. G. da. *Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SMITH, Tony. New bottles for new wine: a pericentric framework for the study of the Cold War. *Diplomatic History*, v. 24, n. 4, 2000.

SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global. Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, jan-abr. 2017.

TAYLOR, Moe. North Korea and the Latin American Revolution, 1959-1970. 2020. Tese de Doutorado – University of British Columbia, Vancouver, 2020.

- TILLY, C. *Identities, boundaries and social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.
- TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TORTTI, María Cristina. Historia reciente y nueva izquierda: una revisión. In: TORTTI, María Cristina; CANOSA, Mora González. *La Nueva izquierda en la historia reciente argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2021.
- TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violências del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2012.
- TRISTÁN, E. R. Estados Unidos y América Latina durante la Guerra Fría: la dimensión cultural. In: CALANDRA, B. (ed.). *La guerra fría cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012. v. 1, p. 51-66.
- TRISTÁN, E. R. (ed.). *Dossier La Conferencia Tricontinental de La Habana (1966): difusión e impacto en América Latina, Europa y África*. v. 51, n. 1, 2025.
- TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian microhistory in the age of global history? *California Italian Studies*, v. 2, n. 1, 2011.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.
- VARGAS, R. L. *Historia mínima de las relaciones exteriores de México: 1821-2000*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2013.
- VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. *Historia Crítica*, p. 300-319, 2009.
- VIGEVANI, T. *Terceiro Mundo: conceito e história*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- VIGEVANI, T. et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 83, n. 83, p. 111-143, 2011.
- VILLAÇA, M. M. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.
- VILLEN, P. *Amilcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- WALKER, Margareth. *Richard Wright: Daemonic Genius, a portrait of the man*. 2. ed. Nova Iorque: Warner Books, 1988.
- WEATHERSBY, Kathryn. The Korean War revisited. *Wilson Quarterly*, n. 23, p. 91-97, 1999.
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.
- WESTAD, O. A. *The Global Cold War: Third World Interventions and the making of our times*. Cambridge University Press, 2005.

WESTAD, O. A. Was there a “global 1968”? Preface. In: JIAN, C. *et al.* (ed.). *The Routledge handbook of the Global Sixties: between protest and nation-building*. London; New York: Routledge, 2018.

YOUNG, R. J. C. *Postcolonialism: an historical introduction*. Edição de aniversário. Oxford: Blackwell Publishing, 2016.

YOUNG, R. J. C. Disseminating the Tricontinental. In: JIAN, C. *et al.* (ed.). *The Routledge handbook of the Global Sixties: between protest and nation-building*. London; New York: Routledge, 2018. p. 317-347.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ZOLOV, E. Expandiendo nuestros horizontes conceptuales: el pasaje de una “vieja” a una “nueva izquierda” en América Latina en los años sesenta. *Aletheia*, v. 2, n. 4, p. 1-24, jul. 2012.

ZOLOV, E. Introduction: Latin America in the Global Sixties. *The Americas*, v. 70, n. 3, p. 349–362, 17 jan. 2014.

ZOLOV, E. La Tricontinental y el mensaje del Che Guevara: encrucijadas de una nueva izquierda. *Palimpsesto*, v. 6, n. 9, p. 1-13, jan. 2016.

ZOLOV, E. *The last good neighbor: Mexico in the Global Sixties*. Durham and London: Duke University Press, 2020. v.

### ➤ Fontes primárias

#### **Arquivo Histórico da OSPAAAL (AHOSPAAAL) – Organizadas em orden crescente de pastas**

*The organization. Members of the Afro-Asian People's Solidarity*. The permanent Secretariat, August 1965. *Members of the Afro-Asian People's Solidarity. The permanent Secretariat, August 1965*. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Carta dos membros latino-americanos ao Comitê Internacional Preparatório*. Cairo, 31 de agosto de 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Carta das representações latino-americanas no CIP da Tricontinental ao CIP*. Cairo, 1º de setembro de 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Analisis General de la Conferencia Tricontinental*. Confidencial. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Confidencial. Informe sobre la Conferência Tricontinental de Solidariedade con Cuba* (s.d/s.l). Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Balance General de la Conferência Tricontinental*, (s/t. s/d). Pasta 1, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Llamamiento para la 1ª Conferencia de los pueblos de Asia, África y América Latina*. (La Habana 3-10 enero, 1966). Comité Preparatório Internacional, Cairo 1-2 Septiembre, 1965. Analisis General de la Conferencia Tricontinental. Pasta 1, Gaveta 1. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Versión taquigráfica, resumen y relación de acuerdos de la asamblea de jefes de delegaciones*. Pasta 2, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Intervencion del ingeniero Amilcar Cabral, secretario general del Partido Africano de la independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC), en nombre de los pueblos y de las organizaciones nacionalistas de las colonias portuguesas*. Pasta 3, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Mensaje de saludo de Gamal Abdel Nasser a La Primera Conferencia Tricontinental*. Pasta 4, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Control General. Comisión Política. Comisión Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde)*. Pasta 8, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Versión taquigrafica de la reunion celebrada por la comission economica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina (Tricontinental)*. En el Hotel Habana Libre, La Habana, El Viernes 7 de enero de 1966 (sesion de la tarde). Comission Económica de la 1a Conferencia de Solidariedade da OSPAAAL, 7 de enero de 1966 (Sesión de la tarde). Pasta 8, Gaveta 1. AHOSPAAAL. La Habana, Cuba.

*Katimatã do Norte. Comisión política de la 1a Conferencia Tricontinental de OSPAAAL*. Pasta 9, Gaveta 1. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

*Versión taquigráfica de la reunion celebrada por la comision politica de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental)*. Hotel Habana Libre, La Habana, el Domingo 9 de enero de 1966 (sesion de la mañana) (10:20am). Pasta 9, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Información y Propaganda (Correspondencia)*. Pasta 39, Gaveta 1, AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

*Miguel Brugueras a Osmany Cienfuegos*. 10 de Enero de 1967. Información y Propaganda (Correspondencia). Pasta 39, Gaveta 1, AHOSPAAAL. Havana, Cuba

*Informe sobre las Personalidades a invitar a la Conferencia Tricontinental (Sugerencias)*. Pasta 40, Gaveta 1, 130 p. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Reunión de la Comisión de Organización*. Sesión de la tarde del 8 de enero de 1966. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Reunión de la Comisión de Organización*, sábado 8 de enero de 1966. Sesión de la mañana. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Reunión celebrada por la Comisión de Organización*. Sesión de la tarde del viernes 7 de enero de 1966. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Reunión de la Comisión de Organización del día 11 de enero en la sesión de la mañana*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Sobre la agenda, punto IV*. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Posiciones y planteamientos*. Punto I y III. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 44, Gaveta 1, 78p. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Informe Dpto Socio-cultural*. Pasta 47, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Reuniones CREP*. Análisis sobre la crisis de la OSPAA y su relación con la OSPAAAL. Pasta 71, Gaveta 1, p. 4. AHOSPAAAL, La Havana, Cuba.

*Telegrama de felicitación de Kim Il Sung*. Pasta 77, Gaveta 1, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*RDV – Mensaje de saludo a la Conferencia de Cho En Lai (premier RP China y telegrama Kim Il Sung)*. Pasta 77, Gaveta 1, 29p., AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Subcomisión de Asuntos Caudentes*. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 2. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba.

Fala da delegação da CONCP. Subcomisión de Asuntos Caudentes. Sesión de la tarde. Enero, 11, 1966, p. 17. Pasta 126, Gaveta 2. AHOSPAAAL. Havana, Cuba

*Conferencia Tricontinental. Analisis de gastos*. [Hasta] Febrero 16 de 1966. ICAP. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*MICONS – Gastos en la Conferencia Tricontinental*, Enero 3 al 10. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental*. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Memorandum ICAP*. 18 de abril de 1966. Informe de Ingresos de actividades. Informes sobre gastos ocurridos en actividades de la 1<sup>ra</sup> Conferencia Tricontinental. Pasta 127, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Versión taquigráfica. Sesión plenaria de la Primera Conferencia Tricontinental, Miércoles, 5 de enero*. Sesión de la tarde. Pasta 143, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Versión taquigráfica de la Sesión Plenaria de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y America Latina (Tricontinental).* Hotel Habana Libre. La Habana, El Miércoles 5 de enero de 1966 (Sesión de la tarde)". Pasta 144, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Informes de casos de organismos con situaciones conflictivas.* Pasta 154, Gaveta 2, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Llamamiento para la 1ª Conferencia de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina.* OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de reglamento y reglamento, agenda, discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental.* OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Discurso pronunciado por el presidente del Buro Político del Frente Socialista Arabe, p. 2.* Alocución del jefe de la delegación de Africa Sudoccidental. OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Discurso delegación argelina.* OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3, 134 p. AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Agenda.* OSPAAAL, 1ª Conferencia, Estructura, Llamamiento, proyecto de Reglamento y reglamento, Agenda, Discursos de las delegaciones, principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 161, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Archivos.* Planes del Secretariado. Pasta 170, Gaveta 3, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Informes secretos de delegados.* Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Análisis sobre los contactos entre delegaciones. II – Sobre la delegación argelina. Secreto, Hoja 14.* Informes sobre delegaciones. Pasta 199, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Situación de la delegación indonesia e Discrepancias internas en las delegaciones.* Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*De Centro de Información a Osmani Cienfuegos.* 28 de diciembre de 1965. Secreto. Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Contactos entre delegaciones.* Secreto. Anexo 3. Informes secretos de delegados. Pasta 199, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Afiches Falsificados.* Pasta 209, Gaveta 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Resumen y acuerdos de la Asamblea de Jefes de Delegaciones.* 3 de enero de 1966. Pasta 210, Gaveta 3, p. 10. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Subcomissão de colonialismo e neocolonialismo.* Rollo 1, Sesión Tarde, 9 de janeiro de 1966. Pasta 212, Gaveta 3, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Colonialismo y neocolonialismo.* Enero 8. Sesión tarde. Rollo 1. Pasta 218, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Colonialismo y neocolonialismo.* Enero 8. Sesión noche. Pasta 219. Gaveta 3, AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Colonialismo y neocolonialismo.* 10 de enero 1966 (tarde). Pasta 220, Gaveta 3. AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Versión taquigráfica de la reunión celebrada por los jefes de delegaciones en la Primeira Conferencia de Solidaridad de los pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental).* Hotel Habana Libre, La Habana, el Viernes, 14 de enero de 1966 (Sesión de la mañana). Pasta 250, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Reunión de Jefes de Delegaciones de la 1ª Conferencia Tricontinental,* 14 de enero de 1966 (mañana). Pasta 251, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Reunión de los delegados del continente asiático de la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y America Latina (Tricontinental).* Celebrada en el Hotel Habana Libre, en La Habana em día 14 de enero de 1966. (Tarde. Primera Reunión). Reunión de Jefes de Delegaciones de la 1ª Conferencia Tricontinental. Pasta 251, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Subcomisión de Asuntos Caudentes: Conclusiones.* Analisis subcomision Asuntos Caudentes. Africa. Pasta 261, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Analisis de la comision politica general – Africa.* Pasta 262, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Habana, Cuba.

*Analisis de la comision economica general – Africa.* Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Comisión Económica. Colonias Portuguesas.* Analisis de la comision economica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Comisión Económica. Guiné.* Analisis de la comision economica general – Africa. Pasta 263, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Habana, Cuba.

*Conversa durante el almuerzo ofrecido a la delegación argelina a la Conferência Tricontinental,* viernes 18 de febrero 1966. Ministério de Relaciones Exteriores. Documentos importantes anteriores y posteriores a la Conferencia Tricontinental. Pasta 266, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos.* Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.



*Carta Unión Nacional de los Estudiantes Marroquis – El Mehdi Ben Barka.* Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Asumir la estrategia global frente a los imperialistas, labor de la Tricontinental.* Por Rodolfo Casals. Recortes de jornais. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4, p. 3. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Correspondência de Abdel Kader Ben Barka para Fidel Castro.* Cairo, 31 de dezembro de 1965. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Conferencia de prensa celebrada em la Habana, Cuba, con el Mehdi Ben Barka.* Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4. AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Osmany Cienfuegos,* 24 de enero de 1966. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Confidencial. Informe de las reuniones con Ben Barka efectuadas durante su visita a Cuba,* del 26 al 30 de septiembre de 1965, p. 6. Ministerio de Relaciones Exteriores. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos, Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, Havana, Cuba.

*Crean Comité Cubano de la Tricontinental,* por Gabriel Molina. *Hoy,* 30/09/65 [Recorte de jornal]. Ben Barka: Declaración durante visita a Cuba y otros documentos. Pasta 284, Gaveta 4, AHOSPAAAL, La Havana, Cuba.

*Fotografía de Fidel Castro no encerramento da Conferência Tricontinental.* 15 de janeiro de 1966. s/a. – Sem pasta/Arquivo digital

### **Publicação Ocean Sur**

*Declaración General de la Primera Conferencia Tricontinental,* La Habana, 15 de enero de 1966. ESTRADA, U.; SUÁREZ, L. (org.). *Rebelión Tricontinental: Las voces de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina.* La Habana; New York: Ocean Sur Press, 2006.

### **Acervo Library of Congress, Washington DC, EUA**

EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study.* Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

*First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America.* Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

*Inaugural Address given by Dr. Kwame Nkrumah, Presidente of the Republic of Ghana.* The Winneba Conference. Gana, May 1965. IV<sup>th</sup> Afro-Asian People's Solidarity Conference. Winneba, Gana, May 9-16, 1965. Afro-Asian Publications, n. 14. Published by the Permanent Secretariat of the Organization of Afro-Asian People's Solidarity. Cairo, RAU.

*Resolution on Palestine, Subcomission of Burning Issues, Political Comission Resolution.* In: First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America  
Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America. Havana, Cuba: General Secretariat of the O.S.P.A.A.A.L., 1966, p. 116. Acervo: Library of Congress, Washington DC, EUA.

*The Winneba Conference,* Ghana, May, 1965 IV Afro-Asian People's Solidarity Conference. Winneba, Ghana, May, 9, 1965. Published by Afro Asian Publications (OSPAA), n. 14. Cairo, UAR.

### **Archives of the Federal Bureau of Investigation**

*Granma*, 11/01/1966. "Welcome, Joséphine". Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

*Granma*, 30 de dezembro de 1965 (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

*Joséphine Baker Report* – Part 3 of 3. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

*Prensa Latina*, autor Paquita Cao, 39/12/1965 (Recortes de jornal). Joséphine Baker Report. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

*Report of Investigation*, Sept 1954. Joséphine Baker Report. FBI Records: The Vault/ FOIA Library. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Joséphine-baker/Joséphine-baker-part-03-of-03/view>. Acesso em: 30 out. 2024.

### **Acervo Arquivo Lúcio Lara**

*Carta-circular de Agostinho Neto sobre delegação à Conferência Tricontinental*, 17 de dezembro de 1965. Brazzaville, Congo. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0079000018> Acesso em: 13 ago. 2024.

*Relatório do MPLA sobre a participação das delegações da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, CONCP, na Conferência Tricontinental de Havana.* Data: Jan/1966. Fundo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0081000013>. Acesso em: 13 ago. 2024.

### **Digital Library of the Caribbean**

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 45, 5 de novembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 46, 12 de novembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 48, 26 de novembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 49, 03 de dezembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 50, 10 de dezembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 52, 24 de dezembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 57, n. 53, 31 de dezembro de 1965.

*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 1, 07 de janeiro de 1966.

*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 2, 14 de janeiro de 1966.

*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 3, 21 de janeiro de 1966.

*Bohemia*, Havana, ano 58, n. 4, 28 de janeiro de 1966.

### **Arquivo Nacional do Chile**

*Cuba, La Tricontinental y la Revolución Latinoamericana*. Resolución de la III Sesión Plenaria de C.C. del MIR chileno verificada el 17 de abril de 1966. Estrategia. 4. Santiago-Chile. Junio 1966.

### **Ministério das Relações Exteriores do Chile**

*Fondo Países*, Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile, v. 93 e 94, 1973.

### **Cuban Heritage Collection. University of Miami, Miami, EUA**

*Boletín Tricontinental*, n.1, abr. 1966.

*Boletín Tricontinental*, Suplemento especial. 1966.

*Fundo The Truth About Cuba Committee*, Inc. Records (CHC0193), Cuban Heritage Collection, Miami, EUA.

*Towards the First Tricontinental Conference I*. The Chairmanship of the International Preparatory Committee of the First Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America and the Cuban National Committee, (October 15, 1965). Vertical Files. CHC 02230. Cuban Heritage Collection, Miami, EUA.

### **Arquivo Nacional, Brasil**

*Relatório Especial de Informações*, Arquivo Nacional, n. 4/CISA/1986.

### **Arquivo Mário Pinto de Andrade**

*Álbum de fotografias e desenhos de recordação: Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1966)*. Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_85221](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85221) (2024-9-5). Acesso em: 30 out. 2024.

### **Biblioteca Nacional da França**

DIOP, Alioune. *Niam n'goura ou as razões de ser da Présence Africaine*. Présence Africaine, Acervo Biblioteca Nacional da França, n. 1, p. 7-14, 1947.

### **Arquivo Histórico da Organização dos Estados Americanos (OEA). Washington DC., EUA**

*Informe de la Comisión Especial para estudiar las resoluciones II, numeral I y VIII de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores sobre la Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina y sus proyecciones ("Conferencia Tricontinental de La Habana")*. Nuevo instrumento de la intervención y agresión comunistas. v. 1, 28 noviembre 1966. Acervo: Arquivo Histórico da OEA, Washington DC, EUA.

### **Arquivo Geral da Nação, México**

*Comission of the Three Continents Conference*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme), Conferencia Latinoamericana y Tricontinental - 2. Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a Bernal, 04/06/1963*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara. Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a Casella, 14/03/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a Casella, 14/03/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a Poblete, 06/03/1962*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a Victor Chjickvadse, 14/06/1961*. Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de J. D. Bernal a Cárdenas, 14/12/1962.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Konder a Cárdenas, 20/05/1961.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Olga Poblete a Cárdenas, 20/05/1961.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Victor Chjickvadse a Cárdenas, 26/05/1961.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Memorando de la delegación mexicana, Anexo 5.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Memorandum de Cárdenas a Olga Poblete, 14/09/1962.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

*Correspondência de Cárdenas a J. D. Bernal, 25/10/1964.* Fondo Lázaro Cárdenas del Río, Original de Cámara, Segunda Parte, Rollo 4 (microfilme). Archivo General de la Nación, México.

### **CIA Records – Arquivo online**

*The World Peace Council: a Soviet-Sponsored International Communist Front.* Collection: *General CIA Records*. Report, 1<sup>st</sup> Dec, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-02646r000600220001-7>. Acesso em: 15 abr. 2024.

*The Afro-Asian Peoples Solidarity Organization from April 1960 to April 1961.* CIA Report. 15 Jun 1961. Secret/Declassified. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001300050009-3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024

### **Outros documentos online**

*Discurso de Fidel Castro na Universidade de Havana, 13 de março de 1965.* Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-honrando-los-martires-del-13-de-marzo>. Acesso em: 23 de nov 2024.

*Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité central del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del gobierno revolucionario, en el acto clausura de la primera conferencia de Solidaridad de dos Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental), en el Teatro Chaplin, La Habana, el 15 de enero de 1966.* Departamento de versiones taquigráficas del Gobierno Revolucionario. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/fl150166e.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.



**Anexo I – Lista de delegações, delegados, observadores e convidados da Conferência  
Tricontinental<sup>489</sup>**

THE FIRST CONFERENCE OF SOLIDARITY OF THE PEOPLES OF AFRICA,  
ASIA, AND LATIN AMERICA, 3-15 JANUARY 1966

A LISTING OF DELEGATES, OBSERVERS, AND GUESTS AT THE  
TRICONTINENTAL CONFERENCE (TCC)

*The Official Cuban Credentials List*

Raúl Roa García (Cuba), President.  
Yusef El Sabai (U.A.R.), Secretary General.  
John Kofi Barku Tettegah (Ghana), Vice President.  
Pedro Medina Silva (Venezuela), Vice President.  
Nguyen Van Tien (South Vietnam), Vice President.

1. South Africa—National Congress of South Africa

1. Alfred Diliza Kgokong, head of the National Congress of South Africa (ANC) (President)
2. Reginald September, ANC
3. Yusuf Mohamed Dadoo, ANC
4. Mzimukulw Ambrose Makiwane, ANC
5. Thomas Titus Nkobi
6. Robert Resha, ANC
7. Joyce Judith Mesonwa, ANC
8. Marie Muthoo Pragalathan Naicker, ANC
9. Meinrad Hsimang

2. South West Africa—National Union of S.W. Africa (SWANU)

1. Jarir Lundi Kozonguizi, SWANU (President)
2. Moses K. Katijnaongua, SWANU

3. Angola—Peoples' Movement for the Liberation of Angola (MPLA)

1. Luis Andrade de Acevedo, MPLA (President)
2. Miguel Baya Antonio
3. Luis de Almeida, MPLA
4. Paulo Teixeira Jorge, permanent military representative of MPLA in Cairo
5. Nicolau Spencer, MPLA
6. José César Augusto, MPLA
7. Daniel de Costa García, MPLA
8. Mario de Andrade, MPLA

4. Algeria—Algerian Committee of Afro-Asian Solidarity (FLN)

1. Lakhdar Brahimi, Algerian Ambassador to the UAR (President)
2. Hamid Bencherchali, Secretary (Chargé, a.i.), Embassy, Havana
3. M. Adda Benguetat, Secretary General of AAPSO
4. Mohamed Heneche (or Herieche), FLN Foreign Relations Committee member
5. Ahmed Zemirline, National Assembly Deputy representing FLN
6. Mohamed Maghraoui, National Assembly Deputy representing FLN
7. Abdel Krim Gheraieb

<sup>489</sup> EUA. Congress. Senate. Committee on the Judiciary. Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws. *The Tricontinental Conference of African, Asian, And Latin American Peoples: a Staff Study*. Washington: U. S. Govt., Print. Off., 1966. Library of Congress. Washington DC, EUA.

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

5. Argentina—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. John William Cooke, Peronist representative (President)
  2. Alcira de la Peña, Argentine Communist Party
  3. Carlos Alberto Lafforgue, Youth Movement Coordinating Commission
  4. Jorge Ruben Queijo, member of Unified Movement for Labor Coordination
  5. Juan Antonio Sander, Argentine University Federation
  6. Abel Alexis Latendorf, head of Peoples' Vanguard Party (PVP)
  7. José Gabriel Vazeilles Ullma
6. Basutoland—Congress Party of Basutoland
  1. Gerard Ramoreboli, Congress Party (President)
  2. Koenyama Chakela, Congress Party
  3. Ramangeleo Saloman Tsinyane, Congress Party
7. Bechuanaland—Peoples' Party of Bechuanaland
  1. Peter Dick Marupins, Peoples' Party (President)
  2. Bobby Mack, Peoples' Party
8. Bolivia—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Mario Miranda Pacheco, executive secretary of the National Liberation Front of Bolivia (FLIN) (President)
  2. Gabriel Porcel Salazar, representative of Bolivian Miners Confederation (FSTMB) and PRIN
  3. Mario Monje Molina
9. Brazil—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Alusio Palhano Pedreira Ferreira (President)
  2. Max de Costa Santos, representative of Popular Action Group
  3. Carlos Tavares
  4. Celso Ridan Barcelos, Popular Liberation Front
  5. Iván Ramos Ribeiro, PCB
  6. Francisco Santilli
  7. Alexina Lima Crespo de Paula, wife of peasant leader, Francisco Juliao Arruda de Paula
10. Burundi—Workers' Federation of Burundi
  1. Nicomede Bigirimona, labor leader (President)
11. Cambodia—Cambodian Afro-Asian Solidarity
  1. Huot Sambath, Cambodian Ambassador to the U.N. (President)
  2. Um Samuth, director of Cambodian University's Plastic Arts School, technician to set up cultural exposition
  3. Touth Vutthi, Counselor of Embassy stationed at UN/NYC
  4. Moeng Kiv, technician to set up cultural exposition
  5. Sunchong Sunther, helped set up cultural exposition
12. Colombia—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Diego Montaña Cuellar, member of the central committee of the Colombian Communist Party (PCC) (President)
  2. María Inés Pinto Escobar, student in Paris
  3. Santiago Solarte, member of PCC, writer
  4. Camilo Losada Campos, Southern Colombian guerrilla bloc
  5. Baltasar Fernández Alvarez, representative of Southern Colombian guerrilla bloc
  6. Theodosio Varela Acosta



13. Congo (Brazzaville)—National Revolutionary Committee of the Congo (NRC)
  1. Julien Boucambou, Vice President of the National Assembly (President)
  2. Gustavo Aba Gandion, editor of *Dipanda*, NRC
  3. Henriette Yimbou Malanda, NRC
  4. Dominique Ntamba, NRC central committee member
14. Congo (Léopoldville)—National Liberation Council of the Congo
  1. M. Gabriel Yumbu, secretary general of Supreme Council of Congolese Revolution (Cairo) (President)
  2. Empira Nkumu (or Comila Nkumu), member of Executive Council and National Liberation Council
  3. Madam Bernadette Kaputula, Nationalist Women's Federation leader
  4. Placido Kitungive, National Liberation Council representative in Cairo
  5. Sebastian Ramazani, National Liberation Council
  6. Nenriette Malada
  7. Michel Mongali
  8. Eduard Marcel Sambu, National Liberation Council
  9. Buka Masaku, National Liberation Council
  10. Martin Broboy, National Liberation Council
  11. Ali John, Congolese Supreme Revolutionary Council
15. Korea (Korea)—Korean Committee for the Solidarity of Afro-Asia
  1. KIM, Wal Pyong, member of the central committee of Korean Workers Party (President)
  2. Zi Sun Chin
  3. KIM, Chong Nam
  4. KIM, Pyong Yui, Counselor, Korean Embassy, Havana
  5. LEE, Yu Yui
  6. KIM, Yung Kun
  7. CHONG, Te Jien, Attaché, Korean Embassy, Havana
  8. CHUNG, Pyong Chul, Vice President of CRCE
16. Costa Rica—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Arnolde FERRETO Segura, organizational secretary of the Communist People's Vanguard Party (PVP) (President)
  2. Hernan Monterrosa Lopez, member of PVP
  3. Luisa Gonzalez Gutierrez de Gonzalez, leader of the ANC, a women's front group of the PVP
17. Cuba—Communist Party of Cuba (PCC)
  1. Osmaní Cienfuegos Gorriarán, Minister of Construction (President)
  2. Raúl Roa García, Minister of Foreign Affairs
  3. Manuel Piñero Losada, Vice Minister of Interior
  4. Carlos Rafael Rodríguez Rodríguez, Minister without Portfolio
  5. Miguel Martín Pérez, Secretary General of UJC
  6. José Alberto Naranjo Morales, President of Havana JUCEI
  7. Lionel Soto Prieto, National Director of Schools of Revolutionary Instruction (EIR)
  8. Haydee Santamaría Cuadrado, Director of *Casa de Las Americas*
  9. Jesús Montané Oropesa, Minister of Communications
  10. Lázaro Peña González, President of Revolutionary Cuban Workers Central (CTC-R)
  11. José Matar Frangie, Director of the CDR
  12. José Ramírez Cruz, Director of ANAP
  13. Carlos Lechuga Hevia, President of the National Council of Culture
  14. Pelegrin Torras de la Luz, Vice Minister of Foreign Affairs
  15. Arnol Rodríguez Camps, Vice Minister of Foreign Affairs
  16. Juan Mier Pebles, Vice Minister of Education
  17. Melba Hernández Rodríguez, President of Cuban Committee for Solidarity with Vietnam

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

18. Giraldo Mazola Collaco, Director of Cuban Institute for Peoples' Friendship (ICAP)
  19. Eugenio R. Balari, Director of youth weekly *Mella*, UJC
  20. Joaquín Mas Martínez, member of UJC and WFDY
  21. Lázaro Mora, Vice President of FEU
  22. Eduardo Delgado Bermúdez, Director of Political Region for Southeast Asia and Oceania, Ministry of Foreign Affairs
  23. Ramón Sánchez Parodi
  24. Carlos Alfaras Varela, Director of Political Region for Africa and Middle East, Ministry of Foreign Affairs
  25. Ricardo Alarcón de Quesada, Director of Political Region for Latin America, Ministry of Foreign Affairs
  26. Fernando Alvarez Tabío, Director of Institute of International Policy, Ministry of Foreign Affairs
  27. Mario García Incháustegui, Director of International Organization of the Ministry of Foreign Affairs
  28. Raúl Valdés Vivó, newspaperman
  29. Antonio Carrillo Carreras, Ambassador to France
  30. Jorge Serguera Riveri, Ambassador to Algeria and Congo (Brazzaville)
  31. Armando Entralgo González, Ambassador to Ghana and Dahomey
  32. Luis García Guitart, Ambassador to the UAR
  33. Oscar Oramas Oliva, Chargé d'Affaires to Algeria
  34. José Venegas Valdespino, member of FEU and vice president of IUS
  35. Rafael Fernández Moya, member of UJC
  36. Luis García Peraza, member of UJC
  37. Francisco Valdés, member of UJC
  38. Arquimides Colomblé, member of UES
  39. Silvio Rivera, member of Cuban Institute for Peoples' Friendship (ICAP)
  40. Roberto Valdés
  41. Alfredo Guevara Valdés, Director of Cuban Institute of Art and Cinematographic Industry (ICAIC)
18. Chile—Popular Action Front (FRAP)
1. Salvador Allende Gossens, Socialist Senator (President)
  2. Waldo Atlas Martín, FRAP
  3. Clodomiro Almeyda Medina, FRAP
  4. Elean Pedraza Casanova, Communist Party of Chile (PCCh)
  5. Luis Figueroa Mazuela, president of Chilean Labor Central (CUTCh)
  6. Manuel Rojas Sepulveda, Communist writer, FRAP
  7. Walterio Fierro, FRAP
  8. Jorge Montes Moraga, National Deputy, PCCh
  9. Oscar Núñez Bravo
19. China—Chinese Committee for the Solidarity of Afro-Asia
1. Wu Hsueh Tsien, representative of Chinese AASC (President)
  2. Tien Min Kuo, interpreter
  3. Su Tien Yang, interpreter
  4. Ming Sin Tang, interpreter
  5. Chang An You, interpreter
  6. Yao Yao Ching Chung, interpreter
  7. Yang So, Vice President of AAPSO and writer
  8. Liang Keng, permanent secretary of CPR AAPSC
  9. Ta Wei Tsien, deputy secretary general, All-China Youth Federation
  10. Rui Chau Hsu, representative of Chinese AASC
  11. Wu Hasu Shang, representative of Chinese AASC
  12. Yi Chen Chung, representative of Chinese AASC
  13. Ming Chuan Tung, representative of Chinese AASC
  14. Tien Hui Chen, interpreter (female)
  15. Yuan Nung Tao, alternate secretary, China Committee for World Peace
  16. Yang Pai Ping
  17. Tsien Li Chen, representative of Chinese AASC
  18. Wuan Chen Chong, representative of Chinese AASC
  19. Chen Tzo Yin, representative of Chinese AASC
  20. Chang Chieh Hsun, representative of Chinese AASC
  21. Chen Yu, representative of Chinese AASC
  22. Liao Chen Chih, member of AASO and newsman on *Sinjua*
  23. Chu Tzu-Chi, representative of Chinese AASC

24. Run Ho Hein, interpreter
  25. Chang Lin Yu, representative of Chinese AASC
  26. Tuang Hai Yeh, interpreter
  27. Yu Ying Lin, interpreter
  28. Fei Yi Li, interpreter
  29. Wang Chi-fan, member of AAPSO, secretariat of AAPSC
  30. Shen Yi, assistant secretary, Chinese Peoples' Committee for Defense of World Peace
  31. Chen Shong Huang, representative of the National Association of Chinese Journalists
  32. Li Shou-pao, secretary general of YMCA
  33. Yun Chun Li, *Sinjua*, interpreter
  34. Chen Lo Min, *Sinjua*, interpreter
20. Chipre (Cyprus)—Cyprus Committee of Solidarity
1. Christos Christofides, Member of Parliament (President)
  2. Joseph Yamakis, AASO member, Member of Parliament
  3. Georgios Savyides, AASO member
21. Ecuador—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
1. Carlos Ramírez Ortiz (President)
  2. Teodulo Aray
22. El Salvador—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
1. Sergio Pérez, Communist Party of El Salvador (PCES) (President)
  2. Pedro Martínez, University Students Action (AEU) (may have been the pseudonym of Victor Manuel del Valle Monterosa)
23. Ghana—Convention Peoples Party
1. John Kofi Barku Tettegah, secretary general of All African Trade Union Federation (President)
  2. Nathaniel Welbeck Azarco, Ministry of State, Convention Peoples Party
  3. Winifred Asare Brown, Convention Peoples Party
  4. Yaw Manu, University of Ghana, Convention Peoples Party
  5. Kow Bondzie Brown, Convention Peoples Party
  6. Pauline Miranda Clark, Office of the President
  7. George Kofi Awonoor-Williams, managing director of State Film Corporation
  8. Emmanuel Ofori Baah, Director of the Bureau of African Affairs
  9. Patrick Ofei Henaicu (or Henaku), Ambassador to Cuba
  10. Kofi Batsa, editor of *Spark*
  11. Charles L. Patterson, head of Presidential Office
  12. Dr. Ekow Daniels, Justice Minister, Convention Peoples Party
  13. Kwamina Arku-Nelson
  14. Miss Cecile Elise McHardy, author
  15. Anthony Korsah-Dick, First Secretary, Ghanian Embassy, Havana
24. Guadeloupe—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
1. Olivier Gerard (President)
  2. Guy Daninthe, AAPSO
  3. Rene Aude, President of General Association of Guadeloupe Students
  4. Dr. Michel Numa, Guadeloupan Front for Autonomy
25. Guatemala—United Guerrilla Front (FAR)
1. Luis Agosto Turcios Lima, leader of the FAR (President)
  2. Gustavo Solares Ortiz
  3. René Condon
  4. Orlando Fernández Ruiz, FAR
  5. Francisco Marroquith

26. Guayana (British Guiana)—People's Progressive Party (PPP)
1. Cheddi Jagan, leader of the PPP (President)
  2. Lall Bahadur (or Lall Baeder Labacka), PPP
  3. Joseph Rodrigues, PPP
27. Guayana-Cayena (French Guiana)—The Guiana Committee of Solidarity to the First Tricontinental Conference
1. Regino Lucio Provot (President)
  2. Jean Marie Robe
  3. Georges Giffard, president of Guiana students union and member of Guianan Peoples' Union
28. Guinea—Democratic Party of Guinea
1. Abdoulaye Diallo, Secretary General of the Foreign Ministry (President)
  2. Cissé Fodé, secretary of AASO and Guinean Ambassador to the UAR
  3. Mamady Mohamed Sakho, JRDA National Council
  4. Mami Kouyate, Chargé d'Affaires at Guinean Embassy, Havana
  5. Ibrahim Kourouma, reporter for *Prensa Nacional*
  6. Fanta Conde
  7. Jean Baptiste Dee, President of Pan-American Union of Journalists and head of Presidential Information Office in Guinea
29. Guinea (Portuguese)—African Party for Independence
1. Amílcar Cabral, Secretary General of the African Party for Independence (President)
  2. Vasco Cabral
  3. Pedro Pires
  4. Domingo Ramos
  5. Joaquim Pedro da Silva
30. Haiti—National Liberation United Democratic Front
1. Paulo Lantimo, member of the National Liberation United Democratic Front and central committee of the Haitian National Liberation Peoples' Party (President)
  2. Jacques Lacour
  3. Pigeon Velage
  4. Leslie Jean
  5. Edmond Pierre
31. Honduras—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
1. Ricardo Moncada Zvala (President)
  2. Raul Parra
  3. Longino Vidal Beccera
32. India—Indian Association for the Solidarity of Afro-Asia
1. Aruna Asaf Ali, AASC member (President)
  2. Rao Nallan Narasinha, businessman
  3. Homi F. Daji, member of AASO, Communist MP
  4. E. Prabhaker Menon, pacifist
  5. Jagannath Sharma from Kanpur
  6. Sara Simba Ladli, lawyer
  7. Dr. Tondon Sat, Punjab professor
  8. Harman Singh from Kanpur, district secretary of the CP
  9. Mehita Balvaji, editor of newspaper *Patriot*
  10. Chatur N. Malviya, Indian representative to AASO permanent secretariat, Cairo
  11. Avior Shiriniwas R. Chari, lawyer
  12. Mohamed Kalimullah, IAAASO General Secretary
  13. Mohammed Noor, member of Kashmir Legislature and AASO
  14. Chandra Sekhar, MP, member of AASO, PSP member from Uttar Pradesh

33. Indonesia—Association of Solidarity of Afro-Asian Peoples
  1. Ibrahim Isa, representative of AAPSO in Cairo, member of PKI Chicom-sponsored unofficial delegation (President)
  2. Francisca Fanggidej, PKI member who has been in China
  3. Willy Hariandja, PKI member in China, labor union leader
  4. Umar Said, editor of Djarkarta Daily *Ekonomi Nasional*, who resides in China, member of AASO
  5. fnu Suhardto, member of AAPSO in Cairo
  6. fnu Soodhartono
  7. Edy Soonardji
  8. fnu Sugiri, living in Prague
  9. fnu Margono, member of Pemuda Rakjat, recently living in Budapest
34. Iran—Iranian Committee for Afro-Asian Solidarity
  1. Dr. Amir H. Dibadj (President)
  2. Rahman Nader Zehtab
35. Iraq—Iraqi Committee for Afro-Asian Solidarity
  1. Salum Abd Al Wahab (President)
36. Mauritius—Peoples' Progressive Party of Mauritius
  1. Teekaram Sibsurun, Peoples' Progressive Party of Mauritius
37. Santo Tomás and Príncipe—Committee for the Liberation of Santo Tomás and Príncipe
  1. Antonio Barreto Pires dos Santos (President)
38. Jamaica—National Committee of Solidarity for the Conference of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Dennis Vernon F. Daly, attorney, Vice President of Young Socialist League (YSL) and AASC (President)
  2. Adolphus Roy Jeffrey, member of Socialist Party (SPJ) and active in Unemployed Workers' Council (UWC) and AASC
39. Japan—Japanese Committee of Afro-Asian Solidarity
  1. Kai Shizuma, JAASC (President)
  2. Ide Hiroshi, newsman and AASO representative
  3. Toshio Tanaka, member of JAASC and Japanese CP
  4. Kaneko Mitsuhiro, member of AASO, Japanese CP
  5. Kitazawa Masao, AAPSO, Cairo
  6. Osaki Susumu, progressive lawyer
  7. Itai Shosaku, Secretary General of JAASC
  8. Ono Yoro, JAASC, from Hokkaido U.N.
  9. Nishina Akira (or Nishida Tetsu), progressive lawyer
  10. Kitazawa Yoko
40. Jordan—Jordanian Committee of Afro-Asian Solidarity
  1. Sadik Sadik Rishaydar (President)
41. North Kali—Organization of North Kalimantan for the Solidarity of the Peoples of Afro-Asia. Indonesia
  1. Ahmad Zaidi Adruce (President)
  2. Mohammad Jais Abbas, AASC
  3. Mohamad Kasin, AASC
  4. Dustan Chong, AASC
  5. Ahmad Mohtar
42. Kenya—Kenya African National Union Party (KANUP)
  1. John Nbirfo Njonjo, MP and member of KANUP
  2. James H. Robaro, MP and member of KANUP
  3. Ernest Gitu Muni

43. Laos—Neo Lao Hak Xat Party
1. Phoumi Vongvichit, Secretary General of Neo Lao Hak Xat Party (President)
  2. Soulivong Phrasithideth
  3. Phouthasack Khamlook
  4. Thammavongsay Boun Nhum
  5. Khamphay Boupha
44. Lebanon—Progressive Socialist Party
1. Farid Jubran, Vice President of the Progressive Socialist Party (President)
  2. Georges Battal, member of Orthodox (pro-Soviet) CP of Lebanon
  3. Muhamad Said Kishli, member of the Arab Nationalist Movement and journalist on *Al-Hurriyyah*
  4. Georges Hawi (or Haoui), member of Orthodox (pro-Soviet) CP
45. Malaysia—Malaysian Committee of Solidarity of Afro-Asian Peoples
1. Dr. Lee Siew Chock, Chairman of MPAASC (President)
  2. Abdul Rahin Karim, MPAASC
  3. Chia Thye Poh, central executive committee member of Singapore Left-Wing Partisan Socialist Party
46. Martinique—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia and Latin America
1. Edouard de Lepine, Martinique Communist Party (President)
  2. Marcel Manville
47. Morocco—National Union of Popular Forces
1. Hamid Barrada, ex-president of Moroccan Student Union (President)
  2. Mohamed Habib Sinaceur
  3. Mohamad Horma Babi
48. Mexico—National Liberation Movement (MLN)
1. Heberto Castillo Martinez, member of the national committee of the MLN (President)
  2. Armando Castillejos Ortiz, member of Independent Workers' Movement, representing five trade unions
  3. Manuel Mesa Andraca, member of the National Liberation Front (FLN)
  4. Maria Antonietta Gascón Córdoba, member of the University Front of Mexico
  5. Antonio Tenorio Adama, MLN
  6. Salvador Bojorquez Urias, Trade Union Affairs secretary of the national executive committee of the General Union of Workers and Peasants of Mexico (UGOCM)—a PPS labor arm
49. Mongolia—Mongolian Committee of Afro-Asian Solidarity
1. Chadraival Lodoidamba, Chairman, Mongolian AACS (President)
  2. Nauzad Bayarju, representative of AASC
  3. Damba Dulamyn, interpreter
  4. Pountsan Terentsodol
  5. Narhoo Tsogtyn
  6. Namsarian Sodnom, rector of University of Ulan Bator
  7. Badamtar B. Balde
50. Mozambique (East Africa)—Liberation Front of Mozambique (FRELIMO) (or MLF)
1. Marcelino Dos Santos, MLF (President)
  2. Eugenio Machado, MLF
  3. Mariano Matshinha, MLF representative in Zambia
  4. Pascoal Nhapulo, student, MLF
  5. Josina Abiatar Mathemba
  6. Madalena Jingo Juvangiro

51. Nepal—Committee of Afro-Asian Solidarity
  1. Poorna Bahadur, President of AASC (President)
52. Nicaragua—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia and Latin America
  1. Pedro Ruiz, member of the Communist Socialist Party of Nicaragua (PSN) (President) (possible pseudonym for Carlos Pérez Bermudez)
  2. José Pedro Rivera Lopez (possible pseudonym for Abdul Sirker Urroz)
  3. José López Rivera (pseudonym used by Enrique Orentes Ruiz)
53. Niger—Sawaba Party
  1. Anjoulaye Mamani, Sawaba Party (President)
54. Nigeria—Youth Congress of Nigeria—Nigerian Socialist Party of Workers and Farmers
  1. Wahab O. Goodluck (President)
  2. Salomon Olaloyo Fagbo Martins, Nigerian Youth Congress
  3. Elias Dupe Fadipe, Socialist Workers and Farmers Party
  4. Johnson O. Ebohom, Nigerian Youth Congress
55. Oman—Omani Office
  1. Faysal Ali Faysal (President)
56. Pakistan—Pakistani Committee of Solidarity With the Peoples of Afro-Asia
  1. Maulana Abdul Hamid Khan Bashani, President of the National Awami Party (NAP) (President)
  2. Ijaz Husain Batalvi
  3. Arif Iftikar
  4. Syed Qmaruzzman Shah, lawyer
  5. Skaukat Ali Khan
  6. A. T. M. Mustafa, lawyer (died in Havana during conference)
  7. Miraj Khalid Ras Masud Husain, Secretary AAPSC
57. Palestine—Organization for the Liberation of Palestine (PLO)
  1. Ibrahim Abu Sitta, a Jordanian, member of the executive committee of the PLO (President)
  2. Husni Khuffash Saleh, a Jordanian, secretary general of General Confederation of Palestine Workers
  3. Zuhayr Rayyis, a Jordanian, editor of newspaper *Palestina*, Ghaza
  4. Abd Al Karim Al Karmi, a Syrian, official of Syrian Ministry of Information, member of Syrian CP
  5. Dr. Salah Heddin Dabbagh, a Lebanese, Director of Foreign Affairs
58. Panama—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Jorge Enrique Turner Morales, Vanguard of National Action (VAN) (President)
  2. Francisco Gutiérrez
  3. Roberto Madariaga Montes
  4. Floyd Britton, Reform Unity Movement (MUR)
59. Paraguay—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
  1. Carlos Valenzuela (President)
  2. Héctor Gutiérrez
  3. Jacinto Correa
  4. Juan Carlos Arza
  5. Angel Gómez
60. Arabian Peninsula—Socialistic Front for the Liberation of the Arabian Peninsula
  1. Ahmad Jamalludin Abdulla (President)

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

61. Peru—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America
1. Roberto Garcia' Urrutia (Garcia is a pseudonym used during the Conference by Hector Cordero Guevara) (President)
  2. Jesús Masa Paredes, FALN
  3. Alberto Ramírez
  4. Jaime Venegas Romero, National Liberation Army
  5. Armando Pérez Carlo
  6. Elizardo Sánchez Lomba
  7. Freddy Eyzaguirre Luque
  8. Jorge Altoriaga Campos

62. Puerto Rico—Movement for Independence

1. Norman Pietri Castellon (President)
2. Ana Livia Cordero
3. José Luis González Coisceo
4. Narciso Rabell Martínez, Puerto Rican Independence Movement\*

63. United Arab Republic

1. Yousef El Sabai, Secretary General of the Conference Preparatory Committee for the U.A.R. (President)
2. Mohamad Kamal Bahaa El Din, journalist, OSPAA
3. Mursi Saad El Din, OSPAA

## Committee of Afro-Asian Solidarity (Arabian Socialist Union)

1. Khalid Muhyi Al Din, member of presidential committee for World Peace Council and secretary general of Egyptian Peace Council (President)
2. Dr. Suhayr Al Kalamawi, AAPSO
3. Madame Amina Ahmed Al Said, AASO
4. Ezzel El Din Ali Moustafa, AASC
5. Dr. Rifat Al Muhjub, Socialist Union
6. Madame Bshuya Karam, AAPSO
7. Mohamed Diab, Socialist Union
8. Sekina Sadat, Reviatea Dar El Hilal Monsawar
9. Ahmad Muktar Kutb, AASC
10. Ragua Ramsi El Kholy, TV cameraman
11. Samiba Taher Mustafa
12. Ahmad Rida Muhammad Khalifa, Communist journalist on *Al-Ahram*
13. Shebl Hefez Mohamed Shalaby, AASC
14. Mohamed Wafaey Shulkamy, AASC
15. Mohamed Owda, AASC
16. Hoda Tawfik
17. Louis Grace
18. Anis Mansour, Socialist Union
19. Edward K. F. El Kharrat, AASO
20. Salah El Sayed
21. Hussain Rizk

64. Dominican Republic—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America

1. Guido Rafael Esteban Gil Díaz, member of the pro-Castro 14th of June (President)
2. Asdrubal Domínguez Guerrero, member of the Dominican Communist Party (PCD)
3. Euclides Gutiérrez Félix, MR-1J4 member

\*Narciso Rabell Martínez was a member of a Puerto Rican student delegation that visited both Red China and North Korea.

On March 20, 1964, a Radio Havana broadcast about the visit to Red China reported that Mao Tse-tung had received the Puerto Rican group. Almost at the same time, the Red Chinese radio network began a propaganda barrage directed to Puerto Rico, in Spanish and English. It started with the broadcast of a Chinese student meeting commemorating the 27th anniversary of the "massacre of the nationalists" in Ponce. Narciso Rabell Martínez praised Mao for receiving the delegation, and received an ovation.

The delegation arrived in North Korea on March 31, 1964. A broadcast from Pyongyang described the group as headed by Rabell Martínez and one Marta Sánchez. The Puerto Rican students signed a joint statement with the North Korean Youth League, in which, according to the New China News Agency, they agreed that the United States must be expelled from South Korea in order to unify that country.



4. Cayetano Rodríguez del Prado, member of the central committee of the Dominican Popular Movement (MPD)
5. Carlos Miguel Amiana Martínez, MR-1J4 Youth Organization
65. Vietnam (North)—Committee of Afro-Asian Solidarity
  1. Tran Danh Tuyen, Vice President of Vietnam Federation of Trade Unions (President)
  2. Nguyen Duy Tinh, Vice Chairman of Vietnam Peace Committee
  3. Tran Cong Tuong, secretary general of Lawyers Association
  4. Nguyen Thanh Le, deputy editor of Hanoi daily *Nhan*
  5. Nguyen La Cou, AASC
  6. Bun Le Quang (or Le Quang Ba), Vietnamese Army AF captain
  7. Thang Dong Thi, AASC
  8. Truong Si Phan, VAASC
  9. Doan Dinh Ca, AASC
  10. Nguyen Dinh Bin, AASC
66. Rwanda (East Africa)—National Union of Rwanda (UNAR)
  1. Francois Rukeba, UNAR (President)
  2. Nelson Rwagasore, UNAR
67. Senegal—African Independence Party
  1. Mamadou Keita, African Independence Party (President)
  2. Thierno Amath Dansoko (or Dankoke), African Independence Party
  3. N'Dioaque Babacar, World Federation of Democratic Youth
68. Syria—Committee of Afro-Asian Solidarity
  1. Mouffak Haffar, Syrian Peace Committee (President)
  2. Morris Salibi
  3. Muhammed Ali Al Khatib, Secretary General, Ministry of Information (reported head of delegation)
  4. Mustafa Amin, attorney, Syrian Communist leader
  5. Mohamed Nouri Rifai (or Nuri Haj Rifai)
  6. Muhammad Zuhdi Nashashibi, secretary to the Economic Committee
  7. Dr. Muhammed Ali Yusaf Al Khalil, member of the Ba'th Party in Lebanon
  8. Joubran Nakkla Majdalani, Lebanese Ba'thist
69. Somaliland (French)—Popular Movement Party
  1. Moubarak Ahmed Moubarak, African Association (Cairo)
70. Swaziland—Progressive Party of Swaziland
  1. Dingane Dominic Cain Nxumalo (President)
  2. Ephraim Nbhohv, National Congress for Liberation of Ngwane
71. Sudan—Peoples' Democratic Party
  1. Ali Abdel Rahman, People's Democratic Party (President)
  2. Muhammed Yusif Bushara, Sudanese Communist
  3. Billghiez Ahmad
  4. Ali Osman
  5. Shazali Amin Shazali
72. Thailand—Patriotic Front of Thailand
  1. Bhayone Chulanond, member of Patriotic Front of Thailand (President)
  2. Suchart Bhumiborikak, member of the Patriotic Front
  3. Siddhicahi Ionaraksa (or Songkarakse), member of the Patriotic Front
73. Tanzania—Tanganyika African National Union
  1. Salim Said Rashid, Deputy Finance Minister (President)
  2. Amanas Raymond Rowland Swai, AAPSO
  3. Mohammed Ali Foum
  4. Lugo Taquwabwa, Assistant Secretary of the African Section, Ministry of Foreign Affairs
  5. Ali Mahfudh
  6. Abdulla Said Netepe

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

74. Trinidad and Tobago—National Committee for the Conference of Solidarity of the Peoples of Africa, Asia, and Latin America (OWTU)
1. George Weeks, President of Oilfield Workers Trade Union (OWTU) (President)
  2. George Brown, representing Union of Petroleum Workers of Trinidad and Tobago
75. Uganda—Uganda People's Congress
1. Kanyunzi Yonasani, Uganda People's Congress Party (PCP) (President)
  2. Ali Muwabe Kirunda Kivejinja, also reported as head of delegation
  3. Raiti Omongin, PCP
  4. Khahid Youmis Kinene
  5. Henry Nyakairu
76. Soviet Union—Soviet Committee of Afro-Asian Solidarity
1. Sharaf Rashidov, alternate member of Presidium of CPSU CC and First Secretary of CC of Uzbek CP (President)
  2. Anatoli Sofronov, Deputy Chairman of Soviet AASC
  3. Dimitry Gorbachev, AASC
  4. Boris Gorbachev, Deputy Chairman of AASC, also reported as newsman
  5. Vladimir Judintsev, AASC
  6. Rodolfo Chliapnikov (or Shliapnikov), AASC, 2nd Sec., Embassy, Havana
  7. Yans Vladimirski, AASC
  8. Timur Gaidar, AASC
  9. Natalia Berejuaia, AASC
  10. Alexeyev Mayevsky, Deputy Chief of Latin American Dept., Ministry of Foreign Affairs, and Secretary General of AASC
  11. Latif Maksoudov, AASC
  12. Bahadur Abduzazakov, AASC
  13. Shakhm H. Tyulebekov, AASC
  14. Vladimir G. Iarovom (Yarovoi, or Yasonov), Vice President of Soviet Youth Committee
  15. Mirzo Turzan Zade, Chairman of Tadzhikistan AASC
  16. Zinaida I. Federova, Chairman of AASC and secretary of committee of Soviet women
  17. Rasul G. Gamzatov, poet, member of Supreme Soviet and Azerbaidzhan AASC
  18. Fikriat A. Taveyev, member of Presidium of Supreme Soviet of the U.S.S.R. and of Tatar AASC
  19. Dimitry Q. Shevliaguin, AASC
  20. Mikhail I. Kosix (or Kossykh), AASC
  21. Kanran A. Guseinov, Kazakhstan AASC
  22. Bizhiinan R. Ramazanova, press secretary of Supreme Soviet, AASC
  23. Chinguiz H. Aitmatov, writer, Deputy Chairman, Kirgiz AASC
  24. Zouleikha I. Guseinova, wife of Kanran Guseinov
  25. Grigori Lovchine
  26. Vladimir M. Kollontayu
  27. Tchermychev Viatchislav, AASC
  28. Sima S. Panich, AASC
  29. Nikolai I. Bazanov, AASC
  30. Veniamin V. Migtsev, AASC
  31. Spartak Tsissanov, AASC
  32. Ch. Richat Kudachev, AASC
  33. Y. A. Bochkarev, AASC
  34. R. K. Miniar Belourchev, AASC
  35. Victor F. Buzarkov (or Boukharov)
  36. Valeri Soukhine
  37. Arnold B. Dobkin, AASC
  38. Mikhail IL Kovalev, AASC
  39. Valeri A. Zhizarev, AASC
  40. Petr I. Nikolaev, AASC
77. Uruguay—Leftist Liberation Front (FIDEL)
1. Luis Pedro Bonavita Salguero, President of FIDEL (President)
  2. Cesar Reyes Daglio, member of FIDEL
  3. Blanca Silvia Collazo Odriozola

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

61

4. Edmundo Suarez Netto, Vice President of FIDEL
  5. Tibaldo Rodney Arismendi Carrasco, First Secretary of the Communist Party of Uruguay (PCU)
  6. Luis Echave Zas, head of student section of FIDEL
78. Venezuela—National Liberation Front (FLN)
1. Pedro Medina Silva, Commanding General of FALN (President)
  2. Gilberto López, FLN
  3. Rosendo Menéndez Luz
  4. Ciro Rodríguez
  5. Atencio Manrique, FLN
  6. Gerónimo Carreras, member of World Labor Union Federation
  7. José Vicente Rangel, leader of the Nationalist Popular Vanguard (VPN)
  8. Héctor Marcano Coello, FLN representative (resident in Cuba)
  9. Héctor Pérez Marcano, FLN
  10. Omar Cárdenas, resident in Cuba
  11. Moisés Rafael Moleiro Camero, FLN and Movement of the Revolutionary Left (MIR)
  12. Oswaldo Barreto Miliani
  13. Jorge Rubio
  14. Ali González
  15. Adolfo Gañenego
79. Vietnam (South)—Committee of Afro-Asian Solidarity
1. Nguyen Van Tien, central committee member of NFLSV, NFL representative in Cairo (President)
  2. Tran Van Tu, South Vietnamese member of NFL regional committee and secretary general of SV Committee for Solidarity with Latin American Peoples
  3. Kim Nguyen N. Dang, AASC
  4. Van Sau Li, AASC, resides in Cuba
  5. Le Thi Cao, NFLSV
  6. Trinh Van Anh, delegate representing NFLSV and IUS
  7. Professor Ba Nguyen Ngoc, President of AASC, Cairo
80. Yemen—Committee of Afro-Asian Solidarity of Yemen
1. Assayed Abdallah Bin Jehir El Alawi, AASC (President)
81. South Yemen (occupied)—National Liberation Front of Occupied South Yemen
1. Saif Ahmed Saleh Dhalee, NLF of Occupied South Yemen (President)
  2. Jaifar Ali Awadh, NFL
82. Zimbabwe (Rhodesia)—Zimbabwe African Peoples' Union (ZAPU)
1. Edward Mdhlovu, ZAPU (President)
  2. Ethan Allen Duba, ZAPU secretary in Dar-es-Salaam, Tanzania
  3. David Mpongo, ZAPU
  4. Charles Tarehiva Madando, ZAPU
  5. Lusaka Amos Ngwenya, ZAPU
  6. Arthur Masuka
  7. Charles Chikerema
  8. Moulawa Noshe Moko, ZAPU
  9. Nelson T. C. Sankange, ZAPU

## ORGANIZATIONS PARTICIPATING AND NAMES OF OBSERVERS

## INTERNATIONAL ORGANIZATIONS

1. World Peace Council (WCP)
  1. Enrique Lister Forjan (Cuba or Spain)
  2. Alfredo M. P. Valera
  3. Omprakash Paliwal (India)
  4. Francis Boaten (Ghana)

5. Juan Marinello Vidaurreta (Cuba)
  6. Angel Domínguez Santamaría (Spain)
  7. William Gollan (Australia)
  8. Oldrich Belic (Czechoslovakia)
  9. Lucio Mario Luzzatto (Italy)
2. Women's International Democratic Federation (WIDF)
    1. Florence Mephoshe (Union of South Africa)
    2. Helga Dickell (West Germany)
    3. Vilma Espin de Castro (Cuba)
  3. World Federation of Democratic Youth (WFDY)
    1. Eulogio Rodríguez Millares
    2. Ctibor Citek (Czechoslovakia)
    3. Rodolfo Mechini (Italy)
  4. International Union of Students (IUS)
    1. Trinh Van Anh (South Vietnam)
    2. Kwamena Ocran
    3. Zbynek Vokrouhlicky (Czechoslovakia)
    4. Felix Rodriguez
    5. Cándido Domínguez García
  5. World Federation of Trade Unions (WFTU)
    1. Satish Chatterjee (India)
    2. Mark Shope (Union of South Africa)
    3. Jose Bustos (Brazil)
    4. Renato Bitossi (Italy)

## SOCIALIST COUNTRIES

*Albania*

6. Albanian Committee of Solidarity With the Peoples of Afro-Asia
  1. Foto Cami, Secretary of AAPSO for Albania
  2. Sotir Kamberi, President of Afro-Asian Solidarity Committee and Secretary of Central Council of Trade Unions
  3. Faik Zeneli, member of Albanian/Latin American Friendship Society
  4. Sezai Shyti, student at University of Havana

*Bulgaria*

7. Afro-Asian Solidarity Committee
  1. Zdravko Mitovski, secretary of AASC
  2. Elena Gavroilova, on CC of Bulgarian CP

*Czechoslovakia*

8. Czechoslovakian Committee of Solidarity With the Peoples of Afro-Asia
  1. Antonin Vavrus (or Varbuch), AAPSO
  2. Vladimir Simek, AAPSO

*Hungary*

9. Hungarian Committee of Solidarity With All Those Peoples Who Struggle for Their Independence
  1. Andras Tardos
  2. Eva Koltai

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

63

*Poland*

10. Committee of Solidarity With the Peoples of Afro-Asia
  1. Wladyslaw Sliwka Szczerbic, editor of monthly magazine *Konpynenty*, PAASC
  2. Josef Kulesza, Vice President of Central Council of Polish Trade Unions, member of PAASC

*Democratic Republic of Germany*

11. Afro-Asian Solidarity Committee of the DRG
  1. Horst Maz Brasch, AASC
  2. Edmund Rohrer, AASC secretary
  3. Henrich Engebrecht, AASC secretary
  4. Heinz Joswig, member of AASO, Berlin University professor
  5. Siglinde Ackerman, AASC
  6. Freidel Trappan, AASC
  7. Heinz Schmidt, AASC Chairman

*Rumania*

12. Rumanian League of Friendship With the Peoples of Afro-Asia
  1. Mircea Radulescu, AASC

## AFRO-ASIAN ORGANIZATIONS

13. Afro-Asian Conference of Jurists
  1. Shih Sheng Chao
  2. Wang Hsien, AASO, resident in Conakry, Guinea (China)
  3. Keita Fadialla, Attorney General at Conakry and Secretary General of AASO Jurists Organization (Guinea)
  4. S. H. Wiganto, IAASC Lawyers Secretariat representative, Conakry, Guinea (Indonesia)
14. Permanent Bureau of Afro-Asian Writers
  1. Nihal Lakshaman Ratnapala (Ceylon)
  2. Karunasena Jayalath (Ceylon)
15. Conference of Afro-Asian Journalists
  1. Dharmasena Manuweera (Ceylon), representing Afro-Asian Journalists' organization headquartered in Indonesia

## AFRICAN ORGANIZATIONS

16. Organization of the Peoples of South West Africa (SWAPO)
  1. Peter Mueshihange, SWAPO
  2. Andreas Shipanga, SWAPO central committee member and SWAPO representative in Cairo
  3. Ewald Katjivena, SWAPO representative in Dar-es-Salaam, Tanzania
  4. Emil Appolus, SWAPO
17. Zimbabwe National African Union (ZANU) (Rhodesia)
  1. King David Mutasa, newspaperman
  2. Simpson Victor Mtambanongwe
  3. Augustine Mombeshora
18. African Union Federation
  1. Prosper M. Akanni (Ghana) Convention Peoples Party

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

## ASIATIC ORGANIZATIONS

19. Council Against Atomic and Hydrogen Bombs
  1. Masaharu Hatanaka (Japan)
20. Economic Bureau of Asia
  1. Samuel Díaz Bandaranaike (Ceylon)
  2. Theja Gunawardhana (Ceylon)
  3. H. M. Packeer Mohideen (Ceylon)
21. Peace Committee of Asia and the Pacific
  1. Victor Montgomery Keeling James (Australia)

## INVITED GUESTS

1. Argentina  
Miguel Angel Rubinich
2. Bolivia  
Juan Carlos Lazcano Henry, member of Spartacus Group of National Revolutionary Movement (MNR)
3. Brazil  
Félix Athayde, resident in Cuba
4. Cambodia  
Antonini Helene Touth Vutthi (may be identical with Touth Vutthi, Counselor of Embassy station at UN/NYC)
5. Colombia  
Marco Tulio Rodríguez Martínez  
Jorge Zalamea Borda, university professor, leftist poet and author
6. Congo (Brazzaville)  
Augusti Mahoungou  
Alice Mahoungou
7. Cuba  
Antero Regalado Fallón  
Zenén Buergo, secretary of foreign relations of the UES  
Reinaldo Calviac, member of UES  
Pedro Montalván, member of UES  
Asela de Los Santos, secretary general of the Federation of Cuban Women (FMC)  
Radamés Maneco, national organizer of the CDR  
Aleida March, wife of Ernesto "Che" Guevara  
Juan José León, secretary of publicity of ANAP  
Dora Carcaño Araujo, production secretary of FMC  
Francisco Dorticós Balca, secretary general of FEU  
Orlando Rosabal Llanes, organizational secretary of university branch of UJC  
Oscar Domenech, member of UJC  
Lupe Veléz Villavilla, secretary of foreign relations of FMC  
Leopoldo Ariza Hidalgo, secretary of foreign relations of ANAP  
Enrique Velazco López, president of technology faculty, FEU, University of Havana  
Félix Sautié Mederos, member of UJC  
Roberto Ogando Faz, member of UJC  
Gloria Aguilera, secretary of foreign relations of CDR  
Calixto Morales, member of national secretariat of CDR  
Alejo Carpentier Valmont, Vice President of the National Union of Cuban Artists and Writers  
Antonio Nuñez Jiménez, President of the Cuban Academy of Science  
Rolando Cubela Secades, physician, comandante (major) in the Cuban Armed Forces  
Nicolás Guillen Batista, President of the National Union of Cuban Artists and Writers

## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

65

- Salvador Vilaseca Forne, Rector of the University of Havana  
 Jaime Crombet, President of the FEU  
 Justo Guerra, secretary general of Havana CTC-R  
 Agapito Figueroa Barrero, secretary general of the Cuban Steel Workers Union
8. Czechoslovakia  
 Jiri Meisner, secretary general of International Organization of Journalists
9. Chile  
 Juliana de Rojas  
 Luis Eduardo Labarca Goddard, Communist Youth Leader  
 Gonzalo Rojas Pizarro
10. Dahomey  
 Codjo Azodogbehov, deputy chairman for foreign affairs of the North African Students Federation in France
11. U.S.A.  
 Robert Williams  
 Rick Rhoads
12. France  
 León Félix, President of FCP political commission  
 Josephine Baker (American entertainer)  
 Yves Fernand Moreau, editor of French daily, *L'Humanité*  
 Régis Jules Debray  
 Madame Voisin
13. Guatemala  
 Aurora Benítez
14. United Kingdom  
 Robin Osmond Blackburn, Bertrand Russell's private secretary, representing the BR Foundation for Peace  
 Jack Woodis, author
15. Italy  
 Alberto Moravia, writer (novelist)  
 Mariani Dacia Moravia, writer and poetess, wife of Alberto Moravia  
 Joyce Gioconda Lussu, member of Italian Socialist Party and with Italian Newspaper *Il Nuovo Mondo*
16. Mexico  
 Rafael Estrade Villa, MP, PPS deputy but not a member of any official group  
 Ester Blanca Muñoz Cota de Tenorio, MLN  
 Adalberto Pliego Galicia, PPS  
 Alberto Orduña Curbelo, MP  
 Luis T. Córdova Alvarez  
 Gilberto Rincon Gallardo Mellis, MLN  
 Manuel Stephens García, member of the Popular Socialist Party (PPS)  
 Manuel Marqué Pardiñas, Director of *Politica*, a Mexican Marxist monthly magazine  
 Arturo Orona Gamez  
 Manuel Terrazas Guerrero, member of the Mexican Communist Party (PCM)
17. Paraguay  
 José Asunción Flores, writer  
 Elvio Romero, poet
18. Peru  
 Hilda Gadea Acosta (Ernesto "Che" Guevara's first wife)  
 Mario Vargas Llosa  
 Patricia Yosa (or Llosa) Urquidi de Vargas

19. Puerto Rico  
Halinga Linger de Rabell
20. United Arab Republic  
Muhammad Faiq (or Fayek), Director of African Affairs at the Presidency  
Nadia Zulficar Sabri, wife of Muhammad Faiq
21. Tanzania  
Lydia Foun
22. U.S.S.R.  
Jursand Rashidova
23. Uruguay  
Aida de Matteis Ventura, wife of Cesar Reyes Daglio, of FIDEL  
Maria Victoria Espinola Cabrera, wife of Luis Pedro Bonavita Salguero, President of FIDEL
24. Venezuela  
Elena Sánchez  
Elizabeth Burgos

## FOREIGN PRESS

1. Germany (East)  
*Das Andere Deutschland*—Leonor Veltfort
2. Argentina  
*Diario El Mundo*—Juan Lefgovics
3. Belgium  
*Boletín Informativo de Cuba*—Hugues Charles Henri Benoy, member of Belgium CP  
*Le Drapeau Rouge*—Hubert Jacob  
*Magazine Europeo*—Gabriel F. Dannau, Marie Noelle Cloes, Alphonse Roosens
4. Bulgaria  
*Agencia BTA*—Todor Steianov
5. Canada  
*Canadian Tribune*—Francis William Park, Libbie Campbell Park
6. Korea (North)  
*Agencia Central de Corea*—Choun Tak, Zi
7. Costa Rica  
*Semanario Libertad*—Francisco Gamboa Guzman (also local TASS representative)
8. Czechoslovakia  
*Radio-Difusion Checoslovaca*—David Leff  
*Agencia CTK*—Jaroslav Boucek  
*Lyternarny Noviny*—Martha Dodd  
*Radio-Difusion Praga*—Vera Stocickova
9. Chile  
*Radio Minería*—Ibar Aibar Varas  
*Las Noticias de Ultima Hora*—Frida Moda Schatz (Socialist)  
*Periódico El Siglo*—Adriana Serle
10. China  
*Agencia Sinjua*—Chiu Ling, Ho Ching, Mu Kuang-jen (correspondent for NCNA), Chin Te-chi (correspondent for NCNA), Ming Fu Ming, Yi Lin Shu (correspondent for Radio Peking), Shei Chong Hsu, Liu Chong Yang, Sun Shon Guia



## THE TRICONTINENTAL CONFERENCE

67

11. Denmark  
*Land Og Folk*—Jan Stago  
*CBS News*—Carl Sorensen
12. Scotland  
*The Week*—Alexander Scott
13. Spain  
*Oficina Actualidades Argelinas*—Daniel Ortiz de Miguel, journalist for  
*Noticiano Cinematografico Argelino*, a Spaniard who works in Algeria  
*Revista Triunfo*—Eduardo Garcia Rico  
*Radial Press*—Alfonso Sobrado Palomares
14. U.S.A.  
*Agencia A.P.*—Antonio Ortega, Isaac Flores  
*Agencia U.P.I.*—Gabriel Badia Diaz, Pedro Bonetti  
*Mid-Week and Weekly Worker*—William Allen (*Daily Worker*)  
*The Worker*—Beatrice Johnson  
*Jewish Daily Freiheit*—Joseph North
15. Finland  
*Televisión Finlandesa*—Antti Kovanen, Esko Haapaniemi, Pekka Makinen
16. France  
*Agence Intermonde Presse*—Pierre Rondiere  
*Nouvel Observateur*—Claude Estier  
*Radio Europeo*—Francois Phillippe Fetjo  
*Agencia A.F.P.*—Sergio Mendez, Yves Doude, Robert N. Katz  
*Revue Democratic Nouvelle*—Albert Paul Leutin  
*L'Entincelle*—Genri Herve  
*Le Monde*—Marcel Niedergang  
*L'Express*—Edouard Bailby  
*Le Partisans*—Francois Henri Pieree Maspero
17. Guinea  
*Prensa de la Republica de Guinea*—Bob Sow
18. United Kingdom  
*Agencia Reuters*—Michael Arkus, María Isabel Arostegui  
*Sunday Telegraph*—Charles Ian Lundson  
*Evening Standard London*—Peter Kingsley
19. Netherlands  
*Algemeen Dagblad*—Leo Klatser
20. Hungary  
*Radio y TV Budapest*—Laszlo Salgo (Magyar Radio and TV)  
*Nepszabadsag Daily*—George Kalmer  
*Agencia Telegráfica Húngara*—Jozsef Haval
21. Iran  
*Shahbay*—Rahim Namvar (editor of *Shahbaz* [The Eagle], organ of the  
Revolutionary Movement of Iran)
22. Italy  
*L'Unita*—Saverio Tutino, Gaetano Pagano de Melito  
*El Mundo Nuevo, L'Astrolabie, Il Ponte*—Mario Lana  
*Foto Reporter*—Antonio Sansone  
*Giornale D'Italia*—Guiseppe Dall'Ongaro
23. Japan  
*NHK Radio Televisora del Japon*—Hiroshi Shionosaki, Kyoichi Hoshino,  
Hirayama Kenaro  
*Asahi Shimbun*—Bill Watanane  
*Periódico Yomiuri*—Takeshi Ogawa

24. Morocco  
*Diario Aklifah*—Abdallah Layachi (member of Moroccan Communist Party)  
*Diario L'Avant Garde*—Mahamed Tibari (secretary general of UMT Casablanca local union)
25. Mexico  
*Cuadernos Americanos*—Sol Arguedas  
*Revista Siempre*—Marta Solís, Alberto Gutiérrez Sánchez, Eduardo del Rio García (cartoonist)  
*Revista Política*—Raquel Rabinovich de Rosen, Carlos Perzabal Marcué
26. Norway  
*Orientering*—Oysteith Pettersen
27. Poland  
*Zicie Warszawy*—Aniela Krupinska  
*Agencia PAP*—Miroslav Iconowicz  
*Dookola Swiata*—Andrzej Binkowski  
*Editorial Office Gromada*—Henryk Borzecki  
*Polish Presse Panorama Weekly*—Maciev Szczepanski  
*Chtopsha Droga*—Leszek Mackow  
*Tribuna Ludu*—Ludwik Krasuski
28. Germany (East)  
*Agencia A.D.N.*—Dieter Coburger, Wolfgang Meyer, Peter Heinz Junge (photographer)  
*Television R.D.A.*—Erick Firendlanger, Peter Ctasshke (or Groeschke), Hannelore Coburger  
*Deutscher Demokratisher Rundfunk*—Manfried Schroeder  
*Neues Deutschland*—Peter Lore
29. Vietnam (North)  
*Agencia Noticiosa de Viet-Nam*—Au Vu San  
*Fafilm*—Chong Li, Cuong Hguyen Duy, Nguyen Nhu Ai
30. Rumania  
*Ager Press*—Victor Stamate
31. Sweden  
*Nydag*—Karl Staff
32. Switzerland  
*L'Illustre*—Luc Bernard Chesex
33. Tanzania  
*Uhuru*—Dadu Hamdum Mansur  
*Unión Nacional Africana de Tanganyika*—James Gilbert Markham
34. Tunisia  
*Periódico Les Temps Moderns*—Rachid Cheriff
35. Soviet Union  
*Periódico de "Trud"*—Guergorgui Tikonev  
*TASS*—Aleksy Stuzhm (or Stoujine), photographer, Mikhail Vasilyevich Artyushenkov, Valery Laskarev, Ruslan Knyazem (or Kunzazey)  
*Radio y TV U.R.S.S.*—Sergio Pokin, Vladimir Pugachev  
*Pravda*—Yuri Pogosov  
*Izvestia*—Vladimir Silatiev  
*Novosti*—Valentin Mashkin, Yuri Paporovo, Mikhail Roy  
*Komsomilakaya Pravda*—Alexandre Krivopalov  
*Maladai Comunist*—Lev Korenechov  
*Literoturnaya Gazeta*—Rimma Kazanora

36. Uruguay
  - El Popular*—Ricardo Saxlund
  - Semanario Marcha*—Carlos Nuñez Gallategui (also Montevideo correspondent for NCNA)
  - Diario Epoca*—Manrique Salvarrey
37. Vietnam (South)
  - Agencia del Frente de Liberación Nacional*—Vo San Ca
38. Yugoslavia
  - Agencia de Prensa Tanjug*—Boza Rafajlovic

Anexo II – Trecho da versão taquigráfica da Reunião da Subcomissão de Assuntos  
Candentes, 10 de janeiro de 1966, sessão da tarde<sup>490</sup>

ASUNTOS CANDENTES. rollo No. 1. Enero 10. Sesión tarde. Trad. Simul

- 1 -

PRESIDENTE:

Queda abierta la Sesión.

Antes de iniciar los trabajos de esta ~~XX~~Asamblea, la Presidencia quiere informar a los señores delegados, que es interés de la Comisión Política General, que los trabajos de esta Asamblea queden concluidos de manera definitiva, a más tardar a las nueve de la noche, del día de hoy. Y que en vista a esas razones, esta Asamblea va a seccionar sin descanso hasta esa hora a partir de este momento en que queda abierta esta Sesión.

También ueremos informar a los señores delegados, que quedan pendientes de discusión los siguientes Proyectos de Resolución, Proyectos presentados por las Colonias Portuguesas, por Rhodesia del Sur, Zimbawwe, Palestina, Africa del Sur, Venezuela, Perú, Colombia, Cambodia, Corea y Guatemala, casos que forman parte de la Agenda de Asuntos ~~XXXXXXXXXX~~ <sup>CANDENTES</sup>, tan pronto terminemos de discutir estos proyectos de resolución, perauón, también está pendiente el proyecto de resolución presentado por el Congo, que debió haber sido conocido ya por esta Sala, pero debido a introducciones y modificaciones hechas por la Delegación del Congo, se vió <sup>retardada</sup> ~~XXXXXXXXXX~~ la llegada de esos documentos aquí. Tan pronto se termine de conocer los proyectos de resoluciones de estos países, y si el tiempo nos alcanza, procederemos a conceder el uso de la palabra a Delegados de otros países que

<sup>490</sup> Pasta 125, AHOSPAAAL, p. 1-2;

- 2 -

así quieran hacerlo, y a considerar las proposiciones de estos señores delegados.

En vista de que, tenemos a mano, debidamente preparados los proyectos de resolución de Palestina y Corea, antes de iniciar las labores, esta Presidencia quiere informarle a los señores delegados que, accediendo, por las razones que vamos a explicar, a la petición del representante de Corea, vamos a conocer en primer turno, el proyecto de resolución, presentado por esa delegación, debido a que dicha delegación, muy limitada en representantes, tan pronto presente su proyecto de resolución, tiene que asistir a otra reunión, de otras Comisiones, donde tienen compromisos, en una Comisión de Acción y Documentos que va a ser presentada esta noche a la Comisión Política.

La Presidencia ha considerado que es una razón justa y que obedece a principios de cortesía y en consecuencia, - ceder el turno al representante de Corea, digo, pasar a discutir, peróón, el proyecto de resolución presentao por la <sup>Delegación</sup> ~~Comisión~~ de Corea, el cual tenemos entendido que se encuentra en - manos ya de los Señores Delegados, si en torno a ese asunto, algún Delegado tiene alguna observación que haber, particularmente irente al asunto de la resolución presentada por Corea, pueden hacer uso de la palabra.

### Anexo III – Guia do Arquivo Histórico da OSPAAAL, Havana, Cuba

#### GAVETA No. 1

#### No. FILE — ASUNTO

1. Análisis general de la Conferencia Tricontinental. Breve informe sobre la Conferencia Tricontinental
2. Versión taquigráfica, resumen y relación de acuerdos de Asamblea de Jefes de Delegaciones.
3. PAIGC.
4. RAU — Mensaje de saludo de Gamal Abdel Nasser a la 1ra Conferencia Tricontinental
5. Mensajes de saludo. EE.UU., Europa, Oceanía y Organizaciones Internacionales.
6. Antecedentes y constitución de la OSPAAAL.
7. Edición Francesa de la Revista Tricontinental.
8. Comisión Económica de la 1ra Conferencia de Solidaridad de OSPAAAL.
9. Comisión Política de la 1ra Conferencia de Solidaridad de OSPAAAL.
10. Proyecto de informe de la Comisión Social y Cultural.
11. Comisión Política. Versiones taquigráficas (7 de enero al 11).
12. Comisión Política. Versiones taquigráficas (11 de enero, 1966).
13. Comisión Política. Versiones taquigráficas (11 de enero, 1966).
14. Comisión Política. Versiones taquigráficas (8 de enero, 1966).
15. Comisión Política. Versiones taquigráficas (8 de enero, 1966).
16. Comisión Política. Versiones taquigráficas (7 de enero, 1966).
17. Comisión Política. Versiones taquigráficas (7 de enero, 1966).
18. Subcomisión de asuntos candentes. Versiones taquigráficas (7 de enero, 1966).
19. Subcomisión de asuntos candentes (10 de enero, 1966).
20. Subcomisión de asuntos candentes (8 de enero, 1966).
21. Actas de reuniones, Comisión Política.
22. Resoluciones sobre Laos, Indonesia, y Ben Barka, 1966.
23. 1967 - RAU (Problema secreto distribución). —
24. Informe Dpto. Político - Económico. Reunión del Dpto. Político-Económico, 24 de junio, 1966.
25. Análisis de la distribución publicaciones OSPAAAL (julio 1967, dic. 1968).
26. Islas Canarias - Carta y documentos del MPAIAC.
27. Bases militares de Estados Unidos en América Latina.
28. ONU. Cables cifrados.
29. Santo Domingo. Informes.
30. EmbaCuba. Jamaica.
31. Canadá. Correspondencias confidenciales.
32. Guyana. Informes.
33. Chile. Credenciales de delegados.
34. Centro Praga (1968).
35. Pakistán. Cables cifrados.
36. Viet-Nam del Norte. Cables cifrados.
37. Centro Praga (1970).
38. Suecia. Cables cifrados.
39. Información y Propaganda (correspondencia).
40. Informe sobre personalidades a invitar a la Conferencia Tricontinental (sugerencias).
41. América del Sur. Brasil, delegados.
42. Reglamento y estructura del Secretariado Ejecutivo. Otros acuerdos. Informe del Secretario General de la OSPAAAL en la constitución del Secretariado Ejecutivo. Palabras de Osmany Cienfuegos en la constitución del Secretariado Ejecutivo. *Presidente Jarama (1966)*
43. Conferencia Tricontinental (Recortes de la Prensa).
44. Resúmenes de las reuniones de la Subcomisión de Organización de la 1ra Conferencia Tricontinental.
45. Gestiones para constituir Secretariado Ejecutivo OSPAAAL.
46. Informe de Organización y Enlace. Documentos del Dpto. de Organización y Enlace.

47. Informe Dpto. Socio-Cultural.
48. Partido Panteras Negras, EUA - Informes confidenciales.
49. Guinea - Dabo Bengali (correspondencia).
50. PCC (correspondencia) 1972-1973.
51. Líbano - Correspondencias ordinarias.
52. Indonesia. Informes.
53. Indonesia. PRELA.
54. Indonesia. Cables cifrados.
55. Chicanos - EUA.
56. USA. Informes.
57. PRELA. Venezuela.
58. Correspondencia. Partido Socialista Puertorriqueño.
59. Perú. Informes.
60. Paraguay. Informes.
61. México. Cables cifrados.
62. Traducciones.
63. Escuela de cuadros. Documentos aprobados por el Secretariado Ejecutivo y el Dpto. Político-Económico.
64. Argelia: Escrito del Comité de defensa de Ben Bella y demás víctimas de represión en ese país.
65. Comisión (actualidad mundial).
66. Haití. Informes.
67. CONCP.
68. Haití - PUDA. Respuesta al memorando.
69. África del Sur. Informes MNL.
70. Organizaciones Políticas. Varios. Informe sobre Organizaciones que participaron en la Conferencia Tricontinental.
71. 1967. Reuniones CREP. Análisis sobre la crisis de la OSPAA y su relación con la OSPAAAL.
72. Organización y enlace. Reunión día 8 (español).
73. Circulares y comunicaciones de la Presidencia a Comisiones.
74. RDV - Mensaje de saludo a la Conferencia, de Ho Chi Min (presidente RDV).
75. Tailandia. Carta del Presidente delegación, representante frente patriótico Tailandés.
76. Declaraciones y llamamientos políticos, documentos de la OSPAAAL.
77. RP China. Mensaje de saludo a Conferencia, de Cho En Lai (premier RP China) y telegrama Kim IL SUNG.
78. FRAP Chile. Carta firmada por Waldo Arias y C. Almeyda sobre participación Yugoslavia.
79. Resoluciones adoptadas por la Organización Internacional de Periodistas (OIP) Sobre América Latina y Viet-Nam (s. Chile) (Observaciones).
80. Circular del Presidente relacionando presidentes comisiones de trabajo.
81. Alemania. Documento de la FMJD (Observadora).

## GAVETA No. 2

## No. FILE — ASUNTO

82. Análisis de costos.
83. Documentos varios, jornada de solidaridad, etc. Comisión de Solidaridad.
84. Credenciales, control de participantes acreditados (Ira Conferencia). Relaciones de participantes acreditados hasta los días 5 y 10 de enero, 1966.
85. Información estadística. Credenciales.
86. Actas de constitución y composición de Comité, América Latina.
87. Informe sobre Yemen. Viaje a Siria, RAU, Argelia y C. Palestinos, 1969.
88. Viaje a Siria, RAU, Argelia y C. Palestinos. Actividades de la Delegación. Cartas de José Pérez Novoa.
89. Viaje a Siria, RAU, Argelia y C. Palestinos (Recorridos por fecha) 1969.
90. Informe de los resultados viaje Asia, África (Borrador) 1967.
91. Informe sobre las visitas al Líbano, Siria e Iraq (Viaje a Asia) 1967.
92. Guinea. VIII Congreso del PDG. Cuestiones a tratar (1967).

- 93 Viajes Guinea, B. R. Guinea, RAU, Tanzania, Congo B (1969) Informes
- 94 Tanzania. Contactaciones, instrucciones y cables. Viaje Delegación. 1966-1967
- 95 Argelia. Contactaciones, instrucciones y cables. Viaje Delegación. 1966-1967
- 96 Documentos de información para el Secretariado Ejecutivo (sobre revista) *(sobre síml. OSPAAAL - sobre publicación de OSPAAAL en el subcomisión de la Conferencia de Cairo)*
- 97 RAU. Contactaciones, instrucciones y cables. Viaje Delegación. 1966-1967
- 98 Resumen reuniones Comisión Económica
- 99 Sesión ordinaria (CXLV) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL (16 de junio, 1972)
- 100 Reunión Secretariado Ejecutivo (CXLIII) del 10/3/72, A. taquigráfica.
- 101 Reunión Secretariado Ejecutivo (CXLIII) del 11/3/72
- 102 Reunión ordinaria (CXL) del Secretariado Ejecutivo. 17 de diciembre, 1971
- 103 Sesión ordinaria (CXXXIX) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL, 26 de noviembre, 1971
- 104 Informe de la reunión preparatoria de la Ira Conferencia Tricontinental (septiembre 1965 - Cairo)
- 105 Informe antecedentes y reunión Comité Preparatorio rendido por O. Fernandez (Guatemala)
- 106 Lista de organizaciones (con dirección) a invitar como Delegaciones (basado OSPAAAL)
- 107 URSS. Documentos presentados a la presidencia (Delegado pleno)
- 108 Sesión ordinaria (CXXIX) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL, 12 de diciembre, 1970
- 109 Reunión extraordinaria del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL (XXIV), 1969
- 110 Reunión del Secretariado Ejecutivo. Delegaciones a Estocolmo y a Siria, RAU, Argelia y Bases de los Comandos Palestinos, 1969
- 111 Sesión ordinaria (CXIV), 21 de julio, 1969
- 112 Agendas Sesión ordinaria (CXLI) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL
- 113 Reunión (LXX)
- 114 Reunión # 95 del Secretariado Ejecutivo, 5 de diciembre, 1968
- 115 Sesión (CI) del Secretariado Ejecutivo, 8 de febrero, 1969
- 116 Congo (B). Contactaciones, instrucciones y cables. Viaje Delegación, 1966-1967
- 117 Informe del viaje de Perez Novoa a Yemen
- 118 Informes, contactaciones, diferentes países sobre organismo Tricontinental
- 119 Cartas de Osmany Cienfuegos, Secretario General de la OSPAAAL, a diferentes organizaciones para informarles de la visita de Delegaciones de la OSPAAAL a sus respectivos países
- 120 Discurso del Co. Fidel Castro. Opiniones del discurso
- 121 Carta a Partido Comunista de México y Partido Comunista de Colombia
- 122 Conclusiones Reuniones Comisiones Discursos
- 123 Informe de la entrevista de Osmany Cienfuegos con Jefe de Delegación de Guinea (A. Diallo)
- 124 Asuntos Caudentes, 10 de enero, 1966
- 125 Subcomisión de Asuntos Caudentes, 10 de enero, 1966
- 126 Subcomisión de Asuntos Caudentes, 11 de enero, 1966
- 127 Informes sobre gastos incurridos en actividades de la Ira Conferencia Tricontinental
- 128 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en Comisión de Organización
- 129 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en Subcomisión Viet-Nam
- 130 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en Subcomisión Colonialismo y Neocolonialismo
- 131 Conclusiones Subcomisión Asuntos Caudentes América Latina
- 132 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en la Comisión Política
- 133 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en Comisión Socio-Cultural
- 134 Conclusiones de las intervenciones, América Latina en Comisión Económica
- 135 Subcomisión Colonialismo y neocolonialismo, 10 de enero, 1966
- 136 Colonialismo y neocolonialismo, 11 de enero, 1966
- 137 Reunión del Comité Internacional Preparatorio, 29 de diciembre, 1965 (Sesión de la mañana)
- 138 Reunión del Comité Internacional Preparatorio, 29 de diciembre, 1965 (Sesión de la noche)
- 139 Reunión del Comité Internacional Preparatorio, 30 de diciembre, 1965



140. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, martes 4 de enero, 1966 (Sesión de la tarde) *(sesión mañana)*
141. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, martes 4 de enero, 1966 (Sesión de la tarde).
142. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, miércoles 5 de enero, 1966 (Sesión de la mañana).
143. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, miércoles 5 de enero, 1966 (Sesión de la tarde).
144. Copia del Material del File No. 143.
145. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, miércoles 5 de enero, 1966 (Sesión de la noche).
146. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, jueves 6 de enero, 1966 (Sesión de la mañana).
147. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, jueves 6 de enero, 1966 (Sesión de la tarde).
148. Sesión Plenaria de la 1ra Conferencia Tricontinental, jueves 6 de enero, 1966 (Sesión de la noche).
149. Checoslovaquia. Informes.
150. Reuniones de la Comisión de Organización. Informe de la Comisión de Organización a la Presidencia de la Conferencia. Resolución de la Comisión de Organización.
151. Consideraciones sobre la celebración de la II Conferencia Tricontinental.
152. Cubanos (Informes generales, Secretario General).
153. 1966, MINREX (correspondencia).
154. Informes de casos de organismos con situaciones conflictivas.
155. PCC, correspondencia 1970-1971.
156. Cubanos, reuniones semanales.
157. Reuniones Consejo funcionarios.
158. Caso Perú. Distribución.
159. Francia. Informes.

## GAVETA No. 3

## No. FILE — ASUNTO

160. Solicitudes para ir a pelear.
161. OSPAAAL, 1ra Conferencia, Estructura, Llamamiento, Proyecto de Reglamento y Reglamento, Agenda. Discursos de las Delegaciones. Principales argumentos y tendencias de los ataques a la 1ra Conferencia Tricontinental. Delegados a la 1ra Conferencia.
162. Relación de participantes acreditados y organizaciones a la 1ra Conferencia Tricontinental, que no asistieron.
163. Canadá. Objetivos de información.
164. Reuniones de la OSPAAAL con otras organizaciones, partidos, etc.
165. Argelia. Cables cifrados.
166. Argelia. Correspondencia.
167. Marruecos. Informes.
168. Marruecos. Cables cifrados.
169. Marruecos. Contacto exterior.
170. Archivos. Planes del Secretariado.
171. RAU. Cables cifrados.
172. Informe de la Delegación de la OSPAAAL que visitó Asia. Dpto. Político-Económico.
173. Indonesia. Correspondencias confidenciales.
174. Comité Tricontinental de apoyo a Viet-Nam.
175. Venezuela. Informes.
176. Pakistán. Informes.
177. Pakistán. Correspondencia confidenciales.
178. Contactaciones. Informes de Delegaciones. Contactos con Delegaciones.
179. PRELA — Bolivia
180. México. Informes.
181. Noruega. Correspondencia
182. Italia. Cables cifrados

183. Italia. Correspondencia.
184. Dinamarca. Correspondencia.
185. Dinamarca. Correspondencia centro.
186. España. Informes confidenciales.
187. Japón. Correspondencias confidenciales.
188. Siria. Delegado Mohammad Massoum.
189. Correspondencia Secretaría General.
190. Provocaciones contra la OSPAAAL.
191. Eritrea. Informes.
192. Cairo. Cables cifrados.
193. Alemania. Cables cifrados.
194. Suecia. Informes confidenciales.
195. Argelia. Informes confidenciales.
196. Francia. Cables cifrados, 1966-1967.
197. Francia. Correspondencias ordinarias.
198. PCC de Corea.
199. Informes secretos de delegados.
200. Suecia. Cables cifrados, valija y partidos.
201. Suecia. Comités de solidaridad y partidos.
202. Suecia. Contactos directos exterior.
203. Contactos políticos con los Checos.
204. Relaciones OSPAA-OSPAAAL, 1967.
205. Reunión del Comité Internacional Preparatorio (CIP).
206. Informe a Fidel Castro y Osvaldo Dorticos sobre conversación con Robin Oshend Blackburn, secretario particular de Beltrand Russel.
207. Conversación sostenida entre Youssef El Sebai y Armando Hart.
208. China. Informes. Contactaciones.
209. Afiches falsificados.
210. Resumen y acuerdos de la Asamblea de Jefes de Delegaciones, 3 de enero, 1966.
211. Resumen de las reuniones de la Comisión de Organización, días 7, 8, 9 y 10 de enero, 1966.
212. Colonialismo y neocolonialismo, 9 de enero, 1966.
213. Colonialismo y neocolonialismo, 10 de enero, 1966.
214. Colonialismo y neocolonialismo, 11 de enero, 1966.
215. Asuntos Candentes, 11 de enero.
216. Subcomisión de Asuntos Candentes, 10 de enero, 1966.
217. Colonialismo y neocolonialismo, 8 de enero, 1966.
218. Colonialismo y neocolonialismo, 8 de enero, 1966.
219. Colonialismo y neocolonialismo, 8 de enero, 1966.
220. Colonialismo y neocolonialismo, 9 de enero, 1966.
221. Subcomisión Viet-Nam.
222. Subcomisión Viet-Nam, 8 de enero, 1966.
223. Subcomisión Viet-Nam, 10 de enero, 1966.
224. Subcomisión Viet-Nam, 10 de enero, 1966.
225. Reuniones de Delegación Cubana con Youssef El Sebai.
226. Entrevista con Youssef El Sebai en el Cairo (cable).
227. Intervenciones de la Delegación Cubana con respecto al planteamiento de la Delegación China.
228. Informe reunión con Youssef El Sebai y Ben Barka, 9 de octubre, 1965.
229. Documentos y cartas sobre la muerte del vicepresidente de la Delegación de Pakistan.
230. Subcomisión de Asuntos Candentes, 10 de enero, 1966.
231. Subcomisión Colonialismo y neocolonialismo, 7 de enero, 1966.
232. Comisión de Asuntos Candentes, 9 de enero, 1966.
233. Comisión de Asuntos Candentes, 9 de enero, 1966.
234. Subcomisión de Asuntos Candentes, 8 de enero, 1966.
235. Asuntos Candentes, 11 de enero.
236. Subcomisión Asuntos Candentes, 11 de enero.
237. Comisión Política, 7 de enero, 1966.
238. Comisión Política, 8 de enero, 1966.
239. Comisión Política, 11 de enero, 1966.
240. Discurso de Osmany Cienfuegos. Documentos varios.

241. Delegados de Africa y Asia.  
 242. Reunión de Jefes de Delegaciones, 3 de enero, 1966.  
 243. Reuniones de Jefes de Delegaciones de Asia, 13 de enero, 1966.  
 244. Copia del Material del File No. 243.  
 245. Comisión de Organización, 8 de enero, 1966.  
 246. Comisión de Organización, 8 de enero, 1966.  
 247. Comisión de Organización, 9 de enero, 1966.  
 248. Comisión de Organización, 10 de enero, 1966.  
 249. Subcomisión de Organización, 10 de enero, 1966.

## GAVETA No. 4

## No. FILE — ASUNTO

250. Reunión de Jefes de Delegaciones a la Ira Conferencia Tricontinental, 14 de enero, 1966.  
 251. Reunión de Jefes de Delegaciones a la Ira Conferencia Tricontinental, 14 de enero, 1966 (primera reunión).  
 252. Reunión de Jefes de Delegaciones a la Ira Conferencia Tricontinental, 14 de enero, 1966.  
 253. Informes de las Delegaciones del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL y del PCC, a la Zona Liberada de Laos, a la India y a Pakistán.  
 254. Resumen y acuerdos de reuniones del Comité Internacional Preparatorio (CIP).  
 255. Sesión ordinaria (XXX) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL, 13 de octubre, 1966.  
 Sesión ordinaria (LII) del Secretariado Ejecutivo de la OSPAAAL, 29 de mayo, 1966.  
 256. Reunión del Secretariado Ejecutivo, 5 de enero, 1967. Sesión ordinaria (XXXIX) del Secretariado Ejecutivo, 21 y 25 de enero, 1967.  
 257. Declaración General de la Ira Conferencia Tricontinental (OSPAAAL 1966). Resoluciones.  
 258. OSPAAAL. Problemas internos. Revista Tricontinental. Discusión de problemas. Escuela de Cuadros  
 259. Informe de la Comisión Especial de la OEA sobre la Ira Conferencia Tricontinental.  
 260. Participación de Basutolandia en la Ira Conferencia Tricontinental.  
 261. Análisis Subcomisión de Asuntos Caudentes. Africa.  
 262. Análisis de la Comisión Política General. Africa.  
 263. Análisis de la Comisión Económica. Africa.  
 264. Análisis Subcomisión de Viet-Nam. Africa.  
 265. Documentos importantes recibidos de las Delegaciones anteriores y posteriores a la Conferencia Tricontinental.  
 266. Documentos importantes recibidos de las Delegaciones anteriores y posteriores a la Conferencia Tricontinental.  
 267. Análisis Comisión Socio-Cultural. Africa.  
 268. Análisis de los discursos de las Delegaciones Africanas.  
 269. Lista de invitados a Conferencia que han confirmado su participación.  
 270. OSPAAAL. Solidaridad Tricontinental.  
 271. Análisis Comisión de Organización. Africa.  
 272. Reuniones, informes y otros documentos del grupo Latinoamericano del Comité Internacional Preparatorio (Conferencia Tricontinental, enero, 1966).  
 273. Contactaciones Delegaciones Africanas a la Ira Conferencia Tricontinental.  
 274. DHOFAR: Frente Popular de Liberación del Golfo Arabe Ocupado. Correspondencia.  
 275. Frente Popular para la Liberación de Omán y el Golfo Arabe. Correspondencia.  
 276. Conclusiones sobre Africa - CIP.  
 277. Conclusiones sobre Africa. Reuniones Jefes de Delegaciones.  
 278. Jornada de Solidaridad con Africa.  
 279. Viaje de Delegación por Africa.  
 280. Indice de los documentos especiales de la Conferencia Tricontinental.  
 281. Intervenciones de Delegaciones Asiáticas en la Subcomisión Viet-Nam. Conclusiones.  
 282. OSPAAAL.  
 283. Subcomisión Colonialismo y Neocolonialismo.  
 284. Informe de las reuniones con Ben Barka efectuadas durante su visita a Cuba del 26-30 de septiembre, 1965.  
 285. Informe sobre los antecedentes de la Conferencia Tricontinental.

286. Reunión de los representantes del Comité de Solidaridad Afro-Asiático, de la OZAU y la Delegación del Secretario Ejecutivo Regional de la Tricontinental.
287. Comité Internacional Preparatorio. Correspondencia.
288. Planes de trabajo de los Departamentos.
289. Informe sobre resultados Conferencia Tricontinental rendido al Comandante Raúl Castro.
290. II Conferencia no Alineados. Resoluciones y proyectos relacionados con Cuba.
291. II Conferencia No Alineados. Proyecto de Resoluciones.
292. Resoluciones de la Conferencia de países No Alineados.
293. OSPAAAL, X Aniversario.
294. OSPAAAL, XV Aniversario.
295. OSPAAAL, Informe del trabajo de la OSPAAAL a partir del 1er Congreso del PCC.
296. Carta del Comandante Fidel Castro al Secretario General de la ONU, en respuesta a las declaraciones del llamado Grupo Latinoamericano de las NN.UU., sobre los acuerdos de la Ira Conferencia Tricontinental.